

Sylvie Marinho
**DO RISCO E PROTEÇÃO À DISRUPÇÃO OU SUCESSO DA ADOÇÃO:
VIVÊNCIAS DOS FILHOS E DOS PAIS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS**
TESE DE DOUTORAMENTO
PSICOLOGIA
2012

DO RISCO E PROTEÇÃO À DISRUPÇÃO OU SUCESSO DA ADOÇÃO: VIVÊNCIAS DOS FILHOS E DOS PAIS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Sylvie Marinho

Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia, sob a orientação da Professora Doutora Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne.

Esta investigação foi apoiada financeiramente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da bolsa de doutoramento (Ref.^a SFRH/BD/42325/2007), financiada pelo POPH - QREN - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.



Resumo

As práticas profissionais, as vivências e características individuais dos filhos e dos pais, e as dinâmicas familiares e sistêmicas, contribuem de forma particular e interativa para o (in)sucesso da adoção.

A presente investigação explora esses contributos através da condução de três estudos. O primeiro estudo analisou as práticas e as percepções dos técnicos dos serviços de adoção, em relação à avaliação das crianças e dos candidatos e à correspondência (*matching*), com recurso à administração de um questionário ($N = 66$) e à dinamização de um grupo focal ($N = 10$). O segundo estudo abordou a disrupção (taxa, fatores, preditores e causas atribuídas pelos Candidatos), recorrendo à codificação de 71 processos de disrupção e 71 de sucesso (emparelhados em função da idade da criança no momento da integração), com base numa grelha construída para o efeito. O último estudo explorou os desafios vivenciados pelos pais adotivos que adotaram crianças em idade escolar (6-12 anos) e analisou a forma como esses desafios foram significados e resolvidos através da mobilização de recursos e da utilização das estratégias de *coping*, permitindo (ou não) o ajustamento e a adaptação individual e familiar ao longo do tempo. Para tal foram entrevistadas 17 Famílias que adotaram uma ou duas crianças em idade escolar (total de 21 crianças).

Os principais resultados indicaram que os técnicos têm dificuldade em obter informação completa e atual sobre as crianças e sobre os candidatos. Embora sem explicitação de um quadro conceptual integrador das práticas, os técnicos obedecem a vários critérios de correspondência (explícitos ou implícitos), cuja hierarquização e importância difere em função do caso concreto e do serviço de adoção, apesar de, consensualmente, enfatizarem o respeito pela pretensão dos candidatos e a seleção do candidato com mais capacidades para responder às necessidades atuais e futuras da criança ou fratria. A análise dos processos evidenciou que determinadas características prévias da criança (o comportamento obediente, o não ter vivenciado abandono e a prontidão emocional para a adoção), dos Candidatos (a flexibilidade, a confiança nas suas competências parentais e a consciência das especificidades e dos desafios da adoção) e do contexto proximal (a aceitação da adoção pelos filhos e pela família alargada e a rede de apoio sólida) exercem um papel fundamental para o sucesso da adoção. Os pais que adotaram crianças em idade escolar vivenciaram dificuldades, geradoras de *stress*, provenientes de diferentes níveis, designadamente do nível individual (criança, pai/mãe), familiar (relação pais-filhos, relação entre irmãos, relação entre a criança e a família alargada) e extrafamiliar (CAT/LIJ/FA, serviço de adoção, escola, comunidade), bem como relacionadas com a comunicação sobre a adoção. Porém os pais tinham igualmente um conjunto de facilitadores, recursos e estratégias que os auxiliaram na resolução dessas dificuldades, influenciando positivamente a forma como lidaram com as tarefas e as exigências parentais. Da discussão dos resultados derivam implicações para a prática no sentido de prevenir ou minimizar a disrupção e/ou a dissolução e promover o sucesso da adoção.

Abstract

Professional practices, the child and the parents' previous experiences and characteristics, as well as the family and systemic dynamics have a unique and interactive contribution to the adoption outcome.

The present research explores these contributes by conducting three studies. The first study examined the practices and perceptions of adoption professionals, concerning the assessment of children and prospective adopters as well as the matching process. Data was collected through self-completion questionnaires ($N = 66$) and a focus group interview ($N = 10$). The second study addressed the disruption (rate, factors, predictors and reasons reported by the prospective adopters), by coding 71 disrupted and 71 successful adoption case files (matched by age of child at placement), through a survey form developed for the purpose. The third study explored the challenges faced by the adoptive parents of school-age children (6-12 years-old) and how these challenges were appraised and solved, through the mobilization of resources and the use of coping strategies, enabling (or not) individual and family adjustment and adaptation, over time. Seventeen adoptive families who have adopted one or two school-age children (total of 21 children) were interviewed.

The main findings suggested that the adoption professionals had difficulty in obtaining complete and updated information about the children and the prospective adopters. Despite not having any theoretical background, the adoption professionals followed several matching criteria (explicit or implicit), which varied in priority and importance according to the case and the adoption agency in question. However, there was a common concern to meet the prospective adopters' wishes and to choose the family that best met the assessed needs of a particular child or sibling group. The case record analysis indicated that some characteristics played a crucial role for the adoption success. These characteristics referred to the child (compliance, not having experienced abandonment, and emotional readiness for the adoption), the prospective adopters (flexibility, confidence in their adoptive parent role and acknowledgment of the specificities and challenges of adoption) and to the proximal environment (acceptance of adoption by the previous children and extended family, support network). The adoptive parents faced challenges from different levels, namely at the level of the individual (child, father/mother), the family (parent-child relationship, sibling relationship, child-extended family relationship) and the extra familial level (foster care, adoption agency, school, community), as well as regarding communication about adoption. Nevertheless, parents also had a set of facilitators, resources and strategies that help them in solving these difficulties, by positively influencing the way parental tasks and demands were handled. Implications for practice are provided. Emphasis is placed on best practices in assessment, preparation, matching and support of families in order to prevent or minimize the placement disruption and/or dissolution besides in enhancing the adoption success.

Résumé

Il est reconnu que les pratiques des professionnels de l'adoption, aussi bien que les expériences et les caractéristiques individuelles des enfants et des parents, de même que les dynamiques familiales et systémiques contribuent, de façon individuelle et en interaction, au succès (ou à l'échec) de l'adoption.

La présente recherche, constituée par trois études, approfondit ces différentes contributions au succès de l'adoption. La première étude a procédé à l'analyse des pratiques et des perceptions des professionnels de l'adoption en ce qui concerne l'évaluation des enfants et des candidats et le processus d'apparement (*matching*), recueillies par le biais d'un questionnaire ($N = 66$) et d'une interview de *focus-group* ($N = 10$). La deuxième étude se penche sur la disruption (taux, facteurs, prédicteurs et causes attribuées par les adoptants) analysant 71 dossiers de disruption et 71 dossiers de succès (correspondant en ce qui concerne l'âge de l'enfant au moment de l'intégration dans la famille) ayant recours à un système de codification développé dans le cadre de l'étude. La troisième étude a exploré les défis dont les parents qui ont adopté des enfants d'âge scolaire (6-12 ans,) ont fait face, aussi bien que la signification que ces défis ont eue pour les parents et comme ils les ont surmontés. Dix-sept familles qui avaient adopté un ou deux enfants d'âge scolaire (total de 21 enfants) ont été interviewées.

Les principaux résultats ont montré que les professionnels ont du mal à obtenir des informations complètes et actuelles à propos des enfants et des candidats. Malgré l'absence d'un cadre conceptuel directeur des pratiques, les professionnels suivent plusieurs critères d'apparement (de façon explicite ou implicite) lesquels sont hiérarchisés de manière différente en fonction du cas et du service d'adoption concerné. En général, il est consensuel parmi les professionnels de suivre les préférences des candidats et de tenir compte de leurs capacités pour répondre aux besoins actuels et futurs des enfants ou fratrie. L'analyse des dossiers de succès et d'échec de l'adoption a mis en évidence que certaines caractéristiques des enfants (l'obéissance, le non vécu de l'abandon et la préparation à l'adoption), des candidats (la flexibilité, la confiance en leurs compétences parentales et la prise de conscience des spécificités et défis de l'adoption), aussi bien que du contexte (l'acceptation des enfants par la famille élargie, le réseau de d'appui social) exercent un rôle fondamental dans le succès de l'adoption. Les parents qui ont adopté des enfants d'âge scolaire reportent des difficultés au niveau individuel (enfant, père/mère), familial (rapport parents-enfants, rapport entre frères, rapport entre l'enfant et la famille élargie) et extrafamilial (centres d'accueil, familles d'accueil, service d'adoption, école, communauté), ainsi qu'en ce qui concerne la communication sur l'adoption. Cependant, les parents disposent aussi d'un ensemble de ressources et de stratégies de résolution de problèmes qui leur permettent de faire face aux défis et exigences de la parentalité adoptive. Ces résultats sont discutés et des implications pour la pratique professionnelle en adoption sont proposées.

Ao Sérgio e ao Diogo

“De tudo ficaram três coisas

A certeza de que estamos sempre recomeçando...

A certeza de que precisamos continuar...

A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...

Portanto devemos fazer da interrupção um caminho novo...

Da queda, um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro...”

(Fernando Pessoa)

Agradecimentos

Ao longo desta caminhada foram várias as pessoas que contribuíram de forma inigualável, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho. Para todas elas expresso o meu sincero agradecimento.

Aos meus Pais pelo amor e pelo suporte emocional e instrumental em todas as etapas da minha vida. À minha mãe, pela força e determinação, pela chamada à realidade e por me ensinar a acreditar na resolução. Ao meu pai, pela sintonia dos silêncios, pela serenidade e paciência, e por me ensinar a acreditar na bondade.

Ao meu irmão, pela eterna cumplicidade e afetividade, pela constância do apoio, por ser a solução nos tempos de “crise”, por ser uma parte tão integrante da minha vida e essência. À minha cunhada por tornar tão mais rica a vivência em família.

Ao Dinis e ao Matias, pela envolvimento num mundo mágico de traquinices, descobertas, palhaçadas, birras, cócegas, mimos, choro, abraços, conquistas, medos, risos desenfreados ...

À mana Daniela, pelas histórias vividas, pelos significados atribuídos e, sem dúvida, pelas aprendizagens efetuadas, TJ. À Nuna, pela incomensurável paciência, pelo dom de equilibrar nas porções certas o pragmatismo e a ternura necessários e simplesmente (na sua complexidade e exigência subjacentes) pela amizade.

À minha orientadora, a Professora Doutora Maria Adelina Barbosa Ducharne, por me ter encantado com o mundo da investigação e, posteriormente, da adoção e por ter SEMPRE respondido às minhas angústias, “reclamações” e desorientações com um sorriso terno e otimismo característicos. Agradeço-lhe pela sua dedicação e empenho, pelo seu rigor e profissionalismo, e pela forma como me desafiou e apoiou, ao longo do meu percurso profissional, permitindo-me desenvolver a confiança e a autonomia necessárias para a concretização deste e de outros trabalhos.

A todas as técnicas do serviço de adoção do Porto que me acolheram e integraram, partilharam saberes e experiências, enriquecendo o meu percurso. Um agradecimento muito especial à Dr.ª Carlota Teixeira e à Dr.ª Maria do Carmo Mascarenhas pelas reflexões, pelos questionamentos e pela (re)construção de ideias.

A todos os técnicos dos serviços de adoção que participaram ativamente nas diferentes etapas da investigação, em particular aqueles que com empenho e paciência me receberam e orientaram nos meandros dos processos.

A todos os pais entrevistados que generosamente partilharam as suas histórias e vivências dando, para mim, alma ao corpo teórico.

Ao Instituto de Segurança Social, IP, particularmente à Dr.ª Isabel Pastor e à Dr.ª Helena Simões, por criarem as condições determinantes para a realização dos estudos.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Educação e Ciência, o meu agradecimento por ter apostado neste projeto, fornecendo o suporte financeiro necessário para a sua execução.

To Professor Ruth McRoy for her insightful inputs and support.

Ao Professor Doutor Jesús Palacios pelos seus comentários pertinentes e críticas construtivas, que permitiram uma reviravolta inesperada e indesejada, mas necessária e produtiva.

Ao Professor Doutor José Cunha Machado, ao Doutor Pedro Teixeira e à Mestre Joana Soares pelas preciosas e pertinentes orientações e/ou revisões ao nível estatístico.

À Professora Doutora Margarida Rangel e à Mestre Emília Moreira por proporcionarem novos olhares e experiências ao nível da intervenção na adoção.

Às Professoras Doutoradas Ana Tomás e Paula Martins pelas sagazes sugestões, discussões e reflexões para um projeto inacabado, mas (parcialmente) aqui retomado. Particularmente à Ana, pela amizade, pelo apoio e incentivo, desde que os nossos caminhos se cruzaram.

Às Mestres Cátia Cardoso, Joana Monteiro, Sandra Manata e Susana Giriante por assegurarem aspetos instrumentais importantes para a concretização desta tese.

À Dr.ª Cristina Henriques por divulgar o estudo junto de pais adotivos contribuindo para a constituição da amostra.

À Anabela pela revisão do abstract em Inglês e pela resposta sempre disponível nesta área.

Às amigas de Bessa, a Clara, a Laura, a Sara e a Sónia, por tornarem a minha vivência pelo Porto tão repleta de momentos felizes, de cumplicidades e de afetos, que continuam a expressar-se.

Às companheiras de jornada, a Ema, a Inês, a Joantina e a Maria pelos inesquecíveis momentos de partilha, de desabafos, de desatinos e de gargalhadas (ainda temos que publicar o ciclo vital do bolseiro de doutoramento), permitindo a descontração, a descompressão, a desdramatização e, por vezes, a “ilusão”, ingredientes fundamentais para assegurar que *“I did a PhD and did NOT go mad”*.

Aos meus amigos, o Bruno, o Carlos, a Joana, o Raul e o Tiago, pelo estímulo e incentivo e, principalmente, por proporcionarem um mundo sem qualquer relação com o doutoramento funcionando como verdadeira “terapia”.

Lista de Abreviaturas

AF – Acolhimento Familiar

BAAF - British Association for Adoption & Fostering

BDA – Bases de Dados da Adoção

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CBCL - Child Behavior Checklist

CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EMAT - Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais

EUA – Estados Unidos da América

FA – Família de Acolhimento

FB – Família Biológica

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

ISS, IP - Instituto de Segurança Social, Instituto Português

LIJ – Lar de Infância de Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

OTM - Organização Tutelar de Menores

SAFE - Structured Analysis Family Evaluation

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

Índice

Introdução Geral	11
-------------------------------	-----------

Parte I

Capítulo I. CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ADOTABILIDADE	21
--	-----------

1.1. Caracterização das Crianças em Situação de Adotabilidade.....	21
1.2. Avaliação das Crianças em Situação de Adotabilidade	26
1.3. Preparação das Crianças para a Adoção	35

Capítulo II. CANDIDATOS À ADOÇÃO	61
---	-----------

2.1. Caracterização dos Candidatos à Adoção.....	61
2.2. Avaliação dos Candidatos à Adoção	66
2.3. Preparação dos Candidatos para a Adoção.....	85

Capítulo III. PROCESSO DE CORRESPONDÊNCIA (MATCHING).....	97
--	-----------

3.1. A conceptualização da Correspondência	98
3.2. A operacionalização da Correspondência: Processo.....	103
3.3. A operacionalização da Correspondência: Critérios	113

Capítulo IV. SUCESSO OU DISRUPÇÃO	129
--	------------

4.1. Conceptualização da Disrupção e do Sucesso.....	130
4.2. Prevalência da Disrupção	131
4.3. Proteção e Risco: do Sucesso à Disrupção	135
4.3.1. Fatores associados à criança	138
4.3.2. Fatores associados à Família adotiva	150
4.3.3. Fatores associados às práticas profissionais.....	160
4.4. Causas atribuídas à disrupção	165
4.5. Impacto da Disrupção.....	169

Capítulo V. PROCESSO DE AJUSTAMENTO E ADAPTAÇÃO INDIVIDUAL E FAMILIAR	175
--	------------

5.1. Adaptação ao estatuto de parentalidade adotiva.....	176
5.2. Adaptação ao estatuto adotivo - Modelo de <i>stress</i> e <i>coping</i>	177
5.3. Modelo ABCX duplo aplicado a adoções de risco e de insucesso	181
5.4. Modelo de Ajustamento e Adaptação Familiar aplicado a adoções especiais	186
5.5. Modelo do reajustamento familiar na adoção de crianças mais velhas.....	189
5.6. Estudos relativos à adaptação e ao ajustamento individual e familiar.....	194

Parte II

Capítulo VI. PRÁTICAS E PERCEPÇÕES DOS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS DE ADOÇÃO	211
6.1. Questões de investigação	212
6.2. Método.....	212
6.2.1. Participantes	212
6.2.2. Instrumentos.....	213
6.2.3. Procedimentos.....	215
6.3. Resultados	221
6.3.1. Avaliação das crianças em situação de adotabilidade.....	221
6.3.2. Avaliação dos candidatos.....	226
6.3.3. Correspondência	241
6.3.4. Processo de adoção	252
6.4. Discussão dos Resultados	271
 Capítulo VII. DISRUPÇÃO OU SUCESSO: FATORES, PREDITORES E CAUSAS	 283
7.1. Questões de investigação	284
7.2. Método.....	284
7.2.1. Participantes	284
7.2.2. Instrumento	286
7.2.3. Procedimentos.....	294
7.3. Resultados	301
7.3.1. Estimação da taxa de disrupção em Portugal.....	301
7.3.2. Caracterização dos casos de disrupção e análise das diferenças entre os grupos de disrupção e de sucesso	302
a) Fatores associados à criança.....	303
b) Fatores associados aos Candidatos	313
c) Fatores associados às práticas profissionais	327
7.3.3. Análise de diferenças em função do grupo etário	335
7.3.4. Preditores da disrupção.....	341
7.3.5. Razões da disrupção identificadas pelos adotantes.....	348
7.4. Discussão dos Resultados	352
 Capítulo VIII. A ADOÇÃO DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR: DOS DESAFIOS À ADAPTAÇÃO ..	 373
8.1. Mapa conceptual	374
8.2. Questões de investigação	376
8.3. Método.....	376
8.3.1. Participantes	376
8.3.2. Instrumentos.....	378
8.3.3. Procedimentos.....	379
8.4. Apresentação e discussão dos resultados	381

8.4.1. Nível individual	381
a) Criança	381
b) Pai/Mãe	402
8.4.2. Nível familiar.....	409
a) A construção da relação pais-filhos.....	409
b) A relação entre irmãos	422
c) A relação entre a criança e a família alargada	427
8.4.3. Nível extrafamiliar	431
a) Entidades (CAT/LIJ/FA e Serviços de Adoção)	431
b) Escola.....	434
c) Comunidade.....	447
8.4.4. Tarefas específicas da adoção	450
a) Comunicação sobre a adoção ao nível intrafamiliar	450
b) Comunicação sobre a adoção ao nível extrafamiliar	460
8.5. Conclusão.....	469

Conclusão Integradora	483
------------------------------------	------------

Referências Bibliográficas	493
---	------------

Anexos

Anexo 1: Relação entre os fatores da criança e a disrupção

Anexo 2: Relação entre os fatores dos adotantes e a disrupção

Anexo 3: Questionário de Perceções e Práticas dos Técnicos dos Serviços de Adoção na Avaliação e Correspondência

Anexo 4: Guião para dinamização do grupo focal sobre a Correspondência

Anexo 5: Correio eletrónico/carta enviada a cada serviço de adoção

Anexo 6: Grelha de análise dos processos de adoção

Anexo 7: Critérios de categorização da qualidade das interações pais-filhos, da história de privação/vitimização/perdas na infância e vida adulta

Anexo 8: Resumo das variáveis analisadas e sinalização das diferenças ou associações verificadas

Anexo 9: Questionário de caracterização das Famílias adotivas

Anexo 10: Guião da entrevista semiestruturada

Índice de Figuras

Figura 2.1: <i>Framework for the Assessment of Children in Need and their Families</i> (2000). Reproduzido de Canhão (2007, p. 12)	77
Figura 5.1: Modelo ABCX duplo do <i>stress</i> familiar (reproduzido de McCubbin & Patterson, 1983)....	182
Figura 5.2: Modelo de ajustamento e adaptação familiar FAAR de Patterson (1988)	186
Figura 6.1: Distribuição de frequências acerca do grau de completude de informação sobre as crianças integradas em CAT/LIJ e FA.....	221
Figura 6.2: Distribuição do grau de completude da informação acerca das crianças em diferentes domínios.....	222
Figura 6.3: Medianas das variáveis relativas aos procedimentos implementados na avaliação da criança	224
Figura 6.4: Distribuição dos temas mais explorados junto dos candidatos ($N = 53$).....	233
Figura 6.5: Distribuição dos temas mais explorados junto dos candidatos por Psicólogos ($n = 25$) e Técnicos Sociais ($n = 24$).....	234
Figura 6.6: Distribuição dos temas mais explorados junto dos candidatos por posição.....	235
Figura 6.7: Frequência da discussão com a equipa técnica da instituição de acolhimento acerca de um candidato hipotético e específico	249
Figura 6.8: Fluxograma das diversas etapas do processo de adoção aludidas no grupo focal.....	253
Figura 8.1: Mapa conceptual	374

Índice de Quadros

Quadro 4.1: Resumo dos estudos sobre taxa de interrupção/término na adoção	133
Quadro 6.1: Distribuição dos participantes por formação profissional de base	213
Quadro 6.2: Distribuição dos participantes por funções desempenhadas	213
Quadro 6.3: Dimensão do efeito: valores estipulados	220
Quadro 6.4: Distribuição dos procedimentos usados para completar a informação ($N = 64$)	223
Quadro 6.5: Distribuição das dimensões mais importantes na avaliação da idoneidade ($N = 52$)	226
Quadro 6.6: Distribuição dos critérios para emissão de um parecer negativo ($N = 39$)	228
Quadro 6.7: Medidas de tendência central e de dispersão e alfa de cronbach das cinco dimensões	230
Quadro 6.8: Médias, desvios-padrão e valor de F na análise de variância para medidas repetidas....	231
Quadro 6.9: Diferenças ao nível da dificuldade em função da dimensão avaliada	232
Quadro 6.10: Distribuição dos conteúdos específicos explorados nas candidaturas com filhos biológicos ($N = 57$)	238
Quadro 6.11: Distribuição dos conteúdos específicos explorados nas candidaturas com outros familiares a residir ($N = 56$)	240
Quadro 6.12: Distribuição das características selecionadas das crianças ($N = 57$)	241
Quadro 6.13: Distribuição da ordenação atribuída às cinco características selecionadas ($N = 51$)	242
Quadro 6.14: Distribuição da ordenação atribuída aos seis critérios de correspondência ($N = 63$)	243
Quadro 6.15: Distribuição dos critérios de correspondência na análise do caso ($N = 60$)	244
Quadro 6.16: Distribuição dos critérios de correspondência na pergunta aberta ($N = 54$)	246
Quadro 6.17: Distribuição dos indicadores para propor uma criança diferente da pretensão ($N = 54$)	247
Quadro 6.18: Uso das BDA como recurso para a conjugação ($N = 62$)	248
Quadro 6.19: Diferenças na frequência de discussão com os técnicos da instituição de acolhimento acerca das características do candidato	248
Quadro 6.20: Distribuição das razões apresentadas para a separação dos irmãos ($N = 57$)	249
Quadro 6.21: Distribuição das estratégias usadas na apresentação da criança ao candidato ($N = 60$)	250
Quadro 7.1: Estrutura fatorial da Escala de Problemas Emocionais e Comportamentais ($N = 142$)	298
Quadro 7.2: Dimensão do efeito: valores estipulados	300
Quadro 7.3: Distribuição da interrupção por diferentes intervalos etários	303

Quadro 7.4: Distribuição das crianças por situações de perigo.....	304
Quadro 7.5: Medidas de tendência central e de dispersão do tempo em anos e porcentagem de tempo de vida da criança nos diferentes contextos	306
Quadro 7.6: Distribuição das crianças por tipo de interação estabelecida com adultos ($N = 69$).....	309
Quadro 7.7: Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e interrupção nos problemas emocionais e comportamentais	310
Quadro 7.8: Distribuição das crianças por nível de desenvolvimento.....	311
Quadro 7.9: Distribuição das crianças por características pessoais	312
Quadro 7.10: Distribuição dos Candidatos por configuração familiar.....	313
Quadro 7.11: Diferenças ao nível da idade da criança no momento da integração em função da configuração familiar.....	314
Quadro 7.12: Distribuição das candidatas e dos candidatos pelo nível de escolaridade frequentado.....	315
Quadro 7.13: Medidas de tendência central e de dispersão das experiências na infância/adolescência e vida adulta	317
Quadro 7.14: Distribuição das candidatas e dos candidatos por acontecimentos <i>stressantes</i>	318
Quadro 7.15: Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e interrupção na relação estabelecida com familiares	319
Quadro 7.16: Distribuição dos motivos para adotar ($N = 69$)	320
Quadro 7.17: Distribuição da redefinição do perfil da criança a adotar ($N = 65$)	322
Quadro 7.18: Medidas de tendência central e de dispersão das competências parentais	324
Quadro 7.19: Distribuição das candidatas e dos candidatos por características pessoais.....	327
Quadro 7.20: Medidas de tendência central e de dispersão da informação sobre os candidatos	328
Quadro 7.21: Medidas de tendência central e de dispersão da informação explorada junto dos candidatos	329
Quadro 7.22: Medidas de tendência central e de dispersão da informação sobre a criança	330
Quadro 7.23: Distribuição da não correspondência formal e preferencial por diferentes características da criança ($N = 71$).....	332
Quadro 7.24: Distribuição do número total de filhos, discriminando o número prévio de filhos e de crianças integradas.....	333
Quadro 7.25: Distribuição das crianças integradas com ou sem irmãos	333
Quadro 7.26: Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e interrupção nos problemas emocionais e comportamentais nas crianças com idade < 6 anos	336
Quadro 7.27: Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e interrupção nas variáveis dos Candidatos que integraram crianças com idade < 6 anos.....	336

Quadro 7.28: Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e interrupção na quantidade de informação disponível sobre os Candidatos e a criança	337
Quadro 7.29: Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e interrupção nos problemas emocionais e comportamentais nas crianças com idade ≥ 6 anos	338
Quadro 7.30: Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e interrupção nas variáveis dos Candidatos.....	339
Quadro 7.31: Preditores da interrupção: variáveis da criança identificadas na literatura ($N = 133$)	342
Quadro 7.32: Preditores da interrupção: fatores relacionados com a criança ($N = 137$)	343
Quadro 7.33: Preditores da interrupção: fatores relacionados com as crianças mais velhas ($N = 91$) ...	344
Quadro 7.34: Preditores da interrupção: desempenho da criança e rigidez parental ($N = 106$)	345
Quadro 7.35: Preditores da interrupção: experiência parental ($N = 142$)	346
Quadro 7.36: Preditores da interrupção: experiência parental, rigidez parental e consciência das especificidades da adoção ($N = 131$)	346
Quadro 7.37: Preditores da interrupção: fatores relacionados com os Candidatos ($N = 119$)	347
Quadro 7.38: Preditores da interrupção: fatores relacionados com as crianças e os Candidatos ($N = 119$)	348
Quadro 7.39: Distribuição das causas da interrupção apresentadas pelos adotantes ($N = 69$)	349
Quadro 8.1: Distribuição dos problemas da criança em diferentes domínios	377
Quadro 8.2: Medidas de tendência central e de dispersão da idade e anos de estudo dos pais e das mães	378

Com a adoção caminhos de vida previamente separados são interligados, com o desejo de se criarem vínculos e um sentimento de pertença que se prolonga no tempo, mesmo através de gerações (Mateus & Relvas, 2007) e de permitir que a criança recupere dos efeitos negativos da adversidade precoce (Barbosa-Ducharme, 2011).

Apesar de se assumir como protagonistas a criança adotada e os pais adotivos, todos os outros atores, presentes de forma real ou simbólica, influenciam o processo de adoção, pelo que a concretização dos objetivos supracitados está dependente de uma variabilidade de fatores individuais, interpessoais e sistêmicos que interagem cumulativa e dialeticamente ao longo do tempo.

Um destes atores é o serviço de adoção que seleciona (ou por vezes valida) os caminhos que serão interligados. Esta seleção é efetuada não com base nas características reais das crianças e dos Candidatos¹, mas com base na avaliação realizada acerca dessas mesmas características. Desta forma, a qualidade da avaliação das necessidades, das competências, das características e das expectativas da criança e dos Candidatos influenciará, entre outros fatores, a qualidade dessa seleção (Dance, Ouwejan, Beecham, & Farmer, 2010; The Hadley Centre for Adoption and Foster Care Studies, 2002). Em paralelo, ou em conjugação com o processo de avaliação, decorre a preparação de ambos os protagonistas no intuito de assegurar um processo de adaptação e ajustamento positivo ao longo do ciclo vital. Conclui-se, portanto, que um conjunto de práticas profissionais, prévias ao nascimento da Família adotiva², influencia a sua constituição e futuro desenvolvimento. Assim, os três primeiros capítulos teóricos desta dissertação abordam esta fase prévia ao nascimento da Família adotiva em que a criança (ou fratria) e os Candidatos são avaliados e preparados pelos profissionais envolvidos, primeiro de forma independente e, após a interligação, de forma interdependente.

O **primeiro capítulo** foca a caracterização, avaliação e preparação das crianças em situação de adotabilidade. Na caracterização das crianças em situação de adotabilidade é abordado o modo como as mudanças legais, regulamentares e sociais, ao longo do tempo, contribuíram para o perfil atual das crianças e são apresentados dados estatísticos nacionais

¹ Candidatos (letra maiúscula) remete para candidaturas de casal ou singulares (masculinas ou femininas) e candidatos (letra minúscula) representa pessoas do sexo masculino que se candidatam à adoção.

² Consideramos, tal como defendido por Palacios (2010), que um pai adotivo e uma mãe adoptiva são, acima de tudo, um pai e uma mãe, e uma família adoptiva é antes de mais uma família. Para vincar esta ideia optamos por iniciar a expressão Família com letra maiúscula.

relativos a algumas dessas características. A avaliação é assumida como um processo contínuo em que as diferentes dimensões temporais (passado, presente e futuro) se conjugam de modo a caracterizar a criança de forma holística. Assim, a história de vida da criança é descrita, o seu funcionamento atual (características, necessidades, competências, expectativas, etc.) é determinado, com recurso a informantes e métodos múltiplos, e as dificuldades futuras são antecipadas, orientando a seleção e ação dos profissionais, bem como dos futuros pais. Neste processo, os procedimentos adotados, os instrumentos utilizados e as dimensões avaliadas diferem em função da legislação e das práticas dos países, bem como do posicionamento de investigadores, sendo analisada esta panóplia, não olvidando as especificidades do processo de avaliação inerentes à existência de fratrias. Encerramos o capítulo refletindo sobre a importância da preparação da criança para adoção no sentido de a ajudar a compreender, significar e integrar a sua história de vida e facilitar a sua integração na Família adotiva (M. Domingues, 2011; Henry, 2005; Jones, 1979; McInturf, 1986). Neste âmbito procedemos à sistematização de diferentes modelos de intervenção na preparação para a adoção; à especificação de diferentes estratégias e ferramentas usadas, de forma independente ou complementar; e, finalmente, à reflexão acerca dos conteúdos abordados com a criança (o quê, quando e como dizer).

O **segundo capítulo**, centra-se no outro protagonista, os Candidatos e, segue a mesma estrutura que o capítulo prévio, isto é, a sua caracterização, avaliação e preparação. Quanto ao primeiro tópico, os Candidatos são caracterizados ao nível sociodemográfico (idade, estado civil e composição familiar) estabelecendo paralelismos com o panorama internacional e contextualizando a informação numa conjuntura de mudanças sociais, legais e regulamentares. Na avaliação dos Candidatos à adoção descrevem-se os procedimentos em vigor em Portugal e são apresentados os modelos e práticas de diferentes países, nomeadamente a metodologia SAFE (*Structured Analysis Family Evaluation*), adotada em alguns estados dos EUA e províncias do Canadá, o modelo das Necessidades e Capacidades (Palacios, 2008) e o questionário CUIDA (*Cuestionario para la evaluación de adoptantes, cuidadores, tutores y mediadores*) de Bermejo e colaboradores (2006) implementados em Espanha e a *Framework for The Assessment for Children in Need and their Families* (Department of Health, 2000) assumida em Inglaterra. De igual modo é explorada a adaptação do processo de avaliação à candidatura em questão, em função de esta ser singular ou de casal e com ou sem filhos prévios. A avaliação, além do seu inevitável carácter avaliativo, inclui vários elementos de preparação, treino, reflexão e tomada de consciência

(Beesley, 2010). Nesta linha, assiste-se em Portugal a um investimento ativo por parte do Instituto de Segurança Social numa mudança de paradigma em que, com a introdução gradual desde 2009, a nível nacional, de um plano de formação para a adoção, um modelo maioritariamente avaliativo é substituído por um modelo formativo-avaliativo. Outras experiências a nível internacional no âmbito da preparação dos Candidatos para a adoção são abordadas, sobressaindo a diversidade quanto ao tipo, frequência e duração das atividades, aos conteúdos abordados e às metodologias adotadas. Face à generalizada ausência de estudos que incidam na avaliação da eficácia, do impacto a longo prazo, dos custos, etc. das diversas atividades de preparação (Palacios, 2009), finalizamos o capítulo com o grau de satisfação e perceção de utilidade por parte dos Candidatos.

O **terceiro capítulo** considera a interligação dos caminhos, geralmente designada na literatura internacional por *matching*. No contexto Português, o *matching* tem sido traduzido discursivamente por “emparelhamento”, “aparentamento”, “adequação”, etc., não existindo contudo, um termo consensualmente aceite pela comunidade científica e técnica. Perante esta lacuna sugerimos o termo correspondência reportando ao ato de fazer corresponder a cada criança ou fratria, com um conjunto de características pessoais, expectativas e necessidades, atuais e futuras, uma candidatura, em função das suas capacidades, competências, recursos, necessidades e expectativas. Procede-se à análise da evolução da conceptualização da correspondência ao longo dos tempos, tradutora das diferentes formas como a adoção (e a sua finalidade) foi sendo percecionada. São explorados os procedimentos adotados na correspondência, com base em linhas orientadoras (ex.: International Social Service, 2006), ou organizados em modelos de atuação (ex.: modelo de Cousins, 2003), apoiando-se em instrumentos especificamente concebidos para o efeito (ex.: as *Hennepin County Matching Tools*; o *Texas Summary Adoption Assessment System*), ou em instrumentos gerais. De igual modo, os critérios de correspondência, sustentados em estudos sobre a disrupção e o ajustamento na adoção e/ou na prática profissional, são apresentados, evidenciando-se a divergência de opiniões em relação a alguns destes (ex.: futura posição da criança adotada na fratria). Apesar da sua reconhecida importância, a correspondência constitui uma etapa relativamente inexplorada e conceptualmente pouco desenvolvida pelo que só pontualmente são enunciados estudos que analisam a relação entre a qualidade da correspondência e os resultados da adoção (estabilidade e qualidade).

Tal como referido os profissionais decidem que caminhos a interligar não só com base na avaliação e preparação efetuada a ambos os protagonistas, mas seguindo determinados critérios de correspondência, definidos em função da experiência empírica, mas também da investigação na área das adoções malsucedidas e do ajustamento na adoção, sendo múltiplos, a nível internacional, os estudos que incidem no estudo dos fatores de risco e, com menor frequência, nos de proteção, associados à criança, aos Candidatos e às práticas profissionais que, em isolado, em acumulação e em interação, contribuem para uma maior ou menor estabilidade na adoção. Estes estudos constituem o mote do capítulo subsequente.

Assim, o **quarto capítulo** especializa-se na disrupção e no sucesso da adoção sendo analisadas as diferentes conceptualizações e operacionalizações destes termos na literatura e assumindo a disrupção como a retirada da criança do lar adotivo durante o período de pré-adoção e o sucesso como a permanência da criança na família durante o período pré-adotivo com sua consequente adoção legal. Face à ausência total de estudos quantitativos realizados em Portugal acerca da disrupção, são apresentadas as conclusões de estudos internacionais, desenvolvidos principalmente nos EUA, no Reino Unido e no Canadá, nos anos 80 e 90, acerca da prevalência da disrupção e dos fatores de risco e proteção associados à disrupção versus sucesso da integração adotiva. Embora teoricamente seja reconhecido o carácter cumulativo e interativo dos diversos fatores (de risco e proteção) associados à criança, aos Candidatos e às práticas profissionais, a maioria dos estudos nesta área utilizou análises bivariadas pelo que os diversos fatores foram estudados e são, por conseguinte, apresentados em isolado. Não obstante registam-se algumas exceções, em que o recurso a análises multivariadas (ex.: análise discriminante, regressão logística) permitiu a consideração simultânea de múltiplos fatores. Na apresentação dos resultados dos diversos estudos também se reflete acerca das implicações da operacionalização da disrupção e das opções metodológicas assumidas. Finalmente analisam-se as razões da disrupção apresentadas pelos diferentes atores envolvidos no processo (as crianças, os Candidatos, os técnicos dos serviços de adoção e as instituições de acolhimento das crianças), bem como as consequências da disrupção, presentes e futuras, para todos.

O conhecimento baseado na evidência científica dos fatores que, em termos probabilísticos, estão associados a um melhor ou pior resultado, poderá facilitar a seleção dos caminhos a interligar. Todavia, após o nascimento da família, as relações estabelecidas, dentro e entre os diferentes subsistemas, intra e extrafamiliares, são complexas e dinâmicas,

emergindo um novo padrão de risco e proteção, com contornos simultaneamente expectáveis e imprevisíveis, que se transfigura ao longo do tempo.

Ora o **quinto** e último **capítulo** teórico visa compreender e interpretar os processos de ajustamento e adaptação familiar na adoção, tanto do ponto de vista da dinâmica familiar como dos sujeitos implicados. Privilegiando modelos sustentados em abordagens sistémicas e ecológicas, e que enfatizam as relações familiares, apresentamos o modelo de adaptação ao estatuto de parentalidade adotiva (Kirk, 1964, 1985; Brodzinsky, 1987, 1990), o modelo de *stress* e *coping* na adaptação ao estatuto de filho adotivo (Brodzinsky, 1990, 1993), o modelo ABCX duplo aplicado a adoções de risco e de insucesso (Barth & Berry, 1988; Berry, 1997), o modelo da resposta de ajustamento e adaptação familiar aplicado a adoções especiais (Groze, 1994, 1996; Rosenthal & Groze, 1994) e o modelo do reajustamento familiar na adoção de crianças mais velhas (Pinderhughes, 1996). Concluímos com a apresentação dos resultados de alguns estudos (quatro Portugueses) que analisaram a influência dos *stressores* (que provêm do indivíduo, do sistema familiar, do contexto social, das tarefas normativas universais e das tarefas específicas da adoção ao longo do ciclo vital), das perceções (operacionalizadas sob a forma de expectativas prévias e atribuições), dos recursos (internos e externos), e/ou das estratégias de *coping* na adaptação individual e familiar.

Concluída a parte teórica são apresentados, nos três capítulos seguintes, os estudos empíricos. Genericamente, os capítulos empíricos estão organizados de forma idêntica, iniciando com uma breve contextualização do estudo e a definição do objetivo geral e prosseguindo com as questões de investigação, o método (participantes, instrumentos, procedimento de recolha dados e procedimento de análise de dados), os resultados e a discussão dos resultados. Nesta última secção são enfatizados os resultados mais significativos, confrontando-os em simultâneo com os obtidos em investigações (inter)nacionais anteriores, em termos de concordância ou discordância e refletindo acerca das suas implicações para a prática. São, igualmente, apresentadas as limitações do trabalho e formuladas sugestões para estudos futuros na área.

O **sexto capítulo**, composto pelo primeiro estudo empírico, tem como objetivo geral auscultar as perceções e caracterizar as práticas dos técnicos dos serviços de adoção ao nível da avaliação das crianças em situação de adotabilidade, da avaliação dos Candidatos e da correspondência. Para o efeito recorreu-se à administração de um questionário a nível

nacional e à dinamização de um grupo focal com 10 técnicas provenientes de oito serviços de adoção.

O **sétimo capítulo** visa analisar como as características das crianças, dos Candidatos à adoção e das práticas profissionais, isoladamente e em conjugação, influenciam e predizem o resultado da integração adotiva (disrupção ou sucesso), bem como identificar as razões da disrupção evocadas pelas famílias que integraram a criança. Com este intento, foram analisados 142 processos de adoção (71 de disrupção e 71 de sucesso, emparelhados em função da idade da criança no momento da integração), com recurso a uma grelha de codificação de processos de adoção, construída no decurso da investigação.

O **oitavo capítulo** tem por fim compreender e explorar as dificuldades vivenciadas pelos pais adotivos, a forma como essas dificuldades são significadas e resolvidas através da mobilização de recursos e da utilização das estratégias de *coping*, permitindo, ou não, o ajustamento e a adaptação individual e familiar. Para tal foram entrevistados 17 pais (13 casais e 4 mães) que adotaram uma ou duas crianças (total de 21 crianças) que tinham entre 6 e 11 anos de idade, no momento da integração na família adotiva.

Para encerrar a tese realizamos uma breve conclusão que entrelaça alguns dos resultados dos três estudos, contribuindo para uma visão mais rica e integradora de diferentes temáticas da adoção.

Parte I

Capítulo I

Crianças em Situação de Adotabilidade

O presente capítulo foca-se nas crianças em situação de adotabilidade, em torno das quais se organiza e legitima todo o processo de adoção, tendo como premissas máximas o seu superior interesse e a prevalência da família.

Iniciaremos por uma breve descrição das mudanças ocorridas em Portugal, a diversos níveis, que concorreram para o perfil atual das crianças em situação de adotabilidade, apresentando-se dados estatísticos nacionais que permitem uma caracterização, embora limitada, destas crianças.

De modo a desencadear o processo de seleção da Família adotiva mais competente para responder às necessidades e características da criança ou fratria, os serviços de adoção solicitam e analisam a informação acerca da criança, resultante da avaliação efetuada ao longo do acolhimento. Considerações acerca da importância desta avaliação, dos procedimentos adotados em Portugal e noutros países, dos domínios a ser avaliados, dos métodos de avaliação implementados, e das especificidades da avaliação quando existem fratrias, são efetuadas.

A avaliação contempla igualmente as atitudes da criança face à adoção e a sua prontidão para o efeito. Estes aspetos estão intimamente relacionados com a preparação da criança para a adoção, pelo que encerraremos o capítulo refletindo sobre este tópico, nomeadamente a sua importância, os constrangimentos presentes na prática profissional para a sua efetiva e total implementação, os objetivos subjacentes, sistematizados em diferentes modelos de intervenção, e a sua operacionalização em termos de forma (estratégias e ferramentas) e conteúdos.

1.1. Caracterização das Crianças em Situação de Adotabilidade

As contínuas mudanças a nível social, político e legal conduziram a uma alteração no perfil da criança em situação de adotabilidade equacionando-se a procura de famílias para crianças previamente consideradas inadotáveis. Desta forma, se outrora a adoção era predominantemente restrita a bebés, caucasianos, saudáveis e sem problemas de desenvolvimento, atualmente esta realidade já não se aplica.

A generalizada profusão dos métodos contraceptivos, a possibilidade legal da interrupção voluntária da gravidez (que surge de forma condicionada em 1984 até sua liberalização em 2007), a diminuição do número médio de filhos por mulher de 2.25 em

1980 para 1.37 em 2011 (INE & Pordata, s.d. a) e a maior aceitação social e jurídica da monoparentalidade, em que são adotadas medidas de política familiar dirigidas aos pais sozinhos no sentido de os auxiliar a criar os seus filhos (Wall, 2004), convergiram para uma diminuição de bebés disponíveis para a adoção (Department of Economic and Social Affairs of the United Nations, 2009).

Simultaneamente, vários dispositivos foram concebidos para lutar contra a exclusão social e combater a pobreza, como por exemplo o Rendimento Mínimo Garantido (RMG, atualmente designado por Rendimento Social de Inserção – RSI), implementado desde 1996, que visa a satisfação de necessidades mínimas e a progressiva inserção social e profissional dos visados; a intervenção no mercado da habitação com vista à reabilitação, requalificação, realojamento habitacional, melhorando o acesso à habitação a preços compatíveis com os rendimentos das famílias (ex.: Programa PROHABITA; Programa Especial de Realojamento); o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) que consiste na provisão de géneros alimentícios; programas e projetos de prevenção e eliminação de situações de desproteção social (ex.: PROGRIDE, ESCOLHAS); o alargamento da ação social escolar, entre outros. Estas várias medidas sociais, em conjugação com outras, auxiliam a preservação familiar.

Particularmente na área das crianças e jovens em risco, alterações legais e procedimentais a nível do sistema de promoção e proteção também tiveram o seu impacto.

Em 1962 regista-se a publicação da Organização Tutelar de Menores (OTM), Decreto-Lei 44288 de 20 de Abril. A OTM sistematizou todas as normas legais relativas a crianças e jovens que se encontravam dispersas até então. A OTM sofreu, entretanto, uma primeira alteração em 1978, introduzida pelo Decreto-Lei 314/78 de 27 de Outubro. É com este D.L. que é criada a figura dos Centros de Observação e Ação Social, uma estrutura não judiciária, a quem compete a aplicação de diversas medidas para proteção de crianças e jovens. Estes Centros de Observação deram origem em 1991 às Comissões de Proteção de Menores.

No entanto, o sistema configurado pela OTM foi alvo de algumas críticas, sobretudo nos anos 90, uma vez que os menores em situação de risco ou de especial desproteção eram acolhidos nas mesmas instituições onde se encontravam os menores delinquentes e para-delinquentes. Assim, durante a década de 90, após a realização de estudos e de inúmeros debates que comprovaram a ineficácia do sistema e os constrangimentos a ele inerentes, verifica-se em 1999, a conclusão do processo de Reforma do Direito de Menores, com a publicação de dois diplomas legais, um relativo aos menores em situação de perigo - Lei de

Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, nº 147/99 de 1 de Setembro - e outro destinado aos menores infratores - Lei Tutelar Educativa, nº 166/99 de 14 de Setembro. A Lei 147/99 de 1 de Setembro, que entrou em vigor em Janeiro de 2001, veio instituir as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) revogando o DL 189/91, de 17 de Maio, que instituía as então designadas Comissões de Proteção de Menores.

A partir de 1996 iniciou-se a constituição gradual do Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens, atualmente constituído por: Centro de Acolhimento Temporário (CAT), Lar de Infância e Juventudes (LIJ), Casa de Acolhimento de Emergência, Apartamento de Autonomização e Família de Acolhimento (FA).

Também será de salientar a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança em 1990, cujo quadro normativo tem, ao longo do tempo, emanado diversas diretrizes, recomendações e orientações, as quais por sua vez têm constituído uma base importante para o enquadramento e sustentabilidade de ações legislativas e não legislativas.

Desde 2003, o Governo é responsável pela elaboração de um relatório anual *“sobre a existência e evolução dos projetos de vida das crianças e jovens que estejam em lares, centros de acolhimento e Famílias de acolhimento”* (art.º 10.º do Capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto) recorrendo para o efeito a um instrumento de caracterização e diagnóstico, o Plano de Intervenção Imediata (PII), que atualmente se designa por Caracterização Anual da Situação de Acolhimento (CASA). Este instrumento também possibilita a corresponsabilização da instituição de acolhimento no sentido da definição e concretização segura dos projetos de vida e a regularização de situações jurídicas.

Nos últimos anos, também foi relevante o investimento no domínio da parentalidade positiva, mediante a formação e qualificação de famílias abrangidas por medidas de promoção e proteção e o estabelecimento de um protocolo interinstitucional para o estudo de programas de educação e formação parental e para a regulamentação da medida de Educação Parental (artigo 41º da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro).

Em 11 de Abril de 2006 é criado o Observatório Permanente da Adoção que, em articulação com os serviços da Segurança Social, visa a agilização dos projetos de adoção.

A partir de 2007 foi implementado o Plano DOM – Desafio, Oportunidades e Mudanças em respostas LIJ, que pretende a qualificação do acolhimento institucional e a promoção da desinstitucionalização. Desde Julho de 2012 o plano DOM foi substituído pelo Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), de âmbito nacional, que tem como objetivo principal *“a implementação de medidas de especialização da rede de lares de*

infância e juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização” (Despacho n.º 9016/2012).

De forma idêntica o Acolhimento Familiar sofre reestruturações, de acordo com DL 11/2008, estabelecendo-se maior rigor e exigência nos requisitos e condições inerentes ao processo de seleção e formação das famílias de acolhimento, bem como acompanhamento da criança/jovem e da família biológica. São efetuadas exclusões, apenas se admitindo como Família de Acolhimento pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança/jovem e que não sejam candidatos a adoção.

Em 2009 é estabelecido o regime jurídico do Apadrinhamento Civil (Lei n.º 103/2009 de 11 de Setembro), apesar de este apenas ser regulamentado em 27 de Outubro de 2010.

Assim sendo, ao longo do tempo, o enfoque dado à família biológica, o desrespeito pelo tempo útil da criança na definição e concretização do seu projeto de vida, e a insuficiência de recursos³ a nível quantitativo e qualitativo terão contribuído para o perfil atual das crianças em situação de adotabilidade, em que 78.8% das crianças tem mais de 3 anos de idade (Instituto de Segurança Social, I.P., 2012). As mudanças recentemente operadas e supramencionadas advêm do reconhecimento da necessidade de qualificar o sistema de promoção e proteção no sentido de assegurar que todas as crianças sejam adotadas, seja pela Família biológica ou pela Família adotiva (Lúcio, 2011).

Paralelamente, a assunção gradual do superior interesse da criança, em que se procura uma família para uma criança ou fratria (e não o contrário); a progressiva valorização do laço afetivo em detrimento do laço biológico; a maior divulgação, aceitação e validação da adoção como forma de família, não se visando a sua ocultação mediante a integração de um bebé e de preferência com características físicas similares à Família adotiva; a mudança de perfil dos candidatos à adoção que conduziu a alguma flexibilidade no perfil desejado da criança, etc. confluíram para a redefinição do perfil da criança a quem pode ser decretada a situação de adotabilidade.

Assim, atualmente, como resultado cumulativo das reformas enunciadas, o perfil das crianças em situação de adotabilidade, é caracterizado por uma percentagem considerável de crianças mais velhas e/ou com problemas de saúde e/ou com problemas

³ Entende-se por recursos as respostas sociais (ex.: programas de formação parental), os instrumentos técnicos e os recursos humanos.

comportamentais e emocionais significativos. Isto não significa que no passado estas crianças não estivessem acolhidas, mas apenas que não eram consideradas suscetíveis de encaminhamento para a adoção.

De acordo com o relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento (Instituto de Segurança Social, IP, 2012), das 7667 crianças/jovens acolhidas em 2011 com projeto de vida definido⁴, 1124 (14.7%) tinham como projeto a adoção. No cômputo geral, a adoção surge em 3º lugar na hierarquia, após a autonomização (36.5%) e a (re)integração na família nuclear (30.7%). Até aos 9 anos de idade a (re)integração no seio familiar e a adoção são os projetos de vida mais frequentemente considerados, no entanto à medida que a idade avança mantem-se o primeiro e o segundo começa a mostrar-se de concretização remota, considerando-se paulatinamente a autonomização.

Apesar de 1124 crianças terem como projeto de vida a adoção, apenas 505 (44.9%) tinham a adotabilidade jurídica definida. De 2010 para 2011, 587 crianças/jovens mantiveram o projeto de vida com vista à futura adoção não o concretizando principalmente por não terem sido encontrados candidatos que pretendessem adotar a criança/jovem ($n = 391$, 66.6% destas situações), e por se encontrarem a aguardar decisão judicial com vista à definição da situação de adotabilidade ($n = 126$, 21.5%).

De acordo com dados do ISS, em Junho de 2011, existiam 570 crianças em situação de adotabilidade, distribuídas pelas diferentes faixas etárias da seguinte forma⁵: 114 crianças dos 0 aos 3 anos (20%); 108 crianças dos 4 aos 6 anos (18.9%); 159 crianças dos 7 aos 10 anos (27.9%); e 186 crianças dos 11 aos 15 anos (32.6%). Para 217 crianças previa-se a integração conjunta com um ou mais irmãos, registando-se uma fratria de 5 elementos, 5 de 4 elementos, 18 de 3 elementos e 69 de 2 elementos. Das 570 crianças, 375 (65.8%) não tinham problemas de saúde, 111 (19.5%) tinham problemas de saúde ligeiros e 84 (14.7%) graves. Finalmente, 80 crianças (14%) tinham uma deficiência, física e/ou mental.

Evidentemente que a caracterização das crianças em situação de adotabilidade em função da idade, integrada ou não em fratrias, com ou sem problemas de saúde ligeiros ou graves, com ou sem deficiência, revela-se simplista, contudo a ausência de dados representativos a nível nacional impede-nos a apresentação de outros elementos.

⁴ De salientar que segundo esta fonte, em 2011, estavam 8938 crianças/jovens acolhidos, mas destes 1271 não tinham projeto de vida definido.

⁵ Dados omissos para 3 crianças.

No entanto, independentemente do percurso de vida idiossincrático, todas as crianças em situação de adotabilidade sofreram (com maior ou menor frequência, severidade e duração) negligência e/ou mau trato e/ou abandono. Para além disso, Alarcão (2000) considera que se estas crianças não viveram situações concretas têm, pelo menos ao nível fantasmático, uma vivência de rejeição/rutura. Efetivamente todas as crianças vivenciaram a inevitável separação e perda.

Algumas destas crianças foram separadas dos seus pais biológicos ao nascimento e estão particularmente vulneráveis devido à exposição pré-natal a drogas/álcool e/ou a violência doméstica. Algumas terão experienciado mudanças múltiplas de contextos, com ausência de cuidados consistentes e/ou individuais ao longo do tempo. Algumas terão vivido um período de tempo (mais ou menos longo) em contexto institucional. Durante este tempo, a não ser que houvesse uma forte contraindicação, os contactos com a família biológica terão sido incentivados, continuando, nalguns casos, a minar o seu sentimento de proteção e segurança. Um número expressivo de crianças terá necessidades especiais e algumas terão problemas de saúde mental. Para algumas crianças o seu sentimento de identidade e pertença estará ameaçado por terem sido separadas dos seus pais biológicos (Barth & Berry, 1990; Beesley, 2010).

1.2. Avaliação das Crianças em Situação de Adotabilidade

O conhecimento profundo da criança, ao nível sincrónico e diacrónico, nas várias dimensões do seu funcionamento, revela-se crucial para a tomada de decisão na correspondência (*matching*), para fomentar expectativas realistas na Família adotiva, para preparar a integração, para facilitar o ajustamento e a adaptação familiar, e para a construção da identidade da criança.

A relação entre o défice, quantitativo e qualitativo, de informação acerca da criança e o risco de disrupção está documentada, sem contradições, na literatura (Barth & Berry, 1988; Bass, 1975; Berry, 1997; Groze, 1994; McRoy, 1999; Nelson, 1985; Reilly & Platz, 2003; Rosenthal, 1993). Todavia, a investigação continua a reportar que frequentemente uma avaliação pormenorizada e precisa das necessidades, competências e experiências da criança não está na base do processo de correspondência (*matching*) (Lowe et al., 1999 citado em Byrne, 2000).

Nalgumas circunstâncias, apesar dos esforços empreendidos, a informação disponível continua a ser limitada, pelo que é necessário explorar e reconhecer junto da potencial Família adotiva, as implicações inerentes, a curto, médio e longo prazo, tais como, preparar-se para um cenário de (ainda) maior imprevisibilidade, lidar com a ausência de informação quando a criança começar a colocar questões acerca da sua história de vida, etc. Byrne (2000) salienta que as entidades envolvidas na avaliação das crianças em situação de adotabilidade podem necessitar de rever a forma e a periodicidade com que procedem à caracterização das crianças. Rushton (2004) pleiteia que avaliação não se pode circunscrever a julgamentos pontuais e parciais, mas contemplar uma leitura sistemática, holística e integradora.

Em Portugal, a avaliação das crianças em situação de adotabilidade é assumida pelos técnicos das instituições de acolhimento (CAT ou LIJ) ou pelos técnicos do organismo de segurança social que acompanham a situação da criança. Os serviços de adoção são responsáveis pela articulação com estes técnicos no sentido de recolher a informação necessária para caracterizar a criança. Nalgumas situações, os serviços de adoção podem proceder à avaliação direta da criança (ex.: aplicação de uma escala de avaliação do desenvolvimento), complementando os dados já recolhidos, ou então solicitar a avaliação a uma entidade externa (ex.: gabinete clínico). O Manual de Procedimentos da Adoção (DGSS, 2004) patenteia instrumentos a serem preenchidos pelas instituições de acolhimento (ex.: Ficha Resumo dos Dados Clínicos da Criança), identifica dimensões e indicadores a ser avaliados, e sugere estratégias e instrumentos como por exemplo os testes de Denver (Frankenburg & Dobbs, 1967) e de Brunet e Lézine (1976) para avaliação do desenvolvimento, e os testes projetivos CAT (Teste de Aperceção Temática Infantil, versão A e H⁶, de Bellak & Bellak, 1949) e Patte Noire (Corman, 1981 a, b, c) para avaliação da personalidade. Não obstante estas orientações, são permitidos vários graus de liberdade e a informação recolhida varia substancialmente em termos dos informantes (relatórios contemplam um ou múltiplos olhares sobre a criança, de iguais ou diferentes contextos/formações profissionais), das dimensões que são focadas, dos métodos de avaliação utilizados, da sua completude, atualidade e clareza, etc. Esta variabilidade poderá dever-se ao ajustamento da avaliação ao caso em questão, mas também, ou exclusivamente, ser tradutora de diferentes práticas institucionais e profissionais.

⁶ Teste aferido para a população portuguesa, na versão H, por D. R. Silva (1982).

Noutros países, como Inglaterra e País de Gales, verifica-se que a avaliação das crianças, a nível dos conteúdos, está mais sistematizada. A opção do encaminhamento da criança para a adoção é submetida a um painel de adoção⁷ que analisa o *Child's Permanence Report* (CPR, formalmente designado de *Form E* em Inglaterra e de *Child Adoption Assessment Report*, CAAR no País Gales), entre outros documentos, para seu (in)deferimento. O CPR deve ser compilado de acordo com o legislado em *Adoption Agencies Regulations* (2005). A BAAF (Brithish Association for Adoption & Fostering) publicou um modelo do CPR, que é amplamente utilizado pelos serviços. Aliás, Dance, Ouwejan, Beecham e Farmer, (2010) analisaram as práticas de 63 serviços de adoção públicos e constataram que 88% utilizavam o modelo da BAAF.

O CPR (BAAF, 2006) inclui: a) a informação sobre a criança e a sua família biológica; b) um relatório médico da história de saúde da criança, o seu estado atual e a identificação de necessidades de cuidados médicos futuros que possam ser necessários; c) os desejos e sentimentos da criança e dos pais biológicos em relação ao projeto de vida; d) a necessidade da manutenção de contactos com irmãos, com outros familiares ou figuras de referência; e) a avaliação emocional, comportamental e social das crianças e das suas necessidades; f) a avaliação da capacidade parental dos pais biológicos ou tutores da criança; g) a sequência das decisões e ações executadas para assegurar a promoção e proteção da criança; f) a fundamentação da adoção enquanto melhor projeto para a criança⁸.

Nos Estados Unidos da América a *National Child Welfare Resource Center for Adoption* (NCWRCA) desenvolveu, em 2007, o *Adoption Competency Curriculum* (ACC), constituído por sete módulos, que visa a formação específica de técnicos dos serviços de adoção (entidade públicas e privadas), de técnicos do sistema de promoção e proteção e de supervisores.

Este currículo contém um módulo sobre a avaliação e a preparação da criança para a adoção, no qual são salientados os critérios a cumprir de modo a assegurar uma elevada

⁷ O painel de adoção é composto por um conjunto de pessoas, independentes do serviço de adoção, com formação ou experiência (pessoal ou profissional) na área da adoção e/ou em áreas relacionadas (ex.: assistente social, médico, especialista na área da educação, especialista na área da saúde mental de crianças e adolescentes, pais adotivos, pessoas adotadas, etc.). Este painel dá o seu parecer relativamente a três aspetos: 1) se a criança deve ser encaminhada para a adoção; 2) se os Candidatos à adoção devem ser aprovados e 3) se determinada criança deve ser correspondida com determinada família. Desde 1 de Setembro de 2012, o painel de adoção apenas dá o seu parecer relativamente ao ponto 1 quando os pais biológicos dão o seu consentimento para a adoção e o acolhimento tenha sido realizado com consentimento dos pais, isto é, sem necessidade de intervenção judicial.

⁸ Relativamente aos pontos a) e b) existem diretrizes pormenorizadas acerca da informação a constar que não serão aqui elencadas, remetendo-se o leitor para a publicação da BAAF (2006)

qualidade nos procedimentos de avaliação. Desta forma, os profissionais devem: a) reunir informação precisa, completa e atualizada; b) identificar as necessidades de saúde e de segurança da criança/jovem; c) fornecer e/ou clarificar informação sobre a história e a identidade da criança; d) usar uma abordagem ecológica, identificando o impacto de fatores ambientais; e) ter em consideração as percepções da criança, da família e dos profissionais, incluindo as forças, as dificuldades e as áreas em desenvolvimento; f) selecionar instrumentos de avaliação apropriados; g) garantir a participação da criança ao longo de todo processo de definição do seu projeto de vida; e h) fornecer a informação fundamental para o processo de tomada de decisão e para a provisão dos serviços que melhor respondem às necessidades da criança/jovem.

As dimensões a ser avaliadas são identificadas, sendo listadas para cada uma, as várias informações que devem ser reportadas. O relatório agregador final deve abarcar a identificação da criança; a situação jurídica; a descrição física; a cultura; a rotina diária; a história de acolhimento; a história familiar (fazendo referência a família de origem nuclear e alargada, bem como a percepção da criança relativamente à família biológica); as relações com os adultos, os pares e a comunidade; a história médica; a história desenvolvimental; o desenvolvimento sexual; o funcionamento académico (explicitando a história educacional, a situação escolar atual, as avaliações efetuadas, as medidas educativas ou de ensino especial aplicadas); o funcionamento emocional; as atitudes face à adoção e a sua prontidão.

Alguns autores (Barth & Berry, 1988; Valdez & McNamara, 1994; Ward, 1997) resumiam a avaliação das características e necessidades da criança em dois eixos centrais. Num eixo, a descrição da história de vida da criança, incluindo um genograma do acolhimento⁹ (McMillen & Groze, 1994) e noutro a caracterização dos comportamentos atuais da criança, com recurso a inventários. Valdez e McNamara (1994) sugerem que o cuidador atual da criança poderá preencher o *Child Behavior Checklist* (CBCL, Achenbach, 1991, 1992) ou o *Behavior Assessment System for Children* (BASC, C. R. Reynolds & Kamphaus, 1992). Em adição, reconhecendo a influência do temperamento para a estabilidade e a continuidade da integração os autores também recomendam a sua avaliação com recurso a um questionário, alvitando o *Dimensions of Temperament Survey Revised* (DOTS – R, Windle & Lerner, 1989).

⁹ O genograma do acolhimento (*placement genogram*) constitui uma ferramenta de avaliação e intervenção que representa a sequência de mudanças de contextos na vida da criança, e as pessoas com quem ela viveu (recorrendo aos símbolos usados no genograma familiar) em cada contexto.

Quanto à aplicação de questionários Rushton (2004) é da opinião que as *checklists* que somente assinalam a presença ou a ausência de problemas comportamentais não serão tão úteis como aquelas que tentam definir o perfil dos problemas. Este perfil deverá incluir as competências sociais e relacionais da criança; o impacto e as consequências dos problemas comportamentais para a criança e para os outros; e a sua provável evolução (aumento, persistência ou diminuição ao longo do tempo), atendendo à evidência disponível.

Byrne (2000) considera que os envolvidos na futura integração da criança têm um desejo compreensível de olhar para o futuro de forma positiva. Desta forma, especial ênfase poderá ser dada aos progressos da criança (por vezes recentes), minimizando ou desvalorizando o impacto das experiências prévias marcadas por negligência, maus-tratos, perdas e discontinuidades. Por conseguinte, as duas dimensões temporais, passado e presente, deverão ser contempladas de forma equilibrada. A autora também sugere que um conhecimento aprofundado dos fatores de risco associados à disrupção e à dissolução pode orientar a avaliação da criança, em que determinadas características serão mais escrutinadas do que outras.

Kirby e Hardesty (1998) definiram procedimentos para realizar uma avaliação psicológica compreensiva de crianças, com mais de 14 meses de idade, cujo projeto de vida será a adoção. Indicações específicas acerca dos métodos de recolha e sumarização da informação existente, dos testes a ser aplicados para avaliar o funcionamento atual, das recomendações a integrar no relatório final, são sugeridas. Passa-se à exposição de cada um destes pontos.

O trabalho do psicólogo inicia-se pela compreensão dos antecedentes da criança e do impacto das experiências prévias. Para o efeito, o psicólogo pode recorrer à análise e sistematização de relatórios já existentes (ex.: relatórios médicos, sentenças), bem como à recolha de informação direta junto de diferentes informantes que têm e/ou tiveram um papel de relevo na vida da criança, como por exemplo o professor atual e o prévio, assegurando o carácter longitudinal da avaliação. Quanto à informação disponível, é importante a sistematização e se necessário (re)avaliação dos seguintes tópicos: 1) razões iniciais do acolhimento; 2) incidentes documentados acerca da negligência, do abuso físico, verbal, sexual e emocional da criança e dos seus irmãos, independentemente de estes terem ou não a adoção como projeto de vida; 3) acolhimentos subsequentes e as razões da retirada de cada acolhimento; 4) dados do nascimento, historial médico e desenvolvimental da criança; 5) dificuldades emocionais e comportamentais da criança e dos seus irmãos; 6)

intervenções terapêuticas específicas e resultados obtidos; 7) historial médico da família; 8) genograma familiar; 9) intervenções implementadas com a família; 10) avaliações e testes prévios aplicados, inclusive os testes escolares.

O desenvolvimento social, emocional, cognitivo e neuropsicológico deve ser avaliado com uma bateria de testes específica e apropriada à idade, nível desenvolvimental e necessidades especiais da criança (Kirby & Hardesty, 1998).

No domínio cognitivo, medidas de inteligência geral (em uso exclusivo) devem ser preteridas, uma vez que não avaliam uma variedade de capacidades específicas. Para as crianças mais novas, os autores recomendam a *Wechsler Primary and Preschool Scale of Intelligence* (WPPSI-R)¹⁰ ou a *Stanford-Binet Intelligence Scale – Fourth Edition* (SBFE). Nas crianças mais velhas a WPPSI será substituída pela *Wechsler Intelligence Scale for Children, Third Edition* (WISC-III)¹¹. A existência de normas discriminadas por diferentes faixas etárias, a boa validade e fidelidade constituem os critérios de seleção por estes testes. O desempenho académico, a linguagem recetiva e expressiva, as capacidades a nível da leitura, escrita e aritmética devem ser identicamente avaliadas no sentido de diagnosticar dificuldades de aprendizagem eventuais.

No domínio social e emocional, testes como *Vineland Adaptive Behavior Scales* (Sparrow, Balla, & Cicchetti, 1984) podem avaliar o desenvolvimento em diversos domínios. O sistema de avaliação multiaxial de Achenbach¹² (Achenbach, 1991, 1992; Achenbach & Rescorla, 2000, 2001) ou de Connors¹³ (1990a, 1990b), nas suas diversas versões, constituem um método valioso para avaliar o comportamento da criança em mais do que um contexto. Os psicólogos também devem determinar se a criança apresenta sintomas ou um quadro clínico de depressão ou ansiedade. Quanto ao uso de testes projetivos, os autores excluem testes de validade e fidelidade não comprovada (ex.: *House-Tree-Person Test de Buck*), remetendo-os apenas para a eliciação de informação. Porém, aconselham os que

¹⁰ Escala aferida à população portuguesa por Seabra-Santos et al. (2003).

¹¹ Escala aferida à população portuguesa por Simões et al. (2003).

¹² O Child Behavior Checklist (CBCL) foi adaptado por Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira e Cardoso (1994) e designado por Inventário de Competências Sociais e de Problemas de Comportamento em Crianças e Adolescentes, o Teacher's Report Form (TRF) foi adaptado por Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira e Cardoso (1995) e designado por Inventário de Comportamentos da Criança para Professores (ICCP) e o Youth Self-Report adaptado por Fonseca e Monteiro (1999) designado por Inventário de Problemas do Comportamento para Crianças e Adolescentes. Está atualmente em curso o estudo de aferição à população portuguesa conduzido pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto.

¹³ Versão professores aferida para a população portuguesa por Fonseca, Ferreira, Simões, Rebelo e Cardoso (1996). Versões reduzidas para pais e professores adaptadas para a população portuguesa por Rodrigues (2007).

apresentam normas por idade, tais como o *Rorschach Ink Blot test*¹⁴ (Exner, 1986) e o *Roberts Apperception Test for Children*¹⁵ (RAT-C; McArthur & Roberts, 1982).

A avaliação neuropsicológica também deverá ser contemplada uma vez que muitas crianças sofreram maus-tratos físicos, têm anomalias físicas, e histórias traumáticas de nascimento. O *Bender Test of Visual Motor Gestalt* para crianças (Clawson, 1962) é usualmente usado para triagem, enquanto o *Minnesota Perceptual Diagnostic Test – Revised* (Vance, Fuller, & Lester, 1986) é apresentado como mais holístico e discriminante.

Os resultados quantitativos e qualitativos, a sua interpretação, bem como informação detalhada dos comportamentos e atitudes durante a administração dos testes devem ser referidas.

No referente às recomendações estas devem estender-se à Família adotiva, à criança, ao processo de adoção, à avaliação/intervenção futura e à escola.

Quanto à Família adotiva o relatório deve incluir a composição familiar, incluindo a idade apropriada dos irmãos adotivos ou se é recomendável uma família sem filhos, a idade dos pais, características pessoais, temperamento, rede de apoio, raça ou identidade étnica (se aplicável), nível socioeconómico, habilitações académicas e experiência prévia de parentalidade. A avaliação deve fornecer recomendações fundamentadas acerca da separação ou não dos irmãos e também da necessidade de contactos entre eles. As características da criança já existente na Família adotiva, o tipo de problemas e dificuldades que irá ou não colocar também devem ser equacionados. A avaliação da localização geográfica da Família adotiva deve ser ponderada em termos da proximidade da família biológica, de contextos associados a traumas pessoais ou familiares, de figuras de referência ou de suporte ou de recursos considerados necessários para responder às necessidades da criança. Igualmente, a preferência por um contexto rural ou urbano deve ser mencionada.

Atendendo à criança, a leitura que esta faz do passado, o seu posicionamento face à adoção e os seus desejos para o futuro devem ser referidos. Conjugando a informação obtida das diferentes fontes, acerca do funcionamento passado e atual, o psicólogo deve prever os comportamentos disruptivos que a criança mais provavelmente adotará aquando da integração na nova família, a sua provável etiologia e os tipos de intervenção mais indicados para sua resolução. Além do futuro a curto prazo, o psicólogo deve antecipar o tipo de problemas que poderão surgir ao longo do desenvolvimento da criança e sugerir

¹⁴ Teste aferido para a população portuguesa por D. R. Silva e Dias (2007).

¹⁵ Traduzido por M. Gonçalves, Morais, Pinto e Machado (1999).

possíveis indicadores desses problemas, bem como os recursos geralmente disponíveis para lidar com eles. O tipo de disciplina que deve ser ou não usado com a criança também é explicitado, indicando para a criança em particular os efeitos positivos e negativos dos diferentes estilos de disciplina.

Focando o processo de adoção, o relatório deve contemplar orientações específicas acerca do processo de transição para a Família adotiva (ex.: como apresentar a futura família; qual a sequência e duração das visitas; quais as despedidas a realizar, etc.). Adicionalmente é essencial determinar o efeito de experiências passadas no ajustamento e desenvolvimento psicológico e sugerir formas de atuação. Este tópico remete para necessidade de prever as terapias necessárias (ex.: terapia ocupacional; terapia familiar, etc.), a duração aproximada de cada uma e as consequências resultantes da falta de intervenção. Sugestões acerca dos testes a ser efetuados ou repetidos, também podem ser tecidas, indicando o intervalo de tempo recomendado para o reteste e a informação esperada.

Concernente à escola, o relatório deve aludir às qualidades desejadas na escola, incluindo o nível de familiaridade e sucesso em lidar com os problemas específicos da criança em questão. Expectativas de como a criança se irá ajustar ao novo contexto escolar, os comportamentos que poderá exibir, bem como diretrizes para facilitar a transição devem ser elencadas.

Situações específicas remetem para avaliações específicas pelo que a existência de fratrias exigirá uma avaliação da relação entre irmãos, uma vez que frequentemente os técnicos e os juízes se deparam com o dilema de separar ou integrar conjuntamente uma fratria. A literatura indica que a adoção conjunta dos irmãos fornece um suporte natural de uma criança em relação à outra, reforça o sentimento de estabilidade, continuidade e pertença, contribui para a manutenção de um sentimento de identidade positivo e permite à criança um maior conhecimento da sua história familiar, pessoal e cultural (S. L. Smith, 2009), porém situações particulares poderão conduzir ou legitimar a separação dos irmãos.

De acordo com o protocolado no *Adoption Competency Curriculum* - ACC (National Child Welfare Resource Center for Adoption, 2007), já mencionado, o técnico deve atender à força da relação entre os irmãos, tendo em consideração o tempo de vivência conjunta e separada e a idade das crianças, uma vez que, geralmente, quanto mais velhos os irmãos, mais fortes os vínculos e mais traumática a separação entre eles.

Além da quantidade de contacto entre irmãos também deve ser avaliado a qualidade dos contactos e os padrões de interação subjacentes. Neste ponto é focado o papel desempenhado por cada criança, especificamente a parentificação e os seus efeitos positivos ou negativos no grupo de irmãos. A natureza e o nível de rivalidade, explícita ou implícita, entre irmãos também são avaliados, assumindo o contínuo de normativo a extremado e disruptivo. Finalmente, o grau de cumplicidade entre irmãos pode ser determinante, uma vez que quanto maior a cumplicidade, maior o risco de manifestação de comportamentos disruptivos se a fratria for separada. Diversos indicadores podem ser observados de forma a atestar esta cumplicidade, tais como: defenderem-se um ao outro perante ameaças externas; partilharem uma linguagem especial, como por exemplo piadas privadas; expressarem os conflitos abertamente e resolverem-nos rapidamente; procurarem ativamente estar um com o(s) outro(s), reagindo negativamente a separações; cooperarem e ajudarem-se mutuamente.

Neste processo de tomada de decisão as crianças devem ser ouvidas separadamente, acerca do seu desejo em ser adotadas com todos seus irmãos, com algum irmão em particular ou sem irmãos. Contudo, Hindle (2000) afirma que se por um lado os profissionais são encorajados a ouvir os desejos, os sentimentos e os pontos de vista da criança, por outro lado ao fazê-lo podem dar à criança o sentimento de que tudo o que acontecer dependerá delas, atribuindo-lhe a responsabilidade pelas decisões que são feitas. Por este motivo, o profissional deverá assumir, perante a criança e para si próprio, que a tomada de decisão final é da responsabilidade dos adultos. Além do mais, o questionamento direto muitas vezes remete para a desejabilidade social, pelo que a informação deverá ser integrada num quadro de avaliação mais amplo que contemple a análise das interações, da comunicação analógica e digital entre as crianças, ao longo do tempo.

Segundo Wedge e Mantle (1991, citado em Hindle, 2000) a prática está muitas vezes sustentada no pressuposto de que os irmãos biológicos devem ficar juntos pelo que, salvo se a realidade se opuser com a inexistência de candidatos que integre a fratria, a avaliação da relação entre irmãos é descurada. Os autores analisaram 160 processos de crianças integradas com irmãos e notaram que a escassez de informação acerca dos padrões de interação entre os irmãos constituía um denominador comum. Igualmente havia pouca evidência que a opção pela integração conjunta dos irmãos estivesse relacionada com a qualidade da relação ou com os desejos e perspetivas das crianças.

Pese embora resultados contraditórios, a literatura aponta que nem todas as crianças devam ser integradas com os seus irmãos. Elgar e Head (1997, citado em Hindle, 2000), com base num estudo com crianças que sofreram abuso sexual intrafamiliar, defendem a necessidade de integrar separadamente as crianças que sofreram abuso severo e prolongado. Byrne (2000) sustenta que quando os padrões familiares disfuncionais são repetidamente reproduzidos, inibindo o desenvolvimento e a recuperação emocional de ambos os irmãos, a separação da fratria pode legitimar-se. Leathers (2005) entrevistou 183 profissionais acerca das principais razões subjacentes à separação dos irmãos no acolhimento, destacando-se quatro: a inexistência de uma resposta conjunta para os irmãos (33%); necessidades diferentes, ao nível do comportamento ou da saúde mental, ou a existência de demasiados problemas comportamentais para uma única família (19%); o pedido de retirada de uma criança, devido a problemas comportamentais, pela família de acolhimento (11%) e o risco de abuso sexual de um irmão sobre outro (6%).

Para concluir, salientamos que as orientações patentes na literatura relativamente à avaliação das crianças em situação de adotabilidade são escassas. Aliás, segundo Quinton (2012) *“there is a striking lack of good information on how the assessment of children’s needs is carried out and on whether these assessments are adequate and reliable”* (p. 103).

1.3. Preparação das crianças para a Adoção

Já nos finais dos anos 40 a necessidade de uma boa preparação da criança para a adoção foi reconhecida pelos técnicos (Lyle, 1949 citado em Hanna, 2008), aplicando-se, desde então, uma variedade de técnicas e abordagens, sustentadas teoricamente e na casuística profissional, mas sem evidência empírica (Fernández et al., 2001; Horner, 2000; Kagan, 1980).

Fernández et al. (2001) consideram que os principais problemas de adaptação da criança na integração no novo contexto familiar e social poderiam ser antecipados, abordados e talvez prevenidos na avaliação e preparação da criança para a adoção.

A efetiva preparação da criança para a adoção (mas também de todas as partes envolvidas) é considerada por diversos autores (M. Domingues, 2011; Fernández, 2004; González et al., 2001; McInturf, 1986; Molina, 2002) como um requisito fulcral para o sucesso da adoção. Se o trabalho de preparação é inexistente ou insuficiente os pais adotivos podem lidar com maiores desafios à medida que ajudam a criança a resolver

assuntos relacionados com o seu passado, presente e futuro (Hanna, 2008; Molina, 2002). A preparação para a adoção permite que a criança leve *“consigo, na bagagem, uma história organizada da sua vida, de forma a que as vivências não fiquem desagregadas, soltas, memórias prontas a disparar a qualquer momento como estímulos caóticos e desorganizados da sua estabilidade emocional”* (M. Domingues, 2011, p. 13).

A integração e a elaboração do passado, bem como a preparação para o futuro não deverão circunscrever-se às crianças com medida de adotabilidade definida, mas abranger todas as crianças acolhidas sob o sistema de proteção (Valle & Zurita, 2005). M. Domingues (2011) defende que poderão ser desenvolvidos modelos e práticas de intervenção com crianças institucionalizadas com outros projetos de vida, que não a adoção, as quais necessitam, igualmente, de apoio para a sua apropriação e preparação. Salienta-se que em Portugal, nos Manuais de Processos-Chave do Centro de Acolhimento Temporário, do Lar de Infância e Juventude, e do Acolhimento Familiar, elaborados pelo Instituto de Segurança Social, I.P. (2007 a, b, 2009) está patente que a preparação da saída deverá ser iniciada desde o primeiro dia do acolhimento. Porém, esta preparação não foca a integração e a elaboração do passado, centrando-se na experiência de separação do contexto atual (escola, amigos, técnicos, etc.), e na exploração e ajustamento das expectativas para a mudança. Apenas no Manual do Acolhimento Familiar (2009), e somente quando se preconiza o regresso à família de origem, é assumido *“trabalhar a consciência de continuidade da sua vida e da sua identidade”*(p. 23). Os três manuais preveem a adaptação da preparação da criança em função do seu projeto de vida, contudo nenhum avança com especificidades inerentes à preparação para a adoção.

Desta forma a preparação, no sentido mais lato, deverá iniciar-se aquando do acolhimento, e a preparação específica para a adoção não poderá iniciar-se apenas quando é decretada a medida de adotabilidade ou quando é selecionada a Família adotiva pelos serviços de adoção, já que a criança/jovem, como sujeito de direitos, deverá ser *“activamente envolvida na construção, definição e avaliação do seu projecto de vida, de forma, obviamente, adequada à sua idade e grau de desenvolvimento.”* (Instituto de Segurança Social, I.P., 2010, p.19).

Por outro lado, a preparação para a adoção é um processo contínuo, cujas temáticas centrais de perda, identidade e vinculação (Jewett, 1978) se revestem de um novo significado e impacto à medida que a realidade antecipada é vivenciada e que ocorrem mudanças desenvolvimentais na criança (cognitivas, emocionais, sociais, etc.). Por

consequente, o papel do técnico na preparação da criança para a adoção não cessa quando a criança é integrada na Família adotiva, mas deverá, de forma direta ou indireta, em articulação com todos os envolventes, ser continuado ao longo do período pré-adotivo e mesmo após a legalização da adoção atendendo às implicações subjacentes à mudança de nomes e de estatuto.

Numa investigação desenvolvida em Portugal por J. Monteiro (2009) 34 crianças adotadas foram entrevistadas acerca das diferentes etapas do processo de adoção. Somente 13 crianças recordavam o momento em que souberam pela primeira vez que iriam ter uma Família adotiva. Destas 13 crianças, seis afirmaram que se sentiam preparadas para a notícia, mas sete referiram o contrário, não obstante terem sido adotadas com aproximadamente 7 anos ($M = 6.79$, $DP = 1.87$). Apesar de esta investigação não explorar as condições e as atividades implementadas para a preparação destas crianças, os resultados levantam questões acerca do trabalho desenvolvido nos acolhimentos (familiar e institucional).

Esta aparente paradoxalidade, entre o reconhecimento da importância do trabalho de preparação da criança para a adoção e a sua não operacionalização (pelo menos de forma sistemática) é explicada por alguns autores. Backhaus (1984) constatou que os técnicos alegam constrangimentos temporais, uma vez que a preparação da criança para a adoção exige tempo substancial para envolver a criança no processo, estabelecer uma relação de confiança, recolher documentos e informação acerca da sua história de vida e eventualmente contactar figuras de referência prévias (ex.: família biológica, técnicos, cuidadores, professores). Ora, a necessidade de preencher uma série de documentos de carácter obrigatório e alvo de controlo faz com que, no balanço de prioridades, o trabalho de preparação da criança seja preterido.

Keck e Kupecky (2009) salientam que o adiamento a que muitas vezes assistimos se deve mais ao desconforto dos adultos em lidar com determinadas temáticas do que à (in)capacidade da criança para fazer face às mesmas. O processo implica necessariamente retroceder, reviver memórias dolorosas e trabalhar os sentimentos associados, dando permissão à criança para se sentir furiosa, zangada, triste, desiludida e/ou impotente. É um trabalho doloroso para a criança e pode ser igualmente doloroso para o técnico ajudar a criança através deste processo de luto (Henry, 2005). De acordo com Jewett (1978) o investimento do técnico na intervenção junto da criança pode ser condicionado por sentimentos ambivalentes e/ou de desconforto perante a situação e assuntos não resolvidos.

Por outro lado, segundo Aust (1981), a abordagem da história de vida da criança, mesmo que seja efetuada de forma gradual e cuidadosa, pode precipitar crises e a criança transferir e externalizar com os atuais cuidadores, pelo que é essencial que estes sejam preparados e ajudados ao longo desse período frequentemente difícil. Se os cuidadores não acreditarem na validade deste processo podem solicitar a sua interrupção ou restringir o campo de ação do técnico.

Rushton, Quinton, Dance e Mayes (1998 citado em Rushton, 2004) investigaram a relação entre a preparação prévia da criança e o posterior sucesso da integração e verificaram que mesmo quando era efetuado um trabalho direto de elevada qualidade junto da criança, se esta estava refratária e reativa à terapia, poucos benefícios eram observados na redução dos problemas, uma vez integrada. Previsivelmente o técnico terá que lidar com uma resistência passiva ou ativa à medida que a criança começa a recordar os acontecimentos e a experienciar sentimentos que foram ou ainda são dolorosos e indutores de ansiedade. Se a criança fica extremamente ansiosa, agressiva ou regride, o trabalho de preparação pode ser suspenso por várias semanas. Se há uma limitação temporal, o técnico pode terminar, por exemplo, o Livro da História de Vida da criança, de modo a que, no futuro, sempre que necessário, a família possa ser o interlocutor.

Além disso, Rushton (2004) afirma que discursos divergentes alertam para o potencial efeito nocivo, em vez de reparador, de re(a)cordar experiências abusivas do passado, questionando não a importância da preparação para a adoção mas a forma como esta é processada. Ramalho (2005) no seu estudo com 20 adolescentes adotados, analisou três narrativas pessoais significativas (referentes ao período de tempo na Família adotiva, na família/instituição de acolhimento e na família biológica), e verificou que é possível manter níveis consideráveis de ambiguidade e dissociação na construção de significados para experiências do passado, e simultaneamente níveis de integração e coerência elevados em narrativas referentes a experiências mais recentes, concorrendo ambos para a adaptação e bem-estar dos jovens. A autora advoga que, *“tal como a elaboração de significados ocorre num continuum entre uma menor e uma maior coerência, também a dissociação pode caminhar da psicopatologia da significação à normatividade”* (p. 134).

Apesar de a preparação da criança para a adoção ter sido descrita positivamente e promovida por alguns técnicos no terreno, escasseiam estudos que comprovem a sua relação com o sucesso da integração adotiva (McRoy, 1999; Rushton, 2004). De acordo com Festinger (2005), os poucos estudos que consideraram a relação entre a preparação da

criança para a adoção e a disrupção da adoção, produziram resultados divergentes (aprofundar-se-á esta questão capítulo IV).

Quanto aos objetivos da preparação da criança para a adoção, não obstante diferentes operacionalizações e enfoques, a literatura parece consensual em sumariá-los em dois: 1) ajudar a criança a compreender a sua história de vida e 2) facilitar a integração na Família adotiva (Epstein & Heymann, 1967; Henry, 2005; Jones, 1979; McInturf, 1986; Neilson, 1972).

No contexto de uma relação segura e de confiança é permitido à criança manifestar livremente os seus sentimentos e expor os seus medos, dúvidas e receios. As crianças têm muitas questões (por vezes nunca verbalizadas) relacionadas com as suas perdas e separações do passado, bem como incertezas sobre o futuro: Onde estive? Quem sou eu? Para onde irei? Porque é que fui separada da minha família? O que me irá acontecer? Porque é que os meus pais não me criaram? A nova família irá devolver-me rapidamente à instituição? Será que me vai tratar bem? Será que vai gostar de mim tal como eu sou? Será que vou gostar deles? Os meus irmãos irão comigo? O que é que fiz para merecer isto? Alguém saberá para onde eu vou ou se preocupa? Será que os meus pais irão ficar zangados comigo para sempre? Algum dia me irão perdoar? (M. Domingues, 2011; J. Monteiro, 2009). As respostas a estas questões são críticas para a prontidão da criança (aceitação emocional de uma nova família) e a sua integração numa Família adotiva.

Especificamente, o processo de preparação para a adoção deverá ajudar a criança a: compreender, a elaborar e a integrar a sua própria história e a construir uma representação adaptativa do seu passado; fazer o luto da família biológica e de outras figuras significativas que estiveram presentes ao longo da sua vida; compreender o que significa a adoção e como será o processo; conceber a adoção como uma alternativa atrativa e criar expectativas favoráveis face à família; acreditar que é bom formar novos vínculos e que não trai ninguém ao fazê-lo; desenvolver recursos e estratégias para lidar com as reações do contexto social por ser adotada.

Epstein e Heymann (1967) preconizam que para uma preparação ser bem-sucedida deve incluir seis componentes principais, as quais foram integrados em vários modelos de intervenção seguidamente abordados. As seis componentes são definidas como:

- 1) Transmitir que “Toda a criança tem direito a uma Família”;
- 2) Explicar a diferença entre o acolhimento familiar e a adoção;
- 3) Ter uma relação de confiança com o técnico;

4) Ajudar a criança a compreender o seu passado, libertando-a do sentimento de culpa (os autores exemplificam com o seguinte discurso – *No início tu eras uma vítima dos problemas que os teus pais sofriam. Tu reagiste a esses problemas de várias formas que são normais, mas que te fizeram triste. Tu perdeste os teus pais. Isto aconteceu por causa dos problemas. Os teus pais não eram maus, eles tinham problemas. Os seus problemas eram causados por eles próprios e também pelas suas vidas. Eles não eram causados por ti. Eles não eram causados por tu seres má. Tu não és má. Tu fazias o melhor que conseguias, mesmo se por vezes não era o suficiente. Todas as pessoas têm problemas. Tu és uma criança e não é esperado que tenhas o conhecimento necessário de um adulto para ultrapassar os problemas*).

5) Envolver a criança no processo de tomada de decisão

6) Fornecer à criança factos sobre a adoção e o processo de adoção.

Integrando os objetivos e as componentes supramencionadas surgiram modelos de intervenção na preparação da criança para a adoção (Henry, 2005; Jones, 1979; McInturf, 1986). Estes modelos estão organizados em estádios, de número variável, mas que comumente se propõem a: 1) ajudar a criança a compreender os factos que conduziram ao seu acolhimento no sistema de proteção e à inibição do exercício do poder paternal; 2) ajudar a criança a explorar sentimentos de perda, raiva, culpa, ambivalência e confusão e 3) dar poder à criança, permitindo-lhe que participe ativamente nos planos para o seu futuro (Hanna, 2008). Passaremos a expor sucintamente estes modelos.

O **modelo de intervenção de Jones (1979)** define 4 estádios, respetivamente: 1) separação da família de origem; 2) diferenciação entre Família adotiva e de acolhimento; 3) clarificação do autoconceito; e 4) desenvolvimento de relações adotivas.

O estádio 1 visa que a criança aceite que os seus pais biológicos não irão fazer parte do seu futuro. Independentemente dos maus-tratos e negligência, muitas crianças tendem a acreditar que os seus pais a amam e fantasiam o retorno à família biológica, apesar das evidências em contrário. Se uma criança vai ser integrada numa Família adotiva ela terá que ser ajudada a dissipar este mito e lidar com o luto resultante. Logo, a criança precisa ouvir que: 1) os pais não foram capazes de cuidar dela; 2) os pais não conseguem ultrapassar os seus problemas mesmo com ajuda e 3) que a culpa não é dela.

A dor desta perda é muito semelhante à dor associada ao falecimento, seguindo os estádios do luto proposto por Kubler-Ross (2009): 1) negação e isolamento; 2) raiva; 3) negociação; 4) depressão e 5) aceitação. Concretizando, a criança nega que não vai regressar

para a família biológica, exteriorizando a sua raiva para com os cuidadores, pares ou outros, surgindo, de forma sequencial ou alternada, períodos em que a criança negocea, de forma implícita ou explícita, o seu regresso à família biológica mediante assunção de um bom comportamento, e períodos de depressão em que o confronto com a realidade é avassalador. Finalmente ocorre a aceitação quando a criança é capaz de falar sobre o bom e o mau do passado relativamente aos seus pais biológicos e planear o futuro sem a presença deles. No entanto estes períodos não são estanques e pode haver fases de raiva após a aceitação aparente da situação.

No estágio 2 procede-se à diferenciação entre a adoção e o acolhimento¹⁶. A total compreensão pode demorar vários anos para atingir, pelo que a criança se apropria da permanência apenas experienciando-a, testando e confirmando a vontade da família em trabalhar os problemas.

A clarificação do autoconceito, patente no estágio 3, passa pela consciencialização da criança de quem é e de onde veio, bem como pela desconstrução da crença de que é má e não merece melhor, que é inapropriada e inadequada para qualquer família. Sentimentos e fantasias sobre não ser desejada são partilhados e discutidos.

O último estágio corresponde ao desenvolvimento de uma relação entre a criança e a Família adotiva. A aceitação das características individuais é crucial numa adoção e ajuda a prevenir expectativas elevadas quer da Família, quer da criança. A permanência definitiva implica a decisão de trabalhar conjuntamente para resolver os problemas. A criança, a Família adotiva e os técnicos devem antecipar dificuldades e prepararem-se para lidar efetivamente com elas. Para a criança, esta noção da unidade e da coesão familiar para ultrapassar os problemas que certamente surgirão, retira a pressão de viver de forma permanente com estranhos.

O **modelo de intervenção de McInturf (1986)** preconiza cinco estádios principais, designadamente: 1) comunicação dos factos da história de vida da criança; 2) processo de interpretação da criança dos factos (os porquês); 3) exploração dos sentimentos desencadeados e compreensão/aceitação da história; 4) desvinculação das relações anteriores (despedidas) e 5) planificação do futuro.

¹⁶ Nos EUA, contexto da autora, predominam as famílias de acolhimento (foster parents) que têm a oportunidade de adotar a criança a cargo. Aliás em 2011, 54% das crianças foram adotadas por famílias de acolhimento, 31% por familiares e apenas 15% por desconhecidos (USDHHS, 2012). Contrariamente, no contexto Português predominam as instituições de acolhimento, pelo que segundo Fernandez e colaboradores (2001) a intervenção passaria pela diferenciação entre viver numa instituição e numa família.

O estágio inicial corresponde à transmissão de detalhes da história de vida da criança partindo da informação que ela já conhece. Uma regra importante no trabalho com as crianças é contar a verdade. Existem muitas situações em que o técnico não conhece a verdade e em tais casos deve evitar fazer suposições. Um técnico não deve sentir-se obrigado a ter uma resposta para tudo (Fahlberg & Jewett, 1981 citado em McInturf, 1986), porém ocultar à criança informação importante pode ser prejudicial. Por exemplo, uma criança acolhida no sistema de proteção por ter sido vítima de abuso sexual ainda bebê deve saber a verdade. Isto é feito sem ser crítico ou retirar conclusões sobre a sua família.

O segundo estágio, dos porquês, remete para a interpretação da criança da sua história de vida. O objetivo é ajudar a criança a eliminar as fantasias de autoculpabilização ou pensamento mágico (Jones, 1979), isto é, a criança assume que tem o poder de controlar as circunstâncias da vida e consequentemente se algo de mal acontece ela sente que fez algo para isto acontecer (Fahlberg & Jewett, 1981 citado em McInturf, 1986). Uma das formas mais efetiva de ajudar a criança com pensamento mágico é através do uso do “Jogo dos porquês”, que consiste ao longo da exploração da história de vida da criança perguntar-lhe porque é que ela pensa que determinado acontecimento sucedeu. Quando a criança dá uma resposta, a próxima questão é sempre “porquê?”. É feita a assunção de que a criança se culpa pelo acolhimento e o técnico usa o jogo como ferramenta para ajudar a criança a verbalizar a autoculpabilização (Jewett, 1981 citado em McInturf, 1986), uma vez que muitas crianças nunca verbalizaram previamente os seus pensamentos.

No estágio seguinte a questão muda do “porquê?” para “como te sentes?”. É comum encontrar no acolhimento crianças que estão relutantes em partilhar os seus sentimentos (Jones, 1979). Algumas aprendem a não chorar, outras escondem a sua raiva e outras anestesiam-se emocionalmente (James, 1989 citado em Henry, 2005), não sendo invulgar responderem “Nada!” à pergunta “o que sentes?”. Assim, deambulando pela história de vida o técnico pergunta “como te sentiste quando deixaste a tua família?” ou “como te sentiste quando foste para outro acolhimento?”. Para algumas esta é a primeira vez que realmente falam sobre perder os seus pais. O técnico deve assegurar à criança que é correto expressar os seus sentimentos e que é bom compreendê-los.

Para uma criança estar completamente preparada para a adoção e para estabelecer um novo laço relacional ela deve despedir-se emocionalmente da sua família biológica, tarefa do estágio 4 (Fahlberg & Jewett, 1981 citado em McInturf, 1986). Antes do adeus, a

vida da criança, as suas ações, os seus pensamentos e a sua energia emocional são dirigidas para o passado e só após esta desvinculação a ênfase é centrada no futuro.

Após os estádios prévios estarem concluídos procede-se à planificação do futuro, com exploração das várias alternativas e seleção de uma opção. Alguns adolescentes aceitam a futura autonomia de vida como plano, enquanto outros querem a adoção.

Apesar de não fornecer uma metodologia detalhada do método de avaliação da eficácia do seu modelo, McInturf afirma que em 100 integrações adotivas especiais, cujas crianças foram preparadas de acordo com o seu modelo, apenas cinco resultaram em disrupção.

O **modelo de intervenção 3-5-7 de Henry (2005)** identifica 3 tarefas a realizar com a criança: Clarificação dos episódios de vida; Integração de todos os elementos da família e Atualização da pertença à nova família, respondendo a 5 questões conceptuais: “Quem sou eu?”, “O que me aconteceu?”, “Para onde vou?”, “Como vou lá chegar?” e “Quando vou saber que pertenço?”, sendo necessários 7 elementos críticos de forma a garantir o sucesso deste, designadamente: envolver a criança no processo; ouvir a voz da criança; dizer a verdade; validar a história de vida da criança; criar um espaço seguro; recuar no tempo e reconhecer que a dor faz parte do processo.

A Clarificação é a tarefa de ajudar a criança a dar significado aos seus acontecimentos de vida, fornecer informação factual da sua história de vida ajustada à sua compreensão, que está dependente quer da sua capacidade cognitiva, quer da sua prontidão para aceitar a informação. Na Integração a criança explora a sua pertença a vários sistemas familiares, descortinando quem teve significado para ela e para quem ela teve significado. Durante a Integração as crianças lidam com questões de lealdade para com os seus pais biológicos e a família de origem. A Atualização é a capacidade da criança em começar projetar a sua pertença a uma família específica, nomeadamente a Família adotiva.

As cinco questões emergem para fornecer um quadro de referência que foca as temáticas de perda, formação da identidade, vinculação, construção da relação, e segurança.

No contexto Português, foi construído o **Programa de Preparação da Criança para a Adoção – PPCA, de M. Domingues (2011)**, desenvolvido “*sob influência do Construtivismo na Psicologia e no contexto de uma Abordagem Narrativa*” (p. 17). Este programa, aplicado de forma exploratória com cinco crianças institucionalizadas num CAT, visa potenciar a integração das crianças nas suas novas famílias, promovendo uma melhor vinculação e

facilitando o processo de comunicação sobre o seu passado, através da construção de uma narrativa de vida.

A sua implementação inicia-se na decretação da medida e termina algum tempo após a criança estar integrada na Família adotiva, envolvendo e responsabilizando todos os interessados (as crianças, os técnicos da instituição, os técnicos do serviço de adoção e os candidatos à adoção).

O programa gravita em torno de três temáticas principais: o luto da família biológica e outros significativos; a construção da História de Vida; e a vinculação com os novos pais, e está estruturado em nove fases, nomeadamente: A notícia; Sei onde estou e para onde vou; Este projeto também é meu; Construo a minha identidade; O luto da família biológica; Preparo o primeiro encontro; A minha integração na nova família; Preparo a despedida da Instituição e Visito a Instituição (*Follow-up*). Cada fase tem subjacente um conjunto de objetivos e atividades teoricamente fundamentadas, que deverão ser ajustadas caso a caso. Como principais estratégias recorre à construção de uma narrativa de vida (entrevista do fio de vida), à carta/telefonema imaginários de despedida; à identificação de expectativas da criança em relação à nova família, entre outras.

Para avaliação dos efeitos de aplicação do PPCA, foi auscultada a perceção da criança a quem foi aplicado o programa, dos pais, do técnico de adoção responsável pelo processo e da cuidadora que acompanhou a criança durante o processo de transição para a nova família. De forma unânime a importância na preparação da criança foi reconhecida e *“ajudou as crianças em causa a apropriar-se do seu Projecto de Vida, a reorganizar e a reconstruir a sua História num todo coerente, e, finalmente, a preparar-se para uma abertura à Adopção pela nova família”* (p. 94).

De uma forma geral, os vários modelos de intervenção e o programa referidos assentam na história de vida da criança, no luto de figuras significativas do passado e na preparação para integrar um novo contexto e desenvolver novos vínculos. As diferenças residem na ênfase dada a cada uma destas dimensões e na sua operacionalização. Enquanto uns modelos privilegiam a compreensão da história de vida, sendo fornecidos elementos factuais à criança e explorados os sentimentos e cognições relacionados, outros privilegiam a construção da história de vida num processo de co construção e resignificação. Ao longo da compreensão/construção da história de vida, é efetuado (ou iniciado) o luto da família biológica em que determinados modelos/programa privilegiam as despedidas simbólicas e ritualizadas. Quanto à preparação para o novo contexto, uns enfatizam a exploração das

expectativas em relação ao futuro, outros incidem nas estratégias a utilizar para ultrapassar possíveis dificuldades e outros ainda contemplam momentos de intervenção após a criança já estar integrada na família, variando, por conseguinte, os alvos deste processo de preparação (apenas criança ou a criança e a Família adotiva).

A preparação da criança para a adoção é operacionalizada mediante o recurso a diferentes estratégias e ferramentas, integradas ou não num modelo de intervenção, usadas de forma independente ou complementar. De seguida, são elencadas algumas ferramentas referidas na literatura, que poderão ser específicas ou transversais a determinadas etapas do processo de adoção (antes da integração, na transição ou após a integração), desde que devidamente adaptadas.

O **Livro da História de Vida** foi enfatizado pela literatura como uma ferramenta importante a ser utilizada com todas as crianças acolhidas, independentemente do seu projeto de vida. Inclusivamente, alguns técnicos (embora menos frequentemente) constroem o livro de vida com crianças que permanecem com a sua família biológica, mas que estão sob a intervenção do sistema de promoção e proteção.¹⁷ (Backhaus, 1984).

Esta ferramenta permite conectar, compreender e integrar o passado, presente e futuro (Aust, 1981) ajudando a criança a resolver perdas através do processo de luto, a clarificar a sua identidade, a reconstruir a sua autoimagem de forma positiva e a projetar o seu futuro. A criança acolhida não está confortável ou familiarizada com o seu passado. Vários lares e diversos cuidadores frequentemente tornaram a sua vida uma trama dolorosamente complexa, dissonante, confusa e caótica e criança/jovem recorreu a mecanismos rígidos de significação parcial que enviesam a compreensão e comprometem a ação (P. Martins, 2004). Assim, o livro da vida visa transformar as fantasias, as distorções, e as autculpabilizações numa perceção realista da sua situação e da dos seus pais.

O Livro da História de Vida é um processo e não um produto terminado – uma autobiografia que incorpora a descoberta e a discussão das experiências de vida da criança. Pode ser criado em vídeo, áudio e/ou papel, com recurso a papel colorido, marcadores, lápis, adesivos, papel de embrulho, etc. enfim, tudo o que a imaginação permitir. Este pertence à criança e deve estar disponível sempre que ela desejar revê-lo, atualizá-lo ou

¹⁷ Apesar de não haver um paralelismo direto entre o sistema de promoção e proteção dos EUA e o de Portugal, o equivalente na nossa realidade corresponderá às medidas de “apoio junto dos pais” e “apoio junto de outro familiar”, art.35º,n.º1, alínea a) e b) da LPCJP.

reformulá-lo. Não deve ser partilhado indiscriminadamente, mas respeitado como uma parte importante do mundo interior da criança.

Este livro abrange a vida da criança desde o nascimento até ao presente e deve ser escrito, preferencialmente, pelas próprias palavras da criança. Nas situações em que a criança ainda não fala ou é totalmente resistente à tarefa o técnico deverá realizar igualmente o Livro, uma vez que o seu carácter aberto e inacabado permitirá, no futuro, ter uma base de trabalho e informação que será analisada com outros adultos. O livro da vida deve ser iniciado logo quando se comece a trabalhar com a criança, de modo a dar mais tempo à criança para esta compreender e aceitar o que aconteceu e processar os seus sentimentos.

O Livro pode incorporar fotografias, desenhos, trabalhos escolares, cartões de aniversário, prémios e certificados, cartas de cuidadores prévios, um certificado de nascimento, um genograma e tudo o que a criança deseje incluir. Quando as fotografias não estão disponíveis o técnico pode levar a criança a visitar o seu local de nascimento, antigas vizinhanças, cemitérios, acolhimentos prévios ou outros contextos (lugares ou pessoas) que possam ajudar a criança a lidar com a sua história. Alguns técnicos optam por envolver ativamente cuidadores da criança na escrita conjunta de partes do livro.

Independentemente do formato, o Livro geralmente inclui uma narrativa que descreve o que aconteceu à criança, quando e porquê, bem como os sentimentos e pensamentos da criança acerca do sucedido. Há várias questões críticas que precisam de uma explicação para a criança compreender a sua situação, nomeadamente os motivos pelos quais se separou da sua família biológica e foi acolhida (desmontando interpretações negativas, tais como, não a queriam, não era boa, etc.) e porque é que mudou de contextos ao longo da sua vida. A criança precisa de saber qual a função do acolhimento, o papel dos técnicos e dos tribunais e o que aconteceu aos seus irmãos.

O máximo de informação possível sobre os pais, os irmãos, os avós e outros familiares, desde os nomes, as datas de nascimento, uma descrição física e de personalidade, informações de saúde, interesses, educação e características positivas, deve ser fornecida tendo em vista a construção da identidade da criança. É essencial comunicar dados sobre o pai biológico, mesmo que tenha sido ausente ou não envolvido.

Adicionalmente a estas temáticas centrais, é útil para a criança conhecer os factos relativos ao seu nascimento (a data, altura do dia, local, peso, e comprimento poderão ser elementos importantes), alguma informação descritiva sobre o seu desenvolvimento e

saúde. É importante incluir informações no sentido de assegurar à criança que ela foi normal e que fez as mesmas coisas que todas as outras crianças fizeram. Se a criança tem uma incapacidade, será importante discutir o efeito dessa incapacidade mas também reassegurar todas as outras formas que a criança é normal. Características adicionais, que contribuem para a identidade da criança, devem ser listadas, tais como o que gosta ou não gosta, atividades desportivas, passatempos, etc.

A construção do livro da vida ajuda a estabelecer laços e consequentemente reforçar o processo de vinculação entre pais e filhos, pelo que os autores sugerem que os pais adotivos também construam o seu livro da vida e o partilhem com a criança e por outro lado que deem continuidade ao trabalho desenvolvido com a criança após esta estar integrada na família. Frequentemente, vários medos da Família adotiva subjazem na abordagem do passado da criança, tais como o medo de perturbar a criança (se a criança está tão bem não há necessidade de desenterrar o passado), mas fundamentalmente o medo de perder a criança (fazer um livro da vida pode reacender o interesse na família biológica) e/ou de explicitar uma realidade compreendida racionalmente, mas nem sempre emocionalmente (a criança tem todo um passado, uma vivência e uma história e só agora os nossos caminhos se cruzaram). O silêncio da criança reveste-se assim de dupla significação em função do leitor: a Família adotiva interpreta-o como o esquecimento ou a rejeição salutar e uma prova da real aceitação da nova família; os técnicos consideram-no como uma tentativa da criança em não desagradar/ferir os pais, por percecionarem o desconforto destes em falar sobre estes assuntos. Assim, para obter a colaboração dos pais o técnico deve necessariamente identificar e devolver estes medos de forma a reformular as atitudes dos pais. Muitos pais participam positivamente após compreenderem o quanto ajuda os seus filhos e a construção do sentimento de família.

O recurso ao **Genograma**, em que se representa esquematicamente ambas as famílias, a biológica e a adotiva pode ajudar a criança a ter uma perspetiva do passado e presente (Hartman, 1978 citado em Harrison, 1988). O nome, a data de nascimento e a relação de parentesco com a criança devem ser incluídos. No estudo de Fernández e colaboradores, relativo à preparação para a adoção de 21 crianças entre os seis e 11 anos de idade, observou-se que 14% das crianças consideravam como membros da sua família alguns cuidadores dos centros de acolhimento que tinham vivido e inclusivamente assumiam como irmãos algumas das crianças com quem estavam acolhidas.

O **Ritual das velas** (Morago, Cabeza, & Fernández, 2010; T. Ryan & Walker, 2007) ajuda as crianças a compreenderem que podem amar novas pessoas sem abdicarem do amor que sentem pelas pessoas significativas que fazem ou fizeram parte da sua história de vida, ou seja, que as pessoas têm uma capacidade infinita para amar e que se pode amar simultaneamente diversas pessoas minimizando, desta forma, o sentimento de traição. A atividade consiste em pedir à criança que nomeie as várias pessoas importantes da sua vida e que selecione uma vela para representar cada pessoa, que será personalizada (ex.: poderá ser decorada, pintada ou escrito um nome). As velas são dispostas em fila, e uma vela, que representa a criança, é acesa representando o seu nascimento e o momento em que tem capacidade para amar muitas pessoas. Seguidamente cada vela é acesa uma a uma. Finaliza-se a atividade explicando que as velas permanecem acesas enquanto continuamos o nosso caminho a ascender outras velas, pelo que para amar novas pessoas não é necessário deixar de amar as pessoas do passado. Quando a criança é integrada na Família adotiva este ritual é repetido com os novos pais para enfatizar a importância de não extinguir o amor que a criança sente por outras figuras significativas que fizeram parte da sua vida.

O **Ecomapa** (Fahlberg, 1994; T. Ryan & Walker, 2007), técnica preferencialmente dirigida para crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, representa, através de um desenho, a criança rodeada pelos lugares e pessoas significativas, refletindo as principais mudanças da sua vida e as relações afetivas e de parentesco que manteve com as diferentes pessoas. Neste âmbito, são explorados os motivos pelos quais a criança está acolhida, as casas em que já viveu, com quem vivia, a relação com os seus irmãos e amigos, a escola, os seus sentimentos, preocupações, sonhos, gostos, etc.

No **Cofre do Tesouro** (Fuentes & Fernández, 2004; Morago, Cabeza, & Fernández, 2010) a criança deve guardar pequenos segredos ou tesouros que para ela tenham significado (ex.: cromos, fotografias, postais, pequenos objetos, etc.) com o intuito de poder colecionar recordações do seu passado, da sua permanência atual no acolhimento e da sua relação com o técnico ou a família de acolhimento. Pretende-se que o cofre adquira um especial significado para a criança/jovem, convertendo-se num recipiente para os seus sentimentos, experiências e recordações, recentes e antigas. Quando a criança sair do acolhimento, este tesouro permite recordar as coisas que fazia e gostava no acolhimento, bem como o afeto, o cuidado, e os momentos positivos partilhados com os profissionais do CAT/LIJ ou família de acolhimento, contribuindo para a construção da sua identidade.

A **leitura de contos ou histórias** (Fuentes & Fernández, 2004; Morago, Cabeza, & Fernández, 2010) com personagens que passaram por experiências de acolhimento ou de adoção podem ajudar as crianças que estão acolhidas a compreender a sua situação atual e o seu passado, bem como reconhecer que os seus sentimentos são normais e que são partilhados por outras crianças que viveram acontecimentos similares aos seus. Em Portugal existem diversos contos que versam a adoção, de forma explícita ou implícita, nomeadamente, “*Os ovos misteriosos*” (L. D. Soares, 1994), “*O coelhinho tremeliques*” (Gray, 2003), “*A família de Flora: compreender... a adoção*” (Aubrey, 2009), “*Grávida no coração*” (P. P. Silva, 2006) e “*Por que fui adoptado?*” (Varela, 2010).

O **Cronograma** ou **linha da vida** ou **fluxograma** (*life history grids* ou *timeline*) pode ajudar a ilustrar os diferentes lares em que a criança viveu ao longo do tempo. A forma como é representado fica ao critério da criança, mas Keck e Kupecky (2009) sugerem que cada quadrado deverá representar um mês de vida, desde o nascimento até aos 25 anos ou mais (idade selecionada para reforçar que a Família é uma pertença e não termina após atingir a maioridade ou com prorrogação até aos 21 anos, à semelhança das medidas de promoção e proteção). A criança escolhe uma cor para cada acolhimento e se saiu e foi reintegrada no mesmo contexto deverá escolher a mesma cor. A criança vai colorindo o cronograma e assinalando com quem viveu em determinado local, por que é que mudou e qualquer outra informação relevante. Este cronograma pode ser usado como um ritual familiar em que a criança vai colorindo cada vez mais o tempo passado com a Família adotiva validando a sua permanência na família atual.

Nos **Caminhos para o Futuro** (Fuentes & Fernández, 2004; Morago, Cabeza, & Fernández, 2010; Núñez, 2002) são representados os possíveis trajetos que a vida da criança pode seguir após o acolhimento atual, destacando-se as vantagens da adoção como uma alternativa definitiva para ter uma família. Nesta atividade são explorados os receios e as expectativas da criança em relação às diferentes possibilidades e analisadas as diferentes etapas e acontecimentos que têm de ocorrer para chegar ao destino final de cada caminho. Esta atividade pode ser útil para ajudar a criança a perceber e transmitir a sua opinião em relação às diferentes opções que existem num determinado momento da sua vida.

As **Despedidas**, reais ou simbólicas, podem ajudar a criança no processo de luto (M. Domingues, 2011; Fahlberg & Jewett, 1981 citado em McIntrurf, 1986). O jogo simbólico, a representação de papéis ou a escrita de cartas podem ser atividades úteis para o efeito. As cartas podem expressar a desilusão, a frustração ou a raiva para com um pai biológico por a

ter abandonado, ou a preocupação e esperança de um dia voltar a vê-lo. Apesar de algumas cartas poderem ser enviadas, algumas serão escritas apenas pelo seu valor terapêutico e serão guardadas no livro da vida, sendo acordado no início, de forma clara, quais serão enviadas ou não. Prévios cuidadores da instituição ou da família de acolhimento podem também escrever para a criança, descrevendo o tempo que a criança viveu com eles e de que forma a criança contribuiu positivamente para a vida em conjunto. Cartas como estas fortalecem a autoestima da criança e permitem-na ser otimista em relação ao futuro. As despedidas ritualizadas (na escola, no CAT/LIJ, na família de acolhimento, etc.) também podem ter um contributo importante para uma transição positiva da criança para uma nova casa. Nas situações em que a criança está integrada numa família de acolhimento ou é separada dos irmãos, será importante que estes validem a decisão da criança viver com a Família adotiva, dando-lhe permissão.

Outra estratégia consiste em completar uma **Lista de Forças e Necessidades**. A criança, com a ajuda do técnico, acolhedor, e outros significativos enumera todas as suas forças e, noutra coluna separada, lista as suas necessidades ou problemas ou mudanças desejadas. A lista das forças deve ser sempre muito maior que a lista de necessidades de forma a dar à criança um sentimento positivo do *self*. Este exercício também é útil para corresponder as necessidades da criança com as competências de uma Família adotiva potencial. Igualmente esta lista de forças/necessidades pode ser realizada por cada indivíduo da Família adotiva de forma a identificar potenciais áreas problemáticas na nova conjugação família.

No **Caminho da Vida (Yellow Brick Road¹⁸)** é pedido à criança para especificar o tipo de família que ela gostaria de permanecer para sempre, explorando diferentes tipos de família. O técnico pode ajudar a criança devolvendo-lhe a informação que sabe acerca dela. Esta atividade também ajudará a criança a responder às questões “*Quem sou eu?*”, “*Como vou lá chegar?*”, “*Quando vou saber que pertenço?*”. Uma vez que as crianças nem sempre são realistas sobre o que pedem (uma família com dinheiro, cavalos, uma piscina; uma família que nunca castiga), pode solicitar-se à criança para listar por ordem de importância as características. Também se torna importante clarificar o que é viver numa família, os direitos e deveres de cada um, o papel e função de cada um, etc. Salientar que quando as pessoas desejam viver umas com as outras têm que fazer alguns ajustamentos específicos e a criança também será responsável por algum desse trabalho. Se ela sabe o que esperar e

¹⁸ Metáfora subjacente no livro “O Feiticeiro de Oz” que representa o percurso de vida com os obstáculos inerentes que são ultrapassados com a ajuda de pessoas significativas e pela capacidade pessoal.

concorda com o plano, então também estará muito mais interessada em fazer o plano funcionar.

Para a exploração do tipo de família e das características desejadas também é usada a atividade da **mercearia** em que é dito à criança que aquela mercearia é especial com vários pais, mães, irmãos, e animais dentro. A criança é encorajada a selecionar uma família para si e a refletir sobre as suas escolhas.

A promoção da expressão dos sentimentos, uma vez que as crianças acolhidas e adotadas têm dificuldade em identificar, expressar e lidar com os sentimentos (Colvert et al., 2008; Pears & Fisher, 2005; Vorria et al., 2006) poderá ser efetuada com recurso às **Faces dos sentimentos** (Fahlberg, 1994). As crianças aprendem que estes sentimentos são normais e que podem ser expressos abertamente (Jewett, 1981 citado em McInturf, 1986). Com crianças resistentes ao processo, que desenvolvem uma amnésia seletiva sobre os acontecimentos da sua vida passada, o técnico pode descrever a história de vida e supor como outra criança se sentiria caso algo similar lhe acontecesse. As crianças irão quase sempre confirmar ou infirmar se o técnico adivinhou.

A integração na nova família é facilitada pela antecipação concreta do novo contexto e pela exploração de modos de atuação face a situações específicas (Fernández et al. 2001). Desta forma é importante **proporcionar informação à criança** acerca das características da nova família (composição, contexto, hábitos de vida, família alargada, etc.), dos sentimentos da nova família relativamente a ela (o seu interesse em conhecê-la e querê-la) e da escola que irá frequentar (características, atividades, etc.). Para facilitar a transmissão desta informação podem apresentar-se fotografias da família, da casa, da vizinhança e também trocar cartas em que ambos expressam os seus gostos e desejos de se conhecerem.

No intuito de facilitar a integração nos primeiros dias, especialmente nos casos de maior insegurança por parte da criança, pode-se dar algumas orientações no sentido de diminuir os níveis de ansiedade, tais como: não é necessário chamar à Família adotiva de pai e/ou mãe e que podem tratá-los pelo nome; não é obrigada a contar as suas coisas à nova família até que o desejo fazer; da mesma forma que a família a tratará bem, ela também deve comportar-se bem com a nova família, etc.

Para preparar a criança a enfrentar possíveis reações do contexto social perante o facto de ser adotada pode recorrer-se à representação de papéis em que a criança treina respostas a possíveis perguntas ou comentários que os outros poderão fazer (Fernández et al. 2001).

As **Visitas**, no período de transição, são consideradas como momentos cruciais de intervenção, em que as integrações terão maior probabilidade de ser bem-sucedidas se após cada visita se discutir o que correu mal, bem e porquê (Jones, 1979).

Já integrada na família os pais podem definir e reconhecer a importância de **datas simbólicas**, como por exemplo fazer uma festa ou um anúncio formal a celebrar a entrada da criança na nova família (tendo sempre em consideração os *timings* da criança para o efeito), ou celebrar anualmente a data da integração ou em que a adoção foi legalmente concretizada (Keck & Kupecky, 2009). Por outro lado, determinadas datas festivas podem gerar sentimentos de solidão, dor e tristeza para uma criança e a sua nova família. A melhor forma para ajudar a criança a ultrapassar a sua dor é reconhecer o seu passado. As famílias podem acender uma vela todas as noites para a pessoa que sentem falta, podem partilhar sentimentos sobre familiares que faleceram ou com os quais já não têm contacto, reforçando à criança que estas emoções são perfeitamente válidas. A título de exemplo, uma família deu uma pequena árvore de natal à sua filha adotiva, em que em cada dia ela fazia um enfeite de natal com o nome da pessoa que sentia falta. A conjugação de nomes, desde os pais biológicos, a família de acolhimento, terapeutas, amigos, professores, compreendia a sua história de vida e perdas (Keck & Kupecky, 2009).

A preparação da criança para a adoção é uma tarefa extremamente individualizada, sendo difícil generalizar, pelo que as orientações e estratégias devem adaptar-se a cada criança em particular, uma vez são inúmeras as variáveis que diferenciam umas crianças de outras (ex.: história com a família biológica; idade; tipo de Família adotiva; período de institucionalização; tipo e número de centros de acolhimentos; existência ou não de fracassos em acolhimentos prévios, etc.). Teoricamente, o estágio de desenvolvimento da criança e a idade aquando da integração também devem desempenhar um papel significativo na forma como a criança é preparada para a adoção (Brodzinsky, 2011; Brodzinsky, Singer, & Braff, 1984).

As abordagens e estratégias elencadas, entre outras, são recomendadas pela literatura para ajudar a criança na compreensão do seu passado, presente e futuro, porém não há estudos que indiquem que sejam usadas de forma sistemática e consistente (Backhaus, 1984; Rushton et al., 1998 citado em Rushton, 2004).

Hanna (2008) investigou a preparação para a adoção de 55 crianças, de acordo com a percepção dos seus pais adotivos e dos técnicos responsáveis. Apesar de o Livro de História de Vida ser uma das ferramentas mais enfatizadas na literatura para a preparação da

criança, apenas 60% ($n = 33$) das crianças tinham um Livro de História de Vida. Destas, apenas 18 realizaram o Livro da História de Vida antes da integração. A maioria retratou o Livro da História de Vida como um mero álbum de fotografias ou uma coleção de fotos. Somente três descreveram-no como algo holístico, que incluía fotografias, documentos importantes, descrição da história, registo de memórias, pensamentos e sentimentos. A resolução das problemáticas da separação, da perda e do luto são cruciais para a integração da criança numa Família adotiva (Fahlberg, 1994), no entanto, só 60% das crianças receberam terapia que incidisse nestes tópicos, quer antes, quer após a integração. É possível que a terapia, antes e após a integração focasse mais a estabilização dos comportamentos da criança e a manutenção do acolhimento e da nova família, respetivamente; porém, também é importante ter em consideração que muitos destes comportamentos “negativos” que as crianças exibem podem dever-se à falta de resolução destas temáticas. Pasztor e Leighton (1993) sugeriram que vários comportamentos da criança adotada classificados como patológicos traduzem somente o não reconhecimento da manifestação de um processo adaptativo de luto.

Na apreciação relativa da eficácia das diferentes atividades 45.7% dos pais adotivos consideraram como mais útil a terapia, antes ou após a integração. Outras atividades, como as visitas prévias à integração (23.9%, $n = 11$), uma transição lenta (8.7%, $n = 4$); a construção do livro da vida (8.7%, $n = 4$) e a família de acolhimento apoiar a integração (8.7%, $n = 4$) também foram referenciadas. Do ponto de vista dos técnicos, a discussão do plano de adoção com a criança de forma a envolvê-la no processo e opinar acerca do tipo de família desejada assumiu lugar cimeiro (50%, $n = 13$), reconhecendo a importância de dar voz à criança.

Após explicitação de algumas estratégias e atividades, procede-se em seguida à análise dos conteúdos, refletindo-se acerca do “que dizer” e principalmente “como dizer”.

Na exploração da história de vida da criança autores enfatizam que se deve encorajar a criança a recordar memórias positivas dos pais biológicos, com questões tais como “*ele/a era engraçada?*”, “*que coisas tu gostavas de fazer com ele/a?*”, “*ele/a sabia cantar?*”. Porém, estas memórias positivas devem ser contrabalançadas com uma discussão dos problemas, pois permitir à criança acreditar que tudo estava bem quando vivia com os seus pais biológicos apenas contribui para o sentimento de ter sido “raptada” pelos seus pais adotivos. Apesar de haver um desejo justificável para proteger a criança dos detalhes desagradáveis da situação, é crucial serem-lhe transmitidos os factos necessários para esta

atingir a resolução dos seus sentimentos de culpa, abandono e dor. É importante que os envolvidos na preparação para a adoção falem honestamente com a criança sobre aquilo que os pais falharam e porque é que foi decidido que havia pouca potencialidade de mudança. Não contar à criança os factos verdadeiros pode causar futuros traumas, porque ela sentir-se-á traída e perderá a confiança quando a verdade for revelada.

Quando se fala com a criança acerca da separação da família biológica deve-se evitar generalizações vagas, tais como *“a tua mãe estava doente”* ou *“o teu pai tinha vários problemas”*. Isto levanta questões na mente da criança acerca do que é que poderia acontecer se os pais adotivos adoecessem ou se tivessem problemas.

Também é importante falar de como os pais biológicos se sentiram relativamente ao acolhimento e à adoção, pois ajuda a criança a ver os pais como um todo e beneficia a sua autoestima saber que a decisão não foi tomada de forma desprendida. Contudo, segundo Baynes (2008), à medida que escrevemos o livro da história de vida reduzimos a complexa e confusa realidade desses seres humanos e as várias, e por vezes contraditórias, versões de como a criança se tornou juridicamente adotável para uma versão única da verdade sobre a qual os técnicos têm todo o controlo. Para algumas crianças, podemos honestamente afirmar que *“a tua mãe e pai biológicos sabiam que não podiam cuidar de ti e queriam que tu tivesses uma nova família”*, mas para outras os pais biológicos continuam, muito anos após o processo ter terminado, a sentir que a criança lhes foi roubada e sofrem uma dor profunda pela sua perda. É importante que a criança adotada saiba da sua família biológica, mas a autora questiona se há limites naquilo que elas devem realmente saber e como se estabelecem estes limites?

Os estereótipos de género, existentes na sociedade e reproduzidos discursivamente pelos técnicos, devem ser acautelados. Os pais do sexo masculino são muitas vezes invisíveis nos relatórios sociais, particularmente na área da negligência. Raramente os técnicos aplicam a ideia de *“falhou em proteger”* para os homens que não se responsabilizaram pelos cuidados dos seus filhos quando a mãe era toxicodependente ou tinha problemas mentais sérios. Se explicamos que *“a tua mãe biológica não conseguia cuidar de ti, as tuas roupas estavam sujas, nem sempre tinhas comida e ela ficava na cama o dia todo”*, precisamos de preencher as partes que faltam da história afirmando que *“o teu pai biológico nunca te veio ver e não verificou se tu estavas bem”* ou *“o teu pai biológico sabia que a casa estava suja, mas nunca ajudou a limpá-la”*. Estas são as partes da história que transmitem à criança que

um homem pode ser responsável por um(a) filho(a) e ativamente envolvido nos seus cuidados.

Os motivos da separação também deverão ser contextualizados no contexto social e ambiental da família biológica e não circunscreverem-se a fatores individuais. Não se pode negligenciar os múltiplos desafios (ex.: desemprego prolongado; bairros violentos; exclusão social, etc.) que estas famílias enfrentam diariamente e ao longo da sua vida. Estas histórias não contadas devem ser incluídas, sobretudo para crianças que possam crescer em Família adotivas de classe média, com pouca experiência pessoal de pobreza ou do tipo de dificuldades com que a família biológica teve de lidar.

O papel do sistema, abarcando todas as entidades que têm uma intervenção direta ou indireta junto das crianças/jovens e suas famílias, deverá ser clarificado, explicitando a sua finalidade de promoção e a proteção da criança, mas também reconhecendo quando falhou com este intento. Desta forma, a figura do tribunal, geralmente geradora de medo e de culpa na criança, deverá ser associada à proteção em detrimento do castigo. A criança precisa saber que o tribunal não originou o problema, que este tentou, através de diversos apoios, que fosse dada uma oportunidade justa aos pais, e que é responsável por assegurar que a criança viva numa casa onde estará em segurança e protegida e que tenha tudo o que necessita.

O técnico deve esclarecer que foram prestados vários apoios à família e feitas várias tentativas no sentido de os problemas serem resolvidos, mas que nem sempre os pais aceitaram o suporte. Deverá ficar registado no Livro de História de Vida afirmações como “*o técnico continuou a bater à porta, mas a tua mãe biológica não o deixou entrar*” ou “*o psiquiatra pensou que o poderia ajudar o teu pai biológico mas ele não ia às consultas*”. Se afirmamos que a família tinha problemas (de saúde, de dependência, etc.) e não frisamos que estas foram ajudadas a criança sentir-se-á na obrigação de o fazer.

Todavia, nas situações em que o apoio foi inadequado ou em que as opções/omissões conduziram a mais perdas ou abusos também é importante reconhecer e aceitar parte da responsabilidade. Precisamos ser honestos com a criança contando a história que “*a tua mãe biológica queria ir para uma clínica mas não havia vaga para ela durante muito tempo*” ou “*pensamos que esta seria uma boa família para ti, mas enganámo-nos e por vezes eles foram maus para ti*”.

A separação dos irmãos (quando uns permanecem com a família biológica e outros são acolhidos ou quando são acolhidos em estruturas diferentes ou quando são adotados por

famílias diferentes) deverá ser explicada. Quando é dito à criança que *“os pais não conseguiram cuidar dela”*, por vezes a criança assume que eles não podiam criar de nenhuma criança. Porém, nem sempre a realidade se coaduna e há circunstâncias em que apenas um dos filhos foi acolhido (reforçando o sentimento de culpa da criança), pelo que é necessário explicar o porquê desta opção. Nas fratrias, as dinâmicas estabelecidas muitas vezes conduzem a uma parentificação em que uma criança protagoniza os cuidados para com os irmãos mais novos. Perante uma separação, a incerteza de saber o que aconteceu aos irmãos e a culpa sentida por não assegurar a sua segurança poderá comprometer a integração numa nova família. Revela-se crucial analisar com a criança as razões da separação, identificar e desconstruir medos e fantasias, informar a criança com quem e onde estão os seus irmãos, e assegurar que eles estão numa família que irá cuidar deles e amá-los incondicionalmente.

Nalgumas situações, as crianças ao saberem os antecedentes familiares, muitas vezes com problemáticas intergeracionais, receiam que eles próprios possam perpetuar este ciclo e vir a ser como os seus pais biológicos. O técnico deverá explorar estes medos e promover a diferenciação relativamente à família biológica, uma vez que a criança irá viver num contexto, com oportunidades, interações e aprendizagens diferentes.

Os técnicos por vezes expressam preocupação que a criança deseje escrever informações no seu livro da vida que não correspondam à realidade. Efetivamente a criança pode precisar de uma versão idealizada, romantizada dos eventos enquanto não estiver preparada emocionalmente para olhar de forma mais próxima para aquilo que correu mal. Como a criança compreende as coisas Agora é sempre parte da história. A criança é que viveu a história, logo surge como um sujeito ativo na exploração e criação de significados no contexto seguro das sessões, em vez de um recetáculo passivo da nossa *“privilegiada”* narrativa. O papel do técnico consiste em dar informação e fornecer formas alternativas de (re)construir e significar a história. Ao darmos à criança leituras alternativas sobre a realidade que a envolve, estamos a *“permitir que não se sinta absolutista e definitivamente presa a qualquer delas”* (O. F. Gonçalves, 2000, p. 109). Por este motivo, deve-se registar e respeitar os vários e diversos significados do mesmo acontecimento. Esta abordagem dá a possibilidade à criança de mudar de perspetiva no futuro, reconhecendo que todos nós revisitamos eventos significativos das nossas vidas e compreendemo-los de maneira diferente ao longo do tempo.

Em *Ímula*, as mudanças no perfil da criança em situação de adotabilidade, passando a integrar crianças previamente consideradas inadotáveis, introduziu novos desafios para as práticas profissionais e as Famílias adotivas. A avaliação das crianças, processo crucial para a seleção da Família adotiva que melhor responderá às necessidades e características da criança ou fratria, incidirá no passado, mediante descrição da história de vida da criança, no presente, através da avaliação do funcionamento atual com recurso a informantes e métodos múltiplos, e remeterá para o futuro dando indicações do impacto das experiências prévias e antecipando possíveis dificuldades na transição, na integração e ao longo do ciclo vital. A preparação da criança para a adoção, que se estende para além da transição, visa ajudar a compreender, a significar e a integrar a sua história de vida, realizando o luto das suas perdas, de forma a facilitar a integração na Família adotiva. Para consubstanciar estes objetivos pode-se recorrer a diferentes estratégias e atividades, sustentadas teoricamente, envolvendo a criança ao longo de todo o processo, ouvindo a sua perceção da história e devolvendo-lhe leituras alternativas da realidade, no âmbito de um espaço seguro e de confiança.

Capítulo II

Candidatos à Adoção

De modo a encontrar uma família para uma criança em situação de adotabilidade os serviços de adoção têm, numa fase prévia, de proceder à avaliação e à preparação dos Candidatos, de forma a assegurar que o futuro contexto da criança seja efetivamente protetor, securizante, afetoso e estimulante.

Este capítulo centra-se, portanto, nos Candidatos, na sua caracterização, avaliação e preparação. A caracterização dos Candidatos cinge-se a dados sociodemográficos (idade, estado civil e composição familiar), enquadrados no panorama internacional, e numa conjuntura de mudanças sociais, legais e regulamentares.

Na avaliação dos candidatos reflete-se acerca da sua dupla finalidade (estudo e preparação), apresentam-se modelos e práticas de diferentes países (Portugal, EUA, Espanha e Inglaterra¹⁹) e descrevem-se adaptações do processo em função das características dos avaliados (candidaturas de casal, singular ou com filhos prévios).

O tipo, a frequência e a duração das atividades de preparação, os conteúdos abordados e as metodologias adotadas são explorados, rematando com a perceção dos visados acerca da utilidade dessas mesmas atividades.

2.1. Caracterização dos Candidatos à Adoção

Paralelamente à alteração do perfil da criança em situação de adotabilidade, abordada no capítulo prévio, ocorreram mudanças, ao longo dos tempos, no perfil dos candidatos à adoção. Em Portugal, a inexistência de dados estatísticos nacionais divulgados acerca das características dos candidatos à adoção não nos permite em rigor corroborar essa evolução, pelo que nos circunscreveremos a estudos realizados num determinado contexto espaço-temporal.

A nível internacional, os dados de seis países (Austrália, Croácia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda e Itália) indicam que a idade média dos pais no momento da adoção varia entre 35.5 e 40.4 anos (Department of Economic and Social Affairs of the United Nations, 2009). Contudo, esta idade está intimamente relacionada com os requisitos legalmente

¹⁹ No intuito de caracterizar os modelos e práticas de diferentes países construiu-se um questionário (traduzido para Francês e Inglês) que foi enviado para diversos serviços de adoção (públicos e privados) da Europa. Contudo, a baixa taxa de resposta remeteria para estudo de casos, que poderiam ser ou não tradutores do panorama nacional. Por conseguinte, optamos apenas por referir os modelos e práticas dos países a que nos foi possível estabelecer contactos pessoais com entidades/figuras-chave da adoção e/ou aceder a documentação específica relativa ao tema em questão.

estabelecidos em termos de idade absoluta (máxima e mínima) e relativa (diferença máxima e mínima de idades entre o adotante e o adotado). A título de exemplo, na Croácia, é definido que a pessoa que deseja adotar deverá ter entre 21 e 35 anos, apesar de se permitir que pessoas mais velhas adotem desde que seja no superior interesse da criança e que a diferença de idades entre os pais adotivos e a criança adotada não exceda os 40 anos. No contexto Português, o limite mínimo é de 25 anos para casais e de 30 anos para candidatos singulares e o limite máximo é de 60 anos, restringindo-se a 50 anos a diferença máxima de idade entre os futuros pais e os filhos.

Todavia, independentemente do valor da idade média, os dados, a nível internacional, indicam uma tendência, nos países Europeus, para o aumento da idade dos pais adotivos no momento da adoção. Este aumento está relacionado, entre outros aspetos, com o adiamento do casamento e do primeiro filho. Efetivamente os dados estatísticos em Portugal demonstram que a idade média do primeiro casamento nas mulheres subiu de 24.2 para 29.5 desde 1990 até 2011, e similarmente, a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho subiu de 24.7 para 29.2, no mesmo período temporal (INE & Pordata, s.d. b). Nos candidatos com problemas de fertilidade poderemos adicionar os anos dos tratamentos médicos/hospitalares, uma vez que, de acordo com S. A. Ferreira, Pires e Salvaterra (2004), a decisão de adoção só é tomada quando todas as hipóteses de conceberem um filho geneticamente seu se esgotam, ou seja, quando todos os tratamentos médicos fracassam. As alternativas biológicas e medicamente assistidas são ainda hoje a primeira escolha, mesmo sendo métodos caros, morosos, dolorosos, criadores de ansiedade e consumidores de tempo. A cultura atual, focada na medicina, na genética e nos avanços da tecnologia, é um agente de estigmatização de todas as famílias não biológicas, na medida em que contribui para a sobrevalorização das relações genéticas em detrimento do afeto (Lebner, 2000).

Num estudo realizado no distrito de Lisboa (exceto cidade de Lisboa) com 461 famílias que adotaram 540 crianças entre 1984 e 2004 (Salvaterra & Veríssimo, 2008) observou-se que as idades à altura da candidatura variavam entre os 23 e os 51 anos para as mulheres ($M = 34.17$, $DP = 5.39$) e os 24 e 55 para os homens ($M = 35.28$, $DP = 7.57$). Na cidade de Lisboa (Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, 2011) a maioria dos candidatos à adoção em lista de espera em 2011 tinha entre 30 e 40 anos ($n = 122$, 56.2%), seguindo-se a faixa etária entre os 40 e 50 anos de idade ($n = 85$, 39.2%). Num estudo realizado no distrito do Porto, relativo à análise de processos do universo de adoções realizadas entre 1988 e 1997 ($N = 617$),

observou-se que cerca de 50% dos candidatos, aquando da adoção, tinham entre 30 e 39 anos. Apenas cerca de 10% dos candidatos tinha menos de 30 anos e percentagem similar com mais de 49 anos (CRSS Norte/SSR Porto, 2000).

Numa análise de 120 países que estabelecem requisitos quanto ao estado civil dos candidatos, apenas 15 restringem a adoção a candidatos casados (Department of Economic and Social Affairs of the United Nations, 2009). Nos seis países que forneceram dados estatísticos²⁰ (Austrália, Dinamarca, Eslováquia, Finlândia, França, e Suíça) constata-se que a percentagem de adoções por pessoas singulares varia entre 2.3 (Suíça) e 14.3 (Finlândia). Apesar de excecionalmente na Suíça se verificar um declínio da adoção por pessoas singulares de 4% em 1980 para 2% em 2002, a tendência geral é para haver um aumento gradual.

No contexto Português, no estudo referido de Salvaterra e Veríssimo (2008) somente 2.4% da amostra era composta por famílias monoparentais (10 mães e um pai). Estes dados contrastam significativamente com os da cidade de Lisboa em que num total de 130 candidaturas em lista de espera para adotar, 33.1% ($n = 43$) são singulares. Ambos os dados remetem para unidades de análise diferentes em termos temporais (1984 a 2004 vs. 2011), contextuais (distrito de Lisboa vs. cidade de Lisboa) e de estatuto dos participantes (adotante vs. candidato à adoção), pelo que este contraste deve ser devidamente contextualizado.

No passado alguns países (ex.: Dinamarca, Itália) impediram que pessoas que já tivessem filhos pudessem adotar (United Nations, 1956), porém atualmente tal limitação foi abolida e a maioria dos países autoriza. Em Portugal, num estudo realizado em 2009, a nível nacional com 510 sujeitos (234 candidatos à adoção e 276 pais adotivos) verificou-se que 13.9% tinham filhos biológicos (Rocha, 2009). Percentagem menor foi verificada no estudo do distrito de Lisboa (7.2%) e maior no estudo da cidade de Lisboa (54.6%). Numa posição intermédia surge o estudo do Porto em que 30.3% das adoções foram efetuadas por famílias com filhos (25% biológicos e 5.3% adotados).

Na Europa são 11 os países que permitem a nível legal a adoção por casais de pessoas do mesmo sexo, nomeadamente a Holanda (2001)²¹, a Suécia (2003), a Inglaterra (2005), o País de Gales (2005), a Espanha (2005), a Andorra, (2005), a Bélgica (2006), a Islândia (2006),

²⁰ Dependendo do país em questão os dados reportam-se a anos diferentes, que variam entre 1999 e 2004.

²¹ Entre parêntesis indica-se a data em que a adoção por pessoas do mesmo sexo foi regulamentada em cada país.

a Escócia (2009), a Noruega (2009) e a Dinamarca (2010). Quanto à coadoção, além de permitida nos 11 países e jurisdições europeias já referidos, também é autorizada na Alemanha (2005) e na Finlândia (2009) com a particularidade de ser apenas possível a coadoção do filho biológico do companheiro. Em Portugal, em 2012, a Assembleia da República chumbou duas propostas que previam a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, o que não invalida que qualquer pessoa, independentemente da sua orientação sexual, possa adotar a título individual uma criança. Aliás, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, em 22 de Janeiro de 2008, condenou a França por ter impedido que uma lésbica, que vivia com a sua companheira, adotasse uma criança.

Em suma, as possibilidades de adoção apresentam-se, nos dias de hoje, sob múltiplas formas e em diferentes contextos (Branquinho, 2011). Se até recentemente os candidatos à adoção eram quase exclusivamente casais, que não conseguiam concretizar a filiação biológica (Domingo, 2006; Mascarenhas & Alarcão, 2003), atualmente, apesar de estas características ainda predominarem, proliferam outras configurações familiares que têm manifestado interesse em constituir ou aumentar a sua família através da adoção, nomeadamente pessoas singulares, casais com filhos biológicos, casais de meia-idade, casais que perderam um filho, e casais que vivem em união de facto (Palacios & Amorós, 2006; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Tal como na mudança do perfil das crianças em situação de adotabilidade, a mudança do perfil dos candidatos opera num contexto de alterações a nível social, legal e regulamentar, mais amplo.

A nível social, os estudos demonstram que ainda existe um estigma associado à adoção encarando-a como uma “segunda melhor forma” de aceder à parentalidade (Miall, 1987; Salvatera & Veríssimo, 2008) em que a adoção é ainda percecionada como “*not quite as good as having your own*” (Fisher, 2003, p. 335). Os pais adotivos vêm-se frequentemente obrigados a justificar a sua decisão e, quando anunciam a sua intenção de adotar, recebem menos suporte social e emocional por parte da família alargada, comparado com os não adotivos, especialmente quando estão subjacentes diferenças raciais ou étnicas (S. A. Ferreira, Pires, & Salvaterra, 2004). Porém a gradual maior expressividade das novas formas de famílias (recompostas, adotivas, etc.), em que prevalece o afeto e não os laços biológicos, vieram trazer um novo olhar acerca do bem-estar da criança (Sottomayor, 2007) e da parentalidade. Desta forma, a Família adotiva tem vindo a acompanhar muitas das metamorfoses que estão subjacentes às próprias alterações da sociedade, da organização da

família e da forma de encarar quer os interesses das crianças, quer os interesses dos pais adotantes (Schettini et al., 2006). Nos EUA, num inquérito realizado a nível nacional em 2002 (Dave Thomas Foundation for Adoption 2002), com 1416 respondentes, 75% consideraram que é muito provável que os pais adotivos amem os seus filhos como se fossem biológicos. Adicionalmente, 86% consideraram que os pais adotivos obtêm a mesma ou mais satisfação em criar um filho adotivo do que em criar um filho biológico, expressando uma opinião mais positiva do que a obtida em 1997 (79%). Num estudo realizado no Canadá (Ontário) com 175 adolescentes (15-19 anos de idade), observou-se que 43% recomendariam a adoção a um(a) amigo(a) com uma gravidez indesejada, porém apenas 23%²² destes adolescentes escolheriam a adoção se a situação se aplicasse a elas próprias ou às namoradas (Daly, 1994). Estes dados remetem para a conclusão que *“adoption seems to be a good idea...for someone else to do”* (Palacios, 2009, p. 87), indicando que as atitudes mais favoráveis em relação à adoção, podem não ter necessariamente impacto nos comportamentos que viabilizam a adoção (ex.: os pais biológicos escolherem a adoção como plano de vida para o/ seu filho/a, os cidadãos candidatarem-se à adoção, etc.).

Ao nível legal, em Portugal os requisitos relativos ao adotante, e também ao adotado, foram mudando ao longo dos tempos. A partir de 1 de Abril de 1978, data em que a reforma introduzida pelo Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro entrou em vigor, a adoção plena passou a ser facultada aos casados há mais de cinco anos, se ambos os cônjuges tivessem mais de 25 anos (de referir que o Código Civil de 1966 exigia 10 anos de casamento e 35 anos de idade aos adotantes), a adotantes com descendentes e a pessoa singular, maior de 35 anos, ao invés do que sucedia anteriormente. Com o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, foi diminuído para quatro anos o tempo de duração do casamento exigido para a adoção conjunta; a idade mínima para adoção singular baixou para os 30 anos; e o limite máximo de idade do adotante diminuiu dos 60 para os 50 anos. Com o Decreto-Lei nº 120/98 é definido que *“Excepcionalmente, quando motivos ponderosos o justifiquem, pode adoptar plenamente quem tiver menos de sessenta anos à data em que o menor lhe tenha sido confiado, desde que não seja superior a cinquenta anos a diferença de idades entre o adoptante e o adoptando ou, pelo menos, entre este e um dos cônjuges adoptantes”*. Desde 2003, com a Lei n.º 31/03, o pendor excepcional passou a constituir a regra com alargamento da idade máxima para os 60 anos.

²² 6% certamente escolheriam a adoção, 17% provavelmente o fariam, 36% estavam na dúvida e 40% não o fariam.

Em paralelo também decorreram mudanças nas práticas profissionais em que, face à alteração do perfil das crianças em situação de adotabilidade, candidatos outrora assumidos como “menos adequados” passaram a ser considerados “adequados”. Crea, Barth e Chintapalli (2007), num estudo realizado nos EUA, entrevistaram 18 especialistas na área da adoção (consultores, supervisores, diretores, coordenadores) acerca das práticas passadas e atuais no estudo das candidaturas, e observaram esta maior abertura, expressa no discurso dos entrevistados:

There was a lot of screening out of families who didn't met...certain standards. There were no gay families, no single families, or no families with incomes below a certain level...There was a whole change of thinking and we found that...we needed to look outsider of that certain standard. (p. 149)

2.2. Avaliação dos Candidatos à Adoção

Apesar de optarmos pela divisão entre a avaliação e a preparação dos candidatos esta revela-se artificial dado que (idealmente) a avaliação inclui vários elementos de preparação, treino, reflexão e a tomada de consciência (Beesley, 2010). O “idealmente” assume lugar de destaque pois, nas palavras de Palacios (2008), as práticas ainda se centram ou limitam à avaliação:

en efecto, en su formulación más frecuente la situación de valoración de idoneidad invita poco a la reflexión, a la exploración de las propias ideas, actitudes, valores, expectativas, etc., es decir, a la finalización del proceso de maduración de la toma de decisiones por parte de los solicitantes. (p. 7)

A Child Welfare League of America (CWLA), na versão mais recente dos critérios de qualidade da adoção, em 2000, considerou que a responsabilidade dos serviços de adoção mudou da investigação da família (apesar de ainda desempenharem este papel) para a preparação desta para responder às necessidades de cada criança integrada. Similarmente, o Children's Bureau (2004) listou três objetivos do estudo da candidatura: 1) preparar as famílias para a adoção; 2) recolher informação sobre a família para ser usada no processo de correspondência (*matching*); e 3) avaliar a adequação da família enquanto potencial Família adotiva.

Palacios (2008) sumariou os objetivos da avaliação nos seguintes pontos:

- A avaliação, além do seu inevitável carácter avaliativo, deverá promover oportunidades de reflexão sobre os Candidatos (enquanto indivíduos, casal, família), sobre o projeto de adoção, sobre as necessidades dos adotados, etc., favorecendo o processo de maturação da tomada de decisão acerca da adoção.
- Proporcionar informação e clarificar dúvidas e questões que os candidatos possam apresentar ao longo do processo.
- Ajudar os candidatos no processo de tomada de decisão para que ajustem as suas expectativas, avaliem as suas potencialidades para desempenharem com o êxito o papel a que se propõem, e, se necessário, analisem que aspetos deveriam mudar para tornar viável uma determinada adoção.
- Determinar se uma família, em função das suas características e capacidades, é idónea para a adoção e para o projeto concreto de adoção concebido.
- Caso seja idónea, determinar para que tipo de necessidades infantis constituirá uma resposta adequada;
- Estabelecer, durante o processo de estudo, uma relação de confiança com os candidatos, de modo a facilitar que estes partilhem informação e solicitem ajuda após a integração da criança.

Todas as famílias devem ser submetidas ou, numa lógica de preparação, devem participar, num processo de estudo da candidatura antes de ter uma criança. Contudo pouca investigação tem sido desenvolvida acerca da qualidade deste processo ou de como estas avaliações são usadas na prática (Crea, Barth, & Chintapalli, 2007). Os elementos que compõem o estudo da candidatura, a informação explorada, os técnicos intervenientes (número, formação académica e experiência profissional), o tempo investido, etc. diferem substancialmente de país para país, de distrito para distrito e de serviço de adoção para serviço de adoção (Crea, Barth, & Chintapalli, 2007).

Em Portugal, não obstante uma provável variabilidade entre as 23 equipas de adoção nacionais, está definido, no manual de procedimentos da adoção (DGSS, 2004) uma base comum, que deverá ser seguida por todas as equipas.

De realçar que, ao contrário de outros países como os EUA (AdoptUSkids, n.d.; Macomber, Zielewski, Chambers, & Geen, 2005;), Portugal não tem a prática de recrutar cidadãos para se candidatarem à adoção. Num estudo realizado no distrito do Porto, com

153 famílias adotivas, apenas 13.7% tiveram conhecimento do serviço de adoção por profissionais de saúde (apesar de a maioria recorrer a estes profissionais devido aos problemas de infertilidade), 33% por outros meios (segurança social, meios de comunicação social, outras instituições) e 38.5% por intermédio de amigos/conhecidos (CRSS Norte/SSR Porto, 2000).

O cidadão que deseja candidatar-se à adoção deve comparecer na sessão informativa (sessão A) do Plano de Formação para a Adoção. Esta sessão em grande grupo (20 a 30 pessoas) tem como objetivos: explicitar o que é a adoção, os seus objetivos e modalidades; aprofundar o conhecimento das características, percursos de vida e necessidades específicas das crianças em situação de adotabilidade; promover um melhor conhecimento das capacidades e recursos parentais que permitirão responder às necessidades específicas das crianças e lidar com as dificuldades que poderão surgir no processo de adoção; e explicar os procedimentos inerentes ao processo de adoção, as fases do processo e os trâmites legais (Instituto da Segurança Social, I.P. & FPCEUP, 2009). Na sessão informativa são entregues os formulários e é apresentada a lista de documentos necessários para formalizar a candidatura à adoção (ex.: registo criminal, atestado médico, etc.). Após a formalização inicia-se o processo de estudo e avaliação psicossocial dos candidatos, com a duração máxima de 6 meses, que pressupõe a realização de pelo menos três entrevistas, uma delas efetuada no domicílio.

A avaliação social é geralmente realizada por um técnico com formação em serviço social e visa a exploração das temáticas que a seguir se discriminam: a história, o funcionamento e a composição do agregado familiar; as características do sistema familiar; o apoio social; o projeto de adoção; o perfil da criança desejada; as expectativas sobre a adoção/compreensão do seu papel de adotante; a habitação e o meio social. A avaliação psicológica, realizada por um técnico com formação em psicologia, debruça-se sobre a motivação do pedido de adoção; a história, o funcionamento e a composição familiar; as características do sistema familiar; a capacidade parental; e as expectativas sobre a adoção/compreensão do seu papel de adotante. Apesar de algumas temáticas centrais (ex.: características do sistema familiar) serem comuns à avaliação social e psicológica, prevê-se que os conteúdos específicos, e a forma como estes são explorados, reflitam as particularidades da área de formação do técnico.

O plano nacional de formação – PFA – Plano de Formação para a Adoção - contempla, ainda, uma Sessão B, em pequeno grupo (10 a 15 pessoas) a realizar durante o processo de

estudo e avaliação da candidatura, com carácter obrigatório, cujos conteúdos remetem para: motivações para adotar; mitos e crenças acerca da adoção; necessidades específicas das crianças e capacidades dos adultos para responder a essas necessidades; papéis dos serviços de adoção e importância do trabalho em equipa; experiências de adotantes (Instituto da Segurança Social, I.P. & FPCEUP, 2009).

No caso de a candidatura ser aprovada, os candidatos passarão a integrar base de dados da adoção (BDA), aguardando, a partir desse momento, que lhes seja proposta a criança ou fratria com o perfil e as características para as quais se encontram selecionados.

Similarmente, nos EUA existe algum consenso acerca dos elementos que compõem o estudo da candidatura. O Children's Bureau (2004) identificou as seguintes componentes: 1) a frequência de um programa de preparação para a adoção; 2) entrevistas individuais e conjuntas com os pais e com as crianças da família; 3) visitas domiciliárias; 4) declaração do estado de saúde e documentação; 5) documentos comprovativos da situação financeira familiar; 6) registo criminal; 7) informação autobiográfica e 8) cartas de referência.

Porém isto não invalida que haja variabilidade noutras dimensões. Allphin, Simmons e Barth (2001) observaram, em cinco distritos da Califórnia, que o tempo médio necessário para realizar o estudo da candidatura varia entre 14 a 75 horas. Num estudo realizado em Inglaterra e no País de Gales (Dance et al., 2010), com respostas válidas de 66 serviços de adoção, concluiu-se que o processo de avaliação, com consequente elaboração do relatório final acerca dos candidatos, demorava em média 62 horas ($DP = 29$, $Min - Máx = 16 - 170$).

A variabilidade existente, não só no processo, mas também nos resultados, isto é no grau de pormenor e na qualidade da informação produzida, conduziu a que os serviços de adoção questionassem a qualidade dos estudos realizados por outros serviços de adoção, quando era necessário corresponder as crianças da sua competência territorial com candidatos avaliados por outros serviços (Freundlich, Hefferman, & Jacobs, 2004). Temáticas críticas tais como o abuso de substâncias, a violência familiar, as práticas parentais abusivas e o abuso sexual não eram identificadas de forma consistente e/ou não eram suficientemente exploradas. Os relatórios limitavam-se, frequentemente, a reportar textualmente a informação transmitida pela família, carecendo de uma análise crítica e sistemática do funcionamento familiar. Os instrumentos de recolha de informação, como por exemplo as autobiografias, não forneciam informação compreensiva ou relevante e eram muitas vezes descritivas, sem conclusões avaliativas ou reflexivas. Os pareceres técnicos eram muitas vezes sustentados em ideias pré-concebidas em detrimento de uma

análise objetiva dos fatores relevantes para a adequação dos Candidatos ao seu futuro papel. Em conclusão, os relatórios eram incompletos, por vezes superficiais, e não continham informação decisiva para uma tomada de decisão fundamentada (Crea, Barth, Chintapalli, Buchanan, 2009a).

Na tentativa de ultrapassar algumas destas dificuldades foi desenvolvida a Structured Analysis Family Evaluation (SAFE), implementada em 14 estados dos EUA e quatro províncias do Canadá. A SAFE é uma metodologia de estudo de candidaturas desenhada para alcançar os seguintes objetivos: 1) criar uma metodologia uniforme no sentido de assegurar a estandardização do processo entre os diversos serviços de adoção; 2) promover maior eficiência; 3) avaliar psicossocialmente as famílias; 4) criar um formato que permita a realização de avaliações mais meticolosas e completas do que os formatos convencionais (Crea, Barth, & Chintapalli, 2007).

A metodologia SAFE inclui cinco componentes, designadamente: 1) as orientações práticas; 2) os instrumentos de recolha de informação; 3) o inventário psicossocial, com o respetivo manual; 4) o relatório psicossocial pré-formatado; e 5) o inventário de compatibilidade.

Quanto aos instrumentos de recolha de informação estes compreendem dois questionários, a serem preenchidos por cada candidato (de forma independente nos casais) e uma carta de referência estruturada.

O questionário I (Consortium for Children, 2008a) substitui a autobiografia dado que os candidatos tendem a criar um discurso de normalidade em relação ao seu background e experiências (Noordegraaf, Nijnatten, & Elbers, 2009), a informação fornecida é pouco útil ou superficial, e não reúne popularidade junto dos candidatos (Crea et al., 2009a). Este questionário, constituído por questões fechadas, concede à família uma oportunidade de reflexão e introspeção e está subdividido em oito áreas: 1) história pessoal; 2) práticas parentais; 3) valores pessoais e familiares; 4) saúde; 5) sistema de suporte; 6) trabalho; 7) relações familiares; e 8) relação conjugal.

O questionário II (Consortium for Children, 2008b) contém as questões sensíveis e críticas que precisam ser abrangidas no estudo, nomeadamente: 1) questões/comportamentos problemáticos; 2) consumo de álcool; 3) consumo de drogas (i)legais; 4) abuso familiar de substâncias; 5) história de vitimização (física, emocional ou sexual); 6) prática de abuso sexual (alegada ou comprovada); 7) violência familiar e crime; 8) existência de agressores sexuais na família; e 9) doenças mentais na família.

A carta de referência está estruturada de forma a auxiliar os informantes a fornecerem comentários focalizados e pertinentes. A informação recolhida por este método permite ao técnico uma prévia identificação das forças e problemáticas a explorar com mais detalhe na entrevista, constituindo o ponto de partida da discussão. De igual modo, os questionários ajudam os técnicos a identificar os tópicos que requerem clarificação, desenvolvimento e compreensão no decurso das entrevistas. Os questionários pretendem facilitar e complementar as entrevistas em detrimento de as substituir ou condicionar.

O inventário psicossocial (Consortium for Children, 2008c) é composto por 68 fatores, divididos em 9 temáticas: 1) história (ex.: história de privação/trauma na infância); 2) características pessoais (ex.: comunicação; estratégias de coping); 3) relação conjugal (ex.: suporte emocional, resolução de conflitos); 4) filhos ou outros a residir frequentemente no lar (ex.: relação estabelecida com o filho; prontidão para a adoção); 5) relações com a família alargada (ex.: coesão da família alargada); 6) contexto físico e social (ex.: sistema de suporte; segurança); 7) parentalidade geral (ex.: estilo parental; experiência com crianças); 8) parentalidade específica (ex.: compreensão e capacidade para lidar com os efeitos do abuso sexual); 9) temáticas da adoção (ex.: infertilidade; comunicação). Após cada entrevista o técnico deve codificar o inventário psicossocial, de acordo com os critérios patentes no manual de codificação (Consortium for Children, 2005). Para cada fator é considerada uma escala de 1 (força excecional - qualidades excecionais que são consistentes com um funcionamento seguro e efetivo) a 5 (preocupação extremamente séria vulnerabilidade séria extrema que pode ou vai impedir um funcionamento familiar seguro e/ou efetivo).

A metodologia SAFE não promulga uma entrevista estruturada (ou “entrevista *checklist*”) que imponha restrições/constrangimentos artificiais aos técnicos. Outras temáticas consideradas pertinentes, fora do âmbito do conteúdo dos questionários, podem e devem ser exploradas. Apesar de os questionários conterem informação compreensiva, nenhum sistema ou método pré-formatado pode esgotar todas as temáticas, eventualmente relevantes num estudo de candidatura particular.

A SAFE delinea um processo de tomada de decisão interativo, estruturado em seis estádios (Crea, Barth, Chintapalli, Buchanan, 2009b). O estágio 1 envolve a **recolha de informação**, através das entrevistas psicossociais, orientadas pelos questionários da SAFE, pelos documentos de candidatura dos serviços e pelas cartas de referência; no estágio 2, **análise**, o técnico identifica os tópicos que necessitam ser clarificados, desenvolvidos e explorados com mais detalhe; no estágio 3, **abordando os assuntos** com recurso às

entrevistas, os candidatos são ativamente envolvidos e é recolhida informação adicional no sentido de desenvolver confiança nos dados; no estágio 4, **avaliação**, procede-se à codificação dos 68 fatores incluídos no inventário psicossocial. Após as codificações estarem completas o técnico deve decidir se pode prosseguir para o estágio seguinte ou se deve regressar para o estágio 1 para desenvolver mais conhecimento e confiança nos dados. No estágio 5, **o processo de mitigação**, todos os fatores codificados como 3, 4 ou 5 são revistos e é analisado se existem outros acontecimentos que sustentam, reduzem ou eliminam o risco identificado. Finalmente, o estágio 6, a **avaliação**, articula toda a informação e reflexões efetuadas para determinar a capacidade dos Candidatos para assumir o papel parental de forma segura e eficaz. Em adição o técnico deve descrever o perfil da criança com que os Candidatos serão mais compatíveis.

No processo de mitigação referido, para cada um dos fatores, é analisado: a) o assunto de interesse; b) a sua extensão, frequência e severidade; c) o seu percurso no tempo e contexto; d) o grau de resolução e adaptação dos candidatos; e) a força na resolução ou adaptação dos candidatos; f) a quantidade de energia necessária para manter a resolução ou adaptação; e g) uma evidência que suporte a avaliação. Por exemplo, durante o processo de mitigação, uma história de consumo de canábис remeteria para uma codificação 4, numa escala de 5 pontos, o que é equivalente a uma preocupação séria. Neste caso o técnico deve explorar o uso atual dessa substância. Caso tenha ocorrido há muitos anos atrás, sem consumos subsequentes, que o candidato tenha resolvido esta questão e que a manutenção desta resolução requer pouco ou nenhum esforço, o técnico pode determinar, mediante a sua avaliação clínica, que este fato não constitui mais uma preocupação. Desta forma, a nova informação pode mitigar o impacto do assunto em questão para uma pontuação de 2. Neste caso, o tópico que gerou preocupação deverá ser incluído na narrativa do relatório, mas demonstrar-se com evidências que esta questão foi mitigada. O propósito da narrativa compreensiva é de fornecer ao leitor uma visão completa e holística da informação recolhida no processo de estudo da candidatura e de elucidar o processo de tomada de decisão que conduziu à recomendação final.

Alguns estudos foram conduzidos para avaliar a percepção dos profissionais acerca das vantagens e desvantagens da SAFE, por comparação aos métodos convencionais (Crea et al., 2009 a, b; Crea, Griffin, & Barth, 2011). No polo positivo, os profissionais referiram que a metodologia SAFE facilita a identificação e a exploração de temáticas sensíveis como por exemplo, o estado de saúde e a história de saúde mental dos candidatos (ex.: história de

abuso, negligência, trauma e/ou vitimização; uso de medicação psicotrópica), atividades ilícitas, comportamentos relacionais problemáticos (ex.: controlo da raiva e impulsos), etc. A abordagem estruturada contribui para um estudo mais completo, metódico, menos subjetivo e promovia uma maior consistência entre os estudos. No polo negativo, foram apontadas limitações aos questionários (ex.: itens confusos e abertos a interpretações individuais); a SAFE encerra repetições e redundâncias, convergindo num processo ineficiente e moroso; a metodologia SAFE limita o poder de decisão dos técnicos e as famílias podem considerar o processo mais ameaçador.

Independentemente das possíveis potencialidades/vulnerabilidades deste método alternativo, os profissionais reconhecem que a qualidade da avaliação é influenciada pela capacidade técnica dos profissionais para aceder e explorar as questões centrais das interações e dinâmicas familiares e pelo nível de honestidade dos candidatos (Crea et al., 2009a). Efetivamente, os candidatos percecionam a avaliação como a principal condicionante que os pode separar da realização das suas expectativas, fantasias e desejos, originando problemas de simulação (mais ou menos consciente). Consequentemente, os Candidatos podem tentar transmitir uma imagem considerada mais adequada e/ou poderem ocultar ou falsear dados ou circunstâncias que consideram suscetíveis de influenciar negativamente a avaliação. Os técnicos que realizam as avaliações devem ser sensíveis a estes mecanismos e aceitar os sentimentos subjacentes e, se necessário, facilitar a sua expressão por parte dos entrevistados. Adicionalmente, os Candidatos devem ser advertidos que a mentira ou a ocultação deliberada de dados relevantes serão consideradas como um critério de não idoneidade e colocam em risco o projeto de adoção. No contexto Espanhol, para reforçar a importância deste assunto, os Candidatos deverão, antes de começar o processo de avaliação, assinar um termo de compromisso de veracidade das informações (Palacios, 2008).

No contexto Espanhol, Palacios (2008) propõe o modelo das Necessidades e Capacidades enquanto referencial teórico-metodológico orientador das práticas profissionais na adoção. Este modelo visa dar sentido e assegurar a coerência das atuações profissionais ao longo das diferentes fases do processo de adoção.

As necessidades infantis definem a agenda de atuações e determinam as prioridades no trabalho profissional. Estas necessidades podem estar relacionadas com o passado de privação, perdas, adversidades (ex.: atraso no desenvolvimento psicomotor, linguístico e cognitivo; dificuldades na relação com os adultos e pares); com a vinculação, a adaptação e a

integração (ex.: necessidade de um contexto familiar seguro, estável, afetuoso, estimulante do desenvolvimento e da autonomia; necessidade de integração familiar, social e cultural); e com a identidade adotiva (ex.: necessidade de conhecer, compreender, aceitar e integrar a sua história pessoal e familiar passada, as razões da sua adoção e a sua história de separações; necessidade de respostas sensíveis às suas reações de tristeza, nostalgia e incerteza).

Para responder adequadamente a estas necessidades, os adultos podem possuir um conjunto de capacidades sistematizadas em cinco grandes grupos:

1. Relacionadas com a história e as características pessoais e familiares (ex.: capacidade para se adaptar às mudanças e situações novas; capacidade de adiar a gratificação das necessidades, conseguindo trabalhar por metas a longo prazo);
2. Relacionadas com as condições e circunstâncias de vida (ex.: capacidade para compatibilizar a vida laboral e familiar);
3. Relacionadas com o projeto de adoção (ex.: projeto de adoção aberto e razoavelmente flexível, isto é, nem rígido, nem com abertura absoluta para qualquer tipo de adoção, por mais desafiante que possa ser);
4. Relacionadas com as capacidades educativas genéricas e específicas da adoção (ex.: capacidade para estabelecer limites com afeto, de forma fundamentada e razoável; capacidade para fomentar a interdependência e simultaneamente estimular a progressiva autonomia e diferenciação);
5. Relacionadas com a resposta e a intervenção profissional (ex.: aceitar a necessidade da preparação para a adoção, da avaliação da idoneidade e do acompanhamento na pré-adoção).

O processo de avaliação está orientado para determinar até que ponto os candidatos dispõem de capacidades que lhes permitam lidar de forma adequada e estável com os desafios e exigências da adoção; de que forma as suas capacidades respondem adequadamente a determinado tipo de adoção (ex.: adoção singular ou múltipla) ou perfil de criança (ex.: crianças com problemas comportamentais); e, eventualmente, que tipo de apoios e ajudas necessitam para concretizar a adoção com maior garantia de êxito. Desta forma, a avaliação não deve ser efetuada no abstrato, para a adoção em geral, mas para uma criança cujas características específicas os candidatos se propõem a adotar. Portanto toda a informação da avaliação gravita à volta destas características concretas. Por exemplo, uma família pode ter recursos económicos para dois, mas não para três crianças, ou pode ter

capacidade educativa para uma criança que se suponha sem dificuldades especiais, mas não para uma criança com uma história mais adversa e com necessidades mais complexas.

O processo prevê quatro entrevistas de avaliação, uma das quais (a segunda) efetuada no âmbito da visita domiciliária.

As duas primeiras entrevistas estão orientadas para explorar o perfil pessoal, familiar e social dos Candidatos, reunindo informação relativa à saúde física e mental, à história pessoal, à história da relação (nos casais), à relação mantida com a família alargada, ao percurso de formação, à situação laboral e económica, às condições da habitação e do contexto envolvente. Nestas primeiras entrevistas também é analisado a forma como os candidatos percecionam e avaliam as intervenções profissionais, e como assimilam, elaboram e integram a informação daí advinda, muito em particular das sessões de formação.

Ao contrário do que ocorrerá nas entrevistas posteriores, estas entrevistas estão sobretudo orientadas na recolha de informação objetiva, mais baseada nos factos do que nas atitudes, valores, capacidades, etc.

A primeira entrevista deve ser realizada por ambos os profissionais de psicologia e de serviço social. Os dados sobre a história das relações afetivas, história e situação atual de saúde mental e relações pais-filhos (se os candidatos tiverem filhos prévios), serão abordados pelo profissional da psicologia. Caso existam outras pessoas que residam na habitação, inclusive filhos prévios, estes deverão estar presentes na segunda entrevista. Nas situações em que um candidato singular resida sozinho mas tem uma relação de casal estável e significativa e é previsível que o seu companheiro/a venha a desempenhar um papel relevante na vida quotidiana da criança, é recomendável que essa pessoa também seja envolvida na avaliação.

A terceira entrevista está centrada na avaliação das características pessoais e relacionais, dos Candidatos. Nesta fase os Candidatos preenchem o questionário “Pensando no futuro” (nas candidaturas de casal, o preenchimento é individual) relacionado com a sua disponibilidade para assumir distintos perfis e problemas frequentemente presentes nas crianças em situação de adotabilidade. Este instrumento tem várias finalidades. Por um lado apresenta aos Candidatos os perfis de dificuldades mais habituais na criança disponíveis para a adoção. Em segundo lugar, convida-os a uma reflexão acerca das suas capacidades e disponibilidade para lidar com determinadas histórias, situações de risco, problemas e dificuldades. Em terceiro lugar, as respostas dos candidatos servirão de mote para a análise da motivação e do projeto de adoção na entrevista seguinte. E, nas candidaturas de casal,

proceder-se-á à análise comparativa das respostas dadas por cada um dos conjugues, permitindo identificar os acordos e desacordos entre eles.

Nesta etapa, também podem ser aplicadas provas psicológicas caso seja necessário informação mais específica ou confirmar “hipóteses” em relação às quais o técnico não está totalmente seguro. O mais habitual é usar provas de avaliação da personalidade para delimitar um perfil psicológico da pessoa, mais precisamente a existência de problemas ou perturbações psicológicas relevantes. Neste âmbito é citado o teste de personalidade NEO PI-R (P. T. Costa & McCrae, 1992²³). Se existem filhos prévios a observação das crianças e da relação com os seus pais, bem como a informação obtida através das entrevistas, deve ser suficiente para avaliar o nível de competência parental e a qualidade das relações. Para avaliar os problemas de comportamento das crianças, que constitui uma forma indireta de avaliar o seu nível de bem-estar e a presença ou não de dificuldades significativas, pode recorrer-se ao Strengths and Difficulties Questionnaire – SDQ (R. Goodman, 1997²⁴). A informação escolar também é um bom indicador do nível de ajustamento, da presença de problemas e do rendimento académico.

Finalmente a quarta entrevista incide no projeto de adoção, na compreensão das necessidades infantis e nas capacidades educativas, podendo partir da discussão das respostas obtidas no questionário “Pensando no Futuro”, preenchido na sessão anterior.

Ainda no contexto espanhol, numa lógica substancialmente diferente do modelo de necessidades e capacidades de Palacios (2008), é desenvolvido por Bermejo e colaboradores (2006) o CUIDA - *Cuestionario para la evaluación de adoptantes, cuidadores, tutores y mediadores* (em processo de validação para a população Portuguesa), que se centra na avaliação de aspetos da personalidade relacionados com o cuidado de outro em situação de dependência. Este questionário é composto por 189 itens organizados em 14 escalas de personalidade (altruísmo, assertividade, autoestima, capacidade de resolver problemas, empatia, equilíbrio emocional, independência, flexibilidade, reflexividade, sociabilidade, tolerância à frustração, capacidade de estabelecer vínculos afetivos e capacidade de resolver as perdas). Estas 14 escalas também se agrupam em três fatores de segunda ordem (cuidado responsável, cuidado afetivo e sensibilidade para com os outros) e um fator adicional (agressividade). Assim, a título de exemplo, o cuidado afetivo é resultante do compósito da assertividade, com a autoestima, o equilíbrio emocional, a empatia, a capacidade de

²³ O NEO PI- R foi aferido para Portugal por Lima e Simões (2000).

²⁴ A versão portuguesa do SDQ é de Fleitlich, Loureiro, Fonseca e Gaspar (2004).

estabelecer vínculos afetivos e capacidade de resolver perdas. Adicionalmente o questionário é constituído por três índices de validade e controlo das respostas (desejabilidade social, inconsistência da resposta e invalidez). De acordo com Medina, Hernández e Buceta (2007) o CUIDA tem-se revelado como um instrumento de trabalho objetivo e útil na avaliação dos candidatos à adoção, assegurando uma melhor correspondência (*matching*) entre o adotado e o adotante, por avaliar a características específicas dos pais, necessárias para fazer face às particularidades das crianças adotadas. Contudo, este instrumento também tem merecido críticas uma vez que a investigação, na área da adoção, não demonstrou relação entre a maioria das variáveis de personalidade exploradas pelo questionário e a capacidade para lidar com êxito com os desafios da adoção (Palacios, 2008).

O manual Inglês *“Preparing and assessing prospective adopters* (Department for Education and Skills, 2006) sustenta-se no *Framework for The Assessment for Children in Need and their Families* (Department of Health, 2000), concebido para a avaliação e intervenção, teoricamente fundamentada, nas situações de crianças em risco. Este quadro de referência, baseado no modelo ecológico, considera em conjugação as necessidades desenvolvimentais da criança, os fatores familiares e ambientais, e as capacidades parentais.

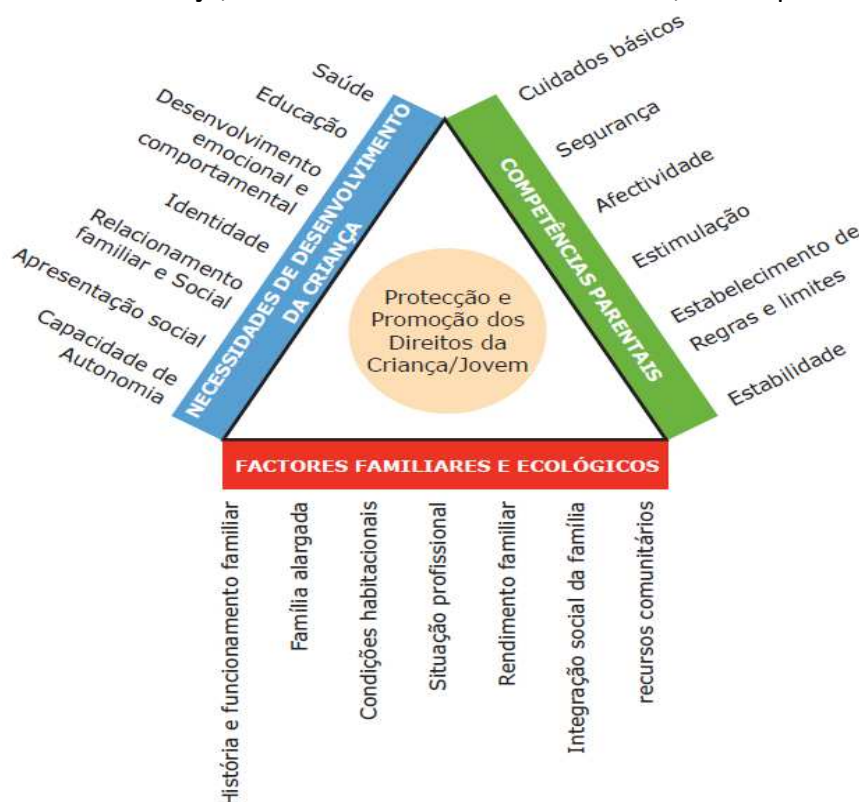


Figura 2.1. Framework for the Assessment of Children in Need and their Families (2000). Reproduzido de Canhão (2007, p. 12).

Nas situações em que os Candidatos já são pais as capacidades parentais podem ser exploradas quer em relação aos filhos, quer atendendo ao seu potencial para parentificar uma criança com a qual não têm laços biológicos. Quando os candidatos não têm filhos a capacidade de fornecer cuidados básicos, segurança, afetividade, estimulação, estabilidade, regras e limites é inferida com base na sua história de vida, nas relações estabelecidas, nos valores, etc. Consubstanciando, a capacidade dos Candidatos para promover um ambiente familiar estável de modo a que a criança desenvolva uma vinculação afetiva segura e positiva com os seus pais com vista a um desenvolvimento ótimo, é avaliada através da análise dos relacionamentos íntimos ou próximos dos Candidatos, da estabilidade, força e qualidade do relacionamento conjugal (quando se aplicar), da forma como eles lidaram com as mudanças ao longo da sua vida, etc.

A associação entre o estilo de vinculação adulta e o desenvolvimento de vínculos seguros nas crianças adotadas (Kaniuk, Steele, & Hodges, 2004) legitima que alguns autores (ex.: Beesley, 2010; Walker, 2008) incidam na avaliação dos vínculos e perdas dos Candidatos.

O nosso funcionamento como adulto, especialmente a nossa capacidade em formar relações próximas, íntimas e significativas está relacionado com o significado que atribuímos às nossas relações de vinculação na infância. O trabalho na área da vinculação intergeracional sugere que não é a qualidade das experiências passadas que determina o resultado da futura parentalidade mas a capacidade do adulto em refletir adequada e abertamente sobre as suas relações precoces (Main & Goldwyn, 1984). Experiências precoces pobres podem indicar vulnerabilidade emocional mas também podem conduzir a considerável *insight*, resiliência e determinação. O *insight* dos Candidatos e a sua capacidade em construir *scripts* realistas da sua própria experiência dá-nos informação sobre a sua capacidade em fornecer à criança uma base segura e ajudá-la a dar sentido a uma história fragmentada. Neste âmbito, Walker (2008) identifica três áreas-chave para a avaliação dos Candidatos, nomeadamente:

- 1) A **capacidade de regular e controlar as emoções em si e nos outros**. Esta capacidade começa na infância e está dependente da interação precoce com os cuidadores principais, daí a importância em explorar as experiências e relações na infância. Os candidatos devem ser capazes de expressar e gerir as suas emoções de forma a ajudar a criança que pode estar avassalada por sentimentos que não consegue gerir por ela própria. Walker (2008) defende que é necessário avaliar em que medida os Candidatos

estão emocionalmente disponíveis para eles próprios, isto é, em conexão com e confortáveis com as suas próprias emoções, uma vez que esta disponibilidade emocional pessoal se relaciona com a sua capacidade de disponibilidade emocional para a criança.

- 2) A **resolução de perdas** vai indicar a capacidade dos candidatos em ajudar a criança a lidar com as suas temáticas de perda e trauma (Walker, 2008). Quando se explora a história dos candidatos não é tanto a ocorrência de perda ou trauma que é crítica mas sim o grau de resolução. Os técnicos devem avaliar o nível de aceitação da perda, isto é, a capacidade para distinguir e separar sentimentos passados dos seus desejos presentes e a capacidade de encontrar algo positivo nas perdas passadas. O técnico deve identificar uma narrativa lógica e coerente sobre os episódios de perda e trauma, com capacidade em expressar sentimentos sem se sentirem dominados por eles. Também é importante que o técnico explore com os candidatos como eles vão lidar com os assuntos relacionados com a perda, seja ao falar com a criança sobre esta ter perdido a sua família biológica ou em gerir os seus próprios sentimentos quando um neto chega.
- 3) A aquisição de uma **função reflexiva** ou também designada por teoria da mente que consiste na capacidade de pensar flexivelmente sobre os pensamentos e sentimentos próprios e os dos outros (Walker, 2008). Além de o adulto constituir um modelo para o desenvolvimento da capacidade reflexiva da criança, a sua capacidade para interpretar o comportamento da criança e compreender as suas causas e necessidades subjacentes revela-se fulcral na parentificação de uma criança com expectativas negativas em relação ao adulto e um padrão de vinculação inseguro.

As avaliações tradicionais geralmente endereçaram estes tópicos através da exploração das experiências prévias contudo, de uma forma crescente, os serviços de adoção recorrem a instrumentos de avaliação da vinculação adulta (Dance et al., 2010) como a *Adult Attachment Interview* – AAI (George, Kaplan, & Main, 1985) ou o *Adult Attachment Style Interview* – ASI (Bifulco, Lillie, Ball, & Moran, 1998). De realçar que existe uma versão da ASI que foi desenvolvida especificamente para a avaliação de candidaturas à adoção e acolhimento familiar (Bifulco, Jacobs, Bunn, Thomas, & Irving, 2008) com o objetivo de: a) ajudar a compreender o risco/resiliência dos cuidadores, antes e após a integração; b) avaliar a capacidade do cuidador em aceder ao suporte em situações de *stress*; e c) fornecer uma avaliação da vinculação dos cuidadores que pode ser usada no processo de correspondência (*matching*).

O processo de estudo da candidatura também deve ser adaptado em função das características da família candidata (casal, pessoa singular e pessoas com filhos prévios).

Nas **candidaturas de casal** a avaliação deverá ajudar os casais a explorar as dinâmicas, as forças e qualquer vulnerabilidade existente na sua relação. Esta avaliação deverá focar (Department for Education and Skills, 2006): a história da relação; a qualidade da relação e o grau de compromisso; as características/acontecimentos que criaram dificuldades e/ou conflitos e como estes foram ultrapassados; como cada cônjuge presta suporte ao outro e responde às suas necessidades emocionais; a adaptação do casal às circunstâncias em mudança e a sua capacidade manter-se flexível; como o casal se projeta no futuro, de ali a 20 anos. Com base nestas linhas orientadoras, Beesley (2010) define alguns domínios centrais:

1. A **capacidade para estabelecer relações próximas, de confiança e positivas** em que se avalia o grau de intimidade, a comunicação (inclusive a autorrevelação); a expressão emocional; e o suporte do companheiro.
2. A **capacidade para lidar e gerir os conflitos**, em que é analisado as causas do conflito e a sua resolução. Sinais de alarme podem incluir a não verbalização dos sentimentos/opiniões; o ignorar os problemas graves; o expressar veementemente o desacordo, escalando em situações de desrespeito ou abuso; o domínio de um companheiro sobre o outro; e discussões constantes.
3. A **duração e estabilidade da relação**;
4. A **capacidade de gerir as mudanças e diferenças** e de ajustar a relação de forma a integrar uma criança. A avaliação deve focar não só a interdependência na relação do casal, mas também a capacidade de cada cônjuge contar com os seus recursos internos para satisfazer as suas necessidades e os desafios vindouros. Quando o sentimento de segurança de um elemento do casal está dependente do seu companheiro, isto poderá constituir um indicador de risco uma vez que, numa fase inicial, o companheiro estará centrado nas necessidades da criança.

Além das entrevistas, o técnico deve observar a interação do casal durante o processo de avaliação e preparação de forma a responder às seguintes questões: como se apoiaram mutuamente? Como deram espaço um ao outro para expressar as suas opiniões e sentimentos? Houve expressão de afeto? De forma verbal ou não verbal? Como resolveram os desacordos durante a avaliação? Como se ajudaram um ao outro a refletir sobre as

temáticas? Demonstraram conseguir resolver problemas enquanto casal? Demonstraram respeito um pelo outro enquanto indivíduos? Valorizaram a suas forças enquanto casal? Etc.

Nas **candidaturas singulares**, o estatuto de singular do candidato não deverá constituir o âmago da avaliação uma vez que este é apenas um dos vários aspetos das suas vidas. Não obstante, o significado do seu estatuto na construção da sua identidade deve ser estudado, bem como o estilo de vida e a rede de suporte. Evidências sobre a capacidade do candidato/a em manter relações estáveis e íntimas podem ser obtidas mediante exploração da relação com família de origem, grupo de amigos, parceiros prévios ou filhos (se se aplicar). Se possível os elementos da rede de suporte devem participar nos grupos de preparação e em parte da avaliação. A rede de suporte deve assegurar que a criança tenha acesso a modelos femininos e masculinos. Alguns técnicos expressam preocupação sobre o impacto que uma nova relação poderá ter na integração adotiva, porém os candidatos singulares não devem ser colocados numa posição em que sintam que devem escolher entre uma relação ou a adoção (Beesley, 2010).

No caso de **existirem filhos prévios no lar**, a observação e a entrevista deverá incidir no estilo da relação pais-filhos, no estilo de comunicação, na expressão de afeto, na gestão das situações da vida quotidiana, no equilíbrio entre a dependência e a autonomia (sempre em função da idade da criança), bem como na caracterização da criança, ao nível emocional, comportamental, social e escolar (Palacios, 2008).

Os filhos prévios também devem participar no processo de avaliação, no intuito de os preparar para a integração de outra criança, ouvir as suas opiniões, avaliar as suas forças e vulnerabilidades e assegurar que tenham acesso a um suporte apropriado. Inclusivamente, alguns serviços de adoção proporcionam sessões de preparação em grupo para os filhos dos candidatos com o objetivo de os ajudar a compreender o que a adoção representará nas suas vidas e a explorar os seus desejos e sentimentos.

O técnico deve planear a intervenção tendo em consideração a preparação prévia da criança, o número de crianças em casa, as suas idades e nível de compreensão. As crianças podem participar nalgumas sessões com os seus pais e noutras de forma individual ou com o grupo de irmãos, se existe mais do que uma criança.

As crianças podem sentir-se confortáveis em expressar-se através do jogo, do desenho, de histórias ou pela conversa, pelo que o técnico deverá estar munido de uma variedade de materiais e estratégias para facilitar a comunicação. O plano de trabalho deverá ser criativo e envolver métodos e ferramentas diferentes.

Atendendo à idade e compreensão da criança, no final da avaliação visa-se que (Beesley, 2010):

- A criança compreenda o que significa a adoção, quais os percursos, as necessidades e os possíveis comportamentos das crianças em situação de adotabilidade;
- O técnico conheça os desejos e os sentimentos da criança em relação à candidatura. A criança deve compreender que tem uma voz que será ouvida e que as suas opiniões serão tidas em consideração.
- O técnico compreenda a relação da criança com cada figura parental e o seu padrão de vinculação;
- O técnico compreenda a relação de cada criança com cada um dos seus irmãos e que equacione o impacto provável da integração de outra criança na relação e dinâmica fraterna;
- O técnico tenha explorado suficientemente com a criança o impacto da adoção, incluindo a forma como ela vai gerir os seus próprios sentimentos e comportamentos;
- O técnico conheça as forças e vulnerabilidades da criança e as suas implicações para a integração;
- O técnico compreenda as implicações do supracitado para o processo de correspondência (*matching*) da família com uma criança.

Nalgumas circunstâncias, o técnico pode considerar pouco recomendável, num determinado momento, a integração de uma nova criança na família, devido à vulnerabilidade ou aos sentimentos de insegurança dos filhos prévios.

Mullin e Johnson (1999) concebem um modelo de intervenção junto dos filhos prévios e dos pais que se propõem a adotar uma criança com necessidades especiais²⁵. No momento da integração e frequentemente após a integração as crianças prévias podem sentir-se vulneráveis devido às perdas intrínsecas à adoção, à sua falta de participação no projeto de adoção, aos comportamentos problemáticos da criança adotada e à não correspondência das suas expectativas em relação à nova realidade familiar. Esta vulnerabilidade pode expressar-se através da tristeza, raiva, ressentimento, depressão, isolamento e/ou agressividade. Os pais devem estar preparados para estas respostas de modo a transmitirem

²⁵ Os autores definiram criança com necessidades especiais como crianças que experienciaram abuso físico ou sexual e/ou negligência severa; crianças com incapacidades físicas ou emocionais; crianças que têm mais de 1 ano de idade; e crianças que pertencem a um grupo de irmãos integrado de forma conjunta na mesma família.

segurança à criança, normalizarem estas respostas e reforçarem a partilha dos sentimentos e pensamentos da criança. Por outro lado, pais que sentem que “sacrificaram” o bem-estar da criança prévia na tentativa de responder às necessidades especiais da criança integrada podem sentir-se vulneráveis e transmitir os seus sentimentos de insegurança e ambivalência aos seus filhos (Rosenberg, 1992).

O modelo de intervenção de Mullin e Johnson (1999) divide-se em quatro etapas: 1) trabalhar com os pais e as crianças durante a formação na adoção e o processo de avaliação da candidatura; 2) reunir com os pais e as crianças após a correspondência (*matching*) e antes da integração; 3) realizar visitas à criança prévia após a integração; e 4) inserir todas as crianças (prévias e integradas) num grupo de crianças de famílias adotivas, com encontros mensais. O trabalho direto com a criança é efetuado por técnico destacado exclusivamente para este propósito, que trabalha em articulação com o técnico responsável pela avaliação e acompanhamento da família.

No processo de formação para adoção um dos objetivos será consciencializar os futuros pais das perdas de todos os envolvidos e, especificamente, das crianças prévias (ex.: menor atenção, menor privacidade, menor tempo individualizado de interação com as figuras parentais, possível mudança de posição na fratria, etc.). Nesta discussão, o técnico explica e normaliza os sentimentos e as respostas das crianças a estas perdas. Os pais são auxiliados a identificar as forças dos seus filhos e a antecipar o que será difícil os seus filhos gerirem para que os possam preparar e definir os apoios apropriados. Os pais também são informados dos serviços e suportes comunitários disponíveis para as Famílias adotivas e os seus filhos.

O processo de avaliação da candidatura constitui outro momento privilegiado para abordar com os pais e as crianças prévias, as mudanças antecipáveis nas dinâmicas familiares. Durante este processo o técnico pode aceder às forças, preocupações e vulnerabilidades das crianças, bem como à compreensão e sensibilidade dos pais relativamente às necessidades da criança prévia e à sua capacidade para fornecer suporte.

O trabalho com as crianças e os pais após a correspondência (*matching*) e antes da integração consistirá na abordagem de diferentes tópicos relacionados com a integração em causa (ex.: Que idade tem a criança a ser adotada? Irão para a mesma escola? Irão partilhar quarto? Qual a planificação das visitas antes da criança integrar a família?). A discussão desta informação introdutória pretende criar um contexto em que a criança se sinta livre para falar sobre a adoção. Neste encontro, ou encontros, o técnico avalia a preparação e

expectativas da criança em relação à adoção, procurando respostas a determinadas questões (ex.: O que a adoção significa? O que sabes do processo de adoção? Os pais falaram contigo sobre a adoção e como será para ti e a tua família? etc.). O técnico e a criança podem fazer uma lista das mudanças e constâncias na família após a integração de uma criança e dividir as mudanças em positivas e difíceis. O técnico também deverá abordar as reações típicas das crianças perante situações difíceis (ex.: falam com os pais quando estão tristes, confusas, zangadas ou preocupadas? Existem outros adultos a quem podem recorrer?).

Sumariando, este modelo intervém junto dos pais de modo a ajudá-los a compreender e a lidar com as reações e os comportamentos dos seus filhos prévios e junto das crianças, no intuito de validar os seus sentimentos e preocupações, reforçar estratégias de *coping* adequadas para lidar com a nova experiência e assegurar uma rede de suporte, a que a criança possa recorrer à medida que as preocupações e problemáticas surjam.

Beesley (2010) sugere ainda que seja explorado com a criança a imagem/representação que ela tem do seu novo irmão. Reconhecendo que algumas crianças têm esperanças e desejos, bem como medos e fantasias em relação a esta criança é necessário ajudá-las a ter uma compreensão e expectativas mais realistas. Neste processo, também é preciso que as crianças considerem e compreendam os diferentes comportamentos que a nova criança irá exibir e como elas podem reagir face a eles.

De modo a que a criança possa preservar o seu sentimento de identidade e individualidade, algumas estratégias têm de ser previamente ponderadas, como por exemplo, a frequência de escolas e de atividades de lazer diferentes, a manutenção das suas próprias amizades, etc. De igual modo, assegurar que o tempo familiar é dividido para a realização de atividades conjuntas (toda a Família), mas também individualizadas (ex.: pai com criança prévia).

Finalmente a realização de atividades conjuntas dentro e fora de casa pode facilitar a construção de uma relação de irmãos entre a criança prévia e a integrada. O técnico pode planear atividades divertidas com as crianças que envolvam a partilha, a inversão de papéis e a resolução de problemas (Beesley,2010).

2.3. Preparação dos Candidatos para a Adoção

A preparação dos pais adotivos visa fomentar a compreensão, desenvolver capacidades e ajustar as expectativas em relação à adoção, à história de vida e às necessidades únicas da criança a adotar (Brodzinsky, 2008). Esta preparação, conjuntamente com o suporte, são amplamente reconhecidos, entre os profissionais, como capitais para a estabilidade da integração adotiva e o bem-estar emocional, a longo-prazo, de cada elemento do sistema familiar e do próprio sistema familiar (Farber, Timberlake, Mudd, & Cullen, 2003; Sar, 2000). Todavia, existe uma considerável variabilidade no tipo, na frequência e na duração das atividades de preparação, nos conteúdos explorados e na metodologia adotada (Brodzinsky, 2008; Rushton, 2004).

Nos EUA a participação dos candidatos à adoção num programa de formação, geralmente precede a avaliação da candidatura (*home study*). Este programa difere em função do estado americano, existindo inclusive iniciativas locais, de serviços de adoção, que desenvolveram o seu próprio programa de formação (ex.: Farber et al., 2003). Porém, de uma forma genérica, existem três programas a nível nacional: o *Parents As Tender Healers – PATH* (Jackson & Wasserman, 1997), o *Parent Resources for Information, Development, and Education – PRIDE* (Child Welfare League of America, 1993, 2009) e o *Model Approach to Partnerships in Parenting – MAPP* (Child Welfare Institute, 1987). Estes programas variam entre 24 a 30 horas, e são compostos por 8 a 10 sessões de 3 horas. A participação nestes programas não invalida que seja fornecida formação adicional em temáticas específicas (ex.: abuso sexual) em função das necessidades identificadas. Na Inglaterra, Rushton e Monck (2009a) entrevistaram 38 famílias que adotaram crianças com problemas comportamentais particularmente desafiantes e constataram que elas participaram, antes da integração da criança, entre uma a cinco sessões de grupo (média de 3 sessões), além de outras atividades de preparação como por exemplo, sessões individuais com o técnico incidindo especificamente numa criança.

Em Portugal além das sessões A e B, já mencionadas, o PFA prevê a implementação, após a aprovação dos Candidatos e antes da integração da criança ou fratria, de cinco

sessões (módulo C) em pequeno grupo (10-15 pessoas) de periodicidade semanal a quinzenal²⁶ (Instituto da Segurança Social, I.P. & FPCEUP, 2010).

Relativamente aos conteúdos abordados também existe alguma variabilidade, apesar de a literatura destacar temáticas centrais, que devem ser abordadas com todos os candidatos à adoção, e outras específicas, em função do tipo de adoção (ex.: adoção transracional; adoção por homossexuais, etc.). Entre as temáticas transversais salientadas pela investigação, distingue-se:

- a) **As experiências precoces** (ex.: J. I. Baptista, 2011; Barth & Berry, 1988; Juffer et al., 2011; Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005; S. L. Smith & Howard, 1999; Sonuga-Barke, Schlotz, & Kreppner, 2010), que incluem o impacto dos fatores genéticos, da adversidade pré-natal (ex.: malnutrição; exposição a drogas/álcool) e das experiências prévias à integração (ex.: negligência; maus-tratos físicos e/ou psicológicos, abuso sexual; mudanças contínuas de cuidadores; institucionalização) no desenvolvimento; a variabilidade individual nas respostas das crianças que experienciaram adversidade prévia similar; os contributos do contexto familiar adotivo para a recuperação e/ou minimização do impacto das experiências prévias; a manutenção de problemáticas específicas, etc.
- b) **A vinculação e as perdas** (ex.: Bakermans-Kranenburg et al., 2011; Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Keagy & Rall, 2007; Leon, 2002; Nickman, 1985; Román & Palacios, 2011; Román, Palacios, Moreno, & Lopez, in press; Salvaterra, 2011; Schofield & Beek, 2006; Whiteman, 2003), em que se discute o processo e as fases da vinculação; a natureza e a singularidade das perdas na adoção de todos os envolvidos (família biológica; pais adotivos e filhos prévios; criança adotada); o efeito de estas perdas nas tarefas desenvolvimentais da criança; o processo de luto; o desenvolvimento de estratégias para fornecer uma base segura à criança e promover a vinculação; as expectativas parentais sobre a relação estabelecida com o seu filho adotivo, etc.
- c) **Os problemas comportamentais** (ex.: Barbosa-Ducharne, Soares, Ferreira, Barroso, & Costa, 2012; Keagy & Rall, 2007; S. L. Smith, Howard, & Monroe, 2000; Whiteman, 2003), em que se explora o impacto da história prévia da criança no seu comportamento atual;

²⁶ O Plano de Formação para a Adoção contempla ainda seis sessões no período de pré-adoção (módulo D), quatro sessões domiciliárias (SD) e duas sessões de grupo (SG) com um máximo de 8 participantes. As sessões, de periodicidade prevista mensal, organizam-se sequencialmente da seguinte forma: SD – SG – SD – SD – SG – SD. Os temas abordados remetem para o ajustamento familiar, a promoção da responsividade, a construção dos vínculos, a gestão dos comportamentos difíceis da criança, a superação das dificuldades e a comunicação sobre a adoção ao nível intra e extrafamiliar.

os comportamentos, em tipo, intensidade, frequência e persistência, que a criança poderá apresentar; o desenvolvimento e a manutenção de expectativas realistas acerca dos comportamentos e funcionamento da criança e da capacidade dos pais em ajudar a criança a ultrapassar estes problemas; estratégias de gestão comportamental (ex.: a comunicação, o estabelecimento de limites, a disciplina), etc.

- d) **O processo de ajustamento ao longo do ciclo vital da Família adotiva** (ex.: Barbosa-Ducharne & colaboradores do IPA, 2011; Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Brodzinsky, Schechter, & Henig, 1992; Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998; Rosenberg, 1992), em que se analisam as tarefas desenvolvimentais específicas das famílias adotivas, focando os pais (ex.: efetuar o luto da infertilidade e da parentalidade biológica; participar num processo de avaliação; submeter-se a um período de espera indefinido; integrar a criança na família; consolidar a sua identidade enquanto pai adotivo; explorar os seus pensamentos e sentimentos acerca da família biológica; comunicar sobre a adoção; ajudar a criança a compreender o significado da adoção; dar suporte à criança quando esta lidar com as perdas inerentes à adoção, etc.) e as crianças (ex.: ajustar-se à transição para uma nova casa; desenvolver vínculos seguros; compreender o significado e as implicações de ser adotada; lidar com as reações dos pares em relação à adoção; lidar com as perdas relacionadas com a adoção, etc.).
- e) **A comunicação sobre a adoção** (Brodzinsky, 2006; Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Domingos, 2010; J. Ferreira, 2010; Howe & Feast, 2000; J. L. Soares, 2009; Wolfs, 2008; Wrobel, Kohler, Grotevant, & McRoy, 2003) em que se reflete sobre como e quando iniciar a conversa sobre a adoção; quais as estratégias para lidar com a ausência de informação; como criar um ambiente que facilite um diálogo aberto e verdadeiro entre os pais e a criança acerca da adoção; como partilhar com a criança informação difícil acerca da sua história de vida da criança; como preparar a criança para lidar com as questões sobre a adoção; como o desenvolvimento da identidade é influenciado pela perceção individual da adoção, bem como pela perceção dos outros e da sociedade em geral; a universalidade e normalidade na busca das origens (interna e/ou externa); como ajudar os adotados neste processo de busca, etc.
- f) **Os recursos, os serviços e os suportes na adoção** (Barbosa-Ducharne & Barroso, 2012; Barth & Berry, 1988; S. L. Smith, 2010), em que se pondera o papel da família alargada e dos amigos; a rede formal e informal de suportes; os recursos/serviços especializados

existentes e a forma de os aceder (ex.: livros e filmes sobre a adoção; grupos de pais adotivos, etc.).

Em Portugal, as cinco sessões, do módulo C, procuram responder às necessidades específicas da família adotiva e visam os seguintes objetivos (1) promover a responsividade parental e facilitar a construção de uma relação de vinculação segura com a criança; (2) promover competências parentais que facilitem uma comunicação aberta e flexível na família em geral, e em particular, em torno do passado e da adoção da criança; (3) desenvolver a sensibilidade parental às necessidades de comunicação da criança em torno de temáticas dolorosas, facilitadoras da expressão e regulação emocional; (4) desenvolver competências dos pais para fazer face a situações específicas relacionadas com adoções especiais, como crianças mais velhas, fratrias, crianças com doenças crónicas e /ou incapacidades e (5) preparação da família para a chegada da criança. Estas sessões, desenhadas à luz do modelo necessidades-capacidades (Palacios, 2008), usam metodologias variadas, de natureza experiencial e apelando ativamente à participação dos candidatos a pais em formação (Instituto da Segurança Social, I.P. & FPCEUP, 2010).

No referente à metodologia a literatura indica que o uso concertado de diferentes fontes, métodos e estratégias se revela mais eficaz. Desta forma, a preparação em grupo, com a participação de outros candidatos à adoção, de pais adotivos, bem como de adultos adotados²⁷, conciliada com a preparação individual em que o técnico explora, de forma mais confidencial e apoiante, os motivos, as atitudes, as expectativas e a história pessoal dos candidatos, constitui a solução mais comumente usada (Brodzinsky, 2008).

De forma mais individualizada, alguns serviços de adoção também implementam um sistema de pares (*buddy system*) em que Candidatos à adoção, durante o processo de seleção, são emparelhados com Famílias adotantes com características similares (ex.: monoparentais) e/ou que tenham adotado uma criança ou fratria com características comparáveis àquelas que os Candidatos se propõem a adotar, de forma a explorar e discutir temáticas específicas (Barth & Berry, 1990; Dance et al., 2010).

Também não será de descurar o uso de cursos *on-line*, que apesar de não reunirem as potencialidades do contato face-a-face e da interação grupal presencial, permitem uma difusão mais alargada e ultrapassam os constrangimentos espaciais e temporais dos métodos convencionais, como por exemplo, um candidato ter que se deslocar a uma

²⁷ Nos EUA, dado o carácter aberto da adoção, as famílias biológicas também podem participar nesta preparação.

distância significativa, num dia útil, de modo a estar presente numa sessão (Pacifici, Delaney, White, Nelson, & Cummings, 2006).

Para a preparação diversas estratégias são indicadas tais como o *role-playing* e outros exercícios interativos, a visualização de filmes, a imaginação guiada, o estudo de casos, etc. Alguns serviços também sugerem a construção de um diário de bordo (*learning log*) em que os candidatos, ao longo do processo de avaliação e preparação, vão registando ideias-chaves, reflexões, receios, dúvidas, etc. (Dance et al., 2010).

Cousins (2010), em *"Pushing the boundaries of assessment"*, sugere estratégias inovadoras com um forte carácter experiencial. A título de exemplo, a autora propõe que os candidatos à adoção sejam submetidos a um painel de avaliação composto por seis adolescentes/jovens adotados. Estes adolescentes, previamente preparados, e com base nas suas experiências e reflexões pessoais, colocam questões "desafiadoras" aos candidatos. Outra atividade remete para experiências personalizadas (*tailor-made experiences*) em que em função do perfil da criança definido os candidatos são convidados a visitar instituições ou grupos que integram crianças com essas características. Por exemplo, uma candidata considerada para adotar um rapaz com problemas comportamentais visita uma escola para crianças com comportamentos desafiadores e assume um papel ativo na turma. Apesar das apreciações positivas dos envolvidos (candidatos e técnicos) ainda não existe evidência acerca da eficácia destas estratégias para a preparação efetiva dos candidatos.

De igual modo, os diversos estudos têm incidido mais no nível de satisfação com a preparação recebida (ex.: Rushton & Monck, 2009a; Sar, 2000), do que na avaliação da eficácia dos programas/formação implementados (ex.: Christenson & McMurty, 2007).

Sar (2000) avaliou a perceção de 86 mães adotivas de crianças com necessidades especiais acerca da preparação recebida. Numa lista de 21 atividades, as mães avaliaram como mais úteis, por ordem decrescente: 1) participar num programa de treino para ser mãe adotiva; 2) estabelecer uma boa relação de trabalho com o serviço de adoção; 3) participar num grupo de suporte de pais adotivos de crianças com necessidades especiais; 4) participar no processo de avaliação da candidatura; 5) conhecer a criança; e 6) discutir o passado da criança com os técnicos. Contrariamente, as atividades associadas com a discussão do impacto da adoção na vida familiar ou da prevenção da disrupção foram avaliadas como menos úteis. Os dados indicaram uma correlação positiva entre o grau de preparação para adotar (1 = nada preparada a 5 = muito bem preparada) e a satisfação com a vida, com a vida familiar e com a relação estabelecida com a criança e uma correlação negativa com o

stress parental e com os problemas comportamentais da criança. Estes dados enfatizam a importância de uma preparação adequada para os pais adotivos.

Rushton e Monck (2009a), no estudo supramencionado, entrevistaram 38 famílias adotivas acerca do seu grau de satisfação com a preparação prévia recebida. A maioria dos pais (90%) considerou que a preparação foi relevante de uma forma geral e que os ajudou a refletir e a compreender os possíveis problemas das crianças em situação de adotabilidade, contudo, 65% afirmaram que a preparação não foi particularmente útil no desenvolvimento das competências necessárias para parentificar e gerir as dificuldades comportamentais das crianças. Este subgrupo expressou um desfasamento entre os cenários hipotéticos e a realidade com que se confrontaram, segundo os participantes do estudo:

The talks didn't seem real without knowing the children. A lot of issues are more significant afterwards when confronted by the real thing"; "We were helped to understand, but until it hits you, you aren't fully aware", "As general training it was fine, but we wish we had trained for the specific needs of the children. (Rushton & Monck, 2009, pp. 7-8)

Os pais consideraram que determinados tópicos, designadamente como lidar com o comportamento desafiante da criança (a agressão, a oposição e a raiva) e os problemas de vinculação foram explorados de modo inadequado ou insuficiente. Alguns pais verbalizaram que a preparação não se ajustava às suas necessidades específicas, em que, a título de exemplo, candidatos com filhos prévios gostariam que tivesse sido abordado o impacto da integração de uma criança nas crianças pré-existent (*"It was not suitable as we were the only ones who had other children; the course was biased in favour of people without kids"* p. 8). Efetivamente uma das dificuldades consiste em definir um serviço que responda às necessidades da preparação geral e da preparação para parentificar a criança eventualmente integrada. Nesta sequência os autores argumentam que os meses iniciais após a integração constituem momentos privilegiados de intervenção, em que se pode proporcionar consultadoria parental mais adaptada e adequada à situação.

No intuito de avaliar a eficácia do programa Foster PRIDE/Adopt PRIDE, Christenson e McMurty (2007) administraram um questionário aos 228 participantes²⁸, no início (pré-teste) e na última sessão (pós-teste) do programa. Este questionário foi concebido no

²⁸ Os autores consideram dois grupos: os familiares ($n = 69$) e os não familiares ($n = 159$) da criança. Dentro do grupo dos familiares 59 candidatavam-se a família de acolhimento e 10 a família adotiva. No grupo dos não familiares, 89 eram candidatos a família de acolhimento e 79 a família adotiva.

âmbito da investigação e é constituído por 20 itens que avaliam as cinco competências²⁹ exploradas pelo programa. Considerando a amostra total os resultados indicaram diferenças significativas em todos os itens avaliados, demonstrando um aumento de conhecimento e de competência percebida após a participação no programa. Contudo esta investigação teve subjacente algumas limitações, designadamente a inexistência de um grupo de controlo e o facto de a avaliação não ter abrangido o comportamento dos pais ou o efeito no comportamento dos filhos (Dorsey, Farmer, Barth, Greene, Reid, & Landsverk, 2008).

Apesar de ultrapassar os limites deste capítulo, por incidir na avaliação da eficácia de um programa de suporte após a criança estar integrada, optamos por mencionar dado o seu carácter inovador, o estudo de Rushton e colaboradores (Rushton & Monck, 2009b; Rushton, Monck, Leese, McCrone e Sharac, 2010). Os pais adotivos de crianças entre 3 e 8 anos de idade, com problemas comportamentais severos, foram distribuídos aleatoriamente em três condições: 1) intervenção cognitivo-comportamental³⁰ ($n = 10$); 2) intervenção psicoeducativa³¹ ($n = 9$) e 3) serviço usual (grupo de controlo, $n = 18$). As intervenções consistiam em 10 sessões semanais, manualizadas, com treino individualizado no domicílio e orientações em função das diretrizes definidas pelo programa de intervenção específico³². A avaliação em três momentos (antes das famílias serem alocadas a uma condição, duas semanas antes do fim do programa e seis meses após o fim da intervenção) contemplou um conjunto de medidas relativas às crianças (ex.: SDQ, Expression of Feeling Questionnaire, etc.) e aos pais (ex.: The Parenting Sense of Competence Scale, Daily Hassles, etc.). Os dados indicaram a inexistência de diferenças significativas entre o grupo experimental (os dois

²⁹ As cinco competências são: proteger e confortar a criança, responder às necessidades desenvolvimentais da criança e lidar com os atrasos desenvolvimentais, apoiar o relacionamento entre a criança e a sua família, construir relações seguras, afectuosas e duradouras e trabalhar como membros de uma equipa profissional (CWLA, 1996 citado em Christenson & McMurty, 2007).

³⁰ Abordagem centrada no aumento de comportamentos positivos na criança com recurso a elogios e recompensas, ao ignorar o comportamento desadequado, à definição de limites firmes e à utilização de consequências lógicas e resolução de problemas.

³¹ Abordagem centrada na compreensão do significado dos comportamentos atuais da criança e em ajudar os pais adotivos a perceber como o passado e presente podem estar conectados, reconhecendo, por exemplo, que determinados estímulos podem ativar a raiva ou *stress* na criança. Contempla a forma como os pais respondem aos desafios da parentalidade, capacitando-os a antecipar os acontecimentos e, por conseguinte, aumentar a sua eficácia na resposta aos comportamentos desafiantes da criança.

³² Ambas as intervenções manualizadas foram valorizadas pelos pais, os quais salientaram a necessidade de “estratégias” e de “compreensão”, remetendo para a combinação das duas abordagens. Nesta sequência é proposto um programa de formação parental igualmente manualizado, com 10 sessões domiciliárias, aplicadas semanalmente junto de famílias que adotaram crianças com problemas comportamentais e/ou emocionais desafiantes (Rushton & Upright, 2012)

tipos de intervenção foram analisados em conjunto dado o número baixo de sujeitos) e o grupo de controlo em todas as medidas relativas à criança. Quanto às medidas dos pais observou-se, no follow-up, um maior nível de satisfação com a parentalidade e um menor uso de estratégias parentais negativas (ex.: gritar, repreender) no grupo experimental por comparação ao grupo de controlo. Apesar das limitações metodológicas (amostra pequena reduzindo o poder estatístico do estudo e limitando a sua generalização) e a não identificação de mudanças no comportamento da criança após a intervenção, *“the study represents an important step toward developing empirically-based preparation and support programs for adoptive parents which hopefully will be the focus of additional research in the future”* (Palacios & Brodzinsky, 2010, p. 280).

Apesar de algumas exceções, conclui-se que as diversas práticas profissionais, orientadas para a preparação dos candidatos, carecem de avaliação da eficácia, do impacto a longo prazo, dos custos, etc. A investigação não elucida de entre os vários programas de formação estruturados disponíveis quais são os mais eficazes; se a formação em grupo é mais efetiva que as intervenções individualizadas; se as abordagens focadas na gestão de comportamentos são mais aconselháveis que as abordagens orientadas para a compreensão do comportamento da criança (Palacios, 2009). Desta forma, *“many critical decisions seems to be based more on professional consensus, personal or cultural biases and preferences, than on sound research data”* (Palacios, 2009, p. 82).

A literatura também alerta para a disponibilidade e prontidão emocional dos pais para assimilar a informação fornecida antes da integração (Brodzinsky, 2008). O *stress* associado com a infertilidade e a transição para a parentalidade pode deixar alguns candidatos emocionalmente vulneráveis (Brodzinsky & Huffman, 1998; Farber et al, 2003). Frequentemente os candidatos lutaram durante anos para se tornarem pais e vislumbram a adoção não só como um meio para alcançar este propósito, mas também como uma forma de resolver os seus sentimentos profundos de perda, resultantes da infertilidade ou de traumas prévios. Por conseguinte, existe uma necessidade em adotar uma criança o mais rápido possível, com a consequência indesejada de negligenciar a informação apresentada sobre a adoção (Brodzinsky, 2008). Além do mais, alguma da informação fornecida pelos profissionais (ex.: o papel da adoção no desenvolvimento da identidade) pode não ser relevante para as necessidades imediatas dos pais que estão a adotar um bebé ou uma criança em idade pré-escolar. Resumindo, nesta fase inicial, os candidatos à adoção muitas vezes não estão disponíveis para ouvir, compreender e integrar informação importante

sobre a adoção. Desta forma, apesar de a preparação prévia ser essencial não constitui a panaceia para as diversas temáticas e problemáticas relacionadas com a adoção, com que as famílias se confrontam ao longo do seu ciclo vital, remetendo para a necessidade de se proporcionar oportunidades de preparação e de suporte contínuos (Keagy & Rall, 2007). Esta prática está mais consolidada a nível internacional (ex.: EUA), existindo uma diversidade de respostas/serviços na pós-adoção³³ (ex.: grupo de adolescentes adotados; campos de férias para famílias; grupos de suporte; linha telefónica, etc.), aos quais os pais podem recorrer.

Em *Recapitulação*, atualmente assiste-se a uma maior diversidade no perfil dos candidatos (não se restringindo aos casais sem filhos), como reflexo de e/ou refletindo-se em mudanças sociais, legais e regulamentares. Esta diversidade também acarreta uma adaptação do processo de avaliação e preparação, em que temas transversais a todos os Candidatos e temas específicos da candidatura em questão (perfil dos Candidatos e perfil da criança ou fratria a que os primeiros se propõem a adotar), devem ser abordados.

A literatura demonstra uma variabilidade considerável no grau de estruturação e conceptualização do processo de estudo da candidatura, na sua duração e intensidade, nas metodologias adotadas, etc. apesar de ser viável a identificação de elementos comuns, nomeadamente a realização de entrevistas individuais e conjuntas, em contexto de “gabinete” e domiciliário, e a obrigatoriedade na apresentação de documentos comprovativos dos rendimentos, estado de saúde, etc.

Regista-se uma crescente aposta na preparação dos candidatos, seja proporcionando oportunidades de reflexão, de análise e inclusive de treino ao longo do processo de avaliação, seja pela organização de atividades específicas como sessões de formação para a adoção em grupo, o sistema de pares, etc., almejando a reformulação das expectativas iniciais de modo a serem realistas e consentâneas com a adoção e o desenvolvimento ou reforço de estratégias para lidar com os desafios vindouros.

³³ Os serviços pós-adotivos ultrapassam o âmbito desta dissertação, pelo que se remete o leitor interessado neste tópico para a leitura de S. L. Smith (2010) e de ChildONEurope (2008) que efetuam uma resenha dos serviços prestados nos EUA e na Europa, respetivamente.

Capítulo III

Processo de Correspondência (*Matching*)

Se os capítulos anteriores consideraram a criança em situação de adotabilidade e os candidatos à adoção em separado, neste capítulo será assumido o nascimento da Família adotiva e nos posteriores o seu ajustamento e (in)adaptação.

Após a criança ter a situação de adotabilidade decretada e ser analisada a informação sobre esta, inicia-se a procura de famílias adequadas (*family finding*). De entre as candidaturas à adoção aprovadas, são selecionadas algumas (número variável) cujo perfil se crê como o mais adequado para responder às necessidades e características da criança ou fratria. Esta etapa é designada na literatura anglo-saxónica por *Linking*. Não existe porém tradução para a realidade Portuguesa, pelo que propomos a designação de **Conjugação**, dada a exploração (em simultâneo ou sequencialmente) de diferentes famílias para uma criança. Assim as famílias vão sendo hipoteticamente “conjugadas” com a criança, atendendo aos recursos e competências que exibem para responder às características e necessidades específicas da criança.

A ponderação relativa entre estas candidaturas e a seleção da candidatura específica para responder às necessidades avaliadas (atuais e futuras) de uma criança ou fratria específica, constituem o processo de *Matching*. No contexto Português, este termo tem sido traduzido discursivamente por “emparelhamento”, “aparentamento”, “adequação”, etc. mas permanece inexistente em documentos formais³⁴ e publicações na área. Perante este desprovido sugerimos a designação **Correspondência**, reportando ao ato de fazer corresponder a cada criança, com um conjunto de características pessoais e um leque de necessidades, atuais e futuras, uma candidatura, em função das suas capacidades, competências, recursos e necessidades. Atualmente é consensual que a adoção se orienta pelo superior interesse da criança, e que responder às suas necessidades constitui o cerne do processo. Para tal são valorizadas e enfatizadas as competências dos pais, não sendo negligenciadas a sua falta ou a existência de baixas competências em determinadas áreas, formuladas enquanto necessidades. Estas necessidades parentais têm de ser colmatadas mediante a formação e o acompanhamento, permitindo que se transformem em forças ou que seja anulado o seu efeito negativo, ou ainda, mediante a não integração de uma criança cujas características acentuem as vulnerabilidades parentais, impedindo, por associação, a resposta às necessidades da criança. Por outro lado, as Correspondências entre a criança

³⁴ Não há referência nos Decretos-Leis associados à adoção, nem no Manual de Procedimentos (DGSS, 2004)

desejada³⁵ e a criança real e entre a Família adotiva desejada e a Família adotiva real contribuem para o sucesso da adoção, pelo que, preferencialmente, mas não de forma determinante, serão ponderadas na seleção da família.

A finalidade da adoção e por inerência a conceção da Correspondência sofreu várias mudanças ao longo dos tempos, pelo que só iremos abordar as mais recentes, bem como aflorar as dificuldades que persistem ao nível conceptual e operacional.

Seguidamente serão abordadas diferentes orientações encontradas na literatura (de forma desagregada ou organizadas num modelo), que incidem quer no próprio processo de Correspondência, quer nos critérios usados para o efeito.

3.1. A conceptualização da Correspondência

A adoção foi concebida como uma solução para a infertilidade dos casais em que se procurava **uma criança para uma família**. A semelhança física entre a criança e a Família adotiva constituía o critério central (e por vezes exclusivo) da Correspondência de modo a assegurar que, com maior probabilidade, a Família adotiva simulasse uma Família biológica, e escapasse ao estigma associado à adoção (Nickman et al., 2005). Por conseguinte, este processo de Correspondência pode ter perpetuado o mito que a parentalidade adotiva era menos desejável, devendo ser escondida.

Posteriormente, devido ao dramático decréscimo no número de bebés em situação de adotabilidade, à mudança no perfil das crianças, e a um crescente reconhecimento e aceitação das diferenças (aprofundado no Cap. I) o paradigma inverteu-se e passou-se a procurar **uma família para uma criança**.

Todavia, ainda como resquício de conceções e práticas anteriores, a Correspondência assentava quase exclusivamente nos desejos dos pais adotivos relativamente a características específicas da criança: idade, género, etnia, saúde e capacidade cognitiva (Valdez & McNamara, 1994).

Apesar da semelhança física já não constituir o critério, a Correspondência com base na partilha de características étnicas, traços de personalidade, temperamento e níveis de inteligência entre pais e filhos³⁶ continuava uma prática comum entre os profissionais da

³⁵ Mais do que preferências, remete-se para o sentimento de confiança e competência para parentificar uma criança com determinadas características. O perfil da criança desejada deverá englobar, mas transcender, categorias redutoras tais como idade, sexo, etnia, etc. e abarcar comportamentos e características específicas.

³⁶ Designado na literatura por “*goodness-of-fit*”.

adoção. Em resultado, tal como no passado, mensagens contraditórias eram transmitidas à família por inadvertidamente veicular a noção de que as diferenças entre os pais e as crianças eram de alguma forma menos desejáveis e a evitar (Wegar, 2000).

Nesta fase, apesar do aumento generalizado de crianças com experiências prévias adversas e múltiplas necessidades especiais, imperava a ideia de que o amor dos pais adotivos e a estabilidade familiar permitiriam por si só, o redirecionamento da criança para uma trajetória de desenvolvimento adaptativa.

Atualmente, a fase designada por Quinton (2012) como **uma família para a recuperação desenvolvimental da criança**, enfatiza a Correspondência das necessidades das crianças com as capacidades parentais e os suportes para responder a essas necessidades de modo a que adoção viabilize a superação e recuperação dos efeitos negativos da adversidade prévia.

A Correspondência surge como um *“thoughtful decision-making process, requiring considerable insight and foresight by both adoption professionals and adoptive families”* (Rycus, Hughes, & Goodman, 1998, p. 935). Este processo, complexo e multifacetado, envolve a consideração de múltiplas fontes e tipos de informação e pressupõe a avaliação cuidada dos antecedentes, funcionamento e necessidades da criança com atenção concorrente aos antecedentes, funcionamento e capacidades dos candidatos à adoção para responder às necessidades da criança (Hanna & McRoy, 2011).

Apesar da magnitude, complexidade e importância deste processo, Triseliotis, Shireman e Hundleby, em 1997, concluem que *“there is no substantive research about matching of children and families, and there are many different opinions about what is important”* (p. 157). Decorrida mais de uma década a conclusão mantém-se *“Matching as a task is relatively unexplored and conceptually underdeveloped”* (Dance et al., 2010, p.123), apontando para uma severa lacuna na área da adoção. Em comparação com outras etapas do processo (ex.: avaliação, preparação, suporte pré-adotivo), a literatura que foque a Correspondência *per si* é escassa, quase virtualmente inexistente (Quinton, 2012).

Questões intimamente relacionadas com a Correspondência continuam por responder e até por explorar, como por exemplo, será que as necessidades avaliadas correspondem efetivamente às reais? Será que devemos atender a competências globais ou específicas? Como são as decisões efetuadas? Quais os critérios de Correspondência? Quando e até que ponto podem ser flexibilizados? O que constitui uma boa Correspondência? Qual a relação com os resultados da adoção?

Uma boa Correspondência dependerá da qualidade da avaliação das necessidades da criança e das competências e expectativas da família (Dance et al., 2010; The Hadley Centre for Adoption and Foster Care Studies, 2002). Mas, segundo Quinton (2012), não foram encontrados estudos acerca da qualidade e fidedignidade das avaliações das necessidades da criança e os dados do *Adoption Register for England and Wales* sugerem que a situação está longe de ser satisfatória. A título de exemplo, seria relevante avaliar o padrão de vinculação da criança ou o seu potencial para estabelecer vínculos, na medida em que as dificuldades de vinculação são recorrentemente associadas a dificuldades de ajustamento na adoção, porém tal prática é pouco usual na avaliação das crianças. Farmer, Dance, Beecham, Bonin e Ouwejan (2010) ao analisarem 131 Correspondências concluíram que vários dos *Child's Permanence Reports* (CPRs), principal fonte de informação para a procura da Família adotiva, continham erros e um terço não refletia de modo exato as dificuldades da criança. Em 13% dos casos o painel de adoção solicitou reformulações, clarificações e/ou informação adicional.

Ora se a Correspondência assenta e tem como ponto de partida a avaliação das necessidades das crianças e estas não correspondem às reais, pressupostos básicos estão ser violados colocando em causa todo o processo.

Por outro lado, nalguns casos, a dificuldade em encontrar candidatos à adoção que respondam à totalidade das necessidades da criança (atuais e previstas) conduziu à consideração de “a maioria das necessidades”, não sendo claro como isto é determinado. Partindo do axioma que não corresponde a uma mera contabilização das necessidades, mas que supõe a sua hierarquização (quais são as mais importantes ou que devem ser respondidas de imediato), a literatura não elucida como tal deve ser decidido (Quinton, 2012). Se para assegurar a integração da criança em tempo útil, os critérios são redefinidos no sentido da “família ideal” para a “família boa o suficiente”, até que ponto deverão ser flexibilizados para a “família disponível”? McRoy (1999) na análise de 80 processos de adoções especiais concluiu que nalguns casos “*Rationale for placement decision-making (...) tended to be based more on finding a family willing to try a placement than a comprehensive assessment of the fit or match between the specific child and the family*” (p. 133).

Paralelamente, a avaliação das capacidades dos candidatos à adoção tem as suas limitações, como argumenta Quinton (2012), “*assessing people's capacities before they are put to the test is possible only in a very broad sense*” (p.19).

Portanto, existe uma falta de clareza do que deve ser incluído sob a alçada dos títulos “necessidades da criança” e “capacidades dos pais”, ou, reformulando, com que especificidade se deve processar a Correspondência. Será preferível atender a um espectro alargado de competências e atributos parentais relacionados com o sucesso (ex.: flexível, tolerante, sensível, com expectativas realistas, centrado na criança, facilidade em estabelecer limites) ou deveremos tentar corresponder capacidades específicas com necessidades específicas? A investigação ainda não estabeleceu qualquer conclusão se esta abordagem atomista das competências e capacidades parentais preconiza resultados mais ou menos positivos (Quinton, 2012).

Perante os constrangimentos supracitados, Quinton (2012) rejeita a redução da Correspondência a “encontrar os adotantes que possuem as capacidades para responder às necessidades da criança”, uma vez que, no início, antes dos caminhos se cruzarem, as necessidades e competências efetivas são consideravelmente desconhecidas. Nas suas palavras: *“It seems unlikely that the objective of matching parental capacities to children’s needs can be done effectively unless matching is seen as an ongoing process requiring continuing reassessment and support after the placement”* (p. 43). Desta forma, o objetivo da Correspondência adquire um carácter contínuo em que os pais vão respondendo às necessidades da criança (algumas antecipadas, mas outras imprevisíveis, que resultam da integração e interação) e as suas competências vão sendo acompanhadas e desenvolvidas à medida que a adoção progride.

O autor argumenta a mudança de uma situação em que a Correspondência é assumida de forma especulativa, baseada em informação especulativa, e em que os serviços são posteriormente ativados para responder a dificuldades emergentes, para um processo em que a Família adotiva e os serviços de adoção fazem parte da ecologia da parentalidade e as necessidades das crianças e dos adotantes são avaliadas continuamente através do diálogo entre todas as partes envolvidas. Isto aponta para a importância da Família adotiva trabalhar colaborativamente com os serviços de adoção numa base contínua, e para capacidade dos serviços oferecer um acompanhamento responsivo e especializado de modo a responder às necessidades dos pais e da criança.

Apesar de reconhecida teoricamente a importância da Correspondência, são escassos os estudos que estabeleceram a sua relação empírica com os resultados da adoção.

No contexto Espanhol, numa investigação realizada sobre adoções internacionais mal sucedidas ($n= 20$), em 45% dos casos efetuaram-se Correspondências “discutíveis” tais como

integrar uma criança de 8 anos numa família com um filho biológico exatamente da mesma idade, integrar três irmãos numa família que tinha sido avaliada como adequada para adotar unicamente uma criança ou integrar uma adolescente, com múltiplos problemas de conduta, numa família muito rígida e com muita necessidade de gratificação (Palacios, Sánchez-Sandoval, & León, 2005).

No Reino Unido, dois investigadores analisaram casos de adoção em que, atendendo exclusivamente à informação disponível na Correspondência, classificaram, independentemente, a sua qualidade com base na capacidade em atender simultaneamente às exigências estipuladas para responder às necessidades da criança e às preferências dos candidatos à adoção. Das 131 Correspondências, 73% foram classificadas como boas, 14% como razoáveis e 13% como pobres (Farmer et al., 2010). Os autores realçam que na maioria das Correspondências “pobres”, os profissionais tiveram poucas opções de seleção, uma vez que os esforços encetados na procura de famílias, utilizando os diversos recursos disponíveis, se haviam revelado infrutíferos.

No *follow-up*, do estudo supramencionado (Farmer et al., 2010), foi avaliada a estabilidade e a qualidade das integrações para a criança. Os resultados demonstraram que 40% das integrações permaneciam intactas e de forma positiva, em 45% houve alguns desafios, mas que não colocaram em causa a integração, 5% foram avaliadas como estando em risco e 5% sofreram disrupção.³⁷ Quanto à qualidade, a maioria (87%) das integrações foram avaliadas pelos investigadores como positivas, 8% foram consideradas apenas adequadas, e 5% (as que sofreram disrupção) foram codificadas como uma pobre experiência para a criança.

A estabilidade e a (boa) qualidade da integração estavam claramente associadas com a qualidade da Correspondência. Em 63% das integrações instáveis ou que sofreram disrupção, a Correspondência foi classificada como pobre. Apenas 31% das Correspondências pobres convergiram em integrações positivas, por oposição a 93% das Correspondências boas ou razoáveis.

Além das Correspondências pobres ou inadequadas, os investigadores identificaram algumas questões associadas com os resultados pobres, reconhecendo, no entanto, também a presença destas questões nos casos de sucesso, mas que não surtiram o mesmo impacto.

³⁷ Resultados desconhecidos para 5%. O termo disrupção remete para a retirada da criança do lar adotivo durante o período de pré-adoção. O capítulo IV desta dissertação incide no conceito de disrupção.

Aludindo exclusivamente às relacionadas com o processo de adoção salienta-se: 1) as reservas expressas por alguns membros do painel acerca da Correspondência; 2) a inexistência de uma reunião formal para a tomada de decisão, que poderia ter permitido uma discussão mais rica e detalhada acerca da adequabilidade da Correspondência (em todas as integrações disruptivas, à exceção de uma, a decisão de Correspondência foi tomada informalmente); 3) a ausência de uma avaliação adequada da criança e/ou informação inadequada transmitida à Família adotiva; 4) sério “*stretching*”³⁸ das preferências dos adotantes em termos do tipo de criança que desejavam parentificar.

Após apresentar as várias, e por vezes incompatíveis, noções de Correspondência e as implicações da qualidade da Correspondência nos resultados da adoção, será abordada a sua operacionalização, subdividindo-a nos processos e nos critérios. Esta divisão pretende somente tornar mais clara a leitura, pelo que, em situações pontuais, as duas dimensões (processos e critérios) são indissociáveis.

3.2. A operacionalização da Correspondência: Processo

Com o aumento de crianças previamente consideradas inadotáveis, em situação de adotabilidade, o uso de instrumentos estandardizados para assegurar o “*goodness-of-fit*” foi recomendado por Valdez e McNamara (1994). Estes autores propõem um protocolo de avaliação das crianças, composto pelo CBCL e o DOTS-R (cf. Cap. I) e dos pais, constituído pelo DOTS-R e uma entrevista semiestruturada ou questionário. Os candidatos preenchem os DOTS-R em relação a si (versão adulto), e ao que esperam na criança adotada (versão criança adaptada para o efeito). A entrevista semiestruturada ou questionário, a desenvolver pelos serviços da adoção, visa avaliar as características parentais sugeridas por Katz (1986) e Hampson (1988) como estando associadas a integrações de sucesso.

Os autores propõem que os pais que demonstrem baixos resultados ao nível da confiança, do uso de consequências, da tolerância para com sentimentos ambivalentes ou negativos e da capacidade em se sentir realizado com pequenos ganhos, sejam correspondidos com crianças que apresentem menos problemas comportamentais e emocionais (avaliados pelo CBCL) e correspondam melhor às expectativas dos pais acerca do temperamento da criança (avaliado pelo DOTS-R).

³⁸ “*Stretching*” alude ao ato de encorajar os pais a esticar as suas preferências originais e a aceitar uma criança para a qual não possuem as competências e os recursos necessários. Mais informações serão dadas no capítulo IV.

Foram também desenvolvidos programas informáticos para, de forma “objetiva e matemática”, conjugar candidatos com crianças (Gibson, Howard, & Lea-Jones, 2005; TP Systems Ltd., 2007; Whalen & Pollack, 2007). No entanto, a decisão final continua a ser feita, de forma informada, mas subjetiva, pelos profissionais envolvidos. Aliás, Geen, Malm e Katz (2004) consideram que a Correspondência é a etapa do processo de adoção “*where workers’ beliefs and attitudes come into play the most*” (p.16). Os profissionais da adoção muitas vezes baseiam o processo de tomada de decisão nas suas interpretações subjetivas, experiências prévias ou valores pessoais (Kang & Poertner, 2006).

Alguns profissionais e investigadores também conceberam instrumentos específicos para recolher informação de uma forma estruturada e auxiliar os técnicos no processo de seleção e de tomada de decisão. Para cada instrumento serão descritas a sua composição e as áreas que avalia, e identificadas as pessoas responsáveis pelo seu preenchimento bem como a fase do processo de adoção em que é utilizado.

As ***Hennepin County Matching Tools*** (Keskinen & Gilgun, 2005) são compostas por uma Escala da Criança, existindo duas versões em função da idade (menor e maior do que 2 anos) e por uma Escala do Cuidador. A Escala da Criança contempla as seguintes áreas: 1) o funcionamento atual e os comportamentos da criança; 2) as necessidades médicas, educacionais e desenvolvimentais da criança; 3) a história da criança e as suas experiências passadas; 3) as necessidades culturais e religiosas da criança; 4) a conexão da criança à comunidade, escola e igreja; 6) os interesses e talentos da criança; 7) a relação da criança com os cuidadores atuais, pais e irmãos biológicos e outros familiares; 8) as preferências da criança.

A Escala do Cuidador utiliza os mesmos indicadores presentes na Escala da Criança e avalia a perceção de competência por parte do cuidador para parentificar uma criança com determinadas características/necessidades (“*Yes, have the skills*”) e a possível tomada em consideração ou o desejo em parentificar uma criança com essas características/necessidades (“*Would consider*” ou “*No, do not want to*”). Adicionalmente possui uma secção dirigida à diversidade étnica em que o cuidador deve assinalar qual/quais grupo(s) étnico(s) estaria interessado em parentificar e que modelos e atividades no contexto familiar, escolar e comunitário poderia fornecer de modo a promover uma identidade cultural positiva. Finalmente avalia a disponibilidade do cuidador para usar diferentes recursos, intra e extrafamiliares, de forma a suprir as necessidades específicas das crianças (ex.: providenciar terapia individual ou familiar; adaptar a casa para a locomoção de

uma cadeira de rodas). Esta escala é preenchida de forma conjunta pelo cuidador e o profissional durante o processo de avaliação da candidatura.

No processo de Correspondência, as duas escalas (da criança e do cuidador) são justapostas, de modo a comparar as capacidades e necessidades da criança com a vontade e a capacidade dos candidatos para lidar com tais problemáticas (Gilgun & Keskinen, 2005). Ao identificar as principais dificuldades e necessidades da criança, as escalas também facilitam a preparação da família para lidar com os desafios que possam eventualmente surgir e a identificação dos recursos a ativar.

A *SAFE* (já abordada no Cap. II) contem um Inventário Psicológico e um Inventário de Compatibilidade (formalmente conhecido como *matching*). Analogamente à Escala do Cuidador, supramencionada, o Inventário Psicológico da *SAFE* explora a capacidade dos candidatos à adoção para parentificar uma criança com necessidades especiais, porém este não é preenchido em colaboração com os candidatos à adoção, mas exclusivamente pelo profissional, treinado na metodologia *SAFE*, após completar a fase de recolha de informação do processo de avaliação. O Inventário de Compatibilidade é completado no processo de tomada de decisão da Correspondência. Este está concebido de modo a codificar em paralelo as necessidades da criança e as capacidades da família para responder a essas necessidades. Este inventário compreende uma lista detalhada das necessidades especiais ou dificuldades que a criança possa ter, incluindo características temperamentais, comportamentos desafiantes, problemas de vinculação, indicadores de *stress*, condições médicas ou emocionais, problemas de aprendizagem e/ou a nível escolar e comportamentos sexualizados (Consortium for Children, 2005). As 112 necessidades/problemáticas da criança são codificadas num *continuum* de quatro pontos, desde necessidade crítica ou problemática extremamente exigente a necessidade ou problemática não existente no momento, mas provável no futuro. As competências dos pais são assumidas desde 1- Muito competente a 5- Incapaz/não está disposto a. Esta forma de operacionalização das necessidades/capacidades não reúne consenso, sendo defendido a mudança de uma cultura de “*tick-box*” para uma em que é dada maior liberdade ao profissionalismo dos técnicos (Munro, 2010). Efetivamente nesta metodologia o técnico fica esbatido na sua individualidade e diferença, e circunscrito na sua autonomia.

O ***Texas Summary Adoption Assessment System*** (TSAAS), de DePelchin Children’s Center (2004a, 2004b), tal como os dois instrumentos supramencionados, visa comparar as competências dos candidatos à adoção com as necessidades específicas de determinada

criança. A diferença reside na sua visão mais global das necessidades e competências, bem como o grau em que os pais partilham determinadas características com a criança. Assim, em vez da versão atomista, em que se elenca e discrimina uma multiplicidade de necessidades das crianças, justapondo-se as competências parentais, este instrumento avalia as necessidades da criança e as competências dos pais de forma independente, cuja intersecção será traduzida num grau de risco. Parafraseando, resultados elevados obtidos na Escala da Criança conjugados com resultados elevados obtidos na Escala dos Pais resultará, presumivelmente, numa melhor Correspondência. A Escala da Criança é constituída por 31 itens, divididos em quatro fatores (capacidade física; capacidade comportamental e emocional; ajustamento; e ligação) e a Escala dos Pais, preenchida pelo profissional da adoção em colaboração com os candidatos à adoção, é composta por 40 itens, agrupados igualmente em quatro fatores (experiência em educar/cuidar de crianças; capacidades/recursos para necessidades especiais; aceitação dos problemas; religião/orientação familiar). O profissional faz uma seleção prévia de um determinado número de candidatos e depois, com recurso a um programa informático, a Escala da Criança é conjugada com cada uma das Escalas dos potenciais candidatos de modo a fornecer um relatório que indique quais as potenciais áreas de *stress* que podem surgir se a criança for integrada com cada uma das potenciais famílias.

Os resultados obtidos com recurso a este instrumento, ou com os outros dois referidos, constituem o mote de discussão (nunca o produto final), contribuindo desta forma para o processo de tomada de decisão dos profissionais (da adoção e de outros envolvidos, tais como os técnicos da instituição de acolhimento da criança).

Estes diferentes instrumentos assentam na antecipação por parte dos pais, durante o período de avaliação da candidatura, de quais crianças se sentem capazes e desejam parentificar. Este procedimento é similar ao seguido no Reino Unido, com o preenchimento da *Form F*, porém Cousins (2003) considera que muitos candidatos têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos em detrimento de exemplos concretos³⁹; apesar de algumas predições serem extrapoladas atendendo às experiências ou reações prévias, para algumas famílias, principalmente sem contacto ou experiência direta com crianças, a resposta à questão “que tipo de criança?” constitui uma tarefa particularmente complexa; a exploração decorre aquando da avaliação da idoneidade da candidatura, pelo que os candidatos

³⁹ De acordo com Huitt & Hummel (2003) apenas 30 a 35% dos alunos do 12º ano alcançam a competência de pensar conceptualmente, isto é, o estágio das operações formais, e muitos adultos nunca atingem este estágio.

experienciam um nível *stress* elevado; a incerteza, aliada aos sentimentos de culpa pela exclusão à partida de determinadas crianças, leva-os a assumir uma posição intermédia, de não compromisso, indicando que dependerá da criança em particular.

Por estes motivos, Cousins (2003) propõe uma reformulação estrutural do processo de avaliação e de Correspondência. Os candidatos devem submeter-se em primeiro lugar a uma avaliação parcial que lhes dará a aprovação para a etapa seguinte, a Conjugação. Esta avaliação será equivalente à realizada atualmente, todavia os candidatos serão apenas informados acerca das características e experiências das crianças em situação de adotabilidade não sendo efetuada uma discussão e ponderação do “tipo de criança” a adotar. Os candidatos são aprovados como idóneos sem ser especificada qualquer característica da criança a adotar. Seguidamente os candidatos sentir-se-ão “livres” para responder abertamente a uma variedade de crianças concretas, apresentadas da forma mais completa possível.

No Reino Unido existem várias estratégias (não implementadas em Portugal) para os candidatos conhecerem as crianças que estão em situação de adotabilidade, tais como a divulgação do perfil das crianças via internet (ex.: <http://www.bemyparent.org.uk/>)⁴⁰, mediante imprensa especializada (ex.: *Be My Parent*; *Children Who Wait*), em encontros abertos a vários candidatos à adoção, onde são expostas fotografias de crianças com uma breve descrição do seu perfil e o nome do gestor de caso ou em encontros com um número mais reduzido de candidatos à adoção em que determinadas crianças são apresentadas de forma holística, com recurso a veículos de informação diversificados (ex.: trabalhos da criança; vídeos a retratar o dia-a-dia da criança ou com testemunhos da criança; testemunhos de figuras-chave da vida da criança a salientar as suas necessidades e competências, etc.). As famílias são encorajadas a recolher mais informação acerca de uma criança em que manifestem interesse⁴¹ e transita-se para a fase seguinte que consiste na avaliação específica para parentificar uma criança concreta, sendo analisadas as competências necessárias. Nesta fase, também serão avaliadas as necessidades de suporte futuro da família, sendo explorada a rede pessoal dos candidatos, bem como identificados os serviços locais existentes e as lacunas presentes. Finalmente, esta Correspondência será submetida ao painel de avaliação.

⁴⁰ Esta estratégia é implementada igualmente nos EUA, Canadá e Federação Russa

⁴¹ Designado na literatura por “*adopter-led approach*”

Lançando o repto para o debate, esta proposta recebeu algumas críticas, positivas e negativas (Kaniuk & Simmonds, 2004). Dentro das elencadas, destacam-se os atrasos consideráveis para várias crianças que são integradas eficazmente pelo modelo em funcionamento, uma não seleção prévia dos candidatos o que implica um investimento de recursos num número considerável de candidatos que não são capazes de aceitar as crianças reais e uma menor flexibilidade dos candidatos após a aprovação.

Não obstante, no Reino Unido, algumas práticas recentemente desenvolvidas potencializaram as abordagens instigadas pelos adotantes (*adopter-led approaches*) permitindo aumentar o número de adoções, principalmente de crianças consideradas de difícil encaminhamento (Adoption Register for England and Wales, 2007). Na mesma linha, Bass (1975) sugere que, em vez de ser descrita à potencial Família adotiva uma única criança ou fratria, sejam descritas em detalhe várias crianças pré-selecionadas, de modo que a escolha final fique a cargo dos candidatos. Apesar de esta proposta não cumprir os pressupostos das abordagens instigadas pelos adotantes, ambas têm subjacente o intuito de envolver a família no processo de seleção e de tomada de decisão.

Porém estas perspetivas não reúnem consenso. Opiniões contrárias (ex.: International Social Service, 2006; Palacios, 2008) defendem a primazia da atuação e da tomada de decisão de técnicos qualificados, que seguem critérios profissionais. Frequentemente os candidatos não detêm total consciência das suas capacidades, forças e vulnerabilidades, nem são os mais qualificados para saber que perguntas fazer, que aspetos da história ou do perfil da criança são determinantes para antecipar as suas necessidades futuras ou os mais competentes para separar a emoção de uma análise mais racional acerca das probabilidades de sucesso de uma relação e de um compromisso para toda a vida (Palacios, 2008).

Dado o carácter inovador destas práticas, a relação entre as abordagens instigadas pelos adotantes⁴² e a qualidade da Correspondência não foi ainda estabelecida (Quinton, 2012). Todavia, o estudo de Farmer et al. (2010), já mencionado, fornece algumas pistas ao indicar que não existem diferenças significativas nos resultados da adoção (estabilidade e qualidade) em função da Correspondência ter sido instigada pelos profissionais (80% dos casos) ou pela Família adotiva (20% dos casos).

⁴² Apesar de ser instigado pelo adotante, pressupõe um grau de intencionalidade, preparação e “controlo” dos serviços de adoção diferindo das situações em que, sem o conhecimento ou aval dos serviços de adoção, pessoas contactam com crianças em situação de adotabilidade e solicitam posteriormente a sua adoção.

Relativamente ao modelo de Cousins (2003), independentemente das possíveis inadequações, um aspeto importante é salientado, nomeadamente a avaliação e a preparação específica para uma criança particular ou grupo de irmãos, pelo que a proposta da criança terá que ir para além da sua apresentação e avaliação em termos genéricos para parentificar tal criança (Argent & Coleman, 2006).

Antes dos primeiros encontros, é sugerido que os profissionais identifiquem os serviços de saúde, educação e terapêuticos necessários e avaliem com os candidatos, a viabilidade de aceder a estes, considerando a vontade e as crenças dos pais, a capacidade económica, a distância geográfica, a disponibilidade de tempo, etc. O acesso aos recursos terapêuticos ou serviços de apoio deve ser previsto antes da integração, uma vez que posteriormente o nível de *stress* pode ser tão elevado que o suporte adicional é geralmente percecionado como insuficiente ou demasiado tardio.

Esta etapa também implica refletir com os pais sobre o modo como a integração de uma criança (ou fratria), com determinadas características e necessidades específicas, irá alterar a dinâmica familiar, como antevêm responder a essas necessidades, como as interpretam, como se sentem, etc. A apreciação do dia-a-dia da criança (*Life Appreciation Day*⁴³) é sugerida nesta etapa por permitir, de forma mais rica, partilhar informações, em que os diferentes olhares sobre a criança se conciliam e/ou contradizem, complementando-se, e por possibilitar que os futuros pais coloquem todas as questões que considerem pertinentes.

Porém, a proposta (ou até a sua mera possibilidade) e os momentos subsequentes em que os pais se preparam para o/a filho/a (não uma ideia em abstrato, mas com contornos de concreto) revestem-se de grande intensidade emocional. Debates, não conclusivos, têm sido gerados acerca de quanta informação os pais são realmente capazes de assimilar quando uma potencial integração é discutida e até que ponto se podem focar no que desejam ouvir em detrimento da totalidade da informação apresentada (Dance et al., 2010). Isto enfatiza a necessidade de transmitir a informação de uma forma que envolva os futuros pais e os encoraje a ver a criança holisticamente.

⁴³ O *Life Appreciation Day* é uma prática utilizada noutros países (ex.: EUA, Reino Unido) que consiste numa reunião em que os candidatos à adoção têm a oportunidade de em simultâneo conversar com pessoas relevantes da vida da criança, que a conhecem de diversos contextos e de diferentes perspetivas (ex.: professores, treinador, enfermeira, terapeuta, prévio cuidador, etc.) de modo a trocar informações e compreender de forma mais holística e rica a história de vida da criança, as suas características e necessidades.

No estudo de Dance et al. (2010) foram analisados a forma como e o momento (durante o processo de Conjuração, após a Correspondência ser aprovada ou em ambas as etapas) em que a informação sobre a criança era apresentada aos pais. Uma diversidade de estratégias são usadas, nomeadamente a apresentação do *Child's Permanence Report*, de um vídeo da criança, de relatórios médicos ou outras avaliações, do livro da história de vida da criança, do processo da criança, conversa com especialistas que seguem a criança (pediatra, psicólogo ou pedopsiquiatra), com professores ou psicólogos educacionais acerca das necessidades a nível escolar, encontro com cuidadores, apreciação do dia-a-dia da criança e a observação “unidirecional” da criança. Estas duas últimas estratégias, conjuntamente com a leitura do processo da criança são as usadas menos frequentemente pelos serviços de adoção (respetivamente 43%, 86% e 44% dos serviços não usam). Nenhuma das estratégias é usada exclusivamente em alguma das fases (antes ou após a Correspondência), apesar da partilha do processo da criança, do livro da história de vida da criança e a apreciação do dia-a-dia da criança serem usadas preferencialmente após a Correspondência. A retenção de documentos mais pessoais e identificativos até ao momento em que a Correspondência é aprovada parece compreensível do ponto de vista do respeito da privacidade e confidencialidade.

Este estudo permite retratar as práticas, no entanto, dado o seu carácter descritivo, não responde objetivamente à questão “que informação os pais são capazes de assimilar?” A distribuição de uma diversidade de estratégias por diferentes momentos, parece legitimar a necessidade dos profissionais assegurarem que a informação seja transmitida e reelaborada pelos pais, de forma contínua no sentido de apreenderem a criança real.

O **International Social Service (ISS)**, que reúne informação relevante sobre a prática da adoção em diversos países, publicou em 2006 uma ficha informativa sobre a Correspondência. As diretrizes indicadas podem resumir-se da seguinte forma:

- A Correspondência deve ser efetuada antes de ocorrer um encontro físico entre os candidatos e a criança.
- A Correspondência é da responsabilidade dos profissionais da adoção;
- A Correspondência ocorre com base na análise do processo da criança e dos processos de diversas famílias aprovadas entre as quais é selecionada uma família específica, pelo que é crucial que a informação seja o mais completa e precisa possível.

- É importante que a autoridade competente estabeleça critérios para orientar o processo de Correspondência.
- A família selecionada deve possuir características compatíveis com o temperamento, personalidade, gostos, e necessidades emocionais, físicas e psicológicas da criança, presentes ou que possam surgir na adolescência.
- Sempre que possível, a proposta de Correspondência deve ser discutida com os técnicos da instituição onde a criança está acolhida, ou o seu equivalente, uma vez que estes conhecem melhor a criança e podem dar o seu contributo acerca da adequabilidade da Família adotiva proposta em função das características e necessidades da criança. Apesar de reconhecer o valor desta prática, alguns autores (Dance et al. 2010; Gerstenzang & Freundlich, 2006) salientam que, por vezes, os técnicos, sem conhecimento na área da adoção, têm ideias pré-concebidas sobre a família “ideal” para uma criança ou preconceitos sobre a adequabilidade de estruturas familiares não tradicionais, dificultando a Correspondência. Contrariamente, a investigação demonstra que as famílias minoritárias, isto é, com baixo nível educacional e rendimentos, mais idade, e monoparentais apresentam taxas mais baixas de disrupção, bem como níveis mais elevados de satisfação parental (Evan B. Donaldson Adoption Institute, 2004; Rosenthal, 1993).
- Posteriormente, esta proposta será submetida à consideração dos candidatos, no decurso de uma entrevista, em que o profissional “traduz” a informação constante no processo da criança, explicitando as suas necessidades e problemas, bem como as características positivas. O que corresponde ou não às expectativas dos candidatos também deverá ser frisado. Recomenda-se que, num primeiro momento, não sejam mostradas fotos para evitar a focalização em traços físicos.
- Deve ser dado aos candidatos tempo para refletirem e a possibilidade de não aceitarem a proposta se consideraram que não vão ser capazes de responder às necessidades que a criança apresenta.

Harnott e Humphreys (2004) definem que o relatório a submeter ao painel da adoção deve sumariar os fatores a ser tidos em consideração e salvaguardados aquando da Correspondência, designadamente:

- As razões pelas quais os candidatos à adoção têm o potencial para responder às necessidades da criança;

- Os equipamentos e serviços de saúde, de educação e terapêuticos disponíveis para responder às necessidades da criança;
- A preparação de que os candidatos à adoção foram alvos no sentido de os capacitar para responder às necessidades específicas da criança;
- O ponto de vista de todas as crianças e adultos (além dos candidatos) que residem no lar adotivo e a natureza do trabalho de preparação desenvolvido e/ou que necessita ser desenvolvido relativamente à integração adotiva proposta;
- Em que medida as necessidades e expectativas dos candidatos à adoção vão ser satisfeitas pela integração proposta;
- Que trabalho adicional deve ser desenvolvido, antes e após a integração, de forma a suprir as necessidades, por quem deve ser efetuado e qual o intervalo de tempo previsto para a sua conclusão.
- Se os candidatos são incapazes de responder a uma ou mais necessidades da criança como isto vai ser ultrapassado;
- Um plano de suporte da integração e adoção delineando:
 - a. A frequência de visitas propostas entre a integração e a audiência no tribunal (a ser revisto periodicamente);
 - b. A pessoa de referência a quem a família pode recorrer para apoio após a adoção ser decretada.
 - c. O suporte a ser disponibilizado antes e após a adoção estar legalizada, por quem e durante quanto tempo.
 - d. Os planos de contingência no caso dificuldades, inclusive *respite care arrangements*⁴⁴.
 - e. Os encontros com pessoas de referência da criança (ex.: irmãos): frequência, pessoas envolvidas e o técnico responsável por concertar e organizar esses contactos.

Em suma, no que diz respeito aos processos de Correspondência evidencia-se convergência na tentativa de selecionar a candidatura que apresente a disponibilidade, as competências e os recursos intra e extrafamiliares mais adequados para responder às

⁴⁴ Suporte usado nos EUA em que alguém presta cuidados a curto-prazo (horas, dias, ou, em casos extremos, semanas) mas de forma regular à criança com o intuito de “libertar” os pais e dar-lhes algum tempo para se reorganizarem (North American Council on Adoptable Children, National Foster Parent Association, & AdoptUsKids, 2008).

necessidades e características específicas da criança. Contudo, evidencia-se alguma variabilidade na forma como isto é operacionalizado, em que os técnicos recorrem a instrumentos standardizados, a instrumentos concebidos para o efeito, a programas informáticos ou à discussão do caso concreto. As competências podem ser avaliadas pelos técnicos e/ou pelos Candidatos e consideradas de forma atomista (cada necessidade específica da criança é justaposta com a competência dos Candidatos para responder a essa necessidade) ou de forma mais global (definido um nível de risco resultante da interseção do total das necessidades da criança e do total das competências parentais). No processo de Conjugação (e eventualmente Correspondência), a família pode ter uma participação mais ativa, ou este é assumido exclusivamente pelo técnico do serviço de adoção ou em parceria com o técnico da instituição de acolhimento da criança.

3.3. A operacionalização da Correspondência: Critérios

Em Portugal, os critérios de Correspondência elencados no manual de procedimentos da adoção (DGSS, 2004) são genéricos, refletindo quer os pressupostos da teoria “*goodness of fit*”, quer a centração nas competências para responder às necessidades. Assim, sem hierarquia definida, os critérios remetem para:

- Atender às necessidades específicas de desenvolvimento, saúde e educação da criança;
- Compatibilidade entre a história de vida da criança e a aceitação por parte do(s) candidato(s) e restante família;
- Compatibilidade entre a origem étnica e religiosa da criança e os valores do(s) candidato(s) e sua família;
- Aproximação da criança desejada à criança real (idade, sexo, etnia, etc.);
- Compatibilização entre as características psicológicas da criança e do(s) candidato(s);
- Ponderação relativa ao equilíbrio da fratria, caso existam filhos.

No contexto Espanhol, Palacios (2008) ao propor o modelo das necessidades e capacidades (apresentado no Cap. II) preconiza que a Correspondência visa ajustar as capacidades adultas de uma candidatura específica às necessidades infantis de uma criança concreta.

O autor estabelece alguns critérios no processo de Correspondência relacionados com as necessidades de vinculação afetiva, com os atrasos de desenvolvimento e com os problemas de conduta da criança.

A experiência de separação e perda é comum a todos os adotados. Todos foram vítimas de abandono ou maltrato, com repercussões emocionalmente marcantes. A maioria destas crianças cresceu em contextos institucionais, de qualidade diversa. Algumas terão tido a oportunidade de se relacionar com figuras estáveis, sensíveis e afetuosas, enquanto outras não. Não se trata tanto de uma questão dicotômica de presença-ausência de uma figura cuidadora única, mas de dimensões da qualidade dos cuidados prestados como o número de adultos responsáveis pelas crianças, do tipo de relação estabelecida, da sua estabilidade e duração e do envolvimento emocional (Schaffer, 1990). Consequentemente, a proporção de crianças em acolhimento com padrão de vinculação inseguro ou desorganizado é superior comparativamente às crianças que tiveram trajetórias precoces mais protetoras (Bakermans-Kranenburg et al., 2011; Román, Palacios, Moreno, & Lopez, in press). Independentemente do padrão de vinculação não segura que caracteriza cada uma das crianças, algo comum a todas elas será a dificuldade em estabelecer novos vínculos emocionais seguros e estáveis.

Uma criança que é capaz de receber e expressar afeto é muito recompensadora e reforçadora e gera nos seus cuidadores o desejo de proporcionar mais afeto. Pelo contrário, crianças que parecem incapazes de receber ou expressar afeto ou inclusive o rejeitam ativamente, podem ser muito frustrantes para os adultos.

Quando mais complexa for a história prévia de vinculação de uma criança, mais importante será selecionar candidatos que tenham uma história pessoal de vinculação segura e positiva, na infância e vida adulta, que tenham elevada capacidade de empatia para compreender o complexo mundo emocional da criança e as suas reações, que consigam trabalhar por objetivos a longo prazo, que consigam tolerar a frustração que pode ser gerada quando a criança não é recíproca nos afetos que se lhe proporcionam e que tenham flexibilidade suficiente para ir adaptando os seus comportamentos e respostas às manifestações da criança. Igualmente, adultos com algumas características de insegurança afetiva, com necessidade de demonstração de afeto, com baixa empatia relativamente às necessidades complexas dos outros, com pouca flexibilidade e pouca tolerância à frustração, não devem ser considerados enquanto opção para crianças com complexas necessidades afetivas e com previsíveis dificuldades de vinculação.

Quando os atrasos no desenvolvimento fazem parte do perfil inicial da criança, três critérios parecem importantes na seleção da Família adotiva. Por um lado, a Família deve aceitar a existência de tais atrasos na criança, bem como o carácter imprevisível do seu grau de recuperação. Em segundo lugar deve fornecer toda a estimulação essencial para ajudar a superar os atrasos e dificuldades iniciais. Nalgumas situações poderá ser necessária uma intervenção especializada, todavia o fundamental é a estimulação que a Família pode proporcionar de forma continuada nas experiências da vida quotidiana. Em terceiro lugar, a Família deve ter capacidade para reajustar as suas expectativas em função dos resultados que a criança alcança. A investigação demonstrou que a recuperação significativa dos atrasos no desenvolvimento (pelo menos a nível cognitivo) ocorre nos dois a três primeiros anos após a integração da criança no lar adotivo (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005). Decorrido este tempo, as crianças continuam a desenvolver-se, ao seu ritmo, mas a distância relativamente à média tende a manter-se.

Assim, para responder às necessidades das crianças com atrasos no desenvolvimento não se visa selecionar pais que tenham uma relação profissional com a educação ou a intervenção precoce ou áreas similares, mas sim pais que sejam capazes, em primeiro lugar, de aceitar as limitações como ponto de partida e organizar então a vida quotidiana da família em função da criança, e, se necessário, recorrer a intervenção especializada adequada, no sentido de promover continuamente o progresso da criança. Por outro lado, é desejável que sejam pais capazes de ser felizes com as limitações da criança e que façam a criança feliz.

Articulados com os atrasos no desenvolvimento, mas com indubitável especificidade, surgem os problemas escolares que as crianças podem apresentar. Para crianças com dificuldades de aprendizagem será importante selecionar candidatos que consigam estabelecer uma relação de cooperação com a escola, que propiciem um ambiente familiar estável e estimulante, que reforcem os progressos com paciência e sem pressões excessivas e que, se necessário, possam recorrer a ajuda profissional. Os pais também devem ser capazes de aceitar que a criança poderá não ter um futuro escolar brilhante, embora com toda a probabilidade desenvolva competências e capacidades que lhe permitam um funcionamento adulto plenamente independente, funcional e satisfatório. Adotantes com elevadas expectativas de rendimento académico podem ser inadequados para este tipo de crianças, pois podem transmitir a sua desilusão em relação à criança por esta enveredar por

outras trajetórias escolares (ex.: ensino profissionalizante), independentemente do êxito aí alcançado.

Como consequência das experiências adversas prévias a que foram submetidas repetidamente por longos períodos de tempo, as crianças adotadas podem apresentar problemas de conduta. Os problemas externalizados tais como agressividade, roubo, fugas de casa, etc. surgem associados a um maior risco de insucesso da adoção. Estes comportamentos são frequentemente resistentes à mudança e geram sentimentos de rejeição, frustração, incompetência e impotência nos adultos e nas crianças que os manifestam.

Inevitavelmente quanto mais complexos forem os problemas de conduta que a criança apresenta, mais as capacidades e competências educativas dos adultos são colocadas à prova. Nestes casos, é crucial o domínio de estratégias educativas relacionadas com o estabelecimento adequado de limites, com o reconhecimento dos esforços e dos progressos que a criança faça, e com a capacidade para lidar com as tensões derivadas destes problemas sem perder a referência afetiva, que deve estar sempre presente e constituir o pano de fundo das interações.

O recurso a práticas educativas caracterizadas pelo excesso de permissividade, pelo controlo rígido ou pela inconsistência não será o adequado para estas crianças. Adultos que são capazes de suportar a frustração que alguns destes problemas originam no quotidiano, que consigam ficar contentes com pequenos progressos e manter o esforço na direção desejável, que são capazes de não transformar a sua frustração em mensagens negativas acerca da criança e que, se necessário, procuram aconselhamento profissional, serão os adultos mais adequados para responder aos desafios que os problemas de conduta colocam.

Todavia, algumas crianças podem apresentar limitações significativas em mais do que um domínio referido, pelo que as necessidades se situam num nível de dificuldade qualitativamente superior e, por conseguinte, as capacidades dos adultos para responder as essas necessidades também devem ser de um nível qualitativamente superior. Nestes casos, deve destacar-se a aceitação das características da criança, a capacidade para acompanhar os seus progressos e para disfrutar deles por mais pequenos que sejam, o ajustamento das expectativas às capacidades reais e não às desejadas, a capacidade para transmitir à criança mensagens positivas sobre as suas características e qualidades e a capacidade para estabelecer e manter uma relação afetiva apesar das dificuldades que possam surgir.

A adoção de um grupo de irmãos, cujas idades e características individuais podem ser muito diferentes, e em que os pais têm de responder de forma simultânea às necessidades individuais de cada um, constitui um desafio acrescido. A disponibilidade de tempo, de energia física, mental e de entrega, bem como uma rede de apoio sólida serão requisitos fundamentais para a adoção de uma fratria. Tais características devem ser complementadas com capacidades emocionais e educativas que permitam responder às necessidades de cada um.

Adicionalmente, o processo de Correspondência deve considerar três fatores relevantes: a existência de crianças no lar adotivo; a diferença de idades entre o adotado e o adotante; e os desejos expressos pelos candidatos e pela criança.

Quando se pondera integrar uma criança numa família em que já existem filhos, sejam biológicos ou adotados, dois aspetos devem ser considerados: a distância entre a chegada de um e de outro e a diferença de idades entre ambos.

A prática profissional recomenda que haja uma distância mínima de um ano e meio a dois entre a chegada de uma criança e a seguinte. Do ponto de vista das necessidades da criança é fundamental ter um tempo próprio para uma vinculação fortemente personalizada, para o conhecimento, o ajustamento e a adaptação mútua (Palacios, 2008).

No concernente à diferença de idades, é aconselhável que a criança a integrar seja mais nova que a criança que já está no lar, com uma distância entre elas de pelo menos 2 anos cronológicos (Palacios, 2008). A perda da atenção exclusiva, acrescida do domínio da superioridade do recém-chegado sobre a criança prévia, pode gerar dinâmicas e conflitos difíceis de gerir. Similarmente, idades próximas propiciam conflitos e competição relativamente a desejos e exigências semelhantes, bem como comparações indevidas. Se por alguma razão se aconselha a integração de uma criança com idade superior à existente, então a distância entre as duas, deverá ser de pelo menos 3 anos, no intuito de diminuir a possibilidade de competição e conflitos. Bass (1975) contra-argumenta, defendendo que conceitos como “o primogénito”, “a necessidade da criança adotiva ser a mais nova”, “as famílias grandes serem indesejáveis” devem ser descartados, pois se os pais têm a capacidade para individualizar, a criança adotada encaixa em qualquer constelação familiar.

Abordando a diferença de idades entre o adotante e o adotado, Palacios (2008) refere um limite máximo de 45 anos⁴⁵, assumindo a idade do adotante mais novo, quando a diferença de anos entre o casal é inferior a cinco anos, ou efetuando a média entre as idades dos adotantes nas outras situações. Este critério baseia-se na premissa que a capacidade de adaptação e flexibilidade, requisito fundamental para a adoção, diminui ao longo da idade e a Correspondência deve ter em consideração não só as necessidades atuais da criança, mas também as futuras, na adolescência e juventude. O autor salienta que a diferença de idades não constitui uma mera operação aritmética, devendo entrar nesta equação fatores que podem ter repercussões sobre a esperança de vida dos candidatos (ex.: estado de saúde física; estilo de vida), de modo a evitar que a criança sofra a perda prematura de um dos pais. No Reino Unido, por exemplo, a idade não é estabelecida em termos numéricos, mas operacionalizada como *“the health and vigour to meet the many and varied demands of children in their growing years and be there for them into adulthood”* (Adoption Act, 1976 citado em Palacios, 2009, p. 83).

Na Correspondência deve atender-se aos desejos dos adotantes relativamente a determinadas características da criança que gostariam de adotar. Porém se estes forem demasiado precisos, detalhados e rígidos a própria adequação da motivação para a adoção poderá estar em causa. Quando os candidatos foram avaliados como adequados, é provável que o perfil da criança desejada reflita a autoavaliação das capacidades, pelo que deverá ser tido em consideração na Correspondência. No entanto, isto não invalida que os técnicos da adoção apresentem aos candidatos, ao longo do processo, possibilidades distintas das enunciadas pelos candidatos, sempre que se reconheçam capacidades para responder às necessidades presentes e futuras dos adotados.

Finalmente, não se deve olvidar os desejos verbalizados pelas crianças que esperam ser adotadas, quando estas têm maturidade suficiente para tal (talvez a partir de uma idade mental de 8 anos e sem dúvida a partir dos 10 anos). Mas, tal como no caso dos adultos, as preferências da criança não são vinculativas na tomada de decisões, mas devem ser tidas em conta e eventualmente trabalhadas com a criança no processo de preparação para a adoção.

Apesar da diversidade de modelos e referenciais existentes poucos têm em consideração simultânea o ajuste específico entre pais e filhos, no entanto Ward (1997)

⁴⁵ Em Portugal, a diferença de idades entre o adotante e o adotado não poderá, em termos legais, ser superior a 50 anos, o que não invalida que haja critérios, implícitos ou explícitos, de Correspondência que reduzam esta diferença.

considera que um tipo de família seria mais competente para parentificar crianças com determinadas características, enquanto a integração de outras crianças comportaria maior risco. Esta autora advoga que a compreensão das forças e vulnerabilidades de diferentes tipos de famílias (fechada, imprevisível, aberta e sintónica), segundo os paradigmas familiares de Constantine (1986 citado em Ward, 1997), poderá orientar a seleção da família mais adequada para determinada criança mais velha⁴⁶.

O paradigma familiar remete para o modo como a família usa os seus recursos de tempo, espaço, energia e materiais para perseguir os seus objetivos de controlo, afeto, significado e conteúdo. Constantine (1986, citado em Ward, 1997) identificou quatro tipos de paradigmas familiares centrais, cada um composto por três dimensões – a imagem, a estrutura e o comportamento familiar.

Não há um tipo de paradigma familiar “ideal”, mas cada tipo pode ser funcional ou disfuncional. No modo funcional, as famílias assemelham-se umas às outras pela capacidade em, à sua maneira, se adaptar às mudanças, satisfazer as necessidades dos membros familiares e simultaneamente assegurar a continuidade do sistema familiar. No modo disfuncional, os diferentes tipos de família tendem a extremar as suas características típicas o que dificulta a resolução efetiva dos problemas.

As famílias fechadas, muitas vezes assumidas como “tradicionais”, têm uma hierarquia bem delimitada e reconhecida, em que a parentalidade é exercida sob a forma de autoridade. Apesar de a família ser privilegiada em detrimento do indivíduo, as necessidades dos seus membros são satisfeitas mediante a estabilidade, a estrutura, a previsibilidade e o sentimento de pertença. No seu modo funcional, as regras e os limites são claros, consistentes e reformulados ao longo do tempo de forma a ajustarem-se às necessidades crescentes de autonomia da criança.

Este tipo de família pode ser adequado para crianças parentificadas pois, devido à sua estrutura hierarquizada, é pouco provável que os pais permitam que a criança assumia níveis de autoridade inapropriados. Face a esta perda de poder por parte da criança, as famílias necessitam de assegurar uma alternativa para esta manter o seu sentimento de competência. As crianças parentificadas podem encaixar nestas famílias desde que aprendam a confiar nos adultos para satisfazer as suas necessidades de dependência. As crianças cujas famílias biológicas forneceram pouca estrutura e consistência também podem

⁴⁶ A autora não especifica qual o ponto de corte considerado

beneficiar deste tipo de família, bem como algumas crianças com problemas emocionais. As famílias fechadas podem ser igualmente apropriadas para uma fratria numerosa, dado a necessidade de orientações e regras firmes para evitar o caos.

Uma potencial vulnerabilidade deste tipo de família é a sua relativa baixa tolerância a comportamentos de oposição ou de desafio por parte da criança, com consequente implementação de regras demasiado rígidas e inflexíveis. Por outro lado, a divisão tradicional de responsabilidades dificulta a adoção de uma criança que requeira quantidades elevadas de cuidados. Se apenas uma figura parental é responsável pelo cuidado diário da criança, esta pode sofrer *burnout*, caso não haja um sistema de suporte eficaz.

As famílias imprevisíveis enfatizam o individual sobre o grupo, isto é, a família ajuda cada membro a satisfazer as suas necessidades e objetivos pessoais. Este tipo de família é provavelmente permissivo e igualitário. Tais famílias, no seu modo funcional, fortalecem a criatividade e a individualidade da criança e fornecem estrutura suficiente para responder às necessidades de independência da criança.

Uma vez que estas famílias colocam a ênfase na autorrealização, é importante que pelo menos o cuidador principal conceba a parentalidade como altamente desejável para o seu desenvolvimento pessoal. Por outro lado, também é fundamental que a aparência, as capacidades ou a personalidade da criança permitam que cada um dos pais se sintam bem no seu papel. Estas famílias buscam a novidade e podem valorizar a criança “diferente”, seja em termos de idade, raça ou outra característica. Um adolescente motivado poderá encaixar nestas famílias, uma vez que a sua necessidade de independência será provavelmente pouco ameaçadora para os seus pais.

Paradoxalmente, estas famílias podem não considerar uma criança com problemas emocionais e/ou comportamentais severos como recompensadora emocionalmente, nem serem capazes de fornecer os limites e a estrutura necessários para tal criança.

As famílias abertas valorizam a mutualidade e enfatizam o indivíduo e o grupo. O processo de tomada de decisão é consensual e encoraja *inputs* de todos os membros familiares; a partilha de informações e a cooperação são valorizadas. Estas famílias são marcadas por elevados níveis de comunicação verbal à medida que negociam os limites e estabelecem as regras e expectativas de forma conjunta.

O elevado ênfase que as famílias abertas colocam na proximidade e nas atividades familiares pode ajudar a compensar as lacunas prévias da criança ao nível dos afetos, se esta proximidade é encorajada em vez de exigida. Uma vez que estas famílias se notabilizam pela

comunicação clara e pela resolução colaborativa dos problemas, elas irão encorajar as crianças a expressar-se, pelo que podem apreciar uma criança com boas capacidades comunicativas e até argumentativas.

Porém, no seu modo disfuncional, estas famílias podem exigir um envolvimento familiar intenso, mesmo de adolescentes ou de crianças com dificuldades de vinculação. Quando uma criança tenta afastar-se ou quando um cônjuge está emocionalmente envolvido em responder às necessidades da criança, um ou ambos os pais podem sentir-se abandonados ou *stressados* porque as suas necessidades emocionais não são satisfeitas.

Estas famílias também são vulneráveis a crianças que recorram à manipulação, uma vez que estas podem usar o processo de negociação na tomada de decisões para obter o controlo familiar. Igualmente, numa fratria, um irmão parentificado pode continuar a manter o seu poder, dado que os limites entre os pais e as crianças podem não ser tão claros como os estabelecidos nas famílias fechadas.

Adicionalmente a família pode ter dificuldade em chegar a um consenso sobre como lidar com o comportamento de uma criança com comportamentos externalizados.

As famílias sintónicas possuem um sentimento de harmonia entre os elementos, baseado na partilha de valores. Em vez de expectativas explicitamente declaradas, os indivíduos comunicam-nas implicitamente, pelo que a comunicação não-verbal é valorizada. Nas famílias funcionais, a criança experiencia rotina, ordem e desenvolve um sentimento de segurança e pertença, principalmente quando integrada numa idade precoce, o que facilita o processo de enculturação e a mestria na decodificação dos sinais não-verbais. Estas famílias também poderão ser capazes de lidar com os cuidados exigidos por uma criança com deficiência.

Contudo, a importância de aprender um estilo de comunicação implícita torna problemática a integração de crianças mais velhas, particularmente as com Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção (PHDA) ou com outras características que dificultem a leitura de sinais não-verbais subtis. Se os membros familiares não forem capazes de tornar a sua cultura familiar explícita e iniciarem a criança, ela poderá continuar a sentir-se como uma estranha.

O estilo familiar intermédio e desalinhado corresponde a uma incongruência entre as três dimensões (imagem, estrutura e comportamento familiar) dentro do sistema familiar ou quando os cônjuges optam por estilos diferentes e dois ou mais paradigmas competem. Estas incongruências e divergências não representam incapacidade familiar, porém implicam

esforços adicionais para manter a interação diária o que reduz a capacidade para lidar com outros *stressores*.

A aplicação dos paradigmas familiares à adoção é meramente sustentada teoricamente carecendo de estudos empíricos que testem a sua validade. Ward (1997) salienta a dificuldade em identificar os tipos familiares pois, no tetraedro tridimensional, os quatro paradigmas representam os pontos extremos de um contínuo de modelos possíveis. A maioria das famílias corresponde a um tipo intermédio, cujas forças e vulnerabilidades são uma mistura dos diferentes tipos. Logo os profissionais da adoção precisam ser cautelosos ao classificar as famílias em rótulos estanques e rígidos. Acrescentar que as escalas usadas para avaliar os paradigmas familiares, nomeadamente a *Family Paradigm Assessment Scale* – FPAS (Imig, 1999, citado em Ward, 1997) e as *Parenting Assessment Scale* – PAS (Imig, 1993; Imig & Phillips, 1992) não foram aplicadas à população adotiva.

Dance et al. (2010) num estudo realizado, a nível nacional, na Inglaterra e no País de Gales, obteve resposta de 58 serviços de adoção responsáveis pela Correspondência. As percepções dos profissionais foram auscultadas relativamente aos fatores centrais para efetuar uma boa Correspondência e as respostas foram agrupadas em três categorias relacionadas com: 1) os serviços (práticas, processos e organização); 2) as características da Família adotiva (experiências e circunstâncias familiares); e 3) a compreensão da Família adotiva (preparação emocional para adoção, compreensão e atitudes face às especificidades da adoção).

Quanto aos serviços foram salientados dez fatores, surgindo no topo da lista a necessidade de obter informação clara, precisa e atualizada sobre a criança, em que alguns respondentes sugeriram a hierarquização das necessidades da criança para facilitar a Correspondência. Intimamente relacionadas foram assinaladas a adequada avaliação e preparação das crianças e dos candidatos à adoção, bem como a familiaridade do profissional com o caso da criança. Vários respondentes também enfatizaram a importância de não acelerar o processo de Correspondência, de explorar as dúvidas e incertezas à medida que surgem, de permitir tempo à família para pensar sem se sentir pressionada e de respeitar, na medida do possível, as preferências dos candidatos. Envolver o cuidador (a família de acolhimento ou a figura de referência, quando existente, na instituição) no fornecimento de informação sobre a criança e na sua preparação para a mudança, também foi contemplado. Adicionalmente, apesar de não incluído no processo de Correspondência de forma estrita, os técnicos realçaram a apreciação do dia-a-dia da criança (*Life*

Appreciation Day). A comunicação clara e transparente e o trabalho colaborativo entre todos (ex.: entre os serviços de adoção; entre o serviço de adoção e os candidatos à adoção; entre serviços de adoção e os CAT/LIJ) foram igualmente elencados, salientando-se a variabilidade de práticas entre serviços como uma dificuldade acrescida na Correspondência.

No grupo referente aos atributos práticos e circunstâncias da família alguns consideraram importante a compatibilidade entre o estilo de vida, a personalidade e os interesses dos membros familiares e da criança. Vários respondentes argumentaram que a não similitude entre a Família adotiva e a criança em termos de etnia, religião ou cultura poderia obstar uma Correspondência. Quando a família tinha filhos biológicos, as suas opiniões, idades e necessidades eram valorizadas, inclusive quando as necessidades dos filhos biológicos pudessem entrar em conflito com as necessidades da criança a adotar, os técnicos optavam por não prosseguir com determinada Correspondência. A rede de suporte dos pais, a sua experiência de vida ou experiência no cuidado de crianças foram considerados aspetos importantes na Correspondência. Inversamente, a falta de tempo e de competências para responder às necessidades da criança foram encarados como obstáculos para uma Correspondência. Finalmente, a distância geográfica também foi concebida como um elemento-chave, mas enquanto uns valorizaram o distanciamento da família biológica, outros realçaram a proximidade relativamente aos serviços de adoção de forma a facilitar o acompanhamento pré-adotivo.

Relativamente aos fatores relacionados com as atitudes e compreensão das especificidades da adoção por parte da família, são enfatizadas as expectativas realistas, a flexibilidade, a compreensão da história de vida e das necessidades da criança, como fatores importante para uma Correspondência adequada. Todavia, quando os candidatos são demasiado otimistas, não reconhecem possíveis desafios e/ou problemas e esperam que a criança satisfaça as suas necessidades em vez de atender às necessidades da criança ou têm assuntos não resolvidos (a maioria relacionados com a infertilidade), algumas Correspondências desadequadas podem ser efetuadas. Interactivamente, o ajustamento entre o padrão ou estilo de vinculação da criança e de ambos os pais adotivos (quando aplicável) também foi um fator ponderado como importante para alguns respondentes.

Além das três categorias supramencionadas, dois outros fatores foram referidos, embora por um número inferior de respondentes: a ligação emocional ou “química” com uma criança em particular ($n = 2$) e as expectativas e os desejos da criança acerca da Família adotiva ($n = 7$). A “química” é algo quase impossível de prever porém deve ser respeitada,

particularmente no caso de crianças mais velhas (Sinclair & Wilson, 2003). Todavia, Dance et al. (2010) alertam que *“it is also possible that such a bond might blind potential adopters to issues they might not be able to manage in the longer term”* (p. 94). As expectativas e os desejos da criança, apesar de reconhecidos na literatura como importantes (ex.: Dance & Rushton, 2005; Sinclair & Wilson, 2003), só foram verbalizados por sete serviços de adoção, em que a oposição da criança relativamente a uma integração adotiva específica poderia inviabilizar essa Correspondência. Apesar o respeito pelos desejos da criança não ter sido evocado enquanto critério de Correspondência no âmbito de uma pergunta aberta, a maioria dos serviços de adoção (98%) afirma explorar junto da crianças as características desejadas na Família adotiva e uma minoria (24%) envolve diretamente a criança no processo de seleção da família.

No âmbito da mesma investigação foi avaliada a importância dada na Correspondência a diferentes tópicos, que poderiam ser considerados “essenciais”, “desejáveis”, de “baixa prioridade” ou “não importantes”. A resposta às necessidades comportamentais, de vinculação, de saúde ou deficiência da criança foi quase universalmente considerada como “essencial”. A Correspondência em função do temperamento, desejos, aparência e talentos da criança foi assumida como menos crítica por alguns respondentes (55%, 41%, 36% e 24% dos respondentes, respetivamente, consideraram o tópico como “essencial”). No concernente às variáveis dos candidatos à adoção o estilo parental foi assumido por 80% dos respondentes como “essencial” e os desejos dos candidatos por 67% dos respondentes.

A maioria dos respondentes considerou que as crianças com problemas comportamentais e/ou de vinculação seriam melhor correspondidas com pais que exigissem menos compromisso emocional e com lares adotivos sem crianças, uma vez que os pais poderiam não possuir tempo e energia suficientes para responder às necessidades individuais de todas crianças. Todavia, a experiência parental também foi considerada como um valioso recurso, pois os pais sentir-se-iam mais confiantes no seu papel, possuiriam mais recursos para fazer face às situações e exigiriam menos da criança em termos de vinculação ou compromisso emocional. Desta forma, os candidatos que foram bem-sucedidos na parentalidade, mas cujos filhos já se autonomizaram, poderiam constituir uma boa resposta para crianças de difícil encaminhamento. Salienta-se que este tópico não reúne consenso, uma vez que as estratégias usadas com sucesso com os filhos prévios podem não produzir o

mesmo resultado com a criança integrada, pelo que a flexibilidade e a capacidade de ajustamento dos candidatos poderão determinar o resultado (Quinton, 2012).

Em *Épílogo*, a conceção de Correspondência evoluiu ao longo dos tempos sendo atualmente enfatizada a seleção da família mais competente para responder às necessidades de uma criança ou fratria específica, de modo a que a adoção seja reparadora da adversidade precoce. Os serviços de adoção, através do suporte dado para responder às necessidades dos pais e da criança, também são contemplados enquanto parte integrante da ecologia da parentalidade e considerados na Correspondência.

A Correspondência constitui uma etapa relativamente inexplorada e conceptualmente pouco desenvolvida pelo que subsistem dúvidas quanto ao grau de especificidade com que se deve avaliar e corresponder as competências, como e se se deve hierarquizar as necessidades, quais os critérios de Correspondência mais adequados, o que constitui uma boa Correspondência, etc. Este vazio conceptual e empírico parece explicar que *“too often the matching process may appear to be a gamble, with successful outcome due to chance more than good planning in matching child and family”* (Ward, 1997, p. 257).

A reflexão e antecipação por parte dos pais, durante o período de avaliação da candidatura, sobre as crianças que se sentem capazes e desejam parentificar parece constituir uma prática comum, apesar de iniciativas recentes se focalizarem na análise de situações concretas. Efetivamente, maior protagonismo tem sido dado à preparação específica da Família adotiva para a criança ou fratria que irá adotar. Deste modo, a apresentação da criança é efetuada com recurso a estratégias diversificadas e em diferentes momentos; a adequação da Correspondência é discutida com os candidatos em função das competências e expectativas; os recursos intra e extrafamiliares a ser ativados são explorados ao pormenor; e planos de suporte são concebidos para atender às necessidades da criança e dos pais.

Quanto aos critérios de Correspondência, baseando-se nas conclusões dos estudos sobre a disrupção e o ajustamento na adoção, alguns investigadores e profissionais sugerem o que poderá facilitar ou inviabilizar uma Correspondência, que tipo de competências a Família adotiva deverá ter para adotar crianças com dificuldades de vinculação ou com problemas comportamentais ou com atrasos de desenvolvimento, etc. No entanto, carecem

estudos que avaliem a relação entre o (in)cumprimento destes critérios e a qualidade da Correspondência, e subsequentemente a relação entre esta e os resultados da adoção.

Capítulo IV

Sucesso ou Disrupção

Após a correspondência efetuada pretende-se que a Família adotiva garanta o bem-estar da criança/jovem e o desenvolvimento de vínculos afetivos reparadores. Aliás, vários estudos sugerem que o impacto das experiências precoces adversas pode dissipar-se ou mitigar-se quando uma Família adotiva responde às necessidades da criança, assegura as condições ótimas para o seu desenvolvimento, proporciona amor e um ambiente de segurança, permitindo o estabelecimento de um vínculo novo e positivo (J. I. Baptista, 2011; Juffer et al., 2011; Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005; Sonuga-Barke, Schlotz, & Kreppner, 2010). Inclusive demonstrou-se que o tempo que as crianças vivem com a sua nova família correlaciona-se positivamente com a recuperação de certos problemas. Assim, a família pode ser um agente de mudança e de desenvolvimento importante, mediadora entre o risco prévio associado às experiências adversas e os resultados positivos de desenvolvimento. Porém, em algumas situações, o desfecho não é o expectável e a criança é retirada do lar adotivo, acrescentando mais perdas e descontinuidades na sua curta, mas complexa e emaranhada, história de vida.

Este capítulo centra-se nestes dois polos: o sucesso e a disrupção da adoção, sendo explicitadas as diferentes conceptualizações e operacionalizações dos termos patentes na literatura, bem como as perfilhadas no âmbito da nossa investigação.

Face à ausência de estudos realizados no contexto Português acerca da prevalência da disrupção serão apresentados resultados de outros países, refletindo acerca da sua evolução ao longo do tempo, bem como o seu significado em função das opções metodológicas assumidas.

Procederemos a uma breve referência do quadro conceptual subjacente à noção de risco e proteção, para seguidamente elencar os múltiplos fatores associados à criança, à Família adotiva e às práticas profissionais que, de forma isolada e em interação, contribuem para o sucesso e para a disrupção da integração adotiva.

Finalmente serão apresentados os motivos da disrupção, tendo em consideração as perspetivas dos diferentes atores do processo, bem como as consequências negativas, presentes e futuras, para todos os envolvidos.

4.1. Conceptualização da Disrupção e do Sucesso

Termos como “insucesso”, “disrupção”, “dissolução”, “ruptura”, “término”, “interrupção” não têm sido usados na literatura de forma consensual, pelo que o mesmo termo é utilizado para reportar realidades diferentes, ou termos distintos são utilizados para referir a mesma realidade.

Consubstanciando, alguns investigadores definem a “disrupção” como a retirada da criança do lar adotivo entre a integração adotiva e a finalização legal (Kadushin & Seidl, 1971; Schmidt, Rosenthal, & Bombeck, 1988; S. L. Smith & Howard, 1991; Valdez & McNamara, 1994), outros consideram “disrupção” a retirada da criança do lar adotivo antes ou após a adoção estar legalmente decretada (Barth, Berry, Yoshikami, Goodfield, & Carson, 1988; Berry & Barth, 1990; Partridge, Hornby, & McDonald, 1986) e outros consideram ainda, como critério de disrupção, a não residência da criança com a Família adotiva no momento da recolha de dados (Block & Libowitz, 1983; Lathi, 1982). Necessariamente, estas discrepâncias conceptuais acarretam limitações ao nível de análises comparativas entre estudos e dificultam a definição de linhas orientadoras, práticas e políticas específicas.

No âmbito desta investigação iremos assumir a **disrupção** como a retirada da criança do lar adotivo durante o período de pré-adoção, ou seja entre a integração e a decisão judicial. A situação em que a criança é novamente acolhida no sistema de promoção e proteção, de forma temporária ou permanente, após a adoção estar legalmente decretada será designada por **dissolução**⁴⁷. Para os estudos que assumem a retirada da criança antes e após a adoção estar legalmente decretada, não dissociando a disrupção da dissolução, o termo **término** será adotado (Evan B. Donaldson Adoption Institute, 2004).

Nos diversos estudos que versam a disrupção da adoção, a manutenção da Família adotiva enquanto tal, geralmente, é considerada como a principal, e por vezes a única, medida de sucesso (Reilly & Platz, 2003). Desta forma, ao assumir a definição de disrupção supramencionada, o sucesso é preconizado como a permanência da criança na família durante o período pré-adotivo com sua consequente adoção legal. Será esta a definição perfilhada na nossa investigação.

⁴⁷ Nos EUA alguns autores optam pela diferenciação entre *Displacement* (acolhimento temporário ou a longo prazo da criança no sistema de proteção após adoção legal) e *Dissolution* (anulação da adoção com consequente acolhimento da criança). O carácter legal nem sempre é considerado adotando-se geralmente a designação *Dissolution* para abarcar os diferentes cenários. Uma vez que no contexto Português a adoção, salvo situações excecionais, é irrevogável, não faria sentido esta subdivisão pelo que optámos pelo termo usado de forma mais sistemática na literatura.

Não obstante, alguns estudos vão além desta classificação reducionista e contemplam medidas adicionais para avaliar o grau de sucesso da adoção, focando em exclusivo ou em conjugação variáveis da criança (ex.: o ajustamento emocional e social), dos pais adotivos (ex.: a satisfação parental) e/ou da dinâmica familiar (ex.: a qualidade da relação pais-filhos; o impacto da adoção na família e no casamento).

Alguns estudos identificam diferentes níveis de sucesso, como por exemplo, Rushton e Dance (2004), num estudo de 133 adoções e acolhimento familiar permanente, consideraram três grupos: os intactos e felizes (nunca cogitaram a hipótese de término e os aspetos positivos prevalecem sobre os negativos); os intactos com problemas (criança distante, em que a possibilidade de término foi considerada); e os intactos mas infelizes (criança rejeitante, que ameaça fugir, com problemas escolares e comportamentais severos).

Por seu lado, J. F. Goodman e Kim (2000) consideram que as medidas normativas e comparativas devem ser complementadas com definições e medidas subjetivas de sucesso, auscultando a perceção dos envolvidos. Rushton e Dance (2004) subscrevem esta posição, afirmando que *“Success or otherwise of a placement depends on many factors, including whose perspective is taken and which objective is being examined, as well as when the outcome is being measured”* (pp. 50-51).

4.2. Prevalência da Disrupção

Em Portugal não existem estudos quantitativos que incidam sobre a disrupção, pelo que os dados publicamente conhecidos são geralmente divulgados pela comunicação social. Segundo Nogueira (2011), no Correio da Manhã, *“Em 2010, foram devolvidas aos centros de acolhimento do Estado 12 crianças em processo de pré-adoção. Entre 2005 e 2010, registaram-se um total de 108 devoluções, de acordo com dados do Instituto da Segurança Social (ISS).”*

Contrariamente, noutros países, particularmente nos EUA, no Reino Unido e no Canadá, diversas investigações têm sido desenvolvidas, ao longo dos anos, acerca da prevalência da disrupção. Iremos elencar alguns destes estudos, bem como refletir acerca das opções metodológicas assumidas.

Até aos inícios da década 70, a disrupção na adoção era raramente mencionada, refletindo provavelmente a baixa ocorrência desta problemática (Festinger, 2005). Nos EUA, Kadushin (1980 citado em Festinger, 2005) analisou os estudos desenvolvidos até à década

de 70, citando nove, incluindo um seu (Kadushin & Seidl, 1971). As amostras destes estudos eram compostas por crianças caucasianas, muito novas e sem deficiências conhecidas no momento da integração. Apesar de ligeiras variações entre os estudos, em cerca de 34000 integrações adotivas, apenas 1.9% sofreu disrupção.

Estudos posteriores começaram a focalizar ou a incluir crianças mais velhas, com necessidades especiais ou grupos minoritários e reportaram taxas superiores de disrupção.

Dados de serviços de adoção públicos da Califórnia indicaram uma taxa de disrupção de 7.6% em 1973, um aumento considerável em relação aos 2.7% reportados pelos mesmos serviços em 1970, exprimindo aparentemente o aumento numérico de integrações adotivas de crianças mais velhas (Bass, 1975). Barth et al. (1988) obtiveram uma taxa de término de 10.2% para crianças adotadas com 3 anos ou mais. Num estudo posterior, analisando exclusivamente a adoção de adolescentes (com 12 anos ou mais) a taxa de término subiu para 24.2% (Berry & Barth, 1990).

Numa revisão de estudos conduzidos entre 1975 e 1990 sobre esta temática, Festinger (1990) estabeleceu um intervalo de taxas de disrupção entre 6.9% e 20% dependendo do tipo de amostra utilizada.

Tremittiere (1984), num estudo realizado na Pensilvânia, com base nas respostas de 40 serviços de adoção, constatou que a taxa disrupção das crianças com menos de 6 anos aumentou de 1.4% em 1979 para 1.6% entre 1982 e 1983, enquanto nas crianças com 6 anos ou mais aumentou de 7.2% para 12%, no mesmo intervalo de tempo referido.

Fitzgerald (1985) reviu os processos de 477 integrações adotivas na Inglaterra, determinando uma taxa de disrupção de 9%. Holloway (1997) realizou um estudo retrospectivo abrangendo 129 crianças integradas em Família adotiva, entre Janeiro de 1986 e Dezembro de 1990, numa cidade do nordeste de Inglaterra. A maioria das crianças (95.3%) tinha 6 anos ou menos aquando da integração e mais de metade tinha menos de 1 ano de idade, pelo que apenas 2% destas integrações sofreram disrupção. Paradoxalmente, nos EUA, Pinderhughes (1998) focou-se na adoção de crianças com mais de 5 anos de idade, de quatro serviços de adoção em Ohio e em Nova Inglaterra, nos meados dos anos 80. As 53 crianças integradas tinham 10.8 anos de idade em média e 24.5% (13) sofreram disrupção.

Barth e Miller (2000) estabeleceram a taxa de disrupção entre 10% e 16% com base na análise de três estudos (Barth & Berry, 1988; Goerge, Howard, Yu, & Radomsky, 1996; Partridge et al, 1986).

O quadro seguinte resume alguns estudos realizados neste âmbito e as taxas de disrupção, ou eventualmente de término, observadas.

Quadro 4.1

Resumo dos estudos sobre taxa de disrupção/término na adoção

Estudo	Lugar	N	Amostra	Taxa
Kadushin & Seidl (1971)	Wisconsin	2945	Crianças integradas entre 1960 e 1967	2.8%
Fein, Davies, & Knight (1979)	Connecticut	13	Crianças entre os 5 e 12 anos com problemas emocionais.	31%
J. S. Cohen (1981)	Ontário	----	Crianças integradas em 1971 e 1978	4% e 7%
Argent (1984)	Grã-Bretanha	75	Crianças integradas entre 1976 e 1983	18.7%
Boyne et al. (1984)	New Jersey	309	Crianças com necessidades especiais	21.4%
Tremiere (1984)	Pensilvânia	2500	Crianças integradas em 1979 a 1983	Em 1983: < 6 = 1.6% [6 - 18] = 12%
Coyne & Brown (1985)	EUA e Canadá	693	Crianças com atrasos desenvolvimentais integradas entre 1978 e 1979	8.7%
Fitzgerald (1985)	Inglaterra	477	Crianças integradas entre 1977 e 1981	9%
Festinger (1986)	Nova Iorque	897	Crianças com idade ≥ 6 anos.	[6 - 10] = 8% a 11%
Groze (1986)	-----	91	Crianças com necessidades especiais	14.3%
Partridge et al. (1986)	Estados do Nordeste Americano	212	Crianças com necessidades especiais, com 8 anos de idade em média.	8.6%
Barth et al. (1988)	Califórnia	926	Crianças integradas entre 1980 e 1984 com idade ≥ 3 anos.	10.2%
Berry & Barth (1990)	Califórnia	99	Crianças integradas entre 1980 e 1984 com idade ≥ 12 anos	24.2%
Borland et al. (1991)	Lothian (Escócia)	194	Crianças integradas entre 1982 e 1985	20.6%
Holloway (1997)	Nordeste de Inglaterra	129	Crianças integradas entre 1986 e 1990. A maioria (95.3%) tinha 6 anos ou menos.	2%
Goerge, et al. (1996)	Illinois	4840	Crianças integradas entre 1976 e 1994	12.1%
Quinton et al. (1998)	Inglaterra	61	Crianças entre os 5 e os 9 anos de idade	5%
Pinderhughes (1998)	Nova Inglaterra e Ohio	53	Crianças com mais de 5 anos de idade e com 10.8 anos em média	24.5%

Nota: As células com ---- indicam que não foi possível apurar a informação em causa

Concluimos que a taxa de disrupção comporta em si diferentes realidades, pois pode representar um grupo particular (ex.: adoção de crianças com deficiência), ou pode ser um compósito de várias taxas que diferem significativamente em função do subgrupo examinado (ex.: grupos etários), pelo que a comparação entre estudos deve ter estes fatores em consideração.

A variedade de abordagens utilizadas nestes relatórios e estudos comprova a dificuldade encontrada em se obter uma estimativa precisa da taxa de disrupção. Nalguns estudos as taxas de disrupção baseiam-se nas percentagens de disrupção que se produzem num ano em concreto em relação à adoções concretizadas nesse mesmo ano; outros estudos baseiam-se na seleção de uma amostra transversal de integrações adotivas; e outros ainda contabilizam as integrações adotivas de um determinado ano e avaliam o resultado após um ano e meio ou dois anos. Alguns estudos incidiram na avaliação da disrupção de um grupo particular (ex.: adoção de crianças com atrasos desenvolvimentais); outros estudos reportaram uma taxa de disrupção global, enquanto outros decompuseram esta taxa em função de subgrupos etários. A maioria dos estudos incidiu na disrupção, mas alguns incluíram as dissoluções, sendo impossível diferenciar na taxa global os valores específicos. Alguns não diferenciaram a integração singular da integração de uma fratria, apesar da inclusão desta última poder afetar a taxa de disrupção e ter implicações ao nível da independência de alguns dados, tais como as características dos pais adotivos que são replicadas. Finalmente, alguns estudos utilizaram intervalos de tempo curtos⁴⁸ (Festinger, 1986; Fitzgerald, 1985; Groze, 1986) não contabilizando eventuais disrupções que terão ocorrido após a recolha de dados ter terminado.

No entanto, independentemente das diferentes operacionalizações do termo disrupção, das opções ou limitações metodológicas (ex.: amostras pequenas; intervalos de tempo curtos, etc.) apurou-se que a taxa de disrupção aumentou desde a década de 70. O aumento generalizado da disrupção está relacionado com a procura crescente de Famílias adotivas para crianças previamente consideradas inadotáveis (Festinger, 2005).

Se excluirmos os estudos que focalizaram pequenos grupos de crianças mais velhas, as taxas de disrupção variam entre 9% e 15% (Festinger, 2005). Entre as crianças mais velhas, as taxas reportadas atingiram os 25%.

⁴⁸ Coakley (2005) assume um intervalo de tempo curto se inferior a 3 anos.

4.3. Proteção e Risco: do Sucesso à Disrupção

Os modelos simples de risco, assentes numa base de causalidade linear, que compreende única e exclusivamente os antecedentes, o comportamento e a consequência, evoluíram para formas progressivamente mais complexas de perceber a realidade em que as forças biológicas, psicológicas, sociais e culturais são vistas em interações constantes, pelo que o desenvolvimento será um produto de todas estas transações complexas e contínuas.

Um fator de risco pode ser entendido como qualquer atributo ou característica individual, condição situacional e/ou contexto ambiental que aumenta a probabilidade de um resultado inadaptado. Uma definição mais ampla de risco inclui não só os fatores, experiências e eventos que diretamente ameaçam o desenvolvimento, como também a ausência de oportunidades, consideradas normais ou expectáveis, para o desenvolvimento.

Porém, o impacto dos fatores de risco é sempre probabilístico, cumulativo e interativo (Cicchetti & Cohen, 1995; Luthar, 2006). Em certas combinações, na presença/ausência de determinadas condições, os fatores de risco podem contribuir para produzir determinados resultados, mas raramente os determinam, a menos que sejam particularmente intensos ou prolongados.

Assim, o risco é assumido como um processo em que, por exemplo, o número total de fatores de risco a que uma criança foi exposta, o período de tempo, o momento da exposição e o contexto de atuação são variáveis que influenciam o impacto final (Cicchetti & Cohen, 1995; Engle, Castle, & Menon, 1996). Quando determinados riscos coexistem os seus efeitos tendem a ser sinérgicos, implicando um maior impacto nos resultados desenvolvimentais da criança comparativamente com a atuação de um único fator (Cicchetti & Cohen, 1995; Gutman, Sameroff, & Cole, 2003; Sameroff & Fiese, 2000). Por outro lado, a presença/ausência de um fator específico poderá ser mais influente num dado momento do que noutra, uma vez que cada período de vida tem a sua própria agenda desenvolvimental e contribui de forma única para o presente, bem como para a organização futura do desenvolvimento individual (Cicchetti, 2006). Adicionalmente, o mesmo fator pode exercer uma influência diferente consoante o contexto em que ocorre, podendo ser de risco numa determinada situação e de proteção noutra. Existem portanto múltiplos fatores que contribuem para um resultado negativo, contudo, os fatores e as suas contribuições relativas ou específicas não são sempre iguais, variando entre os indivíduos.

Em interação com os fatores de risco, surgem os fatores protetores, que podem moderar ou amortecer os efeitos dos primeiros, direcionando o desenvolvimento no sentido da adaptação (Luthar, 2006). A natureza dos fatores de proteção é heterogênea, podendo ser identificada quer ao nível individual, quer do meio, quer ainda das transações operadas entre os indivíduos e os seus contextos de vida. Globalmente operacionalizam-se em três grandes conjuntos de variáveis (Haggerty, Sherrod, Garmezy, & Rutter, 1996): disposições e características de personalidade (ex.: autonomia, autoestima e orientação social positiva), meios familiares apoiantes (ex.: coesão familiar, calor humano e ausência de discussões) e disponibilidade de apoios sociais.

Diversos estudos têm incidido na identificação de fatores de risco e de proteção que, acumulados e em interação, contribuem para uma maior ou menor estabilidade na adoção. O conhecimento destes fatores pode auxiliar os serviços de adoção na avaliação da criança e dos candidatos à adoção e no processo de correspondência, uma vez que o risco final resultará da conjugação e interação entre os fatores de risco e de proteção da criança e os fatores de risco e proteção dos candidatos à adoção.

Partindo desta premissa, embora sem grande ênfase nos fatores de proteção, Palacios (1998) identificou quatro grupos de famílias. Segundo o autor, existem fatores de risco relacionados com os pais adotivos (expectativas inadequadas; pouca capacidade para lidar com situações de conflito e tensão, como por exemplo, as atitudes de oposição da criança; atitudes pouco favoráveis à expressão de afetos e à comunicação; e a escassez de apoios sociais e profissionais) e com os filhos (ex.: elevada idade aquando da adoção, institucionalização prolongada, história prévia de conflitos graves e presença de problemas severos, particularmente comportamentais). Da conjugação entre estes resultam diferentes níveis de risco, nomeadamente: **1)** famílias com baixo risco de problemas (atual e, previsivelmente, no futuro); **2)** famílias com risco moderado de problemas (ex.: pais de risco elevado e filhos de risco baixo), em que os pais ainda não abordaram a revelação e parecem ter dificuldades na imposição de normas e na disciplina; **3)** família de risco moderado de problemas (ex.: filhos de risco elevado e pais de risco baixo), em que os filhos apresentam problemas comportamentais severos, mas os pais investem muito afetivamente; **4)** famílias de risco elevado de problemas, constituídas por crianças adotadas numa idade mais avançada, com história prévia de maus-tratos e institucionalização prolongada, ou com necessidades especiais, e por pais com menos recursos pessoais e sociais e menor capacidade em exprimir afetos e promover uma comunicação aberta.

Adicionalmente, o conhecimento destes fatores poderá ajudar a antecipar possíveis dificuldades da nova família, de modo a selecionar e providenciar os serviços pré e pós-adoptivos necessários para reduzir eficazmente o risco e potenciar o sentimento de satisfação e bem-estar emocional entre todos os membros da adoção (Palacios & Brodzinsky, 2005).

De seguida passaremos à referenciação dos fatores de risco e de proteção especificamente associados à disrupção⁴⁹ e ao sucesso da adoção. A quase totalidade dos estudos foram realizados nos EUA, na década de 80 e 90, pelo que optámos pela inclusão de um estudo, que em rigor não analisa casos de disrupção mas, que foi desenvolvido no contexto Espanhol, mais recentemente (Berástegui, 2003⁵⁰). Este estudo analisa adoções internacionais interrompidas e de risco (famílias adotivas que experienciaram uma situação prolongada de dificuldades na convivência, que põe em causa o bem-estar da criança e/ou a sua integração na família) em comparação com adoções internacionais intactas. Apesar de se ter privilegiado os estudos que assumem o sucesso como a manutenção da Família adotiva, serão focados outros estudos que abordam o ajustamento nas adoções especiais. Esta decisão tem subjacente a consciência de que menor ênfase tem sido prestada aos fatores protetores, comparativamente aos fatores de risco, sendo a sua exploração mais incipiente (McDonald, Propp, & Murphy, 2001; Peláez, 2007).

É importante salientar que os estudos diferem significativamente em termos metodológicos, explicando, em parte, a disparidade dos resultados obtidos. Enquanto alguns estudos comparam o grupo de disrupção com um grupo de sucesso selecionado aleatoriamente, outros comparam-no com um grupo emparelhado por idade, mas também por sexo, tipo de necessidades prévias à adoção ou outras características que se consideram relevantes e outros comparam-no com a amostra adotiva geral num determinado contexto espaço-temporal.

Embora teoricamente seja reconhecido o carácter cumulativo e interativo dos fatores de risco e de proteção, a maioria dos estudos na área da disrupção recorreu a análises bivariadas, em detrimento de análises multivariadas, pelo que os diversos fatores foram estudados em isolado (Festinger, 2005).

Deste modo, na nossa descrição, optámos pela divisão simplificadora clássica dos fatores relacionados com a criança, com a Família adotiva e com as práticas profissionais, no

⁴⁹ Na revisão que se segue são igualmente considerados os estudos de término (dissolução e disrupção indissociados), uma vez que estes têm inerentes os casos de disrupção.

⁵⁰ Um estudo similar foi desenvolvido por Palacios, Sánchez-Sandoval e León (2005) porém dado o seu carácter qualitativo não será focado.

entanto, sempre que haja resultados interativos ou seja possível estabelecer relações, esta divisão será transposta de modo a retratar a complexidade subjacente.

4.3.1. Fatores associados à criança

Os estudos que consideraram o impacto do **gênero** no resultado final (disrupção ou sucesso) apresentaram resultados contraditórios, apesar de parecer haver uma tendência, certamente não conclusiva, a indicar que os rapazes estavam sobre representados no grupo de disrupção (Boneh, 1979; Schmidt, 1986). No estudo de Rosenthal, Schmidt e Conner (1988), realizado em Oklahoma, verificou-se que, de uma forma geral, não existiam diferenças significativas associadas ao gênero. Todavia, quando se controlou o efeito da idade, o risco era maior para os rapazes com idade inferior aos 9 anos e para as raparigas com idade igual ou superior aos 9 anos. Os autores remeteram para o conservadorismo religioso da comunidade de Oklahoma, considerando que este resultado poderia refletir atitudes inflexíveis por parte dos pais face ao comportamento sexual feminino.

A **etnia/raça** da criança não foi significativamente relacionada com a disrupção (Barth & Berry, 1988; Boneh, 1979; Boyne, Denby, Kettenring, & Wheeler, 1984; Coyne & Brown, 1985; Festinger, 1986; McRoy, 1999; Partridge et al., 1986; S. L. Smith & Howard, 1991), apesar de estudos indicarem maior risco disrupção em crianças de grupos minoritários (Zwimpfer, 1983) e especificamente em crianças afro-americanas, por comparação com crianças brancas (S. L. Smith, Howard, Garnier, & Ryan, 2006). Alguns estudos observaram maior probabilidade das famílias permanecerem intactas quando havia semelhança étnica/racial entre a Família adotiva e a criança (Groze, 1986; Zwimpfer, 1983), apesar de outros indicarem a ausência de associação entre a semelhança étnica/racial e o resultado da adoção (Barth & Berry, 1988; Boneh, 1979; Festinger, 1986; Partridge et al., 1986).

Na literatura, a **idade** da criança na integração constituiu um consistente preditor da disrupção e geralmente é considerado o maior fator de risco (Barth & Berry, 1988; Barth et al., 1988; Barth & Miller, 2000; Berástegui, 2003; Festinger, 1986; Groze, 1986; Kadushin & Seidl, 1971; McRoy, 1999; Partridge et al., 1986; Rosenthal, 1993; S. L. Smith et al., 2006; Triseliotis, 2002; Zwimpger, 1983).

No estudo de Barth et al. (1988) a taxa de disrupção variou em função do subgrupo etário analisado, sendo de 4.7% para crianças entre os 3 e os 5 anos, de 10.4% entre os 6 e

os 8 anos, de 17.1% entre os 9 e os 11 anos, de 22.4% entre os 12 e os 14 anos e de 26.1% para os maiores de 15 anos.

Triseliotis (2002), numa revisão de estudos dos EUA e do Reino Unido, estimou uma taxa de disrupção de menos de 2% para crianças integradas antes de 1 ano de idade; cerca de 5% para crianças em idade pré-escolar; 15% para crianças entre os 5 e os 12, e entre 33% a 50% para adolescentes.

Rosenthal et al. (1988) constataram que as crianças que sofreram disrupção tinham o dobro da idade no momento da integração em relação ao grupo de sucesso (8.8 anos vs. 4.4 anos). Homologamente, Barth et al. (1988), ao analisarem 94 casos de término⁵¹ e 832 casos de sucesso de crianças integradas com mais de 2 anos de idade, obtiveram uma idade média de 9.29 no grupo de término em comparação com 6.93 no grupo de sucesso.

McRoy (1999) observou que a maioria das crianças com adoções bem-sucedidas foram retiradas entre 1 e 3 anos e integradas na Família adotiva entre os 4 e os 6 anos, enquanto no grupo de disrupção havia uma maior proporção de crianças que foram retiradas entre os 4 e os 6 anos e integradas entre os 7 e os 9 anos. Resultados convergentes foram obtidos por S. L. Smith e Howard (1991) em que as crianças do grupo de disrupção eram mais velhas no momento da retirada da família biológica (idade média= 4.6 anos) do que as crianças do grupo de sucesso (idade média= 3.6 anos).

Berry e Barth (1990) apontaram uma taxa de término de 24.2% ($n = 24$) para 99 adolescentes que tinham entre 12 e 17 anos (idade média de 13.9) quando integrados na Família adotiva. Porém, os autores salientaram que dentro do grupo de adolescentes, o término não está associado com a idade, mas com problemas especiais (condições médicas, deficiência física, alterações a nível do desenvolvimento, problemas emocionais e comportamentais) e o tempo de acolhimento. No grupo de disrupção 67% tinham problemas especiais, por oposição aos 43% do grupo de sucesso, e passaram menos tempo em acolhimento (6.4 vs. 8.8 anos em média).

As integrações adotivas bem-sucedidas de adolescentes caracterizavam-se por pais adotivos de idade apropriada em relação ao adolescente (a média de idades da mãe e do pai foi de 44 e 46, respetivamente), pela existência de crianças acolhidas em casa e pelo benefício de subsídios suficientes para cobrir as necessidades do adolescente e da família.

⁵¹ Incorpora 78 casos de disrupção e 16 de dissolução

Os autores selecionaram um grupo de cinco características, que discriminavam o resultado final (disrupção ou sucesso da adoção), nomeadamente: adoções efetuadas pela família de acolhimento; o nível educativo da mãe; problemas emocionais da criança; família monoparental; e a presença de filhos biológicos no lar adotivo. Estas características foram analisadas em formato de árvore de decisão de modo a considerar o efeito de interação entre elas. Os dados indicaram que, nos adolescentes⁵², as adoções efetuadas pela família de acolhimento eram mais favoráveis do que as efetuadas por estranhos (20% vs. 38% de disrupção). Contudo, nas famílias de acolhimento as habilitações académicas mais elevadas das mães estavam associadas a uma taxa de disrupção superior (44%) comparativamente àquelas com menos habilitações (17%). Esta associação não foi verificada nas adoções por estranhos. Desta forma, a adoção por famílias de acolhimento, cujas mães têm habilitações académicas elevadas geram preocupação. Além disso, a taxa de disrupção nestes casos aumentou para 50% quando a criança tinha problemas emocionais e para 75% quando a criança foi adotada por um casal em vez de um pai/mãe singular, especialmente quando existiam filhos biológicos em casa. Os autores advogaram que a presença de uma criança biológica poderia, para o adolescente adotado e para a Família adotiva, salientar o estatuto de estranho e eventualmente de intruso.

Alguns autores (Barth & Miller, 2000; Festinger, 2005) refletem acerca do maior risco de disrupção nas crianças mais velhas, advogando que estas podem ter sofrido experiências adversas prévias mais severas e continuadas no tempo e, por conseguinte, apresentarem problemas emocionais e comportamentais mais severos e persistentes; podem ter formado vínculos fortes com a família biológica e/ou de acolhimento e encarar a adoção como um ato de deslealdade; podem ser menos maleáveis e ter mais dificuldade em se adaptar a novas situações; podem sentir conflito entre a necessidade crescente de autonomia e as tarefas de vinculação inerentes ao processo adotivo.

Howe (1997) sugeriu que não é a idade por si só, mas sim um **acumular de eventos adversos prévios à adoção**, que conjugadamente constituem os maiores preditores das dificuldades. O autor comparou a manifestação de problemas comportamentais na adolescência entre três grupos de adoções que classificou como: 1) adoção de bebés - crianças que foram integradas com menos de 6 meses de idade e que não experienciaram cuidados prévios adversos ($n = 122$); 2) adoção tardia com um bom início - crianças que no

⁵² Dados relativos a 90 adolescentes, na medida em que existiam dados omissos para os restantes 9.

primeiro ou no segundo ano de vida tiveram cuidados estáveis e razoáveis e foram integradas com 8.27 anos de idade em média ($n = 20$); e 3) adoção tardia com um mau início - crianças que experienciaram cuidados adversos (negligência, maus-tratos, rejeição, etc.) no primeiro ano de vida e que foram integradas com 4.37 anos de idade em média ($n = 69$).

Os resultados indicaram que as crianças adotadas tardiamente, mas que beneficiaram de cuidados parentais satisfatórios, pelo menos no primeiro ano de vida, tinham menos tendência para exibir problemas de comportamento na adolescência, comparativamente àquelas que não usufruíram de cuidados parentais satisfatórios no seu primeiro ano de vida, apesar de terem sido integradas nas famílias adotivas com menos idade (4.37 vs. 8.27). Por conseguinte, a qualidade dos cuidados parentais precoces parece ter um efeito protetor no futuro relativamente à manifestação de problemas de alimentação, mentira, expulsão da escola, furto em casa, prática de crimes fora de casa, violência doméstica, raiva e hostilidade para com os pais adotivos e referenciação a serviços de saúde mental. No entanto, não exerce proteção noutros domínios, constando-se que as crianças de adoção tardia com um bom início sentem-se inseguras e ansiosas quando têm de lidar com mudanças importantes na sua vida, não se diferenciando do grupo de adoção tardia com um mau início. Além do mais, tendem a ter dificuldades de concentração na escola e baixo desempenho académico, obtendo resultados intermédios entre os dois grupos analisados.

No grupo de crianças de adoção tardia com um mau início, o autor analisou um subgrupo de crianças que não demonstrou problemas de comportamento na adolescência (27.5%, $n = 19$) e verificou que a idade média destas crianças aquando da integração era ligeiramente inferior (3.08) do que aquelas com problemas de comportamento (4.86). Porém a inclusão da variável sexo indica que apenas nas meninas a integração na Família adotiva numa idade mais nova (antes dos 4 anos de idade) pode oferecer alguma proteção.

No referente à história de vida prévia à integração, a investigação indicou uma maior incidência de diversos tipos de **abuso e negligência** no grupo de disrupção comparativamente ao grupo de sucesso (Kagan & Reid, 1986; Partridge, Hornby, & McDonald, 1986; Schmidt, 1986). Todavia, os registos da criança várias vezes apresentaram lacunas de informação, em especificidade e fidedignidade, acerca do tipo e intensidade de maltrato (Groze, 1996). A acrescentar a coocorrência frequente de diferentes tipos de maus-tratos o que inviabiliza ou dificulta a avaliação do impacto específico e diferenciado.

A investigação de Schmidt (1986) indicou que as crianças que foram sexualmente abusadas tinham maior probabilidade de experienciarem insucesso na adoção do que as

fisicamente abusadas. Efetivamente, diversos estudos identificaram o **abuso sexual prévio** como um fator associado a um maior risco de disrupção (Barth & Berry, 1988; Rosenthal, 1993; Nalavany, Ryan, Howard, & Smith, 2008; Rosenthal & Groze, 1992; Schmidt, 1986; S. L. Smith & Howard, 1991, 1994).

Nalavany et al. (2008), recorrendo a análise de regressão logística e controlando o efeito do género e da idade da criança aquando da retirada da família biológica, concluíram que o risco de disrupção quadruplicava (*odds ratio* = 4.37) para as crianças com uma história de abuso sexual ($n = 24$) em comparação com crianças que não sofreram abuso sexual antes da integração ($n = 93$). Além do mais, as crianças vítimas de abuso tinham maior risco de experienciar quatro ou mais mudanças no acolhimento (*odds ratio* = 9.68) e um envolvimento parental inconsistente (*odds ratio* = 2.82).

S. L. Smith e Howard (1994) analisaram os dados de 35 crianças abusadas sexualmente e de 113 crianças sem história de abuso sexual e verificaram que a taxa de disrupção era superior nas vítimas de abuso sexual. De acordo com estes autores a não resolução do abuso sexual intensificava os problemas de comportamento e as dificuldades de vinculação para com a nova família. Para algumas crianças, o trauma do abuso sexual parecia aumentar as dificuldades de desvinculação dos pais biológicos, em que os sentimentos de lealdade e medos intensos das crianças para com os seus pais biológicos interferiam com a sua capacidade em resolver a temática da separação. Para outras crianças a exigência emocional de se vincular aos pais adotivos, de confiar no outro e de aceitar também o seu controlo nalguns aspetos, despertou as consequências latentes do abuso sexual.

A capacidade da Família adotiva em lidar com o conhecimento da história de abuso sexual da criança e com os seus comportamentos sexualizados também afeta a capacidade de aceitação e ajustamento da criança no lar adotivo, pelo que é crucial uma preparação específica prévia dos futuros pais adotivos para lidar com estas questões (Erich & Leung, 2002).

Salienta-se que os técnicos geralmente desconheciam que a criança tinha sido vítima de abuso sexual e tal facto só foi descoberto muito após a sua integração na Família adotiva. Isto é consistente com a literatura que indica que a maioria das crianças abusadas sexualmente não denuncia ou revela as suas experiências durante a infância (Sorensen & Snow, 1991). Deste modo, a adoção pode apresentar cenários imprevisíveis para os quais as famílias devem estar preparadas.

A **rejeição preferencial**, concebida como uma forma específica de maltrato emocional em que um pai/mãe tem um comportamento rejeitante apenas para com uma criança de um grupo de irmãos, foi associada a uma maior instabilidade da adoção⁵³ ao fim de 1 ano, em 61 crianças integradas entre os 5 e os 9 anos de idade (Rushton, Dance, & Quinton, 2000). Metade das crianças que experienciaram rejeição preferencial, ao fim de 1 ano na Família adotiva, não tinha formado vínculos fortes, não respondia aos afetos de forma espontânea e tinha uma falta de genuinidade na expressão de sentimentos. Ao efetuar uma análise de regressão logística, três variáveis foram retidas no modelo final, indicando maior instabilidade da adoção para as crianças que experienciaram rejeição preferencial (*odds ratio* = 4.18), especialmente quando combinado com níveis elevados de hiperatividade (*odds ratio* = 1.30) e níveis baixos de responsividade parental⁵⁴ (*odds ratio* = 4.20), avaliados 1 mês após a integração. Os autores concluem que *“major risks for placement are not the level of behavioural difficulties, per se, but rather the propensity of child and family to develop a relationship within which these can be managed or contained”* (p. 68).

A relação estabelecida entre o **tempo total em acolhimento** antes da integração adotiva e a disrupção não é consensual nos vários estudos. Alguns indicaram que as crianças que sofreram disrupção estiveram mais tempo acolhidas (Boneh, 1979; Kagan & Reid, 1986; Partridge et al., 1986), outros estudos comprovaram que o tempo de acolhimento foi menor (Berry & Barth, 1990; S. L. Smith et al., 2006; Zwimpfer, 1983) e outros ainda não encontraram associação entre as duas variáveis (Barth et al., 1988; Festinger, 1986; S. L. Smith & Howard, 1991). Ressalva-se que a maioria dos estudos remete para o acolhimento familiar, com características estruturais e processuais substancialmente diferentes do acolhimento institucional.

S. L. Smith et al. (2006) observaram que as crianças acolhidas por tempo inferior a 1 ano tiveram taxas superiores de disrupção. Os autores especularam que este intervalo de tempo foi demasiado curto para a criança realizar o luto da família biológica e fazer a transição emocional para outra família permanente e/ou para os profissionais conhecerem

⁵³ Neste estudo apenas três disrupções foram registadas, pelo que os autores optaram pela subdivisão da amostra em dois grupos: integrações estáveis e integrações menos estáveis. Este último grupo incluía os três casos de disrupção, bem como 14 casos, cujas dificuldades contínuas e crescentes ameaçavam a continuidade da integração. Desta feita, a associação dos diversos resultados à disrupção, no seu sentido restrito, deve ser interpretada de forma cuidadosa.

⁵⁴ A responsividade parental foi codificada com base nas entrevistas efetuadas aos pais e engloba calor afetivo, envolvimento emocional e sensibilidade.

suficiente e profundamente a criança de modo a selecionarem a melhor correspondência entre os recursos e as expectativas da família e as necessidades da criança.

Goerge et al. (1996) constataram que o tempo de acolhimento poderia funcionar nos dois sentidos, uma vez que as crianças acolhidas há menos de 2 anos ou há mais de 4 anos tinham maior probabilidade de sofrerem disrupção.

Se o tempo de acolhimento gera resultados divergentes, o mesmo parece não acontecer com **o número de acolhimentos**, cuja relação direta com a disrupção é corroborada em diversos estudos (Barth et al., 1988; Boneh, 1979; Festinger, 1986; Partridge et al, 1986; Schmidt, 1986). Não obstante, alguns estudos não encontraram evidências que sustentem esta relação (Groze, 1986; McRoy, 1999; S. L. Smith & Howard, 1991).

Barth et al. (1988) observaram 4 colocações diferentes prévias à adoção, em média, no grupo de término, por comparação a 2.7 no grupo de sucesso. Esta variável é considerada não só como um fator de risco na adoção, mas também como um indicador do grau de dano emocional que a criança possa ter experienciado (S. L. Smith & Howard, 1994).

A ocorrência de uma **integração adotiva prévia mal sucedida** também foi identificada como associada à disrupção (Barth et al., 1988; Festinger, 1986; Kagan & Reid, 1986; Lathi, 1982; Partridge, et al., 1986). No estudo de Barth e Berry (1988), 25% das crianças do grupo de término tiveram uma integração adotiva prévia, comparado com 5% do grupo de sucesso. Porém não se verificou associação entre uma disrupção prévia e uma subsequente nas crianças com idade superior a 12 anos nem na integração de fratrias (Barth et al, 1988). Distribuições semelhantes foram obtidas no estudo de Festinger (1986) em que 23.4% das crianças do grupo de disrupção tiveram uma prévia integração adotiva, por oposição a 8.2% das crianças do grupo de adoções concretizadas. De acordo com o autor, era mais provável que as crianças no grupo de disrupção tivessem acolhimentos múltiplos de qualquer gênero (acolhimento familiar, acolhimento institucional, acolhimento especializado, integração adotiva) do que as crianças no grupo de adoções finalizadas (82.1% vs. 58.1%). Em média, o número de acolhimentos prévios foi 2.71 para o grupo de disrupção e 1.27 para o grupo de sucesso.

Apesar de uma integração adotiva prévia malsucedida estar associada a um risco acrescido de disrupção, muitas crianças que passaram por esta experiência são integradas posteriormente com sucesso (Barth & Berry, 1988; Benton, Kaye, & Tipton, 1985; Rosenthal et al., 1988; Triseliotis & Russell, 1984). Por exemplo, 41% das crianças de Arizona foram integradas com sucesso noutras Famílias adotivas apesar de terem experienciado uma

disrupção prévia (Benton et al., 1985). Em Oklahoma durante o mesmo período de tempo, 126 (74.1%) de 170 crianças que experienciaram disrupção foram adotadas por outra família (Rosenthal et al., 1988).

O número, o tipo e a severidade dos **problemas comportamentais e emocionais** têm sido um preditor consistente da disrupção (Berástegui, 2003; Rosenthal et al., 1988; Rushton, 2003; S. L. Smith & Howard, 1991), uma vez que colocam em *stress* as Famílias adotivas, que podem não estar preparadas para lidar com os problemas e/ou não dispor dos apoios e serviços apropriados.

Em contraste com o grupo de sucesso, uma maior proporção de crianças do grupo de disrupção exibiu problemas comportamentais tais como perturbações alimentares, promiscuidade sexual, agressão física para com os outros, roubo, mentiras, crueldade para com os outros ou animais e vandalismo (Berástegui, 2003; Kagan & Reid, 1986; Partridge et al., 1986; Quinton & Selwyn, 2009; Rosenthal, 1993). No entanto, uma vez que na maioria dos estudos os dados foram obtidos retrospectivamente, é possível que os profissionais estivessem mais inclinados a reportar a presença de problemas nas crianças cuja integração não foi bem-sucedida (S. L. Smith & Howard, 1991).

McRoy (1999) verificou um predomínio dos comportamentos agressivos e externalizados (*acting out*) no grupo de disrupção, comparativamente ao grupo de sucesso, e verificou que estes comportamentos escalavam (em frequência e intensidade) com a mudança para a Família adotiva. Analogamente, S. L. Smith e Howard (1991) verificaram que antes da integração não havia diferenças significativas entre os grupos (exceto no comportamento sexualizado, que era mais prevalente no grupo de disrupção), contudo, após a integração registou-se uma intensificação dos problemas de comportamento nas crianças do grupo de disrupção e uma diminuição nas crianças do grupo de sucesso. Os autores ponderaram que estabelecimento de vínculos familiares permanentes ou ter que lidar com uma situação de vinculação que não estava a funcionar, geraram níveis de *stress* e exigência emocional elevados e, por associação, problemas comportamentais. Pelo contrário, havia uma diminuição de *stress* para as crianças que eram capazes de alcançar um ajustamento positivo numa família segura e permanente.

Apesar de diversos estudos utilizarem um compósito de problemas emocionais e comportamentais remetendo para uma conclusão única, Rosenthal e Groze (1990) constataram que os problemas comportamentais estavam associados à disrupção, mas o mesmo não se aplicava aos problemas emocionais (ex.: depressão, ansiedade, medos e

fobias, isolamento). Berástegui (2003) concluiu que os problemas externalizados, como as condutas agressivas, delinquentes ou hiperativas, estavam associados fortemente com o término e risco. Por outro lado, os problemas internalizados, como o isolamento e os problemas de pensamento tinham uma associação significativa, mas débil, com o término e risco e os problemas de ansiedade e problemas sociais não estavam associados.

Relativamente à **deficiência física e/ou mental e a problemas de saúde** o padrão não foi regular. Um estudo verificou que o número de problemas intelectuais, físicos ou médicos era mais elevado nas crianças que sofreram disrupção do que naquelas cujas integrações adotivas permaneceram intactas (Partridge et al., 1986). Na Califórnia, num estudo com crianças integradas com 3 anos ou mais, a disrupção foi significativamente mais elevada nas crianças com atraso mental, mas não nas que tinham deficiência física ou condições médicas (Barth & Berry, 1988). De salientar que 20% das famílias do grupo de disrupção desconheciam o atraso mental da criança no momento da integração. Noutros estudos, o atraso mental (Boyne et al., 1984) e deficiências físicas ou intelectuais (Benton et al., 1985; S. L. Smith & Howard, 1991) não estavam associadas com a disrupção. Coyne e Brown (1985) verificaram que apenas 8.7% de 1588 crianças adotadas com alterações no desenvolvimento sofreram disrupção, sendo esta taxa menor que a taxa de disrupção de crianças com outras necessidades especiais.

No estudo de Barth et al. (1988) a presença de múltiplos problemas na criança (de saúde, físicos, mentais, comportamentais, emocionais, etc.) não contribuiu significativamente para o término da adoção para as crianças dos 3 aos 5 anos, dos 9 aos 11 anos, e com mais de 14 anos. Mas, tal já não se aplicou para as crianças entre os 6 e 8 anos, e a um menor nível para os adolescentes entre os 12 e os 14 anos, apesar de os autores não avançarem com hipóteses explicativas.

Os estudos demonstraram que deficiências ligeiras ou limítrofe (*borderline*) parecem ser mais problemáticas para a satisfação parental do que deficiências mais sérias. Na investigação de Rosenthal e Groze (1992) atrasos ligeiros de desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem estavam associadas com resultados adotivos negativos, enquanto deficiências mais severas não estavam associadas. É possível que as deficiências moderadas/severas sejam evidentes no momento da adoção permitindo que os futuros pais avaliem de forma realista o potencial da criança, se preparem para o efeito e ajustem as suas expectativas. Pelo contrário, deficiências ligeiras ou limítrofes podem ser desconhecidas, negligenciadas, ignoradas ou encaradas com um otimismo irrealista, defraudando

posteriormente as expectativas parentais. De igual modo, os problemas emocionais e comportamentais, na maioria das vezes sem um diagnóstico clínico, podem ser até enfatizados pelos profissionais, mas negados pelos pais.

Glidden (1991) avaliou longitudinalmente 42 famílias britânicas que adotaram ou acolheram 56 crianças com atraso mental ou com uma variedade de outras deficiências, tais como autismo, paralisia cerebral, cegueira e síndrome de down. A autora verificou que variáveis tais como a experiência materna, a familiaridade com deficiências e as fortes crenças religiosas eram mais importantes do que as variáveis demográficas para prever o funcionamento familiar a longo prazo.

Diferenças significativas foram verificadas em termos de disrupção da adoção entre os casos em que **os pais biológicos deram o seu consentimento prévio para a adoção** e os casos em que há o término involuntário dos direitos parentais através de ação judicial (Fish & Speirs, 1990; McMurtry, 1992). Estes últimos apresentam maior risco de disrupção comparativamente aos primeiros.

A presença de **vínculos fortes da criança com a família biológica**, bem como a incapacidade de resolver as perdas e separações têm sido associados a um risco acrescido de disrupção (Festinger, 1986; Kadushin & Seidl, 1971; Schmidt et al., 1988; S. L. Smith & Howard, 1991; Terling-Watt, 2001).

Festinger (1986) examinou a data do último contacto da criança com os seus pais biológicos e concluiu que o carácter recente deste contacto era irrelevante para o resultado (sucesso vs. insucesso). Porém, as crianças do grupo de disrupção eram mais velhas aquando do último contacto do que as adotadas com sucesso. Estes dados remetem para o impacto dos laços psicológicos com a família biológica, que poderão ser mais fortes nas crianças mais velhas.

S. L. Smith e Howard (1991) analisaram a informação de 148 processos de adoção (74 de sucesso e 74 de disrupção) e, com base na mutualidade na relação, no grau em que as necessidades físicas e emocionais das crianças foram satisfeitas e nas reações da criança ao longo do tempo, codificaram a força dos vínculos da criança com a sua mãe biológica (frágeis, moderados, fortes). As crianças que no passado experienciaram um forte vínculo eram cotadas nesta categoria, independentemente da sua capacidade em resolver as questões da vinculação ao longo do tempo. Cerca de metade da amostra total tinha vínculos frágeis com a mãe biológica. Porém, as crianças que foram classificadas como apresentando vínculos fortes tinham mais tendência para sofrer disrupção (14%). É importante realçar que

as crianças do grupo de disrupção foram retiradas à família biológica com 4.6 anos em média, 1 ano mais velhas do que as do grupo de sucesso. Logo, é provável terem tido um relacionamento prolongado e possuírem memórias dos seus pais biológicos, o que poderá explicar os elevados níveis de ligação à família biológica e de resistência na aceitação de uma nova família.

Estes dados remetem para a necessidade de uma **adequada preparação da criança para a adoção** (Holloway, 1997), no sentido de esta fazer o luto da família biológica e de estar disponível emocionalmente para a nova família, contudo o impacto desta variável no resultado final tem sido algo negligenciado.

O tempo despendido para preparar a criança (Boneh, 1979) e as visitas prévias à integração entre a criança e a Família adotiva (Boyne et al., 1984; Festinger, 1986) não estão relacionados com o eventual resultado da integração.

De acordo com Festinger (2005) os resultados relativos ao impacto de uma despedida ritualizada entre a criança e a figura de referência prévia à integração adotiva (seja os pais biológicos, a família de acolhimento ou educador do CAT/LIJ) são divergentes. McDonald et al. (1991) controlaram as características da criança documentadas pela literatura como associadas a um risco acrescido de disrupção, e verificaram que uma sessão de despedida diminui a probabilidade de disrupção. Porém este resultado não foi validado no estudo de Schmidt (1986), na medida em que não foram observadas diferenças significativas.

No referente às **fratrias**, a evidência é contraditória e inconclusiva se a integração de um grupo de irmãos constitui um fator de risco ou de proteção para o resultado da adoção.

Ao efetuar uma revisão sobre esta temática contabilizaram-se nove estudos que apontam não existir relação entre a integração de um grupo de irmãos e a disrupção (Berástegui, 2003; Berry & Barth, 1990; Boer, Versluis-den Bierman, & Verhulst, 1994; Boyne et al., 1984; Groze, 1986; Holloway, 1997; McRoy, 1999; Rushton, Dance, Quinton, & Mayes, 2001; S. L. Smith & Howard, 1991); quatro estudos que demonstram maior incidência da disrupção nas fratrias (Benton, et al., 1985; Boneh, 1979; Kadushin & Seidl, 1971); e quatro estudos que indicam que a integração de uma única criança⁵⁵ é menos estável (Festinger, 1986; Kagan & Reid, 1986; Rosenthal et al., 1988⁵⁶; Schmidt, 1986).

⁵⁵ Algumas investigações agruparam as crianças sem irmãos (filhos únicos) com as crianças separadas dos irmãos enquanto outras apenas consideraram estas últimas.

⁵⁶ O estudo de Rosenthal contempla dois sub-estudos pelo que esta conclusão se reporta aos dados obtidos com a amostra de Colorado.

Hegar (2005) reviu 17 estudos que abordaram a integração de irmãos, quer no sistema de acolhimento de crianças e jovens, quer em famílias adotivas e concluiu que:

Findings of the studies support the tentative conclusion that joint sibling placements are as stable as or more stable than placements of single children or separated siblings, and several studies suggest that children do as well or better when placed with their brothers and sisters. (p. 731)

Festinger (1986) observou que as crianças integradas sem os irmãos tinham maior probabilidade de sofrer disrupção, do que as integradas com os irmãos. A maior representatividade da disrupção no primeiro grupo poderia ter ocorrido devido à presença de problemas severos na criança (razão subjacente à separação dos irmãos) ou a separação ter sido tão dolorosa que a criança teve dificuldade em se ajustar ao lar adotivo. Posto isto, o autor defende que é difícil estabelecer conclusões sobre os benefícios da integração conjunta de irmãos sem saber as razões pelas quais estes foram separados, se por razões externas (ex.: ausência de candidatos que adote a fratria) e/ou internas (ex.: problemas emocionais e/ou comportamentais severos) às crianças.

Por outro lado, Rosenthal et al. (1988) observaram que a recompensa que uma criança menos problemática traz para a Família adotiva pode aumentar a probabilidade de sucesso de integração do irmão mais problemático.

O tamanho da fratria também poderá ter impacto no risco de disrupção, sendo que grupos de dois ou quatro irmãos apresentaram maior risco do que grupos de três irmãos (Boyne et al., 1984). Contrariamente, S. L. Smith et al. (2006) observaram que os grupos de dois a quatro irmãos e os grupos de cinco ou mais irmãos apresentaram respetivamente maior e menor risco de disrupção, quando comparados com crianças integradas sozinhas.

Nalguns estudos, o impacto da integração da fratria (junta ou separada) difere em função da idade da criança. Rosenthal et al. (1988), na investigação desenvolvida em Oklahoma, verificaram que a integração conjunta dos irmãos constituía um fator de risco para as crianças mais novas (8.7 anos ou menos), e, paradoxalmente, um fator de proteção para as crianças mais velhas. Barth et al. (1988), ao analisarem 1155 integrações adotivas na Califórnia (544 crianças integradas com irmãos e 611 integradas sozinhas) constataram que não havia relação entre a integração de um grupo de irmãos e o término, exceto para os adolescentes com mais de 15 anos, em que a adoção conjunta traduzia um risco superior.

Nesta linha de pensamento, alguns autores alertaram para o efeito interativo de outras variáveis, considerando que a estabilidade das integrações dos irmãos estaria

associada com a presença de filhos biológicos no lar adotivo, o número total de crianças no lar, a idade das crianças (adotadas e biológicas) e a ordem de idades das crianças, isto é, se a criança adotada é mais velha ou mais nova que a criança biológica.

A integração de irmãos parece contraindicada quando já existe uma ou mais crianças no lar adotivo (Barth & Berry, 1988; Boneh, 1979; Kadushin & Seidl, 1971). Todavia, um estudo Britânico verificou que a presença de outra criança no lar adotivo aumentava o risco de disrupção apenas quando essa criança era de idade próxima relativamente ao grupo de irmãos integrados (Lathi, 1982).

McRoy (1999), numa análise quantitativa e qualitativa dos processos de adoção de sucesso e insucesso, verificou que havia pouca informação sobre o papel dos irmãos na família biológica (ex.: protetor, parentificado, etc.), sobre como a criança se sentia em assumir este papel ou qual a sua expectativa em mudar de papel na nova família. Entre os fatores que pareceram ter impacto no resultado destacou a preparação específica dos pais adotivos para a adoção de irmãos, a motivação parental para a adoção, a qualidade da relação conjugal, a experiência parental, as expectativas comportamentais dos pais, a relação dos pais com os seus próprios filhos, a vontade em procurar ajuda e os padrões de interação dos irmãos⁵⁷.

No anexo 1 é apresentado um resumo dos fatores relacionados com a criança mais frequentemente analisados nos diversos estudos e os resultados obtidos.

4.3.2. Fatores associados à Família adotiva

No referente às **habilitações académicas dos pais** a investigação também apresenta resultados mistos, ora indicando a ausência de associação (ex.: Benton et al., 1985; Boneh, 1979; McRoy, 1999; S. L. Smith & Howard, 1991), ora relacionando os elevados estudos académicos dos pais com um risco moderadamente superior de disrupção (Barth et al., 1988; Benton, et al., 1985; Berry & Barth, 1990; Groze, 1986; Rosenthal & Groze, 1990; Rosenthal et al., 1988), ora associando a baixa escolaridade com a disrupção (Berástegui, 2003).

No estudo de Barth et al. (1988) a distribuição do término em função das habilitações académicas dos pais foi de: 26% para pais com licenciatura; 19% para pais que frequentaram

⁵⁷ Padrões relacionais ou de chamada de atenção aprendidos (ex.: comportamento sexualizado, parentificação) eram muitas vezes repetidos nas famílias adotivas.

a faculdade; 11% para pais com o ensino secundário e 0%⁵⁸ para pais com habilitações académicas inferiores ao ensino secundário, apesar de ser menos provável que os primeiros, comparativamente aos últimos, fossem emparelhados com crianças com necessidades especiais. Curiosamente, a taxa elevada de término dos pais com habilitações superiores era menor quando integravam crianças que haviam sofrido uma disrupção prévia. Adicionalmente, os pais com habilitações superiores apresentaram uma taxa de término mais elevada para crianças entre os 3 e os 9 anos de idade, mas não para crianças com mais de 9 anos. Este resultado é contrário ao obtido por Boyne et al. (1984) que demonstraram que as baixas habilitações académicas dos pais adotivos estavam relacionadas com menos disrupções apenas quando as crianças eram mais velhas. Nas crianças mais novas, com menos problemas, a escolaridade superior dos pais estava associada a uma menor disrupção, provavelmente pela maior correspondência entre a criança imaginada e a criança real, ou pela capacidade de recuperação da criança de forma a corresponder às expectativas parentais.

A relação positiva entre os estudos parentais e a probabilidade de disrupção foi interpretada em função das expectativas dos pais, as quais eram altas, inflexíveis e/ou não correspondidas. Os pais adotivos com elevada escolaridade, e geralmente por associação com um nível sociocultural mais elevado, poderão ter expectativas, especificamente intelectuais, mais altas em relação ao filho do que os pais com menos estudos formais, carecendo por vezes de flexibilidade em ajustá-las às características propriamente ditas da criança (Barth & Miller, 2000). Os pais provenientes de uma classe social mais elevada muitas vezes expressam mais insatisfação e dificuldades em se ajustarem a uma criança adotada com necessidades especiais, do que os pais provenientes de classes sociais mais baixas (Rosenthal & Groze, 1990). Mesmo que a família com escolaridade elevada não valorize o desempenho académico, a comunidade envolvente pode exercer pressões indevidas na criança adotada que apresente poucos talentos, interesses académicos ou comportamentos desadequados (Rosenthal & Groze, 1990).

Porém, também a baixa escolaridade surgiu associada à disrupção. Berástegui (2003) observou que as mães com estudos primários têm uma maior proporção de término, seguida das mães com estudos superiores e, por último, das mães com ensino secundário. A

⁵⁸ O total não perfaz 100% uma vez que os autores analisaram separadamente as adoções efetuadas por estranhos e as efetuadas por *foster parents*. Nestes últimos a escolaridade não estava associada de forma significativa com o risco de término.

autora levanta a hipótese que as famílias com nível de formação muito elementar teriam, provavelmente, menos recursos cognitivos e práticos para fazer face às dificuldades que surgem na adaptação inicial da criança. Por outro lado, as famílias com nível educativo elevado poderiam ter expectativas demasiado exigentes em relação aos filhos. As mães com habilitações académicas intermédias teriam um nível suficiente de recursos e expectativas adequadas, pelo que apresentariam melhores níveis de adaptação.

Em conformidade com resultados prévios, verifica-se uma ausência de padrão na associação entre os **rendimentos** da Família adotiva e o (in)sucesso da adoção. Alguns estudos apontam para a ausência de associação entre os rendimentos e o risco de disrupção (ex.: Barth et al., 1988; Boyne et al., 1984; McRoy, 1999; Partridge et al., 1986; S. L. Smith & Howard, 2001), outros para uma maior representatividade das famílias com rendimentos superiores no grupo de disrupção (Groze, 1986; Rosenthal et al., 1988) e outros precisamente o oposto (Sack & Dale, 1982; Zwimpfer, 1983). Zwimpfer (1983) sugeriu que as famílias com elevados rendimentos económicos podem ser mais bem-sucedidas com adoções de necessidades especiais, devido a uma maior capacidade e vontade para procurar ajuda profissional se os problemas surgirem.

A **etnia/raça** dos pais mostrou uma relação inconsistente com o resultado da adoção, encontrando-se estudos em que as mães brancas tiveram uma taxa de disrupção significativamente menor comparativamente a outras procedências étnicas/raciais (Partridge et al., 1986; Zwimpfer, 1983), enquanto noutros estudos esta relação é inversa, isto é, as adoções de sucesso eram mais frequentes em famílias de etnia/raça minoritária (Benton et al., 1985; Rosenthal et al., 1988) ou não havia relação (Barth et al., 1988; Boneh, 1979; Festinger, 1986; McRoy, 1999).

A **religião** dos pais adotivos ou não esteve associada ou então apresentou associações discordantes com a estabilidade da adoção (Boyne et al., 1984; Festinger, 1986; Nelson, 1985; S. L. & Howard, 1991). No estudo de S. L. Smith e Howard (1991), a filiação religiosa não estava associada com o resultado final, no entanto as mães praticantes tinham maior probabilidade em ter adoções de sucesso (66% vs. 41%). Igualmente, Erich e Leung (1998), nas suas entrevistas a 28 famílias, que haviam adotado 69 crianças com necessidades especiais, observaram existir uma correlação positiva entre o nível de funcionamento familiar e a participação da mãe em atividades religiosas. Esta participação assegurava, além do suporte espiritual, uma rede de apoio social mais alargada. Além disso, Glidden (1991)

observou que na maioria das vezes, os pais e os filhos realizavam estas atividades em conjunto, promovendo a coesão familiar.

Diversos estudos evidenciaram que a estabilidade na adoção está associada positivamente com a **idade dos pais adotivos** ou que as integrações adotivas efetuadas por pais mais jovens são mais passíveis de sofrer disrupção (Benton, et al., 1985; Berry & Barth, 1990; Groze, 1986; Rosenthal et al., 1988; Zwimpfer, 1983). Porém, esta relação é parcialmente explicada pelo facto das adoções por famílias de acolhimento envolverem, tendencialmente, pais mais velhos, pelo que outros fatores moderadores poderão estar envolvidos. Também emergem estudos divergentes, em que a idade superior dos pais adotivos constitui um fator de risco (Kadushin & Seidl, 1971) ou em que a idade não assume carácter de risco ou de proteção significativo (Barth et al., 1988; Benton, et al., 1985; Boyne, et al., 1984; Festinger, 1986; Partridge et al., 1986; Quinton, Rushton, Dance, & Mayes, 1998). Alguns autores também verificaram que a idade mais elevada dos pais estava associada a maior risco de disrupção, apenas quando a adoção era efetuada por casais, sem filhos biológicos (Berástegui, 2003; Boneh, 1979).

Os estudos não têm enfatizado a **composição da família de origem** dos pais adotivos, porém duas investigações indicaram que os pais adotivos que provêm de famílias com poucas ou sem crianças apresentaram maior risco de disrupção (Rosenthal et al., 1988; Schmidt, 1986).

Parece haver uma tendência para relacionar de forma positiva **o tempo de casamento ou união de facto** com as adoções de sucesso (Westhues & Cohen, 1990; Zwimpfer, 1983), contudo outros estudos não encontraram uma relação significativa (Boneh, 1979; Festinger, 1986) e um estudo observou uma relação negativa (Berástegui, 2003). De acordo com Berástegui (2003) é possível que nos casais com muitos anos de vivência conjunta seja mais difícil modificar os hábitos adquiridos, de forma a admitir um novo membro na família, a maioria das vezes diferente do esperado ou conhecido. Por outro lado, esta variável também pode representar realidades diferentes, como por exemplo, casais que equacionam a adoção na sequência da autonomização e independência dos filhos (síndrome do ninho vazio) ou casais que lutaram ao longo de vários anos por um filho (via natural, via produção medicamente assistida, via adoção com o tempo de espera inerente) e que carregam muita frustração e talvez muita idealização sobre a parentalidade. Rosenthal et al. (1988) defendem que talvez o sucesso não esteja relacionado com o tempo de matrimónio, mas sim com a qualidade da relação conjugal, verificando uma correlação positiva moderada

entre esta variável e as adoções de sucesso ($r_{pb} = .50$). Todavia, este resultado tem de ser interpretado com cautela uma vez que a aferição da qualidade do relacionamento foi efetuada após o desfecho (sucesso vs. disrupção) ser conhecido.

No referente à **presença de filhos biológicos** alguns estudos não encontraram qualquer relação com o resultado (Barth & Berry, 1988; Boyne et al., 1984; Festinger, 1986; Zwimpfer, 1983), outros estudos verificaram que poderia reduzir o risco (Groze, 1986; Rosenthal et al., 1988), e outros concluíram que a disrupção era mais frequente quando os filhos biológicos residiam com a Família adotiva (Berástegui, 2003; Berry & Barth, 1990; Boneh, 1979; Kadushin & Seidl, 1971). Quanto a este resultado, Kadushin e Seidl (1971) esclareceram que geralmente os pais adotivos com filhos biológicos eram mais velhos e por conseguinte eram correspondidos com crianças mais velhas, pelo que seria a idade da criança adotada que estaria relacionada com a disrupção e não a presença de filhos biológicos em si. Esta conclusão não foi comprovada por Berástegui (2003) uma vez que a idade das crianças não diferiu em função do tipo de família que as adotou.

A **presença de uma criança adotada** foi identificada como um fator protetor (Partridge et al., 1986) desde que devidamente espaçada da nova criança a integrar o lar adotivo (Owen, 1999 citado em Byrne, 2000), apesar de nem sempre ter sido verificada esta associação (Berástegui, 2003).

A **idade, o género e a etnia das outras crianças** do lar adotivo, bem como a **posição que a criança adotada irá ocupar na fratria** também foram analisadas. Um estudo demonstrou que a diferença de idades entre as crianças não estava relacionada com o resultado, ao contrário do que ocorria com a distribuição de idades (Festinger, 1986). A criança que estava numa posição intermédia entre crianças mais velhas e mais novas que não eram seus irmãos biológicos era mais vulnerável à disrupção, do que aquela que ocupava a posição de mais velha ou de mais nova. Contrariando este resultado, o estudo de Boneh (1979) demonstrou que a disrupção era mais frequente quando a criança adotada assumia a posição de mais velha relativamente a outras crianças preexistentes. No concernente ao género, verificou-se que a taxa de disrupção era consideravelmente superior nas famílias cujos filhos biológicos eram todos de género diferente da criança adotada. Este facto é explicado pela possível motivação dos pais adotivos, que era mais sustentada no desejo ter uma criança de outro género do que no desejo de serem pais ou, talvez, pelo possível receio de encontros sexuais entre os irmãos. A composição étnica/racial da fratria não demonstrou estar associada com o resultado (Festinger, 1986).

A **composição da família (mono ou biparental)** geralmente não surgiu associada ao resultado final (Benton et al., 1985; Berástegui, 2003; Berry & Barth, 1990; Boyne et al., 1984; Festinger, 1986), embora alguns estudos tenham reportado uma maior predominância de pais/mães singulares no grupo de integrações adotivas malsucedidas (Partridge et al., 1986; McDonald et al., 1991; McRoy, 1999).

Kagan e Reid (1986) apontam para uma possível interação entre o sexo do adotante singular e do adotado, indicando maior risco quando as mães adotam rapazes (apenas 1 em 6 foi bem-sucedida). De realçar que a amostra era constituída por adolescentes com problemas emocionais e dificuldades de aprendizagem severos, pelo que este resultado poderá não ser generalizável para outras amostras.

McRoy (1999) salienta que os serviços de adoção tendem a considerar os candidatos singulares como recursos para crianças de difícil encaminhamento, para quem é improvável encontrar uma família biparental. Por conseguinte, estes candidatos são geralmente correspondidos com crianças mais velhas, com problemas mais severos, que estiveram acolhidas mais tempo, pelo que a sobre representação dos pais singulares no grupo de disrupção será imputável mais à acumulação destes fatores do que à monoparentalidade. Aliás, Barth e Berry (1988) constataram que, apesar de os pais singulares receberem de forma significativa crianças mais velhas e mais exigentes, as integrações adotivas não têm maior probabilidade de sofrer disrupção. Os candidatos singulares têm, por autosseleção, um alto nível de maturidade emocional e uma alta capacidade de tolerância à frustração, são independentes, mas simultaneamente ligados a uma rede de suporte de familiares e amigos (Stolley, 1993 citado em Quinton, 2012).

No entanto, Westhues e Cohen (1990) verificaram que uma família que adote uma criança com necessidades especiais pode beneficiar da **ativa participação de ambos os pais** de forma a alcançar o sucesso.

Os autores, no seu estudo com 58 casais adotivos canadienses, em que 51 das adoções especiais permaneceram intactas e sete sofreram disrupção, aplicaram o *Family Assessment Measure* (FAM) de Skinner, Steinhauer e Santa-Barbara (1983), que avalia oito domínios: 1) realização de tarefas; 2) desempenho de papéis; 3) comunicação; 4) expressão afetiva; 5) envolvimento; 6) controlo; 7) valores e normas e 8) avaliação global. Uma análise discriminante dos dados resultou num modelo que previu corretamente 94.3% do resultado final, com 97.9% para os intactos e 66.7% para os disruptivos. De acordo com este modelo, o grupo de adoções intactas caracterizava-se por esposas que avaliavam os seus maridos de

forma positiva ao nível dos valores e normas; por maridos que avaliavam o envolvimento, a expressão afetiva e o funcionamento familiar global de forma positiva; por casais que se autoavaliavam com baixos resultados ao nível da realização de tarefas; por casais que estavam casados há mais tempo; por casais em que era pouco provável adotarem devido a infertilidade; e por maridos com empregos de elevado estatuto.

Nestas famílias, a díade conjugal era capaz de comunicar as emoções de forma direta e apropriada; os pais, devido às exigências do seu emprego, tinham desenvolvido maior capacidade de autonomia e gestão; as mães foram capazes de gerir a resistência da criança em se vincular a elas e permitiram que o pai fosse mais envolvido afetivamente na família; ambos os pais eram descontraídos com a realização de tarefas na família e não tendiam a esperar que o seu filho/a tivesse um desempenho elevado o que diminuiu a pressão sobre criança adotada; a díade parental/conjugal tinha subjacente valores e normas humanistas e humanitárias, era tolerante face à diferença e a sua motivação para a adoção não residia na sua incapacidade em procriar.

J. S. Cohen (1981) concluiu que o pai desempenha um papel fundamental na manutenção das adoções de necessidades especiais, porque a criança, geralmente, inicia o processo de vinculação ao pai e aos irmãos e só posteriormente à mãe, podendo demorar 18 meses ou mais. Desta forma, ao longo deste tempo a mãe precisa do suporte emocional e instrumental do pai.

Vários estudos citam as **expectativas não correspondidas ou irrealistas** em relação à criança como associadas à disrupção (Barth & Berry, 1988; Festinger, 1986; Kadushin & Seidl, 1971; McRoy, 1999; Partridge et al., 1986; Rosenthal et al., 1988; Westhues & Cohen, 1990), principalmente quando os pais são inflexíveis ou rígidos, incapazes de modelar as expectativas e modificar as regras familiares de forma a acomodar uma criança difícil.

As expectativas desadequadas podem derivar de crenças incorretas sobre o desenvolvimento da criança, da aceitação de convenções sociais, da experiência com crianças da população geral (por exemplo, com filhos de amigos ou vizinhos), da experiência em parentificar filhos biológicos, de processos psicológicos subconscientes (ex.: modelos internos dinâmicos das relações), ou princípios e convicções morais e/ou religiosos fortemente enraizados (Quinton, 2012).

Ajustar as expectativas à realidade da adoção é um dos objetivos perseguidos por diversas ações formativas endereçadas aos pais adotivos. Berry (1990) defende que as atividades preparatórias prévias, tais como o ensino de estratégias de gestão de

comportamento, o treino, a informação sobre as consequências do abuso sexual e a informação concreta e específica sobre a criança, funcionam como fatores protetores para a estabilidade da adoção.

No entanto, Rosenthal (1993) salientou que alguns pais continuam a manter expectativas irrealistas, apesar da preparação de que foram alvo. Por outro lado, famílias adotivas que sofreram disrupção referem que apesar de terem sido previamente preparadas para lidar com diversos tipos de dificuldades e problemas, se sentiram, após a integração da criança, inadequadamente preparadas para parentificar as crianças extremamente perturbadas com que foram correspondidas (Valentine, Conway, & Randolph, 1987).

Vários especialistas verificaram que a flexibilidade nos padrões do processo de decisão da família pode reduzir o risco de disrupção (Barth et al., 1988; Boneh, 1979; Kagan & Reid, 1986; Lahti, 1982; McRoy, 1999; Rosenthal et al., 1988; Sack & Dale, 1982).

Berry (1997) concluiu que as famílias que não conseguem tolerar o desequilíbrio no sistema familiar causado pelo comportamento externalizado da criança e que respondem impondo mais limites, estão especialmente vulneráveis à disrupção.

Num estudo desenvolvido no Colorado, os técnicos dos serviços de adoção classificaram as famílias como rígidas, apropriadas e inconsistentes (caóticas) em termos de estrutura das regras, de acordo com o modelo circunplexo de funcionamento familiar de Olson, Sprenkle e Russell (1979). As famílias disruptivas eram mais frequentemente categorizadas como rígidas do que inconsistentes (Rosenthal et al., 1988). Similarmente, Kagan e Reid (1986) observaram que a rigidez do pai, mas não da mãe, estava relacionada com a disrupção.

A disrupção pareceu estar associada a uma menor **capacidade dos pais para lidar e gerir os problemas** apresentados pela criança (Festinger, 1986; Schmidt, 1986). Rosenthal et al. (1988) verificaram que as competências parentais dos pais estavam fortemente correlacionadas com o sucesso ($r_{pb} = .67$). A capacidade para lidar com uma criança emocionalmente não responsiva demonstrou a relação mais forte ($r_{pb} = .70$), seguida da capacidade para gerir o comportamento de isolamento ($r_{pb} = .60$) e externalizado da criança ($r_{pb} = .58$).

A existência de uma **relação prévia com a criança** surgiu como um fator protetor, pelo que as adoções por famílias de acolhimento ou por familiares eram mais estáveis comparativamente à adoção por estranhos (Barth et al., 1988; Berry & Barth, 1990; Coyne, & Brown, 1985; Rosenthal et al., 1988; Schmidt, 1986; S. L. Smith & Howard 1991;). Rosenthal

et al. (1988) reportaram 22% de adoções por famílias de acolhimento que não foram bem-sucedidas, por oposição a 41% de adoções por estranhos. As famílias de acolhimento além de terem experiência prévia com a criança, possuem expectativas mais realistas acerca da criança, aceitando-a verdadeiramente em todos os aspetos, ao nível emocional, psicológico, intelectual e físico (McRoy, 1999).

Congruentemente, a **experiência prévia dos pais em cuidar de um filho/a adotado/a e/ou com necessidades especiais** tem sido correlacionada com a diminuição do risco de disrupção, porque normaliza as expectativas e aumenta a capacidade para gerir qualquer problema (McRoy, 1999; Partridge et al., 1986). Porém, alguns estudos determinaram que uma experiência adotiva prévia dos adotantes (Barth & Berry, 1988) e o número de adoções prévias dos pais (Boyne et al., 1984) não estavam relacionados com a estabilidade da atual integração adotiva.

S. L. Smith e Howard (1991) verificaram que há uma associação modesta entre o sucesso da adoção e a experiência prévia da mãe adotiva. O mesmo não foi observado acerca da experiência do pai adotivo, a qual não tinha qualquer impacto na estabilidade da adoção. Porém, Quinton et al. (1998) concluíram que a experiência parental prévia pode constituir uma vulnerabilidade, quando as estratégias parentais que funcionaram com os filhos biológicos, não produzem o mesmo resultado com os adotados. Além disso, os pais que já têm experiência tendem a ter menor capacidade de adaptação do que os casais sem filhos.

Os estudos que se debruçaram sobre a relação entre a **motivação** e o resultado da adoção são escassos. A existência ou não de problemas de fertilidade não pareceu estar associada com o sucesso ou insucesso da adoção (McDonald et al., 1991), apesar de no estudo de Westhues e Cohen (1990) as famílias intactas serem constituídas maioritariamente por casais sem problemas de fertilidade, que adotaram por motivos humanitários, filantrópicos ou de solidariedade. Berástegui (2003) verificou que assumir a adoção como via para ser mãe solteira estava associada com o término e risco.

A força da motivação para adotar e ser adotado surgiu associada ao sucesso da adoção (Festinger, 1986). Além do mais, os casais que partilham um compromisso idêntico na adoção experienciaram menos disrupções (Partridge et al., 1986).

Alguns estudos verificaram que as famílias tinham menor probabilidade de sofrer disrupção se pudessem indicar as suas **preferências a respeito do tipo de criança que querem adotar** (Boneh, 1979; Partridge et al., 1986). Ao analisar este tópico Festinger (1986)

verificou que o número médio de preferências (2.5) do grupo de insucesso não era significativamente superior ao do grupo de sucesso (1.7), contudo, em todas as correspondências em que os pais especificavam 6 ou 7 preferências havia eventuais disrupções. A este respeito, Festinger (2005) afirma *“clearly, such pickiness at the start did not augur well in the long run”* (p. 459).

McRoy (1999) relaciona a **história pessoal de abuso físico, psicológico, emocional e/ou sexual dos pais adotivos**, com o abuso da criança integrada e, por conseguinte, o término da adoção. Na sua amostra existiram 15 casos em que os pais adotivos alegadamente abusaram das crianças integradas, 13 dos quais terminaram (quatro disrupções e nove dissoluções). Nestes 15 casos, nove pais adotivos (60%) foram eles próprios vítimas, em criança ou em adulto, de abuso. A autora alerta para o facto de este grupo não ter sido bem investigado antes da integração, remetendo para a necessidade de se avaliar o potencial de risco nos futuros pais para o abuso infantil. Determinados tópicos relevantes a este respeito não foram sequer abordados ou foram abordados de forma desadequada, tais como a história passada de abuso dos pais adotivos, as crenças no uso excessivo de punição física, o estado depressivo ou o luto não resolvido, o isolamento em relação à família alargada e a inexistência de amigos próximos, a história de alcoolismo ou dependência de drogas, a história de violência doméstica, indicadores de temperamento irascível, ou a incapacidade em resolver conflitos conjugais de uma forma racional.

Kaufman e Zigler (1987) estimaram que aproximadamente 30% das pessoas que foram vítimas de abuso na infância irão maltratar os seus filhos. Alguns podem ter resolvido a dor emocional associada ao abuso, mas outros não. Por outro lado, ter contacto com uma criança que tenha sido física ou sexualmente abusada pode servir como um gatilho do abuso na infância não resolvido (Johnson, 1990).

De forma consensual, uma diversidade de estudos concluiu que o **suporte de familiares e amigos** (Barth & Berry, 1988; McRoy, 1999), bem como conhecer outros pais adotivos ou de acolhimento (Berry, 1997) contribuíram de forma positiva para a estabilidade da Família adotiva ao longo do ciclo vital (Erich & Leung, 1998; Leung & Erich, 2002). No entanto, Berástegui (2003) verificou uma relação curvilínea entre a disposição para solicitar apoio na fase de adaptação da criança e o término, em que os pais que estavam dispostos a solicitar apoio sem reservas e os que não estavam dispostos a solicitar apoio apresentavam maior risco de término do que aqueles que estavam dispostos a solicitar dependendo das circunstâncias. Desta forma, os pais mais eficazes sentiam-se confiantes na sua competência

parental, mas simultaneamente tinham expectativas realistas acerca das possíveis dificuldades que poderiam surgir na adaptação e da necessidade de pedir ajuda.

McRoy (1999) sumariou os atributos dos pais das adoções intactas como tendo casamentos mais estáveis, maior flexibilidade, expectativas mais realistas, maior experiência em cuidar de crianças com necessidades especiais através do acolhimento familiar ou da adoção, maior envolvimento e compromisso na adoção e vontade em procurar ajuda.

De forma similar, diversos autores (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Hughes, 1999; Partridge et al., 1986) elencaram várias capacidades e competências parentais associadas com a estabilidade da adoção, destacando-se, entre outras, a tolerância quando a criança expressa sentimentos negativos ou ambivalentes, ou quando esta rejeita os pais adotivos, a capacidade de se distanciar emocionalmente do comportamento da criança, o sentido de humor e o comportamento descontraído, a capacidade de valorizar e ficar feliz com pequenos progressos, a capacidade de recorrer a serviços e simultaneamente se basear nas forças da família para resolver os problemas, o acesso a uma rede de suporte e a vontade em colaborar com os serviços de adoção.

Barth et al. (1988) realizaram uma análise discriminante para verificar a influência combinada das características da criança e dos pais adotivos. O modelo final contempla cinco variáveis e classifica corretamente 80% dos resultados, apesar de a função predizer melhor os sucessos (82%) do que os terminos (70%). As variáveis são: 1) prévia integração adotiva; 2) idade da criança; 3) adoção por estranhos; 4) número de problemas da criança e 5) habilitações escolares da mãe adotiva. Os autores consideraram que a variância inexplicada remanescente pode ser atribuída às práticas dos serviços antes e após a integração adotiva e após a adoção e ainda às características pessoais e interpessoais da criança, da Família adotiva e dos recursos da comunidade, em detrimento de características demográficas.

No anexo 2 é apresentado um resumo dos fatores relacionados com Família adotiva mais frequentemente analisados nos diversos estudos e quais os resultados obtidos.

4.3.3. Fatores associados às práticas profissionais

A investigação e a prática demonstraram que o término da adoção é mais provável ocorrer quando: as necessidades das crianças ou dos pais foram negligenciadas no processo de avaliação e/ou integração; os serviços de adoção não ajudaram os pais a ajustar as suas

expectativas às capacidades reais da criança; os pais não receberam informação suficiente e/ou precisa para compreender os possíveis desafios colocados pela criança; e os serviços de apoio necessários não foram prestados no período pré e pós-adoptivo (Evan B. Donaldson Adoption Institute, 2004).

O “*stretching*” (esticar as preferências dos pais) e o “*mismatch*” (incompatibilidade) surgem associados a um maior risco de disrupção (McRoy, 1999; Nelson, 1985; Partridge et al., 1986).

Com o objetivo de encontrar candidatos para crianças de difícil encaminhamento, os técnicos do serviço de adoção podem encorajar os pais a alargar o perfil da criança pretendida e a aceitar uma criança para a qual podem não possuir as competências e os recursos necessários. O *stretching* pode ser efetuado das seguintes formas: 1) atrair a atenção ou a preocupação dos pais para uma criança em particular; 2) fortalecer a autoconfiança dos pais, ajudando-os a sentirem-se capazes de parentificar uma determinada criança com necessidades ou características especiais; 3) clarificar as opções da Família adotiva, explicitando para que tipo de criança a família é realisticamente elegível; 4) não fornecer informações adequadas sobre o funcionamento da criança ou não comunicar esta informação de forma efetiva (Nelson, 1985). O *stretching* é incentivado a fim de encurtar o tempo de espera (da criança e dos candidatos) tornando mais atrativas as crianças que estão disponíveis. A investigação demonstra que os técnicos de adoção que “esticam” as preferências da família podem facilitar a integração adotiva a curto-prazo, mas com consequências a médio/longo prazo, uma vez que as correspondências efetuadas são pobres e apresentam maior risco de disrupção ou dissolução (McRoy, 1999).

Quanto à incompatibilidade, esta pode concretizar-se, segundo Partridge et al. (1986), quando: 1) a criança tem características/comportamentos específicos que os pais adotivos consideram como extremamente negativos ou contrários aos seus valores e crenças; 2) a criança não tem características/comportamentos específicos considerados extremamente importantes pelos pais adotivos; e 3) as personalidades dos pais e da criança entram em confronto. Estas discontinuidades podem afetar o desenvolvimento de vínculos afetivos entre pais e filhos e, consequentemente, comprometer o resultado da adoção.

Valentine et al. (1987) entrevistaram pais adotivos que sofreram disrupção e verificaram que metade recebeu uma criança com problemas de comportamento os quais tinham previamente identificado como inaceitáveis. Comparavelmente, no estudo de McRoy (1999) os pais adotivos foram encorajados a adotar crianças cujas características e

comportamentos não coincidiam com aquelas que eles se sentiam capazes de parentificar. Em dois casos, a família foi encorajada a assumir um grupo de irmãos, apesar de não ter os recursos emocionais ou financeiros para lidar com o *stress* e as despesas inerentes. Em consonância, pais que adotaram uma criança cuja idade não coincidiu com a esperada ou solicitada experienciam mais frequentemente a disrupção (Boneh, 1979; Schmidt, 1986).

O **treino pré-adotivo insuficiente** (Barth, 1988; Barth & Berry, 1988; Katz, 1986; Nelson, 1985) foi relacionado com a disrupção. O estudo de Barth e Berry (1988) demonstrou que os pais pior preparados para a adoção apresentaram taxas mais altas de término, apesar de terem sido correspondidos com crianças consideradas de “baixo risco”, comparativamente aos pais correspondidos com crianças de “alto de risco” que receberam uma preparação adequada.

Além do mais os **serviços de apoio/acompanhamento** antes e após a legalização foram considerados como sendo um importante fator protetor para assegurar a permanência (Barth & Berry, 1988). Investigação qualitativa, desenvolvida com Famílias adotivas que experienciaram disrupção, demonstrou que os pais valorizaram o acompanhamento dos técnicos em todas as fases do processo (Schmidt et al., 1988). De realçar, que os pais adotivos avaliaram os grupos de pais e o contacto com outros pais adotivos como bastante úteis, talvez mais úteis do que serviços de terapia (Marcenko & Smith, 1991; Rosenthal et al., 1988).

Rosenthal (1993), na sua revisão bibliográfica, concluiu que a falha em fornecer **informação adequada sobre os antecedentes da criança** pode ser o preditor, relativo às práticas profissionais, mais forte da disrupção. Em vários estudos os pais reportaram que não lhes havia sido dado informação suficiente sobre a criança, que esta era pouco precisa ou que foram deliberadamente mal-informados (Berry, 1997; Schmidt et al., 1988; Nelson, 1985; Valentine et al., 1987).

Um estudo verificou que 96% das famílias adotivas sabia a razão pela qual a criança tinha sido encaminhada para adoção, porém poucos tinham informação acerca da idade ou etnia da mãe da criança, do uso de serviços pré-natais ou do consumo de substâncias (Berry, Barth, & Needell, 1996). Noutro estudo, uma significativa proporção de famílias (58%) respondeu não receber informação suficiente sobre a criança e 37% afirmou que os problemas da criança eram mais sérios do que os originalmente reportados pelos serviços de adoção (Reilly & Platz, 2003).

A transmissão de informação precisa acerca dos antecedentes da criança, das suas necessidades e problemas, bem como o prognóstico de evolução, é crítica para que a futura Família se sinta melhor preparada para os desafios que provavelmente surgirão e consequentemente, para o sucesso da adoção. Algumas famílias podem considerar a possibilidade de adotar uma criança com necessidades especiais quando o que realmente desejam é uma criança “saudável”. Tais integrações são claramente de alto risco. A futura Família adotiva deve ser acautelada face à expectativa irrealista de “moldar” a criança, particularmente as mais velhas, tal como defendido por Rosenthal (1993): *“Adoption should be undertaken only by parents who can love the children for what they are, and who will expect these children to become nothing more and nothing other than what they are when they are placed”* (p. 85). Estas crianças podem nunca ultrapassar os efeitos de anos de negligência e abuso prévios à adoção.

Meezan e Shireman (1985) verificaram que era mais provável uma família de acolhimento adotar subsequentemente a criança quando possuía informação pormenorizada acerca dela. Estes dados sugerem que a transmissão da informação de forma clara, transparente e precisa pode ajudar a estabelecer uma relação positiva entre os serviços de adoção e os pais, baseada na colaboração mútua, para o desenvolvimento saudável da criança.

De destacar que a investigação demonstrou consideráveis discrepâncias entre a informação que os profissionais alegam ter fornecido aos pais adotivos e a que estes mencionam ter recebido (Barth & Berry, 1988). Estes dados determinam que se reflita acerca da forma como é transmitida a informação aos pais e do momento em que é feito, sendo importante que os técnicos se assegurem que os pais ouvem e compreendem o conteúdo e as suas implicações.

A **experiência profissional** do gestor de caso está associada com o resultado da integração adotiva, verificando-se que por cada ano de experiência profissional adicional o risco de disrupção diminui em 2% (S. L. Smith et al., 2006).

Num estudo, o **número total de técnicos** envolvidos no processo de adoção não estava associado com o resultado (S. L. Smith & Howard, 1991), porém McRoy (1999) observou um número médio de técnicos por criança superior (9.9) nas integrações que sofreram insucesso, em comparação com as bem-sucedidas (6 por criança).

Os estudos têm associado a **mudança e fragmentação de responsabilidades entre profissionais e serviços** a um maior risco de disrupção. Quando o mesmo técnico assegura a

preparação da criança e da Família adotiva para a adoção, bem como o posterior acompanhamento na pré-adoção, maior é a probabilidade de sucesso (Festinger, 1986). O conhecimento holístico do técnico acerca de ambos, da criança e dos pais adotivos, pode representar uma mais-valia para ajudar a família a lidar com as situações difíceis que possam surgir na pré-adoção. Antagonicamente, quando diferentes profissionais estão envolvidos na preparação da criança e dos futuros pais, informação díspar poderá ser comunicada a ambos e quando a preparação e o acompanhamento posterior são encetados por diferentes profissionais, a criança tem que lidar com uma nova família, mas também com um novo profissional.

Partridge et al. (1986) e Rosenthal et al. (1988) verificaram que as integrações supervisionadas pelo serviço de adoção com a custódia inicial da criança permaneceram mais frequentemente intactas comparativamente às supervisionadas por outros serviços de adoção sem custódia da criança. Resultados relacionados demonstraram uma menor taxa de disrupção em crianças integradas no distrito⁵⁹ (em comparação com as integradas fora do distrito (Rosenthal et al., 1988; S. L. Smith et al., 2006) o que implicava uma transferência de responsabilidades entre profissionais.

Em síntese, quando nas diferentes etapas do processo (avaliação, preparação e acompanhamento) os profissionais são os mesmos, as integrações adotivas sofrem disrupção de forma significativamente menor (Festinger, 1986; McDonald et al., 1991; Rosenthal et al., 1988).

A relação entre o **número de contactos entre os profissionais e a Família adotiva**, antes e após a integração, e a disrupção também foi explorada. Se antes da integração não há associação entre as variáveis, após a integração verifica-se uma maior regularidade dos contactos nas integrações disruptivas comparativamente às que permaneceram intactas (Festinger, 1986; Partridge et al., 1986; S. L. Smith & Howard, 1991). De igual modo, a frequência de participação da criança em terapia e de um ou ambos os pais em terapia familiar, conjugal ou individual, relaciona-se negativamente com o êxito da adoção (Rosenthal et al., 1988). Provavelmente estas famílias tiveram que lidar com dificuldades acrescidas e receberam serviços intensivos na tentativa de prevenir a disrupção.

⁵⁹ Assumimos o distrito como equivalente ao *County*, organização territorial nos EUA.

4.4. Causas atribuídas à Disrupção

A intenção de cessar a integração adotiva pode ser manifestada pelos pais adotivos, pelos serviços de adoção ou pela própria criança. S. L. Smith e Howard (1991), na sua amostra com 74 disrupções, constataram que mais frequentemente foram os pais adotivos (72%) que solicitaram a retirada da criança do lar adotivo, seguido dos serviços de adoção (24%) e, de forma residual, das crianças (4%).

Desde a primeira vez em que os serviços de adoção e os pais adotivos discutem a possibilidade de disrupção até a sua efetiva concretização o tempo é variável, mas geralmente é relativamente curto, com a criança a ser retirada no intervalo de tempo de 1 a 2 meses (Evan B. Donaldson Adoption Institute, 2004). McRoy (1999), que analisou 15 situações de disrupção, observou que cerca de metade das crianças (47%) foram retiradas no espaço de tempo de 1 mês, enquanto as restantes foram retiradas entre 2 a 7 meses. Resultados similares foram obtidos no estudo de S. L. Smith e Howard (1991) com um tempo médio de 8.8 semanas.

Nalgumas circunstâncias a retirada é efetuada de forma célere e abrupta, pois os pais adotivos, se numa fase inicial colaboram com os serviços no sentido de minimizar o impacto da disrupção na criança, rapidamente mudam o seu discurso e exigem a retirada imediata da criança. Esta constatação está bem patente no discurso dos técnicos dos serviços de adoção:

Families just cannot tolerate it after they have come out in the open, made the decision. They try very hard to do what's best for the child, but they're done. Usually by that time they just don't have anything left to give, and they will very quickly say, "Move no matter what." So any family that says, "We'll give you a month to move him", you've just got a week if you're lucky. (McRoy, 1999, p. 172)

A investigação demonstra (Partridge et al., 1986) que existem seis fases vivenciadas pelos pais até a disrupção, nomeadamente, 1) **a diminuição do prazer e do bem-estar**: O primeiro sinal de alarme, indicativo do *stress* vivenciado, consiste na diminuição do prazer, quando os aspetos negativos se começam a sobrepor aos positivos; 2) **a criança é o problema**: Nesta fase a criança deixa de ter problemas para ser "o problema". Os pais esperam que a criança mude e quando tal não acontece, as queixas em relação a ela aumentam exponencialmente; 3) **tornar público**: Quando o comportamento disruptivo da criança é manifestado fora do círculo familiar ou quando os pais abordam esta questão com

os familiares e amigos, um problema da esfera privada torna-se um assunto público. As reações e comentários deste “público” podem precipitar o processo de disrupção (“Eu avisei-te para não adotares!”); 4) **ponto de viragem**: Todos continuam a sofrer a pressão do *stress* derivado do comportamento da criança, da perda de confiança parental e do envolvimento da rede social. Tipicamente um incidente crítico conduz a um ponto sem retrocesso. 5) **o ultimato**: Mental ou verbalmente é proferido um ultimato que exige uma mudança significativa para que a continuidade da integração seja viável; 6) **decisão da disrupção**: A incapacidade da criança em ir de encontro às expectativas parentais faz com que a família exija a retirada da criança, perante um pequeno incidente.

As causas subjacentes à disrupção são múltiplas, refletindo a natureza complexa das interações entre os diversos subsistemas que constituem a Família adotiva, bem como diversos, por vezes idiossincráticos, elementos situacionais que entraram nesta equação (Festinger, 2005). A disrupção nunca é o resultado do que uma parte fez ou deixou de fazer, mas geralmente a junção de circunstâncias não identificadas, de circunstâncias mal interpretadas e de circunstâncias imprevisíveis (Donley, 1981 citado em Argent & Coleman, 2006). As causas apontadas também variam em função dos respondentes, notando-se comunalidades e singularidades no discurso dos técnicos, dos pais adotivos e das crianças.

De acordo com a percepção dos técnicos, as principais razões que levaram ao insucesso de 74 integrações foram: a incapacidade dos pais em lidar com o comportamento da criança (38%); dificuldades de vinculação dos pais à criança (35% da mãe e 18% do pai) e da criança aos pais (28% à mãe e 20% ao pai); o comportamento hostil e externalizado da criança (27%); conflitos entre irmãos (14%) e maus-tratos físicos infligidos pelos pais adotivos (11%). Outras categorias aparecem igualmente referenciadas (ex.: conflito conjugal; negligência, etc.) embora com expressividade diminuta (S. L. Smith & Howard, 1991). A perspetiva dos pais adotivos, apurada em função do registado no processo de adoção, é similar à perspetiva dos técnicos, no entanto os primeiros têm menos tendência a perceber ou a verbalizar as suas próprias dificuldades de vinculação (os registos indicam que 20% das mães e 7% dos pais identificaram esta preocupação). Evidentemente que esta forma de “auscultar” a percepção dos pais, necessariamente filtrada pelos técnicos, poderá influenciar o resultado final.

Kadushin e Seidl (1971) recolheram a percepção dos técnicos, mediante análise dos processos de integração adotiva malsucedida de 85 crianças. Os autores categorizaram as razões da disrupção em três grupos: 1) fatores situacionais (dificuldades económicas,

falecimento de pai/mãe adotivo, doença física ou mental dos pais adotivos, descoberta de uma deficiência grave na criança após a integração, doença da criança, mudanças e outras descontinuidades); 2) pais adotivos e/ou lar adotivo (expectativas parentais não correspondidas, dificuldade em desenvolver um relacionamento positivo com a criança, abuso, negligência, ou inadequação no papel parental, conflitos conjugais, rejeição da criança por outros significativos tais como irmãos ou avós) e 3) criança adotiva (comportamento disruptivo, exigente ou antissocial da criança, dificuldade em desenvolver um relacionamento positivo com os pais adotivos). Os casos foram distribuídos de forma desigual pelos três grupos, com 54.5% dos casos motivados pelos pais adotivos e/ou lar adotivo; 23.5% pela criança adotiva e 22% pelos fatores situacionais. A idade da criança estava relacionada de forma estatisticamente significativa com a explicação dada pelos técnicos. Nas crianças integradas antes dos 3 anos de idade, 60% dos insucessos foram atribuídos aos pais adotivos e/ou lar adotivo, diminuindo esta taxa para 37.5% nos casos de crianças integradas com 10 anos ou mais.

Schmidt et al. (1988), com o objetivo de auscultar a percepção dos pais adotivos acerca da disrupção, entrevistaram 12 casais e três pais singulares, cuja integração adotiva de 17 crianças entre os 4 e os 17 anos de idade, não foi bem-sucedida. Da análise de conteúdo, emergiram seis temas centrais, nomeadamente: 1) a incapacidade da criança em se vincular à Família adotiva; 2) a dificuldade da criança em se desvincular e fazer o luto da família biológica; 3) as expectativas dos pais acerca de uma criança mais fácil; 4) o impacto de questões de infertilidade não resolvidas no processo adotivo; 5) as lacunas na informação acerca da criança e da sua história de vida; e 6) a ausência de acompanhamento e apoio técnico adequado.

Harper (1994) apresenta as razões dadas por sete crianças adotadas internacionalmente, que sofreram disrupção. As crianças verbalizaram a incapacidade em se relacionar com a mãe (razão dada por seis crianças); a falta de preparação pré-adotiva específica, o sentir-se rejeitada pela família, a confusão acerca do que os pais queriam dela (razões apresentadas por cinco crianças), o facto de não gostar da família (mencionada por quatro crianças), ter-se sentido sempre diferente, nunca ter desejado sair do seu país e a falta de autonomia na sua família (referida cada uma por três crianças).

No Reino Unido são organizados encontros de disrupção (*disruption meetings*) em que as pessoas envolvidas antes, durante e após a integração adotiva refletem acerca das causas da disrupção. Desta forma, os candidatos à adoção, os técnicos do serviço de adoção, os

cuidadores atuais da criança, a criança (se apropriado), os técnicos que acompanharam a criança antes da integração, etc. partilham as suas perceções acerca do sucedido. Nestes encontros, as causas usualmente referidas remetem para a informação incompleta ou não partilhada sobre os candidatos à adoção e/ou sobre a criança, as avaliações inadequadas do padrão de vinculação da criança, as mudanças na família tais como doença, morte, divórcio, gravidez, a depressão pós-adotiva, a falha nos serviços terapêuticos, de saúde ou escolares em responder em tempo útil e de forma adequada às necessidades da criança, a falta de comunicação entre os serviços de adoção e entre estes e as entidades de acolhimento, um plano de transição centrado na agenda dos adultos em detrimento da criança, a não devida consideração das necessidades e perspetivas das crianças já existentes na Família adotiva, o inadequado acompanhamento na pré-adoção, a falta de abertura na Família adotiva, a insuficiente preparação da criança para a adoção e a insuficiente preparação dos candidatos à adoção para aquela criança ou grupo de irmãos em particular, isto é, após a correspondência e antes dos primeiros encontros (Argent & Coleman, 2006).

No contexto português, foi encetado um estudo qualitativo pioneiro acerca das devoluções de crianças no período pré-adotivo (Observatório Permanente da Adoção, 2010). O estudo consistiu na audição de três atores envolvidos no processo de adoção, nomeadamente, quatro famílias que passaram por uma integração adotiva malsucedida, cinco instituições que acolheram as crianças antes da integração nestas famílias e 13 equipas de adoção⁶⁰.

Tendo ciente que o carácter exploratório do estudo não permite fazer inferências, os autores aludiram à transversalidade da falta de clareza na transmissão de informação nos casos de devolução relatados. Os pais muitas vezes alegaram que não foram devidamente esclarecidos e informados acerca da situação de saúde física e psíquica da criança e das suas implicações para a gestão da vida quotidiana.

As motivações dos candidatos para adotar, centradas na vontade de ajudar uma criança institucionalizada em detrimento do desejo de parentalidade, foram associadas a um menor compromisso e esforço por parte destes quando confrontados com as dificuldades, remetendo para o insucesso.

⁶⁰ Este estudo estava enquadrado num projeto mais amplo designado por “Acompanhamento das leis da adoção, com especial incidências nas devoluções de crianças e no apoio pós-adoção”, pelo que mais serviços de adoção foram abrangidos de forma a obter uma visão tão global quanto possível do cenário do país nesta matéria.

Outro aspeto versado no estudo foi a transição, demasiado curta ou inexistente, em que não houve espaço para o conhecimento mútuo e o desenvolvimento de uma relação de empatia, impedindo as famílias de se familiarizarem com as características e especificidades da criança. Por outro lado, o tempo entre a aprovação da candidatura e a atribuição de uma criança também foi curto em três dos quatro casos relatados, reconhecendo-se que este tempo pode ser importante para o amadurecimento da ideia de adoção e para a preparação do casal.

Igualmente estrutural para o insucesso foi a dificuldade em gerir expectativas quando a criança proposta não correspondia à pretensão inicial dos pais. Em duas situações os pais estavam disponíveis para adotar crianças pequenas, em média até aos 2/3 anos, no entanto foram-lhes propostas crianças mais velhas. Os pais aceitaram sem estarem devidamente preparados e conscientes das implicações que essa decisão traria em termos de exigência de adaptação à situação. A impreparação dos pais também estava associada à falta de formação e espaços de partilha com outros casais, a decorrer no período de espera.

4.5. Impacto da Disrupção

Independentemente das causas da disrupção ou de quem teve a iniciativa de cessar a integração adotiva, todos os envolvidos sofrem com o sucedido, de forma mais ou menos visível, com maior ou menor impacto no presente e no futuro.

A criança, os pais adotivos, e os técnicos experienciam uma sensação de perda, frustração e impotência à medida que reconhecem que a integração adotiva está a fracassar. Além da perda real, há a perda simbólica, a perda da esperança do que poderia ter sido e o questionar da sua própria competência (Elbow & Knight, 1987).

As crianças, vulneráveis pela sua história de vida complexa, marcada por descontinuidades, perdas, abandono e maus-tratos, são invadidas por sentimentos de medo e ansiedade quando antecipam uma integração adotiva (Rowe, 1959 citado em Coakley, 2005). Os seus traumas, principalmente o do abandono, são revividos aquando da integração numa família que se perspetiva para sempre (Henry, 1999) e se esta integração fracassa, as crenças negativas da criança são validadas e reforçadas. A crença de que não é amada e de que não merece ser amada, a crença de que ninguém a quer enquanto filho/a, a crença de que nunca terá uma família que possa chamar sua, a crença de que é má e que faz com que os outros se “livrem” dela (Keck & Kupecky, 1995).

No caso das crianças mais velhas a dificuldade de integração subsequente reforça este sentimento, pois elas são capazes de compreender que não são escolhidas pelos candidatos para ser adotadas (Coakley, 2005). Diversos problemas clínicos podem emergir, tais como sentimentos de rejeição, vergonha e culpa, sentimentos de perda e luto não resolvido, percepção de falta de controlo, perturbações da vinculação, baixa autoestima, dificuldades na construção da identidade e problemas de aprendizagem (L. L. Schwartz, 2006).

A criança pode reagir à disrupção de diferentes maneiras, seja pela rápida e fácil integração no novo contexto, ficando aparentemente indiferente ao sucedido, seja pela regressão, agressividade e externalização, seja pelo desejo desesperado de uma nova família, sem capacidade efetiva de se vincular (Argent & Coleman, 2006), o que não invalida que esteja em sofrimento.

Os pais adotivos também sofrem com a disrupção e mesmo que experienciem um sentimento de alívio após a retirada da criança, a sua ausência deixa um sentimento de vazio (Elbow & Knight, 1987). Eles passaram por um processo de seleção e avaliação que os certificou como competentes, no entanto a experiência de disrupção leva-os a questionar a sua competência para serem pais, e sentem que defraudaram as suas expectativas, as da criança, as dos serviços de adoção, as da comunidade em que estão inseridos e as da sociedade no sentido mais lato.

No entanto a sua dor é muitas vezes ignorada dado que são por vezes culpabilizados ou percebidos como tendo falhado para com a criança (Elbow & Knight, 1987). A necessidade de suporte após a retirada da criança, quer de forma direta, quer mediante encaminhamento, foi consistentemente expressa por pais adotivos que sofreram disrupção (Schmidt et al., 1988; Valentine et al., 1987). A indicação de que podem “ligar caso necessitem” não é suficiente, uma vez que a sua dor e desilusão pode não lhes permitir efetuar a chamada.

Tal como as crianças, as famílias apresentam diferentes maneiras de lidar com a disrupção, explicitando de forma mais ou menos direta o seu sofrimento. Algumas estão constantemente revoltadas para com os técnicos do serviço de adoção por alegadamente esconderem factos, revoltadas com os serviços de apoio por não estarem disponíveis ou por serem inadequados; outras desejam afastar-se, não estabelecer qualquer contacto com a criança ou com os serviços; outras poderão entrar em depressão ou sofrer de *stress* pós-traumático; outras poderão centrar-se nos aspetos pragmáticos da disrupção (ex.: fazer a

mala da criança) e do dia-a-dia de forma a evitar os seus sentimentos (Argent & Coleman, 2006).

Os técnicos dos serviços de adoção poderão questionar a sua capacidade para avaliar os pais adotivos e/ou para acompanhar as Famílias adotivas durante o período pré-adotivo; poderão duvidar se as suas decisões foram as corretas (ex.: retirar a fratria ou apenas uma criança); poderão ter que lidar com reclamações formais; poderão sentir frustração, raiva, desilusão, sentimentos estes que terão de ser controlados, elaborados e geridos na articulação com a Família adotiva e a criança (Argent & Coleman, 2006). A presença de uma rede de suporte consistente, quer dos superiores hierárquicos que ratificam as suas decisões, quer da equipa de trabalho, e de um espaço de reflexão e discussão poderão mitigar o impacto negativo da disrupção nos profissionais.

Em Síntese, a disrupção e o sucesso não têm sido definidos de forma consensual na literatura, o que explicará parcialmente a variabilidade de resultados obtidos, muitas vezes contraditórios. Os vários estudos indicam que a taxa de disrupção varia entre 9% e 15%, podendo atingir os 25% para as crianças mais velhas. Porém seria abusivo reportar as taxas de forma genérica, sem especificar a amostra usada, uma vez que determinadas opções metodológicas poderão conduzir a taxas mais baixas (ex.: adoção por familiares) ou mais elevadas (ex.: adoção de crianças com mais de 6 anos).

A predição da disrupção verifica-se impossível dada a multiplicidade de fatores protetores e de risco associados à criança, aos adotantes e aos serviços, que entram em acumulação e em interação na equação. Além do mais há sempre um grau de imprevisibilidade inerente às interações humanas e à própria vivência de uma realidade, porventura antecipada e desejada, mas nem sempre correspondida.

Não obstante, o conhecimento baseado na evidência científica dos fatores que, em termos probabilísticos, estão associados a um melhor ou pior resultado, poderá promover o desenvolvimento de novas metodologias e de práticas esclarecidas, em detrimento de critérios de decisão implícitos e procedimentos empíricos.

Apesar da multiplicidade de resultados contraditórios, começam a emergir padrões (Coakley & Berrick, 2008) indicando que as crianças mais velhas, com problemas comportamentais severos, particularmente o comportamento agressivo, externalizado e sexualizado, com múltiplos acolhimentos, com história de abuso sexual e com dificuldade

em se desvincular da família biológica, apresentarão maior risco. Principalmente quando emparelhadas com pais jovens, com expectativas elevadas e inflexíveis, rígidos a nível do funcionamento familiar, com baixo suporte de familiares e amigos, que não foram devidamente preparados e informados pelos serviços acerca das características e necessidades da criança e das suas reais implicações no presente e no futuro.

Independentemente das causas da disrupção ou de quem teve a iniciativa de cessar a integração adotiva todos os envolvidos sofrem com o sucedido, embora seja para a criança que a vivência de mais uma rejeição é particularmente difícil, pelo que a qualificação das práticas no sentido de prevenir ou minimizar a disrupção se revela uma prioridade.

Capítulo V

Processo de Ajustamento e Adaptação Individual e Familiar

Procurando ir além da análise dos fatores associados ao sucesso ou disrupção, diversos modelos foram construídos no intuito de identificar os processos de ajustamento e adaptação familiar na adoção, tanto do ponto de vista da dinâmica da família como um todo, como de cada um dos elementos envolvidos. Tal como defendido por Palacios e Brodzinsky (2005), a valorização de modelos que destacam a resiliência e a adaptação positiva em detrimento do risco e da psicopatologia, orientou a nossa seleção. Além do mais, a tradição de estudos centrada no déficit ou na psicopatologia na adoção ocupou por demasiado tempo os investigadores, remetendo inclusive para uma certa estigmatização da adoção e das crianças adotadas (Bartholet, 1993). Desta forma, optamos pela exclusão de modelos genéticos, patogénicos ou clínicos identificados por Peters, Atkins e McKay (1999) e pela inclusão de modelos que focam a adaptação individual aos diferentes papéis e de modelos que, sustentados em abordagens sistémicas e ecológicas, enfatizam as relações familiares.

Serão inicialmente apresentados os modelos que analisam a adaptação dos pais-mães à parentalidade adotiva (Brodzinsky, 1987, 1990; Kirk, 1964, 1985) e dos filhos/as ao seu estatuto adotivo (Brodzinsky, 1990, 1993; Brodzinsky & Schechter, 1990). Posteriormente serão revistos os modelos que abordam o ajustamento e adaptação das famílias adotivas no estudo de casos de insucesso (Barth & Berry, 1988; Berry, 1997), de adoções especiais (Groze, 1994, 1996; Rosenthal & Groze, 1994), e de crianças mais velhas (Pinderhughes, 1996).

Estes vários modelos teóricos têm subjacentes três pressupostos básicos (Berástegui, 2005) que podem ser expressos da seguinte forma: 1) A adoção comporta uma série de desafios e de tarefas específicas que constituem uma fonte de *stress* adicional e/ou de dificuldades; 2) O modo como a família lida e resolve estas tarefas influencia de forma determinante o seu grau de ajustamento na adoção; 3) A adoção supõe a criação de um novo sistema familiar, a que todos os membros terão que adaptar-se.

A concluir procede-se à apresentação dos resultados de alguns estudos (quatro dos quais Portugueses) que operacionalizaram algumas das componentes dos modelos referenciados.

5.1. Adaptação ao estatuto de parentalidade adotiva

Kirk (1964) desenvolveu um trabalho clássico, pioneiro na área da adoção, especificamente na explicação da adaptação adotiva em função de padrões de interação familiar.

Segundo o autor, os pais adotivos e a criança adotada partilham uma experiência comum de perda (para os pais a perda da fertilidade e do filho biológico tão desejado e para a criança a perda das suas origens). Adicionalmente as Famílias adotivas são confrontadas, ao longo do seu desenvolvimento, com tarefas e temáticas específicas da adoção, fazendo face a desafios adicionais que se interligam e complexificam as mais universais tarefas da vida familiar (Brodzinsky, 1984).

Para lidar com estas perdas e desafios adicionais os pais podem usar duas estratégias opostas, a rejeição ou o reconhecimento das diferenças. A primeira consiste em afirmar que as famílias biológicas são iguais às adotivas e, portanto evitar falar do estatuto adotivo do seu filho/a e das particularidades da adoção. Antagonicamente, o reconhecimento e a aceitação das diferenças entre as duas formas de parentalidade favorecem uma comunicação aberta sobre a adoção, contribuindo para a adaptação e estabilidade da Família adotiva (Kirk, 1964). Assim, o autor propõe uma relação linear positiva, em que a qualidade das dinâmicas familiares melhora em função da capacidade da família em reconhecer as diferenças inerentes à adoção.

Posteriormente, Kirk (1985) revisitou o seu trabalho e introduziu algumas reformulações. Assim, o autor defende que o reconhecimento das diferenças não deveria estar presente necessariamente desde o início pois a necessidade de criar relações estáveis e coesas com a criança poderia ser ameaçada pela recordação dolorosa das experiências anteriores, tornando sistematicamente presente o passado. Por outro lado, os pais também necessitavam de um espaço para sentirem que tinham direito⁶¹ (*claiming*) sobre a criança. O autor acrescenta ainda que o modelo é dinâmico (anteriormente era interpretado de forma estática), abrindo a possibilidade de os pais transitarem da rejeição para o reconhecimento (ou vice-versa), em função do desenvolvimento da criança, da etapa do ciclo vital da família e de como os pais resolvem o seu ajustamento ao novo papel.

Contudo, os resultados da investigação demonstraram resultados contraditórios,

⁶¹ O “direito sobre” está intimamente relacionado com o sentimento de pertença mútua, não pretendendo veicular a ideia de “posse sobre”, expropriando a criança dos seus direitos enquanto sujeito.

corroborando e infirmando o postulado pelo modelo de Kirk. Por um lado, verificou-se que uma comunicação aberta sobre os temas da adoção (o que implicaria uma atitude de reconhecimento das diferenças) constituía um preditor da adaptação dos adolescentes adotados, especialmente nas áreas da autoestima e ajustamento escolar (Stein & Hoopes, 1985), corroborando o modelo. Por outro lado, Kaye (1990) observou que as famílias que mais diferenciavam a relação adotiva da relação biológica (que segundo o modelo de Kirk tinham uma atitude de reconhecimento das diferenças mais vincada) demonstraram mais problemas familiares e os seus filhos adolescentes tinham uma autoestima mais baixa, infirmando o modelo.

Brodzinsky (1987, 1990), reconhecendo os pressupostos básicos de Kirk, mas visando ultrapassar estas contradições, propõe uma relação curvilínea entre as atitudes face às diferenças e o grau de adaptação adotiva. Deste modo, tanto a rejeição como a excessiva insistência nas diferenças estariam relacionadas com uma maior dificuldade em lidar com os desafios e tarefas específicas da adoção, enquanto uma atitude moderada, isto é, o reconhecimento das diferenças, favoreceria a adaptação familiar.

Apesar de este modelo mencionar a perda experienciada pelo adotado, não explica o modo como ele lida com esta perda, pelo que, posteriormente, Brodzinsky (1990, 1993), no seu modelo de *stress* e *coping*, preenche esta lacuna ao abordar o luto do adotado e as suas implicações ao nível do ajustamento na adoção.

5.2. Adaptação ao estatuto adotivo - Modelo de *stress* e *coping*

O pressuposto basilar deste modelo é que a adoção está inerentemente associada a uma variedade de experiências de perda e estigmatização, potencialmente *stressantes* para as crianças. Esta perda inclui a perda dos pais biológicos e da família alargada; a perda do estatuto social; a perda da continuidade étnica, racial e genealógica; a perda de identidade; e, por vezes, a perda de um sentimento de continuidade e de pertença na Família adotiva (Brodzinsky, 1990). De acordo com Brodzinsky, Schechter e Henig (1992) a perda dos pais experienciada por uma criança pela adoção é mais complicada do que a vivenciada por morte ou divórcio. Na morte há a permanente ausência de um ou de ambos os pais; no divórcio há a perda de um dos pais mas não de um modo permanente; na adoção essa perda é mais penetrante, pois há a perda de ambos os pais, e a ausência, por vezes, de memórias ou de informações faz com que eles permaneçam como “fantasmas” durante muito tempo

na vida mental e emocional da criança. Por outro lado, a adotado pode nunca ter conhecido os seus pais biológicos, mas a sociedade encarrega-se de valorizar as ligações biológicas, fazendo-o sentir de modo permanente essa perda (Van Gullen & Bartells-Rabb, 1995). Na maior parte das vezes os pais biológicos ainda estão vivos, pelo que é frequente a criança fantasiar sobre a possibilidade de eles regressarem, contudo, este regresso implicaria a perda dos pais adotivos, os únicos que conhece e que ama, o que a coloca num importante dilema. A acrescentar que as perdas da adoção não são reconhecidas socialmente, não existindo rituais ou sistemas de suporte que auxiliem as crianças/jovens a ultrapassá-las. Muitas vezes os adotados não sabem porque se sentem tão tristes ou furiosos e a possibilidade de estes sentimentos estarem relacionados com o luto é demasiado abstrata para eles entenderem.

Apesar de a perda ser universal entre os adotados, o grau em que é percecionada e experienciada como *stressante* varia de criança para criança. Enquanto algumas crianças se sentem significativamente perturbadas outras ficam indiferentes ou demonstram reações mínimas. Explicar a variabilidade das avaliações e reações às experiências de perda na adoção constitui o principal desafio do modelo de ajustamento na adoção.

Brodzinsky (1990, 1993) desenvolveu um modelo multidimensional e desenvolvimental, fundamentado no modelo de *stress* e *coping* concebido por Lazarus e seus colaboradores (Lazarus, DeLongis, Folkman, & Gruen, 1985).

De acordo com o modelo *stress e coping*, o ajustamento da criança na adoção (resultados a curto e longo prazo) é mediado por processos de avaliação cognitiva e por um conjunto de esforços cognitivos e comportamentais. A avaliação cognitiva corresponde à forma como a criança interpreta o significado de ser adotado; bem como a avaliação subjetiva das opções disponíveis para lidar com os conflitos, exigências e desafios da experiência de adoção. Os esforços cognitivos ou comportamentais incluem uma variedade de estratégias de *coping* que são ativadas como resposta ao *stress* induzido pela adoção. Algumas destas estratégias são focalizadas nos problemas mediante ação direta, redefinição da importância da situação para o self (reestruturação cognitiva) ou procura de suporte e ajuda. Outras estratégias visam evitar lidar com o *stressor* através da minimização, negação, escapismo, distanciamento e fuga.

A avaliação cognitiva que a criança adotada faz da adoção, e em consequência as estratégias de *coping* que utiliza para reduzir o *stress* associado, é influenciada por fatores biológicos, intrapessoais, interpessoais e contextuais.

Os fatores biológicos incluem os componentes genéticos, as experiências pré-natais e perinatais e o impacto que causam no desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Ao nível intrapessoal, isto é, no que se refere às características e aos recursos pessoais da criança, incluem-se o desenvolvimento cognitivo, o temperamento, a autoestima, a autoeficácia, o sentimento de controlo, a confiança nas relações interpessoais e a segurança na relação com a sua Família adotiva.

A avaliação que as crianças fazem das circunstâncias está intimamente vinculada ao seu nível de desenvolvimento cognitivo. Com a entrada na idade escolar, a criança acede a um pensamento cada vez mais lógico, reflexivo e analítico, tendo uma noção mais clara do que é uma família e das diferenças entre a família convencional e a família adotiva. Toma consciência que ser adotado implica ter sido aceite por uma família na qual vive, mas também significa ter sido rejeitado por uma outra família na qual nasceu; que a adoção a torna diferente da maioria dos seus pares; e que não tem uma relação biológica com os seus pais adotivos (Brodzinsky, 1990,1993). Perante isto, podem emergir sentimentos negativos (tristeza, ansiedade, rejeição, raiva) ou ambivalentes, bem como o desejo de ter nascido na Família adotiva (Brodzinsky, Singer, & Braff, 1984; Juffer & Tieman, 2009). Durante os anos subsequentes, a capacidade cognitiva da criança desenvolve-se, influenciando a maneira com esta avalia o que ocorreu na sua vida e a forma como lida com isso.

A experiência clínica sugere que as crianças que apresentam baixa autoestima e autoeficácia e um sentimento diminuto de controlo pessoal, tendem a avaliar a sua adoção de forma negativa e utilizam estratégias de *coping* que produzem resultados adaptativos pouco satisfatórios. É usual estas crianças autocolpabilizarem-se pelo abandono por parte da família biológica, o que por sua vez conduz a um humor depressivo, ao isolamento e a dificuldades comunicacionais. Inversamente, outras crianças tendem a projetar a culpa na família biológica ou adotiva, e a assumir comportamentos de natureza externalizadora, tais como agressão, oposição, mentira e roubo (Brodzinsky, 1990).

Os processos de avaliação e de *coping* parecem ser igualmente influenciados pelo sentimento de confiança nas relações interpessoais, o qual determina o grau de envolvimento e interação do adotado na Família adotiva. As crianças que sentem menos confiança ou compromisso para com a sua Família adotiva tendem a avaliar mais negativamente a experiência de adoção, a experienciar uma maior sensação de perda relacionada com a adoção e a utilizar estratégias de *coping* que produzem padrões de ajustamento menos adaptativos.

Os fatores do contexto remetem para os fatores culturais e interpessoais. Nesta dimensão realça-se o *feedback* que é dado à criança sobre o seu estatuto adotivo, pela sociedade, pelos pares e particularmente pela família, quando esta propicia ou não um clima aberto e convidativo à comunicação e quando assume uma atitude de negação, reconhecimento ou insistência nas diferenças.

Quando a criança percebe a adoção como estigmatizante, ameaçadora ou relacionada com a perda, desencadeia-se uma série de emoções negativas como a confusão, a ansiedade, a tristeza, a vergonha ou a ira e determinados mecanismos de *coping* são ativados no sentido de reduzir o *stress* e as emoções associadas.

Consequentemente, a adaptação será determinada pelo modo como a criança percebe e entende a experiência de adoção e os mecanismos de *coping* que utiliza para gerir o *stress* derivado do estatuto de adotado. Por último, os resultados da adaptação repercutem-se de forma cíclica sobre as características da criança adotada e as variáveis do contexto afetando, por conseguinte, as avaliações e ações posteriores.

Anos mais tarde D. W. Smith e Brodzinsky (1994) validaram o modelo avaliando junto de 85 crianças e adolescentes adotados, com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos, os seus sentimentos sobre a adoção, a frequência com que experienciavam sentimentos e pensamentos intrusivos sobre a adoção e como lidavam com o *stress* derivado.

Os resultados indicaram que a maioria dos adotados avaliou a adoção como mais positiva do que negativa, reportando níveis baixos de pensamentos intrusivos e de sentimentos negativos ou ambivalentes relacionados com a adoção. Genericamente, a ambivalência é vivida de forma mais intensa durante a adolescência (14 a 17 anos) do que na pré-adolescência (10 a 13 anos) e os pensamentos intrusivos são mais frequentes durante a idade escolar (6 a 9 anos).

As crianças que avaliaram a sua adoção de forma mais negativa ou que experienciaram maior ambivalência utilizaram, tendencialmente, estratégias cognitivas e comportamentais de evitamento. Porém, as crianças que experienciaram mais sentimentos e pensamentos intrusivos sobre a adoção adotaram estratégias focalizadas nos problemas e na procura de apoio. Apesar de não haver um padrão associado com um ajustamento mais positivo, a investigação demonstra que as estratégias de evitamento, especialmente quando os *stressores* são controláveis, são menos efetivas comparativamente às centradas na resolução dos problemas.

Em 2002, os autores (D. W. Smith & Brodzinsky, 2002) investigaram a forma como crianças adotadas, com 8 a 12 anos de idade, avaliavam a perda dos pais biológicos, as estratégias de *coping* usadas para lidar com essa perda e o seu ajustamento atual⁶². Constataram que as crianças, que reportaram níveis baixos a moderados de sentimentos negativos e de preocupação com os pais biológicos, evidenciavam baixa autoestima e resultados superiores numa escala de depressão. A maior curiosidade sobre os pais biológicos e a preocupação para com estes estavam associadas com o aumento de sintomas internalizados. Replicando os resultados de investigações anteriores, as crianças que utilizavam estratégias de evitamento comportamental para lidar com o *stress* induzido pela adoção apresentavam maior ansiedade e comportamento externalizador, enquanto as que usavam estratégias de resolução de problemas eram mais competentes socialmente.

5.3. Modelo ABCX duplo aplicado a adoções de risco e de insucesso

Barth e Berry (1988), Berry (1997) baseiam-se teoricamente no modelo ABCX duplo para explicar os processos de adaptação na adoção que conduzem à manutenção da integridade da Família adotiva ou à sua disrupção. Iremos proceder a uma breve descrição do modelo para ulteriormente o aplicar à adoção.

Apresentado por McCubbin e Patterson (1983), o modelo ABCX duplo pretende complementar o modelo ABCX, proposto por Hill, em 1949. Neste último, um acontecimento indutor de *stress* (a) interage com o recursos da família (b) e com o significado que a família atribui ao acontecimento (c) produzindo uma incógnita (X) que pode ser a capacidade para lidar com a mudança e restaurar a estabilidade ou a crise, que tem sido conceptualizada como uma variável contínua denotando a quantidade de disrupção, desorganização ou incapacitação no sistema familiar.

Por considerar que o modelo ABCX aborda exclusivamente as variáveis pré-crise, faltando explicar os esforços que a família faz, ao longo do tempo, para se adaptar, McCubbin e Patterson (1983) propõem que sejam contempladas três fases: a pré-crise (abc), a crise (x) e a pós-crise (aAbBcCxX).

⁶² Este ajustamento foi avaliado com recurso a quatro instrumentos: Self-Perception Profile for Children (SPPC), Children's Depression Inventory (CDI), Revised Children's Manifest Anxiety Scale (RCMAS), Child Behavior Checklist, Parent Form (CBCL)

Desta forma, o modelo ABCX duplo, esquematizado na figura que se segue, é composto, no pós-crise, pelas seguintes dimensões principais: a acumulação de *stressores* ou exigências (aA); os recursos adaptativos da família, pré-existent e novos (bB); a definição e percepção atribuída à situação de crise, aos *stressores*, às tensões e aos recursos (cC); o *coping* familiar e; a adaptação familiar (xX).

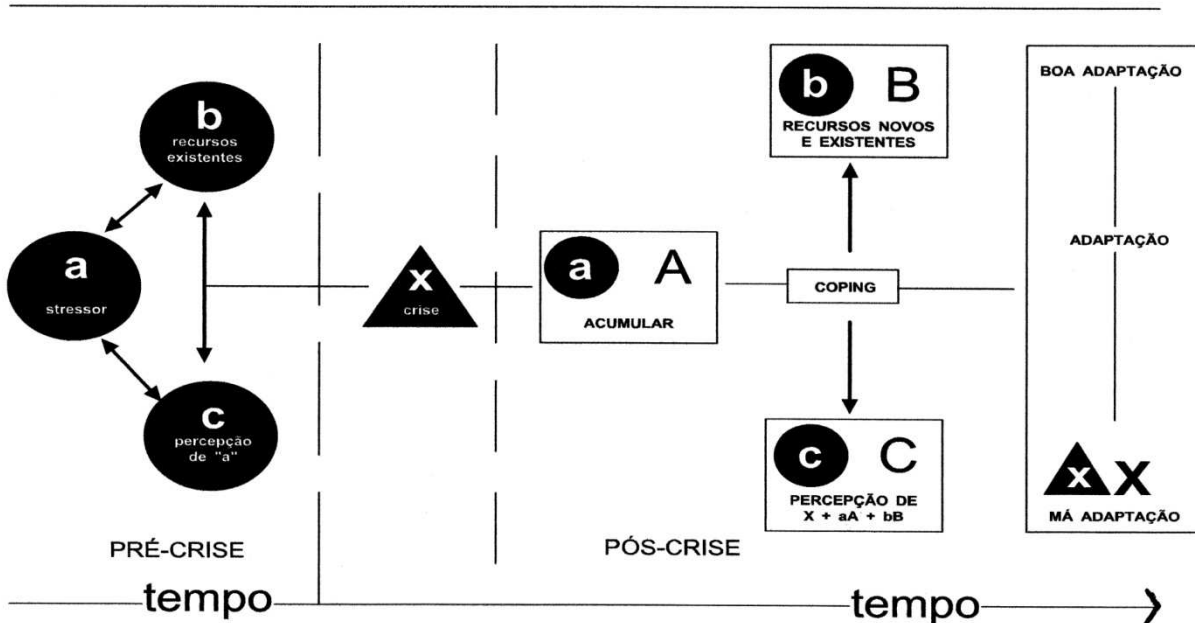


Figura 5.1. Modelo ABCX duplo do *stress* familiar (reproduzido de McCubbin & Patterson, 1983)

O *stress* familiar representa o subproduto de fatores múltiplos e interrelacionados que podem emergir de diferentes níveis (individual, familiar e social). Raramente existe apenas um fator, ou situação geradora de *stress*, até porque, em contexto relacional, diversas dinâmicas (exigências, dificuldades, ressonâncias e dissonâncias) subsistem numa só transformação. Os elementos *stressores* englobam não apenas os acontecimento normativos e não normativos⁶³ que alteram ou têm o potencial para alterarem o sistema familiar, mas também as exigências associadas a esses acontecimentos e as tensões pré-existent de ordem intrafamiliar, conjugal, financeira, etc. Presumindo-se que a ação destes fatores é aditiva, quanto mais elevado for o seu número, maior será a probabilidade de a família experimentar um desequilíbrio entre o que lhe é exigido e a sua capacidade de resposta.

⁶³ Os acontecimentos normativos correspondem às transições entre os estádios do ciclo de vida familiar, sendo relativamente frequentes, previsíveis e de curta duração. Presume-se que ocasionam *stress* porque envolvem alterações de comportamentos, realinhamentos de tarefas, mudanças de papéis ou a perda de algo ou alguém. Os acontecimentos não normativos podem ocorrer em qualquer momento, e são inantecipáveis ou incontroláveis no seu aparecimento, pelo que o seu impacto será substancialmente acrescido por comparação ao dos acontecimentos normativos.

Os recursos familiares referem-se à capacidade da família para dar resposta às necessidades situando-se quer nos membros da família individualmente considerados, quer no sistema familiar, quer na comunidade, donde a família obtém, ou poderia obter, apoios essenciais. Diferenciam-se os recursos pré-existent (b) e os novos (B). Os primeiros fazem parte do repertório da família e reduzem a vulnerabilidade à crise. Os segundos são desenvolvidos ou fortalecidos, ao nível individual, familiar e social, para dar resposta às exigências adicionais que aparecem numa crise ou fruto do acumular de *stressores*.

Caso os recursos sejam insuficientes ou as necessidades e exigências não sejam adequadamente satisfeitas poderá ocorrer um aumento nos níveis de conflito e tensão na família.

A percepção corresponde ao significado subjetivo conferido pela família à situação de crise, aos *stressores* e tensões, aos recursos e à resposta que julgam necessária para solucionar a situação e reequilibrar a família. As avaliações cognitivas dos indivíduos sobre os acontecimentos de vida influenciam fortemente as suas respostas comportamentais, ou seja, na determinação da resposta do indivíduo ou da família ao acontecimento. A redefinição do significado da crise (encarada como uma oportunidade de crescimento) e de como se pode lidar com ela reduz a intensidade emocional e incentiva a família à sua resolução.

O processo de *coping* é caracterizado por um conjunto de interações intrafamiliares e de transações entre a família e a comunidade com vista ao restabelecimento do reequilíbrio da unidade familiar. Emerge da acumulação de exigências e implica uma interação entre os recursos, as percepções e as respostas comportamentais às exigências impostas. Tem componentes cognitivos, comportamentais e relacionais e visa: a) eliminar os fatores de *stress* e as pressões; b) gerir as dificuldades da situação; c) resolver os conflitos e tensões intrafamiliares; d) adquirir e desenvolver recursos sociais, psicológicos e materiais facilitadores da adaptação.

A adaptação familiar representa o resultado dos esforços despendidos para atingir um novo equilíbrio após uma crise familiar.

Partindo do conceptualizado pelos autores, um resultado positivo caracteriza-se por um equilíbrio entre os diferentes níveis de funcionamento, isto é, entre o indivíduo e o sistema familiar e entre a unidade familiar e a comunidade de que faz parte. Este equilíbrio permitirá: 1) a manutenção ou fortalecimento da integridade familiar; 2) a promoção

continuada do desenvolvimento, tanto dos indivíduos como da família; e 3) e um sentimento de independência e de controlo da família sobre as influências do meio.

Antagonicamente, um resultado negativo, ou uma má adaptação, ocorre quando há um desequilíbrio em qualquer um dos níveis, acarretando custos elevados em termos de: 1) deterioração da integridade familiar; 2) deterioração do desenvolvimento pessoal ou da unidade familiar; e 3) perda ou diminuição da independência e autonomia familiar.

Na aplicação de estes postulados à investigação, Barth e Berry (1988) analisaram casos de disrupção, de crianças integradas com 3 ou mais anos de idade, de forma a identificar as variáveis que são percebidas como *stressores* pelos pais adotivos e que sobrecarregam os seus recursos, colocando em risco a integração e adaptação familiar.

Os fatores percebidos como mais *stressantes* foram: as expectativas inadequadas sobre a criança ou sobre a adaptação, a falta de apoios sociais, a parentalidade sem preparação prévia (“instantânea”), o ajuste aos novos papéis entre os membros da família e ao papel parental, o reajuste do subsistema conjugal, o assumir os custos económicos e determinadas condutas da criança. Quanto a este tópico verificaram que a agressividade, a hiperatividade, o comportamento antissocial e a dificuldade em criar vínculos estavam associados a maior um nível de insatisfação parental (Barth & Berry, 1988). Em síntese, os *stressores* na Família adotiva incluem os que provêm da criança e da sua integração, dos pais adotivos, do sistema familiar e da comunidade.

A família necessita de um bom repertório de recursos para resolver a tarefa primária que lhe é exigida, a integração familiar, e outras subtarefas, como o ajuste ao lar, à vizinhança e à escola. Em concordância com o modelo ABCX duplo os recursos são mediadores do *stress*. Nesta categoria inclui-se uma ampla gama de recursos materiais, individuais, familiares e sociais. Os recursos materiais permitem responder às exigências diárias e suprir as necessidades específicas destas crianças, frequentemente de acompanhamento terapêutico e/ou médico continuado e sistemático, acarretando custos adicionais. Ao nível individual, releva-se a autoestima, a paciência, a motivação e as capacidades parentais. No sistema familiar, a coesão, a adaptabilidade e a flexibilidade são enfatizadas. Ao nível social, são realçadas a disponibilidade de treino/formação/educação sobre a adoção e sobre os desafios inerentes, a transparência e clareza na transmissão de informação sobre a criança e a acessibilidade de suporte e apoio formal e informal.

Tanto os recursos como os *stressores* são elementos dinâmicos que tendem a multiplicar-se, mas os primeiros podem esgotar-se caso não sejam restabelecidos.

Concretizando, aparecem *stressores* novos a jusante de um *stressor* central quando os recursos ativados não são suficientes para lidar com ele. Por outro lado, os recursos também se esgotam, face ao uso intensivo, pelo que é necessário um sistema de reposição (económico, social e emocional), de fortalecimento e de criação de novos recursos, de forma a diminuir o impacto dos *stressores*. Em resumo, a vida diária da família e dos seus membros caracteriza-se por uma relação dinâmica entre os *stressores* e os recursos.

A acrescentar que as expectativas da família (fator cC) são uma componente determinante que medeia a magnitude das exigências e os recursos ativados pela família para lidar com a situação (Berry, 1997). As expectativas remetem para o grau em que os pais se sentem capazes de lidar com o repto da paternidade-maternidade adotiva e em assumir e gerir as dificuldades associadas à criança, bem como o tempo que levarão a estabelecer a vinculação e a resolver a tarefa de integração da criança na família.

Os esforços de *coping* serão funcionais ou disfuncionais. A escolha das estratégias de *coping* será motivada por múltiplos fatores, pelo que os técnicos do serviço de adoção, ou outros profissionais que acompanhem a família, terão um papel fundamental na mediação da seleção de estratégias que sejam mais funcionais para cada família, em particular. O lidar de forma efetiva com uma situação *stressante*, além de permitir resolver a situação, também reforça o sistema gerando expectativas de êxito em relação a situações futuras similares.

Uma das inovações deste modelo, e que não se dirige em exclusivo às famílias adotivas, consiste na introdução da intervenção familiar entre os componentes cC e xX, funcionando como um mediador do resultado de adaptação. Esta intervenção fará uso de estratégias implementadas nos programas de preservação familiar (IFPS – *Intensive Family Preservation Services*⁶⁴), que pressupõem um enfoque individualizado dirigido às necessidades concretas, aos suportes necessários, ao desenvolvimento de competências, ao desenvolvimento de conhecimento e ao desenvolvimento de vínculos com a comunidade.

Os autores (Barth & Berry, 1988; Berry, 1997) reconhecem o valor do modelo tanto para a investigação como para a prática. Consideram que este pode auxiliar os profissionais na identificação de objetivos de intervenção, orientados para a redução dos *stressores* e o reforço dos recursos que influenciam as respostas das famílias numa situação em particular.

⁶⁴ O IFPS, direcionado para famílias em crise, remete para uma intervenção breve (4 a 8 semanas), intensiva (5 a 20 horas por semana, mas com o profissional acessível 24 horas por dia, 7 dias por semana) desenvolvida no domicílio ou noutro contexto familiar para a família. O profissional, que geralmente só acompanha duas a quatro famílias, fornece serviços de aconselhamento, terapia e de treino de competências e conecta a família a outros serviços da comunidade que, após o fim da intervenção, poderão reforçar e manter os resultados alcançados (Berry, Propp, & Martens, 2007).

5.4. Modelo de Ajustamento e Adaptação Familiar aplicado a adoções especiais

Groze (1994, 1996), Rosenthal e Groze (1994) assumem como referência o Modelo da Resposta de Ajustamento e Adaptação Familiar (*Family Adjustment and Adaptation Response* – FAAR) de Patterson (1988) para explicar porque é que algumas famílias de adoções especiais têm uma adaptação positiva, assegurando o bem-estar emocional dos membros familiares e da unidade familiar, enquanto outras não.

Antes de expor a aplicação do modelo FAAR à adoção, segundo Groze e Rosenthal, proceder-se-á à sua breve conceptualização.

O FAAR, esquematizado na figura 5.2, corresponde à incorporação do modelo ABCX duplo num modelo processual, consistindo numa extensão do paradigma anterior, ou seja, o seu contributo reside em descrever os processos através dos quais as famílias atingem o ajustamento pré- crise e a adaptação pós- crise.

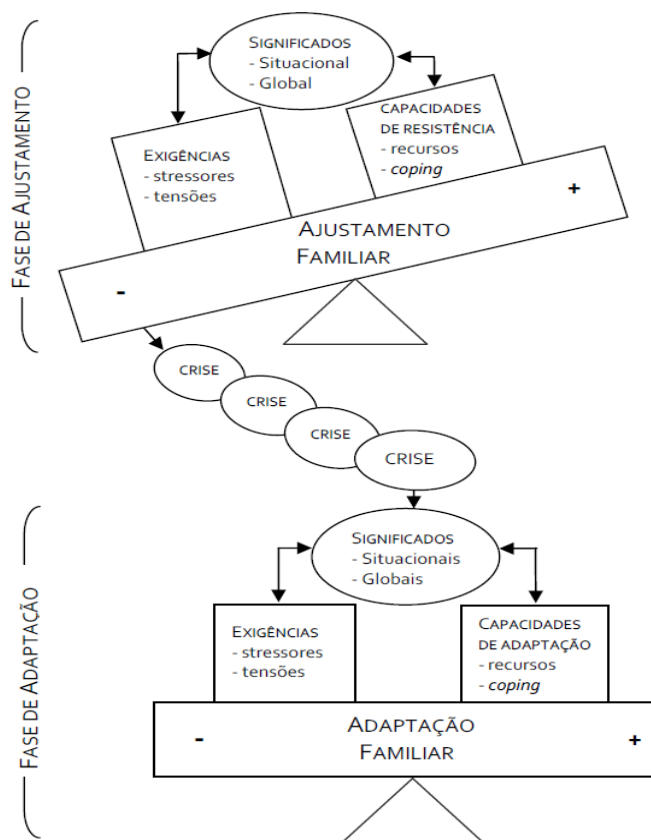


Figura 5.2. Modelo de ajustamento e adaptação familiar FAAR de Patterson (1988)

A **fase de ajustamento da família**, isto é, a resposta ao fator *stress*, trata-se de um período relativamente estável, durante o qual se realizam apenas pequenas mudanças. A família tenta corresponder às exigências com as capacidades ou recursos que detém, resistindo à mudança. Se emerge uma nova exigência, que vá para além do repertório de *coping* que possui, a família pode ignorá-la ou resistir a lidar com ela, tentando evitar o seu impacto. Desta forma, os padrões de interação são estáveis e previsíveis.

Assim, nesta fase, a família utiliza, fundamentalmente, 3 tipos de estratégias, para lidar com as novas exigências: o evitamento (negar ou ignorar os fatores de *stress*, na esperança de que desapareçam, adiando *in extremis* o problema); a eliminação (esforço ativo para se livrar da exigência dos fatores de *stress* ou, pelo menos, para a redefinir de forma a que a família não tenha que mudar); e a assimilação (aceitar as necessidades/exigências criadas pelo fator de *stress* na estrutura e dinâmica da família, realizando apenas pequenas mudanças).

Há, nitidamente, situações em que este tipo de estratégias é insuficiente para satisfazer as exigências a que a família está exposta. O desequilíbrio, ao persistir e/ou ao aumentar, introduz a família num estado que se poderá caracterizar como de crise familiar.

Após a crise segue-se a **fase de adaptação da família**. Com vista a restaurar a estabilidade funcional e/ou a melhorar a satisfação familiar, a família terá que se reestruturar. Dão-se mudanças nos papéis, regras, objetivos e padrões de interação. Depois das alterações iniciais, há que as consolidar, instituindo novas mudanças, trabalhando toda a família como uma unidade coerente, num processo que perdura e evolui ao longo do tempo.

A família poderá agir de 3 formas, a fim de restaurar a homeostasia: adquirir novos recursos (adaptativos) e/ou mecanismos de *coping*; reduzir a acumulação de exigências; e mudar a forma como percebe a situação

O *coping* torna-se, assim, um processo que permite à família conseguir um equilíbrio no sistema que facilita a organização e a unidade e promove o crescimento e o desenvolvimento individual, face às exigências e “turbilhões” existenciais.

Assim, ao longo do tempo, as famílias passam por ciclos contínuos de ajustamento, crise e adaptação, em resposta às alterações normativas e não-normativas com que se deparam e aos recursos que desenvolvem, detêm e não detêm.

Na aplicação do modelo às famílias adotivas de crianças com necessidades especiais, Groze (1994, 1996), Rosenthal e Groze (1994) distinguem duas etapas diferenciadas: a fase

de ajuste ou de “lua-de-mel” e a de adaptação após uma crise resultante da tarefa de integração.

Na primeira fase de ajuste, conhecida com o período da “lua-de-mel” ou de transição, a criança corresponde às expectativas e não exibe condutas especialmente problemáticas ou a família não responde às mesmas com *stress*. As exigências da nova situação são baixas, pelo que as respostas da família às necessidades do novo membro são relativamente simples e as mudanças decorrentes são superficiais.

A fase de ajuste termina quando a família entra em crise em consequência das tarefas próprias da integração, que contemplam, entre outras, a aceitação pelos pais adotivos das experiências prévias da criança; a aceitação pela criança dos seus pais adotivos enquanto tal; o reconhecimento das diferenças entre uma Família criada pela via biológica e pela via adotiva; o compromisso e a negociação de cada membro da família no sentido de alcançar a integração familiar.

A crise é caracterizada pela desorganização ou perturbação quando padrões de funcionamento e capacidades prévias já não são os mais adequados para fazer face, pelo que é imperativo que ocorram mudanças para recuperar a estabilidade.

Tanto a criança como os pais começam a interagir sem a hesitação dos primeiros momentos e emergem determinados elementos percecionados como *stressantes*. Num estudo longitudinal de quatro anos os principais *stressores* relacionados com a inadaptação adotiva foram: problemas comportamentais significativos da criança; as dificuldades de vinculação das crianças; o desafio de integrar um grupo de irmãos ou uma criança que é separada do(s) seu(s) irmão(s); as expectativas parentais irrealistas ou rígidas; a rigidez no funcionamento familiar; as relações pais-filhos negativas e a falta de informação sobre o passado da criança (Groze, 1996). Desta feita, os *stressores* provêm tanto da criança, como da família e do contexto.

Rosenthal (1993) propõe uma explicação da conduta problemática da criança afirmando que determinados modos de funcionamento interpessoal adaptativos nos contextos prévios, podem ser desadaptativos no sistema familiar e sociocultural atual, pautados por códigos relacionais, normas, regras, expectativas e exigências diferentes. Comummente as crianças continuam a assumir os comportamentos de “sobrevivência” previamente adquiridos (ex.: utilizar a agressividade; testar os pais questionando os seus afetos “queres-me de verdade?”; apresentar condutas sexuais inapropriadas, etc.).

Nesta etapa, as respostas adaptativas implicam “mudanças de segunda ordem”, mudanças que requerem uma readaptação para garantir o equilíbrio do sistema familiar. Estas crises convertem-se em adaptativas quando o sistema familiar reage e ativa os seus recursos ou adquire novos recursos, e utiliza estratégias de *coping* eficazes, tais como reinterpretar a situação, reajustar as expectativas, reduzir adequadamente o nível de exigência, solicitar ajuda formal ou informal, estabelecer contacto com outros pais adotivos, participar em grupos de suporte pós-adotivos, etc. para superar as dificuldades colocadas.

Quando esta segunda fase é superada pode afirmar-se que a família conseguiu uma primeira integração. Porém, o processo de integração da criança na família pode ser prolongado e sujeito a regressões e contratempos. Assim, a integração não é um único evento, mas um processo contínuo caracterizado por uma sucessão alternada entre as etapas de lua-de-mel e de crise (Groze, 1994). A resolução positiva de uma crise permite que a família se sinta mais competente para enfrentar as vindouras. Ressalta-se que algumas famílias não passam pelo período inicial de lua-de-mel, uma vez que a integração da criança na Família adotiva é desde o princípio desafiante e exigente.

Ao longo do ciclo vital da família as crises podem ser provocadas por transições desenvolvimentais normativas (ex.: entrada ou mudança de escola), mas também por tarefas específicas relacionadas com a adoção, como a decisão de adotar, o ajustamento inicial à parentalidade adotiva, a abordagem da adoção com a criança, o apoio à criança quando exprime curiosidade acerca da família biológica, o suporte à criança para lidar com as perdas inerentes à adoção, a necessidade de promover uma visão positiva sobre as suas origens e de fomentar (na criança) uma autoimagem e uma identidade positiva em relação à adoção e, nalguns casos, à medida que o filho adotivo atinge o fim da adolescência e o início da idade adulta, o lidar com os seus planos para procurar a família biológica (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Rosenberg, 1992). Marcos simbólicos como por exemplo a data de integração, a data de aniversário do irmão biológico não integrado conjuntamente, etc., também podem desencadear *stress* ou crise na Família adotiva.

5.5. Modelo do reajustamento familiar na adoção de crianças mais velhas

Pinderhughes (1996) concebe um modelo explicativo do reajustamento familiar na adoção de crianças mais velhas. O reajustamento é concebido como um processo dinâmico, contínuo, evolutivo, operando segundo quatro fases desenvolvimentais normativas

(Antecipação, Acomodação, Resistência e Reestabilização), com expressão a diferentes níveis (individual, diádico e familiar) e domínios de funcionamento (cognições, recursos, *stressores*, *coping* e representação das relações).

Os cinco domínios de funcionamento são relevantes para o processo de reajustamento, porém, cada domínio tem diferente grau de expressão à medida que a família passa pelas quatro fases. As cognições incluem as expectativas acerca de acontecimentos futuros e a avaliação das experiências vivenciadas. Os recursos são dicotomizados em internos (competência individual, qualidade das relações, coesão familiar e adaptabilidade familiar) e externos (suportes instrumentais e emocionais, formais e informais). Os *stressores* podem ser prévios e posteriores à integração da criança, e relacionadas ou não com a adoção. O *coping* inclui os estilos individuais e as interações entre a díade e os familiares. A representação das relações compreende as cognições e as interações entre os membros da díade e como se afetam mutuamente.

Passaremos à descrição das quatro fases desenvolvimentais e da forma como os diferentes domínios de funcionamento são ativados.

A primeira fase é a **antecipação**, caracterizada pelas expectativas dos membros familiares acerca da integração da(s) criança(s), pela avaliação dos potenciais benefícios e pela previsão de potenciais problemas que possam surgir. Ao longo do processo de avaliação/formação pelo e com os serviços de adoção os pais refletem acerca do projeto de adoção, antecipando eventuais elementos *stressantes*, antevendo a forma como a família irá lidar com eles, que recursos formais e informais estarão disponíveis e como as relações se irão desenvolver e construir. Adicionalmente, cada futuro pai/mãe constrói uma imagem (muitas vezes idealizada) de como será o seu filho/filha, física e psicologicamente, de como serão eles enquanto pai/mãe, ensaiando imagetivamente a forma como irão atuar perante diversas situações. As cognições constituem o domínio mais importante nesta fase.

Paralelamente, a criança, antes da integração na nova família, também idealiza a sua nova vida, a nova família, a nova casa, a nova vizinhança e a nova escola. No entanto, os futuros pais e a criança têm experiências dissimilares na família e, conseqüentemente, podem ter diferentes expectativas de como a família funciona, como as relações são formadas e mantidas, e como os problemas são resolvidos. Por exemplo, as crianças podem antecipar a sua nova vida com pouca ou nenhuma consciência de serem integradas num lar afetivo e acolhedor (Litner, 1967 citado em Pinderhughes, 1996). Aliás, elas podem estar

preparadas para ser emocionalmente rejeitadas pela sua nova família. Antagonicamente, a Família adotiva pode antecipar expressões frequentes de afeto.

Os membros da família não pensam apenas na formação de novas relações, mas também refletem no modo como as relações pré-existentes se irão modificar seja a nível da fratria, seja a nível do sistema conjugal. Cada elemento da família desenvolve expectativas acerca das mudanças que vão ocorrer nos papéis e nas relações. A família examina que novas atividades poderão realizar de forma conjunta, quais aquelas que terão de prescindir e aquelas que poderão continuar. Desta forma, o sistema familiar prepara-se para a adoção e para incorporar o adotado. Esta preparação pode ser tão concreta como decorar um quarto ou reorganizar horários. A Antecipação e a preparação adquirem maior forma e intensidade à medida que a data de integração se aproxima. Quando a integração é feita, a família avança para a fase seguinte, a acomodação.

A **acomodação** caracteriza-se pela exploração e pela avaliação da capacidade de se acomodar às novas reorganizações a nível individual, diádico e familiar.

No nível individual, os diferentes membros da família, inclusive a criança adotada, desenvolvem uma nova perceção dos outros membros e verificam a sua correspondência com as expectativas prévias. Assim, as expectativas são confirmadas ou infirmadas e as perceções reajustadas. Simultaneamente cada membro da família testa os limites do novo papel que assumiu e verifica até que ponto é compatível com a sua autoperceção. Nesta fase o sujeito explora o quanto da sua identidade pessoal prévia pode ser mantida.

Inicialmente desequilibrado, pela entrada de um novo elemento, o sistema familiar começa a ajustar-se à medida que o sujeito explora e testa o ajuste entre antigos e novos papéis. As relações e os papéis prévios são renegociados e criam-se novos. A interdependência entre o sistema familiar, os seus subsistemas e os membros individuais pode refletir-se nesta fase. O grau em que uma relação prévia (ex.: conjugal) é alterada é influenciado por e influencia o grau em que o sistema familiar expande e incorpora o novo membro. Os domínios mais importantes desta fase são a representação das relações e as cognições.

A integração inicial da criança na família pode processar-se, segundo a autora, por vias diferentes.

O adotado e a família interagem de forma positiva, sugerindo a formação precoce de relações saudáveis. Este período, em que as interações iniciais são mais positivas do que o esperado, foi designado por alguns autores como lua-de-mel (Gill, 1978; Jewett, 1978). No

entanto, este período pode mascarar problemas subjacentes e as interações podem eventualmente deteriorar-se.

Porém, noutra via, a fase de Acomodação começa com uma sensação de caos na família, que rapidamente fica emaranhada numa escalada de interações negativas. A criança pode apresentar-se como distante e até hostil, e evitar envolver-se em interações recíprocas geradoras de relações saudáveis. Por conseguinte, os membros familiares são confrontados com a falta de congruência entre as suas expectativas prévias e a realidade vivenciada. Perante esta incongruência a família pode ser flexível e trabalhar as suas dificuldades ou então ficar paralisada, incapaz de se acomodar na renegociação das relações e resistir à incorporação do adotado. Em tais casos, a família pode rapidamente ficar ambivalente, sentimento típico da fase seguinte, a **Resistência**.

As expectativas infirmadas e as dificuldades em aceitar e se reajustar à nova realidade poderão conduzir a uma ambivalência parental entre o equacionar a cessação da integração adotiva e a culpa por considerar tal facto. O adotado também pode sentir ambivalência à medida que se sente vinculado e simultaneamente emaranhado num comportamento problemático. A ambivalência surge associada a uma decisão, explícita ou implícita, de continuar ou não com a integração adotiva.

A ambivalência também está patente na resistência ao nível relacional. Os membros podem arrepender-se das mudanças provocadas nas relações prévias com a integração de um novo elemento. Cada membro considera as mudanças ao nível individual, conjugal e familiar, pondera os custos e benefícios da adoção, avalia a sua vontade em se acomodar às mudanças, o seu envolvimento pessoal em relação à adoção e decide que compromisso está disposto a assumir. À medida que a decisão é feita em cada um dos três níveis, a família move-se para a reestabilização do seu funcionamento.

As atribuições que os elementos da família fazem acerca da génese do problema também interfere na forma como ultrapassam esta fase. Os membros que atribuem os problemas ao adotado, podem centrar-se na mudança exclusiva da criança de forma a acomodar-se à família, enquanto os indivíduos que atribuem os problemas à integração, podem sentir uma responsabilidade partilhada para a resolução dos problemas.

Concorrendo para esta fase *stressante* e ambivalente, a família pode considerar que os seus recursos externos e internos estão esgotados. Os pais podem questionar a sua competência; a díade pode experienciar conflito crescente e distanciamento; o sistema familiar pode ser menos flexível no seu funcionamento. Quando o apoio externo é

insuficiente, indisponível ou inadequado é acrescentada uma potencial fonte de *stress*. Por exemplo, se a família alargada e os amigos fornecem suporte unicamente aos pais, isolando o adotado, a integração pode estar em maior risco.

As estratégias de *coping* utilizadas pelos membros da família durante a fase de Resistência podem ser cruciais na forma como a família se reorganiza. Os pais que tendem a evitar a resolução dos problemas podem reorganizar-se quer através de uma incorporação disfuncional ou mediante a disrupção, enquanto os pais que proactivamente procuram a resolução dos problemas podem reorganizar-se com uma incorporação saudável.

Na sequência da resistência surge a **Reestabilização**. Nesta fase a família alcança um novo equilíbrio e harmonia através de uma das três possíveis resoluções: incorporação saudável; incorporação disfuncional ou disrupção. Como nas fases prévias, a reestabilização é afetada e influenciada por todos os três níveis interpessoais no sistema familiar.

Quando a família incorpora o adotado de forma saudável, os indivíduos resolvem os conflitos entre as suas expectativas prévias e as reais características dos outros elementos da família. Cada membro atinge um equilíbrio entre a autonomia e a dependência nas relações e na família. No subsistema familiar, as relações prévias são redefinidas e novas são construídas. O casal também resolve a sua ambivalência sobre a relação conjugal e solidifica uma relação sustentada no suporte mútuo. Desta forma, o sistema familiar incorpora o adotado de forma a promover um funcionamento individual saudável e uma interdependência mútua.

Na incorporação disfuncional, nenhuma mudança significativa ou profunda é processada nos diferentes níveis, de modo a facilitar a integração do adotado, a qual é efetuada de uma forma não saudável para o sistema familiar e para os seus membros. Apesar de reafirmar o compromisso face à adoção, os membros familiares fazem poucas negociações, cedências e sacrifícios, pelo que os subsistemas continuam a interagir como outrora, antes da integração. Por outro lado, pode esperar-se que o adotado se ajuste ou se conforme à família. À medida que o adotado é incorporado, ele pode ser o bode expiatório ou tornar-se o portador do sintoma da disfunção familiar (Katz, 1980).

O passo mais drástico face à reestabilização ocorre quando a família cessa a integração adotiva, pois a desorganização do sistema desde a entrada do adotado assumiu proporções extremas sem que a família fosse capaz de gerir. O conflito pode ocorrer apenas com membro familiar, mas tal repercute-se no relacionamento com os outros membros e afeta o

funcionamento de todo o sistema. Logo, perante esta situação, nas palavras da autora, “*the family ‘purge’ itself of the negative influence*” (p. 122).

A autora testou empiricamente o modelo e questionou a sequencialidade das quatro fases desenvolvimentais. O estudo de caso sugere a possibilidade de um processo de reajustamento mais complexo, em que algumas famílias podem passar ciclicamente pelas diferentes fases antes da reestabilização final. Além disso, os vários membros familiares podem progredir de forma diferenciada pelas diferentes fases, com diferentes ritmos e níveis de reajustamento.

5.6. Estudos relativos à adaptação e ao ajustamento individual e familiar

Em Portugal, Mateus e Relvas (2007) avaliaram o *stress* parental (Abidin, 1983), os recursos familiares e a satisfação parental (escala de Olson e colaboradores, 1982 citado em Mateus & Relvas, 2007) de 34 Famílias adotivas, cujos filhos adotivos, no momento de recolha de dados, tinham em média 8 anos. Os resultados indicaram que os pais sentem mais *stress* no domínio da criança do que no domínio parental, isto é, os pais percecionam mais dificuldade no que concerne às características da criança do que em relação às suas próprias características e às exigências de desempenho da função parental. As características da criança associadas às áreas de gestão parental do controlo/autonomia (subescalas Distração/hiperatividade e Autonomia), em termos latos, geram mais *stress* nos pais (ex.: “*é tão irrequieto que me esgota*”). No domínio parental a restrição das necessidades, interesses ou atividades individuais na sequência do desempenho da sua função parental (ex.: “*gasto as horas do meu dia a tratar das coisas para ele/a*”) é igualmente geradora mais de *stress*. Paradoxalmente, a relação/ligação afetiva pais-filhos é a área da função parental que menos *stress* potencia. Quanto aos recursos familiares, a dimensão Orgulho (engloba atributos como lealdade, otimismo e confiança dentro da família) é significativamente superior à capacidade destas famílias para gerirem e ultrapassar as dificuldades (subescala Entendimento). Em termos da satisfação familiar esta é superior em relação à coesão, isto é, a ligação emocional sentida entre os elementos, do que à adaptabilidade, ou seja, a capacidade do sistema familiar para mudar a sua estrutura de poder, os papéis e as regras relacionais em respostas de *stress*. De um modo global estas famílias revelam bons índices de recursos e de satisfação familiar que se correlacionam positiva e significativamente entre si e, comparativamente com uma amostra da população geral, apresentam níveis inferiores

de *stress* em quase todas as subescalas do domínio parental (exceção da subescala Restrições de papel) e em duas subescalas (Humor e Aceitação) do domínio criança.

Branquinho (2011), igualmente no contexto Português, entrevistou 10 Famílias adotivas⁶⁵ (sete casais adotantes e três adotantes singulares) no intuito de compreender as especificidades e desafios que estas famílias vivenciaram, a forma como perceberam e resolveram esses desafios, bem como a avaliação da resolução.

As dificuldades referidas pelos pais foram mais intensas no período de pré-adoção (57.9%) do que na pós-adoção (26.3%). Na pré-adoção, as dificuldades foram de índole intrafamiliar (87%), relativas ao estabelecimento e imposição de regras (70%), às características da criança (43.5%), à adaptação desta à nova família (28.3%) e à reorganização das rotinas (20%). O inadequado apoio do serviço de adoção (12.5%) e a omissão de informação relevante sobre a história da criança (12.5%) também foram referenciados pelos pais adotivos. Nas características da criança destacaram-se as atitudes provocatórias ou contestatórias (17.4%) e o comportamento (73.9%), particularmente as birras (55.9%), o chorar (14.7%), o gritar (11.8%), o mentir (8.8%) e o agredir (8.8%). De realçar que os pais não atribuíram as dificuldades experienciadas a características e/ou influências suas, mas a características pessoais da criança e ao passado da criança que influencia o seu comportamento atual.

No período pós-adoção os episódios relatados estavam ainda relacionados com as características, comportamentos e atitudes das crianças, mas tendem a ser referidos como menos *stressantes*. Nesta fase foi dado maior ênfase à comunicação sobre a adoção, embora uma pequena percentagem (4.6%) referiu dificuldades nesta área e, especificamente, quando as crianças tendem a recusar falar sobre o assunto.

Embora não contextualizados temporalmente, a verbalização de comentários desagradáveis e depreciativos, por parte da família alargada (12.5%) e da rede social (12.5%) também foi sinalizada como dificuldade.

Como facilitadores da resolução das dificuldades e manutenção da estabilidade familiar, os casais identificaram as forças conjugais em que as decisões são tomadas em conjunto. Os adotantes singulares refletem e tomam só as suas decisões e, em situações mais complicadas, recorrem, em maior grau que os casais adotantes a recursos

⁶⁵ No momento da entrevista os filhos adotivos tinham 7 anos em média, não sendo referida a idade das crianças no momento da integração na família.

extrafamiliares. A experiência prévia com crianças (familiares ou filhos de amigos), a procura de informação sobre a adoção e as crenças religiosas foram igualmente identificados como facilitadores. Os pais mencionaram características pessoais (21.1%), como a paciência, a persistência, a tranquilidade, a maturidade, entre outras, que os ajudaram em momentos mais *stressantes*. Quanto às crianças também foram apontadas características facilitadoras, tais como, serem carinhosas, afetuosas, sociáveis, autónomas e obedientes. O envolvimento, apoio e suporte por parte da família alargada e amigos, imediato ou progressivo, revelou-se de grande importância, quer como facilitadores, quer como recursos que os pais tendiam a mobilizar, principalmente para troca de experiências e aconselhamento.

Para lidar com os comportamentos e atitudes das crianças os pais recorreram maioritariamente a estratégias de controlo comportamental indutivas (60%) por comparação às coercivas (40%), e estratégias de afeto-aceitação que incluem o suporte parental (43%), a disponibilidade afetiva (28%), as expressões de afeto (14%) e a sensibilidade (14%).

Apesar das muitas e potenciais dificuldades associadas à parentalidade adotiva, as Famílias adotivas avaliaram de forma positiva a resolução de dificuldades (85.7%). Tal parece estar associado à satisfação com a experiência da adoção que influencia a perceção positiva que as famílias têm das dificuldades, o que, por sua vez, se reflete nas estratégias adaptativas que utilizam e na mobilização eficaz dos seus recursos.

Pinhal (2011) analisou as principais dificuldades geradoras de *stress* e os consequentes mecanismos de adaptação a que as Famílias adotivas recorreram para a gestão do estado de *stress*, especificamente os recursos individuais, familiares e sociais, a perceção da adoção e as práticas educativas parentais. Para o efeito, entrevistou 17 Famílias adotivas Portuguesas (14 casais e três singulares) que adotaram 19 crianças com uma média de idades de 2.86 anos, que no momento da entrevista tinham em média 6.74 anos.

No referente às dificuldades mais proeminentes os pais referiram os problemas comportamentais da criança, sobretudo os comportamentos de oposição (as birras) e o incumprimento de regras no quotidiano das famílias. Seis, dos 14 casais entrevistados, revelaram dificuldades na transição para a parentalidade, em que a redefinição de papéis, a gestão das expectativas em relação ao papel parental e ao filho adotivo, e o surgimento de novas tarefas, responsabilidades e especificidades (ex.: criação do sentimento de pertença), por vezes, nunca antes desempenhadas, contribuíram para o aumento do *stress* familiar e individual. A falta de apoio da rede social, especificamente a ausência de preparação pelos

serviços de adoção e de um acompanhamento mais próximo após a integração também foram mencionados.

Os recursos individuais que facilitaram a recuperação do equilíbrio remetem para características positivas da criança como a capacidade intelectual, o sentido de humor, a autonomia, a afetividade e, da parte dos pais, a experiência prévia em cuidar de crianças. No âmbito dos recursos familiares, destacaram-se a atenção individualizada à criança e o diálogo com o filho. Nos casais, a coesão entre o casal e a partilha da parentalidade com o conjugue constituíram recursos valorizados. Quanto aos recursos sociais, numa esfera mais formal, foi relatado o apoio prestado por técnicos do serviço de adoção e outros profissionais que tinham uma relação direta com a criança (ex.: educadores) e, a nível informal, evidenciaram-se os amigos, amigos com filhos biológicos ou adotivos e a família alargada.

A adoção foi percebida de forma muito positiva pelos pais, com um impacto positivo na sua vida e, quando aplicável, na conjugalidade. Porém, é de notar que algumas famílias referiram períodos de tensão e desgaste muito acentuados.

No que concerne as práticas educativas parentais os pais salientaram o recurso a estratégias coercivas, nomeadamente a punição física e/ou a retirada de privilégios, conjugadas com estratégias indutivas, evidenciando-se a negociação, explicação e/ou a promoção da reflexão por parte do filho.

Igualmente no contexto Português, enquadrado no projeto de Investigação sobre o Processo de Adoção: Perspetiva de Pais e Filhos (IPA), Barbosa-Ducharne e colaboradores (2011) desenvolveram uma investigação com 102 figuras parentais (64 mães e 38 pais) que adotaram 102 crianças, com uma idade média no momento do estudo de 8.81 anos ($DP = 2.70$, $Min-Máx = 5-15$). As autoras analisaram o impacto das cognições, comportamentos e emoções parentais no comportamento da criança, recorrendo à Entrevista sobre o Processo de adoção (EPA Portuguesa de Barbosa-Ducharne, Moreira, Ferreira da Silva, Monteiro, & Soares, 2009), aos Questionários sobre parentalidade para pais (QPP de Barbosa-Ducharne, Soares, Barbosa, Ferreira da Silva, & Cardoso, 2011) e ao *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ de R. Goodman, 1997 adaptado por Fleitlich, Loureiro, Fonseca e Gaspar, 2004).

Os resultados indicaram que os pais adotivos optam com mais frequência por estratégias indutivas que punitivas, evidenciam ideias favoráveis à abertura da comunicação

e expressão emocional, detêm uma percepção positiva da relação com os filhos e consideram que esta relação evoca com mais frequência sentimentos positivos do que negativos.

Com recurso a uma análise de *clusters*, pelo procedimento *K-means*, as autoras identificaram dois tipos de parentalidade: a Restritiva ($n = 34$) e a Facilitadora ($n = 54$). Os pais de parentalidade restritiva, por comparação aos pais de parentalidade facilitadora, recorrem mais a estratégias punitivas e menos estratégias indutivas, têm uma atitude mais favorável à disciplina ativa e menos favorável à comunicação e expressão emocional, apresentam uma percepção mais negativa da relação, associada mais frequentemente a sentimentos negativos.

Analisando especificamente o estilo de comunicação sobre a adoção, com base em múltiplos indicadores (ex.: idade da criança no momento da primeira comunicação, nº de vezes em que os pais falaram com a criança sobre a adoção, etc.), foram definidos, também mediante análise de *clusters*, dois estilos de comunicação, nomeadamente: Aberta e atempada ($n = 73$) e Fechada e atrasada ($n = 24$). Note-se que 21% dos pais nunca falaram com as crianças acerca da adoção, por as considerarem imaturas (54%) ou por estas nunca terem feito perguntas (27%). As crianças que não sabem que são adotadas ($n = 26$) têm 6 anos de idade em média ($DP = 2.62$), variando entre um mínimo de 3 e um máximo de 13 anos.

Considerando em simultâneo o tipo de parentalidade e o estilo de comunicação as famílias foram reclassificadas em três grupos, designadamente: Parentalidade facilitadora e estilo de comunicação aberto e atempado ($n = 44$), Parentalidade restritiva e estilo de comunicação fechado e atrasado ($n = 9$) e Discrepância entre o tipo de parentalidade e estilo de comunicação ($n = 30$). Os pais de parentalidade facilitadora e estilo de comunicação aberto percecionaram significativamente menos problemas nos seus filhos, quer em termos comportamentais, relacionais ou emocionais, comparativamente aos outros dois grupos. Note-se que apenas as crianças do grupo de parentalidade restritiva e estilo de comunicação fechada evidenciaram valores médios nas escalas de problemas de comportamento ($M = 3.56$, $DP = 2.35$), hiperatividade ($M = 7.56$, $DP = 3.13$) e problemas de relacionamento com os colegas ($M = 3.00$, $DP = 2.45$) superiores aos valores indicados como limítrofes (3, 6 e 3, respetivamente). O grupo discrepante apenas exibiu valores médios, superiores aos valores limítrofes, na escala de hiperatividade ($M = 7.10$, $DP = 2.22$).

Nesta investigação também participaram alguns filhos/as, nomeadamente 58 crianças e adolescentes adotados (31 rapazes e 27 raparigas), que tinham, no momento de recolha

de dados, 9.76 anos em média ($DP = 2.56$) e estavam adotadas há 5.29 anos em média ($DP = 2.59$). Não obstante as várias dimensões avaliadas neste estudo, reportamos especificamente, as dificuldades sentidas, os facilitadores identificados e a satisfação atual das crianças e adolescentes. Os resultados obtidos, através da Entrevista a Crianças e Adolescentes sobre Adopção (ECAA) (Barbosa-Ducharne, Soares, Ferreira, & Monteiro, 2011), indicaram que os adotados sentiram como mais difícil a perda e a construção de relações de amizade (20.3%), a adaptação à nova família, isto é, o ajustamento ao novo papel familiar, a adaptação às regras familiares, conhecer e aceitar os novos membros da família (17.2%) e compreender e/ou aceitar a rejeição por parte da família biológica (14.1%). Enquanto elementos que facilitaram a sua integração e que permitiram que desenvolvessem um sentimento de pertença, as crianças e adolescentes, identificaram, por ordem decrescente de importância: os pais verbalizarem que o amavam; os pais afirmarem que nunca o iriam abandonar; conhecer a família alargada; ter uma vida organizada; participar nos planos familiares; os pais chamarem de filho; ter feito novos amigos; e frequentar uma nova escola. A grande maioria está feliz ou muito feliz por ter sido adotada, não obstante algumas das crianças (15.6%) sentiram medo, nalguma fase do processo, que os pais não quisessem ficar com elas.

González e colaboradores (2001), no contexto Espanhol, analisaram os comportamentos e atitudes das crianças percebidos como conflituosos por 18 Famílias adotivas, que integraram crianças entre os 6 e os 11 anos de idade. De assinalar que esta investigação teve um carácter interventivo, pelo que a equipa de investigação acompanhou as famílias ao longo do período pré-adotivo, fornecendo-lhe orientações psicoeducativas no sentido de compreenderem e lidarem com os comportamentos identificados como difíceis de gerir. Desta forma, este acompanhamento constituiu um dos recursos sociais que a família podia mobilizar para lidar com o *stress*.

Os autores agruparam os conflitos identificados em três domínios principais, nomeadamente: problemas de desenvolvimento social; problemas afetivo-emocionais e problemas no desenvolvimento da personalidade.

A maioria dos conflitos estava relacionada com os problemas de desenvolvimento social, nomeadamente a agressividade física e/ou verbal (62%) dirigida principalmente a outras crianças, apesar de a agressividade verbal ser igualmente dirigida aos pais adotivos numa fase inicial do processo. Também se destacou o incumprimento de normas (57%), designadamente a oposição em colaborar nas tarefas domésticas, o não cumprimento de

regras básicas de alimentação ou higiene, a mentira para fugir às responsabilidades e a realização de pequenos furtos.

Em relação aos problemas de âmbito afetivo-emocional 43% das crianças demonstraram dificuldade em estabelecer vínculos com os seus pais, denotando-se ausência de manifestações espontâneas de afeto (como o beijar, o abraçar, o chamar de papá e mamã), bem como a recusa do afeto expressado pelos adultos. 28.5% das crianças rejeitaram, nalguma fase do processo, a Família adotiva, crendo que poderiam voltar a viver com a família biológica ou com famílias de acolhimento prévias. Nalgumas situações (28.5%) esta rejeição era focalizada exclusivamente numa figura parental. Algumas das crianças que resistiram a estabelecer vínculos com os pais adotivos, manifestavam uma relação afetiva com desconhecidos. Numa fase mais avançada da pré-adoção, 33% das crianças tinham manifestações excessivas de afeto ou de ciúmes em relação aos seus irmãos ou a outras crianças. Nalgumas ocasiões, 38% das crianças adotaram comportamentos de “chantagem emocional”, isto é, ameaçavam os pais da retirada de afeto ou da saída de casa quando os seus desejos não eram satisfeitos.

No âmbito dos problemas de personalidade, 14% das crianças negavam ou confundiam a sua história pessoal, como por exemplo acreditavam que os pais adotivos eram os únicos que sempre tiveram, ou que os pais adotivos eram os seus pais biológicos que durante algum tempo não puderam cuidar delas pelo que permaneceram com “outra mãe” ou num centro de acolhimento, etc. Em 33% das crianças observou-se, nalgum momento, manifestações de ansiedade ao recordar o passado e inclusive receio que a família biológica as reclamassem ou que tivessem de voltar a viver com ela, evitando, por conseguinte, separar-se da Família adotiva para ir à escola ou permanecer em casa de amigos ou familiares. Igual percentagem de crianças demonstrou receio que os outros soubessem a sua condição de adotada. Alguns pais também demonstraram preocupação pelo facto de os seus filhos armazenarem objetos ou comida (38%). Em 28% das crianças surgiram problemas relacionados com a sexualidade, seja pela excessiva curiosidade sexual em relação aos pais e irmãos (ex.: espreitavam quando estes se despiam), pelo comportamento exibicionista no intuito de chamar a atenção ou de conseguir algo em troca ou, contrariamente, pelo excessivo pudor (ex.: não quererem vestir fato-de-banho). Uma menor percentagem (14%) manifestou excessiva ansiedade em relação às tarefas escolares, zangando-se e rejeitando a ajuda prestada pelos pais ou irmãos, por anteciparem dificuldades na realização adequada das tarefas. Finalmente, em 9% dos casos, os pais observaram comportamentos

relacionados com uma baixa autoestima dos filhos, tais como, autoagressões físicas e verbais.

Fuentes et al. (2001) utilizaram a mesma amostra supramencionada, mas analisaram outras variáveis, designadamente os receios dos pais (que podemos assumir como *stressores*), as expectativas dos pais (que remetem para as percepções) e o estilo educativo dos pais (consideradas como estratégias de *coping*).

Metade da amostra receou que o seu filho fosse reconhecido na rua por pessoas do seu passado e que o raptassem e 33.3% dos pais receavam que os seus filhos fugissem de casa com o intuito de procurar e de voltar para a sua família biológica. Quanto à comunicação, 44.4% dos pais receavam falar com os seus filhos acerca do seu passado e da sua família biológica. Sentiam-se nervosos e não sabiam o que dizer quando a criança abordava estes temas, porque possuíam pouca informação sobre o passado da criança, temiam magoar a criança, e receavam que, ao se falar sobre o passado, a criança recordasse com mais intensidade a sua família biológica, reforçando os vínculos afetivos estabelecidos com aquela e, por conseguinte, dificultando o processo de vinculação com a família atual. Cerca de metade da amostra (44.4%) referiu temer que o seu filho repetisse as condutas dos seus pais biológicos e que não fosse possível modificar os hábitos e condutas aprendidos no passado, verificando-se, nestes casos, uma tendência dos pais a explicar os problemas de comportamento da criança como genéticos e a relacioná-los com a família biológica. Finalmente, 27.7% das famílias receavam a rejeição social ou a perda de prestígio e de reputação na comunidade, por os seus filhos exibirem comportamentos inadequados.

Analisando as expectativas irrealistas ou não correspondidas, 33.3% dos pais consideravam que a criança se iria adaptar mais rapidamente à família; 27.7% achavam que a criança iria expressar reconhecimento e/ou agradecimento por ter sido adotada; 11.1% pensavam que a criança iria expressar maior afeto por eles; igual percentagem esperava que a criança tivesse um comportamento mais parecido com as outras crianças da mesma idade; e um terço da amostra tinha expectativas de melhor rendimento académico.

Relativamente ao estilo educativo, 52.9% das famílias foram classificadas como democráticas, 23.5% como democráticas-autoritárias, 17.6% como autoritárias e 5.8% como democráticas-permissivas. Salienta-se que 38.8% destas famílias ameaçaram verbalmente os seus filhos com o regresso à instituição de acolhimento se determinados comportamentos, percecionados pela família como graves (e que originaram fortes tensões e *stress* nas

relações familiares), não se modificassem, como por exemplo, o furto de dinheiro, a mentira sistemática, etc.

Molina (2002), igualmente no contexto espanhol, entrevistou 29 Famílias que adotaram 39 crianças pertencentes ao grupo de adoção especial. No momento de integração na Família adotiva as crianças tinham em média 6.8 anos e no momento do estudo tinham em média 8.8 anos. Este estudo analisou as dificuldades detetadas pelos pais, desde a adaptação inicial até ao momento atual (*stressores*), os motivos do aparecimento e da manutenção das dificuldades (perceções), os fatores que permitiram a superação das dificuldades (recursos) e a satisfação atual (adaptação).

As dificuldades das crianças manifestaram-se desde o início do acolhimento (não validando o efeito de “lua-de-mel”) e durante os seis meses seguintes, apenas surgindo problemas novos decorrido o primeiro ano de convivência mútua. De uma forma global, muitas das dificuldades observadas pelos pais adotivos derivavam de um processo de vinculação e adaptação familiar mútua e foram desaparecendo à medida que se processou a integração da criança, porém outras dificuldades persistiram, pelo que não pareciam dever-se em exclusivo ao processo de adaptação.

Mais de metade das crianças do estudo apresentou: dificuldades com as tarefas escolares (74.3%), exigência excessiva de afeto e atenção (61.5%), dificuldades na relação com os irmãos (56.4%), mentiras (54%), défices linguísticos (54%) e recusa afetiva de algum membro da nova família (51.3%). Alguns destes problemas desapareceram ao longo da adaptação, como a recusa afetiva que apenas persistiu em 15% das crianças que a manifestaram. Não obstante outros problemas continuaram a afetar, quase dois anos mais tarde, um número significativo de crianças, tais como as dificuldades no relacionamento com os irmãos (persistiram em 82% dos 56.4% casos identificados), o atraso escolar (persistiu em 78% dos 33.3% casos identificados) e as mentiras (persistiram em 71.4% dos 54% casos identificados). Outras dificuldades surgiram de forma menos expressiva, porém foram particularmente resistentes à mudança, destacando-se o receio de que os outros soubessem que era adotada (apareceu em 41% dos casos, mas persistiu em 88% destes) ou o medo de perder a nova família (observou-se em 41% dos casos, persistindo em 44% destes). Os pais continuaram a observar dificuldades emocionais relacionadas com os processos psicológicos de construção da identidade pessoal como, por exemplo, a preocupação pelos irmãos biológicos que não viviam com eles (60% de 25.6%), a negação do seu passado (66.6% de 15.4%), a confusão acerca da sua história pessoal (57% de 18%) ou comportamentos de

ansiedade e de recusa em abordar o tema da adoção (75% de 20.5%) ou o seu passado (81.8% de 28.2%).

Para explicar o aparecimento e a persistência das dificuldades das crianças, os pais elencaram diversos motivos, cujo destaque varia em função do tipo de dificuldades. Não obstante, o passado da criança (maus-tratos, mudança de contextos, acolhimentos malsucedidos, etc.), o sentimento de insegurança, o temperamento da criança, a atuação dos próprios pais adotivos ou do contexto envolvente constituíram os motivos mais mencionados. Quanto aos fatores que permitiram superar as dificuldades estes foram agrupados em cinco categorias, designadamente: usar a disciplina; o raciocínio; e o afeto com os filhos; procurar ajuda externa de pediatras, professores particulares, etc. e o próprio processo de adaptação do/a filho/a ao lar.

Relativamente à avaliação do processo e da situação atual, a maioria das famílias (62%) considerou estar totalmente satisfeita e que o processo de adaptação mútua foi mais fácil do que antecipava. Porém, 13.8% das famílias afirmaram que a situação atual não era totalmente satisfatória na medida em que os problemas persistiam e apenas conseguiram uma boa harmonia em momentos pontuais.

McGlone, Santos, Kazama, Fong e Mueller (2002) entrevistaram 25 famílias que adotaram 35 crianças com necessidades especiais. No momento da primeira entrevista as idades das crianças variavam entre 1 ano e 11.5 anos (mediana igual a 5 anos e 5 meses). Nas entrevistas, cinco temas centrais emergiram como principais *stressores*, designadamente: 1) as características da criança; 2) as interações pais-filhos; 3) a coesão familiar; 4) o ajustamento à parentalidade adotiva e 5) problemas com o serviço de adoção.

No que tange às características das crianças, diversos pais reportaram o comportamento externalizador da criança como *stressante*, destacando a mentira, o roubo, a agressão física e verbal, as birras, a hiperatividade e a falta de atenção. Os pais também salientaram alguns problemas internalizados, como as ameaças de violência contra si próprio, os problemas de sono, a falta de confiança, os medos e inseguranças e o refúgio na fantasia. Nos primeiros meses, a falta de cuidados pessoais e de higiene foram reportados como *stressantes*. De igual modo, a enurese e a encoprese, particularmente nas crianças mais velhas, causaram *stress* no sistema familiar. Os problemas médicos crónicos, com a necessidade de ajustar as rotinas aos tratamentos e às consultas médicas, também foram percecionados como *stressantes*.

Nas interações pais-filhos foi salientada a falta de comunicação ou o isolamento, o recurso sistemático à mentira, a raiva dirigida aos pais adotivos (*"I hate you. You're not my real mom. I wish you were dead"* p. 164), e o desejo expresso de viver com a família de acolhimento prévia. A desobediência da criança, a teimosia e o testar os limites foram igualmente sinalizados como particularmente *stressantes*. As situações em que a criança tentava opor a mãe ao pai (ou vice-versa) também foram referenciadas. Focando os pais, alguns tinham pouca tolerância à expressão das necessidades emocionais da criança, particularmente ao choro.

Alguns pais com filhos biológicos consideraram particularmente desafiante a manutenção da coesão familiar nas situações de rivalidade entre os irmãos, expressa mediante provocações e discussões constantes. Algumas crianças prévias manifestaram raiva em relação ao seu novo irmão, adotando inclusive comportamentos de evitamento.

Os pais também indicaram *stress* derivado do trabalho adicional, da mudança de rotinas, da falta de tempo para o casal, de se tornarem pais de uma criança mais velha e da reestruturação da vida familiar. Assuntos relacionados com a família biológica e com a gestão do orçamento familiar também foram citados.

Finalmente, no referente aos serviços de adoção, os pais referiram a falta ou inadequada informação sobre a criança, a precipitação da integração, e a falta de participação na tomada de decisões efetuadas pelos técnicos, muitas delas contrárias aos seus desejos.

Em Resumo, a adoção encerra uma série de tarefas e temáticas singulares que constituem desafios adicionais ao sistema familiar e aos diferentes subsistemas.

Tanto os pais como as crianças terão que lidar com as perdas inerentes e adaptar-se à parentalidade e filiação adotiva. Os pais que assumem uma atitude equilibrada no reconhecimento das diferenças promovem a comunicação aberta sobre a adoção e facilitam a resolução das tarefas específicas, contribuindo para o ajustamento familiar. A criança, em função dos fatores biológicos, intrapessoais, interpessoais e contextuais, avalia a adoção e as perdas inerentes como mais ou menos *stressantes*, e subseqüentemente implementa um conjunto de esforços cognitivos e comportamentais focalizados na resolução do problema ou no seu evitamento que contribuem para resultados mais ou menos adaptativos.

Os vários modelos abordados contemplam, de forma genérica, a existência de *stressores* (que provêm do individuo, do sistema familiar, do contexto social, das tarefas

normativas universais e das tarefas específicas da adoção ao longo do ciclo vital), percepções (operacionalizadas sob a forma de expectativas prévias e atribuições), recursos (internos e externos), estratégias de *coping* e a adaptação.

A adaptação positiva pressupõe uma mudança profunda, uma reorganização estrutural e relacional configurando um novo sistema familiar que integra o novo membro. Neste processo de transformação é imprescindível a colaboração e o compromisso de todos os membros nas mudanças necessárias para o estabelecimento de relações saudáveis.

Os processos de adaptação das famílias adotivas são particulares, processuais, multidimensionais, multinível, e indubitavelmente complexos que implicam múltiplas conexões e interações.

Parte II

Capítulo VI

Práticas e Percepções dos Técnicos dos Serviços de Adoção

O primeiro estudo empírico tem como objetivo geral caracterizar as práticas e as percepções dos técnicos dos serviços de adoção ao nível da avaliação das crianças em situação de adotabilidade, da avaliação dos candidatos e da correspondência.

Para o efeito recorremos ao pluralismo metodológico (Barker & Pistrang, 2005; Tebes & Kraemer 1991) ou triangulação metodológica⁶⁶ (Cox & Hassard, 2005), mais especificamente a combinação de métodos quantitativos e qualitativos (Fielding & Schreier, 2001; Flick, 2005). Os métodos são usados de forma complementar, isto é, integram diferentes perspetivas do fenómeno em estudo (Flick, 2005; Kelle & Erzberger, 2004) e como forma de desenvolvimento, em que o método inicial informa a utilização do segundo método (Greene, Caracelli, & Graham, 1989). Pretende-se assim produzir um retrato do fenómeno que seja mais completo do que o alcançado por um único método, como sugere Morse (1994) “ *Because diferente ‘lenses’ or perspectives result from the use of diferente methods, often more than one method may be used within a project so the researcher can gain a more holistic view of the setting*” (p. 224).

Desta forma a administração de um questionário a nível nacional foi seguida pela dinamização de um grupo focal, a incidir sobre a correspondência, visando ampliar a compreensão dos dados recolhidos através do primeiro método e dar mais voz aos interlocutores do processo.

Segundo Galego e Gomes (2005) o grupo focal, tal como outro tipo de pesquisa de natureza qualitativa, tem como missão “*procurar sentido e a compreensão de complexos fenómenos sociais, onde o investigador utiliza uma estratégia indutiva de investigação, sendo o resultado amplamente descritivo*” (p. 177).

O recurso a esta técnica justifica-se por possibilitar a recolha de mais informação num curto espaço de tempo; por facilitar o acesso às opiniões e significados dos participantes, bem como o “*tacit, uncodified and experiential knowledge*”, (Johnson citado em Hopkins, 2007, p. 528); por potenciar, através da interação grupal, a emergência de maior diversidade de dados e a capacidade dos indivíduos para falarem profunda e criticamente sobre diferentes temas (Morgan, 1997, 1998; Vaughn, Schumm, & Sinagub, 1996); e por permitir que as opiniões e crenças pessoais sejam questionadas e amplificadas pelos outros elementos do

⁶⁶ Termos como “triangulação”, “métodos mistos”, “modelos mistos” ou “métodos múltiplos” têm sido usados, apesar de “triangulação” constituir o termo mais utilizado na literatura, sendo percecionado por vários autores como um conceito central na integração metodológica (Duarte, 2009).

grupo, desencadeando novas ideias e conteúdos, o que possivelmente não aconteceria em entrevistas individuais (Bedford & Burgess, 2001). De relevar que o contexto do grupo focal é semelhante ao do quotidiano na forma como as opiniões são produzidas, expressas e trocadas, tornando este método quase naturalista no estudo das crenças e opiniões sociais sobre um determinado tema (Flick, 1999).

Passaremos à descrição das questões de investigação, do método, dos resultados e à discussão destes. A apresentação dos resultados inicia-se com os dados obtidos através da aplicação do questionário, divididos em três blocos (avaliação da criança, avaliação dos candidatos e correspondência), e termina com a análise da informação recolhida no grupo focal, a qual apesar de se focalizar no processo de correspondência, transmite uma visão mais ampla das práticas profissionais usadas ao longo de todo o processo de adoção.

6.1. Questões de investigação

Este estudo pretende responder às seguintes questões de investigação:

- Q1: Como os técnicos percecionam a informação disponibilizada sobre a criança em termos de qualidade e especificidade?
- Q2: Quais as práticas implementadas na avaliação da criança pelos técnicos dos serviços de adoção?
- Q3: Quais as práticas implementadas na avaliação das candidaturas?
- Q4: Que dificuldades são sentidas na avaliação das candidaturas?
- Q5: Quais as práticas gerais do processo de correspondência?
- Q6: Como o processo de correspondência é adaptado em função de situações específicas?
- Q6: Quais são os critérios de correspondência pré-definidos?
- Q7: Que dificuldades são sentidas no processo de correspondência?

6.2.Método

6.2.1. Participantes

No preenchimento do questionário participaram 66 técnicos dos serviços de adoção (abrangendo 67.3% da população), com formação de base em psicologia (45.5%), serviço social (33.3%) e outras áreas (12%) como se pode corroborar no quadro 6.1.

Quadro 6.1

Distribuição dos participantes por formação profissional de base

Formação de Base	<i>n</i>	%
Psicologia	30	45.5
Serviço Social	22	33.3
Educação de Infância	3	4.5
Direito	2	3.0
Ciências da educação	1	1.5
Educação	1	1.5
Investigação Social	1	1.5
Sem resposta	6	9.1
Total	66	100

Os técnicos, no momento de resposta ao questionário, tinham em média 7 anos de experiência na adoção ($n = 61$; $M = 6.72$, $DP = 4.51$). O tempo de experiência variava entre 6 meses e 20 anos.

Três técnicos não responderam acerca das funções desempenhadas no serviço, mas nos restantes ($n = 63$), 76.2% ($n = 48$) participam na recolha de informação sobre as crianças, 28.6% ($n = 18$) na avaliação das crianças, 85.7% ($n = 54$) na avaliação dos candidatos, e 100% no processo de correspondência. Relativamente às três primeiras atividades o quadro 6.2 apresenta as diferentes combinações encontradas, em que nenhum dos técnicos realiza em exclusivo a avaliação da criança.

Quadro 6.2

Distribuição dos participantes por funções desempenhadas

Funções desempenhadas	<i>n</i>	%
Recolha de informação + avaliação da criança + avaliação do candidato	14	22.6
Recolha de informação + avaliação da criança	4	6.5
Recolha de informação + avaliação do candidato	26	41.9
Recolha de informação	4	6.5
Avaliação do candidato	14	22.6

No grupo focal participaram 10 técnicas provenientes de oito serviços de adoção, do norte, centro e sul do país, do litoral e do interior, bem como das regiões autónomas. Cinco são psicólogas, três assistentes sociais, uma educadora de infância e uma professora.

6.2.2. Instrumentos

- Questionário de Percepções e Práticas dos Técnicos dos Serviços de Adoção na Avaliação e Correspondência (cf. Anexo 3).

Este questionário foi construído no decurso da investigação e contempla questões de resposta aberta (ex.: na proposta como é apresentada a criança e transmitida a informação ao candidato?) e de resposta fechada. As questões fechadas foram operacionalizadas de três formas, a saber: 1) posicionamento do participante numa escala *likert* de 5 pontos; 2) hierarquização, em termos de importância e frequência, de determinados critérios e procedimentos; e 3) seleção de um número limitado de respostas numa lista de maior amplitude.

O instrumento está subdividido em três partes designadamente: 1) avaliação das crianças em situação de adotabilidade; 2) avaliação dos candidatos à adoção e 3) correspondência dos candidatos com as crianças.

A primeira parte avalia a percepção dos técnicos acerca da qualidade e detalhe da informação disponibilizada sobre a criança, em termos globais e por domínios (ex.: problemas de aprendizagem); aborda os procedimentos adotados no sentido de completar e/ou complementar a informação prévia sobre a criança; e a frequência com que determinados procedimentos de avaliação da criança são realizados (nunca a sempre).

A segunda parte contempla um conjunto de questões abertas relativas aos critérios de seleção ou rejeição de uma candidatura à adoção; às estratégias utilizadas na avaliação dos candidatos; e às especificidades do processo de avaliação (ex.: candidaturas com filhos biológicos). As questões fechadas remetem para a apreciação do nível de dificuldade sentida na avaliação dos Candidatos em diferentes dimensões (de nenhuma dificuldade a extrema dificuldade) e para a seleção das três temáticas, numa lista de dez, que são mais exploradas junto dos candidatos.

A última parte aprecia, ao nível das questões abertas, os critérios de correspondência definidos em abstrato e aplicados a um caso particular; os critérios para propor uma criança que não corresponda plenamente ao perfil da criança desejada pelos candidatos; as razões subjacentes à separação de uma fratria; a forma como é utilizada a base de dados da adoção (BDA) e os procedimentos seguidos na proposta de uma criança. Nas questões fechadas, os técnicos devem selecionar as cinco características da criança, num total de 14, que consideram mais importantes quando pensam num possível candidato; indicar a frequência com que discutem com os técnicos da instituição de acolhimento da criança a adequação do perfil de um candidato hipotético e de um candidato específico, e finalmente hierarquizar seis critérios de correspondência, em termos da importância reconhecida na prática.

- Guião para dinamização do grupo focal sobre Correspondência (cf. Anexo 4)

Para a operacionalização do grupo focal foi criado um conjunto de questões norteadoras, inseridas em quatro temáticas inter-relacionadas, especificamente: 1) o processo de correspondência (etapas, intervenientes, critérios, instrumentos e dificuldades); 2) nuances do processo de correspondência em função de situações específicas (ex.: candidatos que têm uma relação prévia com a criança; crianças que sofreram uma interrupção prévia; pré-adolescentes, etc.); 3) fatores de risco e proteção ponderados na correspondência; e 4) instrumento para auxiliar a correspondência e as suas condições de implementação.

6.2.3. Procedimento

Construção dos Instrumentos

O “Questionário de Percepções e Práticas dos Técnicos dos Serviços de Adoção na Avaliação e Correspondência” foi construído com base na revisão da literatura sobre avaliação das crianças em situação de adotabilidade, dos candidatos à adoção e da Correspondência (cf. Cap. I, II e III). Para elaboração de alguns itens (ex.: Parte III, questão 5, “pensando na sua prática ordene os seguintes critérios de matching/emparelhamento de acordo com a sua importância) as opções de resposta foram parcialmente retiradas do Manual Procedimentos da Adoção (DGSS, 2004).

A especificação dos itens da questão 5, Parte II, (nível de dificuldade que sente na avaliação dos candidatos), assentou predominantemente nas capacidades dos adultos, para responder adequadamente às necessidades infantis na adoção, discriminadas por Palacios (2008).

Previamente à sua administração e para apreciar o conteúdo e a forma dos itens, nomeadamente a sua clareza, compreensibilidade e adequação aos objetivos propostos, procedeu-se à aplicação do questionário a uma psicóloga, técnica de adoção, com recurso ao método da reflexão falada (Almeida & Freire, 2003). Também foi solicitado o parecer mais global da técnica acerca da adição/eliminação de itens ou de outras reestruturações relevantes.

A construção do guião do grupo focal teve como ponto de partida as respostas obtidas na parte III do questionário, pretendendo-se aprofundar a informação sobre os

procedimentos e critérios de correspondência e atribuir significado a algumas respostas obtidas.

Procedimentos de recolha de dados

No âmbito de um protocolo estabelecido entre o Instituto de Segurança Social, IP e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) para a Qualificação das Práticas na Adoção, os objetivos e os procedimentos do estudo foram expostos ao Conselho Diretivo do ISS, IP e solicitada a autorização e colaboração para a sua condução.

Em Março de 2009 foi autorizada superiormente a cooperação solicitada às equipas de adoção dos Centros Distritais do ISS, tendo sido informados os responsáveis daquelas equipas de que iriam receber um pedido de resposta a um questionário individual para cada técnico da equipa de adoção e solicitando o maior empenhamento na colaboração com a Universidade do Porto.

Nesta sequência, foi-nos facultado os contactos de correio eletrónico dos interlocutores de cada serviço de adoção, em função da sua organização hierárquica, nomeadamente diretores de Núcleos de Infância e Juventude (NIJ), diretores de Unidade de Desenvolvimento Social (UDS), coordenadores de Equipa de Adoção e Chefe de Sector da Adoção. No referente, às equipas de adoção das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, como apresentam autonomia administrativa relativamente ao ISS, foi solicitada a participação mediante envio de cartas para a Presidente do Instituto de Ação Social dos Açores e para a Diretora da Divisão de Apoio a Crianças e Jovens do Centro de Segurança Social da Madeira.

No correio eletrónico/carta enviados (cf. Anexo 5) apresentou-se o enquadramento deste estudo no projeto mais amplo de doutoramento, identificaram-se os objetivos específicos do estudo em curso e solicitou-se a indicação do número de técnicos da equipa de adoção que participam nas seguintes atividades: recolha de informação sobre as crianças em situação de adotabilidade, avaliação de crianças em situação de adotabilidade, avaliação dos candidatos à adoção e *correspondência*.

Entre Março e Maio de 2009 foram enviados pelo correio 98 questionários, dirigidos aos 23 serviços de adoção existentes a nível nacional, contemplando o universo de Técnicos das Equipas de Adoção envolvidos nas atividades supramencionadas.

Os questionários eram acompanhados de um envelope com porte pago, já endereçado à equipa de investigação, a fim de garantir a total confidencialidade e anonimato, e reforçar a sinceridade de respostas por parte dos técnicos.

Este procedimento inviabilizou o controlo dos não respondentes, pelo que, face à baixa taxa de resposta, se enviou posteriormente um correio eletrónico a todos os coordenadores das equipas de adoção a solicitar a confirmação da receção dos questionários, a indicação do número de técnicos que já tinham respondido e a pedir que reforçassem junto dos técnicos a sua participação, caso ainda não o tivessem feito. Finalmente articulou-se com os dinamizadores, que no âmbito do Plano de Formação para Adoção, implementaram sessões de formação aos técnicos de adoção a nível nacional, no sentido de relançarem o pedido de participação e entregarem em mão alguns questionários e respetivos envelopes. Estas diligências foram efetuadas no sentido de maximizar o número de questionários devolvidos ($n = 66$), obtendo-se uma taxa de resposta de 67.3%.

Para a planificação do grupo focal deve-se ter em consideração, nas palavras de Hopkins (2007), *“the particular timing ... in terms of local, national and global events and circumstances as well as the social context of the particular discussion”* (p. 532). Assim em 2009 estavam a ser promovidas um conjunto de reestruturações nas práticas da adoção, entre as quais a formação aos técnicos para implementarem as sessões A e B, o que poderia conduzir a diferentes percepções e práticas. Por estes motivos, equacionou-se a dinamização de dois grupos focais, um prévio e outro posterior à formação, todavia por constrangimentos inerentes à investigação só se concretizou o primeiro grupo focal.

Para a composição do grupo focal, a homogeneidade foi assegurada ao selecionar técnicos dos serviços de adoção que tivessem uma participação ativa na avaliação das crianças, na avaliação dos candidatos e na correspondência. Nas situações em que não fosse possível obedecer a este critério triplo, o técnico deveria participar nas duas últimas atividades. Todavia seria importante assegurar uma diversidade de opiniões, atitudes e práticas na correspondência (temática em estudo), pois se todos os participantes partilhassem opiniões idênticas a discussão gerada seria vazia ou até improdutiva (Morgan, 1997). Para o efeito consideramos que a seleção de técnicos provenientes de serviços de adoção de diferentes zonas do país (norte, centro e sul de Portugal continental e regiões autónomas), e com diferentes dimensões ao nível do número de técnicos (entre quatro e 12) poderia, mais previsivelmente, gerar esta diversidade.

Por conseguinte, contactaram-se por correio eletrónico e posteriormente por contacto telefónico 12 serviços de adoção a pedir a continuidade da colaboração no estudo sobre a Correspondência e a solicitar a seleção de um técnico que representasse a equipa no grupo focal, em função do critério triplo referido. Oito serviços de adoção responderam positivamente, sendo que dois deles, por razões pragmáticas, identificaram dois técnicos, perfazendo um total de dez técnicos.

O grupo focal desenrolou-se no dia 15 de Setembro de 2009, às 14 horas, nas instalações da FPCEUP, com uma duração aproximada de 2h30min.

Inicialmente houve um momento de convívio informal entre todas⁶⁷ no sentido propiciar um contexto acolhedor. Seguidamente os participantes dispuseram-se à volta de uma mesa oval, ficando os dois dinamizadores em extremidades opostas. A disposição dos participantes foi parcialmente controlada mediante cartões identificativos estrategicamente colocados em diferentes lugares da mesa, porém alguns participantes optaram por alterar esta disposição.

Estiveram presentes dois dinamizadores (doutoranda e orientadora) em que uma delas teve um papel mais ativo na condução da discussão. Adicionalmente esteve presente um terceiro elemento responsável pelo registo escrito da sessão de forma a assegurar a cobertura da totalidade da informação, substituindo, se necessário, os meios audiovisuais.

A sessão do grupo focal propriamente dita iniciou-se com a apresentação dos dinamizadores e observador, o enquadramento e explicitação dos objetivos do estudo, enfatizando-se a necessidade de serem ouvidos todos os participantes e a ideia de que não existiam respostas certas ou erradas. Foram explicitadas as condições de funcionamento da sessão, de modo a garantir a recolha da informação, e foi indicado o período de duração estimado. Finalmente foi solicitada autorização verbal para a gravação audiovisual, garantindo a confidencialidade da informação.

O dinamizador foi colocando questões pontuais, partindo do geral para o particular, no intuito de promover a fluidez do discurso, a discussão entre os elementos e simultaneamente (re)direcionar o foco para os tópicos em análise. Tentou assegurar a participação de todos os elementos, encorajando depoimentos, aprofundando, esclarecendo e solicitando exemplos às participantes.

⁶⁷ De salientar que todos os participantes se conheciam previamente (presencial ou telefonicamente) no âmbito da sua prática profissional.

Procedimentos de análise de dados

Os dados quantitativos foram analisados com recurso ao software *IBM SPSS Statistics* (versão 19.0) e os dados qualitativos com recurso ao software Nvivo8.

Nos dados quantitativos foram efetuadas análises univariada, bivariada e multivariada.

A análise descritiva de resultados envolveu o cálculo de frequências absolutas e percentuais, bem como algumas medidas de tendência central e de dispersão, respeitando as características das variáveis em estudo. As variáveis ordinais são descritas recorrendo à mediana e ao intervalo interquartil. Porém, quando é utilizado um teste estatístico optamos por apresentar médias e desvios-padrão como medidas descritivas das variáveis, tal como sugerido por C. Martins (2011).

Para análise de associações entre variáveis categoriais efetuou-se o teste do Qui-quadrado (χ^2), com apresentação dos resultados do teste de *Fisher* quando surge uma percentagem superior a 20% de células da tabela de contingência com frequência esperada inferior a 5 (C. Martins, 2011).

Foram usados diversos testes paramétricos tais como coeficiente de correlação de *Pearson* (r), teste t para amostras emparelhadas (t), análise de variância para medidas repetidas (F) e MANOVA (F). Quando os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos não estavam cumpridos executaram-se os testes não paramétricos equivalentes, tal como sugerido por Fife-Schaw (2006) nomeadamente o coeficiente de correlação de *Spearman* (r_s), o teste de *Wilcoxon* (Z) e o teste de *Friedman* (χ^2), respetivamente. No caso da MANOVA, o *IBM SPSS* não computa uma alternativa não paramétrica, porém, quando apenas o pressuposto da normalidade não se verifica, a MANOVA apresenta menores probabilidades de erro de tipo I e maior potência do que as alternativas não paramétricas (Finch, 2005). Dado que ambos os testes (paramétricos e não paramétricos) foram concordantes, em termos de conclusões, optámos por reportar os resultados dos testes paramétricos, uma vez que são mais robustos.

Para análise das diferenças no grau de dificuldade na avaliação dos candidatos nas cinco dimensões, realizou-se uma análise de variância com medidas repetidas. Nesta análise, o teste de *Mauchly* indicou que o pressuposto da esfericidade foi violado, ($W = .604$; $\chi^2(9) = 28.987$, $p = .001$), pelo que se usou como fator de correção a medida épsilon de *Greenhouse-Geisser* ($\epsilon = .81$) por ser mais conservadora e mais apropriada para amostras de pequena dimensão (Marôco, 2011). Para identificar quais os pares de médias que diferiam entre si

procedeu-se à comparação de médias, com seleção do teste de *Bonferroni*, por ser mais conservador (ou exigente) comparativamente ao teste *LSD* (Martins, 2011) e ao Sidak (Field, 2009).

A significância do fator formação profissional sobre as cinco dimensões foi avaliada com uma análise de variância multivariada (MANOVA). Uma vez que o SPSS não produz testes à normalidade multivariada, este pressuposto, foi validado com a normalidade univariada de cada uma das variáveis dependentes com testes univariados de Shapiro-Wilk (preferível ao teste de Kolmogorov-Smirnov para amostras de pequena dimensão). O pressuposto da normalidade foi violado para uma variável (Resposta à Intervenção Profissional) num grupo (Psicólogos), contudo os métodos multivariados são robustos à violação do pressuposto da normalidade (Marôco, 2011). Como o pressuposto da homogeneidade da matriz de variância-covariância (*M* de Box, $p = .455$) foi cumprido optamos pela realização da MANOVA.

Em todos os testes assumiu-se como nível de significância estatística um valor de p inferior ou igual a .05.

Nos testes do Qui-quadrado, utilizou-se como medida da dimensão do efeito (*effect size*), o coeficiente de correlação Phi (ϕ), e no teste *t* para amostras emparelhadas calculou-se o valor de r com recurso à fórmula apresentada em Field (2009). Adotaram-se os valores convencionados por J. Cohen (1988), apresentados no quadro 6.3.

Quadro 6.3

Dimensão do efeito: valores estipulados

Dimensão do efeito	ϕ	r
Elevado	0.5	0.5
Médio	0.3	0.3
Pequeno	0.1	0.1

Na análise das perguntas abertas, os dados foram agrupados num sistema de categorias gerais e específicas. Reportam-se as frequências em cada categoria e, quando justificável, apresentam-se excertos verbais representativos dos participantes.

Na análise do grupo focal, procedeu-se à transcrição integral da sessão e seguidamente efetuou-se a codificação, categorização e interpretação da informação. Segundo J. A. Smith (1995) não existe um método correto de análise qualitativa, sendo o principal objetivo do investigador tentar compreender os conteúdos, a sua complexidade e os significados, em vez de procurar uma medida exata para traduzir os seus dados. Apesar

de possuir um guião estruturante inicial para a organização da complexa informação em análise, o investigador, em dialética permanente com os seus dados, está continuamente aberto à emergência de categorias, pelo que o sistema de categorização é revisto e reestruturado por diversos momentos. O grupo focal foi analisado como um todo não se discriminando as opiniões individuais e as que derivam da interação grupal.

6.3. Resultados

6.3.1. Avaliação da criança em situação de adotabilidade

Os técnicos dos serviços de adoção consideram que a informação disponibilizada sobre as crianças em situação de adotabilidade integradas em CAT/LIJ é razoável ($M = 2.71$, $DP = 0.67$) em termos de quantidade e pormenor. Porém, tecem um cenário significativamente mais negativo ($t(50) = 3.44$, $p < .000$; $r = .46$) relativamente às crianças integradas em famílias de acolhimento, percecionando a informação como incompleta ($M = 2.33$, $DP = 0.68$).

A figura 6.1 ilustra a distribuição das frequências de resposta na avaliação da quantidade e pormenor da informação sobre a criança. Enfatiza-se que nenhum dos participantes considerou a informação como “5- extremamente completa”, pelo que as respostas variam entre 1 e 4. Todavia, o extremo negativo “extremamente incompleta” é aplicado à informação sobre crianças integradas em ambos os contextos.

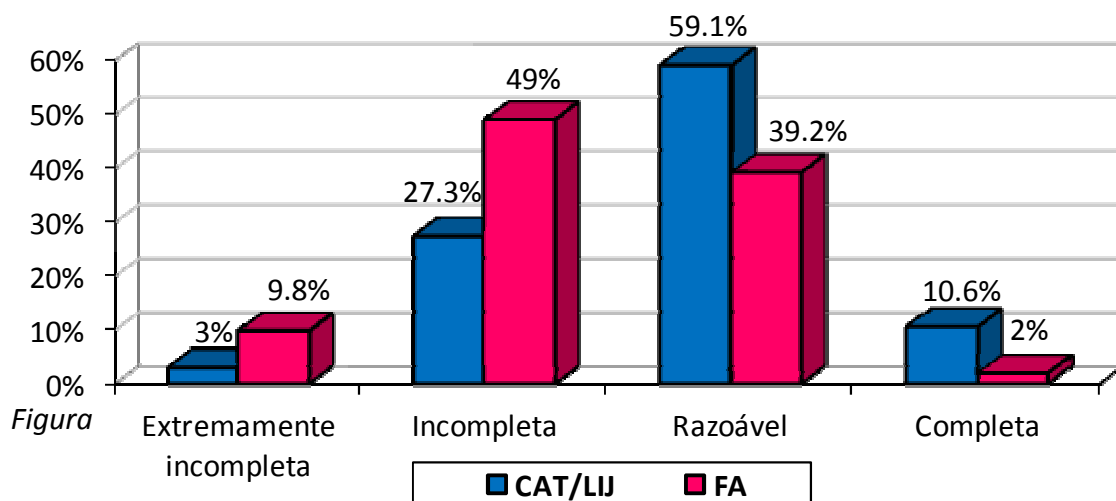


Figura 6.1. Distribuição de frequências acerca do grau de completude de informação sobre as crianças integradas em CAT/LIJ e FA.

Numa análise mais particularizada, verificou-se que os técnicos consideraram a informação acerca da criança nos diferentes domínios avaliados como razoavelmente completa ($Mdn = 3$). Visando ir além desta aparente homogeneidade optámos por representar graficamente as frequências obtidas nas diferentes opções de resposta (Figura 6.2). De salientar a exclusividade da resposta “5- *extremamente completa*” para dois domínios, nomeadamente o desenvolvimento e os problemas de sono, alimentação, encoprese e enurese. Considerando que em cada um destes domínios referidos apenas um técnico (1.5%) seleccionou essa resposta, procedemos à junção das categorias “completa” e “extremamente incompleta”.

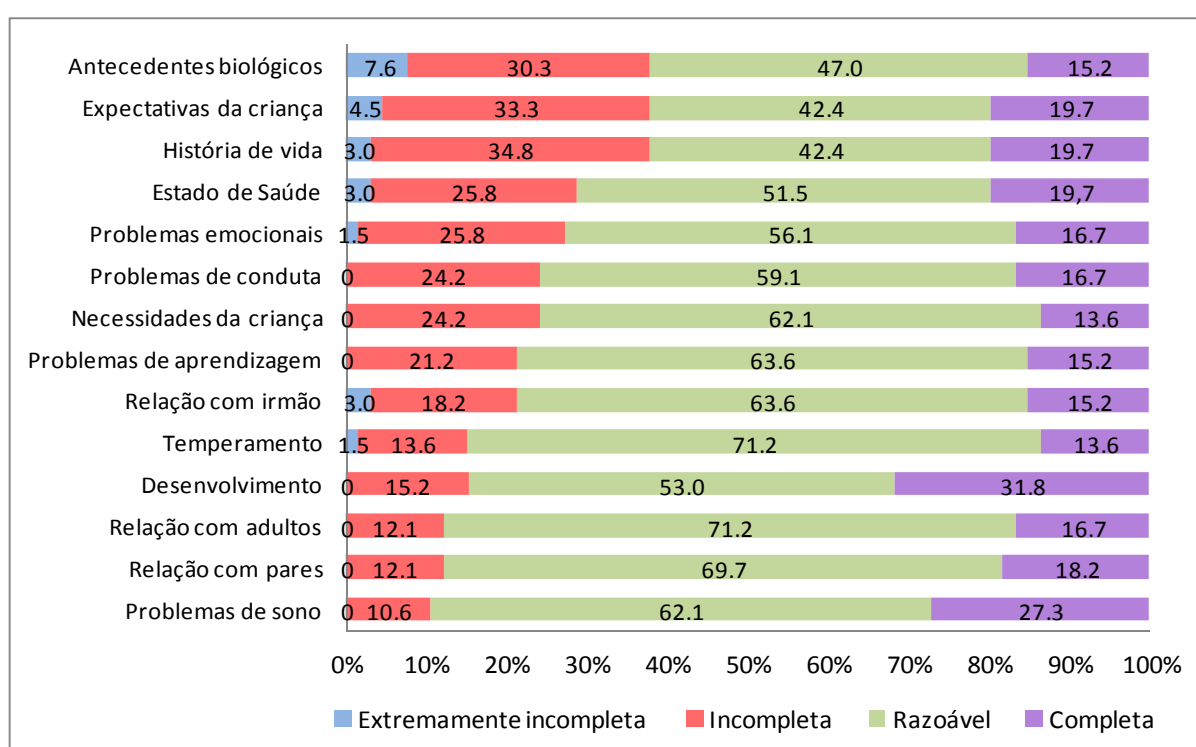


Figura 6.2. Distribuição do grau de completude da informação acerca das crianças em diferentes domínios.

A informação relativa ao passado da criança (ex.: problemas de saúde e de dependências dos ascendentes; história de perdas, maus-tratos e privação) surge como menos completa, porém o mesmo se aplica à informação atual e relevante para a definição do projeto de vida da criança, nomeadamente a motivação e expectativas da criança em relação à adoção, em que 37.8% dos técnicos a consideram (extremamente) incompleta.

Os técnicos do serviço de adoção, quando confrontados com relatórios incompletos acerca das crianças acolhidas em CAT/LIJ e FA⁶⁸, tendem a articular com os técnicos responsáveis⁶⁹ (quadro 6.4). Esta articulação pode ser mais ou menos formal (ex.: *“Numa articulação próxima”*; *“solicita-se por escrito o envio de informação que está em falta, especificando os aspetos que se pretendem ver aprofundados”*), e com diferentes estilos de interação (ex.: solicitando/alertando/sensibilizando/insistindo/pressionando, etc.). Com um maior grau de estruturação, alguns técnicos ($n = 13$) mencionam a realização de reuniões com a equipa técnica do CAT/LIJ no sentido de recolher mais e melhor informação, esclarecer dúvidas, consultar o processo da criança e/ou sugerir novos instrumentos e metodologias de avaliação. Todavia a articulação com os técnicos/entidades responsáveis não está isenta de constrangimentos (ex.: *“nem sempre o pedido foi bem entendido e aceite”*; *“há centros que sistematicamente enviam informações incompletas (poucos neste momento, mas sempre os mesmos), contactamos para insistir e já tivemos de reunir com a direcção”*).

Quadro 6.4

Distribuição dos procedimentos usados para completar a informação (N = 64)

	<i>n</i>	<i>%⁷⁰</i>
Solicitar informação adicional aos técnicos responsáveis	61	95.3
Recolha direta junto de outras fontes de informação	17	27.9
Reunião com os técnicos responsáveis/FA	13	20.3
Contacto com a criança	11	17.2

A informação também é recolhida diretamente pelos técnicos dos serviços de adoção junto de outras entidades que acompanham ou acompanharam a criança (ex.: escola, centro de saúde, hospital, etc.). De modo similar, o contato direto com a criança ($n = 11$) também é valorizado para ultrapassar a falta de informação (*“Articulação muito estreita com os técnicos que conhecem a criança e conhecer a criança, são aspetos essenciais para conhecer e “sentir” aquela criança”*). Este contacto pode implicar a realização de uma avaliação psicológica/desenvolvimental ($n = 3$), a observação da criança, e/ou a interação com a

⁶⁸ Na medida em que os procedimentos adotados eram similares para os dois contextos optou-se por juntar as respostas.

⁶⁹ Nesta categoria consideraram-se as diferentes entidades que acompanharam a criança e a família biológica no âmbito do seu processo de promoção e proteção (ex.: Tribunal, CPCJ, EMAT, equipa técnica do CAT/LIJ, equipa de acolhimento familiar, família de acolhimento).

⁷⁰ Nesta e em tabelas subsequentes um total superior a 100% é indicativo da possibilidade de escolha ou nomeação múltipla.

criança no CAT/LIJ/FA ou noutros contextos (*“conhecer pessoalmente a criança em vários momentos e diferentes contextos - institucional; no serviço e em locais “neutros”, jardins, parques”*).

Por vezes, mesmo após diversas diligências a informação sobre a criança continua incompleta pelo que os técnicos referem a necessidade de preparar os candidatos *“para um cenário de muitas incertezas”*.

Além desta pergunta aberta, solicitou-se aos técnicos que indicassem a frequência com que usam diversos procedimentos para conhecer as características e necessidades da criança (Figura 6.3).



Figura 6.3. Medianas das variáveis relativas aos procedimentos implementados na avaliação da criança.

Antes de propor a criança a um candidato, a quase totalidade 97% dos técnicos (97%) leem sempre os relatórios existentes sobre a criança ($Mdn = 5$, $IQQ = 0$). Similarmente, os técnicos reúnem presencialmente com os técnicos do CAT/LIJ/FA e visitam a criança no seu contexto entre muitas vezes a sempre ($Mdn = 5$, $IQQ = 1$).

Apesar da informação sobre o estado de saúde da criança ser considerada (extremamente) incompleta por 28.8% técnicos, raramente estes marcam a sua presença em consultas de especialidade ($Mdn = 2$, $IQQ = 2$), o que não invalida que recolham informação sobre a saúde, ou outras áreas do funcionamento da criança, mediante articulação direta com informantes privilegiados ($Mdn = 3$, $IQQ = 1$).

De realçar a ausência de correlação entre a quantidade/pormenor de informação sobre o estado de saúde da criança e a presença em consulta de especialidade. Similarmente, não se verifica correlação entre a informação sobre as expectativas da criança em relação à adoção e a auscultação da sua vontade por parte do técnico do serviço de adoção. Estes dados sugerem que determinadas práticas estão, ou não, instituídas, e são independentes da existência, ou não, de informação prévia.

Somente 18 técnicos assumiram como função a avaliação das crianças, porém a quase totalidade respondeu à questão relativa aos procedimentos implementados para avaliar as características e necessidades da criança. A opção de resposta “não se adequa às minhas funções” foi apenas aplicada de forma mais consistente nos itens de avaliação do desenvolvimento, da personalidade, da representação familiar e do comportamento da criança, em que o número de participantes reduziu para 42 a 46, em função do item. Numa análise comparativa entre os dois grupos (função de avaliação das crianças vs. Sem função) não se verificaram, de modo geral, diferenças significativas na frequência com que os vários procedimentos são realizados. Excecionalmente, a observação em contexto é significativamente superior ($t(59) = -2.24, p = .029$) no grupo sem função de avaliação da criança ($n = 43; M = 4.07, DP = 1.08$) do que no grupo com função ($n = 18; M = 3.39, DP = 1.09$), remetendo para uma necessidade generalizada de os técnicos conhecerem e/ou visualizarem a criança antes de a proporem aos candidatos.

Além dos elencados na questão, outros procedimentos são referidos pelos técnicos tais como: *“acompanhamento psicológico semanal”*; *“contacto directo com os monitores que prestam cuidados e com a pessoa com a qual a criança mantém uma relação de mais proximidade”*; promover a construção de um *“Álbum de apresentação da criança, com fotografias e referências a características da personalidade e gostos pessoais”* e *“em casos mais complexos (crianças mais crescidas e/ou mais perturbadas) estabelecimento prévio de uma relação de maior proximidade, que permita conhecer melhor as suas características e encontrar a família mais adequada, bem como intermediar a fase de transição e estar preparado para ajudar os pais a lidar eficazmente com as situações que forem surgindo”*. A um nível mais abrangente também é referida uma intervenção no sentido de qualificar as práticas e por conseguinte melhorar a avaliação e preparação das crianças em situação de adotabilidade (*“De momento, estamos a accionar acções de formação com a equipa técnica dos CAT’s e Lares no sentido de os sensibilizar para a problemática das adopções, aligeirar*

circuitos e equacionar em conjunto a melhor estratégia para a preparação/sensibilização da criança face à adoção”).

6.3.2. Avaliação dos candidatos

No âmbito de uma pergunta aberta, as percepções dos técnicos acerca das dimensões mais importantes para avaliação da idoneidade dos candidatos foram agrupadas em 11 categorias (Quadro 6.5).

Quadro 6.5

Distribuição das dimensões mais importantes na avaliação da idoneidade (N = 52)

	<i>n</i>	<i>%</i>
Motivação	29	55.8
Sistema individual	28	53.8
Sistema conjugal	21	40.4
Parentalidade	21	40.4
Parentalidade adotiva	19	36.5
Relação com família alargada, amigos e comunidade	18	34.6
Sistema familiar	15	28.8
Características sociodemográficas	10	19.2
História de vida	10	19.2
Registos criminais	4	7.7
Postura	2	3.8

A motivação para adoção (ex.: origem, amadurecimento, luto da parentalidade biológica, etc.) é a dimensão referida mais sistematicamente pelos técnicos como importante na avaliação da idoneidade dos candidatos, assim como o sistema individual (ex.: regulação, estabilidade e equilíbrio emocional; flexibilidade; tolerância à frustração; capacidade de insight; maturidade; afetividade, etc.). O sistema conjugal quando aplicável (ex.: coesão do casal; estabilidade da relação; nível de satisfação, etc.), a parentalidade (ex.: modelo educativo; conhecimento do desenvolvimento da criança, etc.), a parentalidade adotiva (ex.: aceitação das diferenças/dificuldades/necessidades da criança adotada; expectativas sobre a adoção e a criança adotada, comunicação, etc.) e a relação com outros (ex.: inserção social e familiar) são privilegiadas por mais de um terço dos técnicos. Outras dimensões tais como a postura (ex.: veracidade dos fatos; discurso coerente, etc.) e a ausência de registos criminais são menos valorizadas na avaliação da idoneidade.

Incidindo na rejeição de candidaturas foi solicitada aos técnicos a definição de indicadores que, presentes de forma isolada ou conjugada, justificassem a emissão de um parecer negativo. Apesar de 52 técnicos terem respondido apenas se consideraram válidas

39 respostas, uma vez que as restantes 13 se restringiram à definição de domínios, sem explicitar a direção da avaliação (ex.: *“motivação, práticas educativas, dinâmica familiar e conjugal”*).

Se por um lado alguns técnicos consideram necessário uma listagem dos critérios (ex.: *“É esta suposta lista que nos faz imensa falta nos indeferimentos/rejeições, pois raramente existem factos”/“Considero que essa listagem seria fundamental existir, pois sinto grande dificuldade em traduzir para o papel o porquê do parecer negativo”*), por outro lado também reconhecem a sua devida adaptação em função da candidatura em questão (*“acho que os indicadores deverão ser sempre avaliados dentro do contexto da candidatura, não sendo muito benéfica a análise isolada”*).

Os critérios definidos são apresentados no quadro 6.6, presidindo a motivação desadequada dos candidatos que abrange uma multiplicidade de respostas, nomeadamente a motivação ser autocentrada, visando *“o preenchimento de um vazio afetivo sem qualquer outra dimensão associada”*, orientada *“para uma companhia na velhice ou transmissão de herança”*, ou *“pretender um filho para que [este] um dia possa cuidar dele”*. O altruísmo enquanto motivação dominante ou exclusiva ou situações em que os candidatos encaram *“a adoção como uma forma de ‘tomar conta’ de uma criança, não a integrando verdadeiramente como filha”*. A candidatura à adoção na sequência do falecimento de um filho biológico, em que luto não está adequadamente resolvido também é enfatizada. Paralelamente, o luto da filiação biológica não resolvido, em que *a “infertilidade [é] encarada com vergonha e não aceite por si”* e há uma *“valorização do filho de ‘sangue”* poderão constituir exemplos de uma motivação desadequada. Nas candidaturas de casal, poderá constituir um critério para rejeição da candidatura os cônjuges apresentarem uma motivação díspar ou, inclusivamente, quando há oposição, implícita ou explícita, de um dos elementos. Finalmente é referida a pretensão muito restrita dos candidatos, dando especial destaque à idade avançada dos candidatos versus idade baixa da criança desejada, sugerindo até que candidatos com idade superior a 50 anos não pudessem adotar crianças com menos de 6 anos.

Quadro 6.6

Distribuição dos critérios para emissão de um parecer negativo (N = 39)

	<i>n</i>	<i>%</i>
Motivação desadequada	25	64.1
Problemas de saúde física/mental	23	59.0
Não consciência das especificidades da adoção	15	41.0
Falta de competências parentais	13	33.3
Baixas competências pessoais	13	33.8
Baixos recursos socioeconómicos	12	30.8
Relação conjugal conflituosa	11	28.2
Comportamento desviante	9	23.1
Ausência de rede de suporte	6	15.4
Outros	2	5.1

Quanto aos problemas de saúde física/mental é dado maior ênfase aos problemas mentais (21 vs. 8). Ao nível físico são referidas doenças infecto-contagiosas, doenças crónicas limitativas (ao longo do tempo), doenças incapacitantes num dos candidatos ou pouco compatíveis com o exercício da parentalidade, doenças com prognóstico desfavorável e/ou doenças graves com um prognóstico de tempo de vida médio/curto. Ao nível mental, é referido um *“historial de doença do foro psicológico ou psiquiátrico”*; *“grande fragilidade emocional e/ou quadros psicopatológicos que possam pôr em risco o estabelecimento de relações seguras”*. Basicamente as respostas divergem no grau de severidade; enquanto para uns a existência de um *“distúrbio emocional/problemática psíquica”* motivaria a rejeição da candidatura, para outros só casos graves a muitos graves fundamentariam tal parecer.

A não consciência das especificidades da adoção remete para a idealização (excessiva) da criança adotada e da adoção, expectativas irrealistas/desadequadas, refratarias à intervenção profissional, a não percepção/aceitação dos desafios e especificidades da parentalidade adotiva (ex.: revelação e comunicação sobre a adoção), a fraca ou desadequada percepção das necessidades específicas das crianças em situação de adotabilidade e a anulação ou não aceitação do passado/história da criança.

No que diz respeito às competências parentais, são referenciados a *“fraca ou desadequada percepção relativamente aos desafios educativos e necessidades emocionais das diferentes etapas de desenvolvimento das crianças em geral”*, modelos educativos desadequados (ex.: excessiva rigidez, parentalidade autoritária com recurso à punição, situações de abuso, maus tratos, etc.) e baixo sentimento de autoeficácia parental (ex.: *“excessiva ansiedade face à capacidade educativa”*). Por outro lado, as competências

peçoais reportam-se a um estilo de vinculação inseguro ou evitante, a uma baixa capacidade de *insight* imputável (ou não) a fracos recursos intelectuais ou de elaboração mental, a uma baixa capacidade de resolução de problemas/dificuldades, a uma rigidez (mental, atitudinal, afetiva ou comportamental) e intolerância.

Os recursos socioeconómicos englobam uma situação económica instável, frágil ou precária, a ausência de condições habitacionais, o analfabetismo ou baixa escolaridade (não sendo definido ponto de corte) dos candidatos.

Uma relação de casal insatisfatória para um ou ambos os elementos, frágil, instável, conflituosa ou agressiva poderá sustentar, por si só ou em conjugação com outros fatores, um indeferimento da candidatura a adotante, tal como o isolamento social dos candidatos ou a ausência de uma rede familiar e social (principalmente nas candidaturas singulares).

A existência de comportamentos desviantes num candidato, desde o consumo de estupefacientes ou a dependência de drogas, a adoção de *“práticas sexuais duvidosas”*, a expressão de agressividade (ex.: *“indicadores que potenciem personalidades agressoras”*; *“agressividade – observada, historial/antecedentes”*) e a prática de crimes são igualmente indicadores que poderiam justificar um parecer negativo.

Outros fatores como *“a rejeição aberta por parte da família alargada”* e conflitos com a família de origem também são referidos.

Para estimar o grau de dificuldade dos técnicos em avaliar diferentes características/competências dos candidatos e do contexto envolvente, foram apresentados 50 itens. Atendendo à dimensão da amostra ($N = 66$) foi inviável realizar uma análise fatorial em componentes principais no sentido de reduzir estes itens a um número mais limitado de fatores. Perante esta limitação optamos pelo seu agrupamento conceptual tendo como base as cinco dimensões organizadoras das capacidades dos adultos para responder às necessidades infantis, propostas por Palacios (2008).

As cinco dimensões definidas apresentam uma consistência interna boa a muito boa (quadro 6.7), com coeficientes de alfa de *Cronbach* a variar entre .79 e .92, o que aponta para uma homogeneidade dos itens para representar semanticamente as características dos constructos avaliados. Apenas na dimensão **Condições e Circunstâncias de Vida** a remoção do item “Saúde física” permite a subida do nível de consistência interna de .84 para .86, porém optou-se pela sua manutenção dado que não aumenta consideravelmente o α da subescala.

Quadro 6.7

Medidas de tendência central e de dispersão e alfa de cronbach das cinco dimensões

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min-Máx</i>	<i>α</i>
Capacidades Educativas Gerais e Específicas	2.75	0.55	1 – 4	
Práticas educativas, quando já há filhos	2.33	0.65	1 – 5	
Necessidades	2.42	0.72	1 – 4	
Rigidez/flexibilidade na procura de origens	2.68	0.68	1 – 4	
Capacidade para responder às necessidades afetivas da cr.	2.70	0.72	1 – 4	
Capacidade de comunicação sobre a adoção	2.75	0.92	1 – 5	
Capacidade para responder às necess. educativas da cr.	2.80	0.68	1 – 4	
Capacidade de aceitar as limitações da criança	2.93	0.73	1 – 5	.92
Práticas educativas sem filhos	3.07	0.85	1 – 4	
Capacidade para enfrentar dificuldades educativas	3.12	0.70	1 – 4	
Práticas educativas, quando já há filhos	2.33	0.65	1 – 5	
Capacidade para enfrentar dificuldades educativas	3.12	0.70	1 – 4	
História e Características Pessoais e Familiares	2.82	0.49	1 – 4	
Qualidade da relação com os filhos biológicos	2.41	0.73	1 – 5	
Capacidade para assumir compromissos	2.50	0.77	1 – 4	
Funcionamento familiar	2.54	0.65	1 – 5	
Relação com a família de origem	2.65	0.80	1 – 5	
Qualidade da relação com outros familiares	2.69	0.75	1 – 5	
Características dos filhos biológicos	2.71	0.83	1 – 5	
Capacidade para manter e estabelecer vínculos	2.81	0.86	1 – 5	
Qualidade da relação conjugal	2.88	0.77	1 – 5	.87
Capacidade de resolução de conflitos	2.98	0.64	2 – 4	
Luto de um filho	2.98	0.80	1 – 5	
Luto da filiação biológica	2.92	0.75	1 – 5	
Características dos outros familiares que residem	3.00	0.82	2 – 5	
Capacidade para fazer face a perdas	3.02	0.77	2 – 5	
Estabilidade emocional e psicológica	3.04	0.66	1 – 4	
Tolerância à frustração	3.09	0.63	2 – 4	
Projeto de Adoção	2.59	0.43	1 – 4	
Consenso entre o casal acerca do perfil desejado	2.10	0.44	1 – 3	
Flexibilidade/rigidez no perfil da criança desejada	2.17	0.59	1 – 4	
Razões de redefinição do perfil	2.18	0.47	1 – 3	
Motivação para a adoção em casais	2.38	0.66	1 – 4	
Receios	2.43	0.72	1 – 4	
Motivação para a adoção em candidato singular	2.49	0.68	1 – 4	
Mitos sobre a adoção	2.50	0.80	1 – 4	
Aceitação da parentalidade adotiva	2.66	0.63	1 – 4	.89
Expectativas sobre a adoção	2.70	0.76	1 – 5	
Expectativas sobre a criança	2.72	0.80	1 – 5	
Capacidade de aceitar as mudanças da adoção	2.86	0.61	2 – 4	
Capacidade de compreender as necessidades da criança	2.92	0.74	1 – 5	
Capacidade de prever as especificidades da adoção	2.95	0.86	1 – 5	
Capacidade para lidar com as incertezas da adoção	3.10	0.68	1 – 5	

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min-Máx</i>	α
Condições e Circunstâncias de Vida	2.25	0.49	1 – 3	
Situação económica	1.86	0.65	1 – 4	
Disponibilidade de tempo	2.20	0.66	1 – 4	
Rede social	2.21	0.70	1 – 4	
Fontes de apoio e ajuda	2.25	0.86	1 – 5	
Capacidade de aceder a recursos comunitários	2.25	0.87	1 – 5	.84
Posicionamento dos filhos	2.28	0.52	1 – 3	
Saúde física	2.35	0.82	1 – 4	
Posicionamento de outros familiares	2.43	0.67	1 – 4	
Posicionamento da família alargada	2.57	0.86	1 – 5	
Resposta à Intervenção Profissional	2.15	0.57		
Atitude ao longo do processo de seleção	2.02	0.57	1 – 4	
Postura face aos profissionais	2.03	0.67	1 – 4	.79
Compreensão da necessidade de intervenção	2.43	0.79	1 – 4	

Os técnicos dos serviços de adoção apresentam em média pouca dificuldade na avaliação das *Condições e Circunstâncias de Vida* e da *Resposta à Intervenção Profissional* dos candidatos e alguma dificuldade na avaliação das outras dimensões.

Realizou-se uma análise de variância para medidas repetidas (quadro 6.8) e verificam-se diferenças significativas no grau de dificuldade em função da dimensão avaliada, $F(3.23, 190) = 44.23$, $p < .001$; Potência = 1.000.

Quadro 6.8

Médias, desvios-padrão e valor de F na análise de variância para medidas repetidas

	História e Carac.	Projeto de Adoção	Capacidades Educativas	Condições de Vida	Resposta à Intervenção Profissional	
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>F (3.23, 190)</i>
Dificuldade	2.82 (0.49)	2.59 (0.43)	2.75 (0.55)	2.25 (0.49)	2.15 (0.57)	44.23***

*** $p < .001$

De acordo com as análises de comparação de pares de *Bonferroni* (Quadro 6.9), os técnicos apresentam maior dificuldade na avaliação da *História e Características Pessoais e Familiares* ($M = 2.82$, $DP = 0.49$) do que na avaliação do *Projeto de Adoção* ($M = 2.59$, $DP = 0.43$), das *Circunstâncias de Vida* ($M = 2.25$, $DP = 0.49$) e da *Resposta à Intervenção Profissional* ($M = 2.15$, $DP = 0.57$), não se diferenciando na avaliação das *Capacidades Educativas*. Por outro lado, os técnicos têm menor dificuldade em avaliar a *Resposta à Intervenção Profissional* e as *Circunstâncias de Vida*, não se diferenciando nestas dimensões, do que em avaliar o *Projeto de Adoção* e as *Capacidades Educativas*.

Quadro 6.9

Diferenças ao nível da dificuldade em função da dimensão avaliada

	Projeto de Adoção	Capacidades Educativas	Intervenção Profissional	Circunstâncias de Vida
História de Vida	***	<i>ns</i>	***	***
Projeto de Adoção		**	***	***
Capacidades Educativas			***	***
Intervenção Profissional				<i>ns</i>

*** $p < .001$, ** $p < .01$

Enfatiza-se a ausência de correlação significativa entre o tempo de experiência profissional na adoção e o grau de dificuldade percebido na avaliação das diferentes dimensões. A experiência ou ausência dela, não contribui para um maior ou menor sentimento de autoeficácia.

A análise de variância multivariada (MANOVA), de acordo com critério de Pillai, revelou que a formação profissional (Técnico Social⁷¹ e Psicólogo) não teve um efeito estatisticamente significativo sobre a combinação das cinco variáveis dependentes (História de Vida; Projeto de Adoção, Capacidades Educativas, Intervenção Profissional e Circunstâncias de Vida), $V = 0.048$, $F(5, 48) = 0.48$, $p = .789$; *Potência* = .17.

No concernente aos temas mais explorados na avaliação dos candidatos foi solicitado aos técnicos que, de uma lista de dez temas, selecionassem apenas três e os hierarquizassem. Não foram considerados os participantes que não responderam, os que responderam desadequadamente (ex.: respostas com mais de três temas não hierarquizados), nem aqueles que não tinham como funções a avaliação dos candidatos⁷², obtendo-se um total de 53 respostas válidas. A figura 6.4 representa a frequência com que os temas foram selecionados, independentemente da sua ordem.

⁷¹ Foram agregados nesta variável técnicos com formação em serviço social, ciências da educação, investigação social e educação.

⁷² Foram incluídos 2 casos em que os sujeitos não tinham respondido acerca das funções desempenhadas.

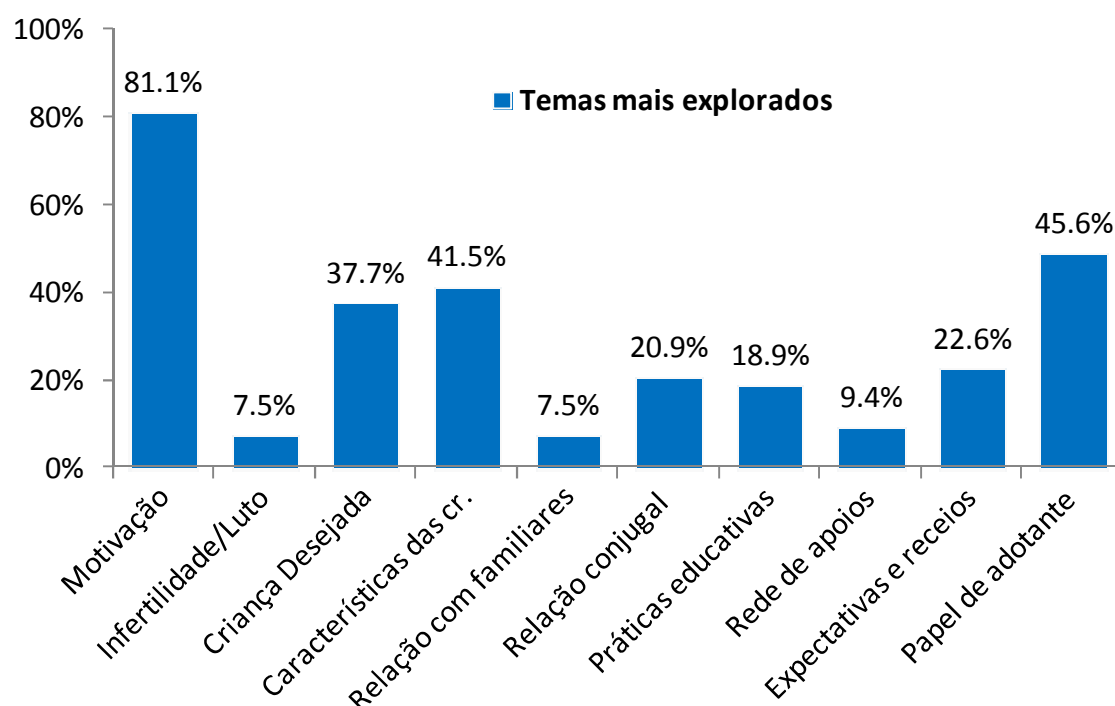


Figura 6.4. Distribuição dos temas mais explorados junto dos candidatos (N = 53).

A motivação para a adoção assume o lugar de excelência nesta listagem constituindo o tema mais explorado no processo de avaliação dos candidatos. Os quatro temas seguintes, por ordem decrescente de exploração, estão associados às especificidades do processo de adoção e estão interligados entre si, designadamente o papel de adotante (45.6%), as características e necessidades das crianças em situação de adotabilidade (41.5%), a(s) características da criança(s) desejada em termos de idade, sexo, antecedentes, etnia e estado de saúde (37.7%) e as expectativas e receios em relação à adoção (22.6%).

A vivência da infertilidade e/ou o luto de um filho, a relação com os familiares (família de origem, filhos biológicos e/ou adotivos) e a rede de apoios e recursos têm menos ênfase no processo de avaliação em comparação com os outros temas.

O processo de avaliação supõe, pelo menos, uma entrevista social, uma entrevista psicológica, uma visita domiciliária e uma entrevista de reavaliação, com a participação de técnicos de diferentes formações profissionais numa lógica de complementaridade, validação ou contradição. Analisando os temas mais explorados, em função da formação de base (Figura 6.5), verifica-se que somente a exploração da rede de apoios e recursos surge associada à formação profissional, segundo o teste de *Fisher*, $p = .022$, com um tamanho do efeito médio ($\phi = .32$). Este tema não é selecionado por nenhum dos psicólogos, mas é escolhido por 20.8% dos técnicos sociais, enquanto tema mais explorado.

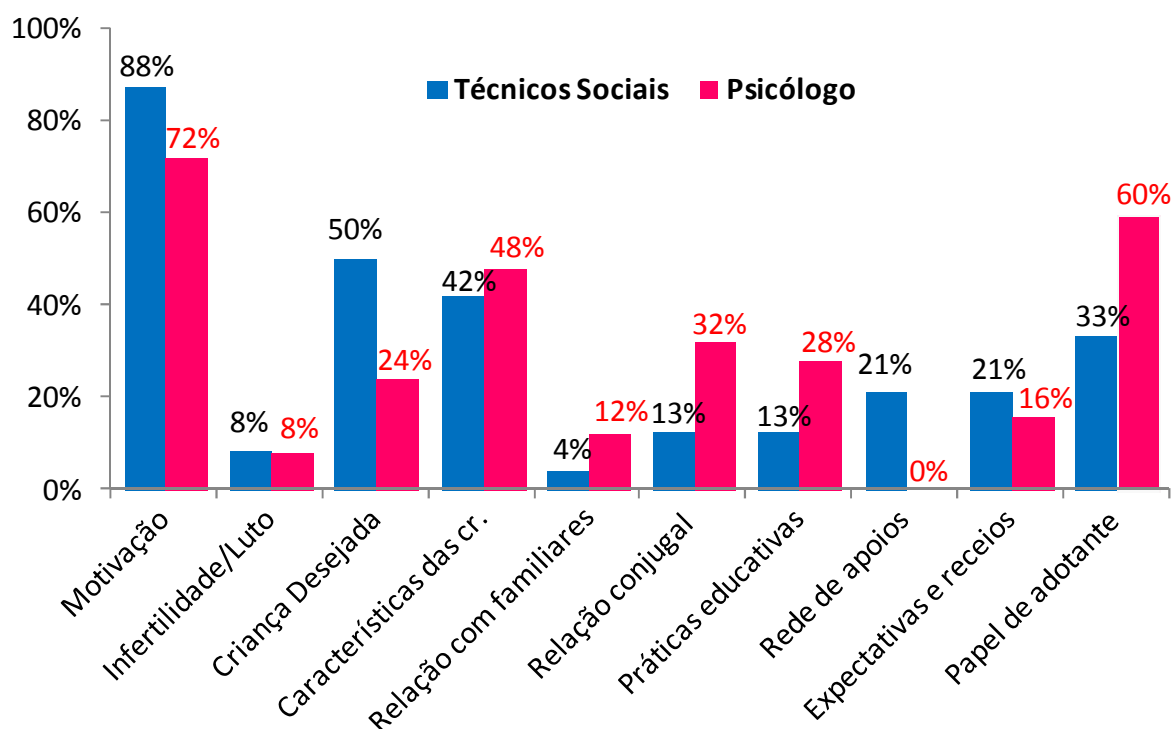


Figura 6.5. Distribuição dos temas mais explorados junto dos candidatos por Psicólogos ($n = 25$) e Técnicos Sociais ($n = 24$).

A motivação e as características/necessidades das crianças em situação de adotabilidade continuam a assumir um lugar de destaque para ambos os técnicos. Os técnicos sociais exploram mais o perfil da criança desejada (50%), e os psicólogos o papel de adotante (60%), a relação conjugal (32%) e as práticas educativas (28%).

Relativamente à ordenação entre os temas seleccionados (Figura 6.6), a motivação assume a soberania constituindo o tema mais explorado por 61.5% dos respondentes e partilhando o primeiro lugar com as características das crianças (23.1%). Na segunda e terceira posição observa-se uma dispersão dos resultados apesar de alguma predominância do perfil da criança desejada (2º lugar) e do papel do adotante (3º lugar).

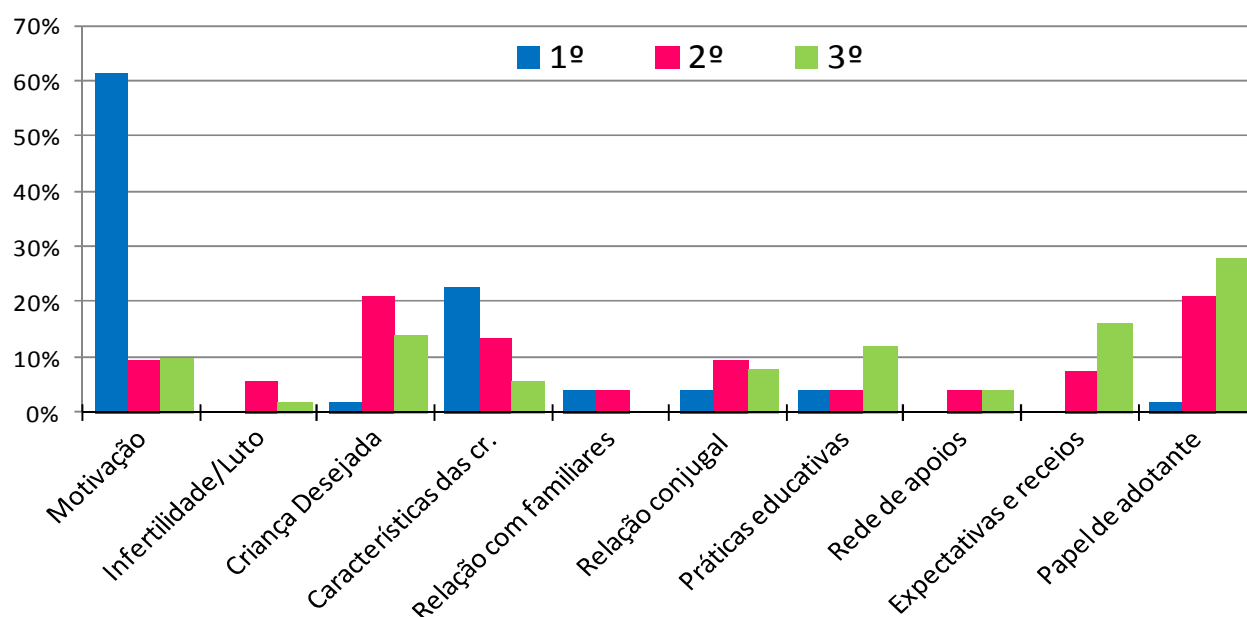


Figura 6.6. Distribuição dos temas mais explorados junto dos candidatos por posição.

Na avaliação dos candidatos à adoção além dos momentos e das estratégias já elencadas no capítulo II (ex.: questionário de candidatura, análise da documentação entregue, entrevista social, entrevista psicológica, visita domiciliária, genograma), transversais a todos os serviços de adoção, os diferentes técnicos referem outras estratégias usadas de forma sistemática ou pontual. De realçar que os técnicos estão conscientes das limitações e potencialidades das diferentes estratégias, geralmente defendendo o seu uso concertado e sinérgico para a elaboração de um parecer mais sustentado.

Para avaliação da rede de suporte formal e informal, os técnicos referem o uso do ecomapa e do mapa social e, para avaliação do nível socioeconómico, a escala de Graffar.

No sentido de esclarecer ou complementar informação, os técnicos mencionam o contacto com os especialistas da área de saúde mental ou física que acompanham os candidatos, após a devida autorização destes, e/ou a solicitação de um relatório. Nalguns casos esta estratégia revela-se crucial para apurar a capacidade física e mental do candidato, no presente e no futuro, para responder às necessidades da criança a adotar, porém *“por vezes verificam-se algumas reservas dos profissionais de saúde em dar informações sobre os doentes aos técnicos”*, pelo que as decisões assentam num maior grau de incerteza e imprevisibilidade.

Em situações particulares os recursos da comunidade (ex.: vizinhos, junta de freguesia, local de trabalho dos candidatos, etc.) também são usados enquanto fontes de informação. Se os técnicos salientam esta estratégia pela qualidade e quantidade de informação que disponibiliza, outros indicam que por vezes se obtêm *“informações contraditórias, pouco precisas ou irrelevantes para o processo”* e outros também refletem acerca da *“fronteira entre a necessidade da informação e a possível invasão da esfera privada/interna do candidato”*.

Os técnicos também discutem determinada candidatura no seio da equipa e/ou eventualmente solicitam o parecer a uma entidade externa, contudo a seleção desta entidade tem de ser criteriosa uma vez que *“acontece que quem avalia desconhece muitas vezes as questões relacionadas com a adopção”*.

Para avaliar a posição e/ou atitude face a determinada situação problema, os técnicos descrevem cenários hipotéticos, geralmente baseados em casos reais, e solicitam a reflexão e/ou resolução dos candidatos.

A observação do comportamento não-verbal do candidato, e da interação entre os subsistemas que compõem a família (conjugal, parental/filial e fraterno) constitui outra estratégia elencada pelos técnicos com várias potencialidades, apesar da inibição das pessoas por saberem que estão a ser avaliadas. Esta inibição pode eventualmente ser mitigada quando a observação é realizada no contexto natural dos candidatos, isto é, no âmbito da visita domiciliária.

O uso de autorregistos é mencionado, não obstante ser sujeito as respostas *“politicamente corretas e desejáveis”*, tal como todas as metodologias que recorrem ao autorrelato. A participação e envolvimento no processo de avaliação de outras pessoas que irão fazer parte da vida da criança também é salientado *“mais contactos com/ou possibilidade de podermos perceber o posicionamento dos familiares mais próximos”*.

Para avaliar objetivamente diferentes domínios são aplicados instrumentos de avaliação psicológica, questionários e escalas tais como o Inventário de personalidade de Eysenck – EPI (Eysenck & Eysenck, 1964, adaptado por Serra, Ponciano, & Freitas, 1980), o Thematic Apperception Test –TAT (Murray, 1943), o NEO-PI-R (P. T. Costa & McCrae, 1992, adaptado por Lima & Simões, 2000), o Adult Attachment Scale-R (Collins & Read, 1990, validada por Canavarro, Dias, & Lima, 2006 e designada por Escala de Vinculação no Adulto), a Family Adaptability Cohesion Evaluation Scale - FACESIII (Olson, Portner, & Lavee, 1985 adaptado por Curral et al., 1999), a Escala de Crenças sobre Punição Física - E.C.P.F. e o

Inventário de Práticas Educativas - I.P.F. (ambos de Machado, Gonçalves, & Matos, 2008), bem como o Índice de Stress Parental – PSI (Abidin, 1983, validado por Santos, 2003). Se a utilização de instrumentos formais permite obter mais informação, reduzir a subjetividade inerente à avaliação e conduzir à normatização e cientificação de procedimentos do processo de avaliação, também comportam algumas limitações tais como a maioria dos testes não estar aferida para a população portuguesa, a dificuldade por parte de alguns candidatos menos escolarizados compreenderem e responderem a algumas questões, a influência da desejabilidade social com consequente manipulação das respostas, etc. Efetivamente, alguns técnicos referem que os testes funcionam como meros indicadores ou que lhes permitem levantar hipóteses que serão posteriormente confirmadas ou infirmadas no seio da entrevista. Também é referida a possibilidade de os testes projetivos serem mais adequados, porém são salientados constrangimentos a nível temporal e de formação/supervisão.

Práticas inovadoras são mencionadas tais como a realização de encontros entre adotantes e candidatos em estudo e a adaptação da entrevista em função do candidato específico (ex.: *“a entrevista com recurso a algum imaginação ... é muito importante. Recorro também a alguns jogos criados por mim no conhecimento das práticas educativas e personalidades dos candidatos”*).

De uma forma geral a entrevista é considerada a principal estratégia de avaliação e as outras estratégias são usadas como forma complementar. A possibilidade de recolher muita informação, permitir maior liberdade de expressão por parte dos candidatos e estabelecer uma relação empática com eles constituem as suas maiores potencialidades. Contudo estas potencialidades são influenciadas pela postura dos candidatos (ex.: mais ou menos defensivos/participativos/reflexivos), havendo sempre a possibilidade de omitirem factos relevantes ou de projetarem uma imagem ideal e pela capacidade do técnico em ir para além das orientações fornecidas superiormente (*“o próprio guião de entrevista é pouco específico, a avaliação fica pela “rama”; “parece importante também aprofundar alguns aspetos uma vez que os itens que constam no Manual de Procedimentos são generalistas o que leva a uma avaliação superficial”*). Concomitantemente, alguns técnicos referem que *“o tempo (6 meses) de estudo é muito pouco para a realização das entrevistas e respectivo amadurecimento e reflexão das questões analisadas”* e que os três *“momentos de entrevista por si só acabam por se revelar insuficientes para conhecer os candidatos”*.

Os conteúdos explorados e as estratégias usadas na avaliação de situações específicas, tais como a existência de filhos biológicos e a existência de outros familiares no agregado, foram apurados com perguntas abertas.

Quando existem filhos biológicos, 68.4% dos técnicos dos serviços de adoção (Quadro 6.11) exploram a preparação do filho biológico para a adoção. Todavia, nesta categoria foi abrangida uma diversidade de respostas, tais como a referência exclusiva do posicionamento/aceitação/vontade do filho biológico; a alusão do grau de envolvimento no projeto e as expectativas do filho biológico em relação ao irmã(o) adotiva/o; e a menção (menos frequente) do conhecimento, receios, idealizações e crenças em relação à adoção e ao irmão adotivo e da consciência das alterações que irão ocorrer no agregado familiar.

Também diversificados são os procedimentos usados para o efeito. Enquanto alguns técnicos avaliam exclusivamente de forma indireta, isto é, através das informações cedidas pelos candidatos; outros recorrem a entrevistas conjuntas (pais e filhos), geralmente no âmbito da visita domiciliária; e outros a entrevistas individuais. Por outro lado, enquanto a auscultação é sempre efetuada (desde que a idade da criança o permita) por alguns técnicos, outros restringem-na a determinados cenários (ex.: *“quando há suspeitas que possa haver algum tipo de rejeição ou haja expectativas erradas face à adopção”*). Assim, quanto à adaptação do processo de avaliação nas candidaturas com filhos biológicos verificam-se posicionamentos díspares tais como *“a avaliação é efetuada de igual forma de acordo com o guião da entrevista”* e *“destaca-se que o(os) filho(s) biológicos passam a fazer parte do processo avaliativo, assumindo um papel muito importante”*.

Independentemente dos procedimentos adotados, é de salientar que a preparação do filho biológico para a adoção não é referida por um terço dos técnicos.

Quadro 6.10

Distribuição dos conteúdos específicos explorados nas candidaturas com filhos biológicos (N = 57)

	<i>n</i>	<i>%</i>
Preparação do filho biológico para a adoção	39	68.4
Parentalidade	28	49.1
Funcionamento familiar	23	40.4
Motivação	20	35.1
Parentalidade adotiva	12	21.1
Características do filho biológico	11	19.3
Equilíbrio com a integração de uma criança adotada	11	19.3

Se na generalidade das candidaturas são exploradas as ideias e, eventualmente, as práticas educativas com crianças (ex.: sobrinhos, filhos de amigos, alunos, etc.), no âmbito de uma candidatura com filhos biológicos é explorado, segundo 28 técnicos, o exercício de facto da parentalidade. Desta forma são analisados com os candidatos as práticas e estratégias educativas usadas, as expectativas em relação aos filhos existentes, as dificuldades surgidas no contexto educativo e a forma como foram vivenciadas e ultrapassadas, a percepção de si próprios no papel parental, a concordância ou dissonância entre o casal nas práticas educativas e as capacidades pessoais/parentais para lidar com as problemáticas das relações fraternas. Paralelamente, 40.4% dos técnicos salientam a necessidade de avaliar aspetos específicos da dinâmica e funcionamento familiar, nomeadamente a qualidade das relações pais-filhos, o impacto da parentalidade na conjugalidade e o *stress* parental.

A motivação para adoção, as expectativas em relação à adoção e a um filho adotivo, a consciência das semelhanças e diferenças entre a parentalidade biológica e adotiva, a antecipação de possíveis tensões que poderão surgir derivadas do facto dos filhos terem origens diferentes são alguns dos conteúdos específicos abordados nas candidaturas com filhos biológicos.

Onze técnicos mencionam recolher informação acerca das características, funcionamento, desenvolvimento e/ou personalidade dos filhos biológicos, geralmente mediante o autorrelato dos pais e a observação no âmbito da visita domiciliária. Três técnicos referem que, se necessário, realizam uma avaliação psicológica (ex.: *“mediante recurso de instrumentos de avaliação formal ou ludodiagnóstico”*) e um técnico refere a possibilidade de contactos com os estabelecimentos de ensino frequentados pelos filhos biológicos.

O equilíbrio da família, com a entrada de um novo membro, também é analisado com os candidatos à adoção, seja ao nível dos recursos financeiros da família, das necessidades da família segundo a fase do ciclo familiar que está a atravessar, do impacto que terá no filho biológico atendendo à sua idade, características e necessidades, do equilíbrio e posição na fratria com a integração de uma ou duas crianças, mais velha(s), mais nova(s) ou da mesma idade que o(s) filho(s) biológico(s) existente(s).

Relativamente aos conteúdos específicos a serem abordados quando os candidatos residem com outros elementos da família alargada (Quadro 6.11), a quase totalidade dos técnicos (92.9%) menciona o posicionamento e recetividade relativamente à adoção, bem

como os preconceitos, receios e expectativas do familiar. Porém, um menor número (37.5%) explora como o familiar projeta a alteração dos papéis, tarefas e dinâmica familiar e qual o seu grau de envolvimento na integração/educação da criança.

Quadro 6.11

Distribuição dos conteúdos específicos explorados nas candidaturas com outros familiares a residir (N = 56)

	<i>n</i>	%
Posicionamento/aceitação da adoção	52	92.9
Funcionamento familiar	30	53.6
Grau de participação do familiar na vida da criança	21	37.5
Espaços	5	8.9
Estado de saúde	4	7.1
Características do familiar	3	5.4

O funcionamento e dinâmica familiar atual, nomeadamente a relação entre os candidatos e os familiares, as fronteiras entre os diferentes subsistemas, o grau de entreaajuda, intimidade, (in)dependência são referidos por 30 técnicos.

Um número reduzido de técnicos foca as condições de habitabilidade e organização dos espaços ($n = 5$), o estado de saúde ou necessidade de cuidados ($n = 4$) e as características pessoais do familiar ($n = 3$).

Para assegurar a continuidade da avaliação e a atualidade da informação sobre a candidatura, os técnicos referem a realização de contactos presenciais ($n = 45$), contactos telefónicos ($n = 32$) e a dinamização de ações/encontros de (in)formação ($n = 10$). Os contactos presenciais revestem-se de diferentes formatos, desde reuniões para atualização de informação, entrevistas mais aprofundadas, até reavaliações com entrevista psicossocial e visita domiciliária.

Os técnicos relatam contactos/avaliações, mais ou menos regulares, sem periodicidade definida ($n = 33$) ou com uma periodicidade definida ($n = 10$) que varia entre semestral e trianual. Outros restringem a atualização/reavaliação para o momento em que se prevê a proposta de uma criança ($n = 7$), quando os candidatos contactam ou a solicitam ($n = 7$) ou quando existem alterações significativas na vida dos candidatos ($n = 4$). Um quarto dos técnicos (25.9%; $n = 15$) considera que consegue assegurar a atualidade da informação, 65.5% ($n = 38$) acha que não e 8.6% ($n = 5$) não se posiciona.

Para ultrapassar as limitações identificadas, 37 técnicos sugerem alternativas, nomeadamente a realização de contactos/entrevistas mais sistemáticas (43.2%), semestrais,

anuais ou de 18 em 18 meses, a dinamização de sessões de formação em grupo e/ou ações de reflexão/sensibilização/partilha de experiências com os candidatos (37.8%), uma maior disponibilidade de tempo e de recursos humanos afetos a esta área (16.2%), a diminuição do tempo de espera entre a seleção e a proposta da criança (5.4%), a mudança da regulamentação, em que a reavaliação assumiria uma carácter obrigatório ou com prazos estipulados (5.4%) e a utilização de um instrumento de avaliação especificamente construído para o efeito (2.7%).

6.3.3. Correspondência

Ao nível da correspondência apresentaram-se 14 características das crianças e solicitou-se aos participantes que seleccionassem apenas as cinco principais que têm em consideração quando pensam num possível candidato. Obtiveram-se 57 respostas válidas e a sua distribuição é apresentada no quadro subsequente.

Quadro 6.12

Distribuição das características seleccionadas das crianças (N = 57)

Características das Crianças	<i>n</i>	%
Idade	40	70.2
Desenvolvimento (psicomotor, linguístico, cognitivo)	38	66.7
Estado de saúde	32	56.1
Afastamento geográfico entre a família biológica e a adotiva	27	47.4
Etnia	23	40.4
História de vida	23	40.4
Adoção múltipla	21	36.8
Temperamento/personalidade	18	31.6
Sexo	16	28.1
Comportamento	15	26.3
Antecedentes biológicos	12	21.1
Expectativas da criança face à adoção	11	19.3
Relação com adultos/pares/figuras cuidadoras	6	10.5
Tempo de situação de adotabilidade decretada	0	0.0

Por ordem de representatividade a *Idade* constitui a característica mais frequentemente seleccionada pelos participantes (70.2%). De modo similar o *Desenvolvimento* e o *Estado de saúde* da criança são seleccionados por mais de metade da amostra (66.7% e 56.1%, respetivamente). O *Comportamento da criança*, associado de forma consistente em diversos estudos ao (in)sucesso da adoção, é apenas escolhido por cerca de um quarto da amostra (26.3%), assumindo a nona posição na hierarquia de frequências. Em antepenúltimo lugar surge as *Expectativas da criança em relação à adoção*

(e por inerência em relação aos candidatos) que em termos de importância relativa é notoriamente preterida, sendo apenas selecionada por 11 técnicos.

Adicionalmente foi solicitado aos participantes que ordenassem as cinco opções por ordem de importância obtendo-se 51 respostas válidas (quadro 6.13).

Quadro 6.13

Distribuição da ordenação atribuída às cinco características selecionadas (N = 51)

Características das Crianças	1º	2º	3º	4º	5º
Idade	25.5	13.5	9.8	15.7	6.0
Desenvolvimento	5.9	13.5	11.8	25.5	8.0
Estado de saúde	9.8	13.5	21.6	5.9	6.0
Afastamento geográfico	11.8	9.6	7.8	5.9	16.0
Etnia	9.8	13.5	5.9	2.0	12.0
História de vida	9.8	5.8	9.8	5.9	12.0
Adoção múltipla	9.8	9.6	3.9	5.9	8.0
Temperamento/personalidade	5.9	3.8	5.9	11.8	4.0
Sexo	3.9	5.8	7.8	3.9	6.0
Comportamento	2.0	3.8	9.8	3.9	6.0
Antecedentes biológicos	2.0	3.8	0	7.8	6.0
Expectativas face à adoção	3.9	1.9	3.9	5.9	4.0
Relação com adultos/pares	0.0	1.9	2.0	0.0	6.0

A *Idade* da criança, além de ser a característica mais frequentemente selecionada, é considerada a mais importante. O *Estado de saúde* destaca-se no terceiro lugar e o *Desenvolvimento* no quarto lugar. No segundo lugar há uma maior dispersão dos resultados, em que quatro características assumem alguma evidência com valores percentuais idênticos (*Idade, Desenvolvimento, Estado de Saúde e Etnia*). Finalmente, em último lugar, sobressai a *Proximidade geográfica entre a família biológica e a família adotiva*, apesar das restantes características assumirem resultados relativamente próximos. As percentagens obtidas nas diferentes posições não ultrapassam, de uma forma geral, os 25%, retratando a diversidade de opiniões entre os técnicos dos serviços de adoção acerca da importância relativa das características da criança no processo de Conjugação (*Linking*), ou seja, na exploração de possíveis candidatos.

Foram apresentados seis critérios de correspondência instruindo os técnicos para os hierarquizar por ordem de importância, tendo em consideração a sua prática profissional (Quadro 6.14).

Quadro 6.14

Distribuição da ordenação atribuída os seis critérios de correspondência (N = 63)

Critérios de Correspondência	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Semelhança entre a criança proposta e a criança desejada	36.5	19.0	14.3	15.9	11.3	3.2
Compatibilidade entre as características psicológicas da criança e do candidato	14.3	23.8	31.7	19.0	6.5	3.2
Compatibilidade entre a história de vida da criança e a aceitação pelo candidato	6.3	27.0	17.5	12.7	30.6	6.5
Possibilidade do candidato em organizar o seu quotidiano	1.6	4.8	6.3	28.6	38.7	19.4
Capacidade pessoal do candidato para responder às necessidades da criança	31.7	23.8	28.6	9.5	4.8	1.6
Antiguidade do candidato no serviço (nº de processo)	9.5	1.6	1.6	14.3	8.1	66.1

Na seleção do critério de correspondência mais importante as opiniões dividem-se sobretudo entre a *semelhança entre a criança proposta e a criança desejada* (idade, sexo, etnia, etc.) e a *capacidade pessoal do candidato para responder às necessidades específicas da criança*. Apesar do respeito pelos desejos dos pais ser escolhido por mais técnicos na primeira posição (36.5%), observa-se uma maior dispersão dos resultados ao longo das quatro posições subsequentes, por oposição à consideração da capacidade pessoal dos candidatos que se concentra nas três primeiras posições (1º - 31.7%, 2º - 23.8% e 3º - 28.6%).

Na segunda posição a *compatibilidade entre a história de vida da criança e a aceitação pelo candidato e a sua família* ganha maior expressividade (27%), não obstante a divergência de opiniões em que dois outros critérios são designados para ocupar esta posição (23.8%). Na posição seguinte realça-se a *compatibilidade entre as características psicológicas da criança e do candidato*, consensualmente selecionada por 31.7% dos técnicos.

Menor importância é atribuída à *possibilidade do candidato em organizar o seu quotidiano a nível familiar, profissional e social para responder às necessidades específicas da criança* assumindo a antepenúltima e penúltima posição. A maioria dos técnicos (66.1%) atribui a última posição à ordem de inscrição do candidato no serviço, porém 9.5% consideram-no o critério de correspondência mais importante na sua prática profissional.

Os critérios de correspondência foram novamente abordados mediante a apresentação de um caso prático e de uma pergunta aberta.

O caso prático envolvia uma criança de 7 anos de idade com um desenvolvimento normativo. No processo de conjugação (*linking*) técnicos diferentes selecionaram duas candidaturas possíveis com características sociodemográficas similares (casais sem filhos, sensivelmente da mesma idade, com as mesmas habilitações académicas e situação económica). Perante este impasse o respondente teria de elencar os critérios e procedimentos que possibilitariam a seleção do candidato a ser correspondido com a criança (*matching*). De forma intencional foram fornecidos poucos elementos acerca da criança e dos candidatos deixando em aberto uma multiplicidade de cenários, embora a idade (7 anos) pressupor um conjunto significativo de vivências e memórias na família biológica e/ou no acolhimento.

Apesar de na resposta anterior 66.1% dos técnicos considerarem o tempo de espera dos candidatos como o critério menos importante na correspondência, este critério foi referido por 73.3% ($n = 40$) dos técnicos na análise do caso. Aliás, 11 técnicos apresentaram exclusivamente este critério, dois técnicos referiram-no como o primeiro critério a atender, 18 técnicos mencionaram-no em combinação com outros critérios não estipulando uma ordem de prioridade e 13 técnicos citaram-no como critério de desempate (*“se não houver outro elemento distintivo entre os casais, o que estiver inscrito em primeiro lugar”*). Se nalgumas situações este ‘desempate’ decorre de uma análise prévia das capacidades dos candidatos, da aceitação da história de vida da criança, das expectativas, etc., noutras situações apenas é analisada a proximidade da zona de residência dos candidatos com a zona de residência da família biológica. Por outro lado, pressupor a possibilidade de “igualdade de circunstâncias” após a avaliação dos parâmetros suprarreferidos levanta preocupações acerca do grau de especificidade e capacidade discriminativa da própria avaliação dos candidatos e/ou da sua análise no processo de correspondência.

Quadro 6.15

Distribuição dos critérios de correspondência na análise do caso (N = 60)

	<i>n</i>	<i>%</i>
Tempo de espera	44	73.3
Ajustamento entre a criança e os candidatos	33	55.0
Competências pessoais e familiares	19	31.7
Pretensão/expectativas dos candidatos	10	16.7
Afastamento geográfico em relação à família biológica	9	15.0
Motivação	3	5.0

Cerca de metade dos técnicos (55%) referem a importância de considerar em simultâneo as características da criança e as características dos candidatos de forma a obter a melhor correspondência ou então a pertinência de selecionar os candidatos cujas características e competências melhor respondem às necessidades e características da criança. Desta forma, são sempre considerados os dois protagonistas em conjugação (criança e candidatos) visando-se a adequação, o ajustamento ou a compatibilidade (ex.: *“partindo das características específicas da criança e das suas reais necessidades, avaliar qual das duas respostas será a mais adequada”; “Aquele que apresente maior compatibilidade de características psicológicas com a criança”*).

Aproximadamente 32% dos técnicos remetem para competências pessoais e familiares dos candidatos, tais como a capacidade afetiva e educativa, a coesão conjugal, o suporte familiar e social, etc., que são analisadas de forma independente, isto é, não relacionadas com as possíveis características e necessidades da criança. Nalgumas situações, este critério e o suprarreferido coexistem (ex.: *“flexibilidade e capacidades pessoais dos candidatos em responder às necessidades das crianças”*), demonstrando que se por um lado é necessário atender à correspondência em particular, por outro lado existem competências estruturais que deveriam existir em todos os candidatos que adotassem crianças mais velhas.

Dez técnicos mencionam a pretensão, o perfil desejado ou as expectativas dos candidatos em relação a um filho/a, contudo nenhum técnico refere as expectativas da criança em relação aos futuros pais. Um técnico alude à semelhança física entre os candidatos e a criança como um critério de correspondência.

A motivação, o tema mais explorado no processo, quer pelos psicólogos, quer pelos técnicos sociais, é apenas referido por três técnicos enquanto critério de diferenciação e seleção do candidato. Possivelmente os técnicos partiram da premissa que se estas duas candidaturas foram sugeridas ambas teriam uma motivação adequada, mas dentro das motivações “adequadas” haverá alguma mais adequada de que outra em função das características da criança a adotar?

Finalmente, de realçar que apesar do reconhecimento da adoção enquanto direito de uma criança a ter uma família, o discurso (e as práticas) revela-se, por vezes, ainda adulto-centrado (ex.: *“o ajustamento do temperamento/personalidade da criança às características psicológicas dos casais”*).

No âmbito de uma pergunta aberta surgem outros critérios (Quadro 6.16), que o caso tinha controlado, tais como a idade dos candidatos (em que a *priori* crianças mais novas são

integradas com candidatos mais novos), e a composição familiar (em que se considera as implicações de integrar a criança numa família com ou sem filhos biológicos). Ainda de forma residual, quatro técnicos referem as expectativas da criança, o que não se tinha verificado no estudo de caso.

Quadro 6.16

Distribuição dos critérios de correspondência na pergunta aberta (N = 54)

	<i>n</i>	<i>%</i>
Ajustamento entre a criança e os candidatos	42	77.8
Pretensão/expectativas dos candidatos	34	63.0
Afastamento geográfico em relação à família biológica	21	38.9
Tempo de espera da candidatura	10	18.5
Competências pessoais e familiares	7	13.0
Idade	7	13.0
Motivação	5	9.3
Composição familiar	4	7.4
Expectativas da criança	4	7.4

Os critérios de correspondência, salvo as exceções suprarreferidas, são idênticos na análise do caso e na pergunta aberta, contudo o seu peso relativo difere. O tempo de espera, com especial destaque na análise do caso (73.3%), é apenas referido por 10 técnicos na pergunta aberta (18.5%). De salientar que o tempo é referido em associação com a pretensão dos candidatos (100%), com a zona geográfica (70%) ou com o ajustamento entre a crianças e os candidatos (60%). Se num nível mais abstrato os técnicos não assumem o tempo de espera como critério de correspondência, na prática esta variável determina a ordem pela qual as candidaturas são analisadas e nalguns casos (em “desempate”) qual a candidatura a selecionar. Por outro lado o ajustamento entre a criança e os candidatos é expressivo em ambas as respostas, não obstante a maior frequência na pergunta aberta (77.8% vs. 55%). Na pergunta aberta, este critério é referido conjuntamente com a pretensão dos candidatos por 23 técnicos.

Apesar de a aproximação da criança desejada pelo candidato à criança proposta ter sido salientado como um dos principais critérios de correspondência, os técnicos do serviço de adoção, perante a realidade da adoção (ex.: alta frequência de crianças mais velhas, com problemas de saúde, fratrias, etc.), podem apresentar ao candidato possíveis crianças que não correspondam inteiramente à sua pretensão. Para o efeito o técnico atende a diversos indicadores, apresentados no quadro 6.17, destacando-se a flexibilidade, que se pode restringir ao perfil da criança pretendido e à capacidade do candidato em reajustar as suas

expectativas acerca da criança imaginada ou, menos frequentemente, caracterizar o seu modo de funcionamento (ex.: “A capacidade que o candidato demonstrou ter para lidar com determinadas situações relativas à adaptabilidade”; “competências e capacidades dos candidatos na aceitação de desafios”).

Quadro 6.17

Distribuição dos indicadores para propor uma criança diferente da pretensão (N = 54)

	<i>n</i>	<i>%</i>
Flexibilidade	40	74.1
Competência pessoal	31	57.4
Consciência/sensibilidade para as questões da adoção	7	13.0
Idade	4	7.4
Compatibilidade	3	5.6

Por outro lado, os técnicos podem reconhecer nos candidatos, características e competências importantes para a adoção em causa, valorizando diferentes indicadores tais como a capacidade afetiva e educativa, as estratégias de *coping* desenvolvidas e utilizadas no passado, a capacidade para lidar e ultrapassar as dificuldades, a retaguarda familiar, etc.

Os restantes indicadores são referidos por um número reduzido de técnicos, remetendo para a sensibilidade dos candidatos relativamente à história de vida das crianças em situação de adotabilidade, dispendo-se a “ir sobretudo ao encontro das necessidades da criança, mais do que satisfazer as suas próprias necessidades”; a aproximação/compatibilidade entre as características psicológicas de ambos; e a idade mais avançada dos candidatos. De realçar que cinco técnicos afirmam que não apresentam possíveis crianças que não correspondam inteiramente ao perfil desejado pelo candidato.

Na procura de possíveis candidatos para uma criança, cinco técnicos mencionam usar **sempre** a base de dados da adoção (BDA)⁷³, enquanto 12 técnicos referem **nunca** a usar (quadro 6.18), por dificuldades de utilização da aplicação informática ou por considerar que esta não contém informação fundamental como por exemplo, o perfil psicológico dos candidatos e “o seu grau de aceitação e flexibilidade face aos antecedentes e história de vida da criança”. Quinze técnicos referem usar a lista nacional porém não especificam em que circunstâncias.

⁷³ Estes dados foram recolhidos antes da orientação técnica, que determina o recurso obrigatório à BDA para a conjugação, entrar em vigor.

Quadro 6.18

Uso das BDA como recurso para a conjugação (N = 62)

	<i>n</i>	<i>%</i>
Não usa	12	19.3
Usa	50	80.7
Sempre	5	8.1
De forma subsidiária	30	48.4
Não especifica	15	24.2

Aproximadamente metade dos técnicos usa a base de forma subsidiária, isto é, só efetuam pesquisa a nível nacional quando a nível distrital não existe uma candidatura adequada para responder às necessidades da criança ou fratria ou quando é aconselhável ou imperativo, para o bem-estar da criança, o seu afastamento do distrito (ex.: forte oposição dos pais à adoção, pais biológicos com historial de agressividade ou problemas de saúde mental, etc.). Nestas situações é efetuada uma pesquisa em função de critérios gerais relacionados com as características sociodemográficas dos candidatos e perfil da criança desejado (ex.: idade, sexo, etnia, número de crianças, estado de saúde e deficiência). Após uma triagem inicial são contactos os respetivos serviços de adoção para confirmar a disponibilidade dos candidatos, solicitar relatórios, trocar informações e atender aos pormenores do caso. Finalmente é efetuada a seleção de um único caso (correspondência) ou então, face à ausência de respostas, é realizada uma nova pesquisa.

Relativamente ao envolvimento interinstitucional verifica-se que os técnicos dos serviços de adoção discutem com a equipa técnica da instituição de acolhimento da criança as características que o candidato deverá possuir para responder adequadamente às características e necessidades da criança. No entanto, esta discussão é efetuada mais frequentemente em termos abstratos ($M = 3.76$, $DP = 1.05$) do que em termos concretos ($M = 3.29$, $DP = 1.17$). As diferenças encontradas remetem para um tamanho do efeito elevado como se pode comprovar na leitura do quadro 6.19.

Quadro 6.19

Diferenças na frequência de discussão com os técnicos da instituição de acolhimento acerca das características do candidato

Candidato	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i> (61)	<i>r</i>
Hipotético	3.76	1.05	4.37***	.49
Específico	3.29	1.17		

*** $p < .001$

Desta forma, pela análise da figura 6.7, observa-se que 60.3% dos técnicos serviços de adoção refletem regularmente (muitas vezes a sempre) com a equipa técnica da instituição de acolhimento da criança sobre o perfil dos candidatos, por oposição a 42.2% que refletem regularmente sobre um candidato concreto. Cruzando as duas opções (discussão acerca da adequação de um candidato hipotético e específico) observa-se que somente 3.2% dos técnicos dos serviços de adoção **nunca** discutem com a equipa técnica da instituição e 16.1% discutem **sempre**.

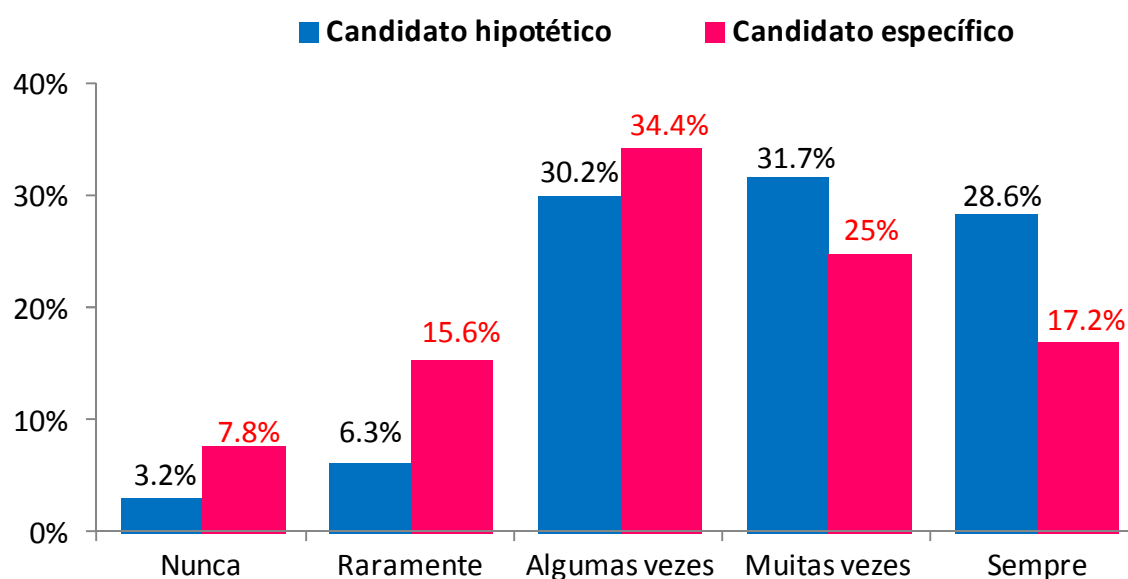


Figura 6.7. Frequência da discussão com a equipa técnica da instituição de acolhimento acerca de um candidato hipotético e específico.

Os técnicos foram questionados acerca das razões subjacentes ao encaminhamento separado de irmãos e as respostas foram agrupadas nas categorias apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 6.20

Distribuição das razões apresentadas para a separação dos irmãos (N = 57)

	n	%
Inexistência de candidatos	30	52.6
Inexistência de uma relação afetiva	27	47.4
Decisão externa	19	33.3
Necessidades específicas da criança	9	15.8
Auscultação das crianças	5	8.8

Apenas quatro técnicos referem que nunca foram confrontados com a separação de irmãos, enquanto os restantes apresentam um ou múltiplos critérios que legitimaram a separação. A inexistência de candidatos recetivos ou com capacidade para adotar uma fratria, principalmente quando constituída por três ou mais irmãos e por crianças mais velhas, constitui a principal razão (52.6%). Nestas situações os técnicos frisaram a seleção de famílias em função da sua proximidade geográfica e vontade em promover a manutenção dos contactos entre os irmãos, no sentido de evitar a separação definitiva.

A inexistência de uma relação afetiva/emocional tipicamente fraterna entre eles, por vezes consequência da ausência de uma história e tempo de vida comum, legitimou, por si só ou em conjugação com outros critérios, a separação dos irmãos. O desejo de um elemento da fratria em ser integrado sozinho ou de não ser adotado também surge associado.

Por outro lado, uma criança, dado as suas características e necessidades (a nível comportamental, emocional, desenvolvimental e/ou de saúde) pode beneficiar, ou inclusive necessitar, de uma dedicação exclusiva e de um acompanhamento mais individualizado.

De realçar que 33.3% dos técnicos afirmam que esta decisão é geralmente tomada antecipadamente pelo tribunal ou pela equipa técnica da instituição de acolhimento da criança.

Numa pergunta aberta os técnicos foram interrogados acerca da forma **como efetuam a proposta e transmitem informação sobre a criança aos candidatos** antes de estes efetuarem a decisão. As categorias emergentes e a sua expressão em termos de frequências são apresentadas no quadro 6.21.

Quadro 6.21

Distribuição das estratégias usadas na apresentação da criança ao candidato (N = 60)

	<i>n</i>	%
Apresentação oral de toda a informação sobre a criança	56	93.3
Entrega de fotografia	18	30.0
Permitir a leitura/consulta do processo	10	16.7
Entrega de relatórios/ peças processuais da criança	8	13.3
Presença de outros técnicos na apresentação	7	11.7
Oferecer a oportunidade para contactar outros profissionais	3	5.0

A quase totalidade dos técnicos dos serviços de adoção opta por apresentar a informação sobre a criança presencial e oralmente (93.3%), quer mediante a leitura dos relatórios existentes, quer por sistematização e devolução da informação aos candidatos.

Após esta apresentação oral (mais ou menos detalhada) alguns técnicos ($n = 7$) permitem que os candidatos consultem o processo da criança ou leiam/analise os relatórios (com ou sem a presença dos técnicos). Porém, às vezes a ordem inverte-se ($n = 4$), e os candidatos têm acesso direto à informação, precedendo ou substituindo a exposição oral feita pelos técnicos dos serviços de adoção, cujo papel é esclarecer as dúvidas decorrentes da leitura. Também alguns técnicos ($n = 8$) cedem cópias dos relatórios e/ou sentenças aos candidatos para *“aconselhamento junto de outros profissionais (especializados)”*, para que *“possam apreender a informação relativa à criança”* e *“para poder decidir da melhor forma”*. Independentemente da estratégia utilizada, a necessidade de transmitir toda a informação disponível sobre a criança aos candidatos, assegurando a transparência do processo, é transversal no discurso dos técnicos

A ordem de apresentação da informação também é definida por alguns técnicos, geralmente partindo de aspetos/características mais gerais para mais específicas, em que elementos identificativos, tais como o nome da criança, o local da instituição, etc., são fornecidos intencionalmente no final da reunião. O discurso dos técnicos reflete este movimento centrípeto (ex.: *“A informação relativa à criança é transmitida na íntegra, numa primeira fase em traços gerais e à medida que os candidatos vão demonstrando disponibilidade toda a informação é transmitida”*; *“Antecedentes e história de vida da criança, situação atual (saúde, desenvolvimento, comportamento, necessidades, ...), nome, data de nascimento, características físicas (com apresentação de foto, se positiva). Nota: a apresentação é feita por esta ordem, interrompendo-se logo que se percebem receios, dúvidas ou constrangimentos não expectáveis”*).

Dezoito técnicos (30%) afirmam apresentar uma fotografia da criança no fim da reunião, desde que não sejam expressas dúvidas e receios significativos antecipadamente. Para sete técnicos a apresentação da fotografia está dependente do desejo dos candidatos, da aparência da criança (*“com apresentação de foto, se positiva”*) ou de outros fatores não especificados (*“Eventualmente, no final, pode ser mostrada fotografia da criança”*).

Quanto à leitura ou entrega de relatórios apenas um técnico referiu explicitamente que era salvaguardada a identidade da criança, desconhecendo-se se esta prática está instituída em todos os serviços.

Na reunião a informação é geralmente transmitida pelos técnicos dos serviços de adoção, mas alguns ($n = 7$) referem a presença de técnicos da instituição de acolhimento da criança e/ou de técnicos da EMAT responsáveis pelo acompanhamento da criança e da

família biológica antes da decisão de adotabilidade. Esta presença geralmente não constitui uma prática generalizada, mas circunscrita a determinados casos (ex.: *“quando são crianças mais crescidas, os técnicos da instituição realizam a proposta junto com a Equipa de Adopção”*; *“se for o caso disso solicitamos a presença da directora do CAT para transmitir/responder informação mais pormenorizada”*) ou a possibilidades (*“quando possível está presente o técnico da EMAT”*).

Antes de a decisão estar tomada apenas três técnicos referem a possibilidade de os candidatos contactarem com outros profissionais em função da situação (*“contactos com médicos ou outros profissionais que façam acompanhamento à criança”*; *“facilitando ainda o contacto directo com os técnicos que os realizaram [relatórios específicos] se for necessário”*).

Apesar de os conteúdos poderem apenas refletir a forma como a questão foi formulada, é curioso verificar que apenas no discurso de um técnico está subjacente a conceção da proposta como um momento de preparação, no qual são abordadas as *“(...) dificuldades, necessidades, possíveis reacções à situação de adopção, possíveis desafios, melhores estratégias a utilizar face a esta criança ...”*). Os restantes técnicos circunscrevem-se à enunciação dos diferentes domínios/vertentes (ex.: *“são referidos antecedentes familiares, história de vida, situação de saúde, de desenvolvimento e características de personalidade/temperamento”*; *“percurso de vida, motivos de institucionalização, percurso na instituição, desenvolvimento, saúde, dependendo da idade, situação escolar, relação com os pares entre outros”*).

Após analisadas as respostas abertas e fechadas do questionário aos técnicos dos serviços de adoção, procede-se à apresentação dos dados do grupo focal.

6.3.4. Processo de adoção

Não obstante as questões do grupo focal incidirem especificamente sobre o processo de correspondência, emergiram temáticas associadas às diversas fases do processo de adoção, demonstrando a sua inter-relação e interdependência. O fluxograma representado na figura 6.8 retrata essas diversas fases, sendo seguidamente analisados os conteúdos abordados em cada uma delas.

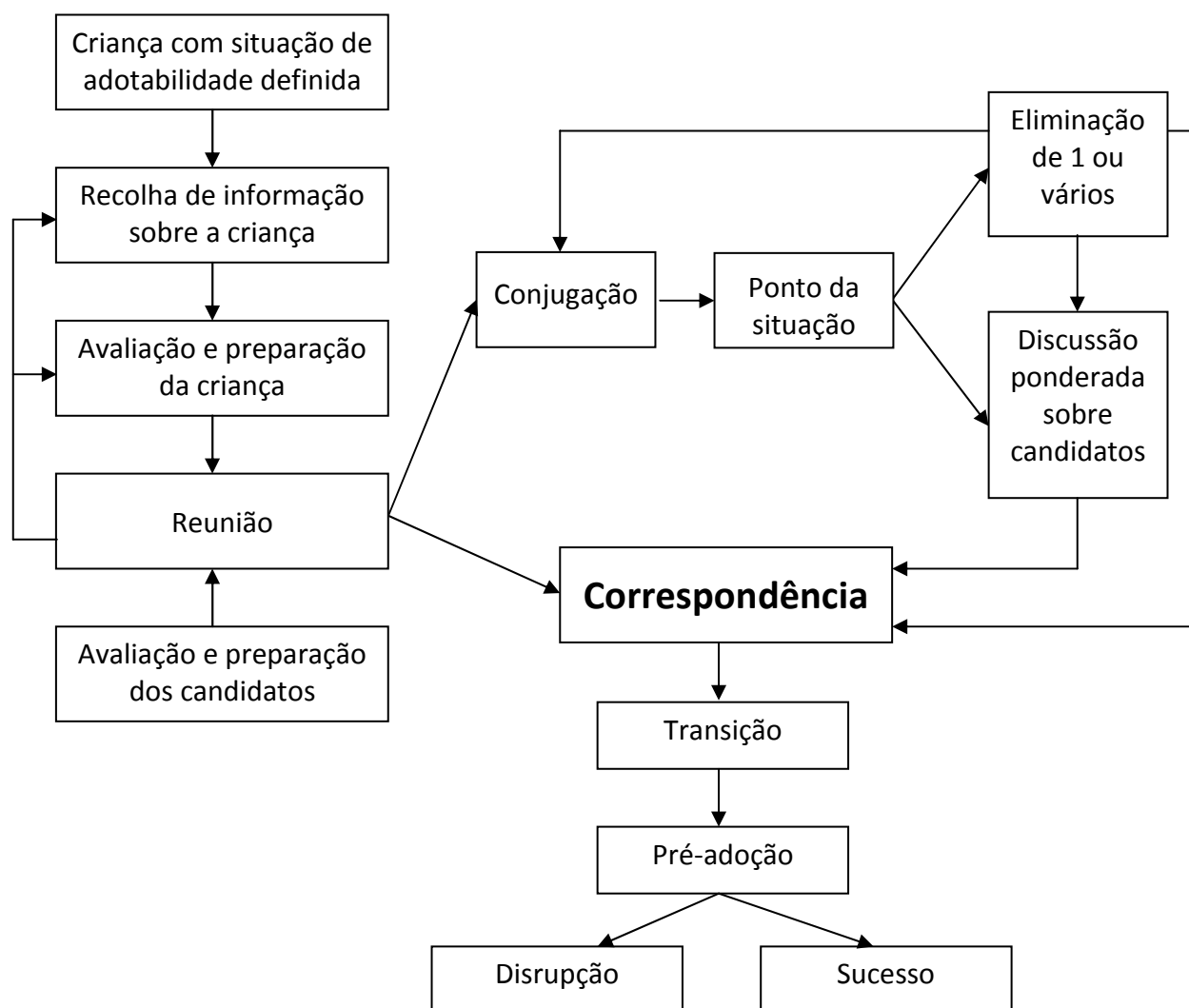


Figura 6.8. Fluxograma das diversas etapas do processo de adoção aludidas no grupo focal

Recolha de informação sobre a criança

Após a criança ter a situação de adotabilidade definida, o serviço de adoção articula com as entidades responsáveis (ex.: equipa técnica do CAT/LIJ) no sentido de recolher informação acerca da criança ao nível biológico (estado de saúde, antecedentes), psicológico, social, educativo, desenvolvimental, bem como a história de vida, etc.

Nesta fase os técnicos deparam-se com algumas dificuldade, tais como a informação ser pouco exata (*“às vezes surgem nos relatórios, já nos aconteceu, cenários muito cor de rosa, não é?”*), desatualizada, e/ou incompleta (*“Porque no início, há uns anos atrás nem sequer havia registos do primeiro andar, do primeiro sorriso. Portanto essas coisas passavam um bocadinho ao lado, não havia fotografias da criança no desenvolvimento, não havia nada do que nós fazemos à partida com nossos filhos, não é? Que registamos tudo. Agora já uma maior preocupação mas ainda não a desejável, não é?”*).

Para ultrapassar estas dificuldades alguns serviços optaram por estipular prazos (*“relatórios que têm de estar atualizados, não podem ter mais do que 6 meses, foi o prazo que achámos mais adequado, obviamente com alguma flexibilidade. Por exemplo se for um bebé o relatório tem de ser muito mais recente”*), por avaliar diretamente algumas dimensões (*“às vezes somos nós próprios que fazemos essa avaliação quando não é feita no local... às vezes nas famílias de acolhimento, [ou quando] não há técnicos dos centros, pedem-nos e nós fazemos”*) e por investir na formação junto das entidades (*“Por isso é um dos nossos objetivos de ano é fazer formação junto dos CAT’s para que de alguma forma possam ser úteis mais tarde, para as crianças”*).

Avaliação e Preparação da Criança

Após a recolha inicial desta informação, os técnicos, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a criança, recorrem as diversas estratégias que diferem em função do serviço e/ou das características da criança. Enquanto alguns técnicos reportam conhecer pessoalmente todas as crianças, independentemente da sua idade e distrito de proveniência (exceto se forem das regiões autónomas); outros referem conhecer pessoalmente as crianças do seu distrito, optando, nas situações de mobilidade, por obter mais informações através do contato telefónico com as técnicas do serviço de adoção respetivo e/ou com a equipa técnica do CAT/LIJ; e outros só conhecem as crianças (de dentro e fora do distrito) pela leitura dos relatórios e contato telefónico com a equipa técnica do CAT/LIJ, não invalidando que, em situações pontuais, atendendo ao perfil da criança, estabeleçam um contato direto com a criança.

Adicionalmente, nalguns casos, os técnicos dos serviços de adoção têm a prática de articular diretamente com informantes específicos para aferir ou clarificar a informação previamente recolhida (*“quando existe alguma informação clínica menos linear entramos em contacto com os serviços clínicos que acompanham a criança de forma a termos um dossier completo com toda a informação dessa criança”*).

Finalmente, os técnicos referem a realização de uma reunião com a equipa técnica do CAT/LIJ como recurso fundamental para conhecer a criança (*“por vezes isto ultrapassa tudo o que está escrito nos relatórios, não tem nada a ver com o que está escrito nos relatórios ou vai muito além do que está nos relatórios”*). Nesta reunião, entre outros aspetos, é debatida a necessidade da criança ser ou não afastada do distrito ou a ficar no distrito quais as zonas a evitar (*“as visitas da família biológica quando é que são quando é que não são, como é que*

eram as visitas; a família biológica onde é que mora onde é que não mora; há recursos, não há recursos; faz pressão sobre o lar ou não faz pressão”), quais as características/perfil que a família adotante deverá ter para melhor responder às necessidades daquela criança (*“pedimos também ao lar nesta reunião, um bocado informal, em conversa, qual é que acham que é o perfil da família, qual seria o perfil ideal, desejável de família para esta criança”*) e nas situações de fratrias, qual a recomendação relativamente ao seu encaminhamento junto ou separado. Contudo, nesta discussão conjunta surgem opiniões divergentes que por vezes dificultam o processo de tomada de decisão, como por exemplo alguns técnicos do CAT/LIJ terem uma conceção pré-definida da “família ideal”, não sustentada nas necessidades específicas da criança em concreto (*“nós sabemos aqueles lares em que vamos ter problemas em encaminhar uma criança para candidatura singular (...) tem a ver com os estereótipos das pessoas, ou os preconceitos, e por aí fora!”*) ou da equipa do CAT/LIJ ser da opinião que uma determinada fratria deva ser separada, enquanto o serviço de adoção defende a adoção conjunta (*“chegou a medida de adotabilidade e a equipa do lar decide famílias separadas e tentaram argumentar que assim, mas sem grande fundamento. Elas tinham pra aí 3/4 anos, era assim uma coisa, crianças pequeninas, sempre juntas e a equipa de adoção opôs-se. A equipa disse “vamos conhecer as crianças”, e não compreendemos. Não fazia sentido nenhum e aí batemos o pé”*).

A preparação das crianças para a adoção é particularmente enfatizada pelos técnicos, identificando a sua falta como umas das principais causas de disrupção na maioria dos exemplos que referiram (*“A questão da preparação é muito importante e foge-nos um pouco ao controlo”*).

Esta falta de preparação pode ser um espelho da oposição aberta ou velada dos acolhedores (CAT/LIJ/FA) em relação à adoção (*“instituição que à partida não está sensibilizada para a adopção e que até pode boicotar”*), que transmitem mensagens negativas ou paradoxais à criança (*“se tudo correr mal tu podes voltar para aqui, estamos aqui à tua espera, vamos estar sempre contigo”*) ou que adotam outros procedimentos contraproducentes (*“elas contaram que o tribunal tinha encaminhado para a adoção e automaticamente a [tomada de] decisão de inibição das visitas. As freiras continuaram com as visitas”*). No entanto, a falta de preparação pode não estar associada a estas situações (*“no meu distrito eu não tenho, não temos essas experiências assim”*), mas derivadas de um trabalho realizado de forma incipiente e/ou pouco continuado no tempo, não respeitando os *timings* necessários para a criança realizar o seu luto e estar disponível emocionalmente

para outra família (*“porque essa preparação é sempre feita, mas se a preparação tivesse sido um bocadinho mais prolongada, se tivéssemos focado outros aspetos, talvez conseguíssemos sentir alguma coisa, alguma reticência naquela criança”*). De realçar que nalgumas instituições o encaminhamento para a adoção constitui a exceção (seja pelo perfil das crianças/jovens acolhidos, seja pela práticas instituídas), pelo que as próprias crianças com adotabilidade nunca tiveram conhecimento de situações similares (*“mas aquelas crianças nunca tiveram a experiência da adoção, não sabem o que é, não viram outros a sair!”*) e as outras crianças, sem projeto de vida da adoção, nem sempre são consciencializadas do seu significado (*“E diziam para os outros e os amiguinhos todos, aqueles irmãozinhos, “não vás, não vás com eles, fica aqui connosco”. Elas não sabiam para onde iam e quando se falava em adoção não percebiam”*).

Nesta sequência os técnicos referem a necessidade de implementar ações de formação, junto destes parceiros, sobre a avaliação e preparação das crianças/jovens (*“ nós também neste momento estamos a tentar sensibilizar, temos feito muito trabalho e protocolos e reuniões com as equipas do lar nesse sentido. Deve haver uma preparação mais intensa e um conhecimento muito aprofundado da criança. Porque nós temos mais conhecimento dos candidatos. Alguém tem de ter o conhecimento das crianças, porque no fundo nós temos naquele momento só através dos relatórios, vamos conhecer mas é uma reunião”*). Não obstante o trabalho desenvolvido no âmbito do plano DOM, ainda são identificadas lacunas, principalmente quando a direção da instituição não perfilha o mesmo paradigma de intervenção que a equipa (*“dizem que está a trabalhar, que tem lá a psicóloga, que trabalhou, mas depois tem a Irmã que é freira, que é diretora, e tem uma relação muito próxima com a criança (...) e a postura dela é que tu estás bem aqui...vamos cuidar de ti”*).

Avaliação e Preparação dos Candidatos

Em situações específicas, face à abertura do candidato relativamente a determinadas problemáticas, o processo de avaliação da candidatura pode ser conduzido tendo em mente uma ou mais crianças específicas, pelo que é explorada a capacidade dos candidatos para responder às características e necessidades concretas dessa(s) criança(s). Desta forma, a conjugação (Linking) e porventura a correspondência (Matching) ocorre(m) em simultâneo com a avaliação e preparação dos candidatos (*“Estou a lembrar-me de uma situação de uma criança que (...) tinha uma doença grave, que era fibrose quística e na fase de estudo surgiu-nos um casal que logo nos primeiros momentos se disponibilizou para receber uma criança*

com alguns problemas de saúde. Obviamente nunca falando desta criança em particular, a questão não era essa...Na nossa mente, talvez, essa criança estava presente, aliás na altura estava mais do que uma criança. E tentamos ao longo da fase de estudo perceber o que é que era esta flexibilidade face a alguns problemas de saúde (...) E tentámos... aliás colocámos hipóteses... então e se fosse a doença tal, a, b, c, d. Não falamos só de uma obviamente (...) Deixámos correr o processo todo e depois falámos... claro que este casal foi estudado...já quase de propósito para aquela criança”).

Reunião

Após obtida toda a informação acerca da criança é realizada uma reunião de equipa, com todos os elementos presentes, no sentido de refletir acerca de possíveis candidatos a corresponder com a criança ou fratria. Alguns serviços referem práticas específicas em que outros elementos participam na reunião, de forma rotineira ou quando a situação o justifique, como por exemplo a diretora de unidade, as técnicas da instituição de acolhimento da criança/jovem ou a técnica do CDSS que acompanha a instituição onde a criança se encontra acolhida.

Salienta-se que nesta ou em reuniões subsequentes, se pode concluir que a informação sobre a criança é insuficiente ou que ainda subsistem dúvidas, sendo necessário articular novamente com os informantes (*“contudo se houver mais informações, temos de aprofundar juntamente com as técnicas da instituição e normalmente há...normalmente vamos depois falar com as colegas...mesmo depois de haver uma observação anterior”*), pelo que este processo sequencial pode converter-se em cíclico.

A necessidade de todos os elementos da equipa estarem presentes é amplamente reconhecida não só por cada técnico contribuir com o seu parecer para uma decisão determinante, que afetará o resto da vida dos visados, mas também por esta interação potenciar um conhecimento mais holístico dos candidatos, indo para além do patenteado nos relatórios (*“o estar muita gente também é importante porque se calhar uns conheceram numa fase o casal, outros fizeram uma reavaliação, outro foi um telefonema que o casal fez para o serviço durante o tempo de espera e até não foi a equipa que o selecionou que recebeu esse contacto... tudo bem, há registos escritos, mas também há a importância do registo de memória (...) que há sempre uma ou outra com boa memória que consegue recordar-se bem dos contactos... pronto isso também é muito importante...”*). Efetivamente os relatórios, por vezes marcados por um teor mais descritivo do que avaliativo, podem não

refletir plenamente o perfil dos candidatos (*“quando estamos a fazer o encaminhamento e há equipas, subequipas que não estão presentes, e às vezes fazemos o encaminhamento para uma família que é da subequipa que não está presente, que achamos de acordo, e depois falamos com a equipa “ai não, mas esse casal isto, isto, isto”*).

Processo de Correspondência

No âmbito da reunião, há, nalgumas situações, a seleção imediata de um único candidato (correspondência) quer pelo perfil da criança ser “linear”⁷⁴ (*“há situações em que são tão simples e que sabemos que a pessoa vai aceitar com certeza”*), quer por terem sido recentemente efetuadas reavaliações dos candidatos e ser possível identificar o mais adequado (*“nós nem sempre escolhemos mais do que uma família, mas porque também temos o cuidado das reavaliações e temos o cuidado de quando se está a aproximar...cada subequipa tem o cuidado de contactar”*).

Porém, na maioria das vezes, a seleção reveste-se de maior complexidade, com avanços e recuos, em que geralmente são pesquisados alguns candidatos (Conjugação) para determinada criança ou fratria. A seleção dos candidatos a considerar e, posteriormente do candidato a corresponder, é sustentada principalmente na experiência dos técnicos cujas práticas instituídas são alvo de questionamento e mudança, particularmente quando ocorrem integrações adotivas malsucedidas *“é um bocadinho o que nos parece pela experiência uma vez mais (...) a experiência é muito importante, o já ter acontecido, o sabermos que já houve um miúdo que já reagiu assim e depois aquilo não correu (...) há aqui também, se calhar, muita coisa que é subentendida...eu acho que nesta área há esta particularidade, por isso é que não é fácil, não é fácil entrar-se, mas depois quando se entra sentimos...”* / *“uma situação de insucesso faz-nos sempre repensar tudo!”*. Contudo, o conhecimento empírico é coadjuvado pelo conhecimento teórico/científico em que tomadas de decisão específicas são suportadas por estudos desenvolvidos na área *“lembro-me de que li muita coisa e uma coisa que o Palacios dizia era isso, que o risco é menor quando há mais filhos, que há uns mais novos e outros mais velhos, portanto há ali várias alianças e funcionou, e funcionou muito bem. O caso daquela menina funcionou muito bem”*.

⁷⁴ Um perfil “linear” não é operacionalizado pelos técnicos, mas de forma tácita depreendeu-se remeter para um bebé, caucasiano, sem problemas de saúde e de desenvolvimento (atuais ou expectáveis) e sem antecedentes biológicos que causem maior receio ou reservas nos candidatos (ex.: esquizofrenia dos pais biológicos).

As situações são analisadas caso a caso e existem poucos critérios ou linhas orientadoras explícitas previamente definidos. Todavia, os que existem, seguidamente expostos, não reúnem consenso entre os técnicos, ao nível intra e interserviços de adoção.

Idade da criança vs. Idade dos candidatos vs. Tempo de espera dos candidatos

No referente a um bebé, com uma situação “linear”, se por um lado alguns técnicos defendem que se deveria seguir a ordem de inscrição dos candidatos e por inerência selecionar candidatos mais velhos (*“não havendo diferenças quer da criança ou especificidades próprias do casal, estando a ordem de inscrição é para aquele casal”/ “já entregamos bebés de 4 meses a casais de 47 anos, 48 anos”*), outros consideram que um bebé deveria ser correspondido com um casal mais novo.

Os que defendem a primeira posição alegam a lei, em que estando legalmente estabelecida uma diferença máxima de 50 anos, um candidato de, por exemplo, 51 anos tem “o direito a adotar” uma criança de 1 ano; os direitos dos candidatos (*“qual é a legitimidade do casal que está à espera há 7 anos, desde os 40 e depois passamos à frente...”*); e a necessidade de atender à pretensão dos candidatos para assegurar o sucesso da adoção (*“há pessoas que pura e simplesmente não conseguem olhar para crianças mais velhas, não conseguem imaginar ser pai de uma criança com determinada idade se não acompanhar todas as fases”*).

Os defensores da segunda posição questionam a capacidade dos candidatos em responder às necessidades da criança ao longo da sua vida até atingir a vida adulta (*“a vida daquele casal, que nada me diz que aquele casal vai ter mais tempo, nada nos diz, mas a lei da natureza”*) e a adequação da motivação, e consequentemente da própria candidatura, se os candidatos não têm a capacidade de reajustar e flexibilizar as suas expectativas ao longo do tempo de espera, e necessariamente do seu próprio envelhecimento/crescimento (*“eu acho que o princípio é que é errado, que é o princípio de quem está numa lista de adoção tem que adotar. Quem está numa lista de adoção pode vir a adotar ou não...”*).

Fratrias

De forma unânime os técnicos, perante situações de irmãos separados, selecionam candidatos com proximidade geográfica e, principalmente, com abertura e desejo de manter e promover o contacto entre os irmãos. Em situações particulares, é considerada em simultâneo a sensibilidade demonstrada dos candidatos quer para as necessidades da

criança que vão adotar, quer para as necessidades da/o irmã/o que permanece acolhida/o (ex.: *“Imagine que a menina é saudável e o casal era à partida muito picuinhas com as questões de saúde, até dizia que tinha abertura mas depois...achávamos dúvidas...a irmã contactava com o irmão que tem SIDA (...) Escolhemos um casal que também tivesse abertura relativamente a este tipo de doenças”*).

Apesar de as razões subjacentes não terem sido exploradas, as opiniões dividem-se acerca da integração de uma criança separada do(s) irmã(os) numa família com filhos biológicos (*“tentamos”; “nós hesitamos”; “nós evitamos!”*).

Pretensão dos candidatos

Os técnicos reconhecem a necessidade de respeitar a pretensão e as expectativas dos candidatos, assumindo *“um fator de risco muito grande”* o não cumprimento deste critério (*“o facto de não terem as suas expectativas correspondidas vai desencadear uma série de processos, uma série de angústias, de fantasmas...depois as pessoas deixam-se invadir por fantasmas do passado destas crianças e isso vai simplesmente... pôr um entrave grande à relação, e vai impossibilitar o sucesso da interação”*).

Porém se alguns consideram que a pretensão deve ser respeitada de forma estrita, outros acham que, face a crianças de difícil encaminhamento, se podem apresentar possibilidades distintas das enunciadas pelos candidatos e avaliar a flexibilidade, a aceitação e a capacidade para responder às necessidades presentes e futuras da criança em questão (ex.: *“Portanto a regra procuramos ir ao encontro do desejo do casal, da idade, sobretudo a questão da idade. Mas quando não temos casal para aquela criança vamos à procura e se não há a nível nacional e isso acontece e, todas nós sabemos que isso acontece, todas nós sabemos da dificuldade que é integrar crianças mais velhas, os casais que se mostraram mais recetivos a crianças mais velhas, se pretendem até 5, vamos lá tentar perceber como eles estão nesta fase...o que eu acho que se deve fazer... chegar aos 6 e aos 7”*).

Disponibilidade de tempo

Perante situações de atraso de desenvolvimento, motivado essencialmente pela falta de estimulação prévia, a capacidade e a disponibilidade de tempo dos candidatos para dedicar à criança poderá ser fator de diferenciação positiva entre duas candidaturas e constituir um critério de correspondência *“como a senhora, com uma boa formação, com muito tempo disponível, que estava em casa, não trabalhava, não tinha horários, não*

precisava logo de ir pôr a criança no equipamento (...). Ter uma mãe a tempo inteiro não é a mesma coisa do que ter uma mãe... pronto vai buscar ao final do dia...”

Compatibilidade entre contextos

Além do afastamento geográfico do local de residência da família biológica, os técnicos referem o cuidado em assegurar a continuidade do tipo de contexto (urbano versus rural) a que a criança estava adaptada e familiarizada (ex.: *“Mas perceber se aquela criança é uma criança tipicamente de cidade ou se é uma criança tipicamente de aldeia (...) E portanto sabemos perfeitamente que colocar aquela criança que nasceu na aldeia naquele casal que vive lá numa aldeia, vai resultar, porque há pontos comuns, não é?”*).

Problemas de saúde

Em situações de crianças com problemas de saúde, com diagnóstico e/ou prognóstico indefinidos, além da abertura do candidato para estas questões também é considerada a capacidade de compreender as exigências da situação e de mobilizar os recursos necessários a curto, médio e longo prazo. (*“E às vezes são critérios mais subjetivos...este casal, pronto tem abertura, não tem abertura, se calhar... estou a lembrar-me de uma situação de um menino em que o senhor era médico, e achamos que poderia ter mais... apoio, suporte, recursos e compreender melhor a situação daquela criança que até estava estabilizada”*).

Criança com dificuldades de aprendizagem vs. Candidatos com baixos recursos socioculturais

Para crianças com limitações cognitivas e/ou com dificuldades de aprendizagem surge o dilema acerca do nível sociocultural dos candidatos a corresponder. Se por um lado os candidatos com nível sociocultural mais elevado poderão promover um contexto de interação mais estimulante em termos cognitivos, proporcionar experiências mais diversificadas e inclusive, se necessário, recorrer a intervenção profissional, por outro lado poderão ter expectativas mais elevadas no âmbito académico, serem incapazes de reajustar estas expectativas face à criança real e exercerem pressões indevidas sobre a criança, influenciando negativamente a construção de uma relação gratificante para a criança e os Candidatos (*“queria fazer uma bateria de teste, queria saber o QI. O afeto dele era sobre os trabalhos de casa, essas coisas todas. Ele tinha que atingir aqueles objetivos diários... ”se não conseguires não és capaz de seres meu filho”... um casal obviamente com escolaridade superior claro”*). Os candidatos com baixo nível sociocultural poderão ter expectativas

escolares baixas e aceitar a criança plenamente, tal como ela é, todavia poderão não ter a capacidade ou os recursos que permitam a criança atingir todo o seu potencial (*“Nós temos muito no nosso concelho, no nosso distrito, casais muito privados a nível monetário, com poucas formações culturais neste momento, casais que não sabem ler, não é?... Por um lado este casal sim senhor tem baixas expectativas, se calhar até pode aceitar esta criança com dificuldades mas por outro lado se ele aceita a criança também não vai levá-la mais além”*).

A assunção destes dois “tipos” de candidatos em polos opostos claramente não transparece a ampla gama de combinações e especificidades subjacentes. A título de exemplo, poderemos ter candidatos com recursos económicos para aceder a intervenção especializada (ex.: explicações individualizadas, apoio psicopedagógico, terapia ocupacional, etc.) mas que não têm a disponibilidade de tempo para tal ou que consideram que a família é competente para prestar este tipo de apoio ou que revelam algum descrédito/resistência relativamente a estas intervenções. Por outro lado, candidatos com baixo nível sociocultural e económico poderão por si só não conseguir responder a algumas das necessidades da criança, mas encontrar respostas na comunidade para o efeito (*“um casal não letrado, neste caso, um dos cônjuges ser analfabeto, pode pensar-se não ter competências, mas pode desenrascar à ‘bom português’ e encontrar meios alternativos para que o filho...”*).

Efetivamente mais do que baixas ou altas expectativas escolares, o fulcral é serem ajustadas às capacidades e ao potencial real da criança. Se candidatos com baixas expectativas escolares desvalorizam totalmente a componente escolar não permitindo a criança atingir o seu potencial, então as suas expectativas também não estarão ajustadas à criança. Por outro lado, se candidatos com altas expectativas escolares investem num potencial idealizado e não no real, também não possuirão expectativas ajustadas.

Resumindo e concretizando, em reunião de equipa, os técnicos analisam a informação sobre a criança e, seguindo a ordem de inscrição, analisam o primeiro candidato que reúne alguns ou a totalidade dos critérios definidos, e prosseguem até obter n candidatos, cujo número é variável em função do caso. É discutida a adequação destes candidatos podendo, ou não, surgir novos critérios de correspondência e serem à partida desconsiderados alguns candidatos. Nos restantes possíveis candidatos será feita uma “apreciação indireta” da abertura e adequação para o caso em questão. Enquanto nalguns casos/serviços os candidatos selecionados são hierarquizados, só se explorando o seguinte se não se obtiver

uma resposta totalmente satisfatória do primeiro, noutros casos/serviços todos os candidatos selecionados são analisados em simultâneo.

Nas situações em que não há uma reavaliação recente são exploradas inicialmente as mudanças de vida ocorridas nos candidatos e a continuidade da motivação/preensão. Eventos novos significativos, que interferem com o projeto de adoção (ex.: gravidez, divórcio, etc.), podem originar a desconsideração da candidatura para aquela criança. Se tal não se aplicar, são explorados junto do candidato cenários múltiplos relacionados especificamente com o perfil da criança ou fratria em questão e avaliada a abertura, flexibilidade e capacidade do candidato, concluindo-se pela (des)consideração da candidatura. No final deste processo podem ter sido eliminados um ou vários candidatos, conduzindo à pesquisa e seleção de mais candidatos (conjugação), ou à discussão em equipa de qual o candidato mais adequado, ou à realização automática da correspondência.

Para facilitar este processo é referido por um serviço a construção de uma lista, organizada por ordem de inscrição, que tem indicadores dos candidatos considerados importantes para a correspondência *“nós temos uma lista para nos ajudar, que já tem alguns critérios mais objetivos da estabilidade, da raça, da saúde, também sobre os antecedentes, se aceita ou não, aqueles antecedentes mais conhecidos... pronto, tudo isso. Nós vamos ao pormenor até porque há pessoas que aceitam antecedentes de debilidade materna mas não aceitam antecedentes psiquiátricos ou pessoas que não aceitam antecedentes psiquiátricos de esquizofrenia mas já aceitam a depressão, sei lá...há n variantes. Pronto, começamos pelo primeiro critério que é a ordem de inscrição mas não é de todo o mais importante”*. Outro exemplo consiste na definição de um conjunto de critérios, orientadores do processo de tomada de decisão, e a comparação dos candidatos por escrito, justificando o facto de terem sido ou não selecionados *“sempre que vamos escolher os casais fazemos uma ata na qual é posto para cada processo a justificar o porquê da escolha e o porquê de não escolher e se ter passado em frente. E aí temos uns itens que vamos dando a prioridade, os itens estão lá, não estão por ordem, mas vamos dando a prioridade da escolha que é a ordem da inscrição, e depois assim sucessivamente”*).

Pela complexidade do processo, várias dificuldades e dilemas surgem, destacando-se:

Candidato possível vs. Permanecer na instituição

Nalgumas situações, ao nível da pesquisa nacional, só foi encontrada uma única candidatura que está recetiva para adotar uma criança/jovem com determinadas

características. Na análise dessa candidatura poderá concluir-se que as vulnerabilidades se sobrepõem às potencialidades ou que esta correspondência tem inerente um grau de risco elevado. Perante isto surge o dilema de qual o caminho a escolher: integrar a criança numa família adotante, assumindo o risco, calculado e antecipado, de poder ocorrer um insucesso, originando mais descontinuidades, perdas, etc. na vida da criança; ou “aguardar” por outro candidato, deixando que a criança permaneça na instituição (com as consequências sobejamente referidas na literatura), possivelmente até atingir a idade em que a adoção é legalmente inviável (*“a dificuldade é quando temos uma criança que chega com características muito especiais e que temos poucos candidatos, mesmo fazendo a pesquisa a nível nacional. Aí é que condiciona muito o matching porque realmente a escolha é mínima, e às vezes equacionamos entre deixar a criança na instituição ou escolher uma família em que há muito mais riscos”* / *“Logicamente temos que ter alguma segurança, portanto porque ou vai para esta senhora que, portanto temos algumas dúvidas, ou fica na instituição”*). Na resolução deste dilema os técnicos podem solicitar o parecer superior, embora identifiquem limitações neste procedimento (*“salvo raras exceções em que pedimos apoio ao nosso superior para decidir ... mas nós não queremos que isto seja uma decisão administrativa, não é?”*) e sentem a necessidade de supervisão técnica exterior *“que nos possa alertar para determinadas situações porque nós estamos a ficar um pouco viciadas”*.

Rejeição da candidatura vs. Ficar “pendente” na lista de espera vs. Resposta para casos específicos

Alguns técnicos referem a dificuldade em emitirem um parecer negativo, uma vez que este é maioritariamente sustentado em critérios “subjetivos” (malgrado o rigor e a objetividade da análise), com diferentes interpretações em função dos avaliadores. Estes pareceres requerem uma extensa fundamentação, avaliação e, por vezes, o envolvimento de entidades externas, isentas, na realização de uma segunda avaliação e/ou validação de determinadas hipóteses (*“ela chegou ao serviço numa postura muito agressiva com toda a gente, é uma pessoa muito complicada e portanto parece-me que há ali uma perturbação da personalidade, mas dar parecer negativo só por isto não chega, tem de haver uma perícia, um estudo mais aprofundado”* / *“às vezes pedem perícia à faculdade, um estudo da personalidade.”*). De realçar, de uma forma global, a inexistência de instituições especializadas ou de técnicos com formação específica na adoção (isto é, fora do âmbito da Segurança Social) comprometendo, de certa forma, a avaliação das capacidades e

competências dos candidatos para responder especificamente às necessidades e características das crianças em situação de adotabilidade.

Particularmente difícil são as situações em que os Candidatos são detentores de uma doença física ou mental, de alguma forma incapacitante/limitadora para o exercício da parentalidade adotiva. Novamente, na percepção dos técnicos, a inexistência de critérios legais e de linhas orientadoras, superiormente definidas, dificultam a sustentação de um parecer negativo. Concluindo, não é invulgar, que a avaliação técnica conclua pela emissão de um parecer negativo, mas que este não seja proferido.

Nas situações em que o parecer remete para o indeferimento da candidatura, esforços são empreendidos no sentido da consciencialização dos Candidatos das suas vulnerabilidades e da elucidação do perfil de crianças para as quais são realisticamente elegíveis, com o intento de que estes, por autodeterminação, desistam da candidatura (*“Queriam uma criancinha muito pequenina, perceberam as nossas razões e chegaram à conclusão que pronto, não tinham o perfil. Não eram capazes de ver uma criança mais crescida como filho e portanto foram eles, não demos parecer negativo” / “Porque é mais honesto levar as pessoas a perceber isso e elas próprias, muitas vezes desistem, do que estar a dar um parecer positivo e elas ficam ali em banho-maria anos e anos”*).

Noutras situações também existe uma divergência de opiniões entre a equipa que realizou a avaliação inicial dos candidatos (e os assumiu como adequados) e a equipa que, dada a rotatividade ou transferência de funções, assumiu posteriormente o caso. Nestas situações a revogação de um parecer emitido revela-se ainda mais difícil. No seio da própria equipa ou subequipa de adoção também podem surgir diferentes pareceres relativamente à aprovação ou não dos candidatos. Apesar de a subequipa responsável pela avaliação ser suprema na decisão final isto pode originar que estes Candidatos sejam sistematicamente postergados, quando nas reuniões de equipa se equacionam possíveis Candidatos para determinada criança.

Logicamente que esta dificuldade em emitir um parecer negativo terá implicações nas etapas posteriores, principalmente na gestão das expectativas e, por vezes reivindicações, dos candidatos selecionados. Como estes permanecem na BDA, mas existem reservas acerca da sua adequação para parentificar uma criança, geralmente são preteridos passando vários anos à espera, isto é, consideravelmente mais anos do que outros candidatos que definiram um perfil de criança similar.

Estes candidatos, na sequência de um processo de reflexão e maturação, realizado em conjunto com os serviços de adoção, optam por desistir, pois tomam consciência que efetivamente não constituem a resposta mais adequada ou por se consciencializarem que o projeto de adoção não será concretizado. Outros candidatos, devido aos anos de espera, deixam de cumprir os requisitos legais, isto é, ultrapassam os 60 anos de idade (*“Nós tivemos um casal que esperou quase cerca de 10 anos (...) nós não demos parecer negativo mas agora temos uma dificuldade tremenda em entregar uma criança (...) Ainda é um casal daqueles que fazia parte da anterior lei que estava já nos 50, e ainda bem que chegaram aos 50 porque agora temos motivo para não lhe entregar uma criança. Mas depois... depois [a lei] passou para os 60 e nós continuamos a ficar com os senhores”*). Outros ainda reformulam as suas expectativas de forma significativa, podendo constituir uma resposta para uma criança de difícil encaminhamento. (*“Demos um parecer positivo, mas tivemos muita pressão e depois de darmos o parecer positivo, quando achávamos que eles podiam ser uma resposta para alguma criança havia sempre “ah, mas têm um aspeto tão idoso, e levar um casal destes para a instituição” (...) também fizeram um percurso, primeiro queriam uma criança pequenina mas sem problemas, mas ele foram fazendo um percurso e apareceu-nos uma criança que não tinha resposta”*).

A ocultação de informações

A ocultação ou distorção de informações pelos Candidatos não foi mencionada, todavia os técnicos indicam que problemas de saúde e o seu impacto no quotidiano e na parentalidade são algumas vezes ocultados ou minimizados pelos médicos (*“os médicos omitem-nos situações gravíssimas, principalmente do foro mental...”/ “mas situações por exemplo do foro mental, as doenças bipolares, a esquizofrenia e outras mas que nem sempre os médicos....quase todos passam os atestados...”*). Inclusivamente, nalguns contextos de menores dimensões, figuras de poder ou prestígio da comunidade exercem pressão, mais ou menos explícita, no sentido de aprovação da candidatura.

Os “timings”

A sensibilidade e o respeito pelos “timings” do processo e dos vários envolvidos constituem outra dificuldade referida. Focando na criança é necessário respeitar os seus “timings” para estar preparada e disponível emocionalmente para uma família, contudo existem condicionantes processuais, uma vez que, particularmente nas crianças mais velhas,

uma espera longa poderá constituir uma oportunidade perdida em termos de candidatos a corresponder (*“então se a criança tem uma idade avançada...lutamos sempre claro...mas nestas crianças desenvolvemos um bocadinho mais porque pensamos logo se não é agora, se calhar nunca mais vai ser...”*).

Quanto aos candidatos, as reavaliações e principalmente, na sequência da conjugação (linking), a exploração da abertura dos candidatos em relação a um determinado perfil reveste-se de cuidados no sentido de não criar ou potenciar expectativas que poderão ser defraudadas, por não terem sido os selecionados (*“Contactávamos a família, entretanto “ah! Estou grávida” ou “estou divorciada”... mais uma vez a pessoa... se apercebe que lhe vão propor uma criança e com noção de que nem é suposto propormos naquele momento, cria um problema” / “É difícil e temos de ter muito cuidado, dizemos “atenção que eu estou a dizer que pode ser a curto, médio prazo, mas como sabe isto vale o que vale porque nós não temos controle sobre as crianças que nos chegam nem as suas características. De qualquer maneira, perguntar como é que vocês estão, como não estão”*).

Os “tempos” também trazem constrangimentos para os técnicos, dado o desfasamento temporal entre o parecer inicial e a proposta da criança, agravado pela dificuldade em assegurar reavaliações sistemáticas. Efetivamente ao longo do período de espera ocorreram várias mudanças, não só em termos de acontecimentos (ex.: emprego novo), mas principalmente na compreensão da adoção, na conceção ou idealização da parentalidade adotiva e da criança a adotar e no próprio desenvolvimento pessoal. Os candidatos avaliados há cinco atrás não são totalmente idênticos aos candidatos atuais, em relação aos quais se prevê uma integração (*“o tempo é complicado para os candidatos mas também é muito complicado para nós, porque aquilo que eram quando os estudamos não são com certeza passados x anos, por isso, para nós, é um grande constrangimento”/ “isto é um processo dinâmico e as pessoas vão mudando a pretensão e vão percebendo que são capazes de olhar para uma criança mais crescida de uma forma diferente que se calhar não olhavam quando se inscreveram”*). O desconhecimento da situação atual protela a correspondência, dado que, à luz da nova informação, possíveis candidatos para uma criança ou fratria (conjugação) são desconsiderados, o que implica uma nova pesquisa, seleção e aferição. Alguns técnicos referem a implementação de práticas no sentido de colmatar ou minimizar o impacto desta limitação, desde a realização sistemática de reavaliações (*“uma vez uma auditoria dizia que fazíamos reavaliações a mais”*) a uma auscultação dos candidatos em momentos decisivos (*“Tem acontecido estarmos em reunião de equipa, e*

estarmos a encaminhar para um casal e sentirmos que já algum tempo que não se fala (...) No intervalo da reunião fazemos um contacto telefónico a apalpar terreno, para encurtar o tempo, porque de facto o tempo é fundamental”).

Não se pode olvidar as pressões institucionais, com a definição de objetivos pessoais e de grupo a serem cumpridos, nem sempre flexíveis à complexidade e especificidade da situação (*“e agora vai ser avaliado o tempo que demoramos desde que surge a sentença de adotabilidade e o tempo que entregamos a criança (...) o medir estas coisas é complicado (...) porque nós muitas vezes, um telefonema, primeiro telefonema é uma auscultação, é o sentir como as pessoas estão, é o perceber que elas não estão nada bem e então...também não vamos deixar ali eles pendurados, vai ter que ser feito um trabalho com aquelas pessoas e procurar outros... e às vezes andamos nisto algumas semanas, e isto não é...”/ “se calhar é preciso ser feito um trabalho com a criança, que vai demorar algum tempo, que vai estragar as estatísticas, que vai fazer essas coisas todas mas que é fundamental para o sucesso do nosso trabalho”).*

Limites na intervenção/preparação dos candidatos por parte dos técnicos

O processo de avaliação comporta igualmente a preparação dos candidatos, visando desmistificar mitos e fantasias associadas à adoção (*“a criança vai nos ficar eternamente grata, porque vamos buscá-la à instituição, por isso vai-nos amar muito”. Isso não acontece!”*), à parentalidade em geral (*“há uma imagem um bocado distorcida da realidade, ao nível da maternidade, da paternidade, da adoção, seja a nível biológico ou não, mas de facto há uma ideia lírica...”*) e à parentalidade adotiva. Esta consciencialização é efetuada com maior ou menor intensidade e em diferentes formatos (individual e/ou grupal) em função do serviço de adoção e/ou da candidatura, e é reconhecida e valorizada enquanto componente crucial do processo, permitindo a reformulação de crenças e expectativas (*“Temos situações em que as pessoas aparentemente percebem o que nós dizemos, até começam a entrar um bocadinho no nosso registo”).* Todavia aquando da integração da criança a componente emocional e vivencial sobrepõe-se à cognitiva e a preparação prévia revela-se insuficiente (*“ só que no momento da entrega de uma criança, estamos a falar de sentimentos... o facto de não terem as suas expectativas correspondidas vai desencadear uma série de processos, uma série de angústias, de fantasmas...depois as pessoas deixam-se invadir por fantasmas do passado destas crianças e isso vai simplesmente... pôr um entrave grande à relação, e vai impossibilitar o sucesso da interação. Deixam de conseguir ver algo*

positivo naquilo que está a acontecer, e só conseguem focar os aspetos negativos e depois começa a haver um desinvestimento”). Fuentes et al. (2001) no seu estudo também verificaram que alguns receios dos pais (ex.: receio que a criança fuja para voltar a viver com a família biológica) eram irracionais e resistentes à argumentação lógica.

“Preparação” antes da tomada de decisão

Nalgumas situações, dada a inexistência de Candidatos para determinada criança e as características específicas da criança, a proposta clássica (transmissão da informação no âmbito de uma reunião) é adaptada e promove(m)-se contacto(s) com a criança/jovem antes da tomada de decisão. Na medida em que a avaliação da capacidade dos Candidatos para parentificar crianças com determinados comportamentos/necessidades é efetuada no abstrato visa-se, por este meio, proporcionar uma experiência concreta para testar e desafiar as autorrepresentações (serei ou não capaz?) e as expetativas em relação à criança (*“...uma candidata que teve contacto direto com a criança de uma forma indireta, gradual, com outras crianças, de forma a que a criança não percebesse e de forma a que a candidata percebesse se era capaz de lidar com aqueles comportamentos, porque era sobretudo, a nível relacional, muito complicado... era dar muito e receber nada durante muito tempo. E fizemos isto durante algum tempo e funcionou. Portanto, foi uma decisão que ela teve muito consciente. Isto foi mesmo a última linha porque não havia resposta para aquele menino”).*

Transição

Tal como o processo de avaliação é ajustado em função da candidatura/perfil da criança a corresponder, também a transição é delineada atendendo à especificidade do caso. Questões, não respondidas, remetem para a existência de *timings* diferentes na integração das fratrias, isto é, se se deve respeitar o tempo de cada um e integrar as crianças separadamente ou se se prioriza a integração conjunta (*“A menina dizia “Eu quero ficar já!” com o casal e ele ia pondo reticências. Isto com os irmãos, como é que é? Fica já um e ao outro dá-se mais tempo?”*). Esta questão ganha maior relevo quando os tempos são muito desfasados, particularmente nas crianças mais velhas em que uma transição de dias pode transformar-se em semanas ou meses, com idas e estadias na casa dos Candidatos (*“o tempo de aproximação mais prolongado, ou seja, não foi uma semana nem duas, foram dois ou três meses e que a equipa, de facto, promoveu ali algumas visitas, os fins de semana, a relação daquele miúdo com o irmão deficiente. As coisas resultaram”).*

Apesar de na transição geralmente se privilegiar um contexto familiar e seguro para a criança/jovem, nomeadamente o CAT/LIJ/FA, nalgumas circunstâncias, atendendo ao desejo de anonimato dos Candidatos e/ou pela proximidade da família biológica, o primeiro encontro pode ser propiciado num contexto neutro, em que a criança é acompanhada pela sua figura de referência.

Disrupção

Nem sempre a integração tem o desfecho almejado e as técnicas descrevem algumas situações de insucesso, reconhecendo a multiplicidade de fatores que interagem (*“porque não há só um fator mas mais do que um fator”*). Estes são atribuíveis às crianças, aos Candidatos, ao processo, e às dinâmicas relacionais.

Nas crianças, é focalizada a dificuldade em estabelecer vínculos com os Candidatos (*“Portanto eles eram prestadores de cuidados... davam-lhe o afeto, mas ela nunca conseguiu retribuir com isto. Afetivamente não era uma criança que preenchia nenhum casal, não é?”*), os problemas comportamentais (*“Um menino muito bonito, complicado, com uma perturbação realmente do comportamento e dificuldades cognitivas muito grandes”*) e a psicopatologia (*“Depois do insucesso a criança foi referenciada a uma equipa de saúde mental e passou a ter acompanhamento”*).

Quanto aos Candidatos as expectativas irrealistas, quer em relação à criança, quer em relação às suas capacidades para fazer face, constituem o cerne do discurso dos técnicos (*“E eles tinham toda a informação, foram ao médico e tudo, leram relatórios da psicóloga e achavam que conseguiam, mas depois na prática não conseguiram”*).

Ao nível do processo é enfatizada a ausência de informação acerca das crianças conduzindo a que processo de correspondência assente em premissas erradas (*“houve nitidamente informação que não estava, sobre a criança, que não estava disponível na altura do encaminhamento, senão aquela criança não teria sido encaminhada para aquela família. Vimos problemas do foro psiquiátrico por parte da criança que não foram referenciados”*) e a ausência ou inadequada preparação da criança para a adoção e avaliação da sua disponibilidade emocional para ser adotada (*“Na instituição onde ela esteve também não foi feito a preparação, ou não se conseguiu fazer ou não se permitiu fazê-la”*).

Em termos relacionais, além das dificuldades de vinculação (bi)direcionais referidas, são salientadas as dinâmicas fraternas em que relações anteriormente pautadas pela cumplicidade e companheirismo se tornam extremamente competitivas e conflituosas, com

o estabelecimento de alianças com as figuras parentais (*“a indicação era que elas viessem juntas e tentou-se que elas fossem juntas (...) Não resultou e elas mal foram inseridas na família foi uma disputa pela mãe, de forma a que a mais pequenina ficou, e a Beatriz teve que ir (...) E a mais pequenina, de certa forma, aliava-se à mãe e sempre a fazer uma certa intriga contra a irmã. Portanto era ali a luta pela sobrevivência”*).

6.4. Discussão dos resultados

Os técnicos dos serviços de adoção consideram que a informação disponibilizada sobre as crianças em situação de adotabilidade não é completa em termos de quantidade e pormenor. Estes resultados coincidem com os obtidos a nível da literatura internacional em que se verificou que os relatórios das crianças continham erros e não refletiam de modo exato as suas dificuldades, sendo inclusivamente, em 13% dos casos, solicitadas reformulações, clarificações e/ou informação adicional (Farmer et al.,2010). Vários estudos confirmaram a relação existente entre a falta de informação sobre a criança e o insucesso da adoção (Barth & Berry, 1988; Bass, 1975; McRoy, 1999; Rosenthal, 1993). De igual modo os técnicos, no âmbito do grupo focal, referiram que o desconhecimento de problemas de foro mental de uma criança conduziu à correspondência com Candidatos que não tinham capacidade para aceitar e lidar com esta problemática, resultando na disrupção da integração adotiva. Assim sendo, a informação sobre a criança revela-se crucial para a tomada de decisão na correspondência, para fomentar expectativas realistas na Família adotiva, para preparar a integração, para facilitar o ajustamento e a adaptação familiar, e para a construção da identidade da criança.

Byrne (2000) ressalta que as entidades envolvidas na avaliação das crianças em situação de adotabilidade podem necessitar de rever a forma e a periodicidade com que procedem à caracterização das crianças. Esta necessidade é identificada pelos serviços de adoção, sendo inclusive referido por um serviço o desenvolvimento de práticas inovadoras no sentido da qualificação das equipas técnicas dos LIJ/CAT ao nível da avaliação e preparação das crianças/jovens.

Para ultrapassar as limitações decorrentes dos relatórios, os serviços de adoção investem numa articulação estreita com as equipas técnicas dos CAT/LIJ/FA (apesar de alguns referirem o uso de mecanismos mais formais - *“foi oficiado o CAT/LAR solicitando os elementos em falta”*), e estabelecem contactos com a criança *“para conhecer e ‘sentir’*

aquela criança”, embora 22.9% dos técnicos afirmem que raramente estabelecem dois contactos com a criança antes de a propor aos Candidatos.

Adicionalmente, tal como recomendado pelo International Social Service (2006), os técnicos do serviço de adoção discutem frequentemente (muitas vezes a sempre), com a equipa técnica da instituição de acolhimento, acerca do perfil dos candidatos, a nível abstrato (60.3%) e, menos reiteradamente, a nível concreto (42.2%). Se as potencialidades desta prática são evidentes na medida em que os técnicos do CAT/LIJ conhecem, em princípio, melhor a criança, as suas características e necessidades, também são enunciados, no âmbito do grupo focal, constrangimentos, nomeadamente a existência de ideias pré-concebidas sobre a família “ideal” para uma criança ou preconceitos sobre a adequabilidade de estruturas familiares não tradicionais, tal como observado noutros estudos internacionais (Dance et al. 2010; Gerstenzang & Freundlich, 2006).

Ao nível da preparação das crianças para a adoção, apesar de os técnicos reconhecerem que um longo percurso já foi percorrido, ainda são detetadas lacunas consideráveis e a falta de preparação das crianças é identificada com uma das causas de insucesso em casos relatados. A nível internacional escasseiam estudos que comprovem a relação entre a preparação da criança e o sucesso da integração adotiva (McRoy, 1999; Rushton, 2004). Os poucos estudos que analisaram esta variável (Boneh, 1979, Boyne et al., 1984; Festinger, 1986; McDonald et al., 1991; Schmidt, 1986) tendem a verificar uma ausência de relação, apesar de o estudo de McDonald et al. (1991) evidenciar que uma sessão de despedida ritualizada entre a criança e a sua figura de referência diminui a probabilidade de disrupção. Não obstante, vários autores (M. Domingues, 2011; Fernández, 2004; González et al., 2001; Hanna, 2008; McInturf, 1986; Molina, 2002) consideram que os principais problemas de adaptação da criança na integração no novo contexto familiar e social poderiam ser antecipados, abordados e talvez prevenidos na avaliação e preparação da criança para a adoção.

Além da preparação da criança a ser adotada, a literatura também salienta a avaliação e preparação dos filhos prévios (biológicos e/ou adotivos) dos Candidatos (Beesley, 2010; Mullin & Johnson, 1999). Porém numa pergunta específica relativa às adaptações efetuadas no processo de avaliação da candidatura quando a família tem filhos biológicos, observa-se que 31.6% dos técnicos não mencionam a preparação dos filhos. Nos restantes 68.4% a avaliação da preparação restringe-se ao posicionamento/aceitação/vontade do filho biológico, sendo referido com muito menor frequência o conhecimento, receios,

idealizações e crenças em relação à adoção e ao irmão adotivo e a consciência das alterações que irão ocorrer no agregado familiar. Por outro lado, nem sempre a informação é obtida junto da criança, limitando-se ao discurso veiculado pelos pais. As orientações, ao nível da literatura consultada, remetem para uma participação ativa dos filhos biológicos no processo de avaliação, atendendo ao seu papel fundamental para o sucesso da adoção. De facto não é raro que os conflitos intensos entre os irmãos ou o sentimento de estar a destabilizar ou prejudicar o(s) filho(s) prévio(s) sejam sinalizados como causas da disrupção.

Os dados indicam que os técnicos dos serviços de adoção têm pouca dificuldade na avaliação das *Condições e circunstâncias de vida* e da *Resposta à intervenção profissional* dos candidatos e alguma dificuldade na avaliação da *História e características pessoais e familiares*, do *Projeto de adoção* e das *Capacidades educativas gerais e específicas*, pelo que a formação ou diretrizes mais específicas (além das contempladas no manual de procedimentos da adoção), deverão incidir preferencialmente nestas três últimas dimensões.

A literatura reporta uma relação inversa entre a probabilidade de disrupção e os anos de experiência Profissional (S. L. Smith et al., 2006). Poder-se-ia supor uma correlação entre a experiência profissional e o nível de dificuldade percecionado na avaliação dos candidatos, porém os resultados contrariam esta hipótese. Desta forma, é possível que outros fatores, não contemplados neste estudo, tenham impacto no nível de dificuldade percecionada, tais como a formação inicial, as oportunidades de formação contínua (por iniciativa pessoal ou promovidas pelo ISS, IP), o teor e a exigência das tarefas que foram sendo desempenhadas ao longo do percurso profissional do técnico, o exercício atual ou prévio de funções em outras respostas sociais ou especificamente no sistema de proteção e promoção da criança.

De igual modo, não se verificam diferenças no nível de dificuldade em função da formação profissional apesar de algumas dimensões serem mais da competência do psicólogo (ex.: capacidades educativas gerais e específicas) e outras da competência do técnico social (ex.: condições e circunstâncias de vida) (Palacios, 2008). Aliás, na seleção dos temas mais explorados juntos dos candidatos observam-se mais similitudes do que diferenças entre os psicólogos e os técnicos de serviço social. Estes resultados poderão remeter para uma falta de especificidade das práticas profissionais em função da formação de base dos técnicos, minimizando as potencialidades do trabalho multidisciplinar. Por outro lado, é possível que o trabalho em equipa de forma sistemática contribua para um maior

sentimento de segurança e autoeficácia, bem como para a aprendizagem mútua. Adicionalmente revela-se fulcral descortinar qual a compreensão que os técnicos têm do conceito de avaliação. Se o mero acesso à informação (lógica por vezes subjacente nos relatórios dos candidatos marcados por um forte teor descritivo), ou se uma análise compreensiva, explicativa e (até certo ponto) preditiva da informação obtida.

A atualização da informação acerca dos candidatos constitui umas das dificuldades enunciadas pelos técnicos ao nível do questionário e do grupo focal, em que 65.5% dos técnicos refere não conseguir atingir este propósito. De realçar que desde 2009, ano em que foi realizado este estudo, decorreram várias mudanças nas práticas da adoção, entre as quais a construção de um guião orientador das entrevistas de reavaliação que deverão ser realizadas de 18 em 18 meses após a candidatura ter sido aprovada. Estudos futuros poderão elucidar se as dificuldades identificadas, ao nível das reavaliações, foram parcial ou totalmente ultrapassadas e se o instrumento concebido para o efeito se revela o mais adequado em termos de conteúdos e *timing*. Também de frisar que desde 2011 é implementado o módulo C do Plano de Formação para a Adoção, o qual, desprovido de qualquer dimensão avaliativa, pressupõe um contacto direto com os Candidatos, ao longo de cinco sessões, contribuindo para uma percepção mais atual e completa destes.

Ainda no âmbito das mudanças nas práticas da adoção (algumas já em execução e outras em fase de ponderação e planificação), o ISS, IP, no intuito de rever o Manual de Procedimentos da Adoção, constituiu grupos de trabalho que têm vindo a incidir na avaliação e seleção dos candidatos, numa primeira fase, e na intervenção na integração da criança na Família adotiva, numa segunda fase. Desta forma, alguns do tópicos abordados no questionário e no grupo focal, tais como os critérios de seleção e exclusão dos Candidatos, os instrumentos e as estratégias de avaliação utilizados, o envolvimento e a participação dos filhos prévios dos Candidatos no processo, etc. foram alvo de análise e reflexão do grupo de trabalho, prevendo-se que sejam introduzidas alterações procedimentais, a curto/médio prazo. Desta forma, revelar-se-á pertinente caracterizar as práticas e auscultar as percepções dos técnicos relativamente à avaliação e à preparação dos Candidatos daqui a alguns anos, permitindo identificar as potencialidades e vulnerabilidade das alterações introduzidas.

Na correspondência, a maioria dos técnicos refere a *Idade* da criança como uma das cinco principais características que é tida em consideração face à ponderação de um possível candidato. Efetivamente a idade da criança, no momento de adoção, é considerado, entre as características da criança, o mais forte preditor do sucesso ou insucesso da adoção (Barth &

Berry, 1988; Festinger, 1986; Groze, 1986; Kadushin & Seidl, 1971; McRoy, 1999; Partridge et al., 1986), pelo que este fator tem um papel decisivo no processo de correspondência. O *Comportamento da Criança* (mais especificamente os problemas comportamentais) é referido sistematicamente pela literatura como estando associado à disrupção (Berástegui, 2003; Rosenthal et al., 1988; Rushton, 2003; S. L. Smith & Howard, 1991), sendo inclusive ponderado por alguns autores como o segundo preditor, isto é, após a idade. Porém somente 26.3% dos técnicos selecionaram esta variável. A análise das cinco características selecionadas com mais frequência (idade, desenvolvimento, estado de saúde, proximidade geográfica entre a FB e Família adotiva, etnia) remete-nos para as características presentes na BDA, relativas à pretensão dos Candidatos. Ora se BDA, desde 2011, de acordo com a orientação técnica nº 20/2010⁷⁵, emitida pelo ISS, constitui o instrumento para a triagem inicial dos Candidatos será de excluir a pretensão dos Candidatos relativamente a uma das características da criança cuja evidência demonstra estar fortemente associada com o (in)sucesso?

Por outro lado, a literatura indica que muitos candidatos têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos pelo que para algumas famílias, principalmente sem contacto ou experiência direta com crianças, a resposta à questão “que tipo de criança?” constitui uma tarefa particularmente complexa (Cousins, 2003). Desta forma é possível que uma família que, por exemplo, só aceite uma criança até aos 6 anos, e logo codificada na BDA desta forma, se sinta capaz, perante uma situação concreta, de adotar uma criança mais velha (ou vice-versa). Desta feita, a seleção, à partida, de um número de Candidatos a nível nacional com base em indicadores gerais, que não precisam o grau de flexibilidade/abertura, poderá levar à não exploração de determinadas respostas, particularmente para crianças de difícil encaminhamento.

Apesar de ser relativamente consensual que o respeito pela pretensão dos candidatos deva ser priorizado (critério que assume a 1ª posição, numa hierarquização de seis critérios), os técnicos também sugerem indicadores nos Candidatos que os levem a apresentar possíveis crianças que não correspondam inteiramente à sua pretensão, tal como, a flexibilidade, a competência pessoal, a consciência das especificidades da adoção, etc. Se o

⁷⁵ Antes de 2011 imperava o princípio de subsidiariedade em que as crianças da competência territorial de determinado serviço de adoção eram integradas em famílias selecionadas pelo mesmo serviço de adoção e só se não existissem respostas adequadas a nível distrital, se realizaria uma procura nacional. Desde 2011, para todas as crianças em situação de adotabilidade deve ser efetuada uma pesquisa a nível nacional com recurso inicial à BDA e posterior articulação com os serviços de adoção responsáveis pela seleção dos candidatos identificados.

stretching surge associado a um maior risco de disrupção (McRoy, 1999; Nelson, 1985; Partridge et al., 1986), também poderá garantir a integração bem-sucedida de algumas crianças para as quais, à partida, não se vislumbram Candidatos, tal como é salientado no âmbito do grupo focal. Posto isto, é possível que o *stretching* tenha impacto diferente em função do perfil dos Candidatos (sendo pertinente a análise destes efeitos moderadores) ou do tipo de *stretching*. Provavelmente esclarecer o “tipo” de crianças para as quais os Candidatos são realisticamente elegíveis, devido à idade, monoparentalidade, etc., terá um impacto diferente do que apresentar possibilidades distintas das enunciadas pelos Candidatos quando se reconhecem capacidades para responder às necessidades presentes e futuras dos adotados.

O *stretching* também está relacionado com a inexistência de Candidatos para crianças de difícil encaminhamento, isto é, num determinado caso a escolha não é feita entre o Candidato X ou Y, mas entre o Candidato X e a permanência no acolhimento. Nalguns países, apesar de se continuarem a confrontar com esta dificuldade, estratégias mais proactivas têm sido implementadas, quer ao nível do recrutamento de Candidatos para grupos específicos de crianças (AdoptUSkids, n.d.; Macomber, Zielewski, Chambers & Geen, 2005), quer em termos da divulgação e apresentação das crianças aos candidatos (ex.: revistas especializadas; *adoption “match” parties*⁷⁶). Estas práticas têm permitido aumentar o número de adoções, principalmente de crianças consideradas de difícil encaminhamento (Adoption Register for England and Wales, 2007), porém são escassos os estudos que analisaram a relação entre estas práticas e a qualidade da correspondência e o (in)sucesso da adoção. Dance et al. (2010) alertam que a “química” estabelecida entre os Candidatos à adoção e uma criança em particular, pode impedir uma análise mais objetiva de determinadas necessidades e problemáticas da criança que a família poderá ter dificuldade de gerir a longo prazo. Por outro lado, Farmer et al. (2010), numa análise de 131 correspondências, demonstraram não existirem diferenças significativas nos resultados da adoção (estabilidade e qualidade) em função da correspondência ter sido instigada pelos profissionais (80% dos casos) ou pela Família adotiva (20% dos casos).

⁷⁶ Momento de convívio entre os candidatos à adoção em que várias crianças são “apresentadas” através de posters, vídeos, etc. Noutra modalidade é efetuada uma festa com a participação de candidatos à adoção e crianças em situação de adotabilidade onde são organizadas várias atividades recreativas, direcionadas a diferentes competências, desde desporto, artes, música, etc. Em ambas as modalidades o intuito é que os candidatos recolham posteriormente mais informações acerca da(s) criança(s) que lhe despertaram maior interesse junto dos técnicos do serviço de adoção.

Ainda concentrando a atenção no processo de correspondência e abordando a diferenças de idades entre o adotante e o adotado, as opiniões dos técnicos dividem-se. Alguns defendem que pais mais velhos devem ser correspondidos com crianças mais velhas e outros consideram que, desde que seja respeitada a diferença legal, a idade dos pais em relação à idade da criança não constitui critério de correspondência. Os diversos estudos analisaram a relação entre a idade dos pais adotivos e o (in)sucesso da integração adotiva e não propriamente a diferença de idades entre os pais e as crianças. Todavia esses estudos apresentam resultados contraditórios, verificando-se a ausência de relação (Barth et al., 1988; Benton et al., 1985; Boyne et al., 1984; Festinger, 1986; Partridge et al., 1986; Quinton et al., 1998), uma relação positiva, isto é, a idade superior dos pais está relacionada com o sucesso (Berry & Barth, 1990; Groze, 1986; Rosenthal et al., 1988; Zwimpfer, 1983) e uma relação negativa (Kadushin & Seidl, 1971). Palacios (2008), na sequência de contatos com diversos países (ex.: Espanha, Holanda, Reino Unido, Suécia, EUA), conclui que a diferença máxima aceite é de 45 anos, apesar de alguns profissionais considerarem este limite como demasiado alto (contrastando com Portugal com um limite máximo de 50 anos). Este critério baseia-se na premissa que a capacidade de adaptação e flexibilidade, requisitos fundamentais para a adoção, diminuem ao longo da idade e a Correspondência deve ter em consideração não só as necessidades atuais da criança, mas também as futuras, na adolescência, na juventude e no início da vida adulta, salientando-se que, atualmente, os jovens se autonomizam cada vez mais tarde. A acrescentar a recomendação de que se deve evitar ao máximo o risco de perdas, em crianças cuja história de vida já foi marcada pela perda de pessoas de referência e de proteção (Palacios, 2008).

No referente às limitações do estudo de realçar que apesar de obtermos uma taxa de resposta razoável (67.3%) não nos foi possível apurar que serviços de adoção estão representados na amostra, uma vez que optámos pelo anonimato total, pelo que é possível que práticas inovadoras, implementadas em Portugal por determinado(s) serviço(s) de adoção, não tenham sido versadas.

O questionário foi dirigido às práticas individualizadas dos técnicos contudo, algumas questões (ex.: *Como procede para conhecer as características e necessidades da criança, antes da sua proposta a um candidato?*) deveriam ser respondidas pelo serviço de adoção uma vez que, principalmente nos de maior dimensão, um técnico pode realizar com pouca regularidade determinado procedimento, porque outros técnicos do seu serviço o realizam, permitindo de igual modo que a equipa de adoção tenha um conhecimento aprofundado da

criança e/ou dos Candidatos. Por estes motivos seria relevante caracterizar as práticas dos serviços e auscultar as percepções individualizadas dos técnicos.

Defendendo, tal como enunciado no capítulo II, que a avaliação inclui vários elementos de preparação, treino, reflexão e tomada de consciência (Beesley, 2010), o questionário cingiu-se exclusivamente ao “caracter avaliativo”, pelo que questões abertas ou fechadas, relativas à preparação deveriam ter sido incluídas.

A dinamização do grupo focal revelou-se uma metodologia a privilegiar pela sua potencialidade em aceder às reais preocupações e dificuldades dos técnicos e em confrontar opiniões/práticas diversas, porém uma única sessão não nos permitiu alcançar o âmago das questões relacionadas com os critérios de correspondência.

Ao nível de investigações futuras será importante analisar como a nova orientação, relativa ao uso sistemático da BDA para a conjugação, afetou o processo de correspondência em termos de procedimentos, critérios de seleção, dificuldades, qualidade da correspondência, transição, etc. De realçar que antes desta obrigatoriedade 12 dos 62 técnicos referiram nunca usar a BDA, por dificuldades de utilização da aplicação informática ou por considerarem que esta não contém informação fundamental como por exemplo “*o grau de aceitação e flexibilidade [dos candidatos] face aos antecedentes e história de vida da criança*”. Também será de evidenciar que os serviços de adoção operacionalizam a orientação de forma diferente. Enquanto uns pesquisam na BDA as 10 candidaturas mais antigas, que satisfaçam determinados critérios, outros enviam para todos os serviços de adoção o perfil da criança e solicitam a indicação dos candidatos considerados mais adequados, pelo que se revela pertinente analisar qual o procedimento mais eficaz em termos da celeridade e qualidade das correspondências efetuadas. Finalmente, neste tópico, tendo como centro as crianças, em relação às quais todo o processo de adoção deverá ser estruturado, sugere-se a análise das vantagens e desvantagens desta prática, comparativamente à anteriormente aplicada, auscultando a percepção dos técnicos e analisando indicadores de que se disponha informação prévia (ex.: número de transições malsucedidas; tempo entre a sentença de adotabilidade e a integração na Família adotiva em função do perfil da criança; número de crianças de “adoção especial”⁷⁷ integradas, etc.).

O carácter tácito dos critérios de correspondência e, por vezes, definidos em função da situação concreta, levam-nos a descartar o uso de questionários, para sua identificação,

⁷⁷ Em Portugal, tal como noutros países, não há uma consensualização do que constitui uma adoção especial.

sugerindo a observação das reuniões de serviço em que são discutidas candidaturas a corresponder com determinada criança. Igualmente pertinente será avaliar a relação entre a qualidade da correspondência e a estabilidade e qualidade da adoção, dada a lacuna a nível nacional e internacional neste tópico, permitindo elucidar características e processos fulcrais para o (in)sucesso em diferentes etapas do processo.

Capítulo VII

Disrupção ou Sucesso: Fatores, Preditores e Causas

Este segundo estudo empírico consiste na análise documental de processos de adoção de disrupção (retirada da criança do lar adotivo durante o período de pré-adoção) e de sucesso (permanência da criança na família durante o período pré-adotivo com sua consequente adoção legal).

Os vários estudos na área da disrupção são consensuais a afirmar que quanto mais velha é a criança no momento da integração, maior será o risco de disrupção (Barth & Berry, 1988; Festinger, 1986; Groze, 1986; Kadushin & Seidl, 1971; McRoy, 1999; Partridge et al., 1986; Rosenthal, 1993; S. L. Smith & Howard, 1991; Triseliotis, 2002; Zwimpger, 1983). Aliás a idade é geralmente considerada, ao nível das características da criança, como o fator de risco com maior impacto. Porém, a maioria dos estudos procede à comparação de um grupo de disrupção com um grupo de sucesso composto por crianças 1 a 5 anos mais novas em média. Desta forma é possível que o não controlo da idade no emparelhamento tenha mascarado os efeitos de outras variáveis (S. L. Smith & Howard, 1991). Além do mais, se o grupo de sucesso é constituído, de forma global, por crianças mais novas, são negligenciados os fatores que contribuíram para o sucesso das crianças mais velhas, geralmente sub-representadas nas amostras.

Para ultrapassar estas limitações optámos, a nível metodológico, por controlar o efeito da idade, mediante emparelhamento dos dois grupos em função da idade da criança no momento da integração adotiva. Por este meio pretende-se avaliar a forma como a integração de crianças da mesma idade poderá converter-se em diferentes realidades.

De uma forma geral o estudo visa analisar como as características das crianças, dos candidatos à adoção e das práticas profissionais, isoladamente e em conjugação, influenciam o resultado da integração adotiva (disrupção ou sucesso).

Iniciamos com a exposição das questões de investigação, seguindo-se a apresentação do método, com descrição da amostra, do instrumento, dos procedimentos de recolha e de análise de dados.

Apresentam-se os resultados adotando uma lógica complexificadora em que análises univariadas e bivariadas serão sucedidas por análises multivariadas atendendo à conjugação de dimensões relativas à tríade (crianças, pais e profissionais).

Na discussão dos resultados é dada ênfase aos resultados mais significativos, confrontando-os em simultâneo com os obtidos em investigações internacionais anteriores em termos de concordância ou discordância. O valor e as implicações práticas dos resultados

serão debatidas, não descurando a sinalização das limitações do estudo e de desafios para novas investigações.

7.1. Questões de investigação

Este estudo propõe-se responder às seguintes questões de investigação:

- Q1: Qual a taxa de disrupção em Portugal? (7.3.1)⁷⁸
- Q2: Como se caracteriza o grupo de disrupção ao nível das variáveis da criança, dos pais adotivos e das práticas profissionais? (7.3.2)
- Q3: Há diferença entre o grupo de disrupção e o de sucesso em termos das variáveis da criança, dos pais adotivos e das práticas profissionais analisadas em isolado? (7.3.2)
- Q4: Há diferença entre o grupo de disrupção e o de sucesso nas crianças com idade inferior a 6 anos em termos das variáveis da criança, dos pais adotivos e das práticas profissionais? (7.3.3)
- Q5: Há diferença entre o grupo de disrupção e o de sucesso nas crianças com idade igual ou superior a 6 anos em termos das variáveis da criança, dos pais adotivos e das práticas profissionais? (7.3.3)
- Q6: Quais variáveis da criança e dos pais adotivos preditoras da disrupção? (7.3.4)
- Q7: Quais as razões da disrupção evocadas pelos adotantes? (7.3.5)

7.2. Método

7.2.1. Participantes

A amostra foi constituída por 142 processos de adoção dos quais 71 eram de disrupção e 71 de sucesso⁷⁹. Estes 142 processos representam 138 crianças, pois quatro crianças sofreram a interrupção de duas integrações adotivas. Por outro lado representam 129 Candidatos⁸⁰ uma vez que nove Candidatos integraram duas crianças e dois Candidatos integraram três crianças. Salienta-se que um destes Candidatos teve uma integração disruptiva com uma criança e, subsequentemente, duas integrações adotivas de sucesso.

⁷⁸ Entre parênteses assinalam-se os pontos deste capítulo nos quais se responde a cada questão de investigação.

⁷⁹ A unidade de análise assumida é a “integração adotiva mal-sucedida/bem-sucedida da criança”. Nas situações de integração de fratrias consideramos uma integração adotiva por cada criança. Quando a mesma criança sofreu duas disrupções consideramos duas integrações adotivas.

⁸⁰ O termo Candidatos engloba as candidaturas singulares e de casal.

Os processos foram analisados em oito serviços de adoção do norte, centro e sul, litoral e interior do território continente. A seleção destes serviços obedeceu a dois critérios hierarquizados, designadamente: 1) representação de diferentes zonas geográficas do país (Norte, Centro e Sul) e 2) maior facilidade na recolha dos dados por questões logísticas.

Apesar dos 142 processos terem sido analisados nos oito serviços salienta-se que em 16 processos a criança ou os Candidatos estavam afetos a outros serviços de adoção, pelo que, nestes casos, os serviços de adoção da amostra não efetuaram uma ou várias etapas do processo adotivo, nomeadamente avaliação dos Candidatos, avaliação da criança, correspondência ou acompanhamento pré-adotivo.

Em cada serviço foi analisada a população dos processos de disrupção⁸¹ ocorridos entre 2006 e 2009 (4 anos). Cada processo de disrupção foi emparelhado com um caso de sucesso obedecendo a determinados critérios de exclusão e de seleção que passaremos a expor.

Foram excluídas as adoções por cônjuges, adoções por familiares, adoções internacionais e casos em que a criança teve uma integração adotiva malsucedida prévia ou foi integrada com um irmão que sofreu disrupção.

Ao nível da seleção escolheu-se a criança adotada de raiz (por estranhos) que no mesmo serviço de adoção e no mesmo ano de integração na família, tinha a idade mais próxima, assumindo uma diferença máxima de 3 meses. A idade foi calculada em termo de anos, meses e dias. Em caso de empate na diferença de idades selecionou-se a criança mais velha.

Quando no mesmo ano não existiu nenhuma criança com 3 meses de diferença máxima de idade, analisaram-se o ano antecedente e subsequente (por exemplo se o ano de integração foi 2007, analisaram-se os anos 2006 e 2008) e assim sucessivamente até se conseguir obter emparelhamento, estabelecendo-se como limite mínimo o ano 2004 e máximo o ano 2010. Considerou-se 2004 dadas as alterações ao regime de adoção introduzidas em 2003 com o Decreto-Lei n.º 31/03, e 2010 para garantir uma janela de tempo que permitisse a concretização legal da adoção.

Perante a impossibilidade de conseguir um emparelhamento cumprindo os critérios supramencionados, foram analisadas adoções de criança a cargo⁸² ($n = 3$) seguindo os mesmos passos.

⁸¹ Em rigor, de 2006 a 2009, nestes oito serviços de adoção, ocorreram 72 situações de disrupção, porém foi impossível encontrar o processo de uma criança que, por conseguinte, não integrou o estudo.

⁸² Nestes casos assumiu-se que a data da integração adotiva corresponderia a data do certificado de seleção de candidato à adoção, isto é, quando os serviços de adoção validaram a(s) pessoa(s) que acolhia(m) a criança enquanto Pais adotivo(s).

Em 14 situações, apesar de ter flexibilizado os critérios relativos ao ano de integração e ao tipo de adoção (a cargo ou de raiz), não foi possível encontrar emparelhamento, pelo que se flexibilizou a diferença máxima de idades, alcançando uma diferença de 1ano 8 meses e 3 dias.

Apesar deste ajustamento, o teste *t-student* demonstrou que não existem diferenças significativas entre o grupo de disrupção e de sucesso ao nível da idade no momento da integração na Família adotiva ($t(140) = -0.148, p = .882$). No grupo de disrupção a idade média das crianças é de aproximadamente 8 anos ($M = 7.84, DP = 3.23$), variando entre 1.99 e 14.99 anos. Similarmente, no grupo de sucesso a idade média é 7.76 anos ($DP = 3.17$), com um limite mínimo e máximo de 2.05 e de 14.93 anos, respetivamente.

Optámos por reportar os dados sociodemográficos das crianças e dos pais nos resultados, uma vez que estes dados respondem parcialmente à segunda questão de investigação formulada.

7.2.2. Instrumento

Para análise dos processos foi construída uma grelha de codificação de processos de adoção (cf. Anexo 6), que permitiu transformar dados qualitativos em quantitativos. Esta grelha encontra-se subdividida em quatro partes: 1) Criança, 2) Candidatos, 3) Práticas Profissionais e 4) Pré-adoção. De seguida procede-se à descrição detalhada de cada uma, bem como alguns critérios de codificação relevantes para a posterior compreensão dos resultados.

A grelha relativa à **Criança** inicia-se com a data de nascimento e a data de pré-adoção as quais permitiram calcular a idade da criança na integração e efetuar os subsequentes emparelhamentos. Quanto à data da pré-adoção enfatizam-se duas situações atípicas e os critérios definidos. Nas situações de crianças a cargo, já referida, considerou-se que a pré-adoção se iniciava quando os cuidadores eram selecionados pelo serviço de adoção como candidatos à adoção (data do certificado). Por outro lado, nas situações em que os candidatos já tinham sido selecionados pelos serviços de adoção, mas foi integrada uma criança sem situação jurídica de adotabilidade definida, assumiu-se a data de integração na família como a data de pré-adoção. Consequentemente, nestes casos, a data da sentença da situação de adotabilidade é posterior à data da pré-adoção considerada pelo que se optou pela sua omissão de modo a não afetar os cálculos.

A escala contempla a história de vida da criança explorando os motivos que legitimaram o acolhimento, a sua manutenção e a posterior adoção, tais como o abandono, a orfandade, o abuso físico, o abuso sexual, etc. Nas situações de abandono são também incluídas as situações em que o pai não reconheceu a paternidade da criança e/ou que nunca teve um papel presente na sua vida. A codificação positiva (sim) nesta categoria supõe uma continuidade temporal, em que o pai e/ou mãe deixaram de estabelecer definitivamente contacto/relação com a criança. No abuso sexual assumiram-se as situações em que houve suspeita de abuso independentemente de ter sido ou não comprovada.

O percurso de vida da criança é delineado mediante registo da data de entrada e de saída em cada contexto, o que permite contabilizar o número de mudanças, o número e tipos de contextos e o tempo de permanência em cada contexto. O percurso termina no contexto anterior à integração na Família adotiva e, portanto, a Família adotiva e a mudança para este contexto não foram contabilizadas.

Privilegia-se o contexto relacional, logo apenas se contabiliza um contexto adicional quando há mudança de figura cuidadora. Por exemplo, uma criança que é cuidada pelos pais, seguidamente pela tia, depois pelos avós e depois novamente pelos pais corresponde a 4 contextos e 3 mudanças. Se a figura de referência se mantiver o aumento ou diminuição de pessoas não é contabilizado como um contexto adicional (ex.: mãe e seguidamente mãe e avós é apenas contabilizado como 1 contexto e 0 mudanças). Porém, na díade parental (nalguns casos este papel foi exercido pelos avós desde o nascimento da criança) foi assumido que os dois cuidadores constituíam as figuras de referência da criança, pelo que a subsequente exclusividade do pai ou da mãe foi contabilizada como um novo contexto. Situações de mudança de residência, que não tivessem inerente a mudança da(s) figura(s) cuidadora(s), não foram consideradas. De salientar que para diversos casos, as mudanças eram processadas de forma tão cíclica que não foi viável a sua efetiva contabilização, considerando-se somente que o número de mudanças corresponderia ao número de contextos menos 1. A título de exemplo, perante este cenário *“sempre que os pais se separam, as crianças ora são levadas só pela mãe para longe do pai, como são levadas pelo pai para longe da mãe, passando ainda algumas temporadas em casa das avós materna e paterna e em casa de tias paternas onde são ‘despejadas’”* foram contabilizados 7 contextos e 6 mudanças, apesar de na realidade terem ocorrido mais mudanças.

Os diversos contextos codificados foram: pais; mãe/madrasta; pai/padrasto; avós; tias; irmã; prima; família amiga/idónea; ama/vizinha/madrinha; família de acolhimento; CAT/LIJ;

hospital; família adotiva e futura Família adotiva. O contexto *família amiga* remete para as situações em que as crianças institucionalizadas estabeleceram uma relação com famílias amigas/úteis/de afeto e passaram a residir com elas. O contexto *família adotiva* aplica-se às crianças que sofreram uma disrupção prévia, e o contexto *futura Família adotiva* aplica-se às adoções de criança a cargo. Para algumas categorias foram criadas n versões idênticas de modo a serem contabilizados os diferentes contextos, assim, por exemplo, uma criança que tivesse estado em três instituições diferentes seria codificada em CAT/LIJ_1, CAT/LIJ_2 e CAT/LIJ_3. De salientar que quando a criança esteve numa instituição (ex.: estabelecimento prisional, LIJ, casa de abrigo, etc.) na companhia da mãe este contexto foi codificado como Mãe.

As tentativas de reunificação familiar são contabilizadas assumindo-se todas as situações em que a criança voltou a viver com a família biológica após ter estado numa família idónea, numa família de acolhimento, num CAT/LIJ. Situações de fuga, em que a criança voltou a viver com a família biológica sem consentimento das entidades competentes, foram igualmente assumidas.

As características dos pais são categorizadas (sim ou não) em termos de comportamentos antissociais, desordem psiquiátrica e debilidade mental.

O número de irmãos biológicos, a posição na fratria da criança-alvo e a relação estabelecida com os irmãos são codificados. Quanto à relação considera-se a presença ou ausência de determinados comportamentos para com os irmãos em geral (ex.: rejeita o irmão), não discriminando a relação estabelecida com o irmão A da estabelecida com o irmão B.

A manifestação de vínculos fortes da criança com a mãe e/ou o pai biológico, ou cuidadores substitutos perante a ausência dos primeiros face a situações de delegação, abandono ou orfandade, foi avaliada com base nos registos acerca da qualidade dos vínculos estabelecidos e das reações da criança nos momentos das visitas e entre as visitas, nas despedidas e nos reencontros. O item era codificado como “Sim” independentemente da capacidade da criança em resolver as questões da vinculação ao longo do tempo e da vinculação estabelecida ser ou não segura. Elencamos alguns exemplos de situações codificadas positivamente: *“vive com ansiedade e entusiasmo a promessa da mãe, da mesma forma que mostra frustração e desânimo cada vez que a mãe falta”*; *“ambivalência emocional relativa à mãe”*; *“criança gosta de receber as visitas e telefonemas da mãe, denotando afeto pela mesma”*; *“medo de que aconteça algo de mal à avó, por quem revela ter muitas*

saudades”; “o sonho dele é regressar a casa da mãe”. Enquanto atitudes como “sempre calado e apático sem qualquer reação àquelas pessoas...nunca fez referência à mãe”; “desvalorização das figuras parentais...não sofre com a ausência da mãe”; “algum distanciamento...despedida fácil para todos”; “atitude de indiferença, distanciamento e até rejeição, gritando a qualquer tentativa de aproximação da mãe” foram codificadas como Não.

A relação com outras figuras significativas (não familiares) ao longo do tempo também foi apreciada. A informação constante nos processos não permitiu inferir um padrão de vinculação, pelo que a categorização adotada reflete a terminologia frequentemente usada nos relatórios de avaliação das crianças. Uma criança pode estar codificada em diferentes categorias, uma vez que a mesma criança com diferentes adultos ou em diferentes momentos pode ter comportamentos idênticos ou diferentes. De forma adaptativa salienta-se a relação de confiança estabelecida com os adultos (ex.: *“relaciona-se muito bem com os adultos, respeita-os muito e confia bastante neles”, “mantém uma relação privilegiada com uma funcionária da instituição que o acolhe, a “madrinha”*). Quanto a comportamentos menos ajustados contemplou-se o embotamento afetivo (ex.: *“apresenta uma anestesia emocional”; “não deixa transparecer as suas emoções”*), a rejeição afetiva (ex.: *“atitude fóbica e de evitamento a situações stressantes como o relacionamento afetivo com adultos”*), a inibição afetiva (ex.: *“revela pouco à-vontade na expressão de afetos sendo uma criança que não procura os adultos com este fim”*), a ambivalência (ex.: *“atitude de dependência e conflituosidade”*), a excessiva dependência (ex.: *“criança afetivamente muito carente, preferindo passar os intervalos na companhia dos professores”*), a desconfiança (ex.: *“descrença na relação com o outro”*) e a ausência de referência/indiscriminação (ex.: *“liga-se e desliga-se das coisas e das pessoas sem questionar”, “comportamentos de socialização difusa e indiscriminada”*).

Os problemas emocionais e comportamentais da criança foram elencados com base numa seleção de itens do CBCL (versões ½ a 5 anos e 4 a 18 anos), tendo sido acrescentados comportamentos referidos pela literatura como associados à disrupção. A listagem não era totalmente estática pelo que, ao longo da análise dos processos, todos os comportamentos das crianças expressos nos relatórios que não se coadunavam com os itens existentes, eram registados optando-se posteriormente, em função da sua expressividade, pela definição de itens específicos. O desenvolvimento mental, as incapacidades físicas e sensoriais, o estado de saúde global, o acompanhamento pedopsiquiátrico (prévio ou atual) e as necessidades específicas a nível de acompanhamento profissional (educativo, médico, terapêutico) foram

contemplados. Na avaliação do desenvolvimento foi privilegiada a informação mais atual, mesmo se contraditória com informações prévias.

A reação da criança face a acontecimentos adversos e/ou mudanças significativas foi operacionalizada em termos de ausência de sintomatologia (*neutro*), expressão de sintomatologia de carácter internalizador (ex.: depressão, encoprese, retraimento) e de carácter externalizador (ex.: oposição, mentira, agressão). Novamente foram contempladas as várias reações ao longo do tempo e em diferentes contextos pelo que a mesma criança pode estar representada nas categorias internalização e externalização.

Em relação às características pessoais e modos de funcionamento é atribuído o código Sim quando há referência implícita ou explícita. Logo uma criança que no item *Simpática* seja codificada como Não, isto não significa necessariamente que a criança seja antipática mas somente que não foi adjetivada como simpática.

O comportamento escolar e as atitudes da criança perante a escola foram operacionalizados em itens tipo *likert* de três níveis de resposta. Para o desempenho académico assumiu-se um item tipo *likert* de quatros níveis (1- Bom a 4- Dificuldades de aprendizagem severas). As dificuldades de aprendizagem severas são consideradas quando existe um atraso formal ou informal (criança matriculada num ano letivo mas a acompanhar currículo de outro ano) de pelo menos dois anos relativamente aos pares e/ou foi referido um desfaseamento significativo em relação aos pares, tendo sido implementadas ou necessitando de medidas de ensino especial.

Finalmente é avaliada a prontidão da criança para a adoção num *continuum* de três pontos. Para se considerar a criança “pronta” (3) é necessário que tenha sido realizado o luto da família biológica e a aceitação de uma nova família, com os seus ganhos e perdas inerentes⁸³, tendo em consideração a idade da criança. “Em preparação” (2) a criança demonstra-se ambivalente, ora aceitando ora rejeitando a adoção; ou aceita uma nova família, mas detém uma imagem idealizada e fantasiada do que representa viver em família (ex.: “*vou poder fazer tudo o que eu quero*”); ou mostra-se discursivamente recetiva à adoção mas ainda apresenta vínculos muito fortes com a família biológica. Nas situações “não pronto”(1) a adoção nunca foi abordada com a criança ou a criança recusa a adoção/ idealiza o regresso à família biológica. Esta codificação apenas foi aplicada a crianças com idade

⁸³ Assumindo a preparação para adoção como um processo contínuo, que se reveste de novos contornos aquando da integração na família, não considerámos que estas tarefas estivessem concluídas, mas somente que, numa lógica comparativa, a criança tivesse alcançado um maior grau de elaboração e resolução.

superior a 5 anos, na medida em que só a partir desta idade a criança adquire a noção de família baseada na distinção entre laços biológicos e afetivos e tem consciência que a adoção significa ter sido aceite por uma nova família, mas rejeitada por outra (Brodzinsky, 2011)⁸⁴.

A grelha relativa aos **Candidatos** abarca um conjunto de indicadores sociodemográficos como por exemplo, configuração familiar, idade, anos de estudos concluídos, tempo de casamento.

A avaliação da história de vida dos candidatos incide nas interações familiares na infância, na história de perdas/privação/vitimização na infância e na vida adulta, segundo itens de tipo likert de quatro pontos. Adicionalmente é considerado se a candidata e o candidato foram vítimas ou não de alguma forma de maus-tratos (físico, psicológico, emocional ou sexual) ao longo da sua vida. Dezasseis acontecimentos pessoais e familiares *stressantes* ao longo da vida (ex.: separação ou divórcio próprio) são elencados de modo a assinalar a sua ocorrência (sim ou não).

A história de saúde mental de cada candidato (passada e presente) é analisada variando desde 1 -Sem fragilidades a 4 Fragilidades graves ou prolongadas, remetendo para acompanhamento psiquiátrico durante dois ou mais anos, com recurso a medicação psiquiátrica (ex.: ansiolíticos, antidepressivos). O estado de saúde física atual de cada candidato é discriminado em saudável, com problemas de saúde ligeiros (não afetam o funcionamento diário) e significativos (limitam de alguma forma o dia-a-dia).

Para avaliação da relação conjugal foram construídos quatro itens relativos à distribuição do poder, à resolução de conflitos, à afetividade e à satisfação com a relação.

A relação com a família alargada (pais e irmãos) foi avaliada num *continuum* de quatro pontos, desde 1 - Sem contactos a 4 - Próxima e confortável. O suporte antecipado de amigos e familiares foi codificado, variando entre 1 – Sem suporte a 4 - Suporte total (possibilidade de alguém ficar a tempo inteiro com a criança).

Questões específicas do processo de adoção foram tidas em consideração tais como o tempo de espera (em relação à data de formalização da candidatura e à data de seleção), as motivações para adotar (em que todas as razões apresentadas pelos Candidatos ou depreendidas pelos técnicos foram assumidas), o grau de resolução da infertilidade (quando aplicável), a prontidão emocional para a adoção, o perfil de criança desejada, o nível de

⁸⁴ Reiteramos a ideia transmitida na parte teórica de que a preparação para adoção e a avaliação da prontidão para adoção devem ser efetuadas com crianças em idade pré-escolar. A opção por este ponto de corte teve inerente a forma como a variável foi operacionalizada.

flexibilidade na (re)definição deste perfil, as mudanças efetuadas no perfil, o (des)acordo entre o casal na definição deste perfil, bem como o nível de participação e envolvimento antecipado do pai na educação da criança. A recetividade da família alargada e dos filhos prévios dos candidatos (quando aplicável) ao projeto de adoção é operacionalizada em três opções de resposta (1 - Má, 2 - Moderada e 3 - Boa). A extensão da preparação dos filhos prévios dos candidatos foi avaliada num *continuum* desde, 1 - Total preparação a 4 - Sem preparação. A total preparação implica exploração das expectativas relativamente ao irmão/irmã, do impacto na relação com os pais, da necessidade de partilhar espaços/objetos/relações, de possíveis comportamentos/reações da/o nova/o irmã/o e do seu papel enquanto irmão/irmã. Quanto aos candidatos é assinalado se estes beneficiaram ou não de cinco tarefas de preparação (ex.: contacto com CAT/LIJ ou famílias de acolhimento). Finalmente é avaliado o grau de abertura em colaborar com os técnicos e para procurar e receber ajuda profissional futuramente, se necessário.

As competências parentais avaliadas englobam o número de expectativas irrealistas dos pais (ex.: com amor tudo vai ser ultrapassado), as práticas/ideias parentais⁸⁵, o sentimento de autoeficácia dos candidatos para parentificar uma criança adotada e lidar com as dificuldades inerentes ao papel parental, o grau de reflexão e consciência das especificidades da adoção, dos possíveis desafios com que terão de lidar e do seu impacto na dinâmica familiar e o grau de abertura na comunicação sobre a adoção que antecipam ter.

Por outro lado, é avaliada a experiência prévia de parentalidade (biológica e adotiva), de acolhimento familiar, com crianças com necessidades especiais (em termos comportamentais, emocionais e desenvolvimentais) e a existência ou não de uma relação prévia com a criança que irão adotar (ex.: famílias amigas). Nas situações de candidatos com filhos prévios foi avaliada a qualidade da relação estabelecida e o nível de satisfação com o papel parental, sendo que quando existiam relações diferentes, com filhos diferentes, foi codificada a relação com maiores dificuldades.

As características de personalidade e modos de funcionamento dos candidatos são operacionalizadas. Salienta-se a flexibilidade atendendo quer ao funcionamento em geral (ex.: reorganização adaptativa face a imprevistos; capacidade de ajustar as rotinas em função das necessidades de todos os elementos; aceitação das diferenças), quer à parentalidade em

⁸⁵ Enquanto nalguns casos a informação remete para os comportamentos educativos dos candidatos com os seus filhos prévios, noutros casos a informação incide naquilo que os pais pensam acerca das crianças e dos diversos aspetos relativos à sua educação e, noutros casos ainda, os conteúdos focam o posicionamento dos candidatos em relação à educação que receberam na infância.

específico (ex.: adaptação das práticas educativas em função da criança e da sua etapa desenvolvimental; antecipa reajustamentos mútuos, mas mais focado nos seus do que nos da criança). Nos casais, este item era codificado atendendo ao candidato menos flexível, podendo obter o valor 1 - Rígido, 2 - Alguma rigidez e 3 – Flexível. A título exemplificativo, informação tal como *“traço rígido de perfeccionismo e a forma como o mesmo condiciona o seu funcionamento no dia-a-dia”*; *“modelo educativo tradicional e assumindo abordagens de acordo com o meio rural e fechado em que se insere”*; *“certa rigidez na forma de ser e de estar na vida no que respeita a uma necessidade elevada de preservação da integridade dos seus valores morais”* foi codificada como Rígido.

A grelha relativa às **Práticas Profissionais** contempla a avaliação e preparação dos candidatos, nomeadamente o grau de exploração de temas relacionados com a adoção (ex.: comunicação sobre a adoção); o número de contactos presenciais e telefónicos estabelecidos entre os candidatos e os técnicos desde a formalização da candidatura até ao primeiro encontro com a criança; o grau de completude da informação acerca dos candidatos; o nível de *stretch* empreendido; o número de técnicos envolvidos até à transição; o número de técnicos envolvidos ao longo de todo o processo e a consistência de pelo menos um profissional nas diferentes etapas do processo.

Paralelamente foi avaliado o grau de completude da informação acerca da criança e o tipo de atividades de preparação para adoção da criança.

No que diz respeito à *Correspondência* entre a criança e os Candidatos, é aferido se as características da criança são idênticas às definidas pelos Candidatos quer ao nível formal, quer preferencial (ex.: afirma que aceita uma criança de 8/9anos, mas assume que estaria mais confortável com uma de 6 anos; abertura para ambos os sexos, mas preferência por menina). A subescala avalia também se a integração foi de uma única criança ou de uma fratria, e nesta última hipótese foram registados a idade e o sexo dos irmãos integrados conjuntamente, bem como a existência ou não de um laço emocional significativo com os irmãos de quem a criança-alvo foi separada. A mudança de posição na fratria quer da criança adotada, quer dos filhos prévios da Família adotiva foi avaliada. Para este efeito só foram considerados os filhos residentes com a Família adotiva, mesmo que apenas nas férias e fins de semana. Adicionalmente quando existiam vários filhos com resultados diferentes, isto é, uns mudam de posição com a integração de um novo elemento e outros não, considerou-se a mudança. Por último, é avaliada a continuidade/divisão de responsabilidades entre serviços, isto é, se os Candidatos e criança estão ou não afetos ao mesmo serviço.

A grelha relativa à **Pré-adoção** contempla, nos casos de disrupção, quem manifestou pela primeira vez o intento de cessar a integração adotiva (Candidatos, criança ou serviços de adoção), data em que tal foi verbalizado e as razões subjacente à disrupção do ponto de vista dos Candidatos.

7.2.3. Procedimentos

Construção do Instrumento

A grelha de análise foi construída com base na revisão da literatura, na experiência prática (estágio pós-graduado num serviço de adoção) e na investigação desenvolvida previamente (questionário administrado a nível nacional aos técnicos dos serviços de adoção, grupo de discussão focalizada com técnicos de serviços de adoção e entrevistas conduzidas junto de famílias adotivas)⁸⁶. Adicionalmente, o investigador examinou alguns instrumentos de *Correspondência* referidos no capítulo III, nomeadamente a *SAFE* e o *Texas Summary Adoption Assessment System*. Todas as variáveis referenciadas na literatura relativas à temática da disrupção e término foram incluídas, visando que o instrumento fosse o mais exaustivo possível, abrangendo cerca de 500 variáveis.

A grelha foi traduzida para inglês e discutida com a Professora Ruth McRoy, especialista na área, que desenvolveu uma investigação similar nos Estados Unidos da América.

O ajustamento da grelha à informação existente nos processos foi testado mediante análise de cinco processos de sucesso do serviço de adoção do Porto, os quais não integraram a amostra final.

Para alguns itens, adicionaram-se ou reformularam-se os critérios de operacionalização; noutros itens sentiu-se a necessidade de tornar as opções de resposta mais genéricas, isto é, itens *likerts* de 5 pontos foram transformados em 3 pontos ou dicotomizados, dado que o conteúdo dos relatórios não assegurava um grau de diferenciação suficiente. Algumas categorias foram adicionadas (ex.: sentimento de autoeficácia) e outras eliminadas por não se obter informação (ex.: organização da vinculação dos candidatos) ou por não serem pertinentes atendendo à realidade (ex.: face às constantes mudanças de residência o contexto de proveniência da criança, rural ou urbano, não era relevante).

⁸⁶ Apesar de não ser focado no âmbito desta dissertação a investigadora analisou 26 processos de adoção de crianças integradas com 6 a 11 anos de idade o que facilitou a operacionalização de determinadas categorias.

Na parte da grelha relativa aos Candidatos, nos itens relativos à história de vida, dada a pluralidade e complexidade das realidades, optou-se em todos os processos por transcrever na íntegra a informação que permitiria codificar tais itens. Os critérios de codificação pré-existentes foram reajustados e especificados em função da análise da informação transcrita e são apresentados no anexo 7. Nestes itens os casos foram codificados pela investigadora, seguidamente revistos pela orientadora e em situações de desacordo discutidos até se obter consenso.

Finalizada a recolha dos dados no primeiro serviço de adoção, transitou-se para outro serviço de adoção, não se tendo procedido a mais alterações na grelha, apenas registando, como já referido, os problemas emocionais e comportamentais da criança que não eram abrangidos pelos itens pré-definidos.

Procedimentos de recolha de dados

Enquadrado pelo protocolo específico de cooperação assinado entre o Instituto de Segurança Social, IP e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, os objetivos e procedimentos do estudo foram expostos e solicitada a autorização e colaboração. Especificamente, foi requerida ao ISS, IP a indicação do número de casos de disrupção ocorridos entre 2006 e 2009 discriminados por anos e serviços de adoção e a autorização para a investigadora consultar processos de adoção e aceder às listagens das crianças integradas entre 2004 e 2010, salvaguardando os pressupostos de confidencialidade.

Após autorização por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do ISS, IP, os serviços centrais responsáveis pela Adoção a nível nacional enviaram um correio eletrónico para cada serviço de adoção dos centros distritais do ISS de Portugal Continental a informar do projeto em curso e da autorização concedida, a solicitar a colaboração com a investigadora e a indicação do número de crianças que, tendo sofrido disrupção entre 2006 e 2009, foram posteriormente integradas numa Família adotiva com sucesso e qual o distrito de residência dos adotantes.

Paulatinamente cada serviço de adoção da amostra foi contacto telefonicamente para explicitar com mais detalhe os objetivos e procedimentos do estudo em curso e agendar a recolha de dados.

Em cada serviço de adoção foram inicialmente analisados os casos de disrupção. Na análise de cada processo a investigadora leu e codificou a informação relativa à criança, seguidamente aos Candidatos e finalmente ao período de pré-adoção. Nas grelhas da criança,

dos candidatos e das práticas profissionais (à exceção dos itens relativos aos profissionais ao longo do processo) apenas se considerou a informação até ao primeiro dia da transição, isto é, em que houve contacto presencial com a criança⁸⁷. A informação posterior (transição e pré-adoção) só foi considerada quando havia referência explícita do seu conhecimento pelo serviço de adoção antes da *Correspondência*, apesar de esta não ter sido mencionada nos relatórios prévios.

Os processos foram lidos na íntegra, não descurando notas de rodapé, rascunhos, notas soltas, etc.

Após analisados os processos de disrupção, calculou-se a idade das crianças (anos, meses e dias), solicitou-se a listagem das crianças adotadas entre 2004 a 2010 e seguiu-se os critérios de emparelhamento referidos em 7.2.1, relativos à seleção de casos de sucesso.

De realçar que os procedimentos tiveram que ser ajustados em função dos serviços de adoção. Assim em dois serviços a informatização dos processos com os dados necessários (data de nascimento e/ou data de integração) só foi iniciada em 2006⁸⁸ optando a investigadora por restringir as possibilidades de emparelhamento a esses casos (de 2006 a 2010). Em dois serviços de adoção as listagens das crianças não possuíam os elementos necessários para o cálculo das idades pelo que a investigadora consultou todos os processos existentes para extrair a informação necessária. Particularmente num destes serviços nem sempre a investigadora conseguiu encontrar os processos de todas as crianças listadas existindo a possibilidade de terem sido selecionadas crianças de anos diferentes quando poderiam existir crianças do mesmo ano que obedeciam aos critérios definidos.

Noutro serviço de adoção, a investigadora não teve acesso às listas na sua totalidade, pelo que indicava as idades pretendidas e eram-lhe referidas algumas crianças com idades aproximadas de modo a seleccionar as que melhor se aplicariam.

Em média, por dia, eram analisados 2 a 3 processos, pelo que em cada serviço de adoção o tempo de recolha de dados variou entre 4 dias a 3 semanas.

⁸⁷ Nas situações de criança a cargo assumiu-se a data do certificado de seleção de candidato a adotante.

⁸⁸ Num destes serviços alguns processos de 2005 (não a totalidade) também estavam informatizados.

Procedimentos estatísticos de análise de dados

Os dados foram analisados com recurso ao *software IBM SPSS Statistics* (versão 19.0).

Numa primeira fase foram apreciadas as propriedades psicométricas da *Escala de Problemas Emocionais e Comportamentais* no que diz respeito à sua estrutura fatorial e à consistência interna das subescalas. Desta forma procedeu-se a uma análise fatorial exploratória (AFE), com extração de fatores pelo método das componentes principais, seguida de uma rotação ortogonal (varimax), de forma a forçar uma distribuição mutuamente exclusiva dos itens pelos fatores. O teste gráfico de *Cattell* (*scree plot*) indicou dois pontos de inflexão que justificavam a retenção de 2 e 3 fatores. Definiu-se como critério a retenção de itens com pesos ou cargas fatoriais ≥ 40 e as duas soluções foram testadas optando-se pela de 2 fatores por esta solução ser mais interpretável e conceptualmente coerente. A análise da consistência interna indicou a subida do *alfa de cronbach* no fator 1 após retirada do item “*problemas de eliminação*”, pelo que se voltou a realizar a análise fatorial sem a presença do referido item.

A medida de Kaiser-Meyer-Olkin indicou a adequação da amostra para a análise, KMO = 0.65, apresentando um valor razoável, superior ao limite mínimo aceitável de .50 (Field, 2009). O teste de esfericidade de Bartlett $\chi^2(703) = 1614.36, p < .001$, demonstrou que existem correlações significativas entre algumas variáveis permitindo a execução da AFE.

O quadro 7.1 apresenta os dois fatores, os respetivos valores próprios (*eigenvalues*) e percentagem de variância explicada e consistência interna, as saturações fatoriais dos itens retidos, bem como as suas comunalidades (h^2), isto é, a proporção da variância de cada variável explicada pelas componentes principais.

Os dois fatores explicam na sua totalidade 21.9% da variância. O fator 1, constituído por 12 itens, explica 12.2% da variância comum e a análise do conteúdo dos itens que o integram remetem para *Comportamentos Externalizados*. O fator 2, composto por oito itens, explica 9.7% da variância e os seus itens representam comportamentos antissociais e limítrofes, optando-se por nomear este fator de *Comportamentos desviantes*.

Quadro 7.1

Estrutura fatorial da Escala de Problemas Emocionais e Comportamentais (N = 142)

Itens	h^2	$F1$	$F2$
Agride física e/ou verbalmente	.53	.70	
Faz birras	.38	.60	
Irrequieto/impulsivo	.36	.60	
Desobediente em casa ou na escola	.35	.59	
Não se dá bem com as outras crianças	.34	.57	
Distrai-se com facilidade	.34	.54	
Destroi as suas próprias coisas ou dos outros	.28	.53	
Instabilidade comportamental/emocional	.34	.52	
Desafiador	.31	.52	
Irritável	.26	.47	
Egoísta	.24	.45	
Nervoso/ansioso	.28	.41	
Triste/deprimido			
Manifesta crueldade, ameaça ou é mau para outros			
Chora muito			
Infantil			
Problemas de sono			
Medos			
Usa palavrões ou linguagem obscena			
Comportamentos estranhos			
Problemas alimentares			
Autoritário			
Comportamento delinquente	.50		.69
Não sente culpado	.44		.66
Fantasioso	.40		.63
Foge	.29		.54
Recusa ir para a escola	.31		.52
Gabarola	.24		.49
Mente	.20		.44
Dificuldades no contacto ocular	.20		.43
Manipulativo			
Problemas de identidade sexual			
Autoagressão			
Conformidade excessiva			
Timidez/ introversão			
Somatização			
Relaciona-se preferencialmente com adultos			
Falta de energia			
Valores próprios		4.63	3.68
% de Variância		12.2%	9.7%
α		.81	.72

Os coeficientes alfa de Cronbach das duas subescalas apresentam valores considerados bons a muito razoáveis, com .81 para os Comportamentos Externalizados e .72 para os

Comportamentos desviantes. A retirada de qualquer item não faz aumentar os coeficientes de consistência interna.

A análise descritiva dos resultados envolveu o cálculo de frequências absolutas e percentuais, bem como algumas medidas de tendência central, como a média, e medidas de dispersão, como o desvio-padrão, o mínimo e o máximo, respeitando as características das variáveis em estudo.

Ao nível da análise estatística inferencial realizaram-se testes de associação, testes de diferenças e testes de regressão logística binária.

Para análise das associações entre duas variáveis categóricas efetuou-se o teste do Qui-quadrado (χ^2), com análise dos resíduos ajustados estandardizados com valores absolutos superiores a 1.96 para localização dos valores significativos (Pestana & Gageiro, 2008). A interação entre três variáveis categóricas foi avaliada com análises Log-lineares hierárquicas de tipo *backward*. Na análise da associação entre uma variável intervalar e uma variável nominal dicotômica calculou-se o Coeficiente de Correlação Ponto-Bisserial (r_{pb}) e na análise da associação entre duas variáveis intervalares calculou-se o Coeficiente de Correlação de Pearson (r). Na correlação assumiu-se que $r < .30$ corresponde a uma correlação fraca, $.30 \leq r < .70$ a uma correlação moderada e $r \geq .70$ a uma correlação forte.

Nos testes paramétricos executados (Correlação de Pearson, teste *t-Student*, teste *t* para amostra emparelhadas, anova unifatorial) procedeu-se à exploração prévia da normalidade das distribuições (testes *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilks*) e da homogeneidade de variâncias (teste de *Levene*). Quando as variáveis violaram os pressupostos subjacentes à utilização deste tipo de testes, procedeu-se à sua transformação matemática com recurso à função logarítmica de base 10 (LG10). Quando mesmo assim os pressupostos não eram cumpridos, executaram-se os testes paramétricos e não-paramétricos equivalentes (Correlação de Spearman, teste de *Mann-Whitney*, teste de *Wilcoxon* e teste de *Kruskal-Wallis*, respetivamente), tal como aconselhado por Fife-Schaw (2006). Quando ambos os testes foram concordantes em termos de rejeição versus retenção da hipótese nula, relataram-se os resultados dos testes paramétricos. Nas situações em que houve discrepância entre os testes, reportaram-se os resultados dos testes não-paramétricos. Nos resultados do teste *Mann-Whitney* (*U*) e de *Wilcoxon* (*Z*) optou-se pela apresentação das médias e desvios-padrão para descrever os grupos em termos da variável dependente em causa, tal como defendido por C. Martins (2011) “*Embora estejamos na presença de uma variável ordinal,*

para a qual seria adequada a utilização da mediana e intervalo interquartil como medidas descritivas, a média e o desvio-padrão têm a vantagem de utilizar os valores originais da variável e não as suas ordens” (p.146).

Em todos os testes assumiu-se como nível de significância estatística um valor de p inferior ou igual a .05.

No que tange à dimensão do efeito (*effect size*) utilizaram-se os testes do Qui-quadrado, para tabelas 2 x 2, o coeficiente de correlação Phi (ϕ) e para tabelas de ordem superior o V de Cramer (ϕ_c). No teste *t-Student* para amostras independentes calculou-se, com recurso ao programa G*Power 3.1.3, o d de Cohen. Adotaram-se os valores convencionados por J. Cohen (1988), apresentados no quadro seguinte.

Quadro 7.2

Dimensão do efeito: valores estipulados

Dimensão do efeito	ϕ	d de Cohen
Elevado	0.5	0.8
Médio	0.3	0.5
Pequeno	0.1	0.2

Foram computados diversos modelos de regressão logística binária pelo método *backward*: LR, preferencial ao método *forward* por evitar os efeitos supressores (Field, 2009). O método *backward* inicia o processo de regressão com todas as variáveis independentes (modelo saturado) e em cada passo, mediante simulação de equações, remove a variável menos significativa na presença das restantes, isto é, que menos influencia o ajuste do modelo. O processo continua sucessivamente até que todas as variáveis que restam no modelo sejam significativas a um nível de $\alpha \leq .05$. De realçar que através deste método o modelo final pode conter apenas os termos de interação, sem os efeitos principais, porém, de acordo com o princípio dos modelos hierárquicos, mesmo que os efeitos principais das variáveis independentes não sejam significantes, essas variáveis não devem ser omitidas no modelo enquanto se mantiver o efeito da sua interação. Desta forma, sempre que tal aconteceu, voltou-se a correr o modelo final com os termos de interação e as variáveis respetivas, forçando a sua retenção com recurso ao método *enter*.

Procedeu-se à validação dos pressupostos da ausência multicolinearidade severa, de casos influentes e de *outliers*. O estudo da multicolinearidade foi efetuado através da análise dos índices de tolerância (valores inferiores a 0.10 indicam um problema de multicolinearidade severa) e do VIF (valores superiores a 10 são inaceitáveis). Todas as

variáveis incluídas em cada um dos modelos se aproximam dos valores considerados ideais para a realização da análise estatística em questão. Quanto aos casos influentes verificou-se a Distância de Cook (inferior a 1) e o DFBeta (inferior a 1). Ao nível dos *outliers* analisaram-se os resíduos estandardizados assegurando que menos de 5% dos casos tivessem valores absolutos superiores a 1.96, menos de 1% dos casos tivessem valores absolutos superiores a 2.58 e que nenhum dos casos tivesse valores superiores a 3 (Field, 2009). De realçar que os *outliers* apenas foram removidos do modelo final quando tal melhorava a significância ou a qualidade do ajustamento do modelo logístico.

7.3. Resultados

7.3.1. Estimação da taxa de disrupção em Portugal

A contabilização dos casos de disrupção, aparentemente linear, teve inerente alguns constrangimentos e opções que achamos relevante expor de modo a contextualizar o valor encontrado de taxa de disrupção em Portugal.

Os números de casos de disrupção entre 2006 a 2009 por distritos fornecidos pelo ISS, IP ($N = 111$) foram confrontados com os dados obtidos no terreno nos serviços de adoção da amostra e com as respostas obtidas por correio eletrónico de outros cinco serviços de adoção. Em oito destes 13 serviços de adoção verificou-se discordância entre os números reportados pelo ISS, IP e pelos serviços, variando entre um a sete casos de disrupção a mais ou a menos.

De referir que três casos de disrupção foram encontrados por acaso pela investigadora quando procurava ou analisava casos de sucesso. Um destes casos não tinha sido considerado pela equipa de adoção como sendo caso de disrupção pois o critério de início da pré-adoção assumido foi diferente do das investigadoras (primeiro dia que a criança fica a dormir na casa dos candidatos não se perspetivando o seu retorno ao contexto prévio). Após um período de visitas (cerca de dois meses) a criança começou a residir com a família nas férias escolares de Verão acordando-se entre todos que se houvesse uma boa adaptação mútua se iniciaria o período de pré-adoção. Decorrido cerca de três semanas verificou-se inviável prosseguir com este intento e a criança foi novamente acolhida. Enquanto a equipa de adoção assumiu este

caso como uma vinculação observada malsucedida, as investigadoras, em função dos critérios definidos, assumiram como disrupção⁸⁹.

Outro elemento importante a considerar é determinar que serviço contabiliza a disrupção perante situações de mobilidade (a criança e os Candidatos não pertencem ao mesmo serviço). Enquanto alguns serviços contabilizaram a disrupção quando os Candidatos eram do seu serviço e a criança provinha de outro serviço (realizaram a seleção dos candidatos e o acompanhamento em pré-adoção), outros serviços assumiram a disrupção quando a criança era do seu serviço e os Candidatos provinham de outro serviço (realizaram a avaliação da criança e a correspondência). Nos serviços em que foi possível cruzar a informação constatámos que não houve replicação dos resultados, porém, face à inexistência de diretrizes específicas, é possível que haja casos que sejam contabilizados duas vezes (por dois serviços) e outros que não sejam contabilizados por cada serviço imputar ao outro a assunção da disrupção.

Em resenha, perante a sobre e subcontagem de casos de disrupção, o “esquecimento” de casos e a não consideração de casos como tal, o número final deverá ser interpretado como a aproximação à realidade que foi possível obter.

Assim de 2006 a 2009 ocorreram 117 casos de disrupção⁹⁰. Nesses mesmos anos foram adotadas legalmente 1898 crianças (excluídas as crianças adotadas por cônjuge), pelo que se estima que a taxa disrupção em Portugal seja de **6.2%**.

7.3.2. Caracterização dos casos de disrupção e análise das diferenças entre os grupos de disrupção e de sucesso.

Para exposição dos resultados optámos para cada variável ou conjunto de variáveis analisadas, a caracterização dos **casos de disrupção** e, seguidamente, a sua associação ou diferenciação no resultado da integração adotiva. Somente nas situações de rejeição da hipótese nula, o grupo de sucesso é caracterizado por comparação ao grupo de disrupção.

Os resultados serão divididos em três blocos, nomeadamente, os que se referem aos fatores relacionados com a criança, com a Família adotiva e com as práticas profissionais.

⁸⁹ As investigadoras somente consideraram “*período de vinculação observada*” quando a criança passava fins-de-semana e/ou férias com os Candidatos, mas se preconizava à partida que, findo o período de tempo previamente definido, a criança regressaria ao CAT/LIJ/Família de acolhimento, continuando-se com os contactos.

⁹⁰ Nas situações em que houve discordância entre os números do ISS e os obtidos nos serviços optou-se por estes últimos.

a) Fatores associados à criança

Características sociodemográficas

Ao analisar o quadro 7.3, que representa a distribuição da disrupção pelos diferentes intervalos etários, observou-se uma maior predominância de casos nas crianças de 4⁹¹ e 5 anos (22.5%) e nas de 8 e 9 anos (25.4%). Se assumirmos como ponto de corte os 6 anos (idade reportada na literatura, embora não de forma consensual, para classificar a adoção como adoção de necessidades especiais), constatou-se que 24 crianças com menos de 6 anos (35.2%) sofreram disrupção. O desconhecimento da distribuição de integrações adotivas bem-sucedidas por diferentes intervalos etários na população não nos permite estabelecer ilações relativamente à maior ou menor prevalência da disrupção em função da idade. Porém estes dados demonstram a sua viabilidade de ocorrência em qualquer idade da criança.

Quadro 7.3

Distribuição da disrupção por diferentes intervalos etários

Intervalos etários	<i>n</i>	%
2 a 3.99	9	12.7
4 a 5.99	16	22.5
6 a 7.99	10	14.1
8 a 9.99	18	25.4
10 a 11.99	12	16.9
12 a 14.99	6	8.5
Total	71	100

Relativamente ao sexo observou-se uma distribuição relativamente homogênea, em que 53.5% das crianças eram do sexo feminino ($n = 38$) e 46.5% do sexo masculino ($n = 33$). O sexo da criança não está associado com o resultado da integração adotiva (sucesso ou disrupção), porém o mesmo não aplica quando se analisa a interação entre o sexo, a idade e a disrupção. Face à ausência de um referencial teórico⁹², para estabelecer o ponto de corte realizou-se uma análise exploratória determinando-se os 10 anos (< 10 anos e ≥ 10 anos). A análise log-linear demonstrou que o modelo mais parcimonioso reteve todos os efeitos, com um índice de ajustamento de $\chi^2(0) = 0$, $p = 1$; $G^2(0) = 0$, $p = 1$. Isto indica que a interação de ordem superior (sexo x idade x disrupção) foi significativa, $\chi^2(1) = 5.29$, $p = .021$. Para decompor este

⁹¹ No cálculo de idades, tempo, etc. foi considerado o valor inteiro para definição de categorias, isto é, por exemplo, 5.9 corresponde a 5 anos.

⁹² No Estudo Oklahoma quando se controlou o efeito da idade o risco era maior para os rapazes com idade < 9 anos e para as raparigas com idade ≥ 9 anos, contudo os autores contextualizaram os resultados na comunidade em questão, conservadora e rígida relativamente ao comportamento sexual feminino.

efeito, foram calculadas as associações entre o sexo e disrupção separadamente para as crianças mais novas e mais velhas. Nas crianças com idade < 10 anos não se verificou associação significativa entre o sexo e a disrupção. Porém nas crianças com idade ≥ 10 anos, observou-se uma associação ($\chi^2(1) = 5.27$, $p = .022$; $\phi = 0.37$), em que as raparigas estavam sobre representadas (72.2%), por comparação aos rapazes (27.8%), no grupo de disrupção e estes predominavam no grupo de sucesso comparativamente às raparigas (65% vs. 35%). Ao analisar exclusivamente as crianças deste último grupo etário e considerando conjuntamente o grupo de sucesso e de disrupção ($n = 38$) os resultados indicam não existir diferenças entre sexo numa série de variáveis tais como os problemas emocionais e comportamentais, o desempenho escolar, a vinculação com o pai e/ou a mãe biológica, o modo de relacionamento com os cuidadores e a prontidão emocional para a adoção.

Das 71 crianças do grupo de disrupção, 62 eram caucasianas (87.3%), oito de raça negra (11.3%) e uma de etnia cigana. A raça/etnia da criança era independente do sucesso/disrupção da integração adotiva.

História de Vida

Analisando a história prévia à integração adotiva e especificamente os cuidados prestados nos dois primeiros anos de vida da criança, observou-se que 65.7% não beneficiaram de cuidados parentais adequados, registando-se situações de negligência, maus-tratos, privação, descontinuidade ou inconsistência nas figuras de referência, etc. Os restantes 34.3% tiveram cuidados precoces adequados. O teste do Qui-quadrado indicou a ausência de associação entre esta variável e o sucesso ou disrupção da adoção.

As diversas situações de perigo a que estas crianças foram expostas são apresentadas no quadro subsequente.

Quadro 7.4

Distribuição das crianças por situações de perigo

	<i>n</i>	<i>%</i>
Negligência	65	91.5
Abandono	44	62.0
Maus-tratos psicológicos/emocionais	40	56.3
Exposição a modelos de comportamento desviante	37	52.1
Maus-tratos físicos	27	38.0
Abuso sexual	13	18.3
Rejeição preferencial	13	18.3
Exploração do trabalho infantil ou mendicidade	8	11.3
Orfandade	7	9.9
Indução direta à prática de crimes e/ou condutas antissociais	2	2.8

A maioria das crianças sofreu negligência (91.5%) e foi vítima de abandono, em que 11.3% das crianças sofreram abandono por ambos os progenitores, 42.3% pelo pai biológico e 8.5% pela mãe biológica. Nas situações de abuso sexual, 8.5% ($n = 6$) foram codificadas como severas, isto é, houve cópula vaginal, oral ou anal, penetração digital ou com objetos, carícias nos órgãos genitais com a criança despida, etc., e 9.9% ($n = 7$) como moderadas, em que, de forma intencional a criança foi exposta a práticas sexuais (ex.: assistir a filmes pornográficos), carícias nos órgãos genitais com a criança vestida. Nas situações de orfandade, 8.4% das crianças eram órfãs de pai ou de mãe e 1.4% era órfã de pai e de mãe.

Nenhuma das variáveis supramencionadas está associada de forma estatisticamente significativa com o desfecho da integração adotiva (disrupção ou sucesso) à exceção da variável abandono que está associada à disrupção $\chi^2(1) = 7.21, p = .007; \phi = 0.23$. Desta forma, 61.4% das crianças que sofreram abandono pertencem ao grupo disrupção, por oposição a 38.6% que tiveram uma adoção concretizada.

Reconhecendo a coocorrência de diferentes tipos de maus-tratos e de desproteção que legitimam o acolhimento e/ou a sua manutenção foi efetuado um compósito de vitimização resultante do somatório das 10 variáveis apresentadas no quadro 7.4. Os dados indicaram que as crianças que sofreram disrupção experienciaram em média 4 tipos diferentes de vitimização ($M = 3.61, DP = 1.40$), variando entre 1 e 7. A análise do teste *t-student*, para amostras independentes, assinalou a ausência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos relativamente à acumulação de vitimização.

Partindo da premissa que situações mais graves de vitimização (em termos de coocorrência) estariam associadas à disrupção, dicotomizou-se a variável em menor e maior vitimização, assumindo como ponto de corte o percentil 75, na amostra total ($N = 142$), que corresponde ao valor 4. O teste de Qui-quadrado demonstrou ausência de associação significativa entre vitimização severa e o resultado da integração adotiva.

Explorando o percurso de vida das crianças do grupo de disrupção, observou-se que estas tinham em média 5 anos de idade ($M = 5.03, DP = 2.89$) no momento da retirada da família biológica pela primeira vez. Neste grupo ($n = 69$, valores omissos para 2 sujeitos) a criança mais nova tinha 0.09 (33 dias) e a mais velha 10.95 anos, na primeira retirada.

Somente duas crianças não estiveram em acolhimento institucional, 73.2% ($n = 52$) viveram numa única instituição e 23.9% ($n = 17$) em duas instituições, 2 anos 4 meses e 3 dias

em média⁹³, como se pode comprovar no quadro 7.5. O tempo de acolhimento institucional variou entre 2 meses e 13 dias e aproximadamente 9 anos, com 16.4% das crianças acolhidas há menos de 1 ano, 31.3% acolhidas há 1 ano, 32.8% acolhidas há 2 anos, 6.0% acolhidas há 3 anos, 9.0% acolhidas há 4 anos e 4.5% acolhidas há 5 anos ou mais.

Quadro 7.5

Medidas de tendência central e de dispersão do tempo em anos e da percentagem de tempo de vida da criança nos diferentes contextos

	<i>n</i>	Tempo (anos)			% de tempo de vida		
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min-Máx</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min-Máx</i>
CAT/LIJ	67	2.34	1.60	0.20 – 8.98	33.41	21.80	3.41 – 97.96
Acolhimento Familiar	3	2.91	1.36	1.41 – 4.05	27.50	9.97	16.02 – 34.08
Família biológica	65	5.03	2.88	0.09 – 10.95	63.22	23.71	1.92 – 100.00
Outros contextos	20	0.82	1.61	0.02 - 6.09	9.12	14.80	0.17 – 47.68

Assumindo que o tempo de acolhimento deve ser relativizado em função da idade da criança, optámos por calcular a percentagem do tempo de vida da criança em que esta permaneceu em acolhimento institucional. Os resultados indicaram que as crianças viveram um terço da sua vida em média em acolhimento institucional e que 16.5% viveram pelo menos metade da sua vida neste contexto.

No referente ao acolhimento familiar⁹⁴, apenas foi registado em quatro crianças não se obtendo informação, em termos temporais, para uma delas. Nas restantes três crianças o tempo de acolhimento médio foi de cerca de 3 anos.

Para se obter o tempo total em acolhimento foi considerado o somatório das duas variáveis (acolhimento institucional e acolhimento familiar) obtendo-se uma média de 2.43 (*DP* = 1.69)

Apenas uma criança do grupo de disrupção transitou diretamente da maternidade para o CAT nunca tendo residido com a sua família biológica. Para 5 crianças não foi possível apurar a totalidade do tempo vivido com a família biológica, mas as restantes (*n* = 65) viveram cerca de 5 anos com a família nuclear ou alargada (*M* = 5.03, *DP* = 2.88), com um intervalo mínimo e máximo de 1 mês e 1 dia e de 10 anos 11 meses e 9 dias, respetivamente. Em termos percentuais observou-se que 75.4% das crianças viveram com a família biológica mais de

⁹³ Dados relativos a 67 sujeitos na medida em que para duas crianças não foi possível determinar o tempo de acolhimento institucional.

⁹⁴ Apenas se considerou acolhimento familiar quando este era constituído por pessoas ou famílias sem qualquer grau de parentesco com a criança.

metade da sua vida e destas, 32.4% viveram entre 80% a 100% da sua vida com a família biológica.

Outros contextos⁹⁵ foram agregados constituindo realidades para 23 crianças, apesar de para três não se conseguir determinar a sua duração. Em média, a permanência nestes contextos não perfez um ano ($M = 0.82$, $DP = 1.61$), porém obteve-se um valor máximo de 6 anos 1 mês e 2 dias, representando cerca de metade de vida da criança (47.6%).

O teste *t-student* assinalou a ausência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos relativamente à idade da criança na primeira retirada, o tempo e a percentagem de vida em acolhimento (total, institucional e familiar), na família biológica e noutros contextos. Uma vez que alguns autores (Goerge et al., 1996; S. L. Smith et al., 2006) identificaram que os extremos do tempo em acolhimento estavam associados com a disrupção, analisaram-se os casos de crianças acolhidas há menos de 1 ano e há mais de 4 anos⁹⁶, mas os resultados não sustentaram tais conclusões.

Os quatro tipos de contextos (acolhimento institucional, acolhimento familiar, família biológica e outros contextos) foram dicotomizados de forma a indicar se cada contexto esteve ou não presente na vida da criança. Os testes do Qui-quadrado indicaram não haver associação entre estas quatro variáveis e o sucesso ou disrupção da adoção.

Além do tipo e duração de cada contexto, analisou-se o número de mudanças ao longo da vida da criança e especificamente após o primeiro acolhimento, o número de contextos diferentes, bem como a tentativa de reunificação familiar.

Em média as crianças experienciaram duas a três mudanças ($M = 2.56$, $DP = 1.37$) em que 22.5% ($n = 16$) experienciaram uma mudança, 32.4% ($n = 23$) experienciaram duas mudanças, 26.8% ($n = 19$) vivenciaram 3 mudanças e 18.3% ($n = 13$) experienciaram entre 4 a 7 mudanças. Estas mudanças tiveram inerentes 3 contextos diferentes em média ($M = 3.24$, $DP = 1.10$), com um máximo de 7 contextos diferentes. Após a criança ser acolhida pela primeira vez o número de mudanças reduziu significativamente ($M = 0.65$, $DP = 1.02$),

⁹⁵ Esta variável contempla contextos diversos tais como família amiga/idónea; ama/vizinha/madrinha; hospital; família adotiva e futura família adotiva.

⁹⁶ O valor mínimo (< 1 ano) é idêntico ao estudo de S. L. Smith et al. (2006) e o valor máximo (> 4 anos) ao estudo de Goerge et al. (1996). Quanto ao valor máximo foram testados igualmente outros valores (≥ 3 e ≥ 4) mas manteve-se a ausência de associação. Estas análises foram efetuadas considerando o Acolhimento total e o Acolhimento Institucional. Para ambos não foi verificada associação entre o menor ou maior tempo de acolhimento e o resultado da integração adotiva.

variando entre 0⁹⁷ e 4. Uma destas mudanças contemplou para 14.1% das crianças a reunificação com a família biológica.

O teste do Qui-quadrado demonstrou que a reunificação familiar é independente do resultado da integração adotiva. Similarmente não existiram diferenças entre o grupo de disrupção e de sucesso ao nível do número de mudanças (totais e após acolhimento) e de contextos diferentes.

No último contacto presencial com as famílias biológicas as crianças tinham em média 6.59 anos ($DP = 3.09$; $Min-Máx = 0.61 - 12.08$) e decorreram cerca de 13 meses ($M = 13.19$, $DP = 10.89$; $Min-Máx = 0 - 65.18$ meses) entre este último contacto e a integração na Família adotiva.

Os resultados do teste *t-student* indicaram não existir diferenças entre o grupo de sucesso e de disrupção relativamente a estas duas variáveis (idade da criança no último contacto; tempo que medeia o último contacto e a integração adotiva).

Desde a data da sentença da situação de adotabilidade até à data da integração na Família adotiva decorreu cerca de meio ano ($M = 0.56$, $DP = 0.55$), variando entre 15 dias (0.04) e 3 anos e 1 mês e 10 dias (3.11). Não existiram diferenças significativas entre o grupo de disrupção e de sucesso no “tempo de espera” da criança.

Família biológica

Relativamente às características dos pais biológicos observou-se que 43.7% ($n = 31$) das crianças tinham pelo menos um progenitor com comportamento antissocial, 12.7% ($n = 9$) com problemas do foro psiquiátrico e 22.5% ($n = 16$) com debilidade mental. Estas características não estavam associadas com o resultado da integração adotiva.

Relacionamento com figuras significativas

No que diz respeito à relação estabelecida com a família biológica, nas 68 crianças em foi possível codificar esta variável, 50% ($n = 34$) manifestaram vínculos fortes com o pai e/ou a mãe biológica ou figuras substitutas na ausência destes (ex.: avós). Verificou-se uma correlação positiva moderada entre a idade da criança no momento da primeira retirada e a manifestação de vínculos fortes com a família biológica ($r_{pb} = .35$, $p = .004$). Por outro lado, de acordo com o teste *t-student*, não existiram diferenças no nível da prontidão emocional para a

⁹⁷ A transição para a família adotiva não foi contabilizada pelo que 0 indica que o CAT/LIJ/Família de acolhimento foi o último destino da criança antes da adoção.

adoção em função dos vínculos estabelecidos com a família biológica. Desta forma, crianças que nunca tivessem manifestado vínculos fortes com a família biológica ($n = 17$) apresentaram o mesmo nível de prontidão para a adoção ($M = 1.65$, $DP = .70$) do que as crianças que manifestaram ($n = 29$; $M = 1.66$, $DP = .72$). A existência (atual ou prévia) de vínculos fortes com a família biológica não estava associada com o sucesso ou a disrupção.

Os vários tipos de interação que caracterizam a relação estabelecida com os adultos, que não fazem parte da família, ao longo do tempo, são apresentados no quadro 7.6. Em termos adaptativos verificou-se que metade da amostra estabeleceu uma relação de confiança com adultos de referência, porém 79.7% das crianças exibiram padrões de relacionamento menos adaptativos⁹⁸.

Nenhum destes modos de relacionamento estava associado com o resultado da integração adotiva, de acordo com o teste do Qui-quadrado.

Quadro 7.6

Distribuição das crianças por tipo de interação estabelecida com adultos (N = 69)

	<i>n</i>	%
Excessiva dependência	36	52.2
Relação de confiança	34	49.3
Desconfiança	12	17.4
Ausência de figura de referência	12	17.4
Inibição afetiva	6	8.7
Rejeição afetiva	6	8.7
Embotamento afetivo	5	7.1
Ambivalência	4	5.8

Problemas emocionais e comportamentais

No grupo de disrupção a média do Comportamento Externalizado ($M = 0.98$, $DP = 0.71$) foi baixa, porém os valores mínimos e máximos indicaram desde a total ausência de comportamentos externalizados ($Min. = 0$), até comportamentos de gravidade severa ($Máx. = 2.58$). Quanto aos Comportamentos desviantes a média foi ainda mais baixa, sendo a sua expressão residual ($M = 0.12$, $DP = 0.28$), com um mínimo e máximo de 0 e 1.25, respetivamente. Registou-se uma ausência de diferenças significativas entre os dois grupos em análise no referente a estes tipos de comportamentos.

Todos os itens que compõem a Escala de Problemas Comportamentais e Emocionais foram analisados em isolado para verificar se existia algum comportamento específico que

⁹⁸ Para este cálculo foi considerado que a criança apresentava pelo menos um dos vários tipos de interação referenciados no quadro 7.6, excluindo a "relação de confiança".

diferenciava os dois grupos (quadro 7.7). De realçar que para o item “usa palavrões ou linguagem obscena” foi utilizado o teste de *Mann-Whitney*.

Quadro 7.7

Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e disrupção nos problemas emocionais e comportamentais

Itens	Sucesso	Disrupção	<i>U</i> ou <i>t</i> (140)	<i>d</i>
	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)		
Chora muito	0.70 (0.99)	0.37 (0.78)	2.26*	0.37
Desobediente em casa ou na escola	0.58 (0.97)	1.13 (1.23)	-2.96**	0.50
Infantil/imaturo	0.61 (1.05)	1.03 (1.13)	-2.31*	0.39
Usa palavrões ou linguagem obscena	0.10 (0.45)	0.00 (0.00)	2378.50*	-----

**p* < .05 ** *p* < .01

Os dados indicaram que as crianças do grupo de disrupção, por comparação às do grupo de sucesso choravam menos e não usavam palavrões ou linguagem obscena, porém eram mais infantis e desobedientes. O tamanho do efeito foi médio para a desobediência e pequeno para os restantes dois comportamentos em que foi possível efetuar o seu cálculo.

Focalizando no comportamento sexualizado o código *Sim* foi atribuído a 5 crianças, mas esta variável não estava associada com o (in)sucesso da integração adotiva.

Face a acontecimentos adversos e/ou mudanças significativas ao longo da sua vida, 23.9% das crianças adotaram comportamentos externalizados, 32.4% comportamentos internalizados, 43.7% não evidenciaram sintomatologia ou não tiveram alterações comportamentais e/ou emocionais de relevo⁹⁹. A internalização surgiu associada ao sucesso da integração adotiva, com um tamanho do efeito pequeno, $\chi^2(1) = 4.20$, $p = .040$; $\phi = 0.17$, em que a maioria das crianças com comportamentos internalizados integrou o grupo de sucesso e uma menor percentagem o grupo de disrupção (60.3% vs. 39.7%, respetivamente). Por outro lado, a ausência de sintomatologia está associada com a disrupção, com um tamanho do efeito pequeno, $\chi^2(1) = 4.12$, $p = .042$; $\phi = 0.17$, verificando-se que 59.7% das crianças que não tiveram alterações comportamentais/emocionais de relevo e não expressaram sintomatologia pertenciam ao grupo de disrupção.

⁹⁹ Foram contempladas as várias reações ao longo do tempo e em diferentes contextos pelo que a mesma criança pode estar representada em simultâneo na externalização e na internalização. Por este motivo o somatório das três variáveis é superior a 100%.

Desenvolvimento Mental

Quanto ao desenvolvimento, somente em 43.7% ($n = 31$) dos relatórios consta que tenha sido realizada uma avaliação formal com recurso a testes psicológicos (ex.: WISC-III, Griffiths, Matrizes de Raven). Na medida em que alguns relatórios remetiam para uma avaliação informal do desenvolvimento construiu-se uma variável única que agregasse os resultados da avaliação formal e da informal¹⁰⁰. Os dados obtidos são apresentados no quadro subsequente. De realçar que apesar de 29% das crianças terem um desenvolvimento abaixo da média, a referência explícita de deficiência mental surgiu apenas em 5.6% dos casos.

Quadro 7.8

Distribuição das crianças por nível de desenvolvimento

	Avaliação formal do desenvolvimento ($n = 31$)		Avaliação formal e/ou informal ($n = 55$)	
	n	%	n	%
Normativo ou acima da média	17	54.8	33	60.0
Normal inferior ou limítrofe	5	16.1	6	10.9
Deficiência mental ligeira a moderada	3	9.7	8	14.5
Deficiência severa	6	19.4	8	14.5

Os dois grupos (sucesso e disrupção) não se diferenciaram estaticamente em termos do desenvolvimento da criança, quer avaliado formalmente, quer considerando a variável agregadora.

Escola (desempenho, atitudes e comportamentos)

Focando especificamente o desempenho académico, constatou-se que 22.5% das crianças ($n = 16$) apresentavam bons resultados académicos, 9.9% ($n = 7$) tinham maus resultados académicos, 16.9% ($n = 12$) tinham dificuldades de aprendizagem ligeiras a moderadas e 23.9% ($n = 17$) revelavam dificuldades de aprendizagem severas. Algumas crianças ($n = 27$; 38%) tinham beneficiado de apoio socioeducativo e/ou ensino especial.

Quanto às atitudes perante a aprendizagem, 18.3% ($n = 13$) das crianças foram consideradas como motivadas, persistentes, aplicadas, etc., 36.6% ($n = 26$) usaram mecanismos que dificultaram ou impediam a realização das tarefas escolares e 15.5% ($n = 11$) eram inconstantes, alternando entre atitudes positivas e negativas em função do momento ou das tarefas. Em termos comportamentais, 12.7% ($n = 9$) das crianças eram sistematicamente

¹⁰⁰ Nas situações em que para mesma criança existia uma avaliação formal e uma informal que apresentavam resultados díspares privilegiou-se os resultados formais.

disruptivas, 28.2% ($n = 10$) tinham registos de conduta positivos dentro e fora da sala de aula e 21.1% ($n = 15$) tinham registos positivos e negativos, simultaneamente.

Não se encontraram diferenças significativas entre os grupos (sucesso e disrupção) em nenhuma das variáveis referidas.

Estado de saúde

Em termos de estado de saúde, 14.1% apresentavam incapacidades sensoriais ligeiras, 5.6% tinham incapacidades físicas (4.2% ligeiras e 1.4% moderadas), 14.1% tinham problemas de saúde (9.9% ligeiros, 2.8% moderados e 1.4% grave) e 5.6% foram/ eram acompanhadas em pedopsiquiatria. Metade da amostra não necessitava de uma intervenção profissional especializada, porém 33.8% precisavam da intervenção de um profissional (ex.: terapeuta da fala) e 15.5% de dois ou mais profissionais ou de um único profissional numa base diária. Nenhuma destas variáveis estava associada com, ou diferenciava os grupo de sucesso e de disrupção.

Características pessoais

O quadro 7.9. apresenta a forma como as crianças são caracterizadas nos processos.

Quadro 7.9

Distribuição das crianças por características pessoais

	<i>n</i>	%
Meigas	51	71.8
Simpáticas	36	50.7
Comunicativas	34	47.9
Educadas	23	32.4
Motivadas	23	32.4
Dinâmicas	18	25.4
Engraçadas	17	23.9
Autónomas	14	19.7
Empáticas	18	4.2

Somente a autonomia da criança estava associada com o resultado da integração adotiva com um tamanho do efeito pequeno, $\chi^2(1) = 4.28$, $p = .039$, $\phi = 0.17$, em que 64.1% ($n = 25$) das crianças autónomas pertenciam ao grupo de sucesso por comparação a 35.9% ($n = 14$) do grupo de insucesso.

Prontidão emocional para a adoção

No grupo de disrupção, a média aproxima-se do valor 2 ($n = 47$; $M = 2.36$, $DP = 0.71$) indicando que as crianças estão “em preparação” para a adoção. Registaram-se diferenças significativas entre os dois grupos ($t(93) = 2.40$, $p = .019$), com um tamanho de efeito moderado, $d = 0.50$, evidenciando um maior grau de preparação para a adoção nas crianças do grupo de sucesso ($n = 48$; $M = 2.67$, $DP = 0.52$).

b) Fatores associados aos Candidatos

A subescala dos Candidatos contempla alguns itens cotados de forma independente para a candidata e para o candidato, nas candidaturas de casal. Quando não existiam diferenças estaticamente significativas entre os resultados dos dois elementos do casal, quer no grupo de disrupção, quer no de sucesso, foi calculada a média entre eles. Assim o valor dos Candidatos representará o valor obtido por um candidato nas candidaturas singulares e a média entre a candidata e o candidato nas candidaturas de casal. Quando existiam diferenças significativas foram apresentados os resultados em separado.

Características sociodemográficas

No que concerne a configuração familiar do grupo de disrupção os dados são apresentados no quadro 7.10.

Quadro 7.10

Distribuição dos Candidatos por configuração familiar

	Com filhos	Sem filhos	Total
Biparental	23 (32.4%)	37 (52.1%)	60 (84.5%)
Monoparental	2 (2.8%)	9 (12.7%)	11 (15.5%)
Total	25 (35.2%)	46 (64.8%)	71 (100%)

Somente 11 (15.5%) famílias eram compostas por uma “mãe”, enquanto as restantes 60 famílias (84.5%) eram constituídas por uma “mãe” e um “pai”. Oito (11.3%) destas famílias (5 biparentais e 3 monoparentais) residiam com elementos da família alargada. Cerca de um terço (35.2%) das famílias tinham filhos (biológicos ou adotivos¹⁰¹) a residir a tempo inteiro ou aos fins de semana e férias.

¹⁰¹ Foi igualmente considerada uma situação em que o casal tinha uma sobrinha a cargo por tempo indeterminado.

Os testes do qui-quadrado indicaram não haver associação entre a configuração familiar biparental ou monoparental, com filhos ou sem filhos, a residir ou não com a família alargada, e o sucesso ou a disrupção da integração adotiva.

Na linha do reportado nalguns estudos (ex.: Barth & Berry, 1988; McRoy, 1999) verificaram-se diferenças significativas ao nível da idade da criança no momento da integração e a configuração familiar, $F(2,68) = 3.77, p = .028$ (quadro 7.11). O teste post-hoc de Gabriel (teste adequado quando os grupos não têm o mesmo número de participantes) revelou que nas famílias monoparentais foram integradas crianças mais velhas, por comparação às famílias biparentais com filhos. Esta conclusão não foi suportada no grupo de sucesso, onde não se verificam diferenças na idade da criança integrada, em função da configuração familiar, $F(2,68) = 0.78, p = .462$.

Quadro 7.11

Diferenças ao nível da idade da criança no momento da integração em função da configuração familiar

	Biparental com filhos ($n = 23$) $M(DP)$	Biparental sem filhos ($n = 37$) $M(DP)$	Monoparental ($n = 11$) $M(DP)$	$F(2,68)$
Idade da criança	6.91 (2.97) ^a	7.78 (3.51)	10.03 (1.37) ^a	3.77*

* $p < .05$

As candidatas tinham em média 42.49 anos ($DP = 6.63$; $Min-Máx = 28.53 - 55.88$) e os candidatos 43.69 ($DP = 6.27$; $Min-Máx = 31.18 - 58.02$). Nas candidaturas de casal verificou-se uma correlação positiva moderada entre as idades de cada conjugue ($r = 0.56, p < .001$), e os homens eram mais velhos do que as mulheres de forma estatisticamente significativa, $t(58) = -2.415, p = .019$. A figura 1 apresenta a distribuição por intervalo etário, observando-se uma maior prevalência das candidatas entre os 35 e os 44 anos (53.6%) e dos candidatos entre os 40 e 49 anos (61%).

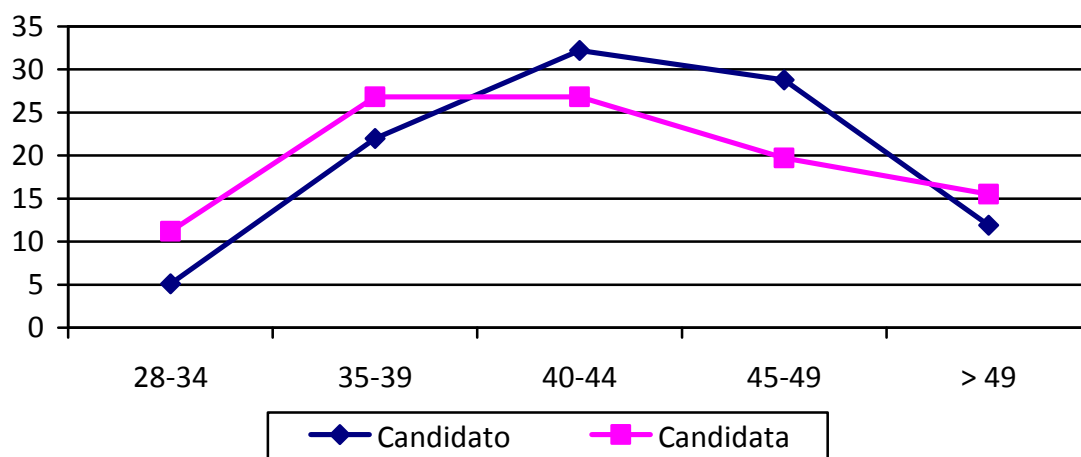


Figura 7.1 Distribuição das candidatas e dos candidatos por intervalos etários no grupo de disrupção.

A idade da candidata não difere em função das três configurações familiares supramencionadas, $F(2,68) = 2.39$, $p = .100$ e o mesmo se verificou relativamente à idade do candidato nas famílias biparentais com e sem filhos, $t(57) = -0.12$, $p = .902$.

A idade da criança integrada não estava correlacionada de forma significativa com a idade da candidata ($r = .20$, $p = .091$), nem do candidato ($r = .11$, $p = .402$).

Quanto aos anos de estudo, as candidatas concluíram em média 11.77 anos de escolaridade ($DP = 5.41$; $Min-Máx = 4 - 23$) e os candidatos 10.61 anos ($DP = 5.18$; $Min-Máx = 4 - 22$)¹⁰², observando-se uma correlação forte positiva ($r = .75$, $p < .001$). Optou-se por reorganizar a variável relativa aos anos de estudo por níveis de escolaridade para detetar possíveis diferenças em níveis inferiores, intermédios ou superiores. Os dados (quadro 7.12) indicaram uma maior percentagem das candidatas no ensino superior e dos candidatos no 2º e 3º ciclo.

Quadro 7.12

Distribuição das candidatas e dos candidatos pelo nível de escolaridade frequentado

	Candidata		Candidato	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
1º ciclo	12	17.1	8	13.6
2º ou 3º ciclo	14	20.0	24	40.7
Secundário	13	18.6	9	15.3
Superior	31	44.3	18	30.5

¹⁰² No grupo de sucesso as candidatas têm significativamente mais anos de estudos concluídos do que os candidatos, justificando a análise em separado.

O teste *t-student* demonstrou não existirem diferenças entre o grupo de sucesso e disrupção em relação à idade da candidata e do candidato, quer considerando o grupo todo ($n = 71$), quer analisando em função da configuração familiar. Similarmente não se verificaram diferenças nos anos de escolaridade concluídos. Os testes do qui-quadrado também demonstraram ausência de associação entre a disrupção e o intervalo etário e o nível escolaridade da candidata e do candidato.

As candidatas tinham 2.57 irmãos em média ($DP = 2.31$) e os candidatos tinham cerca de 3 irmãos ($M = 2.90$, $DP = 2.93$)¹⁰³. O número médio de casamentos dos Candidatos foi de 1.03 ($DP = 0.54$), variando entre 0 e 3.50. Nas candidaturas de casal, o tempo médio de casamento foi de 15.76 anos ($DP = 7.75$), variando entre 3.44 a 34.84 anos. De acordo com o teste *t-student* os grupos não se diferenciaram em termos do número de irmãos do candidato e da candidata, o número de casamentos dos Candidatos e a duração do casamento/união de fato atual.

Relativamente à articulação da vida familiar e laboral, verificou-se que 21.1% ($n = 15$) das candidatas não trabalhavam ou trabalhavam a meio tempo, 64.8% ($n = 46$) trabalhavam cerca de 40 horas semanais e tinham alguma flexibilidade no trabalho e 7.6% ($n = 5$) tinham baixa disponibilidade para a vida familiar (ex.: conciliam trabalho com estudos; trabalham 6 a 7 dias por semana, etc.). Em relação aos candidatos 74.1% ($n = 43$) tinham moderada disponibilidade e 22.4% tinham baixa disponibilidade para a vida familiar. O teste do Qui-quadrado demonstrou ausência de associação entre a disponibilidade de tempo do candidato e da candidata e o (in)sucesso da integração adotiva.

Em 67 casos, 44.8% ($n = 30$) dos Candidatos assumiram a religião como parte integrante da sua vida, independentemente da regularidade da prática religiosa. A religião estava associada com a disrupção ($\chi^2(1) = 4.89$, $p = .027$, $\phi = 0.19$), verificando-se que 61.2% ($n = 30$) dos Candidatos que valorizaram a componente religiosa pertenciam ao grupo de disrupção por oposição aos 38.8% ($n = 19$) que pertenciam ao grupo de sucesso. Ponderou-se que uma terceira variável estivesse a exercer um efeito de mediação ou moderação pelo que realizou-se uma análise log-linear com três variáveis (religioso/não religioso x rígido/flexível x disrupção/sucesso), verificando-se, no entanto, a ausência de efeitos de 3ª ordem, $\chi^2(2) = 0.847$, $p = .655$; $G^2(2) = 0.838$, $p = .658$.

¹⁰³ No grupo de sucesso os candidatos têm significativamente mais irmãos do que as candidatas.

História de Vida

O quadro seguinte apresenta a qualidade das interações e vivências na infância e vida adulta assumindo um *continuum* de 1 a 4, em que 4 é indicador de piores resultados.

Quadro 7.13

Medidas de tendência central e de dispersão das experiências na infância/adolescência e vida adulta

	Candidatos	candidata	candidato
	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Interações na infância com os pais	2.09 (0.92)		
Grau de vitimização/privação na infância	2.15 (0.88)		
Grau de vitimização/privação em adulto		2.13 (0.85)	2.02 (0.94)

A relação entre os Candidatos e os seus pais na infância e adolescência foi pontuada, em média, por instabilidade ligeira (ex.: pais com dificuldade em promover ou aceitar a autonomia dos filhos; uma das figuras parentais apresentou-se como demasiado rígida e autoritária). No mesmo período de vida os Candidatos experienciaram em média situações de privação, trauma ou vitimização ligeiras, variando entre ausência de situações (1) a situações complexas e graves (4), tais como ser vítima de maus-tratos físicos, ficar órfã de ambos os pais, etc. De igual modo, na vida adulta, as candidatas e os candidatos experienciaram, em média, situações de vitimização ligeiras¹⁰⁴. Apesar de as médias reportarem valores baixos de vitimização é de salientar que, ao longo da vida, 10 candidatas (14.5%) e 11 candidatos (19%) foram vítimas de alguma forma de maltrato (físico, psicológico, emocional ou sexual).

De um modo geral não se verificaram diferenças significativas entre o grupo de sucesso e de disrupção nas variáveis referidas, todavia, a experiência de maus-tratos no candidato surgiu associada à disrupção ($\chi^2(1) = 8.19, p = .004$) com um tamanho do efeito médio ($\phi = 0.26$). Observou-se que 84.6% dos candidatos que sofreram maus-tratos pertenciam ao grupo de disrupção e somente 15.4% destes pertenciam ao grupo de sucesso. Esta associação não se verificou para as candidatas ($p = 0.401$). De realçar que cinco crianças do grupo de disrupção foram vítimas de maus-tratos físicos infligidos pelos adotantes, no entanto, não se verificou associação entre o Candidato ter sido vítima de maus-tratos e ser posteriormente agressor.

O quadro 7.14 apresenta os diversos acontecimentos pessoais e familiares *stressantes* com que os candidatos se confrontaram ao longo da sua vida.

¹⁰⁴ No grupo de sucesso a candidatas apresentaram, de forma estatisticamente significativa, uma história de vitimização mais severa comparativamente aos candidatos.

Quadro 7.14

Distribuição das candidatas e dos candidatos por acontecimentos stressantes

	Candidata (<i>n</i> = 69)		Candidato (<i>n</i> = 58)	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Morte ou perda de um familiar significativo	31	44.9	37	63.8
Morte ou perda de um filho	6	8.7	7	12.1
Pais com doença com implicações na sua vida	7	10.1	2	3.4
Irmão com doença com implicações na sua vida	2	2.9	2	3.4
Divórcio dos pais	7	10.1	4	6.9
Presenciar violência doméstica dos pais	6	8.7	5	8.6
Situações de pobreza e carência	4	5.8	7	12.1
Pais dependentes de álcool	1	1.4	1	1.7
Divórcio próprio	9	13	8	14.0
Abortos	12	17.4	----	----
Filho que exige/exigiu cuidados específicos	3	4.3	3	5.2
Doença ou incapacidade grave/limitadora	4	5.8	3	5.2
Reestruturações significativas na vida	9	13	2	3.4
Outras (ex.: assistir a um cenário de guerra)	5	7.2	3	5.2

De forma genérica as diversas situações *stressantes* em isolado, vivenciadas quer pela candidata, quer pelo candidato, não estavam associadas à disrupção e ao sucesso. Contudo, no candidato, o ter presenciado situações de violência doméstica entre os seus pais surgiu associado à disrupção, de acordo com o teste de *Fisher*, $p = .021$, $\phi = 0.22$. Em todos os casos em que este acontecimento ocorreu ($n = 5$) verificou-se a disrupção da integração adotiva.

Os Candidatos experienciaram em média 1.51 situações *stressantes* ($DP = 0.91$), variando desde a ausência de situações até quatro situações. Não se verificaram diferenças entre os grupos ao nível do acumular de situações.

Saúde

Ao nível da história de saúde mental, a média das candidatas ($n = 67$) indica a inexistência de problemas passados ou presentes neste âmbito ($M = 1.37$, $DP = 0.83$; *Min-Máx* = 1-4). Analisando a distribuição de frequências constata-se que 7 (10.4%) demonstraram fragilidades ligeiras (acompanhamento psicoterapêutico, instabilidade/vulnerabilidade emocional), 3 (4.2%) fragilidades moderadas e 4 (5.6%) fragilidades graves e/ou prolongadas. Nas candidaturas de casal, verificam-se diferenças entre a história de saúde mental da candidata e a do candidato, $t(55) = 2.12$, $p = .038$. As candidatas apresentaram problemas de saúde mental mais graves; $M = 1.39$, $DP = 0.89$) do que os candidatos ($M = 1.13$, $DP = 0.47$).

No referente ao estado de saúde física, os Candidatos eram de uma forma geral saudáveis ($M = 1.17$, $DP = 0.38$; $Min-Máx = 1 - 2.5$).

Os dois grupos não se diferenciaram ao nível da saúde mental da candidata e do candidato nem da saúde física dos Candidatos.

Relação conjugal

Ao analisar o nível de domínio/submissão na relação conjugal, os resultados médios indicaram um intermédio entre uma relação equilibrada e ligeiramente desequilibrada ($n = 52$; $M = 1.50$, $DP = 0.73$), podendo alcançar o desequilíbrio moderado ($Máx = 3$). Observou-se uma capacidade moderada ($n = 48$; $M = 2.04$, $DP = 0.77$) para resolver os conflitos, em que os resultados variaram entre boa capacidade (1) e capacidade ligeira (3). A afetividade parece estar patente no relacionamento ($n = 52$; $M = 1.21$, $DP = 0.50$), apesar de nalgumas situações se atingir o valor 3 (afetividade ligeira). A análise da consistência interna destes itens na amostra total indicou um valor razoável ($\alpha = .68$) pelo que optámos pelo cálculo da média dos três itens ($n = 58$; $M = 1.50$, $DP = 0.57$). O grupo de sucesso e de disrupção não se diferenciam significativamente nestas variáveis.

Quanto ao grau de satisfação no casamento ($n = 44$), 59.1% ($n = 26$) estavam totalmente satisfeitos e 40.9% ($n = 18$) parcialmente satisfeitos. O resultado da integração adotiva é independente do grau de satisfação conjugal.

Família alargada e amigos

De uma forma geral, os Candidatos tinham uma relação próxima e confortável com os seus pais, apesar de a média se aproximar do valor três, o que indica dificuldades pontuais ($M = 3.39$, $DP = 0.82$). Na relação com os irmãos observaram-se diferenças significativas entre o candidato e a candidata ($t(42) = 2.50$, $p = .017$) em que a candidata tinha uma relação mais positiva com os irmãos ($n = 43$; $M = 3.58$, $DP = 0.79$) comparativamente ao candidato ($M = 3.12$, $DP = 1.33$).

As diferenças encontradas entre o grupo de sucesso e disrupção são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 7.15

Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e disrupção na relação estabelecida com familiares

Itens	Sucesso	Disrupção	U ou t	d
	M (DP)	M (DP)		
Relação dos Candidatos com pais	3.61 (0.71)	3.39 (0.82)	1788.50*	0.29
Relação do candidato com irmãos	3.66 (0.88)	3.17 (1.29)	2.23*	0.43

* $p < .05$

No grupo de sucesso as relações estabelecidas quer com os pais quer com os irmãos foram mais positivas do que as estabelecidas no grupo de disrupção. Contudo não se verificaram diferenças significativas entre os grupos na relação da candidata com os irmãos

Os Candidatos ($n = 57$) dispunham de uma rede social que podia proporcionar suporte moderado ($M = 2.70$, $DP = 0.80$). No grupo de sucesso este suporte, recebido e/ou antecipado, era significativamente mais regular ($n = 58$; $M = 3.10$, $DP = 0.77$) do que no grupo de insucesso. Estas diferenças ($t(113) = 2.75$, $p = .007$) remetem para um tamanho do efeito moderado ($d = 0.51$).

Processo de Adoção

Excluindo as situações de adoção de criança a cargo e as situações em que os candidatos se propõem a adotar uma criança específica, o tempo médio de espera, desde a formalização da candidatura até a integração da criança, foi de 2 anos 4 meses e 6 dias ($M = 2.39$, $DP = 1.60$), variando entre 0.32 (4 meses) e 7.19 anos. O tempo médio de espera, desde a data da seleção dos candidatos até à integração da criança, foi de 1 ano 4 meses e 19 dias ($M = 1.41$, $DP = 1.33$), com um mínimo de 0.01 (4 dias) e um máximo de 5.65 anos. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de sucesso e de disrupção ao nível do tempo de espera dos Candidatos

No quadro 7.16 são apresentadas todas as razões para adotar, referidas explicitamente pelos Candidatos ou depreendidas pelos técnicos.

Quadro 7.16

Distribuição dos motivos para adotar (N = 69)

	<i>n</i>	%
Esterilidade/infertilidade primária ou secundária	37	52.1
Autocentração	29	42.0
Desejo de aumentar a família	22	31.9
Altruísmo	9	13.0
Idade incompatível com a conceção biológica	8	11.3
Possibilidade de uma gravidez de alto risco	7	10.1
Ausência de um relacionamento amoroso	6	8.7
Desejo de uma criança de um sexo específico	6	8.7
Existência de uma relação afetiva com criança a adotar	3	4.3
Desejo de não ter filhos biológicos	1	1.4

Para cerca de metade da amostra, a incapacidade de gerar ou de levar a termo uma gestação constituiu uma das motivações para adotar. Nestes casos também foram consideradas os casos em que após um primeiro filho não é conseguida uma segunda

gestação. Em 10.1% dos casos os candidatos podiam engravidar contudo isto acarretaria um grave risco para a mãe ou para o bebé. Por outro lado em 11.3% dos casos o projeto de adoção surgiu numa idade avançada dos candidatos, em que já não era possível a conceção biológica, sem no entanto estarem associados problemas prévios de fertilidade (ex.: casais com filhos adultos, casamentos tardios, etc.). Igualmente expressivo foi a autocentração em que os candidatos desejaram adotar por considerarem que a felicidade total (pessoal e/ou do casal) estava dependente da existência de filhos, por desejo de companhia, por questões de património/herança familiar, etc. Somente a infertilidade surgiu associada ao sucesso ($\chi^2(1) = 4.97, p = .026$) com um tamanho do efeito pequeno ($\phi = 0.19$). 58% dos casos de infertilidade pertenciam ao grupo de sucesso, enquanto 42% integraram o grupo de disrupção.

A identificação da origem da infertilidade foi efetuada para 34 casos, em que 41.2% ($n = 14$) eram de origem feminina, 44.1% ($n = 15$) de origem masculina, 8.8% ($n = 3$) de origem feminina e masculina e 5.9% ($n = 2$) de origem indeterminada. A origem da infertilidade não surgiu associada ao resultado da integração adotiva.

Quanto ao grau de aceitação parental da infertilidade, operacionalizado de 1 (reconhecem sentimentos e atingiram resolução) a 3 (não resolvido), a média foi de 1.64 ($DP = 0.71$), remetendo para um luto ajustado da filiação biológica.

Relativamente à prontidão emocional para a adoção, os Candidatos ($n = 61$) obtiveram um valor médio de aproximadamente 2 ($DP = 0.70$) o que indica que estavam *quase preparados* ($Min-Máx = 1-4$).

Os dois grupos de comparação não se diferenciaram significativamente em termos do nível de aceitação da infertilidade e da prontidão para a adoção.

Nos casos em que se aplica a realização do luto de um filho biológico ($n = 6$), a quase totalidade (83.3%) reconheceu os sentimentos e atingiu resolução e apenas um caso se encontrava no processo de resolução. Esta variável não estava associada com o sucesso e disrupção da adoção.

Seis Candidatos nomearam a criança específica que desejavam adotar pelo que não foi especificado o perfil pretendido. Porém, nos restantes casos ($n = 65$), foram exploradas, junto dos candidatos, as características da criança que desejavam adotar¹⁰⁵. Assim, 92.3% desejava uma criança sem deficiência, 90.8% sem problemas de saúde, 70.8% preferiam uma criança

¹⁰⁵ As preferências podem ser afirmadas explicitamente pelos Candidatos ou depreendidas pelos técnicos. São assumidas as preferências e não a sua formalização. Por exemplo, uma candidata pode formalizar “sexo da criança indiferente”, mas reconhece a sua predileção por uma criança do sexo feminino.

de determinado sexo, 69.2% de determinada etnia, 53.8% especificavam o comportamento desejável em termos de relacionamento, 46.2% não aceitavam fratrias, 16.9% pretendiam uma criança com desenvolvimento normal, 16.9% especificavam o temperamento desejável e 12.3% o comportamento espectral. Uma minoria dos Candidatos especificou características físicas da criança (4.6%) ou que não gostaria de adotar uma criança cujos pais biológicos tivessem problemas do foro mental (4.6%) ou de dependência (1.5%) ou que a criança tivesse sido vítima de abuso sexual (1.5%), de maus-tratos físicos (1.5%) ou fruto de incesto (1.5%). De realçar que a reduzida expressão em algumas áreas pode remeter para a ausência de exploração ou registo por parte dos técnicos e não pela inexistência de preferências. Os Candidatos especificaram em média 5 preferências ($DP = 1.58$) variando entre 1 a 9.

Nenhuma das preferências referidas estava associada com o resultado da integração adotiva. O grupo de sucesso e de disrupção também não se diferenciavam significativamente em termos do número de preferências. No estudo de Festinger (1986) verificou-se que os pais que definiam 6 ou 7 preferências tinham maior risco de disrupção, pelo que a variável nº de preferências foi dicotomizada em < 6 e ≥ 6 preferências. Os resultados obtidos não corroboraram a conclusão de Festinger.

Ao longo do processo os candidatos redefiniram o perfil da criança desejada, desde a primeira entrevista até a última reavaliação (quadro 7.17).

Quadro 7.17
Distribuição da redefinição do perfil da criança a adotar (N = 65)

	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>Mais restrito</i>	<i>Mais alargado</i>
Idade	47	72.3	13.8	58.5
Sexo	8	12.3	3.1	9.2
Nº de crianças	8	12.3	3.1	9.2
Etnia	3	4.6	1.5	3.1

A idade da criança foi a principal característica a ser redefinida, e geralmente alargada, com um aumento entre 1 e 7 anos. As mudanças no perfil da criança pretendida não estavam associadas com o (in)sucesso da integração adotiva.

O nível de flexibilidade/rigidez nas decisões referentes à adoção, principalmente na (re)definição do perfil da criança a adotar, foi categorizado num *continuum* de 1 (abertura) a 3 (rigidez). A média indicou que os Candidatos adotaram uma postura intermédia flexibilizando determinados critérios, mas mantendo-se fiéis a outros ($n = 57$; $M = 1.91$, $DP = 0.54$). Os

Candidatos do grupo de sucesso comportaram-se de forma similar, não se verificando diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Nas candidaturas de casal, em 53.6% dos casos os cônjuges estavam de acordo quanto ao perfil da criança a adotar e na motivação/comprometimento. As situações de desacordo ($n = 26$) expressaram-se na motivação (42.3%), na idade (38.5%), no sexo (26.9%), na etnia (19.2%), no número de crianças (11.5%), no estado de saúde (7.7%) e nos antecedentes da criança a adotar (3.8%). O (des)acordo não está associado com sucesso ou disrupção da adoção.

Em relação ao nível de participação e envolvimento do pai na educação da criança, antecipava-se uma participação ativa a moderada ($n = 53$; $M = 1.62$, $DP = 0.69$), tal como no grupo de sucesso, não se observando diferenças significativas.

Abordando a recetividade ao projeto de adoção pela família alargada, a média apontou para uma recetividade boa/moderada ($n = 61$; $M = 2.51$, $DP = 0.57$). É de referenciar que em cinco casos os Candidatos optaram por não partilhar a notícia do projeto de adoção com os familiares. No grupo de sucesso, a família alargada foi significativamente mais recetiva ao projeto de adoção ($n = 65$; $M = 2.68$, $DP = 0.59$), de acordo com o teste de *Mann-Whitney*, $U = 1630$, $p = .040$, observando-se uma magnitude das diferenças pequena ($d = 0.29$).

Os filhos prévios dos candidatos demonstraram estar total ($n = 19$) ou moderadamente recetivos ($n = 6$). Esta variável surge associada de forma significativa com o resultado da integração adotiva, Teste de *Fisher*, $p = .029$, com um tamanho do efeito médio $\phi = 0.35$. A totalidade dos casos (100%) em que as crianças demonstraram uma recetividade moderada pertence ao grupo de disrupção.

No respeitante ao grau de preparação dos filhos dos Candidatos para o processo de adoção a média indicou uma preparação ligeira ($n = 23$; $M = 3.17$, $DP = 0.78$) e os valores mínimo e máximo variam entre 2 e 4, o que significa que em nenhum caso houve preparação total. O grupo de sucesso obtém resultados similares não se diferenciando significativamente.

Quanto às tarefas de preparação dos Candidatos para adoção, 59.2% conheciam famílias adotivas, 19.7% estabeleceram contactos com CAT/LIJ e/ou Famílias de acolhimento e 5.6% leu literatura temática especializada. Nenhum dos Candidatos frequentou sessões organizadas/dinamizadas por pais adotivos ou pelos serviços de adoção. As diversas tarefas não estão associadas ao sucesso e disrupção da adoção.

O grau de abertura para procurar e receber ajuda profissional só foi possível apurar em 34 processos (47.9%), constatando-se que os Candidatos estavam disponíveis para o efeito ($M = 1.26$, $DP = 0.57$). Este resultado é replicado no grupo de sucesso não se observando diferenças significativas entre os grupos.

Competências parentais

O quadro seguinte apresenta as médias obtidas nos itens relativos às competências parentais gerais e específicas da adoção.

Quadro 7.18

Medidas de tendência central e de dispersão das competências parentais

	Candidatos	candidata	candidato
	$M (DP)$	$M (DP)$	$M (DP)$
Nº de Expectativas irrealistas	0.83 (0.72)		
Práticas educativas	2.68 (0.47)		
Sentimento de autoeficácia		2.21 (0.68)	2.56 (0.58)
Consciência das especificidades da adoção	2.57 (0.67)		

Os relatórios tendem a não refletir expectativas irrealistas por parte dos Candidatos, com resultados a variar entre 0 e 2.5.

Os Candidatos usaram (real ou hipoteticamente) estratégias e regras adequadas em termos desenvolvimentais, porém, o valor mínimo (1) é cotado o que indica que foram selecionados Candidatos com práticas educativas classificadas como inapropriadas (ex.: uso recorrente ou exclusivo da punição corporal, práticas negligentes-permissivas).

Nas candidaturas de casal observaram-se diferenças estatisticamente significativas, $t(49) = -2.87$, $p = .006$, no sentimento de autoeficácia parental em que os candidatos eram mais confiantes do que as candidatas no desempenho do seu futuro papel parental.

Em termos de reflexão e consciência das especificidades da adoção, das mudanças e dos desafios inerentes, a média dos Candidatos indicou uma reflexão a ligeira a moderada ($M = 2.57$, $DP = 0.67$), variando desde a idealização (1) até à reflexão/consciência exaustiva (4).

Quanto ao grau de abertura na comunicação sobre a adoção como apenas um candidato foi classificado como Fechado, optou-se por dicotomizar a variável em Aberto e Semiaberto, obtendo-se uma distribuição idêntica (50%) nas duas categorias. Esta variável não surgiu associada com o resultado da integração adotiva. Similarmente, o número de expectativas irrealistas e as práticas/ideias parentais dos Candidatos não se diferenciaram entre o grupo de sucesso e de disrupção.

No concernente ao grau de confiança no desempenho parental, observaram-se diferenças significativas entre o grupo de disrupção e de sucesso, com um tamanho de efeito médio ($d = 0.50$), mas somente nas candidatas, $t(131) = 2.82$, $p = .006$. As candidatas do grupo de sucesso eram mais confiantes ($n = 71$; $M = 2.54$, $DP = 0.65$) do que as do grupo de disrupção ($n = 62$; $M = 2.21$, $DP = 0.68$).

De igual modo, constataram-se diferenças significativas, com um tamanho do efeito pequeno ($d = 0.39$), entre os grupos de sucesso e de disrupção, quanto ao grau de consciência das especificidades da adoção dos Candidatos, $t(134) = 2.28$, $p = .024$. Os Candidatos do grupo de sucesso têm maior consciência das especificidades ($M = 2.84$, $DP = 0.73$) do que os do grupo de disrupção ($M = 2.57$, $DP = 0.67$).

Experiências prévias

Aproximadamente 10% dos Candidatos ($n = 7$) tinham uma relação prévia com a criança a adotar por serem voluntários ou famílias amigas nas instituições de acolhimento da criança ou então, por acolherem a criança na modalidade de família idónea/família de acolhimento ($n = 3$).

Algumas candidatas (19.1%) e candidatos (16.9%) tinham tido experiência com crianças com necessidades especiais a nível emocional, comportamental e/ou desenvolvimental.

Cerca de metade da amostra (45.1% das candidatas e 50.8% dos candidatos) teve experiência prévia de parentalidade¹⁰⁶, mas apenas um casal tinha tido experiência de parentalidade adotiva. Para 25 Candidatos foi possível classificar a qualidade da relação estabelecida com os filhos (ou equivalentes), verificando-se que 68% tinham uma boa relação ($n = 17$), 8% ($n = 2$) possuíam uma boa relação, mas com alguns atritos, 16% ($n = 4$) apresentavam dificuldades significativas no relacionamento e 8% não tinham qualquer relação com a criança/jovem.

A experiência de parentalidade, quer da candidata ($\chi^2(1) = 5.17$, $p = .023$), quer do candidato ($\chi^2(1) = 5.86$, $p = .016$), surgiu associada à disrupção, com um tamanho de efeito pequeno ($\phi = 0.19$ e $\phi = 0.21$, respetivamente). Nas candidatas, a maioria que possui experiência de parentalidade (62.7%) integrava o grupo de disrupção, por oposição a 37.3%

¹⁰⁶ Foram igualmente consideradas as situações em que os candidatos assumiram o papel parental para com sobrinhos e enteados.

que pertencia ao grupo de sucesso. Similarmente, nos candidatos, a maioria do grupo de sucesso não tinha experiência prévia de parentalidade (61%).

De realçar, que nos 20 Candidatos do grupo de sucesso para os quais foi possível avaliar a qualidade da relação estabelecida com os filhos, 90% tinham uma relação positiva e 10% uma relação positiva com atritos pontuais. Contrariamente ao grupo de disrupção, as opções de resposta “*dificuldades significativas no relacionamento*” e “*ausência de relação*” não foram codificadas.

Características pessoais

As candidatas apresentaram-se mais comunicativas ($n = 53$; $M = 2.36$, $DP = 0.86$) do que os candidatos ($n = 45$; $M = 2.09$, $DP = 0.90$), apesar de não se verificarem diferenças significativas entre eles no grupo de disrupção¹⁰⁷. Em termos de autoconfiança genérica, tal como se tinha observado no sentimento de autoeficácia parental, as candidatas apresentaram-se significativamente menos confiantes perante a vida ($n = 46$; $M = 2.11$, $DP = 0.92$) do que os candidatos ($n = 31$; $M = 2.61$, $DP = 0.72$). Os Candidatos em média apresentam uma flexibilidade razoável ($M = 2.23$, $DP = 0.63$) com resultados entre rigidez (1) e flexibilidade (3).

As capacidades comunicativas da candidata e a flexibilidade dos Candidatos diferenciaram-se entre o grupo de sucesso e de disrupção. Na primeira situação as diferenças ($t(111) = 3.02$, $p = .004$) remeteram para candidatas mais comunicativas no grupo de sucesso ($n = 60$; $M = 2.77$, $DP = 0.56$) do que no grupo de disrupção ($n = 53$; $M = 2.36$, $DP = 0.86$), com um tamanho do efeito moderado ($d = 0.56$). Na segunda situação, as diferenças ($t(131) = 2.69$, $p = .008$), com efeito pequeno ($d = 0.46$), indicaram que os Candidatos do grupo de sucesso eram mais flexíveis ($M = 2.52$, $DP = 0.64$) do que os Candidatos do grupo de disrupção ($M = 2.23$, $DP = 0.63$).

Outras características dos candidatos foram codificadas como presentes ou ausentes e são apresentadas no quadro seguinte.

¹⁰⁷ No grupo de sucesso estas diferenças são estatisticamente significativas.

Quadro 7.19

Distribuição das candidatas e dos candidatos por características pessoais

	Candidata (<i>n</i> = 67)		Candidato (<i>n</i> = 58)	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Reflexivos/ ponderados	21	31.3	29	50.0
Impulsivos/reativos	26	38.8	6	10.5
Afetivos	34	50.7	19	33.3
Simpáticos	27	40.3	26	45.6
Com sentido de humor	2	3.0	7	12.1

Relativamente às características dos filhos dos Candidatos a informação constante dos processos é omissa só permitindo a caracterização de 10 a 14 crianças/jovens em função do domínio em análise. Focando no desempenho académico, todas as crianças/jovens (*n* = 10) tinham resultados positivos. Ao nível social (*n* = 11; *M* = 1.72, *DP* = 0.79), comportamental (*n* = 14; *M* = 1.50, *DP* = 0.65) e afetivo (*n* = 11; *M* = 1.45, *DP* = 0.82) os valores médios situaram-se entre o positivo e o moderado, indicando igualmente ausência de dificuldades significativas.

Apenas o desempenho académico dos filhos estava associado significativamente ao resultado da integração adotiva, teste de *Fisher*, *p* = .002, com um tamanho de efeito elevado (ϕ = 0.79). Enquanto no grupo de disrupção a totalidade (100%) das crianças tinham bom desempenho académico, no grupo de sucesso a maioria (75%) tinha baixo/moderado desempenho.

c) Fatores associados às práticas profissionais

Avaliação e preparação dos Candidatos

O grau de completude da informação, constante nos processos, acerca dos Candidatos foi avaliado de 1 (informação ausente) a 4 (informação completa), apresentando-se os resultados no Quadro 7.20.

Quadro 7.20

Medidas de tendência central e de dispersão da informação sobre os candidatos

	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min-Máx</i>
Motivação para a adoção	67	3.45	0.61	2-4
Ambiente físico/social	67	3.25	0.73	1-4
Infertilidade	36	2.94	0.79	2-4
História pessoal	67	2.90	0.76	1-4
Relação conjugal	56	2.75	0.69	1-4
Capacidades parentais	67	2.69	0.66	1-4
Rede de apoio	67	2.69	0.58	1-4
Relação com a família alargada	67	2.52	0.68	1-4
Características pessoais	67	2.45	0.80	1-4
Ajuda profissional	67	2.36	0.75	1-4
Estado de saúde	67	2.30	0.55	1-4
Comunicação sobre a adoção	67	2.28	0.69	1-4
Relação com filhos prévios	28	2.25	0.89	1-4
Características pessoais dos outros que residem	30	1.90	0.85	1-4
Expectativas da capacidade de relacionamento	65 ^a	1.71	0.58	1-3
Expectativas das capacidades intelectuais	65 ^a	1.51	0.71	1-4
Expectativas de comportamento	65 ^a	1.43	0.71	1-3

^a Situações de adoção de criança a cargo foram excluídas

Em todos os processos de adoção existiu informação sobre as motivações para a adoção e o percurso de infertilidade (quando aplicável) dos Candidatos. Efetivamente, os relatórios eram mais exaustivos na descrição das motivações para a adoção e do ambiente físico/social (rendimentos do agregado, descrição da habitação, caracterização do nível sociocultural da família e do contexto envolvente). Salienta-se, no polo negativo, as lacunas de informação acerca das características e comportamentos específicos das crianças que os futuros Pais se sentem ou não capazes de aceitar e lidar, avaliadas pelos próprios ou pelos técnicos.

Comparando os grupos de sucesso e de disrupção verificaram-se diferenças estatisticamente significativas na completude de informação acerca da ajuda profissional ($t(136) = 2.82, p = .006$) e das expectativas da capacidade de relacionamento da criança ($t(136) = -2.33, p = .021$). Nos processos de sucesso, a informação acerca da disponibilidade dos recursos formais, da abertura para aceder a intervenções profissionais, da postura ao longo do processo de avaliação e do grau de adesão às sugestões/orientações técnicas foi mais detalhada ($M = 2.80, DP = 1.06$) do que nos processos de insucesso ($M = 2.36, DP = 0.75$). Paradoxalmente, nos processos de sucesso a informação acerca da capacidade de relacionamento foi menos completa ($M = 1.41, DP = 0.53$) do que nos processos de disrupção ($M = 1.71, DP = 0.58$). O tamanho do efeito é pequeno ($d = 0.48$) e médio ($d = 0.54$), respetivamente.

Quanto à preparação foi analisado o grau de exploração de determinadas temáticas relacionadas e/ou específicas da adoção. Enquanto alguns temas são transversais a todas as adoções (ex.: comunicação sobre a adoção) codificando-se todos os processos¹⁰⁸, outros temas são mais específicos (ex.: integrações inter-raciais), optando-se somente pela codificação quando o tema se aplicava. Os resultados obtidos são expostos no quadro 7.21.

Quadro 7.21

Medidas de tendência central e de dispersão da informação explorada junto dos candidatos

	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min-Máx</i>
Comunicação sobre a adoção	67	2.31	0.80	1-4
Maus-tratos e negligência	67	2.30	0.95	1-4
Separação e perdas	67	1.82	0.77	1-3
Impacto de integração adotiva numa família com filhos	21 ^a	1.52	0.68	1-3
Relação entre irmãos biológicos separados	24	1.29	0.62	1-3
Adoções inter-raciais	8	1.13	0.35	1-2
Adoção de fratrias	22	1.09	0.43	1-3
Abuso sexual/comportamento sexualizado	13	1.00	0.00	1

a Situações de adoção de criança a cargo foram excluídas

A comunicação sobre a adoção e as histórias de vida das crianças (tipo de maus-tratos e negligência de que foram vítimas, impacto no comportamento, desenvolvimento e relação, etc.) foram os dois temas explorados com mais detalhe. Porém, a relação entre irmãos biológicos, integrados de forma conjunta ou separada, e a integração de crianças de diferente etnia/raça foram temáticas subexploradas. De frisar a ausência total de preparação específica para integrar crianças que tenham sido vítimas de abuso sexual e/ou que apresentam um comportamento sexualizado. Fica por descortinar se estes resultados refletem a efetiva falta de exploração/reflexão dos temas juntos dos candidatos e/ou a não documentação das práticas implementadas.

A preparação dos Candidatos quanto à adoção de fratrias foi significativamente superior no grupo de sucesso ($n = 22$; $M = 1.55$, $DP = 0.91$). Esta diferença ($t(42) = 2.12$, $p = .043$) obteve um tamanho do efeito moderado ($d = 0.65$).

Relativamente aos contactos estabelecidos entre os Candidatos e os serviços de adoção, desde a formalização da candidatura até ao primeiro dia da transição, verificou-se uma prevalência dos contactos presenciais ($M = 4.40$, $DP = 1.81$; $Min-Máx = 1-9$) sobre os telefónicos ($M = 1.58$, $DP = 3.46$; $Min-Máx = 0-21$), $t(64) = -7.06$, $p < .001$. A contabilização

¹⁰⁸ Em quatro processos apenas estava disponível, em relação aos Candidatos, uma ficha de caracterização e/ou o formulário/questionário individual de candidatura e/ou registos de uma reavaliação/contacto estabelecido. Face a inexistência de dois relatórios (social e psicológico) ou de um de um relatório psicossocial integrador optámos pela não codificação das variáveis apresentadas no quadro 7.21. De realçar que nestes casos, segundo os técnicos, os relatórios existiam, porém não foi possível localizá-los.

destes contactos é baseada nos registos efetuados, pelo que é possível que estes números estejam subestimados.

O processo de adoção prevê no mínimo quatro contactos presenciais¹⁰⁹ (avaliação social, avaliação psicológica, avaliação no domicílio e proposta), porém em 33.8% dos casos estabeleceram-se apenas entre 1 a 3 contactos. Compreensivelmente, verificou-se uma correlação positiva moderada entre o tempo de espera desde a formalização e os contactos telefónicos ($r = .45, p < .001$) e presenciais ($r = .39, p = .002$)¹¹⁰. O grupo de sucesso obteve resultados similares, não se registando diferenças significativas entre os grupos.

Relativamente ao nível de *stretching*, ao longo do processo, a média indicou um *stretch* mínimo ($M = 2, DP = 1.07$), com resultados entre 1 (ausência de *stretch*) e 4 (*stretch* significativo). Não se verificam diferenças significativas entre os grupos ao nível do grau de *stretching* aplicado.

Avaliação e preparação das Crianças

O grau de completude da informação acerca das crianças em diferentes domínios é expresso no Quadro 7.22.

Quadro 7.22

Medidas de tendência central e de dispersão da informação sobre a criança

	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min-Máx</i>
Desempenho escolar	63	2.59	1.10	1-4
Problemas emocionais e comportamentais	71	2.58	0.81	1-4
História de vida	71	2.52	0.61	1-4
Desenvolvimento	71	2.38	0.95	1-4
Estado de saúde	71	2.25	0.81	1-4
Personalidade	71	2.23	0.61	1-3
Relação com os pais biológicos	71	2.23	0.57	1-3
Integração escolar	63	2.22	0.94	1-4
Antecedentes sociais dos pais biológicos	71	2.21	0.79	1-4
Preparação para a adoção	53	2.19	0.74	1-4
Relação com os pares	71	2.14	0.62	1-3
Relação com cuidadores	70	2.06	0.61	1-3
Saúde dos pais biológicos	71	1.83	0.74	1-3
Relação com irmãos	67	1.69	0.68	1-4
Relação com família alargada	71	1.61	0.80	1-4
Rotinas	71	1.59	0.86	1-4
Dados de nascimento	71	1.48	1.07	1-4
Dados pré-natais	71	1.25	0.65	1-4
História desenvolvimental	71	1.14	0.46	1-3

¹⁰⁹ Reportamo-nos à data dos processos (anterior a 2010), pelo que não são tidas em consideração as mudanças atuais referidas no Cap. II.

¹¹⁰ Foram excluídas as situações de crianças a cargo.

Nalgumas áreas, nomeadamente na história desenvolvimental, na personalidade, na relação com os pais biológicos, com os cuidadores e com os pares, a informação não foi codificada, em nenhum dos processos, como *Completa*.

Os grupos de sucesso e disrupção diferenciaram-se ao nível do detalhe de informação sobre a relação da criança com os cuidadores ($t(139) = 2.10, p = .038$), com a família alargada ($t(140) = -2.09, p = .039$) e o desenvolvimento ($t(140) = 2.32, p = .022$). No grupo de sucesso a informação sobre a relação com os cuidadores ($M = 2.28, DP = 0.66$) e o desenvolvimento ($M = 2.76, DP = 1.007$) foi mais completa do que no grupo de disrupção. Porém, na informação acerca da relação com a família alargada, o padrão inverte-se ($M_{\text{sucesso}} = 1.35, DP = 0.64$). Em todas as diferenças o tamanho do efeito é pequeno (d varia entre 0.35 e 0.39).

Os 19 itens foram agrupados num único fator ($\alpha = .79$) e a média indicou que a informação total é incompleta ($M = 2, DP = 0.33; \text{Min-Máx} = 1.18 - 3$). Os grupos não se diferenciaram ao considerar o grau de completude da informação total.

Incidindo nas atividades de preparação da criança para a adoção, observou-se que nenhuma criança construiu ou participou na construção de um Livro da História de Vida. Na medida em que “Livro” supõe uma narrativa que descreve o que aconteceu à criança, quando e porquê, bem como os sentimentos e pensamentos da criança acerca do sucedido, considerámos que um “álbum de fotografias”, do período vivido no CAT/LIJ/Família de acolhimento, não cumpria os pressupostos exigidos.

Para 22.9% ($n = 16$) das crianças houve uma despedida ritualizada de pessoas significativas (ex.: amigos, irmãos, cuidadores), 27.1% ($n = 19$) receberam uma carta/fotografias/vídeo dos futuros pais, mas apenas 8.6% ($n = 6$) das crianças enviaram cartas/desenhos da sua autoria para se apresentarem aos Pais adotivos. Cinco crianças (7.1%) beneficiaram de psicoterapia focalizada no luto da família biológica e na integração da sua história de vida e três crianças (4.3%) usufruíram de outras atividades de preparação.

Os testes do Qui-quadrado indicam que as atividades de preparação para a adoção mencionadas não estão associadas com o resultado da integração adotiva. Todavia, a informação relativa à preparação da criança para a adoção (processo e grau) foi apreciada como incompleta ($M = 2.19, DP = .74$), pelo que tal deve ser tido em conta na interpretação dos dados.

Correspondência

Em 63.4% ($n = 45$) não houve correspondência total entre as características da criança definidas pelos pais como preferenciais e as características da criança que integraram. As situações de não correspondência, formal e preferencial, são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 7.23

Distribuição da não correspondência formal e preferencial por diferentes características da criança ($N = 71$)

Não correspondência	Formal		Preferencial		Total	
	n	%	n	%	n	%
Idade ¹¹¹	35	49.3	3	4.2	38	53.5
Sexo	1	1.4	6	8.5	7	9.9
Etnia	1	1.4	0	0	1	1.4
Número de crianças	6	8.5	3	6.7	9	12.7
Estado de saúde	2	2.8	0	0	2	2.8

A idade da criança surgiu como a principal característica em que não houve correspondência total. As restantes características das crianças foram relativamente idênticas às definidas pelos Candidatos, todavia as pretensões (formais e preferenciais) quanto ao número de crianças a adotar e ao sexo da criança não foram atendidas em cerca de um décimo da amostra. Quanto ao número de crianças apesar da generalidade dos casos remeter para um alargamento, isto é, Candidatos pretenderem adotar uma ou duas crianças e integrarem duas ou três crianças, respetivamente, também existiram situações contrárias pontuais (ex.: querer adotar duas crianças e só integrar uma criança).

Relativamente a outras características, o facto de terem sido pouco exploradas juntos dos Candidatos, não nos permite definir com acuidade se foram ou não correspondidas. Constatámos que as expectativas não foram correspondidas¹¹² em termos comportamentais ($n = 4$, 5.6%), de capacidade de relacionamento ($n = 3$, 4.2%), de desempenho escolar ($n = 2$, 2.8%) e de desenvolvimento ($n = 1$, 1.4%).

A correspondência total e a correspondência em função de características específicas não surgem associadas ao resultado da integração adotiva. Por conseguinte, nos casos de sucesso também ocorreram casos de não correspondência, com frequências relativamente similares.

¹¹¹ Para a idade foi assumida a diferença de 6 meses. Por exemplo, se um candidato define como idade máxima 8 anos e é correspondido com uma criança de 8 anos e 10 meses considera-se que o critério idade não foi atendido.

¹¹² Para avaliação desta correspondência foi considerada apenas a informação conhecida sobre a criança antes da integração.

O quadro 7.24 apresenta o número de crianças integradas em conjugação com o número de filhos a residir no lar adotivo. Para esta análise foram incluídos todos os filhos (independentemente da idade) que residiam a tempo inteiro ou só aos fins de semana e períodos de férias com a família.

Quadro 7.24

Distribuição do número total de filhos, discriminando o número prévio de filhos e de crianças integradas

Filhos dos Candidatos	Nº crianças integradas			Total
	1	2	3	
0	29	13	4	46
1	11	0	0	11
2	7	5	0	12
4	0	2	0	2
Total	47	20	4	71

Enquanto 66.2% ($n = 47$) das crianças foram integradas sozinhas, 33.8% ($n = 24$) foram integradas com um (28.2%, $n = 20$) ou dois (5.6%, $n = 4$) irmãos. Destes irmãos, 41.7% ($n = 10$) eram rapazes e 58.7% ($n = 14$) eram raparigas. De referir que na integração de fratrias, cinco crianças sofreram disrupção, enquanto os seus irmãos permaneceram no lar adotivo sendo subsequentemente adotados. A adoção singular ou de fratrias não surge associada ao sucesso ou disrupção da adoção. De igual modo, os grupos não se diferenciam no número de crianças integradas.

Quadro 7.25

Distribuição das crianças integradas com ou sem irmãos

	<i>n</i>	%
Única para a adoção	28	39.4
Integrada com todos os seus irmãos	22	31.0
Integrada com pelo menos um irmão	2	2.8
Separada de todos os irmãos	19	26.8

Nos 21 casos em que a criança-alvo foi separada de todos ou de algum irmão, apenas em 6 (28.6%) foi considerado existir um forte laço emocional entre eles. Nenhum destes cenários surge associado ao (in)sucesso da adoção.

Vinte e cinco crianças foram integradas numa família com filhos prévios. Em 56% dos casos ($n = 14$) a criança foi integrada numa família em que todos os filhos eram de sexo diferente do seu e em 44% ($n = 11$) pelo menos um dos filhos era do mesmo sexo que o seu.

Em 40% dos casos existia uma diferença de idades entre um filho da Família adotiva e a criança integrada de 3 anos ou menos.

Da análise log-linear com três variáveis (adoção singular/fratria x família com/sem filhos x disrupção/sucesso) verifica-se a ausência de efeitos de 3ª e 2ª ordem, $\chi^2(4) = 0.581, p = .965$; $G^2(4) = 0.590, p = .964$. Desta forma a integração de uma criança ou fratria numa família com ou sem filhos prévios não está associada à disrupção ou sucesso.

Adicionalmente não existiu associação entre ser de sexo diferente ou igual à(s) criança(s) prévia(s) e o sucesso ou insucesso da adoção. A existência de uma diferença de idades de 3 anos ou menos também não estava associada com o desfecho da integração adotiva.

Após a integração, a Família adotiva ficou composta por dois filhos em média ($DP = 1.15$) com um mínimo de 1 e um máximo de 6 filhos. O número total final de filhos não difere significativamente entre o grupo de sucesso e disrupção.

Com a entrada numa nova família a criança mudou a sua posição na fratria em 76.1% ($n = 54$) das situações. Contudo, se excluirmos as situações em que a criança tem irmãos biológicos e passa a filha única ou que era filha única e passa a ter irmãos somente 31% ($n = 22$) das crianças mudaram de posição. Na nova configuração familiar, 35.2% ($n = 25$) das crianças integradas são filhas únicas, 28.2% ($n = 20$) são filhas mais novas, 11.3% ($n = 8$) são filhas do meio e 25.4% ($n = 18$) são filhas mais velhas. Quanto aos filhos prévios da Família adotiva 40% ($n = 10$) mudam de posição. A mudança ou não de posição na fratria da criança que integra a família e da já existente não estava associada com o sucesso ou insucesso da adoção, assim como a posição final da criança adotada na fratria.

Relativamente ao acompanhamento dos serviços observa-se que em 15.5% das situações a criança e os Candidatos não estavam afetos ao mesmo serviço de adoção. Esta descontinuidade não surge associada à disrupção e ao sucesso, verificando-se uma frequência de descontinuidade similar no grupo de sucesso.

Até à transição, 3 técnicos do serviço de adoção em média interagiram com os Candidatos ($n = 64$; $M = 2.95, DP = 1.25$) com um mínimo de 2 técnicos e um máximo de 7 técnicos. Ao longo de todo o processo o número subiu para 4 ($n = 61$; $M = 4.13, DP = 1.90$) mantendo-se o mínimo de 2, mas obtendo-se um máximo de 11 técnicos. Não existiam diferenças entre os grupos em termos do número de técnicos envolvidos no processo (até à transição e em todo o processo).

Em 58 casos foi possível avaliar a continuidade ou não de pelo menos um técnico ao longo de todo o processo, verificando-se a continuidade em 58.6% ($n = 34$) dos casos. Esta variável não estava associada com o (in)sucesso.

7.3.3. Análise de diferenças em função do grupo etário

Após esta análise de forma global parece-nos pertinente verificar se as diferenças se mantêm ou se surgem outras em função do grupo etário, uma vez que, de acordo com a literatura, a idade da criança, ao nível das características da criança, constitui o fator de risco com maior impacto. Optou-se por considerar dois grupos etários, assumindo os 6 anos como fronteira (< 6 e ≥ 6 anos), uma vez que esta é a idade definida, por vários autores, para a adoção adquirir o estatuto de adoção especial e por constituir a idade de entrada escolar que implica rotinas e dinâmicas diferentes, no quotidiano.

As diversas análises suprarreferidas, e resumidas no anexo 8, foram repetidas atendendo aos dois grupos etários em questão, mas apenas iremos apresentar as diferenças estatisticamente significativas. De salientar que com esta divisão o grupo das crianças mais novas é constituído apenas por 50 casos (25 de sucesso e 25 de disrupção), pelo que os resultados somente indicam uma tendência, não sendo passível de generalização.

Crianças com idade < 6 anos

No que tange às características da criança somente se verificou associação entre o resultado da integração adotiva e duas variáveis, designadamente, o abandono e o tipo de relacionamento estabelecido com figuras significativas sem laços de parentesco.

O facto de a criança ter sofrido abandono de um ou ambos os progenitores surgiu associado à disrupção apenas nas crianças mais novas $\chi^2(1) = 5.33$, $p = .021$, com um tamanho de efeito médio ($\phi = 0.33$). A maioria das crianças que experienciaram abandono (70%, $n = 14$) pertence ao grupo de disrupção, por oposição às restantes 30% ($n = 6$) que integram o grupo de sucesso.

Quanto ao relacionamento interpessoal a maioria das crianças que estabeleceu uma relação de confiança com os adultos de referência (68.2%, $n = 15$) pertence ao grupo de disrupção. Esta associação $\chi^2(1) = 4.85$, $p = .028$, apresenta um tamanho de efeito médio ($\phi = 0.32$).

No que concerne os problemas emocionais e comportamentais o quadro 7.26 apresenta as diferenças encontradas. As crianças do grupo de disrupção choram menos e têm menos problemas de sono do que as crianças do grupo de sucesso.

Quadro 7.26

Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e disrupção nos problemas emocionais e comportamentais nas crianças com idade < 6 anos

Itens	Sucesso	Disrupção	<i>t</i> (48)	<i>d</i>
	M (DP)	M (DP)		
Chora muito	0.84 (1.03)	0.16 (0.47)	3.01**	0.85
Problemas de sono	0.92 (1.19)	0.24 (0.60)	2.56*	0.72

**p* < .05 ** *p* < .01

No que diz respeito às variáveis dos adultos, as diferenças encontradas são expostas no quadro subsequente.

Quadro 7.27

Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e disrupção nas variáveis dos Candidatos que integraram crianças com idade < 6 anos

	Sucesso	Disrupção	<i>U</i> ou <i>t</i>	<i>g.l.</i>	<i>d</i>
	M (DP)	M (DP)			
Anos de escolaridade da candidata	12.72 (4.51)	9.96 (4.98)	2.04*	47	0.58
Consciência das especificidades da adoção do candidato	2.61 (0.72)	2.24 (0.44)	2.08*	42	0.62
Capacidades comunicativas do candidato	2.57 (0.75)	2.25 (0.86)	-2.57*	35	0.84
Distribuição de poder na relação conjugal	1.36 (0.73)	1.79 (0.79)	142.00*	39	0.57
Relação da candidata com os pais	3.73 (0.70)	3.29 (0.85)	152.50*	41	0.57
Relação do candidato com os irmãos	3.95 (0.23)	2.88 (1.45)	-2.99**	34	1.03
Recetividade da família alargada	2.91 (0.28)	2.63 (0.50)	2.19*	40	0.69

**p* < .05 ** *p* < .01

As candidatas do grupo de sucesso possuíam mais anos de escolaridade do que as do grupo de insucesso com um tamanho do efeito médio (*d* = 0.58). Porém noutras dimensões, o padrão inverteu-se e apenas se constataram diferenças significativas entre os grupos nos candidatos. Assim, os candidatos do grupo de disrupção estavam mais conscientes dos desafios e especificidades da adoção e eram menos comunicativos do que do grupo de sucesso.

Ao nível da relação conjugal observaram-se diferenças entre os grupos em termos da distribuição de poder (*U* = 142.00, *p* = .044, *d* = 0.57), existindo maior equilíbrio no grupo de sucesso comparativamente ao do insucesso.

Relativamente ao relacionamento com a família alargada observou-se que as candidatas tinham uma relação mais positiva com os seus pais e os candidatos com os seus irmãos no grupo de sucesso em comparação com o grupo de disrupção. Estas diferenças, *U*_{pais} = 152.50, *p* = .023; *t*(34)_{irmãos} = -2.99, *p* = .008, obtiveram um tamanho do efeito médio (*d* = 0.57) e

elevado ($d = 1.03$), respetivamente. Por outro lado, constatou-se que família alargada dos candidatos do grupo de sucesso estava mais recetiva ao projeto de adoção comparativamente ao grupo de disrupção.

A motivação para adoção assente no desejo de aumentar a família surgiu associada com a disrupção, $\chi^2(1) = 4.31$, $p = .038$, com um tamanho de efeito médio ($\phi = 0.30$). A maioria dos candidatos com esta motivação pertencia ao grupo de disrupção (75%, $n = 9$). Congruentemente, a experiência prévia de parentalidade também estava associada com a disrupção ($\chi^2(1) = 4.67$, $p = .031$; $\phi = 0.31$) em que 73.3% ($n = 11$) dos candidatos com experiência pertenciam ao grupo de disrupção. Apesar de o número de crianças integradas e do número de filhos da Família adotiva a residir em casa (à semana ou ao fim de semana e férias) não diferirem significativamente entre os grupos, o mesmo não se aplica ao número total final de crianças/jovens na família $t(48) = -2.59$, $p = .013$, o qual é inferior no grupo de sucesso ($M = 1.56$, $DP = 0.82$ vs. $M = 2.32$, $DP = 1.22$). Na nova configuração familiar, a mudança de posição na fratria da criança integrada¹¹³ estava associada com a disrupção $\chi^2(1) = 9.44$, $p = .002$, com um tamanho de efeito médio-elevado, $\phi = 0.44$. Os dados indicam que apenas 9.1% das crianças que mudaram de posição pertencem ao grupo de sucesso, enquanto as restantes 90.9% ($n = 10$) são do grupo de disrupção.

Em termos das práticas profissionais verificaram-se diferenças na quantidade de informação disponível acerca de algumas dimensões dos candidatos (expectativas acerca da capacidade de relacionamento da criança e capacidade/disponibilidade para recorrer a ajuda profissional) e da criança (desenvolvimento) apresentadas no quadro 7.28.

Quadro 7.28

Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e disrupção na quantidade de informação disponível sobre os Candidatos e a criança

	Sucesso <i>M (DP)</i>	Disrupção <i>M (DP)</i>	<i>t</i>	<i>g.l.</i>	<i>d</i>
Expectativas acerca da capacidade de relacionamento da criança	1.16 (0.37)	1.50 (0.51)	-2.57*	45	0.76
Disponibilidade para recorrer a ajuda profissional	2.56 (0.65)	2.00 (0.62)	3.03***	45	0.88
Avaliação do desenvolvimento da criança	3.20 (0.71)	2.56 (0.77)	3.07***	48	0.86

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .005$

¹¹³ Foram testadas duas condições relativamente à mudança de posição na fratria da criança adotada. Numa condição assumiu-se a mudança de ordem (ex.: criança mais velha passa a mais nova) e de estatuto (filho único passa a ter irmãos e vice-versa). Na outra condição apenas se assumiu a mudança de ordem. As diferenças observadas aplicam-se a esta última condição.

Os processos dos casos de sucesso, por comparação com os processos de disrupção, estavam mais completos no referente à avaliação do desenvolvimento da criança e ao recurso à ajuda profissional, todavia estavam menos completos em relação às expectativas dos candidatos.

Crianças com idade ≥ 6 anos

Nas crianças com idade igual ou superior a 6 anos apenas 20 viveram em Outros Contextos (ex.: ama; família idónea; futura família adotiva, etc.), porém as do grupo de sucesso viveram significativamente mais tempo, quer em anos ($n = 7$; $M = 4.47$, $DP = 5.37$), quer em percentagem de vida ($M = 33.95$, $DP = 39.39$) nesta realidade, do que as do grupo de disrupção ($n = 13$; $M = 1.13$, $DP = 1.94$; $M = 11.23$, $DP = 18.04$, respetivamente). Estas diferenças $U = 18.00$, $p = .029$; $U = 20.00$, $p = .043$, apresentaram um tamanho do efeito elevado ($d = 0.83$) e médio ($d = 0.74$), respetivamente.

A manifestação de vínculos fortes com a mãe e/ou o pai biológico¹¹⁴ estava associada com a disrupção, $\chi^2(1) = 4.07$, $p = .044$, com um tamanho de efeito pequeno, $\phi = 0.21$. Os resultados indicaram que 60% ($n = 30$) das crianças que manifestaram fortes vínculos pertencem ao grupo de disrupção, por oposição a 40% ($n = 20$) que pertencem ao grupo de sucesso.

No que concerne os problemas emocionais e comportamentais, os dados, apresentados no quadro 7.29, indicaram que as crianças do grupo de disrupção desobedeciam, destruíam objetos e mentiam com mais regularidade/severidade do que as do grupo de sucesso. Contudo, perante os acontecimentos adversos e/ou mudanças, menos crianças do grupo de disrupção, por comparação ao grupo de sucesso, tinham alterações emocionais/comportamentais significativas ou a expressão de sintomatologia (42.4% vs. 57.6%). Esta associação, $\chi^2(1) = 3.83$, $p = .050$, tinha um tamanho de efeito pequeno, $\phi = 0.20$.

Quadro 7.29

Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e disrupção nos problemas emocionais e comportamentais nas crianças com idade ≥ 6 anos

Itens	Sucesso	Disrupção	t (90)	d
	M (DP)	M (DP)		
Destroí as suas próprias coisas ou dos outros	0.04 (0.30)	0.28 (0.75)	-2.01*	0.42
Desobediente em casa ou na escola	0.57 (0.98)	1.04 (1.13)	-2.16*	0.44
Mente	0.00 (0.00)	0.24 (0.79)	-2.04*	-----

* $p < .05$

¹¹⁴ De recordar que os vínculos fortes, tal como foram codificados, não remete para a segurança da vinculação.

Em termos de composição familiar, a monoparentalidade surgiu associada à disrupção, $\chi^2(1) = 3.90$, $p = .048$, com um tamanho de efeito pequeno, $\phi = 0.21$. De facto, a maioria das famílias monoparentais (73.3%, $n = 11$) pertencia ao grupo de disrupção e somente 26.7% ao grupo de sucesso.

Nas candidaturas com filhos, a recetividade destes ao projeto de adoção surgiu associado com o sucesso do mesmo, de acordo com o teste de *Fisher*, $p = .043$, com um tamanho de efeito médio, $\phi = 0.33$. A totalidade (100%) dos filhos do grupo de sucesso demonstrou uma boa recetividade em relação à adoção, por oposição a 68.8% do grupo de disrupção, em que os restantes 31.2% se mostraram moderadamente recetivos. De igual modo o bom desempenho académico dos filhos prévios surgiu associado à disrupção, de acordo com o teste de *Fisher*, $p = .007$ ($\phi = 0.76$). Das 10 famílias com filhos com bom desempenho académico, oito pertenciam ao grupo de disrupção.

Quadro 7.30

Diferenças significativas entre o grupo de sucesso e disrupção nas variáveis dos Candidatos

	Sucesso M (DP)	Disrupção M (DP)	<i>t</i>	<i>g.l.</i>	<i>d</i>
Grau de vitimização na infância do candidato	1.79 (0.90)	2.41 (1.18)	-2.55*	74	0.59
Rede de apoio	3.16 (0.83)	2.61 (0.76)	3.03*	73	0.69
Autoeficácia parental da candidata	2.74 (0.49)	2.20 (0.70).	4.17***	88	0.89
Consciência das especificidades da candidata	3.02 (0.72)	2.69 (0.73)	2.17*	88	0.46
Consciência das especificidades do candidato	2.98 (0.72)	2.60 (0.74)	2.24*	74	0.52
Capacidade comunicativa da candidata	2.82 (0.51)	2.38 (0.83)	2.74**	73	0.64
Flexibilidade dos Candidatos	2.60 (0.58)	2.27 (0.65)	2.56*	88	0.54

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

Nas famílias biparentais, a infância do candidato foi significativamente mais difícil em termos de privação, vitimização ou perdas no grupo de disrupção ($n = 34$) do que no grupo de sucesso ($n = 42$). O tamanho de efeito desta diferença ($t(74) = -2.55$, $p = .013$) é médio, $d = 0.59$. De igual modo, o facto de o candidato ter sido vítima de abuso (físico, psicológico, emocional ou sexual) na infância e/ou vida adulta surgiu associado à disrupção, segundo o teste de *Fisher*, $p = .009$, com um tamanho de efeito médio, $\phi = 0.33$. Apenas um candidato vítima de abuso (11.1%) pertence ao grupo de sucesso, enquanto os restantes oito (88.9%) são do grupo de disrupção.

No que concerne à rede de apoio, as diferenças encontradas entre os grupos ($t(73) = 3.03, p = .033; d = 0.69$) remeteram para a antecipação de um apoio instrumental mais regular e consistente, por parte de familiares e/ou amigos, no grupo de sucesso do que no grupo de disrupção.

Ao nível do exercício da parentalidade, as candidatas do grupo de sucesso apresentaram-se mais confiantes do que as do grupo de disrupção com um tamanho do efeito elevado, $d = 0.89$. Por outro lado, as candidatas e os candidatos do grupo de sucesso demonstraram estar mais conscientes dos desafios e especificidades da adoção por comparação com os do grupo de disrupção.

Em termos de características pessoais observa-se que as candidatas do grupo de sucesso são mais comunicativas do que as do grupo de disrupção, com uma diferença média ($d = 0.64$). Finalmente, os Candidatos do grupo de sucesso são mais flexíveis do que os do grupo de disrupção.

Quanto ao projeto de adoção, a especificação das características temperamentais desejadas na criança surgiu associada à disrupção $\chi^2(1) = 4.21, p = .040$, com um tamanho do efeito pequeno $\phi = 0.23$. Dos 11 candidatos que especificaram, apenas dois pertencem ao grupo de sucesso enquanto os restantes nove (81.8%) integram o grupo de disrupção.

A descontinuidade dos serviços, em que os Candidatos e a criança não pertencem ao mesmo serviço de adoção, estava associada com a disrupção $\chi^2(1) = 4.39, p = .036$, com um tamanho do efeito pequeno. Nos 13 casos em que esta situação ocorreu, 10 (76.9%) não foram bem-sucedidos e apenas três (23.1%) culminaram na adoção legal.

Com a entrada na nova família a mudança de posição na fratria da criança adotada¹¹⁵ surge associada com a disrupção, $\chi^2(1) = 5.64, p = .018, \phi = 0.25$. Das 68 crianças que mudaram de posição, a maioria (57.4%, $n = 39$) pertence ao grupo de disrupção, enquanto a maioria das crianças que não mudaram de posição (70.8%, $n = 17$) pertence ao grupo de sucesso. Por outro lado o sexo da criança prévia também surge associado ao resultado da integração adotiva, de acordo com o teste de Fisher, $\chi^2(1) = 7.22, p = .028, \phi_c = 0.48$, porém o n baixo em cada uma das células implica alguma reserva nas conclusões. Nas oito famílias com filhos a maioria (75%, $n = 6$) pertencia ao grupo de sucesso e apenas duas ao grupo de disrupção. Adicionalmente, nas famílias com filhos de ambos os sexos (rapazes e raparigas) a maioria

¹¹⁵ As diferenças só são significativas quando na mudança de posição na fratria também é assumido passar de filha única para com irmãos, ou de com irmãos para filha única.

(88.9%, $n = 8$) pertencia ao grupo de disrupção, enquanto apenas uma integrava o grupo de sucesso.

7.3.4. Preditores da Disrupção

Foram conduzidas várias regressões logísticas no sentido de analisar que variáveis independentes, relacionadas com a criança, com os candidatos, explicam e predizem a ocorrência da disrupção, considerando o grupo como um todo, isto é, sem divisão por intervalos etários. Neste ponto não foram integradas variáveis relacionadas com as práticas profissionais, dado na análise global prévia só se terem identificado diferenças pontuais nessas variáveis entre o grupo de sucesso e de disrupção.

As análises realizadas tiveram subjacentes dois propósitos diferentes. Por um lado, explorar combinações de variáveis, selecionadas em função da revisão da literatura e das análises previamente realizadas, com o intuito de explicar alguns resultados e por outro lado obter um modelo final parcimonioso, isto é, com o menor número de variáveis e maior poder preditivo.

Devido ao número de sujeitos por grupo ($n = 71$) foram apenas incluídas nos modelos cinco variáveis independentes no máximo (aproximadamente 15 casos por variável independente). Isto representa uma estimativa conservadora do número de variáveis que podem ser incluídas de forma a manter a integridade da análise dos dados (Newton & Rudestam, 1999).

Análises exploratórias

Foram incluídas num modelo as variáveis da criança que os diversos estudos, reportados no capítulo IV, associam de forma mais consistente com a disrupção. Para representar o comportamento externalizado em vez da subescala selecionámos o item *“Desobediente em casa ou na escola”* por obter diferenças significativas na amostra total e no subgrupo de crianças com idade ≥ 6 anos. Os resultados obtidos são reportados no quadro seguinte.

Quadro 7.31

Preditores da disrupção: variáveis da criança identificadas na literatura (N = 133)

Modelo saturado	B	S.E.	p	Exp (b)	IC 95%
Constante	- 0.56				
Desobediência	0.47	0.17	.007	1.60	1.14 – 2.24
Número de mudanças	- 0.21	0.17	.221	0.81	0.58 – 1.14
Idade de retirada da família	0.02	0.08	.788	1.02	0.88 – 1.18
Total de vitimização	0.03	0.14	.825	1.03	0.79 – 1.34
Vinculação com a família biológica	0.23	0.39	.559	1.25	0.59 – 2.67
Modelo reduzido					
Constante	-0.38				
Desobediência	0.45	0.17	.007	1.57	1.13 – 2.16

Nota: Modelo saturado: $G^2(5) = 10.53$, $p = .062$; $\chi^2_{HL}(8) = 5.27$, $p = .729$; $R^2_{CS} = .08$; $R^2_N = .10^{116}$.

Modelo reduzido: $G^2(1) = 7.87$, $p = .005$; $\chi^2_{HL}(2) = 1.34$, $p = .512$; $R^2_{CS} = .06$; $R^2_N = .08$.

Os resultados sugerem que na população Portuguesa, controlando o efeito da idade, as diversas variáveis da criança identificadas na literatura não predizem a disrupção. Apenas o comportamento externalizado, mais especificamente a desobediência prévia à integração adotiva é preditora ($b = 0.45$, Wald $\chi^2(1) = 8.03$, $p = .007$). Os dados indicam que por cada acréscimo de unidade na desobediência (variável ordenada de ausência a comportamento severo) a probabilidade de disrupção aumenta 1.57 vezes. O modelo final classifica corretamente 59.4% dos casos, com maior capacidade para os casos de sucesso (70.1%) do que para os casos de disrupção (48.5%).

Considerando que as variáveis identificadas na literatura não se revelaram preditoras da disrupção, selecionámos somente as variáveis que obtiveram resultados significativos nas análises prévias globais, nomeadamente a vivência de abandono, a desobediência em casa ou na escola, o choro, a autonomia e a internalização. Um modelo alternativo foi testado integrando igualmente a infantilidade/imaturidade da criança, mas as conclusões obtidas foram similares.

¹¹⁶ O R^2 de Cox e Snell (R^2_{CS}) e o R^2 de Nagelkerke (R^2_N) avaliam a qualidade geral do ajustamento do modelo. Ambas as medidas são “pseudo- R^2 ”, pois são estimativas, em vez de serem calculadas diretamente como as regressões lineares. A medição Cox e Snell tem o inconveniente de não atingir o valor máximo de 1 mesmo quando o ajustamento é perfeito. Nagelkerke (1991) propôs uma correção ao R^2_{CS} de modo a que este varie entre [0 - 1]. Valores entre .2 e .4 indicam boa predição

Quadro 7.32

Preditores da disrupção: fatores relacionados com a criança (N = 137)

Modelo saturado	B	S.E.	p	Exp (b)	IC 95%
Constante	- 0.73				
Abandono	1.69	0.43	.000	5.41	2.31 – 12.65
Desobediência	0.76	0.21	.000	2.13	1.43 – 3.19
Chora muito	- 0.69	0.24	.004	0.50	0.31 – 0.80
Autonomia	- 0.46	0.46	.313	0.63	0.26 – 1.54
Internalização	- 0.40	0.42	.342	0.67	0.30 – 1.53
Modelo reduzido					
Constante	- 1.00				
Abandono (1 = Sim)	1.66	0.43	.000	5.27	2.28 – 12.14
Desobediência	0.80	0.20	.000	2.22	1.49 – 3.30
Chora muito	- 0.75	0.24	.001	0.47	0.30 – 0.75

Nota: Modelo saturado: $G^2(5) = 40.53$, $p = 0.000$; $\chi^2_{HL}(8) = 6.44$, $p = .598$; $R^2_{CS} = .26$; $R^2_N = .34$.

Modelo reduzido: $G^2(3) = 38.63$, $p = 0.000$; $\chi^2_{HL}(5) = 4.24$, $p = .515$; $R^2_{CS} = .25$; $R^2_N = .33$.

Os dados apresentados no quadro 7.32 demonstram que a autonomia da criança ($b = -0.46$, Wald $\chi^2(1) = 1.02$, $p > .05$) e a internalização ($b = -0.40$, Wald $\chi^2(1) = 0.90$, $p > .05$) não predizem a disrupção. Contrariamente, a vivência de abandono ($b = 1.66$, Wald $\chi^2(1) = 15.15$, $p = .000$), a desobediência em casa ou na escola ($b = 0.80$, Wald $\chi^2(1) = 15.42$, $p = .000$) e o chorar ($b = -0.75$, Wald $\chi^2(1) = 10.31$, $p = .001$) são preditores. Por cada acréscimo de unidade na variável desobediência, a probabilidade de disrupção duplica, mantendo as restantes variáveis exógenas constantes. Por outro lado, por cada aumento de unidade na variável “chora muito” (variável ordenada de ausência a comportamento severo) a probabilidade de disrupção diminui cerca de duas vezes (*odds ratio* = 2.13), mantendo as restantes variáveis do modelo constante. Finalmente, as crianças que sofreram abandono têm cinco vezes mais probabilidade de sofrer disrupção, comparativamente às que não sofreram abandono, mantendo constante as restantes variáveis. O modelo reduzido explica 32.8%¹¹⁷ da variação da disrupção e classifica corretamente 71.5% dos casos, com maior capacidade para os casos de disrupção (74.3%) do que de sucesso (68.7%).

A variável prontidão emocional para a adoção também revelou diferenças significativas entre grupos, porém como só é aplicada a crianças com idade superior a 5 anos (limitando consequentemente o número de sujeitos) optou-se por integrar noutro modelo. Além disso, foi considerada a vinculação à mãe e/ou pai biológico uma vez que nas crianças mais velhas

¹¹⁷ R^2_N expressa a percentagem da variância explicada num **número decimal**, pelo que um valor de .33 (o valor de .328 foi arredondado para .33 na medida em que está convencionado apresentar duas casas decimais) é igual a 33% ou, em rigor, a 32.8%.

esta variável estava associada com a disrupção. Os resultados obtidos são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 7.33

Preditores da disrupção: fatores relacionados com as crianças mais velhas (N = 91)

Modelo saturado	B	S.E.	p	Exp (b)	IC 95%
Constante	1.14				
Abandono	1.06	0.51	.038	2.90	1.06 – 7.09
Desobediência	0.66	0.23	.005	1.93	1.22 – 3.04
Chora muito	- 0.50	0.28	.069	0.61	0.35 – 1.04
Prontidão emocional para a adoção	-1.24	0.45	.006	0.29	0.12 – 0.70
Vinculação com a família biológica	0.79	0.51	.119	2.21	0.82 – 5.96
Modelo reduzido					
Constante	2.47				
Desobediência	0.58	0.22	.007	1.79	1.12 – 2.73
Prontidão emocional para a adoção	- 1.17	0.42	.005	0.31	0.14 – 0.70

Nota: Modelo saturado: $G^2(5) = 24.33$, $p = 0.000$; $\chi^2_{HL}(8) = 1.85$, $p = .985$; $R^2_{CS} = .24$; $R^2_N = .31$.

Modelo reduzido: $G^2(2) = 16.28$, $p = 0.000$; $\chi^2_{HL}(5) = 2.17$, $p = .825$; $R^2_{CS} = .16$; $R^2_N = .22$.

O modelo reduzido explica 21.8% da variação da disrupção e apenas retém duas variáveis preditoras significativas, a desobediência ($b = 0.58$, Wald $\chi^2(1) = 7.37$, $p = .007$) e a prontidão emocional para a adoção ($b = -1.17$, Wald $\chi^2(1) = 7.88$, $p = .005$). Por cada acréscimo de unidade na variável desobediência a probabilidade de disrupção aumenta em 1.79, e por cada aumento de uma unidade na prontidão emocional para a adoção (ordenada de não pronto a pronto) a probabilidade de disrupção diminui 3.23 vezes¹¹⁸, mantendo as outras variáveis constantes. O modelo reduzido classifica corretamente 78.3% casos de disrupção, 53.3% casos de sucesso e um total de 65.9% casos.

Uma vez que a literatura, embora não de forma consensual, indica que existe maior risco de disrupção quando crianças com atrasos desenvolvimentais e/ou dificuldades de aprendizagem são correspondidas com pais com elevadas habilitações académicas, estas variáveis foram analisadas em conjugação num modelo: 1) Desempenho académico da criança, 2) Média dos anos de escolaridade da candidatura e 3) Desempenho da criança x Média dos anos de escolaridade da candidatura. Todavia, de acordo com a estatística $G^2(3) = 0.49$, $p = .921$ podemos concluir que não existe nenhuma variável independente no modelo com poder preditivo sobre a variável dependente (disrupção). Alternativas foram testadas substituindo o desempenho académico pelo desenvolvimento da criança, e a média dos anos

¹¹⁸ $1/0.31 = 3.225$, i.e. = 3.3

de escolaridade da candidatura pelos anos de escolaridade da mãe, mas os resultados foram sempre análogos.

Como a literatura também indica que não são as habilitações académicas *per si*, mas sim as expectativas e a capacidade de ajustar essas expectativas que influenciam os resultados, foi introduzida no modelo a variável Rigidez parental, dicotomizada, em que 0 representa Flexível e 1 Rígido. Desta forma, o modelo saturado comporta: 1) Desempenho académico da criança; 2) Anos de escolaridade da candidatura; 3) Rigidez parental; 4) Desempenho académico da criança x Anos de escolaridade da candidatura; e 5) Desempenho académico da criança x Rigidez parental¹¹⁹ (Modelo $G^2(5) = 14.36$, $p = 0.013$; $\chi^2_{HL}(8) = 8.59$, $p = .378$ (Hosmer & Lemeshow); $R^2_{CS} = .13$, (Cox & Snell); $R^2_N = .18$ (Nagelkerke). Com o recurso ao método *backward*, com retenção das variáveis com um nível de significância $\leq .05$, obteve-se um modelo reduzido final apenas constituído pela interação pelo que voltou-se a correr o modelo com as variáveis principais (e sua interação) com recurso ao método *enter*, sendo os resultados apresentado no quadro 7.34.

Quadro 7.34

Preditores da disrupção: desempenho da criança e rigidez parental (N = 106)

Preditor	B	S.E.	p	Exp (b)	IC 95%
Constante	0.52				
Desempenho académico da criança	- 0.49	0.27	.068	0.61	0.36 – 1.04
Rigidez parental (1 = Rígido)	- 0.93	0.94	.319	0.39	0.06 – 2.47
Desempenho académico X Rigidez	0.83	0.36	.020	2.29	1.14 – 4.61

Nota: Modelo $G^2(3) = 13.18$, $p = .004$; $\chi^2_{HL}(5) = 0.87$, $p = .973$; $R^2_{CS} = .12$; $R^2_N = .16$.

Este modelo apenas explica 15.6% da variação da disrupção. Os dados demonstram que o desempenho académico da criança ($b = -0.49$, Wald $\chi^2(1) = 3.34$, $p > .05$) e a rigidez parental ($b = -0.93$, Wald $\chi^2(1) = 0.99$, $p > .05$) não predizem a disrupção. Porém, o impacto do desempenho académico varia em função da criança ser integrada numa família rígida ou flexível, já que em interação estas variáveis predizem o sucesso ou disrupção da integração ($b = 0.83$, Wald $\chi^2(1) = 5.45$, $p = .020$). Desta forma, os resultados indicam que à medida que a postura dos candidatos muda de flexível (0) para rígida (1) em combinação com o aumento do desempenho académico (variável ordenada de bom desempenho para dificuldades de aprendizagem severas), a mudança da probabilidade de disrupção, comparada com a de sucesso, é de 2.29. Parafraseando, à medida que o desempenho académico da criança piora as famílias rígidas têm maior probabilidade de sofrer disrupção do que as famílias flexíveis. O

¹¹⁹ A título exploratório foi analisado um outro modelo que incluía uma sexta variável (anos de escolaridade X rigidez parental), mas foram retidas as mesmas variáveis no modelo final.

modelo reduzido classifica corretamente 62.3% dos casos, com similar capacidade para os casos de disrupção (62.7%) e de sucesso (61.8%).

No nosso estudo a experiência prévia de parentalidade está associada à disrupção e também a prediz, como se pode observar no quadro 7.35. Nos Candidatos com experiência de parentalidade, a probabilidade de disrupção duplica comparativamente aos candidatos sem experiência de parentalidade.

Quadro 7.35

Preditores da disrupção: experiência parental (N = 142)

Preditor	B	S.E.	p	Exp (b)	IC 95%
Constante	-0.30				
Experiência parental	0.78	0.35	.026	2.19	1.10 – 4.36

Nota: $G^2(1) = 5.05$, $p = .025$; $R^2_{CS} = .04$; $R^2_N = .05$.

Efetivamente segundo Quinton et al. (1998), a experiência parental prévia pode constituir uma vulnerabilidade se os pais não tiverem a capacidade de adaptar as estratégias previamente utilizadas. Por conseguinte analisámos num modelo a experiência de parentalidade conjuntamente com a rigidez parental e a consciência das especificidades da adoção. O modelo saturado e reduzido são apresentados no quadro 7.36.

Quadro 7.36

Preditores da disrupção: experiência parental, rigidez parental e consciência das especificidades da adoção (N = 131)

Modelo saturado	B	S.E.	p	Exp (b)	IC 95%
Constante	0.62				
Experiência parental	0.68	1.73	.693	1.98	0.07 – 59.22
Rigidez parental	1.36	0.50	.006	3.90	1.47 – 10.35
Consciência das especificidades	-0.60	0.35	.085	0.55	0.28 – 1.09
Experiência X Rigidez	-0.85	0.79	.282	0.43	0.09 – 2.01
Experiência X consciência	0.16	0.58	.781	1.18	0.38 – 3.66

Modelo reduzido

Constante	1.09				
Rigidez parental	0.97	0.38	.010	2.63	1.26 – 5.48
Consciência das especificidades	-0.59	0.28	.031	0.55	0.32 - 0.95

Nota: Modelo saturado: $G^2(5) = 18.72$, $p = .002$; $\chi^2_{HL}(7) = 2.84$, $p = .900$; $R^2_{CS} = .13$; $R^2_N = .18$.

Modelo reduzido: $G^2(2) = 14.41$, $p = .001$; $\chi^2_{HL}(5) = 2.44$, $p = .785$; $R^2_{CS} = .10$; $R^2_N = .14$.

O modelo reduzido explica 13.9% da variação da disrupção e apenas retém duas variáveis preditoras significativas, a rigidez parental ($b = 0.97$, Wald $\chi^2(1) = 6.67$, $p = .010$) e a consciências das especificidades da adoção ($b = -0.59$, Wald $\chi^2(1) = 4.65$, $p = .031$). Os dados indicam que mantendo constantes as restantes variáveis do modelo, por cada acréscimo de

unidade na consciência das especificidades da adoção (variável ordenada de idealização a consciência exaustiva) a probabilidade de disrupção diminui 1.82 vezes¹²⁰. Por outro lado, se a família é rígida a probabilidade de disrupção praticamente triplica (*odds ratio* = 2.63) mantendo tudo o resto constante. O modelo reduzido classifica corretamente 62.6% dos casos, com maior capacidade para os casos de sucesso (65.2%) do que de disrupção (60%).

Foram testados vários modelos integrando as variáveis dos Candidatos que apresentaram diferenças significativas nas análises prévias e concluiu-se pelo modelo apresentado seguidamente.

Quadro 7.37

Preditores da disrupção: fatores relacionados com os Candidatos (N = 119)

Preditores	B	S.E.	p	Exp (b)	IC 95%
Constante	3.39				
Prévia experiência de parentalidade	1.19	0.46	.009	3.30	1.35 – 8.09
Sentimento de autoeficácia parental	- 0.98	0.40	.014	0.38	0.17 – 0.82
Rigidez parental	1.07	0.44	.013	2.93	1.25 – 8.86
Religião	0.87	0.43	.044	2.38	1.03 – 5.53
Recetividade da família alargada	- 0.94	0.37	.011	0.39	0.19 – 0.80

Nota: $G^2(5) = 29.26$, $p = 0.000$; $\chi^2_{HL}(8) = 12.30$, $p = .138$; $R^2_{CS} = .22$; $R^2_N = .29$.

Mantendo as restantes variáveis do modelo constantes, à medida que aumenta o sentimento de autoeficácia parental numa unidade (variável ordenada de ansioso a confiante) a probabilidade de disrupção diminui 2.63 vezes,. De igual modo, um acréscimo de uma unidade na recetividade da família alargada (variável ordenada de má a boa), diminui a probabilidade de disrupção em 2.56 vezes¹²¹. Nos Candidatos com prévia experiência de parentalidade a probabilidade de disrupção triplica, por comparação aos Candidatos sem experiência, mantendo constantes as variáveis exógenas do modelo. Similarmente, para os Candidatos rígidos a probabilidade de disrupção é cerca de três vezes superior. Para os Candidatos que destacam a religião enquanto elemento integrante da sua vida, a probabilidade de disrupção é 2.38 superior, comparativamente aos que não reconhecem esse papel.

O modelo explica 29.1% da variação da disrupção e classifica corretamente 69.7% dos casos, com maior capacidade para os casos de sucesso (76.2%) do que de disrupção (62.5%).

¹²⁰ $1/0.55 = 1.818$, i.e. = 1.82

¹²¹ $1/0.39 = 2.564$, i.e. = 2.56

Modelo Final

Numa tentativa de apurar o melhor modelo preditor da disrupção foram computados diversos modelos conjugando as características da crianças e dos Candidatos optando-se pelo modelo final exposto em baixo.

Quadro 7.38

Preditores da disrupção: fatores relacionados com as crianças e os Candidatos (N = 119)

Preditores	B	S.E.	p	Exp (b)	IC 95%
Constante	4.81				
Desobediência da criança	2.10	0.47	.000	8.15	3.26 – 20.31
Vivência de abandono da criança	3.05	0.82	.000	21.20	4.24 – 105.92
Rigidez parental	1.79	0.58	.002	5.99	1.94 – 18.50
Consciência das especificidades	-3.03	0.70	.000	0.05	.01 - .19

Nota: $G^2 (4) = 82.53$, $p = 0.000$; $\chi^2_{HL} (7) = 5.01$, $p = .659$; $R^2_{CS} = .50$; $R^2_N = .67$.

Este modelo é constituído por quatro variáveis preditoras significativas, duas da criança, e duas dos Candidatos. Tal como verificado anteriormente, por cada acréscimo de uma unidade na desobediência da criança a probabilidade de disrupção aumenta 8.15 vezes, mantendo constantes as restantes variáveis do modelo. As crianças que sofreram abandono têm 21 vezes mais probabilidade de sofrer disrupção, comparativamente às que não sofreram abandono, mantendo constante as restantes variáveis. Para os Candidatos rígidos a probabilidade de disrupção é cerca de seis vezes superior e finalmente por cada aumento de uma unidade na variável consciência das especificidades da adoção a probabilidade de disrupção diminui 20 vezes¹²², mantendo as restantes variáveis do modelo constantes.

O modelo explica 66.8% da variação da disrupção e classifica corretamente 82.4% dos casos, com igual capacidade para os casos de sucesso (82.1%) e de disrupção (82.5%).

7.3.5. Razões da Disrupção identificadas pelos adotantes

A intenção de cessar a integração adotiva foi na maioria das situações manifestada pelos adotantes (81.7%, $n = 58$) e com menor frequência pelos serviços de adoção (12.7%, $n = 9$) e pela criança (5.6%, $n = 4$). De realçar que a percentagem dos adotantes pode estar sobrestimada, uma vez que nalgumas situações esta intenção foi verbalizada por eles no decurso de uma reunião com a equipa de adoção em que ambos (adotantes e técnicos) concluíram que esta seria a melhor opção.

¹²² $1/0.05 = 20$

O tempo médio entre a discussão, pela primeira vez, da possibilidade de disrupção e a sua efetiva concretização é de 1 mês e 10 dias ($M = 0.11$, $DP = 0.20$), variando entre 0 dias, ou seja, a criança foi retirada no mesmo dia em que foi abordada a disrupção, e 10 meses e 21 dias. O período de pré-adoção durou em média 6 meses e 10 dias ($M = 0.52$, $DP = 0.71$), oscilando entre 4 dias e 4 anos 3 meses e 16 dias.

Quadro 7.39

Distribuição das causas da disrupção apresentadas pelos adotantes (N = 69)

	<i>n</i>	%
Comportamento da criança (exigente, externalizador, disruptivo)	35 ^d	50.7
Incapacidade em lidar com o comportamento da criança	24	34.8
Dificuldades de vinculação: criança à mãe	24	34.8
Dificuldades de vinculação: pai à criança	20	34.5 ^a
Dificuldades de vinculação: mãe à criança	23	33.3
Dificuldades de vinculação: criança ao pai	19	32.8 ^a
Lacunas na informação e história da criança	19	27.5
Instabilidade emocional dos pais (decorrente)	14 ^c	20.3
Destabilização do irmão (biólogico ou adotivo)	10	23.8 ^b
Conflito entre irmãos	8	19.0 ^b
Criança não conseguiu fazer luto da família biológica	13	18.8
Expectativas dos pais acerca de uma criança mais fácil	12	17.4
Dificuldades de vinculação: criança a irmãos	7	16.7 ^b
Dificuldades de vinculação: irmãos a criança	7	16.7 ^b
Conduta sexualizada da criança	10 ^d	14.5
Dificuldades desenvolvimentais/escolares	7	10.1
Inadaptação à nova realidade familiar	6	8.7
Instabilidade emocional dos pais (prévia)	5	7.2
Conflito conjugal (genérico)	4	5.8
Pressão social	4 ^c	5.8
Correspondência inadequada	4	5.8
Celeridade do processo	4	5.8
Acompanhamento em pré-adoção desadequado	4	5.8
Falta de preparação para a adoção da criança	4	5.8
Ausência de rede de apoio	3	4.3
Proximidade da família biológica	3	4.3
Dificuldades económicas	2	2.9
Expectativas da criança não correspondidas	2	2.9
Conflito conjugal (específico da criança)	2	2.9
Problemas de saúde física dos pais	1	1.4
Divórcio	1	1.4

a Percentagem ajustada em função no número de casos em que existe pai ($n = 58$)

b Percentagem ajustada em função no número de casos em que existe irmão, biológico e/ou adotivo ($n = 42$)

c Motivo associado às crianças com idade < 6 anos

d Motivo associado às crianças com idade ≥ 6 anos

O quadro 7.39 elenca os motivos apresentados pelos adotantes para cessar a integração adotiva em função do registado pelos técnicos, salvo raras exceções em que os adotantes endereçaram um documento ao serviço de adoção ou a outras entidades a relatarem o sucedido e a justificarem o insucesso.

O comportamento da criança é o motivo da disrupção mais referido pelos adotantes. De notar que nalgumas situações os comportamentos mencionados constituem os expectáveis, em tipo, duração, intensidade e frequência, para qualquer criança daquela faixa etária (ex.: birras numa criança de 3 anos); noutras situações os comportamentos eram expectáveis em função da história de vida da criança e das exigências de adaptação a uma nova família pautada por códigos relacionais, normas, regras, expectativas e exigências diferentes; e noutras situações os comportamentos já tinham contornos de psicopatologia e eram resistentes à mudança. Apesar de 50.7% dos adotantes referirem o comportamento da criança, apenas 34.8% reconhecerem a sua incapacidade em lidar com esses mesmos comportamentos, pelo que em 15.9% das situações os adotantes atribuíram única e exclusivamente a causa da disrupção à criança. Nas outras situações os adotantes reconheceram que não conseguiram aceitar plenamente a criança; que as estratégias educativas aplicadas amplificaram o comportamento ou não contribuíram para a sua estabilização ou melhoria; que não possuíam as competências ou a resistência necessária; ou que foram incapazes de reajustar as suas expectativas/valores em relação à criança real.

De referir que para 20.3% dos adotantes a situação exigiu mais recursos do que aqueles que dispunham, tendo originado instabilidade/fragilidade emocional e, em casos de maior gravidade, sintomatologia depressiva. Contudo, nalguns casos, ocorreram igualmente, ao longo do período de pré-adoção, outros acontecimentos significativos, não relacionados com a adoção (ex.: doença ou morte de um familiar, divórcio, etc.), que despoletaram ou agravaram esta desorganização emocional. Realça-se que se optou por diferenciar os casos em que os adotantes, ao longo da sua história de vida, apresentaram episódios depressivos, mais ou menos prolongados ou recorrentes no tempo, e que com a integração, ou no momento da integração da criança, ocorreu uma recidiva, ou manifestaram receio que tal viesse a acontecer (instabilidade emocional prévia), dos casos em que não havia um historial prévio (instabilidade emocional decorrente).

As dificuldades de vinculação ou de relação mútuas (da família para com a criança e vice-versa) também assumem destaque. De uma forma geral não há diferenças entre o “pai” e a “mãe”, e nos casais há apenas uma situação em que é referida dificuldade de vinculação da

“mãe” com a criança e não do “pai” com a criança. Em 11 casos, a dificuldade de vinculação da criança com a “mãe” estava associada à não desvinculação da família biológica, porém nos restantes 13 casos, esta associação não foi mencionada pelos adotantes. Seis adotantes também referiram as dificuldades de ajustamento à parentalidade, na medida em que a vivência só, ou a dois durante muitos anos enraizou um conjunto de hábitos, rotinas, horários, formas de estar e de se relacionar, etc.

Ao nível das relações fraternas, oito adotantes referiram os conflitos entre irmãos (competição acentuada pelos afetos e atenção exclusiva dos “pais”) e 10 a destabilização de um filho (biológico e/ou adotivo), ou seja, consideraram que um irmão era vítima de manipulação, maus-tratos físicos, psicológicos e/ou sexuais por outro irmão, ou que a integração de uma criança originou na pré-existente sentimentos de insegurança, tristeza, ansiedade ou comportamentos desadaptativos.

As práticas dos serviços também foram mencionadas evidenciando-se a informação incompleta, imprecisa ou incorreta sobre a criança ($n = 19$). Um número reduzido de adotantes ($n = 4$) referiu uma correspondência inadequada (*“em nenhuma ocasião foi tido em consideração o meu perfil enquanto candidata ou do menino. Aparentemente sexo e idade da criança foram os únicos fatores tidos em conta”*), um processo célere, ao nível da proposta da criança e/ou da transição (*“uma semana após receber a carta a confirmar que a minha candidatura tinha sido aceite já havia uma criança para mim. Em 15 dias a criança já me chamava de mãe”*), um inadequado acompanhamento na pré-adoção, e uma insuficiente preparação da criança para a adoção.

Fatores situacionais, tais como a pressão social ($n = 4$), doença física dos adotantes ($n = 1$), dificuldades económicas ($n = 2$), divórcio ($n = 1$), também foram referidos, embora com menor expressividade. A pressão social representa situações em que foi efetuada denúncia à CPCJ, de possível negligência, maus-tratos físicos e psicológicos à criança, a qual, embora não comprovada, desencadeou nos candidatos um sentimento de serem alvo de observação e pressão pela comunidade, a associação da adoção a adultério, cometido por um dos elementos do casal e a discriminação das crianças.

De acordo com os adotantes o desfecho final não é explicado unicamente por um motivo, mas por diversos que se conjugam e influenciam, sendo apresentados em média 4 ($M = 4.36$, $DP = 2.51$), a variar entre 1 e 11. Os que apresentaram um único motivo ($n = 10$) remeteram para o comportamento da criança ($n = 3$), a incapacidade de lidar com o comportamento da criança, o problema de saúde pessoal, a pressão social, a proximidade de

elementos da família biológica, a instabilidade emocional prévia, a instabilidade emocional decorrente e a destabilização do irmão.

Alguns dos motivos apresentados estavam associados com a idade da criança integrada (< 6 e ≥ 6 anos). Assim, o comportamento da criança ($\chi^2(1) = 8.10, p = .004, \phi = 0.34$) e a conduta sexualizada da criança (teste de Fisher, $p = .011, \phi = 0.31$) estavam associados às crianças mais velhas. O motivo “o comportamento da criança” foi referido maioritariamente ($n = 28, 80\%$) por famílias que integraram crianças com idade igual ou superior a 6 anos, e o motivo “conduta sexualizada da criança” foi referido exclusivamente na disrupção de crianças mais velhas. Antagonicamente, a instabilidade emocional decorrente ($\chi^2(1) = 5.98, p = .014, \phi = 0.29$) e a pressão social (teste de Fisher, $p = .015, \phi = 0.33$) estavam associadas às crianças mais novas. Em 64.3% ($n = 9$) das vezes, a instabilidade emocional decorrente foi referida por famílias que integraram crianças mais novas e apenas em 35.7% ($n = 5$) das vezes por famílias que integraram crianças mais velhas. As situações de pressão social foram referidas exclusivamente por famílias que adotaram crianças com idade inferior a seis anos.

Das 67 crianças que sofreram disrupção (4 crianças experienciaram duas disrupções perfazendo os 71 casos), uma (1.5%) estava em pré-adoção e 38 (56.7%) tinham sido adotadas legalmente, no momento de recolha de dados¹²³. Duas destas crianças foram adotadas pelas mesmas famílias em que tinham vivenciado uma disrupção prévia. Para três crianças (4.5%), afetas a outros serviços, não foi possível apurar o seu destino, podendo ou não passar pela adoção. As restantes ($n = 25; 37.3\%$) permaneciam acolhidas (algumas já sem projeto de vida adoção), ou foram reintegradas na família biológica ou noutras respostas.

6.4. Discussão dos Resultados

Os estudos que incidiram sobre a disrupção estimaram taxas de prevalência diversificadas, porém os valores médios situaram-se entre 9% e 15% (Festinger, 2005) ou entre 10% e 20% (Rosenthal, 1993; Rushton, 2004). Nesta investigação a taxa estimada foi de 6.2%, logo inferior às obtidas em estudos internacionais, predominantemente realizados nos EUA, Canadá e Reino Unido. Contudo, não podemos assumir os valores médios mencionados como referência, na medida em que caracterizam uma realidade de 15 a 30 anos atrás e desde então ocorreram mudanças na adoção (em termos de práticas, legislação, aceitação

¹²³ Os processos de adoção relativos à segunda integração bem-sucedida destas crianças foram igualmente analisados porém remetem para outro estudo que não será apresentado no âmbito de esta dissertação.

social, etc.) que poderão ter tido impacto, positivo ou negativo, nas taxas de disrupção. Além do mais, salientam-se as próprias especificidades da adoção nos países em questão. A título de exemplo, nos EUA, de acordo com o último relatório publicado (USDHHS, 2012), apenas 15% das adoções foram efetuadas por estranhos, contrastando com Portugal em que a maioria das adoções é efetuada por pessoas sem relacionamento com a criança. Desta forma, adjetivos como (taxa) baixa ou alta, inferior ou superior, serão preteridos, estabelecendo-se somente uma linha de base que poderá servir para comparações futuras, atendendo que o conjunto de mudanças operadas desde 2009 no sentido da qualificação da adoção (ex.: implementação do Plano de Formação para a Adoção) tem como propósito, entre outros, prevenir casos de disrupção e de dissolução.

Como limitação do estudo realça-se a impossibilidade de calcular taxas de disrupção parciais, por intervalos etários, dado que não foi possível aceder à distribuição de crianças adotadas legalmente, em função da idade de integração na Família adotante.

Em termos práticos, têm de ser efetuados ajustes de modo a assegurar uma contabilização dos casos de disrupção mais eficaz, pois, por diversas vezes, os dados indicados pelo ISS, IP não correspondiam aos fornecidos pelos serviços de adoção, com diferenças detetadas entre um a sete casos, a mais ou a menos. Nas situações de mobilidade, cada vez mais frequentes com o uso sistemático das BDA na conjugação, seria relevante definir qual o serviço (responsável pela criança ou pelos Candidatos) que contabiliza e reporta a disrupção, na eventualidade de ela acontecer. Por outro lado, assegurando as questões de confidencialidade, a referenciação passaria a ser nominal em detrimento de numérica, permitindo a mais fácil identificação dos casos. A manter-se a referenciação numérica, seria relevante sinalizar quer o número de integrações malsucedidas, quer o número de crianças que sofreram disrupção, pois, tal como verificado no nosso estudo, as 71 disrupções aplicam-se a um menor número de crianças (67 crianças).

Para a devida contabilização, salienta-se a necessidade de definir claramente o início da pré-adoção, que poderá conduzir à inclusão ou exclusão de casos. Se, por exemplo, tivéssemos definido que a data de início da pré-adoção corresponderia à data do certificado de pré-adoção, alguns casos teriam sido excluídos, uma vez que as integrações apenas duraram 4 dias e tal certificado não chegou a ser emitido. Por outro lado, particularmente nas crianças mais velhas, a linha que separa o fim do período de vinculação observada e o início da pré-adoção é ténue, como se pôde comprovar no exemplo incluído nesta investigação (cf. p. 301), resultando num maior ou menor número de casos em função do critério selecionado.

A generalidade dos estudos nesta área comparou o grupo de disrupção com um grupo de sucesso constituído por crianças mais novas, pelo que é possível que diferenças encontradas entre os grupos nas variáveis da criança, como por exemplo, o tempo em acolhimento (Boneh, 1979; Partridge et al., 1986) e o número de acolhimentos (Festinger, 1986; Schmidt, 1986), estivessem intimamente relacionadas com a diferença de idades e não com as variáveis em si. Apenas os estudos de Rosenthal et al. (1988) e de S. L. Smith e Howard (1991) controlaram o efeito da idade emparelhando o grupo de disrupção e de sucesso em função desta variável. O nosso estudo seguiu esta premissa permitindo elucidar alguns padrões convergentes e divergentes com a literatura precedente.

Relativamente às variáveis sociodemográficas da criança observou-se um predomínio das raparigas no grupo de disrupção, mas apenas nas crianças com idade igual ou superior a 10 anos. Resultados similares foram observados no estudo de Rosenthal et al. (1988) em que o risco era maior para os rapazes com idade inferior aos 9 anos e para as raparigas com idade igual ou superior aos 9 anos. Os autores argumentaram que este resultado poderia refletir as atitudes inflexíveis por parte dos pais em relação ao comportamento sexual feminino. No nosso estudo esta explicação parece não se coadunar na medida em que o motivo de disrupção “*conduta sexualizada da criança*”, apresentado pelos adotantes, não está associado ao género da criança.

Ao analisar exclusivamente as crianças com idade igual ou superior a 10 anos e considerando conjuntamente o grupo de sucesso e de disrupção ($n = 38$) os resultados indicam não existir diferenças entre géneros numa série de variáveis tais como os problemas emocionais e comportamentais, o desempenho escolar, a vinculação com o pai e/ou a mãe biológica, o modo de relacionamento com os cuidadores, a prontidão emocional para a adoção. No entanto, se os comportamentos das crianças/jovens não diferem em função do género, o mesmo poderá não se aplicar às expectativas parentais, em que determinados comportamentos podem ser melhor aceites/tolerados se apresentados por um menino ou por uma menina. Por exemplo, Berástegui (2003) observou que as meninas que recusam o contacto afetivo e se mostram distantes têm maior probabilidade de sofrer disrupção do que os meninos que manifestam esta mesma conduta.

A acrescentar que, no nosso estudo, nas crianças com mais de 9 anos, o género está associado com a autonomia (teste de Fisher, $p = .016$, $\phi = 0.42$), em que sete (38.9%) dos rapazes são caracterizados como autónomos por oposição a apenas uma rapariga (5%). Desta

forma, é possível que os pais, que estão recetivos a adotar crianças mais velhas, tenham expectativas de um maior grau de autonomia por parte destas crianças. Efetivamente os registos do período pré-adoptivo indicam alguma dificuldade por parte dos adotantes em compreender e aceitar comportamentos de maior imaturidade/infantilidade/regressão nas crianças mais velhas, principalmente quando, na integração de fratrias, a criança mais velha adotava comportamentos semelhantes ou mais frequentes e intensos, em termos de dependência nos cuidados e atenção por parte das figuras parentais, aos da criança mais nova.

Seria relevante, tal como propõem Barth e Berry (1988), que durante o processo de formação se proporcionasse aos futuros pais uma listagem de comportamentos usualmente apresentados pelas crianças, para que refletissem que comportamentos se sentem competentes ou estão dispostos a lidar, que tipo de comportamentos consideram normativos para cada idade e género e que tipo de recursos (pessoais, familiares, extrafamiliares, etc.) teriam que mobilizar para fazer face. Mais do que identificar o perfil da criança a emparelhar, dada a não linearidade dos comportamentos da criança antes e após a integração, este exercício teria como propósito identificar fragilidades nos Candidatos a serem trabalhadas, bem como potencialidades para a integração de crianças com necessidades especiais. Festinger (2005) sugere que seria útil a família prever possíveis comportamentos da criança e através da dramatização (*role play*) treinar diversas respostas. Este exercício também criava oportunidades para o técnico refletir com os Candidatos acerca de diversas competências e estratégias parentais.

Nesta investigação o grupo de sucesso não se diferencia do grupo de disrupção no referente aos problemas externalizados, como as condutas agressivas, delinquentes ou hiperativas, contrariando a investigação prévia que associa de forma consistente este tipo de comportamentos com a disrupção (Berástegui, 2003; Partridge et al., 1986; Rosenthal et al., 1988; Rushton, 2003). Porém, S. L. Smith e Howard (1991) verificaram que os comportamentos das crianças apenas diferiram após a integração, registando-se uma amplificação dos comportamentos externalizados (em frequência e intensidade), nas crianças do grupo de disrupção e uma diminuição nas crianças do grupo de sucesso. O nosso estudo apenas analisou as variáveis prévias à integração, pelo que é possível que, após a integração, diferenças significativas emergissem no respeitante aos comportamentos externalizados. Apesar de estatisticamente não podermos comprovar, a leitura dos registos do período pré-adoção demonstrou que não era invulgar a intensificação ou inclusivamente a mudança de

comportamentos. Por exemplo, crianças que ao longo da sua vida tiveram um comportamento de carácter internalizado (ex.: introversão, depressão) começaram, após a integração na família, a exibir um comportamento externalizado (ex.: agressão, oposição), ou, na adoção de fratrias, uma relação de forte cumplicidade, companheirismo e proteção mútua, era substituída por uma relação de elevada competição, agressão e ostracização, na tentativa de conquistar um espaço físico e emocional no contexto da nova Família adotante.

A natureza dos registos também poderá ter contribuído para a ausência de diferenças. Apesar de a informação acerca dos problemas emocionais e comportamentais da criança ser mais completa comparativamente a outros domínios (aliás numa lista de 19 itens assume o segundo lugar), a média indica que é apenas razoavelmente completa ($M = 2.58$, $DP = 0.81$). De ressaltar a disparidade entre os relatórios, pois enquanto uns assentam em avaliações formais ou num acompanhamento sistemático e são redigidos ou integram a informação de várias fontes (ex.: psicólogo do gabinete clínico, psicólogo do CAT/LIJ, professor/educador de infância, diretor técnico da instituição, etc.), outros remetem para uma descrição/avaliação mais superficial e segundo o ponto de vista de um único profissional. Enquanto uns refletem as características, necessidades, dificuldades, progressos, etc. da criança ao longo do acolhimento, outros restringem-se ao presente. Quanto a isto, Byrne (2000) alerta que o foco nos progressos recentemente alcançados poderá transmitir uma imagem demasiado otimista desvalorizando, consequentemente, o impacto negativo das experiências prévias.

Dada a importância dos problemas comportamentais e emocionais para a disrupção ou sucesso da adoção, a avaliação das crianças em situação de adotabilidade poderia integrar instrumentos de avaliação formal, como por exemplo, o sistema multiaxial de Achenbach, tal como sugerido por Valdez e McNamara (1994) e Kirby e Hardesty (1998), de forma a assegurar uma base comum. Estes questionários não substituiriam, mas apenas complementariam os registos escritos, pois, mais do que assinalar a presença ou ausência de problemas comportamentais, deve refletir-se acerca do seu impacto e consequências para a criança e para os outros, da sua provável evolução, bem como evidenciar as competências pessoais, sociais e relacionais da criança (Rushton, 2004).

O comportamento da criança foi um motivo referido por metade da amostra para justificar a disrupção, porém, nalguns casos, os comportamentos eram normativos (em tipo, intensidade e frequência) atendendo à idade da criança, e/ou expectáveis, considerando as suas experiências prévias de adversidade. Desta forma, talvez as expectativas dos Candidatos e a sua preparação para receber crianças com determinadas características, não fossem as

mais adequadas. Para preparar os pais e promover expectativas realistas, a literatura sugere várias estratégias, entre as quais, a formação em grupo de candidatos à adoção, com a participação de pais adotivos na apresentação dos desafios (e ameaças) da parentalidade adotiva. A discussão com outros que estão, ou estiveram, numa situação semelhante poderá, de forma mais eficaz, desafiar as falsas expectativas parentais, além de promover uma rede de suporte informal (Barth & Berry, 1990). De forma similar, mas com carácter mais individualizado, também é referido o sistema de pares (*buddy system*) em que um Candidato à adoção é emparelhado com uma Família adotante que tenha adotado uma criança ou fratria com características comparáveis àquelas que os Candidatos se propõem a adotar. Por este meio, o Candidato à adoção constrói uma imagem mais realista dos desafios com que poderá ter que lidar na adoção e desenvolve uma relação de suporte duradoura, enquanto as Famílias adotivas mais experientes beneficiam da (re)validação das suas próprias conquistas. Estas Famílias adotivas, além de auxiliarem na fase de tomada de decisão dos Candidatos, também podem proporcionar atividades após a integração, tais como telefonemas ocasionais, convite para um piquenique, partilha de livros e artigos, orientações de como aceder a determinados recursos, etc.

Apesar de na nossa investigação não se terem verificado diferenças significativas no comportamento externalizado e desviante, alguns comportamentos específicos diferenciaram-se, designadamente, a desobediência em contexto familiar ou escolar, a infantilidade/imaturidade, o choro e, especificamente nas crianças mais velhas, a mentira e a destruição de objetos. Ao nível das características da criança, num modelo composto pela vivência de abandono, desobediência e choro, a probabilidade de disrupção duplica por cada acréscimo de unidade na variável desobediência, mantendo as restantes variáveis constantes. Efetivamente nalguns estudos, a desobediência e a mentira foram considerados dos comportamentos mais difíceis de gerir pelas Famílias adotivas (Barth & Berry, 1988; Berástegui, 2003; Kagan & Reid, 1986). Neste âmbito, também é sugerido por Whiteman (2003), que como abordagem preventiva, os Candidatos, participem em programas de intervenção focalizados na gestão de comportamentos.

Curiosamente, o choro está associado com o sucesso, pelo que à medida que este comportamento aumenta menor é o risco de disrupção. Esta evidência é mais forte nas crianças mais novas (< 6 anos), onde se registam diferenças significativas, do que nas mais velhas. Este comportamento poderá estar associado à tristeza ou derivar de uma birra, etc. É uma vez que foi considerado o comportamento em si, independentemente da sua origem. É

possível que o choro tenha diminuído com a integração na Família adotiva, e se um comportamento sinalizado pelo contexto institucional como “problemático” deixa de existir (ou reduz de intensidade/frequência), os pais podem ter interpretado esta mudança como “prova” das suas competências e/ou do desejo e bem-estar da criança na família, reforçando consequentemente a satisfação familiar. Por outro lado, o choro da criança poderá constituir um comportamento vincutivo no sentido de obter a proximidade da figura de vinculação que, caso esta seja responsiva, contribui para a construção da relação. Não obstante, nesta equação também poderão entrar outras variáveis moderadoras ou mediadoras, não ponderadas, que expliquem estes resultados.

De salientar que a ausência de sintomatologia ou de alterações comportamentais/emocionais de relevo face a acontecimento adversos ou mudanças significativas, estava associada com o insucesso. É possível que os técnicos tenham interpretado isto como reflexo da boa capacidade de adaptação da criança, avaliando um risco menor e, por conseguinte, não serem tão exigentes quanto às competências e recursos parentais, no momento de seleção dos Candidatos a corresponder. Nesta linha, Zwimpfer (1983) constatou que 60% das disrupções ocorreram em integrações que não foram avaliadas como particularmente de risco.

A história de abuso sexual e o comportamento sexualizado da criança não estão associados com a disrupção contrariando a maioria dos estudos que analisou estas variáveis (Barth & Berry, 1988; Nalavany et al., 2008; Rosenthal & Groze, 1992; Schmidt, 1986; S. L. Smith & Howard, 1991). Porém urge referir que 10 adotantes (14.5%) enunciaram a conduta sexualizada da criança como uma das causas para a disrupção. Em três, destes 10 casos, sabia-se à partida que as crianças tinham sido vítimas de abuso sexual, mas noutros casos esta informação só foi descoberta posteriormente e noutros casos o comportamento sexualizado não estaria provavelmente relacionado com uma história de abuso sexual. Estes resultados são congruentes com estudos prévios que demonstraram que histórias de abuso sexual só eram descobertas muito após a integração da criança na Família adotiva (S. L. Smith & Howard, 1994). Esta constatação evidencia uma limitação do instrumento criado para a codificação da informação, uma vez que o grau de preparação dos candidatos para lidar com uma história de abuso sexual e/ou comportamento sexualizado só foi considerado nas situações em tal se aplicava, de acordo com a informação disponibilizada sobre a criança antes da integração, contudo deveria ser generalizado para todos os casos dada a possibilidade de tal se aplicar. Em termos de implicações práticas deverão ser empreendidos

esforços na detecção e documentação do abuso sexual da criança. Nalguns casos, situações de abuso sexual sem contato físico (ex.: criança assistia, com aval ou na companhia de adultos, a relações sexuais, seja através de filmes pornográficos ou diretamente) apesar de conhecidas, não foram documentadas. Também pontualmente situações de suspeita de abuso ocorridas, em instituições de acolhimento, de um jovem para com uma criança, apesar de conhecidas, não foram transmitidas. Perante estes cenários, todos os candidatos à adoção devem ser preparados para aceitar e lidar com possíveis situações de abuso sexual, independentemente, de no perfil da criança desejada especificarem que não desejam ou não se sentem capazes de integrar uma criança com esta história de vida.

Apesar de todas as crianças terem pelo menos ao nível fantasmático, uma vivência de rejeição/rutura (Alarcão, 2000) os resultados indicam que a experiência concreta de abandono por uma ou duas figuras parentais é preditora da disrupção. Alguns estudos associaram uma maior incidência de diversos tipos de abuso e negligência no grupo disrupção comparativamente ao grupo de sucesso (Kagan & Reid, 1986; Partridge et al., 1986; Schmidt, 1986) contudo nenhum estudou especificamente o abandono (integrado no abuso emocional), pelo que não é possível determinar a replicação ou não do nosso resultado. Em particular, num estudo que incidiu, entre outros aspetos, nas razões da adoção segundo o ponto de vista de 43 crianças, entre os 5 e os 13 anos, observou-se um sentimento de rejeição e um discurso fortemente emotivo nas crianças que consideraram que a sua adoção se deveu à escolha dos pais biológicos em não cuidar delas (cerca de um terço da amostra). Contrariamente, as crianças cuja adoção não era complicada, em geral, focavam-se na incapacidade de os pais cuidarem da criança. Desta forma, é possível que o abandono aumente o sentimento de rejeição e de não ter sido amado pelos pais, com consequente impacto na autoestima e autoconceito da criança. *“For other children understanding they were not given away by their parents, but were taken away, may ease feelings of rejection”* (Neil, 2012, p. 415).

Contrariamente à investigação internacional, a ocorrência ou o acumular de diferentes tipos de maus-tratos (físico, emocional e sexual) e negligência não se diferenciam entre os grupos, quando se controla a idade das crianças.

Não obstante sete adotantes alegarem as dificuldades desenvolvimentais/escolares da criança como uma das causas da disrupção, os resultados indicam que os grupos não se diferenciam em função destas variáveis. Contudo, se uma criança com dificuldades escolares for integrada numa família rígida (atendendo quer ao funcionamento em geral, quer à

parentalidade em específico), o risco de disrupção é superior, e este padrão é independente dos anos de escolaridade dos pais. Este resultado corrobora as explicações avançadas por estudos prévios que consideraram as expectativas dos pais e a flexibilidade destas, em detrimento das habilitações escolares parentais *per si*, como variáveis relacionadas com o sucesso ou insucesso da adoção (Barth & Miller, 2000). De salientar que apesar de a grelha avaliar as expectativas dos pais em relação ao desempenho/futuro académico dos futuros filhos este item só foi preenchido para 27 sujeitos, demonstrando a ausência de exploração, ou pelo menos de registo, deste tópico.

A prontidão emocional da criança para a adoção, em conjugação com a desobediência, surge como preditora do resultado da integração adotiva. Esta prontidão estará parcialmente relacionada com a preparação da criança para a adoção, todavia esta variável tem sido algo negligenciada nos diversos estudos incidentes sobre a disrupção/sucesso da integração adotiva (Festinger, 2005; McRoy, 1999; Rushton, 2004). Neste campo, será de frisar que nenhuma das crianças da amostra construiu, ou participou na construção, de um Livro da História de Vida, uma das ferramentas mais referidas na literatura para ajudar a criança a conectar, compreender e integrar o passado, presente e futuro (Aust, 1981). No polo positivo enfatiza-se que cinco crianças usufruíram de terapia focalizada nas problemáticas da separação, da perda e do luto, uma das atividades reconhecidas como mais eficaz pelos pais adotivos (Hanna, 2008).

Como os registos são omissos ao nível da documentação das práticas (até porque a preparação das crianças para a adoção está geralmente sob a responsabilidade dos técnicos dos CAT/LIJ/AF), não podemos avaliar com rigor o trabalho que foi efetuado com estas crianças, no entanto a associação entre a baixa prontidão emocional da criança para a adoção e a disrupção levam-nos a defender um forte investimento nesta área. Desta forma a integração e elaboração do passado, através do Livro de História de Vida, ou de outras estratégias referidas no Cap. I, deverá ser extensível a todas as crianças acolhidas, tal como defendido por alguns autores (M. Domingues, 2011; Valle & Zurita, 2005). De sublinhar que, principalmente nas crianças mais velhas, o tempo que medeia a decretação da situação de adotabilidade e a integração numa família é crítico. Por conseguinte, se todo um trabalho prévio, que facilite a posterior preparação específica para a adoção, não tiver sido efetuado, é possível que o tempo que a criança precisa para estar emocionalmente disponível para adoção não se coadune com a realidade, isto é, poderá não ser recomendável a criança permanecer ainda mais tempo acolhida e/ou, o acréscimo de, por exemplo, 1 ano de idade,

poderá fazer toda a diferença atendendo ao limite máximo de idade aceite pelos Candidatos, limite este que já foi geralmente flexibilizado ao longo do processo.

Posto isto, recomenda-se ativamente a formação dos técnicos responsáveis ao nível da preparação no sentido lato (integração e elaboração da história de vida) e ao nível da preparação específica para a adoção. Nesta linha de raciocínio também será importante incluir nos Manuais de Processos-Chave do CAT/LI/AF objetivos, conteúdos e atividades relacionadas.

Além do mais, a literatura indica um maior risco quando a criança e a Família adotiva são preparados por técnicos diferentes (Festinger, 1986) uma vez que informação díspar poderá ser comunicada a ambos. Dado que em Portugal, os técnicos do CAT/LIJ/AF são responsáveis pela preparação da criança e os técnicos do serviço de adoção pela preparação dos candidatos, será fundamental uma articulação estreita entre estas duas entidades de modo a assegurar um discurso uníssono. Inclusivamente o técnico do serviço de adoção poderá participar numa sessão de preparação, em que, por exemplo, é explorada junto da criança o perfil da família desejada.

Realça-se que a literatura também indica que quando a preparação e o acompanhamento posterior são encetados por diferentes profissionais o risco de disrupção é superior, pois a criança tem que lidar com uma nova família, mas também com um novo profissional. Assim sendo, revela-se importante, sempre que possível, que o técnico que irá futuramente acompanhar a família, estabeleça contactos com a criança, não só para aprofundar o seu conhecimento sobre ela de modo a realizar um processo de correspondência mais adequado, como também para facilitar a transição entre técnicos (do CAT/LIJ/AF para os da adoção). Adicionalmente o conhecimento holístico simultâneo dos Candidatos e da criança, poderá representar uma mais-valia para ajudar a família a lidar com as situações que possam surgir. Este cenário complexifica-se quando outro serviço de adoção está envolvido na medida em que: 1) o técnico do serviço de adoção dos Candidatos poderá nunca ter conhecido presencialmente a criança; 2) é adicionado um interlocutor ao processo (CAT/LIJ/FA + serviço de adoção da criança + serviço de adoção dos Candidatos), e 3) o técnico de referência da criança, responsável pela sua preparação, nem sempre, considerando a distância e outros constrangimentos, poderá acompanhar totalmente a transição, como por exemplo estar presente quando a criança conhece a sua nova casa, ou até funcionar como potencial fonte de suporte em momentos-chave ou críticos ao longo da integração. Efetivamente a literatura demonstra uma maior probabilidade de disrupção quando há

transferência de responsabilidades entre serviços (Partridge et al., 1986; Rosenthal et al., 1988; S. L. Smith et al., 2006). No nosso estudo apenas nas crianças mais velhas (≥ 6 anos) se verifica esta associação. Todavia, como no passado as crianças apenas eram encaminhadas para outro distrito quando não havia respostas no seu distrito ou quando era recomendável o afastamento da família biológica, fica por descortinar se este resultado é atribuído à descontinuidade dos serviços com as implicações inerentes e/ou ao facto de estas crianças possuírem à partida características e necessidades mais exigentes e desafiadoras para os futuros pais, motivo pelo qual não encontraram resposta a nível distrital.

Focalizando nos Candidatos à adoção, não se verificam diferenças significativas nas variáveis sociodemográficas (ex.: idade, habilitações académicas). Genericamente, as famílias monoparentais não apresentam maior risco de disrupção, apesar de no grupo de disrupção, serem emparelhadas com crianças mais velhas comparativamente às famílias biparentais com filhos. Tal como evidenciado noutros estudos, os serviços de adoção tendem a considerar os candidatos singulares como recursos para crianças de difícil encaminhamento (para quem é improvável encontrar uma família biparental), pelo que tendencialmente são emparelhados com crianças mais velhas e mais exigentes (Barth & Berry, 1988; McRoy, 1999). Todavia, se analisarmos exclusivamente as crianças com idade superior a 5 anos, já não se verificam diferenças na idade da criança integrada em função da composição familiar (monoparental, biparental com filhos ou biparental sem filhos), mas a monoparentalidade, por oposição à biparentalidade, está associada com a disrupção. De acordo com Westhues e Cohen (1990) na adoção de crianças com necessidades especiais seria mais benéfico a participação de ambos os pais.

Apesar da configuração familiar *“família com filhos”* não estar associada com a disrupção, a experiência prévia de parentalidade está. Nestes casos são incluídos os primeiros (pais com filhos dependentes), mas também pais cujos filhos se autonomizaram, faleceram, ficaram aos cuidados do outro progenitor na sequência de uma separação/divórcio, ou ainda situações em que os Candidatos foram as figuras parentais de sobrinhos ou enteados por um determinado período de tempo, mais ou menos longo. Quanto à experiência parental prévia constituir uma potencialidade ou vulnerabilidade, a própria literatura não é consensual. Enquanto uns consideram que os pais sentir-se-iam mais confiantes no seu papel, possuiriam mais recursos para fazer face às situações e exigiriam menos da criança em termos de vinculação ou compromisso emocional, outros acham que estes pais poderiam ter expectativas desadequadas derivadas da sua experiência em parentificar filhos biológicos, isto

é, teriam maior dificuldade em compreender as especificidades da adoção, e em flexibilizar e ajustar as estratégias previamente usadas com sucesso com os filhos prévios (Quinton, 2012).

No modelo de regressão que teve em consideração a parentalidade em interação com a rigidez parental e a consciência das especificidades da adoção, apenas estas duas últimas variáveis, em isolado se revelaram preditoras da disrupção. Analisando o relacionamento dos Candidatos com os filhos, constata-se que este é tendencialmente mais conflituoso no grupo de disrupção, comparativamente ao grupo de sucesso, em que opções como “dificuldades significativas no relacionamento” e “ausência de relação” são codificadas. Ao nível das características dos filhos do grupo de disrupção, observa-se que todos têm um bom desempenho académico. Estes resultados parecem indicar que mais do que a experiência de parentalidade em si, importa explorar como esta foi vivenciada. Desta forma, quando o processo de desenvolvimento dos filhos foi sempre pautado pelo ajustamento nos diferentes domínios, raramente confrontando os pais com a necessidade de gestão de situações problemáticas ou episódios de agressividade/conflituosidade é possível que este pais tenham maior dificuldade em lidar com os desafios da adoção, colocados quer pelas características das crianças, quer pelo próprio processo de ajustamento mútuo. Por outro lado, pais que, perante as dificuldades, intrínsecas ou extrínsecas à parentalidade, mantiveram uma relação conflituosa ou distante/ausente com os seus filhos prévios poderão eventualmente ter mais dificuldades em construir uma relação mais facilitadora da parentalidade adotiva.

Assumindo a importância da qualidade do relacionamento com os filhos prévios e as características pessoais dos filhos é de frisar que a informação acerca destes dois tópicos foi classificada como incompleta ($M_{relação} = 2.28$, $DP = 0.69$; $M_{características} = 1.90$, $DP = 0.85$), sinalizando uma lacuna na avaliação das candidaturas ou em última instância na redação dos relatórios de avaliação.

A recetividade dos filhos e da família alargada em relação à adoção, bem como a existência de uma rede de apoio informal, consistente e regular, surgem como fatores protetores, evidenciando a importância do contexto envolvente para o sucesso da adoção. Estes dados convergem com os obtidos em estudos similares que reconheceram que o suporte de familiares e amigos contribuía de forma positiva para a estabilidade da Família adotiva ao longo do ciclo vital (Barth & Berry, 1988; Leung & Erich, 2002; McRoy, 1999; S. L. Smith & Howard, 1991).

A história prévia de vitimização (abuso físico, psicológico, emocional e/ou sexual), particularmente do candidato, está associada com a disrupção. McRoy (1999) observou que

alguns dos pais que foram vítimas, em criança ou em adulto, abusaram subsequentemente da criança integrada, porém este resultado não foi replicado na nossa investigação. A literatura focalizada na avaliação dos candidatos indica que a forma como as pessoas lidaram e integraram os acontecimentos da sua vida, reconheceram o seu impacto positivo e negativo, elaboraram e atribuíram significados, é mais relevante do que o acontecimento em si (Beesley, 2010; Palacios, 2008). Perante isto, torna-se patente uma limitação da grelha, uma vez que esta componente mais processual não foi avaliada, registando-se tão-somente a ocorrência ou não dos acontecimentos. Também será de sublinhar que vários relatórios estavam subordinados a esta lógica, isto é, descreviam os acontecimentos, mas não avaliavam/refletiam sobre as suas implicações ou seguiam um processo de mitigação, como descrito no cap. II.

A assunção da religião como parte integrante da vida dos Candidatos está associada com a disrupção. Quinton (2012) advoga que as expectativas desadequadas podem derivar de princípios e convicções morais e/ou religiosas fortemente enraizadas. Apesar de não se verificar associação entre a religião e a rigidez parental é possível que a religião interfira nas expectativas parentais em que os Candidatos consideram, por exemplo, determinados comportamentos da criança como totalmente inaceitáveis.

De realçar que a variável religião foi codificada como Sim independentemente dos Candidatos serem ou não praticantes regulares. Este item, na sua conceção original, contemplava um *continuum* de participação/envolvimento nas atividades religiosas, porém, dada a ausência de informação específica, optámos apenas pela codificação Sim ou Não, consoante a religião era ou não mencionada como uma das dimensões da vida dos Candidatos. Ora os vários estudos que encontraram uma associação entre a religião e o sucesso da adoção incidiram sobretudo sobre a prática religiosa. S. L. Smith e Howard (1994) verificaram que apesar da filiação religiosa não estar associada com o resultado final, as mães praticantes tinha maior probabilidade de sucesso. Erich e Leung (1998) constataram que a participação em atividades religiosas assegurava, além do suporte emocional, uma rede de apoio social mais alargada e Glidden (1991) observou que os vários membros da família participavam conjuntamente nas atividades religiosas contribuindo para a coesão familiar. Perante o exposto, mais informação deverá ser analisada em futuros estudos relativamente a esta variável, nomeadamente a filiação religiosa, o grau de participação em atividades religiosas, e em que medida as crenças religiosas interferem no dia-a-dia ou nas decisões de vida de maior magnitude dos Candidatos.

Tal como evidenciado pela literatura prévia o sentimento de autoeficácia parental, a consciências das especificidades e dos desafios da adoção, a flexibilidade e as capacidades comunicativas constituem fatores protetores, contribuindo para o sucesso da adoção. Estes resultados remetem para uma perspectiva focalizada nas potencialidades das famílias e nas palavras de Berry (1997) *“loosening of archaic standards”* (p. 94) em que as famílias singulares, as famílias com menos habilitações académicas, as famílias com menor nível sociocultural, as famílias com menos rendimentos ou as famílias constituídas por pais mais velhos foram sendo assumidas, ao longo dos tempos, como menos “válidas” (Evan B. Donaldson Adoption Institute, 2004).

No que concerne à nova composição familiar os dados demonstram que apesar de a integração de uma única criança ou fratria numa família com ou sem filhos prévios não estar relacionado com o sucesso ou a disrupção, o número total de crianças/jovens no lar adotivo, particularmente nas crianças mais novas, está associado com o resultado da integração adotiva. É possível que, nas famílias de maiores dimensões, os pais não possuam tempo e energia suficientes para responder às necessidades individuais de todas crianças, reconhecendo particularmente as exigências em termos de dependência de cuidados das crianças mais novas.

A mudança de posição na fratria da criança adotada também está associada com a disrupção. Nas crianças mais velhas são consideradas todas as situações, inclusivamente aquelas em que uma criança com irmãos biológicos passa a filha única ou que uma criança sem irmãos biológicos ganha irmãos adotivos. Nas crianças mais novas apenas se verifica associação quando estas situações são excluídas. É possível que nalguns casos a perda de uma relação fraterna tenha contribuído para maiores dificuldades de ajustamento na criança. Por outro lado, a posição na fratria ou estatuto de filho único poderia estar associado a um determinado tipo de papel (ex.: criança protetora/parentificada; criança alvo de proteção, etc.) que teve de ser reajustado com a entrada numa nova família, constituindo um desafio adicional. McRoy (1999), numa análise quantitativa e qualitativa de processos de adoção de sucesso e insucesso, conclui que estes contêm pouca informação sobre o papel dos irmãos na família biológica, sobre como a criança se sente em assumir este papel ou qual a sua expectativa em mudar de papel na nova família. Estes fatores poderão ser abordados na preparação da criança para adoção, bem como ponderados no processo de correspondência. Os estudos prévios centralizaram-se na posição final da criança adotada (ex.: Boneh, 1979;

Festinger, 1986) ou então na mudança de posição da criança prévia (ex.: Palacios, 2008) pelo que não é possível analisar se o resultado obtido converge ou diverge da literatura.

As causas identificadas pelos adotantes como subjacentes à disrupção são múltiplas, relacionadas com as crianças (ex.: comportamento externalizador, disruptivo, exigente), com os Candidatos (ex.: instabilidade emocional prévia), com os serviços (ex.: celeridade do processo), com as dinâmicas relacionais (ex.: dificuldades de vinculação) e com o contexto (ex.: pressão social). Enquanto algumas destas circunstâncias foram previamente antecipadas, e os técnicos assumiram um risco calculado, outras foram totalmente imprevisíveis, quer por lacunas no processo de avaliação, quer por circunstâncias da vida (ex.: doença física nos Candidatos que só é detetada após a integração). Festinger (2005) sugere que os técnicos na ânsia de encontrarem uma família para uma criança de difícil encaminhamento podem subvalorizar determinados riscos ao sobreavaliar determinadas competências e capacidades nos Candidatos e/ou relativizar determinados problemas da criança, ocorrendo um processo de auto e heteropersuasão. O autor sugere que um reconhecimento mais aberto e consciente de determinadas práticas de persuasão (auto e hetero) poderia aumentar a capacidade em avaliar vulnerabilidades e áreas de risco potenciais, para que, caso se opte por avançar com a integração, se desenvolvam planos de intervenção preventivos.

De realçar que 27.5% dos adotantes apontaram como motivo da disrupção a receção de informação imprecisa, incorreta ou incompleta sobre a criança. Este motivo foi associado em diversos estudos à disrupção da adoção (Bass, 1975; Barth & Berry, 1988; Berry, 1997; Groze, 1994; Nelson, 1985; McRoy, 1999; Rosenthal, 1993; Valentine et al., 1987). Contudo, a investigação demonstrou consideráveis discrepâncias entre a informação que os profissionais alegam ter fornecido aos pais adotivos e aquela que estes alegam ter recebido (Barth & Berry, 1988). Na medida em que as práticas adotadas pelos serviços geralmente não são alvo de registo é inviável determinar que informação foi transmitida aos Candidatos.

Estas supostas lacunas nas informações podem ter várias razões subjacentes. Os próprios serviços de adoção podem não possuir informação pormenorizada sobre a criança, tal como comprovado nesta investigação uma vez que a informação constante nos processos das crianças foi classificada como incompleta ($M = 2.00$, $DP = 0.33$). Além de isto acarretar limitações na forma como os pais são preparados para integrar a criança ou fratria, a própria correspondência está em causa, uma vez que uma boa Correspondência dependerá da qualidade da avaliação das necessidades da criança e das competências e expectativas da família (Dance et al., 2010; The Hadley Centre for Adoption and Foster Care Studies, 2002).

Por outro lado, tal como evidenciado por S. L. Smith e Howard (1991), os comportamentos apresentados pela criança antes e após a integração podem diferir em tipo e em intensidade/frequência pelo que a informação só é precisa no momento em que é fornecida. Os técnicos dos serviços de adoção podem não comunicar a informação de forma efetiva (Nelson, 1985) de modo a que os Candidatos compreendam as reais implicações. Por exemplo, expressões como deficiência mental¹²⁴, potencialmente ameaçadoras, são geralmente substituídas por expressões como “atrasos no desenvolvimento”, sem precisar o grau de atraso. Finalmente tem sido questionada a quantidade de informação que os pais são realmente capazes de assimilar quando uma potencial integração é discutida, e até que ponto se podem focar no que desejam ouvir em detrimento da totalidade da informação apresentada (Dance et al., 2010).

Estes dados têm subjacentes implicações práticas, orientadas para a avaliação das crianças em situação de adotabilidade, sugerindo-se a definição de um protocolo de avaliação mais exaustivo e específico, possivelmente com a inclusão de instrumentos formais. Recordar-se que nalguns países, entre os quais, a Inglaterra e o País de Gales os conteúdos a incluir no *Child's Permanence Report* estão regulamentados com detalhe. Adicionalmente recomenda-se o uso de uma diversidade de estratégias e momentos para apresentar a criança ou fratria aos Candidatos. A literatura recomenda a apreciação do dia a dia da criança; o encontro com os cuidadores diretos da criança, nomeadamente a equipa educativa das instituições de acolhimento e eventualmente a equipa de apoio (por exemplo, nalgumas situações a cozinheira da instituição pode ser a figura de referência da criança); conversa com os professores, e/ou psicólogo educacional que acompanha a criança, acerca das competências e dificuldades a nível escolar; a apresentação de relatórios médicos ou outras avaliações, etc. Igualmente grande enfoque tem sido dado à preparação dos Candidatos após a correspondência ter sido efetuada e antes da transição, em que, entre outros aspetos, é efetuado um mapa de recursos, identificando os diversos serviços e suportes comunitários a que estes podem recorrer.

Felizmente 56.7% das crianças que sofreram disrupção foram posteriormente adotadas com sucesso. Este padrão de insucesso sucedido por um sucesso conduziu Kadushin e Seidl (1971) a afirmarem que *“these specific children and these specific parents were a failing*

¹²⁴ O intuito aqui não é usar uma linguagem “rotuladora” da criança, mas apenas demonstrar que o recurso a uma linguagem “eufemística” pode não consciencializar os futuros pais do que está subjacente, contribuindo para o sentimento posterior de terem sido enganados.

combination” (p. 34) ao que nós acrescentamos *“in a particular time”* dado que duas destas crianças foram posteriormente adotadas pelas famílias em que sofreram uma disrupção prévia. Não obstante reconhecer o impacto claramente negativo para todos os envolvidos, Festinger (2005) também sublinha que *“in the process, children, families, and workers can learn how to improve the chances that the next placement will hold”* (p. 465). É neste sentido que são promovidos fóruns sobre a disrupção (*disruption meetings*), prática inexistente no contexto Português. Esta atividade visa: 1) permitir aos participantes que partilhem informação e sentimentos sobre o processo de adoção, a integração e a disrupção, sem atribuir culpas; 2) identificar os fatores que conduziram à disrupção; 3) interpretar as necessidades atuais da criança, dos cuidadores, e do(s) serviço(s) de adoção; 4) formular planos futuros para a criança com base no que foi aprendido com a disrupção; e 5) destacar áreas para o desenvolvimento de políticas e práticas (Argent & Coleman, 2006).

De realçar que 71 crianças desta amostra, 64.8% com mais de 5 anos de idade, tiveram adoções de sucesso, demonstrando que mais do que a idade da criança ou até as suas características, será sempre a conjugação dos fatores de proteção e de risco de todos os envolvidos que determinará o resultado final.

Refletindo sobre o estudo conduzido propriamente dito, além das limitações na grelha de codificação dos processos supramencionadas, são de referir as potencialidades e limitações inerentes à metodologia selecionada: a análise de conteúdo de processos. Este método permite examinar diversas variáveis e reduzir problemas relacionados com os enviesamentos e a memória dos profissionais em completar questionários ou entrevistas acerca de eventos passados (S. L. Smith & Howard, 1991). Principalmente quando o tópico em questão é emocionalmente intenso, as memórias podem ser distorcidas ou contaminadas por factos posteriores (Berry, 1992). Porém, o tipo, a quantidade e a qualidade de informação disponível é variável de processo para processo, não sendo atípica a ausência total ou parcial de informação sobre determinados tópicos, fazendo com que o uso exclusivo desta metodologia seja limitador e pouco fidedigno (McWey, 2000). Não obstante é de salientar que a correspondência assenta fortemente, e por vezes exclusivamente, na informação constante nestes relatórios e que o nosso objetivo era tentar “prever” o resultado da integração adotiva com base nas informações (ou ausência de informação) que os técnicos possuem. Assim sendo, todos os dados representam não as características das crianças e dos Candidatos em si, mas o conhecimento (mais ou menos enviesado) que os técnicos têm dessas mesmas características.

Outra limitação remete para a inexistência de outro(s) juiz(es) independente(s) na categorização dos dados, não permitindo, por conseguinte, calcular a percentagem de acordo interjuizes de modo a avaliar a fidelidade dos resultados da classificação. Adicionalmente, a investigadora não foi cega relativamente a variável dependente do estudo, isto é, sabia, antes do início da codificação, se os processos eram casos de disrupção ou de sucesso. Como tentativa de controlar ou minimizar possíveis enviesamentos procurou-se detalhar o mais possível os critérios de codificação. Por outro lado, ao longo da análise, sempre que alguma informação gerou dúvidas quanto à sua codificação, a investigadora optou pela sua codificação e transcrição integral. No final da codificação dos 142 processos, as codificações específicas referidas foram revistas mediante análise comparativa das informações transcritas. Este processo conduziu à alteração muito pontual de codificações prévias.

Nesta investigação, apenas foram analisados os fatores da criança e dos Candidatos prévios à integração, uma vez que é com base no conhecimento destes que é efetuada a correspondência. Isto não invalida o reconhecimento do papel mediador de outras variáveis no período de pré-adoção que poderão mitigar ou exponenciar o risco probabilístico inicial.

Finalmente, apesar de referirmos que os motivos foram apresentados pelos adotantes, temos consciência que estes motivos são “filtrados” pelos técnicos, uma vez que, nos baseamos nos registos efetuados nos processos e apenas em situações pontuais existiam ofícios, cartas, elaborados pelos Candidatos. Não obstante esta limitação, era mais fácil identificar os motivos referidos pelos Candidatos (segundo os técnicos), do que os motivos elencados pelos técnicos que acompanhavam a situação, pois os registos usualmente remetiam para o discurso dos primeiros.

Para investigações futuras seria relevante analisar como as mudanças introduzidas desde 2009 na adoção, como a formação para candidatos, o uso sistemático das BDA, etc. afetam/afetarão não só as taxas de disrupção, como a própria direção das variáveis (risco/proteção/sem associação).

Focalizando nos casos de sucessos e considerando que algumas Famílias adotivas lidaram com diversas dificuldades, equacionando inclusivamente ao longo do processo a hipótese de disrupção, seria relevante analisar as características, processos e dinâmicas que contribuíram para a sua manutenção.

Uma investigação mais ambiciosa consistiria num estudo longitudinal em que a informação sobre as diferentes etapas (avaliação e preparação das crianças; reavaliação dos

candidatos¹²⁵; conjugação; proposta; correspondência; transição; pré-adoção e pós-adoção) seria recolhida com recurso a mais do que um informante, permitindo ultrapassar as limitações subjacentes à análise de processos ou enviesamentos de memória.

¹²⁵ Atendendo ao tempo médio de espera dos Candidatos consideramos que seria difícil recolher informação sobre a avaliação dos Candidatos no momento da sua concretização.

Capítulo VIII

A adoção de crianças em idade escolar:
Dos desafios à adaptação

O aparecimento de novo(s) elemento(s) e, mais propriamente, nalguns casos, de novos subsistemas (parental, filial, fraternal), bem como um conjunto de tarefas desenvolvimentais a realizar (normativas universais e específicas da adoção) colocam desafios e exigem mudanças funcionais e estruturais à família (Alarcão, 2002).

Na adoção de crianças mais velhas, além das tarefas características do nascimento da Família adotiva e da transição para a parentalidade (ex.: estabelecimento de um vínculo afetivo com a criança; lidar com a avaliação extrafamiliar, quer por parte dos serviços de adoção, quer da própria comunidade, etc.), os pais adotivos terão que resolver simultaneamente (e por vezes de forma conflituosa) as tarefas específicas das famílias com crianças em idade escolar (ex.: abertura do sistema familiar ao exterior em que a capacidade de socialização e de aprendizagem da criança, bem como as expectativas parentais em relação a estas, assumem especial destaque; comunicação sobre a adoção, tanto dentro como fora da família, etc.). Por outro lado, a idade da criança, no momento da adoção, matiza um colorido singular às próprias tarefas desenvolvimentais. A título de exemplo, a comunicação sobre a adoção (tarefa transversal a todas as Famílias adotivas) com uma criança de dez anos será necessariamente diferente entre as famílias que adotaram a criança em bebé, que por conseguinte não tem memórias e conhecimentos do passado, e as famílias que adotaram a criança com oito anos de idade, que possui recordações.

Este último capítulo empírico centra-se precisamente na adoção de crianças em idade escolar (6 - 12 anos) e visa compreender e explorar as dificuldades vivenciadas pelos pais, bem como o processo de resolução dessas dificuldades, mediante a sua significação (expectativas e atribuições), a mobilização de recursos e a utilização de estratégias de *coping*.

Para o efeito recorreremos a uma metodologia qualitativa, usando entrevistas semiestruturadas, como método de recolha de informação, as quais incidiram, ao nível temporal, desde a chegada da criança até ao momento do estudo. Este tipo de metodologia permite proporcionar dados flexíveis e sensíveis aos contextos de vida dos indivíduos (Mason, 1996), de forma a explorar as experiências, os comportamentos, as emoções e as significações dos participantes, com vista a gerar ideias, conceitos, combinações, configurações e novos padrões de conhecimento (Dixon-Woods, Booth, & Sutton, 2007) que permitam construir um corpo de conhecimento rico e profundo, de forma a alcançar uma maior compreensão sobre o fenómeno em estudo (Miles & Huberman, 1994). Deste modo,

baseia-se na experiência dos participantes, enfatizando os processos e os significados e não os resultados (Marshall & Rossman, 1999), pelo que o presente estudo não tem por objetivo a previsão, através da verificação de leis ou a generalização de hipóteses, mas propõe-se a conhecer e compreender, com pormenor, as perspetivas e os pontos de vista singulares de pais adotivos sobre o processo de ajustamento e adaptação individual e familiar na adoção de crianças em idade escolar.

Seguidamente será apresentado o mapa concetual, bem como as questões norteadoras deste estudo, prosseguindo com os aspetos metodológicos.

8.1. Mapa conceptual

O mapa conceptual pretende ser uma representação gráfica ou narrada dos principais constructos em estudo de modo a explicitar, de forma integrativa e dinâmica, a relação entre os mesmos, auxiliando o investigador no caminho de intelectualização e interpretação dos dados obtidos (Narciso, 2001).

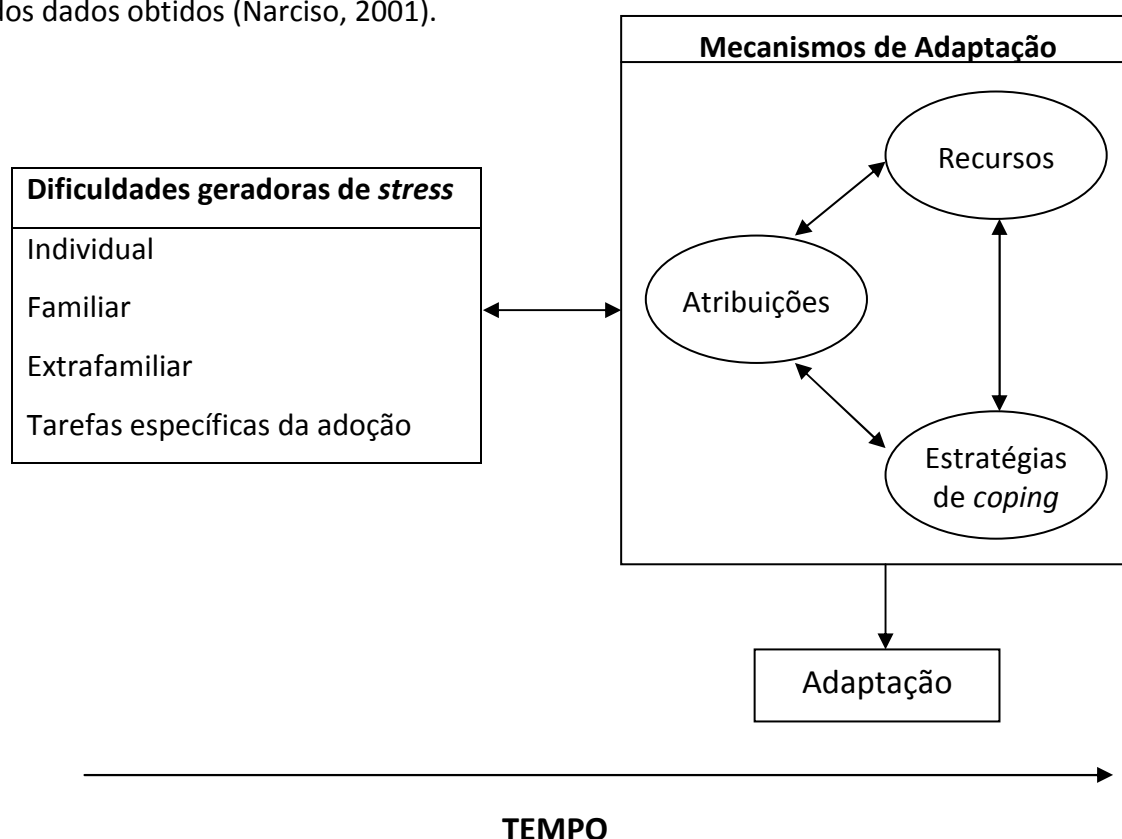


Figura 8.1. Mapa conceptual.

A figura 8.1 tem como principal finalidade apresentar e contextualizar as principais variáveis exploradas neste estudo. O mapa conceptual foi construído com base nos diversos

modelos explicativos do processo de ajustamento e adaptação nas Famílias adotivas, apresentados no capítulo V, retirando contributos de cada um deles.

As **dificuldades geradoras de stress** podem emergir de diferentes níveis, nomeadamente ao nível **individual** (criança, pai/mãe), **familiar** (ex.: relação pais-filhos, relação entre irmãos, relação entre a criança e a família alargada), **extrafamiliar** (estrutura ou família de acolhimento da criança; serviço de adoção; escola; comunidade), e **das tarefas desenvolvimentais específicas da adoção**. Em rigor, as tarefas desenvolvimentais específicas da adoção são transversais aos vários níveis (individual, familiar e extrafamiliar). Assim, a título de exemplo, no nível extrafamiliar, o serviço de adoção pode constituir uma potencial fonte de *stress* na medida em que os técnicos, findo o período pré-adotivo, têm que elaborar um relatório acerca das qualidades dos pais adotivos e sobre a forma como decorreu esse período, o qual influenciará ou determinará, em última instância, a legalização da situação de adoção. Ora o lidar com o sentimento de avaliação extrafamiliar (pelo menos com estes contornos) constitui uma tarefa específica da Família adotiva. Assim, nos vários níveis, foram analisadas as tarefas desenvolvimentais em questão. Porém considerámos relevante criar uma categoria específica em que foram analisadas temáticas centrais da adoção, especificamente a comunicação sobre a adoção, ao nível intra e extrafamiliar, tendo em consideração os pais e os filhos (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Rosenberg, 1992).

Para cada nível de dificuldade (individual, familiar, extrafamiliar e tarefas específicas da adoção) visou-se, sempre que possível, analisar as atribuições, os recursos, as estratégias de *coping* e a adaptação (*outcome*).

Quanto às atribuições causais e explicativas, estas podem ser de carácter disposicional (atribuível à personalidade ou temperamento), contextual (atribuível a ações ou omissões por parte do meio envolvente atual), normativo (atribuível ao desenvolvimento, à idade, etc.), adaptativo (atribuível à mudança, à adaptação ao novo contexto, ao novo papel, às novas regras), e relacionadas com o passado (atribuível a experiências ou a um défice experiencial antes da integração na Família adotiva). O modo como os pais percecionam as dificuldades e as atribuições que fazem, influenciam fortemente as suas respostas afetivas e comportamentais, determinando o nível das respostas produzidas (Boss, 2002).

Os **recursos** existentes, desenvolvidos ou mobilizados no sentido da resolução da dificuldade e/ou que facilitaram o processo de ajustamento e adaptação individual e familiar, expressam-se a três níveis, designadamente, individual, familiar/conjugal e social.

Quanto às **estratégias de coping** serão focadas especialmente as práticas educativas parentais.

A conjugação destas variáveis traduz-se na **adaptação** que poderá ser expressa no grau de satisfação dos pais adotivos e/ou na apreciação da resolução da dificuldade (desaparecimento da dificuldade, manutenção, evolução positiva ou evolução negativa), considerando a sua expressão ao longo do **tempo**.

8.2. Questões de investigação

Este estudo, assumindo o mapa conceptual supramencionado, pretende responder às seguintes questões de investigação:

- Q1: Quais as principais dificuldades percecionadas pelos pais que adotaram crianças em idade escolar?
- Q2: Quais as expectativas desses pais adotivos acerca das dificuldades e do seu processo de resolução?
- Q3: Quais as atribuições efetuadas por esses pais adotivos relativamente às dificuldades vivenciadas?
- Q3: Quais os principais recursos (individuais, familiares e sociais) que facilitaram a resolução das dificuldades?
- Q4: Quais as principais práticas parentais envolvidas no processo de resolução das dificuldades?
- Q5: Que avaliação esses pais adotivos fazem da situação atual?
- Q6: Qual o grau de satisfação desses pais adotivos com a situação atual?

8.3. Método

8.3.1. Participantes

Na seleção dos pais adotivos a participar no estudo foram definidos três critérios de elegibilidade, nomeadamente: 1) a adoção legal já estava concretizada; 2) o/a filho/a adotivo/a, no momento de integração na Família adotiva, tinha entre 6 e 11 anos de idade; e 3) o/a filho/a adotivo/a no momento do estudo tinha no máximo 12 anos de idade. Assim sendo limitou-se o estudo a Famílias adotivas que, em relação à criança-alvo, estivessem no

período designado por “famílias com filhos em idade escolar”¹²⁶, estando cientes que o alargar da idade da criança no momento do estudo contemplaria a fase da adolescência e, por conseguinte, a emergência de outras temáticas.

Neste estudo participaram 17 Famílias adotivas, sendo realizadas entrevistas a 12 casais (entrevista conjunta ao pai e à mãe) e a cinco mães. Quanto a estas últimas, em três situações o pai não pode estar presente e, nas restantes duas situações a adoção foi singular.

Estas 17 famílias adotaram 26 crianças (nove adotaram uma criança, sete adotaram duas crianças e uma adotou três crianças), mas somente 21 crianças obedeciam aos critérios de idade estabelecidos, pelo que as perguntas efetuadas aos pais/mães abordaram especificamente estas 21 crianças, tendo sido solicitado aos pais/mães que diferenciasssem, quando aplicável, as respostas em relação a cada criança.

No momento da integração na Família adotiva estas crianças tinham em média 7.38 anos ($DP = 1.47$; $Min-Máx = 6 - 10$). No momento do estudo as crianças tinham em média 9.62 anos ($DP = 1.53$; $Min-Máx = 7 - 12$) e viviam há 2 anos com a nova família ($M = 2.24$, $DP = 1.51$; $Min-Máx = 0.74 - 5.77$). Em termos de sexo, observou-se uma distribuição equitativa com 10 rapazes (47.6%) e 11 raparigas (52.4%).

O quadro 8.1 apresenta a distribuição dos problemas que as crianças apresentavam no momento da integração, em função da informação que foi transmitida aos pais na proposta e/ou na apresentação da criança.

Quadro 8.1

Distribuição dos problemas da criança em diferentes domínios

Problemas	<i>n</i>	%
Saúde	4	19.0
Comportamental/emocional	10	47.6
Desenvolvimento	9	42.9

Os problemas comportamentais/emocionais referidos pelo serviço de adoção e/ou pelo CAT/LIJ/FA antes da integração da criança, eram diversificados remetendo para a agitação motora ($n = 3$), a teimosia ($n = 3$), birras extremas ($n = 2$), mentira ($n = 1$), dificuldades de relacionamento com os pares ($n = 1$), medos ($n = 1$), enurese ($n = 1$) e depressão ($n = 1$). Algumas crianças apresentavam mais do que um problema. Relativamente

¹²⁶ De realçar que algumas destas famílias adotaram fratrias ou tinham filhos prévios com uma “considerável” discrepância etária em relação à criança-alvo, pelo que teriam de realizar simultaneamente tarefas desenvolvimentais de diferentes etapas do ciclo vital.

aos problemas de desenvolvimento foi especificado aos pais um atraso cognitivo ($n = 2$), dificuldades de aprendizagem ($n = 5$) e falta de estimulação ($n = 2$).

O quadro 8.2 apresenta a caracterização dos participantes do estudo em termos de idade e escolaridade.

Quadro 8.2

Medidas de tendências central e de dispersão da idade e anos de estudo dos pais e das mães

	N	Idade			Anos de estudo		
		M	DP	Min-Máx	M	DP	Min-Máx
Pais	12	41.92	6.99	30 - 57	12.83	5.17	4 - 23
Mães	17	43.41	6.35	29 - 54	13.94	5.25	4 - 23

A maioria das mães frequentou o ensino superior (64.8%) e a maioria dos pais frequentou o ensino secundário (41.7%) apesar de em relação a estes se constatar uma maior dispersão quanto aos anos de estudo, em que 24.9% frequentaram o ensino básico e 33.2% frequentaram o ensino superior. Três destas famílias (dois casais e uma mãe) tinham filhos biológicos prévios que residiam consigo. De salientar que cinco destas famílias conheciam ou tinham tido alguma relação prévia com a criança adotada pois eram voluntários, famílias amigas e/ou da mesma localidade onde a criança se encontrava acolhida.

8.3.2. Instrumentos

- Questionário de caracterização das Famílias adotivas (cf. Anexo 9)

Este questionário, concebido no âmbito do estudo, contempla dados relativos à criança (ex.: idade na integração, idade atual, percurso de vida, etc.), à Família adotiva (ex.: composição familiar, idade e anos de estudo de cada membro) e ao processo de adoção (ex.: data de início da pré-adoção, adoção singular ou de casal, adoção simples ou múltipla, existência ou não de uma relação prévia com a criança).

- Guião de entrevista semiestruturado (cf. Anexo 10)

A construção do guião assentou na definição das áreas ou subtemas a explorar e na revisão de outros guiões, nomeadamente a *Entrevista a Familias Adoptivas Internacionales: el proceso de adopción e integración familiar* (Peláez, 2001 citado em Peláez, 2007) e a EPA – *Entrevista sobre el Proceso de Adopción* (Palacios, Sanchez-Espinoza, & Sanchez-Sandoval, 1995), que pudessem orientar na formulação das questões mais específicas a integrar dentro

de cada área/subtema. Os subtemas definidos, com base na revisão da literatura, compreendem: as expectativas prévias; a transição; o reajustamento familiar; a adaptação, a evolução e a situação atual; a construção da relação; a integração escolar; a comunicação sobre o passado e a adoção; a percepção de semelhanças e diferenças; as expectativas futuras e receios. Atendendo às questões de investigação, foram consideradas, nos diversos subtemas explorados, perguntas que explorassem as atribuições (ex.: *“Nalgum momento a criança esteve mais próxima do pai ou da mãe? Por algum motivo em particular?”*), os facilitadores/recursos mobilizados (ex.: *“O que **contribuiu para essa mudança?**”/ “Que tipo de **ajuda procuraram e receberam?**”*) e as estratégias de resolução utilizadas (*“Que dificuldades apresentava e **como resolveram?**”*).

De salientar que o recurso a um guião semiestruturado permite utilizar os mesmos referenciais para todos os entrevistados e, simultaneamente, ter em conta as diversas especificidades, atribuindo maior liberdade às respostas do entrevistado e, portanto, uma maior riqueza da informação recolhida. O guião da entrevista constituiu o instrumento auxiliador dos diálogos com os entrevistados, permitindo-lhes expressar livremente as opiniões e, por outro lado, focalizando-os nos processos e temáticas desejadas.

8.3.3. Procedimentos

Procedimentos de recolha de dados

O acesso às Famílias adotivas foi assegurado por três vias, designadamente pela associação Bem-Me-Queres (Associação de Apoio à Adoção de Crianças), pelo serviço de adoção do CDSS do Porto e por contactos pessoais. Relativamente à associação Bem-Me-Queres, o estudo foi divulgado através de um folheto distribuído num encontro nacional de pais adotivos e candidatos à adoção, e por envio de um correio eletrónico a sócios. Por estes meios, duas Famílias adotivas propuseram-se voluntariamente contactando a investigadora. Nas outras situações, os técnicos dos serviços de adoção e amigos articularam com os pais adotivos expondo sumariamente os objetivos e os procedimentos do estudo e requerendo autorização para ceder os seus contactos à investigadora. Após autorização, as famílias foram contactadas pela investigadora (telefonicamente e/ou por correio eletrónico) para explicar com mais detalhe o estudo, esclarecer dúvidas, estabelecer uma data e local para a realização da entrevista.

As entrevistas decorreram de Julho de 2008 a Abril de 2009 e foram realizadas na residência da Família adotiva ($n = 12$), num gabinete de consultas da FPCEUP ($n = 1$) ou noutros locais designados pelos pais (ex.: local de trabalho).

Antes de começar a entrevista, a investigadora procedeu a um breve enquadramento do estudo e à revisão dos seus objetivos, e solicitou o consentimento para a gravação áudio da entrevista, assegurando o anonimato e a confidencialidade dos participantes, bem como dos dados recolhidos¹²⁷. As entrevistas, com uma duração média de 1h30m (mínimo de 50 min e máximo de 2h40m), eram precedidas pelo preenchimento do questionário de caracterização das Famílias adotivas.

Procedimentos de análise de dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e importadas para o programa *QSR Nvivo8*, *software* específico de análise qualitativa de dados.

O investigador qualitativo uma vez confrontado com a riqueza e a quantidade da informação recolhida terá o desafio de a codificar. Entende-se aqui por codificação “as operações pelas quais os dados são divididos, conceptualizados, e reagrupados de forma diferente. É o processo nuclear de construção das teorias a partir dos dados” (Strauss & Corbin, 1990, p. 57).

Na análise qualitativa a codificação é feita à medida que se estudam os dados pois, embora exista um guião estruturante e quadros de referência conceptuais, emergem sempre novas categorias do discurso dos entrevistados. Desta forma, a análise implica uma constante interação dialética entre os quadros teóricos e os dados do terreno.

Para analisar os dados foram formuladas quatro categorias superiores relativas aos níveis: 1) individual, 2) familiar, 3) extrafamiliar e 4) tarefas específicas da adoção. Em cada uma destas categorias foram definidas subcategorias que representavam os elementos mencionados no mapa conceptual apresentado em 8.1., isto é, dificuldades, atribuições, recursos, estratégias de *coping* e adaptação. Posteriormente procedeu-se à codificação aberta de todas as unidades de sentido de cada entrevista, de modo a procurar subcategorias emergentes, dentro destas, as quais foram, num segundo momento, analisadas e relacionadas (Strauss & Corbin, 1990). Assim sendo, construiu-se uma árvore de categorias, constituída por “categorias-mãe”, que abrangem as “categorias-filha”

¹²⁷ Quaisquer nomes de pessoas, locais ou outros aspetos que, de alguma forma pudessem permitir a identificação dos participantes, foram substituídos por outros fictícios.

relacionadas. A árvore de categorias final é produto de um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução da mesma, de acordo com a necessidade de adaptação aos dados que foram surgindo, procurando, no entanto, preservar um certo equilíbrio entre a riqueza dos dados e as categorias criadas, o mais próximo possível das narrativas dos participantes. De realçar a opção pela não exclusividade do sistema de categorias, uma vez que, perante conteúdos tão fortemente interrelacionados e assentes em atribuições e sentimentos, se tornava bastante difícil proceder a disposições totalmente estanques. Por conseguinte, em alguns casos, as mesmas unidades foram afetadas a diferentes categorias.

Ao longo do ponto seguinte, procede-se a uma descrição mais exaustiva das categorias emergentes.

8.4. Apresentação e discussão dos resultados

Realizou-se uma análise compreensiva intercasos com o propósito de elaborar possíveis respostas às questões de investigação, para as quais, agora, se analisam e discutem os resultados. Nesta análise priorizou-se a identificação das múltiplas realidades existentes e não a sua contabilização em termos de maior ou menor frequência.

8.4.1. Nível individual: dificuldades, atribuições, recursos/facilitadores, estratégias de *coping* e adaptação.

a) Criança

Os pais percecionaram determinadas atitudes e comportamentos da criança adotada como geradores de *stress*. Neste ponto optámos por nos restringir ao **contexto familiar**, pelo que os comportamentos da criança manifestados no contexto extrafamiliar, principalmente na escola, na interação com a comunidade educativa e com os pares serão abordados no ponto 8.4.3. b). Similarmente, as dificuldades no estabelecimento de vínculos com os pais e no relacionamento com os irmãos (biológicos ou adotivos) serão contempladas nos pontos 8.4.2. a) e b), respetivamente. No entanto, de recordar a não exclusividade das categorias, dada a interdependência entre os domínios analisados.

As atitudes e comportamentos das crianças percecionados pelos pais como geradores de *stress* foram agrupados em quatro categorias, nomeadamente: comportamentos

associados às rotinas; comportamentos externalizados; comportamentos internalizados; e representação de si.

Quanto aos comportamentos associados às rotinas, os pais verbalizaram aspetos relacionados com a alimentação, o sono, a higiene, o controlo dos esfíncteres, e a gestão do tempo.

Focalizando a alimentação, os pais adotivos, de 14 crianças (66.7%), indicaram dificuldades associadas com a recusa (total ou seletiva) dos alimentos (E 16 – “*Não queria comer, no início ela custava muito, tinha pouco apetite, não comia*”; E 11 – “*Decidiu que não gostava das coisas todas, só quando era frango ou hambúrgueres, determinadas comidas que ela então adorava*”); a voracidade, em que as crianças eram capazes de comer até ao ponto de ficarem doentes (E 13 – “*Ela andou no pedopsiquiatra, porque eu achava que ela era muito ansiosa, vinha à dispensa e devorava a dispensa toda ali numa noite (...) já não é a primeira vez que passa mal por comer demais*”; E 9 – “*Ele tinha muita avidez em termos de comida. Portanto, eu punha-lhe o prato, não é? Enchia o prato a coisa certa e ele já estava com a dependência de querer mais da travessa*”); a lentidão (E 12 – “*Há uma coisa que me chateia que ele é basicamente lento, percebe, para comer; toda a gente acabou e [ele] continua ali*”; E 16 – “*Ela come pouco e depois come muito devagar, mas muito devagar e isso enervava-me*”); as birras ou o choro (E 17 – “*Nos primeiros dias virou tudo do avesso, a fazer uma birra, [nós dizíamos] «Vamos almoçar!» e ele «Não quero!», [mandávamos] «Come!» e ficávamos ali, prendia o burro e não comia*”; E 5 – “*Fizemos-lhe uma comida que ela não gostava mesmo, com natas, nem queria dizer que não gostava, nem conseguia comer, começou a chorar sozinha*”); e o vomitar, voluntária ou involuntariamente (E 9 – “*Ele comia e não dizia [que não gostava]. E depois vomitava*”). Estas dificuldades foram totalmente ultrapassadas em sete crianças, mantiveram-se em quatro crianças e tiveram uma evolução positiva em três crianças. De salientar que nalguns casos a dificuldade percecionada foi ultrapassada ou minimizada não pela modificação do comportamento em si, mas devido à atribuição de um menor grau de importância ao comportamento pelos pais, tal como observado no estudo de Rushton, Treseder e Quinton¹²⁸ (1988): “*the new parents learned to handle the children who chewed each mouthful meticulously by being more relaxed about it themselves and by putting enjoyment of the family meal first before focusing*

¹²⁸ Estudo longitudinal, conduzido na Inglaterra, em que os pais substitutos (por adoção ou por acolhimento familiar permanente - “*long term fostering*”) de 18 rapazes, que tinham entre 5 a 9 anos de idade, foram entrevistados a 1 mês, 6 meses e 1 ano após o início da integração. Na última fase do estudo (1 ano) a amostra diminuiu para 16 rapazes.

attention on the painfully slow eater” (p. 85). Similarmente, no estudo referido, 72% das crianças apresentavam problemas alimentares (ex.: comer em excesso, comer pouco e vagarosamente, ser excessivamente esquisito na comida) e igual percentagem tinha problemas de comportamento à mesa (querelas, irrequietude, distração, falta de higiene e cuidado) observando-se, um ano após a integração, a manutenção destas dificuldades em 38% e 19% das crianças, respetivamente.

Os comportamentos descritos, no momento das refeições, foram atribuídos pelos pais ao passado (E 10 – *“Dá-me a sensação que o quer que tenha acontecido foi à mesa, qualquer coisa, porque o terror dela na mesa, no início, por amor de Deus, era complicado (...) o Edgar [irmão] disse que lhe tinham atirado com qualquer coisa e a tinha marcado, daí o terror dela quando estávamos à mesa”*), à adaptação, dado a diferença de hábitos alimentares (E 17 – *“Mas havia algumas coisas que ele não tinha o hábito de comer”*); ao caracter disposicional (E 13 – *“Acho que é muito de temperamento e depois ela é sempre muito ansiosa, muito. Não sei, para mim é gula, percebe?”*) e à idade (E 17 – *“É próprio da idade, nem acho que tenha a ver com este percurso dele”*).

Relativamente ao sono, os pais de sete crianças (33.3%) sinalizaram dificuldades, relacionadas com a recusa/receio da criança em dormir sozinha (E 7 – *“Ele [marido] ia para outro quarto e deixava-nos aos dois a dormir [mãe e filho], mas acontece que tivemos de o [filho] meter no quarto dele, então ele tornou a berrar, mas berrar, não era uma coisa normal, parecia que o estavam a matar”*), pesadelos (E 14 – *“assustava-se, acordava aos gritos, tinha muitos pesadelos”*), sonambulismo (E 9 – *“No início, tinha algum sonambulismo, porque me recordo dele se levantar a meio da noite e eu ir buscá-lo a meio das escadas”*) e sono agitado (E 15 – *“mexia-se muito, a gente ia ao meio da noite ver como ele estava e ele estava virado ao contrário, outras vezes estava a dormir no chão”*). Esta dificuldade foi totalmente ultrapassada em quatro crianças e foi parcialmente resolvida em relação a três crianças. No estudo de Molina (2002), 41% das crianças da amostra apresentaram dificuldades de sono, que persistiram, após um ano, em 12.5% destas.

No que tange à higiene os pais de cinco crianças mencionaram a ausência de hábitos de higiene e um descuido generalizado com a sua imagem e roupas (E 6 – *“Se caísse leite em cima da roupa para ela era na boa, não tinha qualquer tipo de preocupação”*; E 14 – *“Andava no recreio apetecia-lhe fazer xixi e ia ao canteiro fazer (...) vinha sempre todo sujo, limpava o ranho à manga, nós não percebíamos o que era aquilo e depois começámos a perceber que era o ranho”*; E 15 – *“Não sabiam comer num restaurante, era lamber a faca, era como*

calhava (...) as cuequinhas [perguntavam] «Porque é que tenho de trocar se no colégio não trocava todos os dias?» (...) tive que ensiná-los a tomar banho¹²⁹»). Os pais remeteram esta dificuldade para o passado, mais especificamente para o contexto institucional (E 15 – “*Eles não sabiam, porque era assim, a instituição vive com muitas dificuldades, eles tinham aguinha e tudo, mas às vezes faltava a pasta dos dentes*”; E 9 – “*As regras de higiene, eu acho que, quer dizer, num centro, com dez miúdos, vai tudo para o banho e não se está a ver se o menino quando vai ao quarto de banho se está bem limpo, se não está, coisas que o Leonardo não tinha interiorizado*”; E 14 – “*Também um bocado, achamos nós, reminiscências do passado, eles não tinham, trocavam de roupa na instituição, partilhavam a roupa, não tinham roupa própria, não tinham amor com as coisas deles*”). Esta dificuldade foi totalmente ultrapassada em três crianças.

Os pais de sete crianças (33.3%) verbalizaram perturbações de eliminação (seis crianças com enurese e uma com encoprese) com remissão completa em cinco crianças. Similarmente, no estudo de Molina (2002), 23% das crianças apresentaram falta de controlo dos esfíncteres, que persistiram em 22.2% destas crianças, observando-se uma percentagem superior no estudo de Rushton et al. (1988) em que 56% dos rapazes apresentaram enurese noturna e 22% encoprese. De frisar que uma Família adotiva tinha uma abordagem adulto-orientada, isto é, interpretava a enurese como uma forma deliberada de a criança retaliar, irritar ou desafiar os pais (E 13 – “*A mais velha é por rebeldia, se houvesse um dia em que houvesse castigo ou uma zanga, ela de certeza fazia xixi. Mas era capaz de fazer xixi mesmo durante o dia (...) era capaz de se sentar para ver televisão e (...) com preguiça de se levantar fazia xixi mesmo ali*”). Analogamente, no estudo de Rushton et al. (1988) observou-se que quando a enurese/encoprese era diurna, os pais tinham maior incerteza se a criança tinha controlo ou não, e se este comportamento representava ou não um ato de desafio. Os autores constaram que os pais que tinham uma abordagem adulto-orientada eram mais rígidos e menos capazes de aprender acerca da criança.

Para resolução desta dificuldade quatro famílias referiram o recurso a ajuda especializada (pediatra, médico, psicólogo) e adotaram diversas estratégias, tais como restringir a ingestão de líquidos à noite; levar a criança à casa de banho antes de adormecer; acordar a criança, uma ou várias vezes, durante a noite para urinar; utilizar um dispositivo de alarme; recordar sistematicamente a criança de ir à casa de banho; abordar o problema com

¹²⁹ Crianças com 8 e 10 anos de idade

humor e leveza; encorajar e reforçar a criança, etc. (E 12 – *“Tentámos de todas as maneiras, desde falar com ele, explicar, tentar que ele bebesse menos água à noite, tentar mentalizá-lo para fazer algum esforço: «Oh Gonçalo agora vais-te deitar e vais pensar que não vais fazer xixi e tal». Às vezes mandávamos umas piadas e tal, mas nada assim de especial, uma maneira de tentar não dramatizar, também brincar com a situação, porque ele tem de ganhar resistência à vida, não é? (...) Nós tentamos de tudo, não deu resultado, até que finalmente alguém nos sugeriu uma consulta para esse problema no hospital e a médica que o acompanhou sugeriu uma coisa que tinha aparecido há pouco tempo na altura, que é uma espécie de alarme que se coloca, que sempre que a cuequita fica molhada aquilo dispara, faz um certo ruído que obriga a criança a levantar-se e aquilo desenvolve um reforço (...) talvez tenha sido assim a coisa mais complicada”*).

Quanto à gestão do tempo, quatro famílias referiram que a criança tinha hábitos ou ritmos que não eram conciliáveis com a dinâmica familiar estabelecida, exigindo adaptações significativas (E 8 – *“Ela não tinha noção do tempo, ela não sabia os dias da semana, cinco minutos ou um dia inteiro para ela era igual (...) Foi das coisas mais difíceis de lidar, porque altera completamente o ritmo de vida de uma casa e os horários do colégio, tudo. Porque ela põe-se a tomar o pequeno-almoço e se nós deixássemos ela ficava uma hora e meia a tomar o pequeno-almoço, não se preocupava minimamente que tinha de ir, com os irmãos à espera e nós tínhamos que ir trabalhar, tudo era absolutamente indiferente (...) O irmão um dia perdeu a visita de estudo. E atrasos nós temos imensos (...) o pai ia-a buscar à academia e ela era sempre a última a sair, às vezes estava às meias horas à espera. Ele especado, e ela lá para dentro aos saltinhos; E 12 – “lento a fazer tudo (...) manda-se fazer qualquer coisa e lá vai ele a andar a pinguim (...) Inicialmente, por volta das 6 e pico acordavam (...) e depois, enquanto nessa idade já se sabem desenrascar e vão à cozinha comem umas bolachas, um leite achocolatado, estes não! Acordavam-nos para a gente fazer o pequeno-almoço. Foi um martírio nos primeiros tempos, que era uma coisa horrível”*). Os pais interpretaram este comportamento como atribuível ao passado (E 8 – *“Os dias são todos iguais (...) não saia da instituição”*; E 17 – *“Eu acho que ele adotou um sistema de autodefesa para se abstrair um bocadinho do sofrimento, para não sofrer tanto, então para se abstrair disso resolveu: «Ah, estás para aí a fazer isto e não sei quantas, mas eu vou fazer isto»”*); à adaptação (E 8 – *“Ela não tinha [noção de tempo] ou então foi a reviravolta na vida dela que a tirou”*; e ao caracter disposicional (E 12 – *“Pronto é feitio”*).

Não obstante estas dificuldades identificadas, a maioria dos pais ressaltou a autonomia da criança, a participação e a colaboração da criança nas atividades domésticas, e a sua facilidade em se adaptar às rotinas definidas enquanto facilitadores na adoção de crianças mais velhas (ex.: E 10 – “Com a idade que eles têm, eles tomam banhos sozinhos, eles arranjam-se sozinhos, arrumam o quarto, as coisas deles, por isso é como costume dizer, é ser mãe sem ter aquelas partes chatas”; E 4 – “Nunca foi preciso ajudá-la a fazer nada da higiene dela, nem nada”; E 16 – “Até traz vantagens. São mais independentes, a questão das refeições, dos banhos, da roupa é muito mais fácil, mais prático, já ajudam (...) a rutura não é tão grande a nível de hábitos e de rotinas”).

No que se reporta ao comportamento externalizado os pais reportaram, a desobediência generalizada, as birras e/ou amuos, a mentira, a agitação, a destrutividade, o furto e a fuga.

Uma das maiores dificuldades vivenciadas pelos pais prendeu-se com a desobediência ou oposição da criança relativamente às normas e regras familiares observado em 66.7% das crianças. Esta desobediência manifestou-se através do desafio aberto, em que as regras eram sistematicamente contestadas e infringidas pela criança (ex.: E 11 – “No início ela vinha com informação quer da escola, quer verbalmente dos técnicos do centro, que ela gostava de não cumprir as regras (...) pronto teve que se adaptar numa família com regras e portanto, muitas ou poucas, ela reagia a todas elas; E 17 – “Reclama sempre. Quando se contraria, «Mas eu quero!», «Não pode ser Simão», «Mas porquê?!», «Porque isto...», «Mas eu quero!»); da oposição velada, em que as regras, supostamente aceites, não eram cumpridas ou eram apenas cumpridas na presença dos pais (E 3 – “Tudo o que lhe mandava fazer ela fazia ao contrário (...) não havia uma rebeldia expressa da parte dela, mas era uma rebeldia de passividade. Passava-lhe tudo. Não entendia nada. Não se inteirava em nada”; E 13 – “Tudo o que você diz assim: «Teresa, isso não devia ser feito assim, devia ser assado, tenta fazer», ela diz «Está bem mãe, está bem mãe!». E eu “o está bem mãe” já conheço. Faz exatamente tudo ao contrário”. E 10 – “Aquilo que nós tentamos mudar ele chega à escola, ou outro sítio que a gente não esteja presente, e faz diferente”); da falta de respeito em relação aos adultos (ex.: E 11 - *uma criança com alguma rebeldia, está com 8 anos neste momento e tem algumas cenas de má-educação, de bater portas, virar costas*; E 15 – “Sai a correr à frente da minha mãe e aquela rua é com muito trânsito, «Tomás anda cá!», a minha mãe pronto tem 77 anos, custa-lhe correr, e ele la, la, la, la, fala para a parede”); e da agressividade física (E 14 – “Às vezes puxavam o rabo ao cão, metiam as mãos nos olhos dos

cães, faziam-lhe maldades”). No momento da entrevista os pais de seis crianças consideravam que estas dificuldades estavam ultrapassadas, e os restantes oito indicaram uma evolução significativa. Todavia, alguns pais salientaram os avanços e recuos ao longo do processo (E 13 - *“Ela tem assim umas fases muito complicadas, depois acalma um pouquinho”*; E 6 - *“Tem dessas coisas. É volta e meia para nós acordarmos, para não pensarmos que está tudo bem, vou pregar-vos mais uma. Tem sido assim. Mas não é nada de grave”*). No estudo de Rushton et al. (1988), a desobediência expressou-se em 89% dos rapazes no início da integração, mantendo-se em 44% dos rapazes após um ano de integração.

A generalidade dos pais referiu que os seus filhos, como qualquer criança, faziam birras ou amuavam quando os seus desejos não eram satisfeitos ou tinham de cumprir determinadas regras. Nalgumas famílias estas birras e/ou amuos eram fáceis de gerir (E 2 - *“Às vezes amua, mas eu digo «Como é? Eu não gosto dessa cara de peixe-morto!» Ele começa a rir e passa”*), porém os pais de 11 crianças (52.4%) referiram que as birras e/ou amuos dos seus filhos eram frequentes, prolongados e/ou intensos e, por conseguinte, colocavam desafios adicionais (E 8 - *“Ah, birra, mas mesmo birra, do género de 2 aninhos, batia o pé no chão e «Não faço, e não faço!» e aos gritos, mais de uma hora a gritar”*; E 4 - *“Os 3 primeiros anos ela amuava muito. Punha-se a chorar, sentava-se no quarto e não abria a boca. Ela amuava mesmo (...) Ela estava muito tempo amuada”*). No estudo de Rushton et al. (1988), 56% dos rapazes apresentaram birras frequentes, no primeiro mês de integração, as quais se mantiveram em 36% das crianças, após um ano.

Os pais de 11 crianças (52.4%) expressaram dificuldades em lidar com as mentiras ou com a ocultação de determinados atos/informações. Nalguns casos este comportamento foi considerado como normativo, atendendo ao teor e/ou à frequência da mentira e/ou ao grau de tolerância dos pais, em que o mesmo tipo de mentira podia ser interpretado como mais ou menos grave (E 16 - *“De vez em quando temos aqui, toda a gente que tem filhos diz, de vez em quando algumas mentirinhas, isso aí, principalmente a mais velha que faz alguma coisa e não diz nada a ninguém”*; E 12 - *“ Aquelas coisas normais, qualquer criança e nós também, nós também mentimos, sem querer ou por razões sociais acabamos por mentir”*). Contudo, noutros casos, os pais consideraram este comportamento como muito grave, conduzindo a fortes tensões e conflitos familiares (E 13 - *“Mentia, muito, muito, muito, muito. A mentira era tão bem feita, tão bem feita, que, ou tínhamos a certeza que era mentira ou, achávamos que era verdade. Porque ela, com tanta convicção, que eu penso que*

até ela acreditava na própria mentira, percebe?”; E 10 – “As mentiras, o encobrir qualquer coisa, que no fundo também não passa de uma mentira, isso para mim, é das coisas piores que ele realmente faz”; E 8 – “Mentia quase compulsivamente”). Apesar da evolução positiva, em que a mentira se tornou menos frequente ao longo do tempo, todos os pais afirmaram que este comportamento ainda se mantinha, no momento da entrevista. Aliás, nalgumas situações, os pais consideraram que a diminuição da mentira se deveu à maior capacidade dos pais em detetá-la (perdendo por conseguinte as suas potenciais “vantagens”) e não à interiorização, por parte da criança, do facto de este comportamento ser socialmente reprovável (E 15 – “quando ele chega a casa muito alegre, «Hum, já fizeste alguma!». Quando começa a mentir esfrega as mãos nos bolsos. «Estás a mentir!», «Não estou nada!»; E 13 – “a mentira dela, agora já não é tanto, porque agora já a conhecemos bem”). Estes resultados são semelhantes aos obtidos no estudo de Molina (2002) em que, ao fim de pelo menos um ano de integração, 71.4% das 54% crianças iniciais continuavam a mentir. No sentido de ultrapassar esta dificuldade os pais referiram diversas estratégias, nomeadamente: aumentar o grau de supervisão e controlo; confrontar a criança e ameaçar com a exposição pública, quando a mentira era relativa a algo que tinha ocorrido no contexto extrafamiliar; demonstrar as vantagens de dizer a verdade, aplicando castigos mais severos quando a criança dizia mentiras; explicar as consequências da mentira; etc. (E 7 – “Tem que se andar sempre em cima dele”; E 6 – “Ela diz uma mentira tem que escrever 100 vezes «Sou mentirosa»”; E 13 – “Ela já sabe que é assim, ela faz uma coisa errada, se disser a verdade ou não é penalizada ou se for uma coisa que eu veja que tem que ser, porque fez de propósito ou não sei quê. Agora se vier com mentira, o castigo é a dobrar (...) E eu ainda há pouco tempo disse para ela, «Teresa, provavelmente tu já foste punida por falar uma verdade, só que mentes tanto, tanto, tanto, que depois às vezes ficamos na dúvida, não é?»; E 8 – “Eu nem sabia de nada, mas pelo comportamento às vezes dela, alguma coisa se passou, então eu dizia: «Foram os teus colegas, não te digo quem foi, como sabes os pais sabem de tudo, portanto ou me dizes agora ou tenho que ir ao colégio (...) e eu falo com a professora e à frente dos teus amigos»). No estudo de González et al. (2001) os pais foram orientados a ensinar à criança que as consequências da mentira são piores do que dizer a verdade. Além disso foi-lhes explicado que uma atitude excessivamente negativa em relação à mentira poderia ter um efeito contraproducente, fazendo com que estas aumentassem.

A excessiva agitação motora foi mencionada pelos pais de cinco crianças (23.8%), porém, no momento da entrevista, esta dificuldade tinha sido ultrapassada em todos os

casos (E 9 – *“Tinha uma energia muito superior à que tem hoje, ou seja, eu não o chamava hiperativo, porque não era, nem havia esse diagnóstico, mas não parava quieto, não é? Mesmo num consultório médico ele não parava quieto, não é? E agora não. Agora é mais calmo. Está completamente diferente, completamente diferente”*). De realçar que, de acordo com alguns pais, esta dificuldade só se verificou, no início da integração (E 14 – *“Estavam deslumbrados, completamente histéricos, a querer andar nos carrinhos, a correr de um lado para o outro (...) eu via a minha casa em perigo de vida (...) estávamos sentados no sofá, qualquer atividade que realizássemos 5 minutos no máximo, e às vezes nem 5 minutos”*; E 13 – *“Estava a ver que me iam destruir a casa toda (...) penduraram-se na cortina e rebentaram com os varões (...) elas estavam indomáveis (...) a primeira semana foi mesmo muito difícil”*).

Os pais de quatro crianças (19.1%) relataram que estas tendiam a destruir objetos da casa ou dos outros, devido a dificuldades de regulação emocional e/ou como forma de retaliação (E 15 – *“Espatifou o quarto todo, colocou tudo de cangalhas, nem imagina, e gritava lá dentro, o que mais me chocou, [eu pensei] vou levá-lo a um psicólogo que isto é impossível”*; E 13 – *“Riscavam coisas, partiam, estragavam (...) a mais nova, muito, muito... não sabia controlar as emoções, estava felicíssima e não sabia, não sabia o que fazia, pronto (...) a minha filha mais velha, quando está zangada, tem que estragar qualquer coisa, de preferência [algo que pertence] com quem ela está aborrecida”*. E 7 – *“Rasgava ou estragava, dava um raspanetezito e ele de maldade fazia as coisitas”*). Este comportamento desapareceu totalmente em duas crianças, mas manteve-se noutras duas. Num estudo semelhante desenvolvido no contexto Espanhol (Molina, 2002), 20.5% das crianças demonstraram este tipo de comportamento, que se manteve em 62.5% destas.

Os pais de três crianças referiram a apropriação de determinados objetos (sem grande valor) dos outros (E 14 – *“Uma das coisas que eles faziam era surripiar algumas coisas (...) trouxeram uma coisita ou outra (...) eles nunca levam brinquedos para a escola, mas há muitos miúdos que levam e às vezes lá traziam um brinquedo ou outro que ele dizia que foi ele [o amigo] que deu (...) mas assim uma coisa de nos chamarem [à escola] e dizerem: «Olhe roubou!» isso não”*; E 13 – *“de pegar as coisas, uns vícios muito chatos, mesmo nos supermercados eu tinha que estar sempre...”*; E 8 – *“Chegou a levar coisas dos irmãos para trocar no lanche sem eles saberem”*). Os pais atribuíram este comportamento ao passado da criança, por experiências ocorridas no contexto da família biológica e/ou por ausência de experiências no contexto institucional (E 14 - *“talvez o mais velhinho, pronto, assistiu a alguns roubos pelo pai biológico, na praia, tinha roubado não sei o quê, aquilo para*

eles era normal”; E 8 – *“as instituições devem participar um bocado nisso, é tudo de todos e nada de ninguém, não há sentimento de posse”*). Este comportamento deixou de se expressar em todas as crianças.

Apenas uma família mencionou um episódio isolado de fuga de casa, no entanto extremamente marcante na sua história familiar (E 13 – *“Deu-me um susto que nem imagina. Sabe o que é às duas da manhã tocarem à campainha, a GNR aqui à porta (...) Eu penso que ela fugiu para nós irmos buscá-la, porque o pai teve uma conversa muito dura com ela”*).

Em diversos estudos o comportamento externalizador e antissocial da criança, em particular a mentira, o roubo, a agressão física e verbal, as birras, a hiperatividade e a falta de atenção, foram associados a um maior nível de insatisfação parental e percecionados como mais *stressantes* pelos pais adotivos (Barth & Berry, 1989; Branquinho, 2011; McGlone, et al., 2002; Pinhal, 2011). Segundo Pasztor e Leighton (1993), a desobediência e o desafio, a crueldade para com os animais ou a destruição de bens, as birras e o choro, etc. são comportamentos característicos da fase de raiva, no processo de luto que a criança tem de realizar pela perda dos seus pais e irmãos biológicos, com que tinha/tem um forte vínculo; pela perda do bem-estar por ter sido abusada, maltratada e/ou negligenciada; e pela perda da autoestima por se sentir sem valor, inadequada ou incapaz de controlar os acontecimentos do seu mundo.

Por outro lado, o comportamento obediente e o cumprimento das regras e normas estabelecidas foram assumidos como facilitadores, do ponto de vista dos pais, para a dinâmica e o funcionamento familiar (E 9 – *“Três vezes amuado, ao longo deste ano, mas mais disso não. É uma criança que consegue encaixar perfeitamente. Até mais do que aquilo que eu previa (...) Se eu digo assim: «Leonardo põe a mesa!», ele põe a mesa, não é? Eu não preciso de andar em cima dele (...) portanto isso facilita o processo de integração”*; E 2 – *“Uma criança dócil, quieta, gosta de trabalhar, não gosta de tratar da escola, mas às vezes pega «Oh mãe eu posso varrer a rua?» (...) é uma criança que não dá que fazer (...) É sempre um momento bom que se passa com ele”*). Todavia, os pais também reconheceram potencialidades (futuras) nalgumas características pessoais da criança (ex.: teimosia, personalidade forte) que os pais associaram ao desafio e à contestação das regras e da autoridade do adulto (E 8 - *“em termos de aceitar a autoridade ... e não faço porque não quero ou porque não gosto. Ela é uma criança forte, tem uns traços de personalidade muito forte e é determinada e isso pode ser uma vantagem imensa um dia mais tarde”*; E 11 – *“ela*

é muito rebelde e tem atitudes de independência, de dizer não preciso de vocês para nada (...) às vezes sinto-me um bocadinho defraudada pontualmente em determinados contextos, em determinadas coisas que ocorrem, por outro lado, quando penso nisso, acho que essas características até são positivas para o crescimento dela”).

Aludindo ao comportamento internalizado os pais indicaram a imaturidade ou maturidade excessiva, os medos, a timidez e/ou introversão e a ansiedade.

Os pais de seis crianças verbalizaram que os seus filhos eram imaturos para a sua idade, e que adotavam nalguns casos, comportamentos infantis, tais como, pedirem para andar ao colo, pedirem para lhes dar comida na boca, etc. (ex.: E 16 – “A diferença de idade delas é praticamente 1 ano e meio, mas a Miriam nota-se que lhe faltou muito, nos primeiros anos, andou muito mais tarde, sei lá, até aos 3, 4 anos andou sempre ao colo, então está um bocado mais atrasada nesse aspeto, essa diferença de ano e meio pode ser quase 3 ou 4 anos de diferença a nível de comportamento entre as duas”). Segundo Jack (2008) o processo de integração processa-se ao longo de quatro fases: a adaptação; a transferência; a regressão; e a progressiva normalização. Na fase regressão podem aparecer na criança condutas que não correspondem à sua idade cronológica, mas que têm como função reparar, de algum modo, a carências sofridas no passado. Esta fase do processo, se bem orientada, pressupõe um avanço emocional e um amadurecimento pessoal. Alguns pais entrevistados parecem reconhecer as necessidades emocionais subjacentes a estes comportamentos respondendo-lhes em concomitância (E 2 - “Eu ponho a roupinha e ele veste muito bem. Às vezes visto por ele. **Sei que ele sente a falta.** Há dias que diz «Oh mãe, veste-me tudo!». Outras vezes não, para ele crescer, mas às vezes ajudo (...) «Oh mãe pega em mim ao colo como se eu fosse um bebé» (...) pego nele e faço-lhe a vontade¹³⁰”; E 1 – “E eu acabei por começar a dar -lhe o peixe na boca e acabou aqui o barulho de ele comer. «Oh mãe dá-me!» e eu dou-lhe. Eu não me importo. Ah ele é muito grande¹³¹ para se dar de comer, mas **ele também nunca teve ninguém que lhe fizesse isso**, por isso enquanto ele quiser eu vou fazer”). Similarmente, o Child Welfare Information Gateway (2009) recomenda que sejam usadas estratégias parentais baseadas no nível de desenvolvimento da criança em determinada área e não na sua idade cronológica, uma vez que, por exemplo, uma criança de 7 anos pode precisar de um ritual de adormecer usual de uma criança de 3 anos de idade. Será de realçar que as crianças adotadas em idade escolar (e por inerência os pais)

¹³⁰ Criança com 9 anos no momento da entrevista

¹³¹ Criança com 10 anos de idade no momento da entrevista.

vivenciam um duplo desafio, na medida em que têm que se tornar cada vez mais independentes e autónomas para se integrarem na escola e noutras atividades sociais extrafamiliares e simultaneamente manifestarem algum grau de dependência e serem alvo de cuidados para construção da vinculação.

Paradoxalmente, os pais de quatro crianças consideraram que os seus filhos eram demasiado maduros ou responsáveis para a sua idade, e que esta maturidade seria um reflexo do seu percurso de vida (E 10 - *“As pessoas que tomavam conta deles, são pessoas que são muito rígidas em certas coisas e em certas regras (...) nós quase tivemos que os “deseducar” um bocadinho para eles serem mais miúdos”*; E 16 - *“a maturidade que se calhar foi obrigada lá no lar, na instituição, cresceu demasiado, julgo que cresceu”*). Numa situação, a excessividade maturidade do filho, requerida ou desenvolvida por ação do contexto prévio, foi-se atenuando ao longo do tempo, levando a que, no momento da entrevista, os pais considerassem a criança como demasiado infantil para a sua idade (E 12 - *“o Gonçalo quando veio toda a gente nos dizia que ele era demasiado crescido para a idade, demasiado responsável, e acho que ao fim destes quatro anos, finalmente o Gonçalo largou aquela proteção, porque sente que há outras pessoas. Ele agora está numa fase até, se calhar não é propriamente de 11 anos, de mais novo, porque libertou-se daquele peso que ele tinha (...) aquilo que eu tinha dito de ser mais infantil, parecia que estava a recuar, também é um pouco, ele comparado com as outras crianças é um bocado infantil, muito inocente”*).

Os pais de 12 crianças (57.1%) reportaram que os seus filhos tinham medo face ao novo, ao desconhecido e em experimentar coisas novas (E 5 - *“Continua a ter medo de experimentar qualquer coisa nova”*; E 6 - *“Por diversas situações «Ai que eu tenho medo!», «Oh Soraia, por amor de deus, eu vou aqui ao teu lado, achas que te vou deixar cair, tens medo de quê?», «Eu não quero e tal»*; E 11 - *“Ela é extremamente controladora nas coisas todas, mesmo nos caminhos quando vamos para qualquer sítio, nós temos que ir por esta estrada, sempre! Está relacionado com as suas inseguranças”*); medos típicos da sua idade ou de etapas desenvolvimentais anteriores¹³² (E 2 - *“Ele qualquer barulho que ouça assustasse (...) no início ele pedia-me para o adormecer que tinha medo de ficar sozinho na cama”*; E 4 - *“A partir de certa altura comecei a dizer «Vai para a cama que não há monstros!» e ela já*

¹³² Segundo A. Baptista (2000) os medos do escuro, dos animais em geral, de ficar só, de seres imaginários, fantasma e monstros são comuns em crianças de idade pré-escolar e o medo de ruídos é típico no primeiro ano de vida.

ia sozinha. A partir daí já não havia mais monstros na cama”); e/ou medos específicos que estariam, segundo a opinião dos pais, relacionados com o seu passado (E 5 – “A primeira impressão que tive dela foi essa, uma miúda com muito medo, muito insegura, muito medrosa (...) ela tinha um problema, que vinha dos maus-tratos, problema de se sujar, se se sujava podia acontecer qualquer coisa”; E 17 – “tinha e agora nem tanto, alguma aversão à polícia, ao carro da polícia, portanto deve ter tido algum episódio que envolveu a polícia, alguma discussão, alguma coisa que envolveu a polícia, que ele esteve envolvido, portanto isto traz-lhe alguma instabilidade”; E 14 – “Tinha muitos medos esquisitos. Andava sempre preocupado se a carrinha tinha gasolina, «Oh pai, mas tem gasolina? E dá para chegar?» (...) e perguntava se a casa tinha alarme”; E 15 – “o pequenino uma vez teve uma reação com um taxista (...) «Oh pai, ele está ali, o Fonseca, ele disse que me cortava às postas, ele vai me cortar às postas, vamos embora daqui, vamos embora daqui!»). Estes medos foram ultrapassados em cinco crianças, mantendo-se em seis delas, apesar de serem menos intensos. Como forma de ultrapassar estas dificuldades os pais transmitiram segurança à criança, discursivamente e na presença e constância diárias, explicaram à criança que os seus medos eram infundados e/ou realizaram uma aproximação gradual ao estímulo ansiogénico (ex.: E 15 - “Fazê-los sentir que eles estão seguros, que podem confiar em nós, que estamos aqui para os defender, eu acho isso essencial. Eu acho que eles se apegaram muito a isso, «Se o Fonseca quisesse fazer alguma coisa tu achas que o pai deixava que te fizessem algum mal? Nunca na vida! O pai está aqui para te proteger, para o que tu precisares!”; E 5 – “Nós dissemos-lhe que era perfeitamente normal sujarmo-nos, que nós também estávamos todos sujos, que as pessoas à volta dela também estavam todas sujas, e que a máquina lava, que não era problema nenhum, que era normal as pessoas sujarem-se, que as máquinas existiam para isso, e se as pessoas não se sujassem as pessoas que construíam as máquinas não tinham emprego e não tinham dinheiro para dar aos filhos, já mais na brincadeira”; E 2 – “Lá comecei a dormir com ele, depois ia com ele até ele adormecer, agora já vai sozinho para a cama, já se deita sozinho, já faz tudo sozinho e apaga a luz”).

Os pais de três crianças referiram a timidez excessiva da criança (14.3%), aplicável a todos os contextos ou restrita a contextos externos ao círculo familiar (E 10 – “aquela menina de totós, muito envergonhadinha, que só se ria, olhava para baixo e agora não, totalmente diferente (...) saiu uma regateira”; E 9 – “Eu lembro-me de ele ir a uma festa, logo depois de estar connosco, e ele connosco estava todo à vontade e na situação assim de

grupo ele fechava-se, não saía, escondia-se mesmo. Agora não”). No discurso de duas famílias estava patente a preocupação ou a dificuldade em gerir a introversão dos filhos, considerando que estes não conseguiam expressar e partilhar os seus sentimentos, receios, vivências, etc. (E 12 - “É uma pessoa muito introvertida, é muito fechado para dentro e acho que isso vai ser um problema, porque ele tem muita dificuldade em comunicar, em comunicar os seus sentimentos”). As situações de timidez foram totalmente ultrapassadas, à medida que a criança se foi integrando e sentindo segura na família, enquanto a introversão ainda se mantinha no momento da entrevista. De igual modo, no estudo de Molina (2002) apenas um quarto das 20.5% crianças iniciais continuavam a demonstrar-se excessivamente tímidas nas interações com outros adultos ou pares após um ano de integração na Família adotiva.

Finalmente, apesar de a ansiedade estar subjacente a diversos comportamentos expressos pelas crianças, apenas duas famílias adotivas verbalizaram esta dificuldade, que se mantinha aquando da realização da entrevista, mesmo após as famílias terem recorrido a ajuda especializada para resolver esta dificuldade e/ou os comportamentos associados (E 11 – “Ela tinha uma ansiedade enorme que ainda hoje tem. Ansiedade a tudo, a uma mudança, e portanto não controlava os esfíncteres, fazia coco nas cuecas, e durante ainda algum tempo, ainda foi bastante tempo. Foi a situação mais complicada e que me levou no fundo à psicoterapia”; E 13 – “Ela andou no pedopsiquiatra, porque eu achava que ela era muito ansiosa, vinha à dispensa e devorava a dispensa toda ali numa noite...”). De salientar que em Portugal só recentemente começaram a emergir serviços terapêuticos e clínicos especializados na área da adoção (ex.: na FPCEUP, na Faculdade de Psicologia de Universidade de Lisboa, no centro PIN - Progresso Infantil). No entanto, nos EUA, apesar da longa tradição em serviços pós-adotivos, verificou-se, num estudo qualitativo, realizado com 14 mães, provenientes de nove estados, que 86% da amostra sentiu que a maioria dos profissionais tinha falta de conhecimentos acerca das temáticas e problemáticas específicas da adoção e 79% tiveram dificuldade em encontrar um terapeuta qualificado (Forbes & Dziegielewski, 2003).

Relativamente à representação de si enquadrámos nesta categoria a autoestima da criança, a apropriação de objetos e a desorganização familiar.

Os pais de seis crianças (28.6%) referiram que estas tinham necessidade de se afirmar e destacar, sendo este comportamento porventura tradutor da sua baixa autoestima. Para o efeito, assumiam que já conheciam todos os locais e atividades apresentadas pelos pais,

sobrevalorizavam as suas capacidades e/ou inferiorizavam os outros (E 8 – «*Já foste aqui?*», «*Já fui e não gostei*». *Não tinha ido, nem tinha ouvido falar*. «*Queres comer isto?*», «*Não! Já provei e não gosto nada*». *Nem sabia o que aquilo era. Era muito superior, sempre. De se manter por cima*»; E 14 – «*A gente perguntava se eles sabiam e eles diziam que sim. «Sabes andar de bicicleta?» e eles «Sei», «Sabes nadar?»*, «*Sei*» (...) *queriam se salientar (...) acho que a autoestima deles estava tão baixa, tão baixa, tão baixa que eles achavam que ao dizer isso que pronto os tinham em melhor consideração*»; E 12 – «*Uma coisa que ele não estava habituado é que gozassem com ele (...) ele era praticamente o miúdo mais velho que estava lá naquela altura. Imagino que tivesse um certo ascendente sobre os outros e portanto talvez tivesse inicialmente aceite um bocadinho mal perder esse estatuto de vedeta, ver que havia outros meninos e que ele não sabia tudo e que não era perfeito (...) ele tinha aquela mania, era o suprasumo*»; E 13 – «*Para tentar elevar a autoestima dela, punha a da irmã em baixo (...) estava sempre a gozá-la por causa dos dentes*»).

Contrariamente, os pais de cinco crianças (23.8%), reportaram que os seus filhos falavam negativamente do seu aspeto físico e das suas competências, e/ou se vitimizavam (E 13 – «*Armanda tu não és gorda, tu tens um corpinho...tu tens umas pernas tão giras, ficas tão bem de minissaia, de calções, não sei quê!*», *para tentar elevar a autoestima*»; E 10 – «*Tinham muito aquele papel de coitadinhos*»). No momento da entrevista os pais consideraram que esta dificuldade ainda se mantinha, apesar da evolução positiva. De salientar que, segundo uma meta-análise que integrou 88 estudos, não existem diferenças ao nível da autoestima entre crianças adotadas ($N = 10977$) e não adotadas ($N = 33862$), mesmo quando as primeiras foram adotadas com mais de 4 anos de idade (Juffer & van IJzendoorn, 2007). Similarmente, no estudo de González et al. (2001) apenas 9% das crianças, durante o período pré-adotivo, exibiram problemas relacionados com a autoestima.

No intuito de transmitir uma imagem positiva da adoção e aumentar a autoestima da criança, alguns pais verbalizaram que a criança foi escolhida e/ou que teve sorte (E 4 – «*Eles também tinham a ideia que todos os meninos que estavam lá na instituição iam ter pais (...) e nós explicámos que muitos meninos não iam ter, e portanto ele tinha que ter orgulho de terem sido, de os termos escolhidos, nós não fomos obrigados a aceitá-los como filhos*»)(...) «*falamos naturalmente que eles são especiais*». Contudo a literatura indica que estas mensagens (aparentemente) positivas podem ser mal-interpretadas pela criança,

conduzindo a problemas de autoestima. Assim sendo, frases como: *“Tens muita sorte por ter sido adotada”* levam a criança a questionar porque é que ela é menos merecedora, do que qualquer outra criança, em ter uma família; ou *“Escolhemos adotar-te. Tu és especial!”*, podem fazer com que, mais tarde, a criança se consciencialize da perda inerente ao facto de ser “escolhida”, isto é, primeiro foi rejeitada (Child Welfare Information Gateway, 2009).

Os pais de cinco crianças (23.8%) verbalizaram um baixo sentimento de posse individual nos seus filhos, observando-se um despreendimento (e por inerência um descuido) generalizado em relação a brinquedos, roupas e outros objetos (E 8 – *“Uma coisa também que me marcou, que nunca mais me vou esquecer, que demonstra o desprezo que ela tinha, o desligamento que ela tinha por tudo, em que numas botas o fecho começou a encravar, porque ainda eram novas, e um dia eu dou com ela a abrir as botas assim [a rasgar o fecho] (...) Ela demorou muitos meses a assumir que o quarto era dela, que o espaço era dela (...) Tirar coisas não adianta muito, porque ela não dá valor, agora já dá, mas dantes não dava valor a coisas nenhumas”*; E 14 – *“Eles estavam habituados a era tudo nosso e nada nosso, eles achavam que o mundo passaria a ser deles, o tal deslumbramento foi realmente muito complicado de atenuar (...) Eles achavam que aquilo agora era estragar e como os pais tinham algum dinheiro não tinham problema nenhum em dar cabo de tudo”*). Os pais atribuíram este comportamento ao passado, e mais propriamente à experiência no contexto institucional em que as crianças não possuíam objetos pessoais (E 13 - *“Elas não tinham nada delas. Não trouxeram nada [da instituição]. Era tudo comum. Quer dizer, o estragar, também, no início, elas estragavam tudo: as roupas, o calçado, mas também é muito isso. Porque é assim, porque vai tratar de uma coisa que amanhã já não é dela? (...) A criança não tem apego a nada, não é?”*). Esta dificuldade mantinha-se apenas numa criança, no momento de realização da entrevista. Estes resultados são mais positivos do que os obtidos na investigação de Rushton e colaboradores (1988) em que 1 ano após a integração, 59% dos rapazes ainda demonstravam despreendimento em relação aos brinquedos e 31% ainda destruíam os brinquedos.

Como forma de ultrapassar esta dificuldade os pais optaram por limitar o número de prendas oferecidas no início da integração e, nas fratrias, restringir as prendas ao aniversariante; reparar todos os brinquedos destruídos; sensibilizar a criança para o seu valor (utilitário, monetário e/ou simbólico, mediante associação do brinquedo/roupa à pessoa que ofereceu); e funcionarem como modelos (E 14 – *“de início também houve um*

bocado tendência das pessoas, quando eles vieram para a nossa casa, as pessoas virem sempre com prendas, como se fosse nascimento. As primeiras vezes ainda deixei, mas depois aquilo já se começava a tornar rotina e falámos aos nossos amigos para que não houvesse essa tentação (...) as bicicletas estão todas partidas e eles continuam com as bicicletas partidas. O meu marido mandou-as arranjar, pronto, para eles puderem andar, porque eles pensavam (...) «Ah quando estas se estragarem dá-nos uma nova», «Não! Quando vocês deixarem de caber nestas bicicletas vão ter umas novas, enquanto caberem nelas não vão ter, portanto é bom que as poupem»). De igual modo, Fuentes et al. (2001) aconselham que os pais evitem dar prendas excessivas às crianças nos primeiros dias, pois isto cria expectativas falsas às crianças acerca de como será a sua vida quotidiana com a família.

No sentido oposto, os pais de duas crianças salientaram um excessivo sentimento de posse (E 4 – *“Fez muita questão em marcar território, porque as coisas dela eram dela e que ninguém mexesse (...) A posse é importante, tanto materialmente, o espaço, os bens e psicologicamente também, os afetos, saber que tem a mãe, o apoio da mãe, do pai, dos avós, de toda a gente”*). De igual modo, os pais associaram este comportamento à experiência passada (E 4 – *“Eu acho que a posse é muito importante, porque no fundo são crianças que acabaram por perder tudo e como perderam tudo há uma necessidade de recuperarem aquilo que nunca tiveram ou aquilo que já tiveram”*), apesar de uma família efetuar uma leitura direta e negativa desta comportamento (E 7 - *“Ele quando chegou era muito oportunista e sabia ser muito oportunista, que era o mais engraçado, ele era mesmo terrível (...) tinha ele chegado há muito pouco tempo, com 6 anos (...) e ele «Sabes, tu pai e a mãe, escusais de estar preocupados, porque eu vou cuidar muito bem do que vocês têm, vocês não se preocupem” (...) Como ele já tinha medido tudo*).

Finalmente, os pais de duas crianças referiram que os seus filhos tinham dificuldade em compreender a organização familiar e assimilar os vários graus de parentesco existentes (E 8 – *“Só no segundo natal é que ela percebeu. «Agora é que eu estou a perceber. Tu tinhas uma família e o pai tinha outra» (...) na cabeça dela misturava, nunca tinha percebido que havia uma família de um lado e outra família de outro”*; E 14 – *“Ele nos primeiros tempos andava sempre, baralhava tudo em termos dos pais, mães, aquilo fazia-lhe um bocado de confusão. Nós fomos apresentando a família com algum cuidado, devagarinho para eles não terem que assimilar tanto grau de parentesco em tão pouco tempo”*).

De uma forma geral as várias atitudes e comportamentos da criança que constituíram desafios para os pais foram considerados por estes normativos e/ou atribuídos ao passado

da criança (que influencia o seu comportamento atual), a características pessoais da criança (feitio, personalidade, modo de ser, etc.) e à adaptação da criança à nova realidade.

Segundo Soler (2007) as Famílias adotivas, que realizam atribuições de causalidade entre o comportamento atual da criança e o seu passado, estão menos atentas à sua própria influência no processo de adaptação, delegando esta responsabilidade para a criança. Efetivamente, no estudo de Branquinho (2011), realizado em Portugal, os pais adotivos atribuíram as dificuldades exclusivamente a características pessoais da criança (69.9%) e ao seu passado (30.4%), não considerando as suas próprias características e/ou influência.

No nosso estudo, apesar de reduzida frequência, alguns pais também reconheceram a sua influência no aparecimento e/ou manutenção das dificuldades relacionadas com as atitudes e os comportamentos da criança, referindo que, no início da integração, adotaram uma postura mais permissiva (E 6 – “Ao princípio nós pusemos tudo e mais alguma coisa, por uma questão de agrado. E ela como criança que é depressa nos apalpou o pulso. Então nós começamos a apertar (...); E 4 – “Quando ela veio para cá, nós tivemos muito cuidado com tudo, porque ela veio adotada e podia vir com traumas, tínhamos muito medo de tudo, evitamos de a expor a determinadas situações, discussões (...) nos primeiros tempos uma pessoa dava muito mais corda, dava muito mais, deixava-a dizer, deixava-a fazer”); que ao longo do processo tiveram que repensar e reformular as suas estratégias de atuação, pois estas potenciavam as dificuldades (E 6 – “Nós no meio de todo este processo demos umas calinadas valentes. Tivemos que aprender um pouco”; E 11 – “ficava a fazer fita mesmo em frente à comida, demorava não sei quanto tempo, e aí decidi «Só quando acabares é que saís da mesa» e depois achei que era um martírio para todos e ela percebia, à hora de almoço, quando nós comíamos mais à pressa porque tínhamos alguma coisa para fazer, e ela jogava com aquilo. Então optei «Não queres comer, não comes, mas entretanto só há um lanche ou jantar daqui a algum tempo» e as coisas aos poucos foram melhorando”); e/ou que existia discordância entre o casal nas práticas educativas ou entre o casal e o meio circundante imediato (E 1 – “Agora eu é que tive de pôr um bocadinho mais de regras não é? Tive de ser a que [diz]: «Não podes fazer isto e aquilo!», porque o pai com ele vai tudo, brincadeiras um com o outro”; E 12 – “a partir de certa altura vai ter com o pai, aí já sabe que quando vai ter de ralhar, vai ter de ralhar, mas apesar de tudo é mais permissivo e acho que eles apercebendo-se disso vão mais para ele”; E 13 – “No início aquilo ainda estava muito turbulento e ele [marido], às vezes, achava que eu não tinha a paciência que eu devia ter. Só que uma coisa é você estar uma hora ou duas com elas, outra coisa é estar todo o dia (...)

*realmente não gosto, quando ele chega **estar a fazer as queixinhas**, não é? Das situações trato eu, mas há coisas que quando começa a empolar muito, ele tem que ter noção daquilo que se passa").*

De acordo com Alarcão (2002), os pais adotivos podem ter dificuldade em exercer uma autoridade e disciplina claras (essenciais para o bem-estar da criança e de toda a família), adotando um estilo educativo permissivo ou ambivalente, por medo de não terem o afeto da criança, por pena relativamente ao seu sofrimento passado e/ou por se sentirem tão satisfeitos e gratos por terem tido um filho. No nosso estudo, observou-se que este cenário também era aplicável nalgumas famílias, mas restrito a um determinado intervalo de tempo (os primeiros meses da integração) não caracterizando o modelo educativo seguido pelas famílias (E 4 – *“passamos a ser muito mais nós, a não ser tão condescendentes como fomos até ali, mas isso foi só mais ou menos 3 meses, ou seja, se eu tinha que dizer que não era não, quer ela estivesse cá 6 meses ou desde que nasceu e foi basicamente isso que mudou e resultou”;* E 6 – *“Então nós começamos a apertar”).*

Por outro lado, a concordância entre o casal nas práticas educativas e a coesão conjugal, em que os pais decidem em conjunto a melhor solução para o problema que estão a vivenciar e partilham as responsabilidades nas decisões tomadas, foram percecionadas enquanto facilitadores (E 14 – *“Outra coisa que tentaram connosco e depois não resultou minimamente foi tentar pôr-nos um contra o outro. Um diz mata, o outro diz esfola, felizmente (...) nunca desdizemos nada (...) eles aperceberam-se de início que nós éramos muito unidos e **aquilo que eles fazem contamos um ao outro, sempre, sempre**”).* Similarmente, no estudo de Rushton et al. (1988) observou-se que os pais contavam um com o outro para lidar com os problemas e o *stress*, passando horas todas as noites a falar sobre os acontecimentos do dia, a partilhar as suas preocupações e a expressar as suas dúvidas e sentimentos de desamparo. Em Portugal, no estudo realizado por J. Monteiro (2009), o grau de comunicação no casal foi classificado por 87,9% das figuras parentais como alto e muito alto e a ajuda mútua entre o casal era considerada como preferencial na resolução das dificuldades.

Para lidar com os comportamentos e atitudes da criança a maioria dos pais definiu um conjunto de regras firmes e claras, imbuídas numa abordagem responsiva e sensível, apesar de alguns enfatizarem a autoridade parental (E 14 – *Portanto, as hierarquias bem estabelecidas acho importante (...) os afetos nunca negociados, os afetos nunca comprados,*

conquistados sempre, e firmeza desde o início, autoridade, firmeza, porque eu acho que isso só lhes faz bem, essas 3 coisas são a chave para o sucesso”).

Os pais recorreram a diversas estratégias disciplinares de forma a controlar, gerir e modificar o comportamento da criança, conjugando estratégias de controlo comportamental (coercivas e indutivas) e estratégias de afeto-aceitação. Assim, tal como sugere Palacios (1998, 2010), os pais combinam dimensões de afeto e comunicação, por um lado, e de disciplina e controlo, por outro. Segundo Fernández (2004), a melhor receita para se ultrapassarem os problemas é o uso frequente de reforço e raciocínio, juntamente com o uso moderado da repreensão e o castigo, aliados a muito afeto, aceitação e dedicação. A maioria dos pais adotivos entrevistados parece seguir estas premissas.

Concretizando, os pais mencionaram o uso de estratégias indutivas em que explicaram à criança as consequências do comportamento; promoveram a reflexão na criança; ensinaram formas alternativas (mais apropriadas) para a criança expressar os seus sentimentos; responsabilizaram a criança na correção do dano; monitorizaram e supervisionaram; elogiaram e reforçaram o bom comportamento, etc. (E 14 – *“Ele partiu o lápis de propósito a uma amiga. «Foste tu que estragaste, és tu que pagas». E fomos ao mealheiro dele, tiramos dinheiro, foi comprado o lápis e ele entregou o lápis”;* E 13 – *“E prontos, tivemos aqui uma conversa assim com ela, a dizer que, pronto, ela era nossa filha e que vai ser nossa filha para o resto da vida, para o bem e para o mal. Que gostamos muito dela, só que não aceitamos o mau comportamento. Se ela está zangada, ela pega, ela gosta muito de escrever, que escreva, que faça o que quiser. Ela tem diários, eu dei um diário para ela, para ela pôr lá (...). Agora não pode é descarregar a zanga, estragando coisas que não lhe pertencem, não é?”;* E 15 – *“Quando eles são castigados, explicamos porque é que o castigo é assim. Há colo, mas volta e meia, quando ralho com eles ou qualquer coisa, choram e dou-lhes o colinho a seguir na mesma, mas o castigo é para se cumprir, podem chorar o que quiserem, dou-lhes um colinho e faço-lhes um miminho”).*

Estas estratégias foram conciliadas com estratégias coercivas tais como, a punição física; a privação ou retirada de objetos materiais ou de atividades de lazer; a realização de tarefas/atividades que não eram do agrado da criança; a humilhação pública; o *time out* (colocar a criança num local seguro para pensar naquilo que fez ou se acalmar); a repreensão verbal; o confronto; o controlo, etc. (E 16 – *“Só às vezes uma sapatadita, chegar a mostarda ao nariz”;* E 1 – *“O tirar a televisão e ir para o quarto fechado, isso para ele não tinha valor, com ele não dava, aquilo podia ser 3 ou 4 vezes ao dia ... então a coisa vai ser fazer uma*

cópia”; E 15 – “Põe-se de castigo, não tem playstation, não vê televisão, aqui é sempre o mesmo (...) Ele dizia «Vai buscar um chicote e bate-me, prefiro que me batas que me ponhas de castigo», «Não eu não te vou bater, vais para o quarto pensar no que fizeste!»; E 14 – “E há pessoas que são, eu sei que são um bocado contra isso, mas eu acho que na medida certa funciona que é a humilhação pública (...) e a professora virou-se para mim «Sabe, eu nem sei o que é que ele traz aqui no braço», «Mas eu digo-lhe professora é ranho, ele limpa o ranho à camisola» e ele ficou envergonhado e sentiu-se humilhado”; E 10 – “Passei aqui uma hora e meia conversar com ele, ele fez uma fez uma asneira e chamei-o à atenção, falei, falei, no final, «Percebeste o que é que eu te disse?”; E 7 – “de muitas maneiras, às vezes calmamente, outras vezes mais drasticamente, às vezes chego a fechá-lo no quarto”).

Quanto ao *time out* a literatura indica que esta estratégia pode, nem sempre, ser apropriada para crianças que foram maltratadas, viveram em contexto institucional ou que têm dificuldades de vinculação. O primeiro objetivo em parentificar estas crianças é ajudá-las a formar vínculos seguros, pelo que, o *time in*, isto é, fazer com que a criança permaneça juntos dos pais adotivos até se autorregular emocionalmente ou até se controlar suficientemente para regressar à atividade prévia, será mais útil, porque evita isolar a criança dos pais, dos pares e do resto da família (Child Information Gateway, 2009).

Apenas uma família referenciou a dimensão genética como possível explicação de determinado comportamento, considerando, por conseguinte, como diminuta a sua capacidade (ou do contexto) em influenciar este comportamento (E 7 – “O Salvador tem uma coisa que às vezes penso isso está mesmo no sangue, é escusado, eu posso fazer tudo e não consigo modificar (...) É uma pessoa que faz as coisas muito independente”). Um dos objetivos centrais da preparação dos futuros pais adotivos consiste na desconstrução de interpretações de carácter inatista e assentes na irreversibilidade do comportamento infantil. Portanto, quando a preparação é incipiente ou este objetivo não é alcançado, os pais, ao lidarem com situações conflituosas, podem efetuar atribuições negativas e desenvolverem expectativas inadequadas que interferem com a adaptação (Molina, 2002).

Apesar de algumas famílias destacarem que tiveram dificuldade em lidar com um determinado comportamento específico da criança (ex.: mentiras ou falta de gestão do tempo), a maioria frisou o acumular de dificuldades (associadas e não associadas à parentalidade), ao longo do tempo, como o principal desafio (E 13 - “Eu estava nervosíssima porque essas coisas mexem muito comigo e depois é o acumular de coisas”; E 7 - “Quer dizer naquele ano é tudo novo, é tudo novo, os problemas começam a surgir quando a pessoa

também já está um bocado saturada. Depois também há problemas na vida, disto ou daquilo, que a gente tem que ultrapassar e é isso que às vezes faz ... também não é só a parte dele que se porta mal, mas nós também temos os nossos problemas, e juntam-se os dois”).

Enquanto algumas famílias vivenciaram processos mais serenos, com menores níveis de stress (E 2 – “*A experiência tem sido boa, graças a Deus. O meu maior medo era ele não se adaptar. Ele adaptou-se lindamente. Não podia ter pedido melhor*”; E 4 – “*Nós parece que estamos a contar um mar de rosas, mas é que foi mesmo. Não houve nenhuma dificuldade*”), outras relataram momentos complicados e difíceis, que originaram níveis de stress mais elevados (E 11 – “*Os primeiros dias, os primeiros tempos foram muito bons, era sempre coisas novas, mas tivemos ali uma fase muito complicada, no início do ano escolar talvez, no 3º/ 4º mês de estar connosco, era todos os dias. Tive confrontos mesmo muito grandes com ela*”; E 13 – “*E chega uma altura, aqueles seis meses, [que pensamos] ou devolvemos agora ou vamos aturar isso o resto da vida (...) o primeiro ano foi muito complicado*”). Independentemente, destas desafios, as narrativas dos pais expressam um sentimento de conquista por a criança ter ultrapassado (total ou parcialmente) várias das suas lacunas/dificuldades iniciais (E 14 – “*Dá-nos um regozijo especial o ter filhos adotivos, agora (...) no sentido de estarmos a conseguir de duas crianças, que estavam num estado inacreditável, estarmos a conseguir fazer deles rapazinhos queridos, que toda a gente adora, que toda a gente aprecia (...) e para nós isso foi uma vitória, foi uma conquista*”), e satisfação com a experiência da adoção e com os vínculos afetivos que estabeleceram com os seus filhos (E 7 – “*Eu acho que foi a melhor coisa que fiz até hoje em todos os aspetos*”; E 8 – “*é tão importante como qualquer filho. Eu acho que ela está muito apegada a nós*”).

b) Pai/Mãe

Esta seção tem como ponto de partida o pai e a mãe enquanto pessoas, focando as dificuldades e os facilitadores associados às suas expectativas, características, comportamentos e vivências que, apesar de estarem, de algum modo, subjacentes ao exercício da parentalidade, não surgem necessariamente como resposta aos comportamentos e às necessidades das crianças.

Apesar de a maioria dos pais salientar que não tinha uma ideia pré-concebida acerca de como seria a criança ou de como gostaria que esta fosse é igualmente patente no seu

discurso a decepção (outrora sentida) face à não correspondência das suas expectativas (ex.: E 8 - *“Eu não tinha ideia pré-definida nenhuma, mas não contava era com alguns [comportamentos] que ela teve (...) Eu acho que para isso não me prepararam. Estava até mais preparada para uma criança que não conseguisse aprender, mentiritas, assaltar a dispensa, alguns roubos eventualmente, até xixi na cama, pesadelos, isso não tive nada, agora esta desorganização em termos de tempo foi uma coisa (...) depois é assim, se é uma criança muito pequena a gente não conta que saiba, mas uma criança desta idade! Começámos a proteger-nos de outra maneira. Acautelámo-nos”; E 7 – Eu disse à Dr.ª «Eu quero uma criança que ainda ande na infantil, até aos 5 anos, por causa de chegar a casa e não começar logo «Vai estudar, vai estudar!» (...) mas foi uma criança de 6 [que já andava na primária], que naquela idade demorou mais tempo”; E 14 – “Nós romanceamos um bocado nesse sentido, o pequenote, que vem com 7 anos, vai nos dar que fazer, vai medir forças connosco, e nós já estávamos preparados para isso, mas depois pensamos: ah, mas depois vai compensar o pequenino de 4, que ainda pede muito colo, ainda é muito bebé, mas foi exatamente o contrário”).*

Vários estudos identificam as expectativas não correspondidas, pouco realistas e desadaptadas às características da criança como associadas à disrupção (Barth & Berry, 1988; Festinger, 1986; Kadushin & Seidl, 1971; McRoy, 1999; Partridge et al., 1986, Rosenthal et al., 1988; Westhues & Cohen, 1990), sendo fundamental a capacidade dos pais em reajustar as suas expectativas face à realidade concreta e/ou em aceitar a não correspondência.

As expectativas desadequadas podem derivar da experiência em parentificar filhos biológicos; da experiência com crianças da população geral (por exemplo, com filhos de amigos ou vizinhos); de crenças incorretas sobre o desenvolvimento da criança (Quinton, 2012) ou de um conjunto de mitos, que ainda perduram, relativamente à adoção ou às crianças adotadas, percecionadas como carentes e/ou “gratas” por ter uma nova família (E 11 – *“Eu estaria talvez à espera de uma criança mais, com uma demonstração de maior carência e passividade que ela tem (...) às vezes sinto-me um bocadinho defraudada pontualmente em determinados contextos, em determinadas coisas que ocorrem”).*

Além do mais as expectativas quanto à possibilidade de mudança ou não dos comportamentos da criança também podem funcionar como um facilitador ou como stressor no exercício da parentalidade e, por conseguinte, no processo de adaptação individual e familiar (E 13 – *“Eu acho que foi, porque tive de tudo nos meus sobrinhos (...)*

tenho o meu sobrinho mais velho que era uma criança amorosa em pequenino, teve uma adolescência complicadíssima, mas que depois atinou e hoje está bem (...) eu acho que se eu nunca tivesse tido grandes contactos com crianças, eu quando chegou aqueles seis meses, eu tenho a impressão de que não conseguia, porque entra-se em pânico. (...) E chega uma altura, aqueles seis meses, ou devolvemos agora ou vamos aturar isso o resto da vida. E não é bem assim, porque a gente é moldável, não é?"; E 11 – “Está com 8 anos neste momento e tem algumas cenas de má-educação, de bater portas, virar costas, que os meus filhos biológicos não tinham, e quando acontece uma situação desta, imagino, será que isto vai continuar daqui a 2 anos, 3 anos, 4 anos? Imagino-a com 14 anos a ter uma reação dessas de confronto, assusta-me um bocadinho pensar nisso”).

Os pais também têm de realizar o luto pela infertilidade, pela parentalidade biológica e pela perda de um vínculo genético, podendo fantasiar como seria o filho biológico que nunca tiveram, comparando-o com a criança que têm na realidade (E 8 – “Às vezes a pessoa está a olhar nos olhitos, olha assim na carita, às vezes certas reações, às vezes a gente pensa, seria, seria assim? Dizem que as crianças têm certas coisas que são mesmo do sangue. Seria mesmo? Que características? Isto e aquilo. Depois vem-me à ideia, por exemplo, aquele filme “My Fair Lady” e tudo... e digo as pessoas não são conforme nascem, são conforme são criadas e (...) pronto e daí digo assim «Era igual» e acabo por...”). Este processo pode ser mais frequente quando a criança não corresponde às expectativas dos pais ou quando causa alguma decepção porém, os pais não adotivos também fantasiam acerca dos seus filhos, quando estes não são as pessoas que eles gostariam que fossem (Mateus & Relvas, 2007).

Nas Famílias adotivas, o tempo de espera é incerto, como as características da criança (E 5 – “Quando nos candidatámos não pusemos restrição nenhuma, a não ser a saúde, que não queríamos que tivesse problemas graves de saúde (...) portanto qualquer coisa nos podia calhar”; E 12 – “Pusemos um prazo etário alargado, admitimos que podiam ter entre 4 e 7 anos, que podiam ser 1 ou ser 2, que podia ser rapaz ou rapariga”), e a passagem, em si, para a parentalidade é, muitas vezes, abrupta e rápida (E 13 – Decorámos o quarto todo para elas, à pressa, não é? À pressa, porque foi uma coisa assim... não contava que fosse tão rápido (...) Nós fomos lá conhecê-las numa quinta-feira à tarde e quando chegámos lá queriam que as trouxéssemos para ficar”), o que inibe o planeamento efetivo para a chegada da criança, bem como o envolvimento e a preparação gradual do papel parental (Barth & Berry, 1988; Levy-Shiff, Goldshmidt, & Har-Even, 1991; Mateus & Relvas,

2007) (E 12 - “E têm-se não sei quantos meses para fazer o filme, habituar-se interiormente, que são 9 meses se correr bem, que a coisa vai mudar, e nós **soube-se hoje e depois são 10 dias** (...) eu acho que a gente ainda vive na época cor-de-rosa, porque a gente, como sabe que os processos demoram tanto tempo, a gente acaba por não acreditar, **depois vai deixando, não pensa hoje, pensa amanhã, afinal de contas isto demora tanto anos**, a gente vê e tal, não vale a pena ... de vez em quando lembra-se...”).

O início da vida familiar adotiva é encarado como um período de crises normativas que requer a reformulação de um conjunto de papéis, funções e responsabilidades, quer a nível individual como conjugal (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Várias mudanças ocorrerão ao nível da relação conjugal (ex.: menor tempo e atenção mutuamente disponível entre os membros do casal); das rotinas, horários e hábitos; da ocupação (e existência) dos tempos livres dos pais; da gestão dos papéis familiares e laborais, etc. (Alarcão, 2002; S. A. Ferreira, Pires, & Salvaterra, 2004).

Enquanto nalgumas famílias as mudanças supramencionadas foram vivenciadas de forma relativamente serena (E 16 - “Comecei a sair mais cedo, o meu chefe já sabe que às 6h30 já estou a sair (...) ao sábado era piscina com elas de manhã, fazer os deveres, e aí mudou, o tempo livre acabou por estar mais ocupado, a roupa duplica, os livros, o espaço começa a apertar (...) Mesmo nós, foi mais algum tempo morto que tínhamos, ou demasiado tempo morto que tínhamos que está mais preenchido, mas também não houve assim nada de especial ”; E 12 – “Foi uma mudança rápida, mas para mim foi uma mudança tranquila que fiz com boa vontade e da qual não estou arrependido, é mais exigente evidentemente, porque a gente deixa de fazer certas coisas que estava habituado a fazer e gostava de fazer. Passa a ver o mundo, a definir as nossas prioridades e ver as coisas de uma maneira diferente, dá mais atenção a eles, coloca-se muitas vezes em segundo plano, deixar de fazer certas coisas para que eles possam beneficiar de outras. Sacrificar-se mais também, mas com alegria, sem drama”), noutras famílias as mudanças foram vivenciadas com mais dificuldade, tendo, em situações extremas, impacto negativo na própria saúde (física e mental) e no bem-estar dos pais (E 12 – “nós estávamos 14 anos casados sozinhos, e eu pessoalmente ainda sinto falta de alguns momentos de sair e não ter de dar justificação nenhuma, jantar a que horas for preciso, deitar a que horas for e não ter essas preocupações (...) eu senti e de vez em quando ainda sinto; E 13 – “Gerir isso foi... a ponto de às vezes, a gente, mesmo dentro do casal, não haver paciência um para o outro, não é? No início foi... eu digo o primeiro ano foi muito complicado (...) até porque eu muitas vezes aproveito, quando tenho

tempo, para me libertar um pouco (...) eu tenho uma necessidade muito grande, às vezes, de estar sozinha”; E 7 - Houve uma fase em que era assim, vinha do trabalho, fazia o jantar, eu levava-o duas vezes à piscina, ficava uma hora no carro, levava-o duas vezes à tuna, ficava no carro (...) ele fazia terapia da fala, íamos sempre depois das aulas, eu tudo o que pudesse sobrecarregava para mim (...) faço tudo de maneira que ele não se aperceba, não se agite e que cumpra tudo mais ou menos (...) Chegava a casa, jantava, mal acabava de jantar, tinha que ir ver como iam os deveres. Eu ficava sentada à beira dele a estudar. Tudo isto, sempre sentada, sem fazer exercícios, criei os diabetes, comecei a ficar muito gorda, já ia em 90 e tal quilos e comecei a ter mudanças de humor (...) eu berrava e tão depressa berrava que dizia «Tu estás tola!», vinha cá dentro e o que é que eu fazia? Comia (...) «Tu não vês que a mãe mata-se por ti, eu faço tudo, tudo, tudo e tu dás estes presentes, isto e aquilo. Às vezes começava a chorar com ele, às vezes dava três voltas de carro que não sabia se havia de ir para a piscina, se estava tão furiosa que havia de vir embora, o que havia de fazer”). De igual modo, no estudo de McGlone, et al. (2002) os pais indicaram stress associado à transição para a parentalidade, mais especificamente, proveniente do trabalho adicional, da mudança de rotinas, da falta de tempo para o casal, de se tornarem pais de uma criança mais velha e da reestruturação da vida familiar.

Para a gestão destas mudanças os pais também identificaram vários facilitadores e estratégias que atenuaram o seu potencial impacto *stressor*, tais como, o usufruir da licença de maternidade/paternidade por adoção (E 11 – “*Sim houve uma mudança muito grande, mas aqueles dias que nos dão também é muito bom. Os primeiros meses da licença, em que fiquei a tempo inteiro com ela, deu para adaptar a casa, deu para me adaptar às necessidades, àquela nova dinâmica, penso que foi bastante produtivo*”); a relativa autonomia das crianças nalgumas rotinas (E 16 – “*Também já estavam habituadas, ao sábado iam limpar o quarto e iam arrumar, também já faziam tarefas diárias, tinham uma escala*”); o apoio da família alargada (E 10 – “*também tenho os meus pais a morar aqui ao lado, facilita muito mais, como é óbvio, mas mesmo assim não posso dizer que houve assim uma grande alteração*”); a existência de rotinas e horários já definidos em função das necessidades de crianças ou de terceiros, quando existiam filhos ou pessoa dependente a cargo (E 9 - “*Eu acho que a reorganização, eu acho que foi tudo tão natural (...) Já tínhamos as rotinas, era uma questão era mesmo de adaptar o nosso horário. E os outros filhos mantiveram as atividades que tinham e ninguém andava concentrado a 100% no Leonardo, não é? Tudo estava, nós tentávamos ter a rotina que tínhamos*”); a maior flexibilidade a nível

laboral (E 15 – “É assim eu sou empresária em nome individual, tenho funcionários e tenho uma certa flexibilidade”); a definição e/ou manutenção de espaços, tempos, e atividades do casal e/ou individuais (E 14 – “Às 9h na cama, porquê? Porque era importante para eles (...) mas também porque era saudável para mim e para o meu marido mantermos o nosso tempo de casal (...) É evidente que temos outras preocupações que não tínhamos, horas de o ir buscar, vou levá-lo ao futebol, vou buscá-lo ao futebol, essas coisas todas, mas o nosso espaço mantém-se e fizemos questão disso. Às vezes faço questão de ler o jornal, sento-me ali a ler o jornal, se eles me pedem para brincar, «Não agora é a minha hora de ler o jornal. Já brinco». Separamos um bocado as coisas e mantemos os hábitos praticados”); e o posicionamento relativamente às mudanças (E 5 – “a gente quando tem que fazer alguma coisa tem que fazer, não vamos estar agora a pensar «Ah se eu não tivesse filha, agora ia para a cama, não comia»”).

Com a chegada da criança, e consequente alteração do sistema familiar, é também importante que os pais tenham consciência das mudanças que acontecerão e que estejam preparados para tal (Triana & Simón, 2004). No estudo de Branquinho (2011) os pais referiram que, com a chegada de criança, tiveram de reajustar algumas das suas atividades/prioridades, mas que já sabiam que assim o seria. Desta feita, determinadas mudanças, mesmo que causem algum impacto negativo, podem ser percecionadas de forma mais positiva se os pais as anteciparem e aceitarem como algo associado à transição para a parentalidade (adotiva).

Excecionalmente, os pais reconheceram (ou reconheceram no cônjuge) atitudes de inflexibilidade e rigidez nas suas exigências de disciplina para com os filhos (E 8 – “**M:** Eu sou professora, este tipo de comportamento vejo isto e muito pior, isto nem é nada ao pé de algumas coisas que eu vejo, portanto consigo não me sentir tão afrontada com algumas coisas, **o pai sente-se mais. P:** não é sentir-se afrontado, mas eu acho que as regras têm de ser para cumprir”; E 7 – “Eu quero que quando ele vai algum lado que me telefone, quero que todos os passos que ele der me comunique, olhe pode ser que eu seja doente, mas se eu sou doente as pessoas também têm que se moldar à minha doença, porque não posso ser perfeita em tudo, sou um bocado chata às vezes”). Vários estudos demonstraram a associação entre a rigidez parental e o risco de disrupção (Barth et al., 1988; Boneh, 1979; Kagan & Reid, 1986; Lahti, 1982; McRoy, 1999; Rosenthal et al., 1988; Sack & Dale, 1982). Inclusivamente, Berry (1997) concluiu que as famílias que não conseguem tolerar o

desequilíbrio no sistema familiar causado pelo comportamento externalizado da criança, e que respondem impondo mais limites, estão especialmente vulneráveis à disrupção.

Os pais também identificaram determinadas características pessoais ou formas de reagir que funcionaram como *stressores*, dificultando o processo de adaptação, tais como, a reatividade (E 16 – “*o ter muita paciência, porque eu lembro-me perfeitamente que no início eu perdi um bocado (...) o [episódio] menos feliz foi meu, um dia estava a jantar e houve qualquer coisa que eu passei-me de tal forma, estava com uma carga de nervos tão grande, chatee-me, dei um berro e depois para não me chatear mais levantei-me da mesa, fui dar uma volta a pé (...) Às vezes um braço de ferro com uma criança é um bocado complicado*”), a maior dificuldade em expressar a afetividade (E 12 – “*apesar de eu ser um bocado mais racional, um bocado mais bruta*”), e a preocupação excessiva com o futuro (“E 7 – “*Eu sou uma pessoa com mais visão de futuro o que às vezes é bom e às vezes mau, às vezes também começo a preocupar-me com coisas que nem sei se vão acontecer (...) depois sou cismática*”).

Diversos autores (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Hughes, 1999; McRoy, 1999; Partridge et al., 1986) elencaram várias capacidades e competências parentais associadas com a estabilidade da adoção, destacando-se, entre outras: ser flexível; manter expectativas realistas; ser tolerante quando a criança expressa sentimentos negativos/ambivalentes ou quando rejeita os pais adotivos; ser capaz de se distanciar emocionalmente do comportamento da criança; utilizar o humor; valorizar e ficar feliz com pequenos progressos; recorrer a ajuda especializada e simultaneamente acreditar nas forças da família para resolver os problemas; utilizar a rede de suporte; e colaborar com os serviços de adoção.

Adicionalmente os pais também referiram características, experiências prévias e estratégias que amorteceram ou facilitaram a resolução dos desafios vivenciados. Assim, os participantes aludiram à experiência com crianças (particularmente com crianças mais exigentes), advinda da sua prática profissional, do exercício efetivo da parentalidade (quando existiam filhos prévios) e da interação e/ou prestação de cuidados a crianças da família (E 14 – “*lidarmos com miúdos complicados também nos ajudou a lidar com eles, a percebermos que, lá está, a história do rigor, da autoridade que é valorizada pelos miúdos*”; E 8 – “*ajuda ter outros filhos, porque se esta criança fosse para quem não tivesse, em dois dias mandava na casa toda e na família toda*”). Os pais também referiram que procuraram informação sobre a adoção, recorrendo a grupos de famílias candidatas à adoção e adotivas, a pessoas amigas (com ou sem experiência pessoal de adoção) e/ou a livros, de forma a desmistificar determinados assuntos (E 11 – “*Também foi importante eu ter lido muita coisa*

naquela fase que foi mais complicada com ela, e tem que ser mesmo assim, eu ia lá buscar, que era assim que se passava. Tal e qual como as outras experiências todas da nossa vida, as experiências dos outros servem para nos consolar, tu não estás cá sozinha, não estás sozinha a passar por isto, isto é um processo normal, é difícil, mas é típico”),

8.4.2. Nível familiar: dificuldades, atribuições, recursos/facilitadores, estratégias de coping e adaptação.

a) A construção da relação pais-filhos

Para alguns autores a Família adotiva não começa quando a criança chega a casa dos pais adotivos, mas apenas quando se estabelece um vínculo afetivo na díade pais-criança (Melina, 1998).

Quando se está à espera de uma criança, adotada ou biológica, uma das expectativas mais comuns é que a criança venha a ter um relacionamento muito próximo com os pais, porém, nas famílias adotivas essa expectativa tende a transformar-se em medo, dado que os pais receiam não conseguir estabelecer com a criança uma forte vinculação afetiva e psicológica ou vice-versa (Mateus & Relvas, 2007). O período de transição constitui o primeiro grande teste (E 12 – “*A única coisa que a gente falava no carro «E se a gente está a fazer estes kms e volta embora exatamente na mesma como foi, não é?» Há empatia ou não há empatia. Não vale a pena dar a volta. Não era só deles, mas nossa também*”), em que este medo pode ser potenciado (E 7 – “*Olhe fiquei um bocado, como quem leva um balde de água fria. A primeira coisa que ele me disse foi: «Eu mãe tenho, pai é que não»; E 4 – “Na noite anterior a ela vir para cá ela chorou porque estava dividida. Ela dizia que queria vir, mas também não queria deixar os amigos dela lá. Isto foi a diretora que contou. Achei isso perfeitamente normal, mas nessa altura eu senti medo, senti um nozinho a pensar «Amanhã vais ter saudades? Depois de amanhã vais ter saudades?»*”) ou apaziguado (E 3 – “*Essas assistentes começaram a buscar comida e deixaram-nos sozinhos e quando elas voltaram, com as suas travessas e os seus pratos, nós estávamos a falar do futuro, estávamos a planear viagens. Eu creio que todos nos miramos na cara e já está, foi assim, eu não sei*”). Porém, independentemente do impacto positivo/negativo da fase inicial, este medo vai estando presente ao longo do processo, com maior ou menor intensidade, até ao momento das certezas (E 4 – “*Havia o medo que ela pudesse rejeitar em qualquer altura, mas a partir de certa altura houve certezas e essa evolução foi a certeza. Foi o desaparecer tudo e não*

haver tempo, os tais cinco anos, que atualmente são cinco anos, isso desapareceu, essa foi a tal evolução”).

Os pais adotivos vão construindo o vínculo no dia-a-dia, já que, para eles, é através da partilha das experiências que se vão estabelecendo os laços afetivos. O que determina que um casal ou pessoa singular se transforme em pais/pai/mãe (psicológicos e afetivos) de uma criança é a quantidade e a qualidade do tempo que estes passam e despendem com ela, as experiências do dia-a-dia, a partilha dos bons e maus momentos, o sentir-se responsável pelo seu bem-estar, o orientar o seu crescimento e desenvolvimento (Hoksbergen, 1996). Neste sentido, duas Famílias ($n = 2$) expressaram ambivalência ou desconforto com o assumir o papel de pais quando ainda não se sentiam como tal (E 8 – “No início, embora eu quisesse muito a criança, é muito estranho ter uma criança de quase 7 anos a chamar-nos mãe ao fim de um dia. Falando sinceramente os primeiros meses de relação são muito falsos, porque não é uma relação construída desde sempre, embora uma pessoa tenha esperado dois anos e tal e quisesse, é um filho um bocado falso entre aspas, e é estranho, é uma coisa, é como ter um intruso”; E 14 - “Naquele momento não há afetos estabelecidos. São dois estranhos. Nós somos dois estranhos para eles e eles são dois estranhos para nós, portanto a partir daí tem que se ter muito trabalho para construir tudo o resto”). Este sentimento também é influenciado pelas expectativas prévias acerca da adoção ou da relação com a criança (E 8 – “Eu acho que quem espera dois anos e tal por este momento e tem dois filhos não está com a ansiedade de ter um filho”; E 14 - “**M:** A mim foi uma estranheza tal, que não reagi. Ele chamou-me mãe e eu não olhei”, “**P:** Eu fiquei surpreso. Não estava a contar que o trato deles fosse logo assim”).

A parentalidade psicológica desenvolver-se-á ao longo do tempo, de forma mais ou menos célere, com mais ou menos dificuldade, em função de múltiplos fatores, entre os quais, as expectativas parentais, as experiências prévias (da criança e dos pais), a personalidade de cada um, as reações das crianças, etc.

Desta forma, o discurso dos pais é tradutor de realidades múltiplas em que processo de construção da relação pais-filhos decorreu de forma rápida e fácil, transcendendo as expectativas (ex.: E 2 – “Foi tudo muito rápido, mesmo...eu não sei... quer dizer, ele é uma criança que gosta muito de dar beijos, beija toda a gente e depois eu também gosto muito de crianças, sempre fui doida por criança e todos os momentos brinco com ele, dou-lhe beijos”; E 12 – “A chegada a casa foi de certa forma para eles uma espécie de regresso a casa, parecia que estavam a entrar na casa deles. É uma espécie de milagre. Os miúdos parece que

nasceram aqui connosco, nesta casa (...) A maneira como eles se adaptaram a nós e como nós nos adaptamos a eles, nos aceitamos reciprocamente, foi fácil, foi tudo muito fácil e rápido”); de forma gradual e sem grandes desafios (ex.: E 17 – “Tem evoluído muito bem no sentido de uma cumplicidade absoluta”), de forma gradual e com desafios, restritos ou focalizados no período de adaptação inicial (ex.: E 16 – “No início é complicado por ter aquele primeiro gelo, porque elas fecham-se entre as duas, e há o mundo delas e o nosso, primeiro que haja ali uma interligação é complicado”(…) Foi uma engrenagem tão bem feita que nós encaixamos perfeitamente”); e de forma gradual e com desafios contínuos (ex.: E 13 – “Eu sempre imaginei que o ser mãe adotiva é ser mãe. Não há diferença. Pode haver no início, especialmente quando já são crescidos, e tem aquele período de adaptação...e eu sempre, sempre, sempre imaginei, passado aquele período que... Nunca imaginei que fosse ser tão longo” (...))“Fora esses episódios (...) acho que já é um relacionamento normal, passados os três anos”). Para algumas famílias, os afetos de uma relação pais-filhos ainda estavam em processo de construção no momento de realização das entrevistas (ex.: E 9 – “É gostar de uma criança que não é nossa, que não veio de nós (...) O Leonardo traz uma história de seis anos que eu desconhecia, portanto, neste momento, eu gosto do Leonardo, mas ainda tenho muito para dar ao Leonardo e para amar o Leonardo, não é? Portanto, só isso já é um desafio (...) E isso, só daqui a uns anos é que eu poderei dizer: «Eu amo incondicionalmente o Leonardo». Eu neste momento não posso dizer: «Eu amo o Leonardo como amo o Renato ou a Amália», porque eu amo-os de forma diferente”).

Uma tarefa importante na Família adotiva, para a construção/consolidação da relação, é o desenvolvimento de um sentimento de pertença ou de direito (E 2 – “A outra [criança que criou/educou] gostava dela como filha, mas não é como sinto agora por ele, porque agora a gente sabe que ele é nosso, e o amor torna-se mais forte nesse momento”). Em termos legais, essa pertença é estabelecida através do vínculo jurídico constituindo um marco para uns (E 15 – “Quando recebi a carta do juiz a dizer que já éramos definitivamente pais, aqui todos agarrados, a chorar um bom bocado, os 4, porque foi a tranquilidade, o acabar aquele sufoco de eventualmente...”; E 3 – “No momento que souberam que era definitivo notou-se, muito mais na Vera, essa é que é a minha mãe, esse é que é o meu pai”), e desprovido de significado para outros (E 4 – “Quer dizer, eu quando fui a tribunal, eu fui muito contente, mas ao mesmo tempo era quase como olhar para as ... e dizer «Mas o que é que eu estou aqui a fazer?! Ela já é minha filha! Vocês não vão decidir nada». Claro que podiam decidir, mas ela já era minha. É uma coisa tão estranha”). De qualquer forma,

enquanto os pais não sentirem a criança como sua (com ou sem ‘papel’), dificilmente conseguem agir como tal (Mateus & Relvas, 2007). Efetivamente o sentimento de legitimidade ou de direito (*entitlement*) enquanto pai contribui para a definição de relações pais-filhos positivas (N. J. Cohen, Coyne, & Duvall, 1996) enquanto a crença dos pais adotivos de que não têm o direito de educar e de efetuar decisões pela criança adotada está associada com dificuldades nas Famílias adotivas (Derdeyn & Graves, 1998).

Se nas Famílias biológicas uma das maneiras de os pais se sentirem, eles próprios, como pai ou como mãe é identificando semelhanças entre eles e os seus filhos, nas Famílias adotivas processa-se algo idêntico (Mateus & Relvas, 2007). Os pais encontraram, quase sempre, semelhanças entre eles e as crianças, na maneira de ser, nas características da personalidade e, por vezes, na aparência física. Estas semelhanças foram assumidas pelos pais como facilitadoras para a construção da relação e, segundo as suas perceções, derivam do acaso/destino (E 15 – “*Ah meu Deus, se eu tivesse um filho biológico não seria tão parecido! É impressionante!*”), traduzem a tentativa de a criança se moldar aos pais motivada pelo seu desejo de se integrar na família (E 7 – “*M: É o pai, tal e qual, os modos, os ditos, tudo, quer dizer, é a miniatura do pai, mas isso toda a gente diz que ele é tal e qual o pai. Por exemplo coisitas pequenas, ele é um macaquinho de imitação do pai, se o pai tira a camisola, ele passado 10 minutos tira a camisola*”) e/ou advêm da convivência conjunta, em que os pais constituem os modelos seguidos pela criança (E4 – “*Estando com ela no dia-a-dia, vivendo, vendo como ela responde, certas frases que diz, tem muito a ver ou com a opinião da mãe ou com a opinião do pai, há muita influência aqui*”).

Ajudar o/a filho/a a desenvolver o sentimento de pertença e os vínculos afetivos com a nova família constitui uma tarefa crucial dos pais adotivos. Estes verbalizaram algumas dificuldades das crianças em estabelecer vínculos afetivos e comunicativos com os pais ou as suas próprias dificuldades em lidar com determinados comportamentos (tanto em excesso como por defeito) que as crianças demonstraram nalgum momento do processo de integração na família.

Duas Famílias adotivas verbalizaram a rejeição dos pais por parte das crianças (E 16 – “*Os primeiros três, quatro meses foram mais complicados (...) Elas diziam várias vezes «Ah, mas vocês não são os nossos pais!» (...) Na altura no jantar «Vós não mandais em nós!»*”; E 13 – “*Só dizia que tinha uma família e que não queria outra, porque tinha uma família. Que queria voltar para a instituição, porque a família ia lá buscá-la*”). Os pais atribuíram parcialmente esta dificuldade a uma falta de preparação da criança para a adoção, seja por

introduzirem os pais como uns amigos (E 16 – “*Acho que não foram bem preparadas na altura para a adoção definitivamente. Falaram muito de uns amigos, uns amigos que iam conhecer e depois negavam um bocado*”) ou por fomentarem os contactos com a família biológica, quando já se equacionava a adoção como projeto de vida, (E 13 – “*A família ficou muitos meses sem aparecer, não sei se meses ou mesmo anos, se tinha passado anos, sem visitar as crianças. De repente, a família começa a visitar as crianças. Provavelmente houve contacto da própria instituição, não digo da instituição, mas de alguém da instituição para com a família para que a família aparecesse lá. Não ia aparecer por milagre, não é? E isso baralhou muito a cabeça das miúdas, principalmente da mais velha*”). Para resolução desta dificuldade foram mobilizados recursos sociais, nomeadamente técnicos da instituição de acolhimento da criança e do serviço de adoção, que utilizaram como estratégia a explicitação da realidade (E 16 - “*Explicávamos, tentávamos explicar, mas sentíamos que realmente faltava essa conversa com a psicóloga (...) Quando a psicóloga veio cá e falou com elas, elas perceberam realmente que afinal era para sempre*”; E 13 – “*Veio cá a psicóloga, esteve a falar com ela e disse que realmente o tribunal decidiu e é o tribunal que decide, não somos nós, nem são eles, não é ninguém. Que a família que tinha anteriormente, realmente não tinha condições para ficar, para educar uma criança. E que ela tinha que ficar com uma família de adoção. Se não fosse essa seria outra*”). Esta dificuldade foi ultrapassada total (E 16 - “*Faltava dar ali um último passo, depois estagnou e partir de daí (...) Elas mudaram completamente, ficaram muito mais tranquilas, elas andavam meio baralhadas*”) e parcialmente (E 13 - “*Mas ainda durante um tempo foi complicado. Ainda, não sei, eu tenho certeza que ela mal tenha possibilidades vai procurar a família*”).

No estudo de González et al. (2001), 28.5% das crianças expressaram uma clara rejeição da Família adotiva não aceitando a sua situação de abandono e acreditando que poderiam regressar para a sua família biológica. Para lidar com estas dificuldades foi necessário que as crianças se consciencializassem da realidade, isto é, da impossibilidade dos seus pais biológicos, da família biológica alargada ou de famílias de acolhimento prévias cuidarem delas e das vantagens da sua integração na nova família. De facto, para algumas crianças integradas mais tardiamente, os sentimentos de pertença na Família adotiva podem estar ligados com os seus sentimentos em relação à família biológica: enquanto algumas crianças podem manter um sentimento de lealdade para com a sua família biológica e, por conseguinte, terem apenas um sentimento condicionado de pertença à sua nova família,

outras podem expressar alívio e felicidade por estarem legalmente seguras na Família adotiva (Biehal, Ellison, Baker, & Sinclair, 2010).

Os casos referidos confirmam a necessidade de preparação da criança para a adoção no sentido de a ajudar a compreender a sua história de vida e facilitar a sua integração na Família adotiva (M. Domingues, 2011; Henry, 2005; McInturf, 1986). Se o trabalho de preparação é inexistente ou insuficiente os pais podem ter que lidar com desafios adicionais à medida que ajudam a criança a resolver assuntos relacionados com o seu passado, presente e futuro (Hanna, 2008; Molina, 2002). Por outro lado, a preparação para a adoção é um processo contínuo, em que as temáticas centrais de perda, identidade e vinculação (Jewett, 1978) assumem um novo significado e impacto quando a criança é integrada na família, revelando-se fundamental a ação do profissional neste processo, de forma direta (intervenção junto da criança) e/ou indireta (consultadoria aos pais).

Os pais também verbalizaram uma inibição afetiva ($n = 4$) nos seus filhos, por terem dificuldades em expressar espontaneamente afeto (verbal e/ou físico) para com os pais e/ou em receber o afeto (verbal e/ou físico) expresso por estes (E 14 – *“É um miúdo muito recatado, tímido, que reagia de forma controlada ao toque, portanto os abraços e os beijos dele...não se sentia à vontade. Olhou para nós com alguma desconfiança.”*). Está patente no discurso dos pais a normalização da expressão de afetos e a definição de momentos de intimidade familiar como formas de resolução (E 17 – *“A primeira vez que foi para a nossa cama, «Eu posso ir para a tua cama?», «Podes! Queres dormir comigo? Hoje vais dormir connosco!» ”*; E 14 – *“Nós instituímos logo isso, um beijo ao levantar, um beijo ao deitar, pelo menos nessas alturas tem que haver ali uma ligação*). De forma gradual e natural esta dificuldade foi ultrapassada (E 14 – *“Passado uns tempos eu disse «Afonso não queres dar-me um abraço?» e ele deu um abraço muito apertado e pronto eu senti que o gelo tinha quebrado”*).

No extremo oposto, alguns pais também referiram a exigência excessiva de afeto e atenção ($n = 7$) em que as crianças solicitavam sistematicamente atenção e/ou exprimiam demonstrações de afeto constantes (E 10 – *“É muito carente de mimos, de abraços e beijinhos e essas coisas todas (...) tudo escrito, tudo desenhinhos, essas coisas assim”*) e/ou requeriam a presença do adulto (E 14 – *“Ela está a ver e eu estou a ver um programa que ela gosta muito. Se eu vou para a cozinha, para cozinhar, ela é capaz de deixar de ver o que está a ver, mesmo gostando muito, para ir para a cozinha comigo”*). De realçar o impacto da perceção dos pais, pois comportamentos similares foram considerados como facilitadores da

relação (E 1 – “*Eu tive a sorte de me sair um filho tão meiguinho, tão amigo, de andar sempre aos beijos, eu nunca levei tantos beijos na minha vida como tenho levado agora dele*”; E 2 – “*É uma criança que para onde [eu] for, ela vai sempre atrás de mim. O meu pai até diz «A tua mãe não foge!*». Eu sinto que ele está cada vez mais agarrado a mim”). Estes comportamentos foram atribuídos ao passado, seja pela ausência ou escassez de experiências positivas de afeto (E 6 – “*Não foi acarinhada durante essa fase da vida dela*”), seja pela própria dinâmica institucional (E 10 – “*... porque na instituição é tudo ao mesmo tempo*”) e ao carácter disposicional (E 13 – “*Ela tem que ter a presença sempre de alguém. Não sei se é temperamento*”). Como forma de resolução, os pais expressaram uma satisfação direta da necessidade (E 2 – “*Ainda hoje, tem 9 anos (...) «Oh mãe pega em mim ao colo como se eu fosse um bebé» (...) Pego nele, parece que ainda sinto mais ternura, pego nele e faço-lhe a vontade*”), ou garantiram a reciprocidade dos afetos (E 9 – “*Eu tive que o fazer entender que [ele] não tinha essa necessidade de me estar a abraçar, que também [pais e irmãos] o queriam abraçar a ele*”). Esta dificuldade (relativa) assumiu padrões de evolução diferentes em cada família, mantendo-se ($n = 5$), esbatendo-se ($n = 1$) e desaparecendo ($n = 1$). No estudo espanhol de Molina (2002) a exigência excessiva de afeto e atenção foi expressa por 24 crianças (61.5%), persistindo em 11 delas no momento do estudo.

De salientar que alguns pais, percecionaram os seus filhos como mais afetivos, comparativamente às outras crianças, mas não necessariamente como mais carentes (E 12 – “*Quando a gente os ia buscar, eles vinham literalmente a correr para nós, «Pai! Mãe!», vinham a correr feitos doidos e abraçavam-se a nós que nós quase que caíamos. Eles eram os únicos. Depois naquelas idades ninguém fazia isso (...) Talvez um bocado mais afetuosos ou afetivos, não sei como é que hei de definir isso, não é carência*”).

De forma residual os pais verbalizaram que a criança reage indiscriminadamente face a estranhos, isto é, demonstra-se excessivamente comunicativa e/ou afetiva com pessoas externas ao círculo familiar (E 15 – “*Eu lembro-me ter que levá-los à porta, com o Tomás tinha muito receio, o Tomás qualquer pessoa que o chame ele vai, é muito comunicativo (...) Viu duas ou três vezes...é desse género, abre a porta do carro e vai*”). Perante esta dificuldade os pais alertaram a criança dos perigos (E 15 – “*Disse «Roubam-te filho, viste o que aconteceu com aquela menina que nunca mais ninguém a viu»*”) e articularam com a escola (E 15 – “*Não tem autorização para sair sozinho da escola*”).

A expressão de medos e receios em perder a nova família foi referida pelos pais, descrevendo episódios nos quais a criança interroga o afeto dos pais e pergunta sobre a

situação legal do processo (ex.: E 9 – «*Ó mãe já foste ao juiz? E o que é que vais dizer ao juiz? E se disseses que não gostas de mim ao juiz?»*»); questiona sobre a duração dos laços (ex.: E 10 – «*O juiz chamou o mais velho e perguntou se ele queria ficar connosco (...) até aos 18 anos (...) «Oh mãe, quando eu fizer 18 anos não me vais mandar embora?»*»); crê que os pais a poderão devolver face aos seus comportamentos (ex.: E 3 – «*Elas tiveram medo, se não se adaptassem 100% a nós teriam que voltar para um sítio que não queriam*»); rejeita qualquer conversa que coloque em causa a estabilidade familiar (E 4 - «*Se eu disser que o Sting é muito bonito, ela já não suporta o Sting (...) [e ela diz] «Até trocavas o pai pelo Sting » (...) e logo «Não quero que se fale sobre isso!»*»), apresenta um estado de alerta e vigilância (ex.: E 1 – «*Ele está sempre com o sentido aonde é que nós estamos*»), recusa ou receia visitar o centro/família de acolhimento (ex.: E 1 – «*Vamos lá num instante ver os teus amigos*» (...)
Dizia «Oh mãe, estou cheio de dores de barriga»), receia as visitas das técnicas, etc. (E 5 – «*Quando vinham cá as técnicas no período de pré-adoção (...) ela ficava sempre retraída em frente às técnicas, ficava ali caladinha, sentadinha no sofá, quase que mal olhava, respondia a custo «Sim. Não» e mais nada*»).

No sentido de ultrapassar esta dificuldade os pais transmitiram segurança aos filhos, reforçando a pertença e a constância dos afetos (E 9 – «*Eu gosto de ti. O facto de eu às vezes te levantar a voz ou dizer que não deves fazer isto, não quer dizer que eu não goste de ti*»; E 5 - «*Nós reforçamos sempre que agora não há volta a dar, que é para sempre (....) Isso é importante, fazer sentir à criança que não está à experiência*»), explicando o processo de adoção (E 5 – «*Quando vinham cá as técnicas, apesar de eu lhe explicar que fazia parte do trabalho delas, que elas tinham de ver se nós estávamos bem, se ela estava bem, se estava feliz, se as coisas estavam a correr bem*») e adotando determinados comportamentos intencionalmente direcionados para promover a segurança (E 5 - «*Ficava preocupada se me atrasava dois minutinhos para a ir buscar à escola, que ela não podia sair da escola, mas ficava preocupada porque era pensando o que é que, que ela poderia ficar assustada ou isso*»). Porém, alguns pais, de forma mais ou menos explícita, também ameaçaram a criança com o seu regresso ao CAT/LIJ se esta não modificasse determinadas condutas, percecionadas como muito conflituosas ou que originavam fortes tensões e stress nas relações familiares (ex.: E 3 - «*Daí derivou uma conversa muito séria e então dissemos «Ou aceitas as normas ou senão esta casa não é para ti. A instituição continua a estar onde estava, voltas a ela e pronto*»»).

Neste estudo, 10 crianças (47.6%) apresentaram o medo ou o receio de perder a nova família. Esta percentagem é similar à obtida no estudo espanhol (41%) de Molina (2002), porém superior à obtida num estudo desenvolvido no contexto Português, em que apenas 15.6% das crianças sentiram medo, nalguma fase do processo, que os pais não quisessem ficar com elas (Barbosa-Ducharne & colaboradores do IPA, 2011). Relativamente às ameaças de devolução proferidas pelos pais, J. Monteiro (2009) observou estas atitudes em seis figuras parentais (9%), e concluiu que *“este é um comportamento que pode em muito causar insegurança na criança, evocar novamente sentimentos de abandono e rejeição e dificultar a sua integração e sentimento de pertença na família adotiva”* (p. 44).

Os pais verbalizaram que 11 crianças demonstraram preferência por uma figura parental (o pai ou a mãe), e inclusivamente uma Família adotiva mencionou a aliança da criança ao pai, provocando conflitos entre o casal (E 13 – *“No início ainda tentava manipular muito o pai, a fazer queixinhas, e tentou uns joguinhos muitas vezes, mas depois não resultou. Tentou pôr um contra o outro”*). Os pais atribuíram esta preferência à maior ou menor disponibilidade de tempo de determinada figura parental (E 5 – *“Tinha que fazer trabalhos e eles iam os dois para o cinema, iam passear, era ele que a levava à escola, era ele que a ia buscar, era ele que lhe dava o jantar”*); ao tipo de interação estabelecida ou às características (interesses, personalidade) de determinada figura parental (E 12 – *“Não estou a dizer que não gostem de mim, está a perceber, mas em termos de ligação mais forte é definitivamente com o pai, que é aquela parte, mais maternal, aquela coisinha e tal”*; E 7 – *“Ele teve uma relação melhor sempre com o pai, porque o pai é mais brincalhão e gostava muito de jogar a bola, iam os dois sempre para a praia”*) e/ou ao passado, em que a representação da figura masculina ou feminina ou da figura de pai ou de mãe estava mais debilitada (E 4 – *“Enquanto comigo, não sei se por a figura paterna estar mais debilitada, mais enfraquecida, comigo é um pouco diferente, digamos que eu estaria a um nível abaixo, é um processo de construção”*; E 8 – *“O único homem que ela conhecia era o motorista e acho que o namorado de uma vigilante qualquer. Era tudo mulher. Portanto ao pai tinha uma adoração. Além disso, ela tinha uma imagem feminina muito má, portanto tudo quanto fosse homem...”*; E 13 – *“Ela devia ter uma relação muito difícil com a mãe... só falava no pai, que o pai era muito bonito e que o pai era louro de olhos azuis (...) E aqui acho que também houve uma resistência muito grande com a mãe. Comigo sempre foi...”*; E 14 – *“Às vezes penso que esta admiração grande que ele sente por mim, se calhar tem a ver com o facto de eu ser exatamente o oposto da mãe biológica”*). Segundo Diniz (1997), as crianças adotadas

poderão sentir dificuldades em adaptar-se aos pais, na medida em que a ideia de pai ou de mãe pode estar carregada de afetos positivos ou negativos, fruto de grandes idealizações ou decepções.

De acordo com a percepção dos pais, quatro crianças manifestaram uma comunicação pobre com eles, não partilhando o seu dia-a-dia, os seus problemas, os seus medos, etc. (E 12 – *“A característica que me preocupa bastante é o facto de ele não falar muito, não ser capaz de berrar, de contar aquilo que se passa, é muito fechado, guarda muito para dentro”*; E 16 – *“A Andreia tem um defeito que acho que esconde muito os sentimentos (...) é mais reservada (...) mas a maturidade que se calhar foi obrigada lá no lar, na instituição, cresceu demasiado, julgo que cresceu, e tem vergonha de mostrar o sentimentos”*). Esta dificuldade inicial na relação pais-filhos, devida à timidez dos filhos, foi totalmente ultrapassada em duas famílias (E 10 – *“Mas evoluiu muito, deixou de ser tímida, fala, não tem nada a ver com aquilo, com quem ela conhecer tem que se por um bocado de travão”*). No estudo de McGlone et al. (2002) os pais também salientaram a falta de comunicação ou o isolamento dos filhos, como umas das principais dificuldades nas interações pais-filhos. Similarmente, no estudo de Molina (2002) esta dificuldade foi sinalizada para 30.8% das crianças da amostra, persistindo em 50% destas no momento do estudo.

Três Famílias adotivas referiram uma excessiva necessidade de agradar por parte da criança (E 15 – *“É capaz de dizer sim a tudo só para agradar (...) é uma criança que eu nunca ouvi da boca dele «Mãe quero isto!» (...) acaba por nos esconder com medo de nos decepcionar (...) basta ralar com ele, começa logo num rio de lágrimas”*; E 9 – *“Tem um medo enorme de me desiludir”*; E 13 – *“Uma necessidade de agradar (...) está um pouquinho melhor”*). Segundo Pasztor e Leighton (1993) este comportamento pode ser interpretado como uma manifestação da fase do luto “choque ou negação” à perda ou separação prévia, em que a criança faz-de-conta que nada de mau ou de assustador aconteceu. Por outro lado, de acordo com J. Monteiro (2009), quando a criança sente que ainda não pertence à sua nova família, pode manifestar um comportamento exemplar ou obediente, pois ainda sente medo de voltar a ser abandonada. De realçar que em duas crianças esta necessidade de agradar não se circunscreveu ao contexto familiar, mas pontuou o modo de relacionamento da criança com os outros, espelhando a sua baixa autoestima (E 15 – *“Ele coitadito, desde muito pequeno era o criado «Vais fazer isto, vais fazer aquilo!» e como criado acaba por a pessoa achar que é diminuída em relação aos outros, que vale menos em relação aos outros”*).

Finalmente, os pais também referiram um conjunto de comportamentos, tais como, a teimosia, o desrespeito pelas regras, a oposição constante, o ameaçar os pais da retirada de afeto ou da saída de casa quando os seus desejos não eram satisfeitos, etc. que foram interpretados como um teste à relação e aos afetos (E 6 – *“Birras que nem conseguia respirar, só chorava, chorava, chorava, «Oh Madalena ninguém te está a fazer mal nenhum», [e ela dizia] «Quero ir-me embora!» (...) menos feliz, foi quando ela disse que não era mãe dela, nem o pai” (...)* porque aquilo foi um teste que ela nos fez”; E 16 – *“Elas também faziam chantagem às vezes”*; E 11 – *“Tivemos ali uma fase muito complicada, no início do ano escolar talvez, no 3º, 4º mês de estar connosco, era todos os dias. Tive confrontos mesmo muito grandes com ela”*; E 4 - *“Também compreendemos que isso era a maneira dela, das crianças que estão nesta situação, testar de facto a resistência dos laços, portanto ouvimos assim coisas, absolutamente provocatórias «Quando tu morreres, eu não sei quê, o pai casa-se com não sei quem e não sei quê”*).

Efetivamente com a adoção a criança tenderá a desenvolver sentimentos ambivalentes: por um lado, deseja estabelecer uma relação afetiva com os novos pais; por outro, devido às suas experiências anteriores, à desconfiança que tem em relação aos outros e à sua baixa autoestima, tem medo que esse relacionamento termine de novo numa separação (Katz, 1977). Assim, o medo de ser novamente abandonada dita inúmeros comportamentos de provocação que não têm outro objetivo senão o de reassegurar-se da disponibilidade e do amor dos outros (Alarcão, 2002). A acrescentar que a criança sofreu um conjunto de perdas, pelo que estes comportamentos de desobediência, desafio, agressividade, birras, etc. podem ser tradutores da etapa de resolução do seu processo de luto. Desta forma, na fase de negociação, a criança adota (inconscientemente) estes comportamentos para ser “expulsa” da Família adotiva e regressar para onde deseja estar (i.e., família biológica, família de acolhimento ou instituição prévia, família imaginária) e na fase de raiva, estes comportamentos resultam da externalização dos seus sentimentos de dor, culpa, tristeza, revolta, etc. (Jones, 1979; Pasztor & Leighton, 1993).

Estas situações são particularmente difíceis de gerir pelos pais, na medida em amplificam os seus próprios medos e dúvidas (E 6 – *“Qualquer coisa a desmoronar. Foi assim mesmo. Queres ver que vamos ter aqui um grande problema, que ela vai andar a dizer-nos isso toda a vida”*). Perante isto eles podem adotar comportamentos que reforçam o sentimento de insegurança da criança (E 6 - *“Preparamos a roupinha toda, pusemos ali, «Vamos te levar!» (...) depressa se apercebeu que sendo **ou não sendo pai e mãe** nós é que*

*íamos gerir e cuidar dela”). Como forma de resolução também é referido o recurso a ajuda especializada (E 11 - “*Aguentei os primeiros dois, três meses sem psicoterapia e depois fui com ela à terapeuta*”). De realçar a preparação e as expectativas prévias dos pais em relação a este tipo de comportamentos enquanto mediadores das suas respostas (E 4 - “*A Dr.ª Mafalda tinha-nos falado muito até sobre isso e estávamos avisados que podia haver um esticar de corda até ao limite (...) Uma vez que estávamos avisados o máximo que se passou foi com muita calma*”).*

No estudo de González et al. (2001), 38% das crianças também manifestaram atitudes ou comportamentos classificados como “chantagem emocional”¹³³. Nestas situações, os pais foram orientados a manterem-se consistentes nas regras/normas definidas, explicando à criança as razões pelas quais não cediam aos seus desejos e fazendo-a compreender que este comportamento em particular os magoava e que não contribuía para atingir os seus objetivos.

Ao longo do discurso, os pais também referiram características/comportamentos da criança que facilitaram a construção da relação, designadamente o desejo de ser adotada, resultante ou não de uma preparação prévia (E 4 - “*Ela queria logo uma família. Eu acho que ela é que foi a grande obreira do relacionamento*”; E 8 - “*Eu acho que ela queria muito ter uns pais. Deveria estar trabalhada para isso e preparada.*”), a vontade em mudar de nome (E 2 - “*Oh mãe, eu gostava de ter um nome como o do meu avô*”), a reciprocidade, isto é, a vontade em ajudar os pais quando estes estavam ocupados, cansados ou tinham alguma dificuldade (E 7 - “*Dizia assim: «A mãe está maldisposta e tu tenta não arrelhar a mãe» e ele pronto lá fazia, lá tentava. Ainda hoje eu entro, a primeira coisa que ele pergunta «Que tal te correu o dia mãe?»*”; E 17 - “*Ele é de uma disponibilidade total, sente-se muito bem a ajudar, muito prestável*”; E 8 - “*Se disser «Dói-me a cabeça» ela amanhã «Estás melhor da dor de cabeça?»*», é logo. É muito atenta nessas coisas”). Em termos familiares, os pais também referiram outros facilitadores ou estratégias utilizadas para promover a integração da criança, designadamente, o apoio mútuo e colaboração (E 15 - “*Um põe a mesa, o outro levanta a mesa, portanto as tarefas estão perfeitamente definidas, até o lema da casa, «Onde toda a gente ajuda nada custa*»); a comunicação aberta (E 16 - “*Nunca esconder nada e falar das coisas abertamente, nunca digamos, esconder o que é que passou, porquê, porque não, falar sempre abertamente e ter muita paciência*”); a demonstração de afeto e

¹³³ As crianças verbalizavam que desejavam regressar à instituição, que não gostavam dos pais ou que estes não eram seus pais, quando os seus desejos não eram satisfeitos ou quando eram aplicados castigos

carinho (E 2 – “*Todos os momentos brinco com ele, dou-lhe beijos, vou para a cama e costumo metê-lo na caminha e dou sempre um beijinho, um abraço*”; E 13 – “*Eu escrevi ontem, depois emocionei-me ao ler para elas (...) mas tentei pôr o coração ali e depois elas choraram e me abraçaram muito*”); a implementação de rotinas familiares, de repetição de práticas ou atividades que deem à criança o sentido de normalização, regularidade e estabilidade (E 16 – “*Foi no dia-a-dia, a participar connosco nas coisas*”); os rituais familiares (E 10 – “*Nós andávamos a fazer aquelas coisinhas de pendurar na árvore [de Natal], eles é que estiveram a recortar e fazer aquelas coisas todas e sentiam-se parte não é*”); o envolvimento da família alargada (E 10 – “*O eles saberem que está ali uma avó que mora ali, tem um tia que mora acolá, aquelas coisas todas para eles*”; E 15 – “*É tudo muito em função da família, o meu marido não passa um fim-de-semana sem ir a casa dos pais*”); o reforçar a pertença (E 16 – “*A gente tem que começar a dizer «A casa vossa, a nossa vida, a nossa casa, tudo isto aqui não é meu, é nosso»*”); o desenvolver atividades em família e/ou em díade pai/filho e mãe/filho (E 10 – “*Há os passeios que a gente faz, um picnic aqui e ali, estamos a jogar à bola*”; E 17 – “*E isso foi nos dando alguma cumplicidade um com o outro, porque vamos fazendo assim algumas coisas só os dois*”); o valorizar a criança e as suas conquistas (E 7 – “*Eu também dou sempre muito valor aos trabalhos que ele faz, a toda a imaginação (...) Por exemplo, ele no quarto tem o trabalho dele. Todos os anos eu ponho os últimos trabalhos que ele faz nos trabalhos manuais*”).

Estes elementos convergem com os presentes na literatura que salienta a importância dos pais reforçarem e verbalizarem que amam a criança e que nunca a irão abandonar; estabelecerem rotinas diárias e/ou semanais ajudando a criar um meio familiar estável e organizado e a normalizar a vida familiar; promoverem a participação da criança na delineação de planos familiares, presentes e futuros; estabelecerem tradições e rituais familiares que possam contribuir para o reforço da identidade familiar; descobrirem meios adequados em função da idade para estabelecer contacto físico; falarem e brincarem com as crianças todos os dias; partilharem segredos da própria família e da sua história de vida; exporem fotografias de família; criarem o livro da história da família, onde pais e filhos escrevem sobre as suas histórias pessoais e sobre a história da família; e promoverem uma comunicação aberta, permitindo que a criança se sinta confortável para abordar qualquer assunto (Barbosa-Ducharme & Colaboradores do IPA, 2011; Child Welfare Information Gateway, 2009, 2010; M. Costa, 2012; González et al., 2001; Mundaca, Rayo, & Angulo, 2000; Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005).

b) A relação entre irmãos

Quando já existem filhos prévios e/ou é adotada uma fratria, a família é composta por outro subsistema, o fraternal, o que complexifica as interações estabelecidas, pois podem emergir uma multiplicidade de modalidades relacionais. Nas famílias entrevistadas existiam 11 fratrias, sete compostas por irmãos biológicos que foram adotados juntos e quatro por irmãos adotivos, isto é, a criança adotada alvo e os filhos biológicos (três casos) ou filhos adotivos (um caso) prévios da Família adotiva.

Incidindo primeiramente na relação entre os irmãos biológicos, que tinham entre 1 a 4 anos de diferença entre eles, os pais mencionaram formas de relacionamento muito díspares. Quatro famílias adotivas referiram uma forte relação de cumplicidade e de proteção, mútua ou do irmão mais velho para com o mais novo (E 10 – *Eu quando fazia qualquer coisa ao Edgar, a Luciana ficava assim triste como quem diz «É o meu irmão»*; E 12 – *“Quando chegava a altura de castigar ela dizia que não e quando se castigava um o outro ficava amuado de certeza absoluta”*) conduzindo, em dois casos, à parentificação (E 16 – *“Era muito protetora, a Andreia sempre abraçada à irmã, sempre muito agarradas (...) e tinha atitudes de mais responsabilidade, como se fosse a mãe dela e a outra funcionava um bocadinho como filha, não é”*; E 16 – *“Muito próximos, porque ela foi para lá com 1 mês e portanto ele sempre se habituou a ver a mana e era extremamente protetor, uma coisa! E eles separados, nem pensar”*). Efetivamente, a literatura demonstra que, principalmente quando o sistema parental está inativo, as relações fraternas assumem uma irrefutável fonte de suporte emocional, funcionando como amortecedores ou moderadores do impacto dos fatores adversos (Barbosa-Ducharne & Guimarães, 2012; Barbosa-Ducharne, Guimarães, & Soares, 2011; Herrick & Piccus, 2009; S. L. Smith, 2009). Numa situação, o forte elo e dependência entre as crianças dificultou o estabelecimento da relação pais-filhos (E 16 – *“Porque antes eram só as duas, não é? (...) Entretanto passamos para quatro, esta família, e tiveram que se alargar e libertar aquele elo tão forte (...) no início elas fechavam-se uma com a outra”*).

Ao longo do tempo, a relação de cumplicidade manteve-se, mas a dependência esbateu-se e cada criança criou o seu próprio espaço e individualidade (E 16 – *“Agora eu acho que estão mais independentes, no início estavam muito dependentes uma da outra”*; E 10 – *“Está muito independente dele, apesar de no início era mais coisita com ele, agora está mais, não digo a afastar-se, mas estão cada um a criar o seu espaço”*).

De acordo com quatro Famílias adotivas a relação dos filhos era marcada pelo domínio-submissão, sendo que a posição na fratria não determinou o papel exercido, uma vez que em duas famílias o irmão mais novo dominava o irmão mais velho e em outras duas famílias inverteu-se o padrão (ex.: E 14 – “No início ele dominava completamente o Afonso (...) Eu às vezes chateava-me com o Afonso e dizia: «Tu és um lorpa, tens 8 anos (...) como é que tu deixas que o teu irmão que tem 5 anos mande em ti?!»”; E 15 – “Ele [irmão mais novo] consegue induzir o irmão a fazer as coisas dele, ele punha o irmão a fazer os trabalhos de casa dele”; E 16 - A Andreia é mandona e ela [irmã mais nova] é mandada”). Os pais atribuíram este padrão relacional à personalidade de ambas as crianças (ex.: E 14 – “O pequenininho fazia o que queria dele, pela personalidade dele, pela personalidade dos dois”) e manteve-se ao longo do tempo, apesar de menos expressivo (ex.: E 16 – “Agora já começa a refilar um bocadinho: «Tu não mandas em mim, eu também sei pensar, não faço tudo o que tu dizes»; E 14 – “Mas está muito melhor, mas no início foi um bocado complicado”).

Por vezes, esta relação de domínio-submissão traduziu-se numa aliança entre as crianças para realizar asneiras ou para desafiar os pais (E 16 – “E depois a Andreia fazia muito o jogo, instruía a irmã e depois uniam-se as duas (...) [a Andreia dizia à irmã] «Não faças isso! não queiras isso!». [Os pais perguntavam] «Oh Miriam queres isto?», «Ah, não quero!», «Porquê?», «Porque não quero»; E 13 – “As duas eram unidas só para fazerem asneiras, depois não”). Esta aliança revelou-se de difícil gestão para os pais que reconheceram a necessidade de ter calma e paciência e tentaram promover momentos de interação individualizada com cada criança (E 16 - “Isso é que a mim me roía cá dentro (...) respirava um bocado fundo, falava um bocadinho mais alto e depois arrependia-me (...) às vezes enervava-me, chateava-me e reconhecia o erro e dizia abertamente a uma e a outra e depois entre todos, mas acho que principalmente é preciso muita calma, muita paciência, fora isso”; E 13 – “Tanto é que eu tive que mudá-las de quarto (...) tentar afastar as duas, separá-las, separá-las (...) [para o marido] «Olha sai, leva a Teresa ou leva a Armanda, vai uma e fica a outra». Tentar fazer assim, porque senão as duas juntas era impossível, porque falávamos e falar e não falar era a mesma coisa”).

Cinco Famílias adotivas identificaram a existência de ciúmes e competitividade entre os irmãos, mas enquanto duas famílias consideraram que estes sentimentos/comportamentos, dada a sua expressão, eram naturais na relação entre irmãos (E 16 – “Como a irmã, a mais nova, vai para o colo das pessoas e tal, ela às vezes sente-se um bocadinho e tal com ciúmes”; E 15 - “A ciumeira quando um está doente e dou xarope a um e

porque é que não dou xarope a outro?!”), as outras três famílias avaliaram como excessivos, expressando a disputa entre os irmãos pelo seu lugar na família e pelos afetos dos pais e/ou refletindo o tratamento diferenciado, enquanto filho/criança preferida ou preterida, vivenciado, quer no passado, quer atualmente (E 14 – “De início não era uma relação de irmãos, eu acho que isto até é mais acentuado em miúdos que são adotados, eles rivalizam entre eles pelos pais, passam a ser rivais (...) sentem que têm de trabalhar os dois pelo afeto dos pais e em vez de se unirem às vezes separam-se”; E 3 – “Há muito ciúmes entre elas, ciúmes que vêm desde o período da vida com a família biológica (...) a Susana na família biológica sofreu mais que a Vera, e ela bota muitas culpas à Vera, porque ela era a castigada, era a mais velha, a Susana recorda muito tudo isso. Depois quando foram para o centro a Vera era a simpática, que sorria sempre, e ela [a Susana] é muito mais reservada, então todos eram amigos da Vera (...) A Susana estuda muito, é muito constante e trabalhadora, a Vera brinca, brinca, tem outra ideia e outra forma de ser. Isso aí foi a gota de água, [a Susana disse] «Eu sou a que trabalha e a Vera é a que...»; E 13 – “Quando o meu marido estava a falar com ela, ela disse que não gostava da irmã e que não sabia porque é que ele tinha trazido a irmã, que era só ela, e que antes tivesse ido para uma família que era só ela”). Estes ciúmes consubstanciaram-se em agressividade física e psicológica dirigida ao irmão (E 14 – “O Rui uma vez deu uma dentada no irmão, naquela fase inicial...ciúme, sempre ciúme (...) fazia as asneiras e culpava o irmão”; E 13 – “A Armanda não é nada gorda, só que a Teresa é muito magrinha, mas ela falava que ela é gorda (...) a Armanda, pode ver na maior parte das fotos, sempre de boca fechada. O que é que fomos descobrir? Que a irmã estava sempre a gozá-la por causa dos dentes”). No sentido de ultrapassar os ciúmes e/ou as suas consequências, os pais funcionaram como modelos (ao nível da relação com os seus irmãos), aludiram à importância da relação entre irmãos e asseguraram, de forma verbal e não-verbal, os afetos para ambos os filhos, atendendo às especificidades de cada um (E 14 – “Todos os dias dizíamos a um e a outro «Vocês veem a tia e a mãe a berrar uma com a outra, a chatearmo-nos? Não! O pai e o tio? Não! Então porque é que...»; E 3 – Vamos [mãe e Susana] ao cinema ver filmes que a outra não podia ver, vínhamos comer na baixa, sabia que era minha favorita, nesse sentido sabia que...sentia-se bem tratada (...) [a mãe dizia para a Susana] «Tu e eu somos muito parecidas. Tu és muito próxima de mim». Desta forma não havia disputas pelo carinho. E: «E a Vera não sentia ciúmes dessa relação mais...?» M: Não porque ela está sempre no meu colo, sempre dando beijos, ela busca o afeto. Nesse caso seria mais complicado a outra, porque sendo mais reservada tens que ser tu a ir, ela não

vem...”; E 13 *“Acho que a Teresa hoje já não sente aquela necessidade... Já sabe que nós gostamos das duas, cada uma da sua maneira, cada uma do seu jeito, mas gostamos das duas”*). No estudo de Molina (2002) em mais de metade das crianças da amostra (56.4%) observou-se, na relação entre os irmãos biológicos e/ou adotivos, inveja, ciúmes, agressividade física ou verbal, discussões e disputas.

Finalmente, duas Famílias adotivas salientaram que na adoção da fratria, as dificuldades comportamentais e relacionais de um irmão tiveram um impacto negativo na dinâmica familiar e consequentemente no outro irmão, promovendo inclusivamente o afastamento entre os irmãos, apesar de os pais reconhecerem as vantagens da integração conjunta (E 13 - *“A mais velha é muito complicada, agora já está muito melhor, mas tem uma cabecinha muito complicada, mesmo muito complicada e acaba por, às vezes, o ambiente ficar, com as travessuras, as asneiras que faz, o ambiente fica tão pesado que a mais nova acaba por ficar prejudicada por causa disso, não é? Mas penso que é o tal balanço que a gente tem que fazer, penso que a mais nova, apesar disso, não seria tão feliz se não tivesse a irmã. Ela é uma paixão, ela adora a irmã mais velha”*). Além disso, noutra ótica, a satisfação (mais imediata) que uma criança menos “problemática” traz para a Família adotiva pode aumentar a probabilidade de sucesso de integração do irmão mais exigente (Rosenthal et al., 1988).

No que se reporta à relação entre os irmãos adotivos de ressaltar que, tal como os pais, os filhos prévios idealizaram e projetaram como seria o seu irmão e a relação entre eles, pelo que tiveram de reformular e reajustar as suas expectativas ao longo do processo de preparação para a chegada da criança e após a sua chegada (E 8 - *“Agora a Florbela é muito maria rapaz. Eles imaginavam uma menina como as minhas sobrinhas, muito menina, muito feminina”*; E 9 - *“É assim: eles ficaram entusiasmados. **Queriam um bebé.** O Renato queria um menino de raça negra, gostava de ter um menino. A Amália gostava de ter uma menina, independentemente de raça¹³⁴ (...) **nós dissemos sempre que o menino podia não ser um recém-nascido, porque nós também não queríamos um recém-nascido.** E eles compreenderam e partilharam esse desejo”*; E 17 - *“Eles queriam um irmão, mas também queriam um irmão tipo um boneco para cuidar, mas saiu-lhes na rifa um rapaz de seis anos que não podem mandar nele (...) no início a ideia que eles tinham é que eles é que iriam ensinar as coisas, iriam ensinar a dar de comer, a criança poderia ter os 6 anos, mas eles é*

¹³⁴ Família adotou um menino, caucasiano, em idade escolar.

que iriam ensinar a comer, ensinar a brincar (...) no fundo iriam controlar a criança, mas o Simão não se deixa controlar e de vez quando até lhes passa umas sapataditas”). Nesta linha, Beesley (2010) sugere é necessário explorar junto das crianças prévias, as suas representações, os seus desejos, os seus medos e as suas fantasias em relação ao seu novo irmão, de modo a definirem expectativas mais realistas e compreenderem melhor a adoção.

Todas as quatro famílias consideraram que se desenvolveu entre as crianças uma relação tipicamente de irmãos. Os pais verbalizaram situações de ciúmes (E 17 – “*Basta um deles dar um abraço, principalmente a mim, que ela [filha prévia] já está com uns olhos, quase que me esfola (...) o Benjamim [filho prévio] andava com uma crise de ciúmes, e eu na rua dava a mão ao Simão e ele não queria que eu desse a mão ao Simão*”; E 8 – “*O mais novito [filho prévio] teve ciúmes e ainda tem alguns, eu acho*”), de necessidade de protagonismo (E 9 - *Tenta chamar a atenção. Chega a Amália e diz qualquer coisa, fiz isto ou foram os amigos e o Leonardo (filho adotivo) interfere: «Ó mãe eu também fiz não sei o quê»*), de disputas e cumplicidades (E 17 – “*Eles vêm com umas sapataditas, que é normal nos irmãos, mas também ao mesmo tempo andam agarradinhos, muito abraçadinhos*”; E 8 – “*brincavam imenso os dois juntos, se alguma coisa corria mal então caia a casa...mas eram capazes de estar horas brincar*”). Todos os comportamentos apresentados, pelos filhos (prévios e adotado), foram interpretados como característicos da relação entre irmãos (E 8 - “*Eu acho que é um bocado como os irmãos, quando as idades são muito próximas é um bocado este tipo de comportamento*”; E 9 – “*Quer dizer, eu acho que eles que interiorizaram o Leonardo como mais um*”; E 17 – “*Fazem queixinhas, o Benjamim e a Cidália fazem queixinha contra o Simão, outra vez é a Cidália e o Simão contra o Benjamim, portanto há assim uns jogos, mas achamos que não é nada que não se passe com os irmãos biológicos, portanto deixamos correr*”).

Finalmente, os pais também referiram uma relação mais ou menos próxima com determinado irmão (por comparação a outro), que também se foi modificando ao longo do tempo, atribuível essencialmente à fase desenvolvimental de cada criança, à personalidade, a interesses comuns, etc., e não a uma menor ou maior aceitação do irmão (E 9 – “*O Renato mais distante no início, talvez até pela própria idade, não é? A aceitá-lo bem e a Amália no início muito mais chegada a ele, muito mais mesmo, em termos de brincadeira. A Amália entretanto num ano cresceu muito (...) Necessita muito mais do espaço dela (...) gosta de estar sozinha, mas com amigas, não é? Necessariamente, o Leonardo ficou mais para trás. O*

Renato começou a namorar. Quando começou a namorar, começou a ficar mais calmo. Começou-se a chegar mais ao Leonardo”).

c) A relação entre a criança e a família alargada

As narrativas dos pais são pontuadas por uma aceitação da adoção por parte da família alargada e pelo estabelecimento de uma relação positiva entre a criança e os vários elementos da família alargada, transcendendo nalguns casos as expectativas dos pais (E 16 – *“Fiquei admirado, porque até comentámos que tínhamos algum receio da parte dos pais da Carolina, que é sempre um pai demasiado protetor com as filhas, e encaixou mais nelas e elas nele do que... superou as nossas expectativas”*; E 13 – *“Tive algum receio por causa do meu sogro, mas não, acolheu-as muito bem, muito amoroso”*). Aliás alguns pais perceberam que os avós/tios estabeleceram uma relação mais próxima com os netos/sobrinhos adotados do que com os biológicos (E 13 – *“Acho que ele tem até uma coisa especial por elas, percebe? Se calhar tem um relacionamento mais próximo com elas do que teve com os outros netos”*; E 14 – *“Foi fantástica, aliás até um bocadinho exagerada, porque eu diria que são os netos preferidos, são os sobrinhos prediletos, são muito queridos na família”*). Estes dados convergem com as conclusões obtidas no estudo de A. Monteiro (2011) em que a relação avós-netos adotados foi sempre caracterizada de forma mais positiva comparativamente à relação avós-netos biológicos.

Os pais atribuíram esta boa aceitação e relacionamento a diversos fatores, nomeadamente, a ausência de preconceitos em relação à adoção, devido ou não a experiências prévias positivas (E 4 – *“Pronto e nenhum de nós, da nossa família, tinha preconceito em relação a isso”*; E 9 – *“Tínhamos experiências de adoção na família”*); pelo facto de as crianças serem as primeiras e/ou as únicas netas/sobrinhas na família (E 2 – *“O meu pai o sonho dele era ser avô”*); por serem as crianças mais novas na família (E 13 – *“Os meus pais têm uma loucura por elas. Os meus sobrinhos já estão todos crescidos, não é? Elas são mesmo as mais novinhas da família”*; E 5 – *“Os meus pais não tinham nenhum neto, os pais dela têm um neto, mas está na Suíça, já é grande, agora tem 15 anos”*); por representarem um sonho concretizado após um longo período de sofrimento (E 17 – *“Por outro lado também a família viveu bastante a nossa dor por querermos ter muitos filhos e não os termos biologicamente e depois ficou feliz por nós os termos”*; E 4 – *“Eu acho que no final de contas foi um concretizar daquilo que nós queríamos, já há tantos anos”*); por as crianças cativarem os adultos dado as suas características e formas de interação (E 8 – *“É*

muito meiga com os avós, com os tios, todos em geral, ela é meigueta e acho que os tem cativado também”; “E 10 – “Por serem maiores sabem apanhar aquelas coisinhas e mimar «Vou ficar em casa da minha avó, porque a avó está doente ou a avó está mal, ou não sei quê, vou passar uma hora com ela, animá-la um bocadinho»”; E 13 – “Como elas são assim muito meiguinhas, muito sociáveis, acho que ele tem até uma coisa especial por elas, percebe?”); e pela sensibilidade face ao passado adverso das crianças (E 14 – “Eu suponho pela afeição às crianças e o facto de também terem um passado complicado ajudou que os meus pais também reagissem dessa maneira”).

Nalgumas situações a família alargada teve um papel fundamental para a integração da criança (E 4 – “Até porque a minha sobrinha deu-me bastante apoio, que tem agora 14 anos, é mais velha 2 anos, são muito amigas desde o princípio, portanto estavam sempre as duas a brincar, foi muito bom”; E 11 – “Foi no verão e então tinha mais gente em casa e mesmo da família alargada, a minha irmã e o meu sobrinho também vieram passar temporadas cá e nós também passamos muito tempo lá. Como os miúdos estavam de férias e eu de licença fizemos almoços, jantares, andamos assim, a casa sempre com muita gente e nós também lá em baixo no Algarve, foram essas duas coisas que facilitaram mais”) e constituiu um recurso instrumental e funcional para a Família adotiva na gestão do dia-a-dia, aliviando-a temporariamente de algumas das suas responsabilidades (E 10 – “É assim, também tenho os meus pais a morar aqui ao lado, facilita muito mais, como é óbvio”; E 16 - “Tenho os meus pais muito perto (...) foram mesmo fulcral (...) durante o tempo de escola a minha mãe vai levantá-las, fica sempre meia horita, porque anda aqui nos campos, no jardim, leva-as à escola, vai buscá-las ao fim da tarde”; E 15 – “Às vezes vamos tendo uma ajuda dos avós, que compram umas coisitas e por aí fora, porque é um acréscimo das despesas bastante acentuado”). Por outro lado, o choque de modelos educativos entre os pais (geralmente mais rígidos) e os avós (geralmente mais permissivos) conduziu a que os primeiros restringissem o campo de ação dos segundos (E 14 - “Há filhos que não se importam de ter os pais a deseducar os seus filhos a troco de alguns favores dos avós. Nós não pedimos absolutamente nada aos nossos pais. Os meus pais não vão buscar os meninos à escola, não os levam, exatamente para que isso não sirva de moeda de troca. Portanto nós queríamos assumir, as responsabilidades são nossas, o problema é nosso, a educação é nossa, nós temos sempre aqui connosco, sempre, desde que chegam da escola, fazer os trabalhos de casa, nunca estão a fazer os trabalhos de casa com mais ninguém, fazem connosco, jantam connosco, vão cedo para a cama (...) mas estamos sempre em guerra, [o

meu filho] faz uma asneira [e a avó diz] «Ai coitadinho, ele não volta a fazer, ele não sei quê» (...) É típico dos avós também, é complicado, mas isso tem que ser também gerido de forma tranquila para não haver muita confusão”), apesar de tal não ser vivenciado como algo particularmente stressante por algumas famílias (E 10 – “O tio, o meu irmão, é aquele amor de uns pelos outros, aquilo é uma coisa, depois deixam fazer o que eles querem (risos) à partida também já é garantido e para nós é ótimo. Nós impomos as regras e os tios e avós deixam os fazer tudo, se a gente dizer «Não faz!» eles logo «Não deixa estar e não sei quê»). Assim, tal como conclui Alarcão (2002), o apoio dos avós ou outros familiares, “é um apoio cheio de potencialidades e riscos” (p. 141), sendo crucial a existência de fronteiras claras entre os subsistema parental e o subsistema dos avós em que “os primeiros não se privem nem demitam das suas funções executivas e que os segundos não queiram nelas interferir” (p. 141).

Apesar de a decisão de adoção ser geralmente tomada exclusivamente pelos adotantes (ou eventualmente com a participação dos filhos prévios), e de não ser colocada em causa perante uma eventual rejeição por parte da família alargada, os pais reconheceram que a aceitação desta teve um papel facilitador (E 14 – “Nós iríamos de qualquer maneira com a adoção para a frente, porque a tomada de decisão foi nossa, mas é bom quando nós temos apoio, quando não temos apoio as coisas complicam-se”; E 9 – “Como é óbvio, a casa é nossa, o espaço é nosso, a minha mãe, que é a avó, está connosco, mas sabe exatamente que a opção é sempre do casal, não é? E não houve, quer dizer, obstáculos. Mesmo que tivesse havido, não seria impeditivo, não é?”; E 4 – “Da parte da família não houve nada a apontar, foi excelente, felizmente. Também se houvesse tínhamos que pô-los logo no sítio, porque a família sou eu, ele e a Estefânia. Os outros são família, mas é à volta”). Efetivamente a literatura demonstra que os pais se sentem menos tensos quando ocorre a aceitação do seu filho por parte das gerações mais velhas (A. Monteiro, 2011; Pitcher, 2009).

Apenas uma família verbalizou que para o avô, o neto adotado (apenas) representava a satisfação do desejo de parentalidade dos seus filhos (E 11 – “Estava toda a gente muito recetiva, o meu pai nem tanto, pronto, mas aceitou, não seria (...) É assim, nem toda a gente adota, nem toda a gente entende o que se passa à volta do desejo de adotar, do desejo de ser mãe de uma maneira diferente, e pronto é isso no fundo. O meu pai aceitou, porque achava que era uma coisa que eu queria e era positivo e era a minha vida, era uma escolha minha, mas provavelmente nunca teria posto a hipótese nem de ele adotar, nem de uma

filha”(...) [a relação] tem sido sempre boa ... no fundo, como ele está lá em baixo no Algarve e ela cá, nós não temos muitos contactos com a família alargada”). Segundo Degani, Lowenstein e Buchbinder (2007) esta atitude caracteriza o primeiro estágio na construção da relação emocional entre os avós e netos adotados, pressupondo-se que no quinto estágio haja o reconhecimento absoluto do neto como elemento integrante da família.

Não obstante as reações terem sido marcadamente positivas, os pais também verbalizaram alguns receios prévios por parte dos avós, relativamente ao património genético e/ou à integração da criança, que não foram contudo impeditivos para a construção de uma relação grã-parental (E 15 – “A minha mãe quando tomou conhecimento de quem era a família biológica «Ah filha, eles são uns vagabundos! (...) aquilo é uma, ai aquilo, ai filhinha que família!» (...) Pronto, aquela crença que isso passa no sangue, que os defeitos passam no sangue, enfim que é uma estupidez”; E 9 – “Inicialmente a avó protege-se mais «Vejam lá naquilo que se vão meter». Que nós temos uma vida também, saímos de manhã, não é? Entramos à noite e ela vê isso tudo... Mas quando conheceu o Leonardo, a empatia foi imediata”).

Por outro lado, os pais também expressaram a existência de ciúmes da família alargada para com a criança (E 6 – “Sabe também que há situações, temos sobrinhos, ciúmes, que houve situações, mas aceitaram-na muito bem, claro”; E 7 – “Há quem diga, por exemplo, que a minha irmã não ficou muito satisfeita (...) sei lá, ou porque eu era madrinha de um filho, aquela coisa de ciúmes ou qualquer coisa (...) mas foi sempre a melhor amiga dele”), bem como um misto de surpresa, incompreensão e receio relativamente à adoção (E 3 – “Pessoas que não nos entenderam, porque nos achavam com uma certa idade, com a vida resolvida, sem problemas, que podíamos fazer o que nos dava na gana e de repente tínhamos um problema e que temiam assim como um bicho raro, mas não houve assim rejeição nenhuma, que não as quisessem, isso não”; E 8 – “Foi de sentar numa cadeira para não cair para o chão, mas boa. Foi uma surpresa para toda a gente (...) P: São malucos! M: Podem ter pensado, mas nunca nos disseram”).

8.4.3. Nível extrafamiliar: dificuldades, atribuições, recursos, estratégias de *coping* e adaptação.

a) Entidades (CAT/LIJ/FA e Serviço de Adoção)

No processo de adotar uma criança ou fratria é requerido aos pais que se relacionem com um conjunto de serviços com os quais os pais nas famílias convencionais não têm experiência. Esta relação pode ser negativa, constituindo um *stressor* adicional, ou, por outro lado, pode facilitar o processo.

No referente ao CAT/LIJ/FA e ao serviço de adoção, os pais referiram a falta ou inadequada informação sobre a criança, acerca das suas necessidades, dos seus comportamentos e da sua história de vida, levando-os a lidar com cenários imprevistos, e por vezes totalmente contrários às suas expectativas prévias (E 13 – “Disseram que as duas vinham juntas, porque elas eram muito unidas e estavam juntas (...) Depois de virem, constatámos que não era verdade. Elas não eram unidas, nem sequer estavam juntas, porque a instituição é dividida por idades”; E 12 – “Eu acho que é uma coisa chata que eles podiam ter dito (...) Até telefonámos para lá para ver se a coisa era normal [enurese]. «Ah é de vez em quando e tal». Claro que uma pessoa vê logo que não é o de vez em quando. Era diário!”). De forma pontual também são relatadas dificuldades antecipadas pelos pais que acabaram por não se verificar, dada a discrepância entre a informação fornecida pelos técnicos e as reais características e necessidades da criança (E 13 – “Vinha no relatório da escola que elas precisavam do ensino especial e, pronto, foi o que entregamos aqui. Passados uns meses verificou-se que elas não precisavam de ensino especial nenhum”).

Os pais sentiram que a omissão foi deliberada (E 13 - “Aí entra a parte de fomos enganados”), no intuito de transmitir uma imagem mais positiva da criança ou da fratria de modo a assegurar a sua integração, ou derivou da incapacidade do CAT/LIJ/FA em realizar uma avaliação holística da criança (E 3 – “Eles [centro de acolhimento] não têm capacidade de entrosamento com as crianças para colherem estes dados, estas coisas, porque as crianças têm os seus escudos, os seus mecanismos de defesa, portanto, nós sabemos nem 50% da informação sobre elas”).

Estes dados convergem com a literatura em que os pais identificaram como elementos *stressores* o facto de não lhes ter sido proporcionada informação suficiente e precisa sobre a criança ou de terem sido deliberadamente mal-informados (Berry, 1997; Groze, 1996; McGlone et al., 2002; Schmidt et al., 1988; Valentine et al., 1987).

De salientar que a transmissão de informação completa e precisa sobre a criança foi percebida pelos pais como um facilitador para a adaptação e o ajustamento familiar, na medida em que a criança correspondia às expectativas entretanto criadas, e os pais puderam prevenir a manifestação de determinados comportamentos por parte da criança ou preparar-se melhor para lidar com os desafios que provavelmente surgiriam (E 14 – “*Nós também desde o princípio, **como sabíamos isso**, que era habitual o roubo, fizemos também um grande filme em relação a isso, que é uma coisa muito má, e é, mas se calhar de uma forma exagerada que era para sentirem também de forma intensa o que nós pensávamos em relação a isso*”). A transmissão da informação de forma clara, transparente e precisa pode ajudar a estabelecer uma relação positiva entre o serviço de adoção e os pais, baseada na colaboração mútua para a adaptação positiva criança (Meezan & Shireman, 1985)

Porém, em determinadas situações, apesar de a informação ter sido transmitida de forma completa, os pais relativizaram-na ou não compreenderam a sua verdadeira magnitude (E 8 – “*Foi o que a doutora me disse: «Cuidado com as birras delas!», mas **eu nunca pensei!** Ela ficava vermelha, roxa de gritar. Mais de uma hora aos gritos «Não faço!», remetendo quer para a capacidade dos técnicos em veicular a informação de forma a envolver os futuros pais, quer para a capacidade destes em realmente compreenderem e assimilarem a informação acerca da criança quando uma possível integração é discutida (Dance et al., 2010).*

A falta de preparação da criança para a adoção, com consequentes implicações na construção da relação pais-filhos, também foi identificada como um fator *stressor*, já abordada em 8.4.2. a). Contudo, quando esta preparação foi efetuada de forma adequada, os pais percebem o CAT/LIJ/FA enquanto um recurso (E 12 – “*Eles preparam-nos, nesse aspeto prepararam-nos muito bem, porque nós nunca estaríamos à espera que logo no primeiro dia eles nos chamassem pai e mãe, mas eles preparam-nos nesse sentido. Nós tivemos que enviar fotografias nossas, da casa, dos animais, para eles nos imaginarem*”; E 10 – “*a família de acolhimento já começou digamos a prepará-los, não é*”).

A avaliação e controlo extrafamiliar, seja pelo serviço de adoção, seja pela sociedade, constituiu igualmente um *stressor* identificado pelos pais (E 14 – “*Nós somos um bocado objeto de observação, sentimos isso, pela Segurança Social durante aquele tempo todo, pelas pessoas que sabem que os meninos são adotados (...) o facto de também saber que aqueles 6 meses ia estar a ser observada, a pessoa sente-se pai e mãe, mas é como se estivessem ali dois holofotes por cima de nós*”). Assim, sem paralelo nas Famílias convencionais, as Famílias

adotivas são acompanhadas e avaliadas durante o período de pré-adoção, sendo este período usualmente vivido com alguma preocupação e insegurança (Mascarenhas & Alarcão, 2003).

Contudo, o acompanhamento efetuado pelo serviço de adoção durante a pré-adoção também constituiu um recurso mobilizado pelos pais (E 13 – *“Eu falava muitas vezes com a psicóloga nessa altura”*), apesar de notoriamente preterido em relação aos recursos pessoais e familiares e eventualmente sociais (médicos, psicólogos, professores e explicadores), na resolução das dificuldades. Na investigação de Palacios, Sánchez-Sandoval e Sánchez-Espinosa (1997) os serviços de adoção constituem o segundo tipo de apoio a que os pais mais recorrem (em primeiro é privilegiado o apoio do conjuge), apesar de ter sido considerado o quarto mais útil. Num estudo realizado no distrito do Porto (CRSS Norte/SSR Porto, 2000), concluiu-se que, de forma geral, as Famílias adotivas não concebem o serviço de adoção como um recurso, pelo que, quando surgem dificuldades, é pouco provável que tomem a iniciativa de contactar ou pedir apoio a esta entidade. Estes dados contrastam com o estudo de Branquinho (2011) em que os pais adotivos, nas situações em que surgiram mais dúvidas e dificuldades em relação à forma de (re)agir, não demonstraram qualquer dificuldade em recorrer aos técnicos do serviço de adoção (53%) e dos lares de acolhimento (13%).

A preparação prévia e contínua foi igualmente referida pelos pais enquanto um recurso ou elemento facilitador (E 16 – *“Já nos tinham que na adoção que quando são irmãos em geral o mais velho protege o mais novo, não é? Os pais que não tiveram, o mais velho é que controla o mais novo, e realmente”*; E 5 – *“Nós também tivemos uma equipa de adoções que nos aconselhou logo a falar abertamente da adoção, e não pronto, a não esconder e outras coisas”*). Não obstante, os pais também reconheceram as limitações desta preparação (E 15 – *“Eu acho que vamos de olhos fechado para isso. A Dr.ª Lurdes disse-nos que podia haver problemas comportamentais, se estávamos preparados para haver desafios à autoridade como pais (...) É sempre diferente, nunca sabemos na prática, uma pessoa não sabe na prática”*) e a dificuldade em transpor os conhecimentos para a prática (E 12 – *“Eu nisso lembro-me muito das palavras da Dr.ª Elisabete: «Não se esqueçam! Vão ter filhos, mas não transponham para eles aquilo que foram, por exemplo, em termos de estudo (...)» Realmente, uma pessoa, pronto...”*). Desta forma, os serviços de adoção devem promover forças e competências pessoais e parentais e aconselhar os pais ao nível de estratégias educativas e de *coping*, essenciais para lidar com desafios e dificuldades que possam surgir e

que surgem efetivamente ao longo de todo o processo de adoção (J. Reynolds & Medina, 2008), considerando que os meses após a integração constituem momentos privilegiados de intervenção, uma vez que se pode proporcionar consultadoria parental mais adaptada e adequada à situação (Rushton & Monck, 2009).

b) Escola

As crianças adotadas em idade escolar lidam com um desafio adicional pois, como a frequência escolar no ensino obrigatório não pode ser interrompida ou adiada, têm que se adaptar simultaneamente a uma nova família e a uma nova escola, a novos professores e a novos pares. Efetivamente, a integração da criança no período de férias escolares, foi considerada pelos pais como um facilitador (ex.: E 16 – *“como foi em Julho houve tempo para preparar (...) estivemos praticamente dois meses com elas e com as férias, o tempo bom, com piscina, com praia, com férias e tudo, acho que foi um bom tempo para nos adaptarmos, conhecer as amigas da escola, ir conhecendo os vizinhos, os amigos, a família, foi gradual”*). Por sua vez, nesta fase inicial (com duração variável em cada família), os pais adotivos têm como tarefas o estabelecimento do vínculo afetivo com a criança (objetivo principal) e, simultaneamente, o assegurar a integração da criança na escola primária que, comparativamente ao pré-escolar, apresenta um nível de exigência mais elevado em relação ao comportamento e às aprendizagens. Ora para algumas famílias, a realização desta segunda tarefa dificultou e/ou complexificou a concretização da primeira (E 7 – *“Provou-se que uma criança quando deve ser adotada, deve ser antes da primária, porque os pais chegam a casa, brincam com ela, dão-lhe os carinhos. Quer dizer [não têm que dizer] «Já fizeste os deveres? Tens deveres? Portaste-te bem? Que tal foi aula? Porque tiveste de ficar de castigo?”*; E 9 – *“Embora eu saiba que a parte mais importante dele, é ele sentir-se integrado, para mim, é essencial que ele saiba fazer os trabalhos de casa, o que é a leitura, o que é escrita. O que eu tiver que berrar com ele, eu berro com ele, se tiver que apagar tudo para ele voltar a fazer de novo, eu faço.”* E 3 – *“Não pode ser, eu vou ensinar a escola e ela mistura, mãe e professora, e eu não quero misturado, não acho isso bom. Professora deve estar nos livros e eu sou mãe. A relação aí também melhorou. Foi quando começamos a ter uma relação um pouco mais como é agora”*).

Além deste conflito entre tarefas, os pais verbalizaram dificuldades da criança no contexto escolar, que remetem para três áreas interrelacionadas: a aprendizagem; a postura/motivação em relação à escola e/ou ao estudo; e o comportamento.

Relativamente ao desempenho escolar, os pais verbalizaram dificuldades de aprendizagem em 17 crianças (81%), persistindo em 12 delas (57%). Em 8 destas crianças (38%) verificou-se um atraso escolar de pelo menos 1 ano escolar em relação aos pares¹³⁵. Estes resultados foram similares aos obtidos no estudo de Molina (2002), em que 74.3% das crianças manifestaram dificuldades nas tarefas escolares e 33.3% apresentaram atraso escolar. Similarmente, no estudo de Rushton et al. (1988), um ano após a integração, 56% das crianças apresentavam dificuldades de aprendizagem e 25% estavam, segundo a percepção dos pais, pelo menos 2 anos atrasadas em relação à sua idade cronológica, apesar de realizarem progressos rápidos. Os autores concluíram que as dificuldades de aprendizagem podem ser uma das consequências mais severas das histórias prévias dos rapazes ou podem, pelo menos, demorar mais tempo a recuperar. Numa meta-análise van IJzendoorn, Juffer e Poelhuis (2005) verificaram que as crianças adotadas demonstravam um desempenho escolar superior aos seus irmãos ou pares que permaneceram no contexto prévio ($d = -0.55$, $p < .05$, $k = 3$, $n = 523$), porém apresentavam um desempenho significativamente inferior ao seus irmãos ou pares do seu contexto atual, particularmente quando tinham sido adotadas com mais de 2 anos de idade ($d = 0.42$, $p < .01$, $k = 10$, $n = 5742$). Os autores concluem que, ao contrário do QI, o desempenho escolar da criança adotada não recuperou totalmente, de modo a ficar ao nível dos seus pares ou irmãos.

Os pais mencionaram um bom a excelente desempenho (E 4 – “Esteve sempre ao nível dos outros. Ao nível dos outros, dos médio-alto. Foi sempre aluna de 4 e 5s.”), dificuldades iniciais que foram rapidamente ultrapassadas (E 5 – “Ela vinha no 2º ano, só que notava que estava muito atrasada e depois naquelas férias recuperou e acho que estava mais ou menos na média da turma”) e dificuldades iniciais que persistiram apesar da evolução significativa (E 15 – “E: Mas ele estava na 4ª ao nível de 1ª? M: Nem de 1ª classe. P: Ele não sabia o abecedário! (...) Está no 5º ano e está a conseguir acompanhar (...) mesmo melhor ele tem muitas dificuldades”).

Nalgumas famílias, principalmente quando a criança apresentava dificuldades de aprendizagem ou desfasamento em relação aos pares, a dinâmica e as rotinas familiares centralizaram-se na tentativa de resolução destas dificuldades (E 14 – “mas teve que ser senão ele não tinha passado de ano, foi **7 dias por semana**, sábado e domingo fazia os trabalhinhos das coisas que ainda não tinha dado, muito choro pelo meio, uns puxões de

¹³⁵ Para esta contabilização não foi considerado o adiamento escolar na entrada do 1º ciclo.

orelha no meio de vez em quando, porque ele reagia mal ao trabalho”; E 6 – “Deita-se às 9h30 da noite, levanta-se à 7h30, e nós daqui vamos para Coimbra, e leva assim algum tempo. Depois está **todo o dia a estudar**. Depois vou buscá-la, ainda **vai para a explicadora**. Sai da explicadora, às vezes por ela, se fosse mais rápida, ainda tinha muito tempo para brincar, mas depois ainda traz deveres da explicadora, porque não consegue acabar. Depois **vem para casa e ainda sou eu a ajudar a fazer os deveres**. Jantar, cama, e é assim a rotina dela durante a semana”). Estes excertos corroboram a conclusão obtida no estudo de Rushton e colaboradores (1988), “For some of the new parents, schooling became a major battle ground and constituted a high stress factor in the placement” (p. 93). Todavia, outros pais também consideraram que a sua postura estava a ser contraproducente e que era necessário aceitar os *timings* da criança e dar-lhe tempo e espaço para esta se adaptar à nova realidade (E 10 – “E realmente notei que nós éramos, eu principalmente, errava porque a questão de proporcionar mais e não sei quê...e a gente tem de dar um bocado de espaço, é uma realidade, eu falei com a professora e achámos por bem deixar rolar um bocadinho”).

As dificuldades de aprendizagem foram percebidas pelos pais como atribuíveis ao período de adaptação (E 16 – “Também temos de compreender que é demasiada mudança para uma criança tão nova. Foi muita coisa. Eu acho que daqui para a frente começa a melhorar”) e/ou à falta de estimulação no CAT/LIJ/FA, em que não foi valorizada a componente escolar, não foram incutidos hábitos e métodos de estudo e/ou estabelecidos níveis de exigência (E 5 – “Foi muito difícil porque ela pronto não tinha esses hábitos. No CAT com tantos miúdos era normal. Querem que os miúdos se despachem a fazer os trabalhos de casa e a ajuda era fazer os trabalhos de casa [por eles]”; E 12 – “Não foram puxados na altura devida (...) convivia com miúdos mais pequenos, estava um bocado infantilizado, estava, digamos assim, numa espécie de pré-primária quando já devia estar na 1ª classe”; E 6 – “O responsável pela instituição queria-me incutir «Ah, há miúdos que não dão, tenho ali 2 ou 3 que não vão para a escola, mas tratam ali da quinta, tratam ali da terra, plantam e não sei que mais e estão aí». Eh pá! Não incutem às crianças que a escola é a escola!”). Salienta-se que nenhum dos pais adotivos entrevistados considerou os antecedentes familiares (ex.: alcoolismo do progenitor(es), deficiência dos mesmos, baixo nível sociocultural, problemas psiquiátricos, etc.) como causa das dificuldades de aprendizagens dos seus filhos, apesar de a literatura indicar que as Famílias adotivas receiam que as capacidades intelectuais da criança possam estar comprometidas devido a esses fatores de risco (Mascarenhas & Alarcão, 2003). Quando questionadas acerca dos receios para o futuro, sete Famílias

adotivas (41.2%) remeteram para os estudos académicos (E 16 – “*É mais recuperarem o atraso que tem. A questão da escola. A ver se conseguem evoluir e recuperar, superar essa lacuna*”).

Os pais também referiram a falta de competências e/ou de conhecimentos básicos atendendo à sua idade que condicionavam a aprendizagem dos conteúdos curriculares, designadamente, a ausência de vocabulário básico e desconhecimento de aspetos da realidade (E 4 – “*Comíamos frango, depois comíamos carne de porco e ela dizia: «Hoje o que é? Frango de porco?»*. Não tinha a noção de aquilo que comia. Qualquer criança na idade dela sabe o que é frango, o que é porco, sabe o que é carne de vaca (...) Em cada palavra, em que cada frase que eu dizia, às vezes tinha que explicar o significado das coisas. Às vezes eu perguntava «Sabes o que quer dizer isso?», depois eu pensava «É tão evidente! É claro que ela tem de saber!”, mas não sabia”; E 15 – “*não sabia o que era melão (...) coisas que são dados adquiridos, que a maior parte das crianças sabiam, muitas coisas que eles não sabem*”; E 12 – “*Faltava certo tipo de competências, de hábitos, seja do ponto de vista do treino do raciocínio, seja do ponto de vista físico, alguma destreza neste ou naquele aspeto. Aquele hábito de, como lhe disse, ver televisão, que não sabiam ver (...) perceber a história (...). Ele não sabia o que era uma campainha, ficava espantado por que é que iam tocar à campainha, nunca tinha tocado; atender o telefone, esse tipo de coisas*”), a dificuldade em manter a atenção (E 14 – “*Eles não conseguiam estar um minuto a fazer nada, nem sequer ver um filme; os desenhos animados que qualquer criança adora, nem isso eles conseguiam estar, tinham um défice de atenção, de concentração e nós foi estilo tortura «Vais ver e vais ver. Não sais daqui e ponto final!*»”; E 13 – “*Distrai-se com muita facilidade, mas vai mesmo, viaja, ela viaja*”; E 8 – “*Ela é distraída, as notas delas não correspondem à inteligência, ao que ela poderá vir a fazer*”) e a dificuldade em reter a informação (E 3 – “*tinha muitas deficiências em termos de vocabulário, memória, matemática, tudo*”; E 6 – “*ela esquece, seja as coisas boas, seja as coisas más (...) mesmo a nível de estudos, às vezes esquece-se e temos que voltar atrás*”).

A motivação e as atitudes da criança em relação ao estudo influenciaram não só a evolução em termos de aprendizagens, mas também a dinâmica familiar. De um modo geral os pais verbalizaram atitudes negativas, apesar de algumas exceções, em que as crianças se demonstraram esforçadas, persistentes, interessadas e motivadas (E 15 – “*É uma criança extremamente esforçada, é um menino que batalha*”; E 16 – “*Quando não percebe alguma coisa: «Mas explica-me, explica-me que eu não percebi!*»”). Quanto às atitudes negativas,

estas expressaram-se de diversas formas, desde o reclamar a atenção de forma contínua (E 8 – “A professora queixava-se muito que ela estava sempre a chamar, sempre, sempre e era pura preguiça e para dar nas vistas.”); a pouca motivação em relação às tarefas escolares (E 16 – “A parte que chateia mais é a parte dos deveres (...) é muito preguiçosa nesse aspeto, cansa-se muito, faz disparates, depois desmotiva facilmente”); o bloqueio emocional (E 5 – “Os trabalhos de casa, no início tinha medo de fazer o que fosse, tinha medo de falhar, ela chorava, dizia que não conseguia, que era incapaz, «Não sei, não consigo, não consigo, não consigo!»); e a resistência (E 14 – “Os trabalhos de casa também foi uma guerra, porque ele não queria trabalhar, não gostava de trabalhar, ele chegava aqui para fazer os trabalhos e chorava”; E 15 - Ele por exemplo, «Não me apetece fazer os trabalhos de casa, não faço, não faço, não quero, não quero!»). No estudo de González et al. (2001), apenas 14% das crianças demonstraram ansiedade em relação às tarefas escolares, rejeitando, inclusivamente, as ajudas fornecidas pelos pais ou irmãos, de modo a não exporem as suas dificuldades e falta de conhecimentos. Os autores recomendaram que, perante este comportamento, os pais apoiassem e reforçassem os mínimos avanços da criança e que a ajudassem a realizar as tarefas por etapas, aumentando gradualmente o seu grau de complexidade, favorecendo, desta forma, o sentimento de competência da criança.

Em relação ao comportamento na escola ou relacionado com a escola os pais também referiram algumas dificuldades. Um dos maiores desafios prendeu-se com o facto de a criança tentar ocultar o que tinha sucedido na escola ou que tinha trabalhos de casa ($n = 7$), recorrendo à mentira, ao esconder ou “falsificar” a caderneta, ao não transmitir recados da professora, etc. (E 8 - «Olha da secretaria já me telefonaram e aconteceu isto ou aquilo». Negava, negava, negava e quem não a conhecesse acreditava, porque negava com um drama, com um choro, com uma coisa”; E 7 – “É capaz de dizer «Não tenho deveres, não tenho deveres». E 15 – «Seja a última vez que tu faças isso, isso é muito feio, sabias que se fosses grande por falsificar a assinatura da mamã [na caderneta escolar] dava direito a cadeia» (...) o Tomás, como viu que isso era grave, em vez de fazer isso, passou corretor em cima do recado da professora”). Perante estes comportamentos da criança, alguns pais adotaram atitudes de maior confronto e controlo (E 8 – “«Portanto ou me dizes agora ou tenho que ir ao colégio confrontar as pessoas e falar com as pessoas». Ela acabava por desbobinar, mas com medo do confronto com as pessoas”; E 7 – “Tenho de andar todos os dias ver o caderno diário, tenho de ir todos os dias ver os deveres. A caderneta já vem ele

com ela”; E 6 – “Então eu comecei, eu e a explicadora, começámos a ter de ver tudo, a desfolhar tudo (...) mas alguma coisa sempre me passava, é incrível”).

Os pais também referiram o desrespeito pelo professor e pelas regras da sala de aula, narrando acontecimentos isolados ou pontuais, que apesar de difícil gestão, não voltaram a suceder (ex.: E 14 – “O urinar na sala [de forma intencional]”; E 1 – “No princípio juntava-se lá com os outros e não fazia o que a professora queria (...) foi essas duas ou três vezes”). Porém noutras situações, estes comportamentos foram continuados, expressando-se através de birras, insultos, agressões, ignorar a professora, falar constantemente com os colegas, etc. (ex.: E 15 – “Na sala de aula punha-se debaixo da carteira a fazer birras, o difícil era mantê-lo sentado (...) xingava a professora, as empregadas, que não queria comer a sopa com legumes, atirava a sopa para o chão”(...) se a professora não controla, quem controla a turma é o Tomás”. ; E 6 - “Lá na escola? Tinha. Fui chamada várias vezes (...) A professora: «Temos que lhe chamar à atenção, porque a Soraia, já a mudei de tantos sítios, de toda a gente, que tudo lhe serve para falar» (...) Foi uma batalha para ela estar atenta na escola”; E 13 - Enquanto da Armanda as queixas são dela falar muito; da Teresa são as asneiras que faz no recreio, de estragar coisas, de juntar gang e assaltarem a cantina, de arrancarem, de estragarem as árvores, são assim mais amolecadas, vamos dizer assim”).

De realçar a necessidade que a própria comunidade educativa teve, nalguns casos, de reajustar as suas expectativas relativamente à adoção ou às crianças adotadas (E 8 - “Para aquele colégio foi o primeiro caso [de adoção] que tiveram, foi uma experiência, e acharam muito bonito, e uma coisa fantástica e isso tudo, mas eu acho que eles também estavam à espera de uma criança que se mostrasse mais dependente, percebe? Porque ela é de uma independência, um autoritarismo, uma coisa muito grande, então aquela coisa que a tinham de proteger, ui nem de perto, os outros é que tinham, tiveram de ser protegidos”).

Por vezes os comportamentos disruptivos e/ou de desrespeito não se restringiram ao contexto mais formal, da sala de aula, mas eram transversais aos vários contextos frequentados pela criança, colocando em causa os pais, no cumprimento das suas funções familiares (E 8 - “Portou-se mal no ballet, portou-se mal na catequese, em todos os sítios onde ela ia, contavam. Chegava a algum sítio menos conhecido «Ela é malcriada!», que não é muito agradável de ouvir”). Fuentes et al. (2001) constataram que 27.7% dos pais adotivos entrevistados receavam a rejeição social ou a perda de prestígio e reputação na própria comunidade devido à exibição de condutas inadequadas dos seus filhos.

As dificuldades relacionadas com a escola não se circunscreveram às crianças, mas também abrangeram o sistema escolar e os professores. Em relação ao sistema escolar, os pais verbalizaram a mudança sistemática de professores (E 7 – “O Salvador teve uma péssima primária. Ele só teve um ano em que teve a mesma professora, de resto andou sempre a mudar de professoras); a ausência ou demora de apoios especializados (E 16 – “Depois fomos falar com a escola mais de uma vez para ter o apoio necessário, já falamos com a DREN. A DREN diz que é um dos casos que realmente merece apoio (...) Depois a DREN queria mandá-la para uma escola em Braga. Estão a juntar os alunos todos com dificuldades numa única escola. Eu disse: «Não vai para lá! Isso é que não! Ela fica aqui e a DREN ou o estado que ponham professores de apoio, há para aí tanto desempregado”); problemas na transferência do processo escolar exigindo mudanças adicionais à criança e aos pais (E 16 – “A Andreia supostamente estava no segundo e ia passar para o terceiro e nós marcamos assim, mas depois houve uma má informação entre a escola e ela supostamente não havia de ter passado para o terceiro (...) isso soube-se fins de Outubro, já estava a meio do primeiro período (...) em Janeiro mudou para o segundo ano”) e o facto de a criança estar inscrita formalmente num determinado ano escolar quando os seus reais conhecimentos correspondem a anos anteriores (E 6 – “Deparamo-nos também com outra situação que é o ter de a matricular numa classe inferior, ou seja, matriculá-la num primeiro ou num segundo ano, quando nos disseram que não podíamos, teríamos que ir à DREN, em que ela iria ser avaliada novamente por psicólogos e novamente uma nova avaliação lá, que iria ser extremamente doloroso também para ela, só para passar ao fim ao cabo um atestado de burrice à professora da escola onde ela andava (...) Então nós tivemos que a matricular na 4ª classe num colégio [privado] e pedir especial favor de ela frequentar o 2º ano”). No que tange aos professores, alguns aspetos, relacionados especificamente com a adoção, serão abordados mais à frente, no ponto 8.4.4. Contudo, relacionado com o processo de ensino-aprendizagem, os pais verbalizaram que os professores não souberam responder adequadamente às necessidades específicas da criança, não valorizando a sua evolução (E 3 – “Aquilo não era uma professora perfeita para uma miúda deste tipo. Ela conhecia a situação, como estávamos, mas nunca foi capaz de valorizar os progressos da miúda. Avalia toda a gente pelo mesmo nível. Não sabe, como professora, que um para chegar ao 16 fez muito mais esforço que o outro para chegar ao 20. E esta miúda, viu-se que foi melhorando progressivamente ao longo do ano e [ela] nunca lho disse, até ao último dia das aulas, e eu creio que lhe devia ter dito antes). A este respeito, Jack (2008) advoga que a criança adotada

deve ser avaliada apenas em função da sua evolução e não por comparação e contraste com as crianças da sua idade. Além do mais, a autora enfatiza que o reforço deve ser usado de forma sistemática, dado o bloqueio emocional que algumas crianças apresentam por receio de falharem ou por acreditarem que não sabem.

Quanto aos pais, um dos seus principais desafios nesta área consistiu em reajustar as suas expectativas iniciais, traçando objetivos realistas e aceitando a criança tal como ela é (E 12 – *“A gente não pode ter expectativas muito elevadas, pronto, eventualmente, às vezes eu penso, vai dar um salto, vai dar um curto-circuito naquela cabeça e a coisa vai desenvolver, mas o mais provável é que isso não aconteça, o mais provável é que sou eu que estou a fantasiar. Temos de nos conformar, que todos os nossos males fossem esses (...) nunca julguei que eles fossem ter assim tantas dificuldades, mas o certo é que tem”*; E 6 – *A minha grande expectativa é que essa parte do cérebro dela que está meio adormecida, que despertasse, que houvesse qualquer coisa que fizesse assim pic e ela conseguisse efetivamente captar*”). Similarmente, no estudo de Fuentes et al. (2001) um terço dos pais tinha expectativas de melhor rendimento académico.

Para a resolução das dificuldades relacionadas com a escola os pais mobilizaram recursos pessoais, familiares e sociais, e utilizaram várias estratégias, umas mais efetivas do que outras. Neste âmbito os pais mencionaram a articulação estreita com a escola, no intuito de acompanhar a evolução da criança, definir conjuntamente com o professor estratégias e objetivos, assegurar a continuidade escola-família, providenciar *feedbacks* mútuos, etc. (E 13 – *“Por acaso dou-me muito bem com a professora e estou sempre lá a ver, sou uma mãe chata, estou sempre lá colada, a acompanhar”*; E 6 - *“...eu saber depois tudo o que se passava dentro da aula, tudo o que se passasse eu queria saber”*; E 1 – *“Ela [professora] disse: «Eu pu-lo de castigo. Ele vai ficar dois dias sem ir ao recreio» e eu disse «O que é que ele vai ficar a fazer na hora do recreio?» e ela disse «Nada», «Então a Sr.ª professora ponha-o a fazer cópias». E ela pôs”*; E 17 - *“A professora chamou-me e disse «Olhe o Simão não tem estado a fazer os deveres?!», «Mas ele chega a casa e diz que não tem deveres e eu olho para os livros não vejo indicação nenhuma, não adivinho se tem deveres ou não. A professora se faz o favor põe-me uma indicação que depois em casa eu vejo». Com a indicação, claro, comecei a ver com ele”*; E 10 – *“[Professora] «Não exija tanto deles! Deixe estar e não sei quê». E foi e deixei a coisa rolar um bocadinho*”). Efetivamente, no estudo de Rijk, Hoksbergen e ter Laak (2008) com professores e pais de 17 crianças adotadas, com problemas comportamentais, 67% dos professores consideraram que tinham

um bom contacto e relação com os pais referindo que se aconselhavam mutuamente na melhor forma para lidar com os problemas comportamentais e dificuldades da criança, todavia nalguns casos também ocorreram conflitos quando ambos (professores e pais) não tinham as mesmas expectativas em relação às capacidades e potencial de aprendizagem da criança.

Alguns pais optaram por privilegiar os recursos externos nomeadamente a contratação de explicadores, a integração das crianças em centros de estudos, a seleção de uma escola ou colégio específico por assegurar um acompanhamento mais personalizado, etc. (E 7 – *“Mas para não ser eu a ensinar, (...) porque eu sou um bocado rude e também tinha medo de ser demasiado severa a exigir (...) esteve numa senhora a pagar”*; E 3 – *“Elas estiveram num centro de explicações (...)Eu [mãe] a princípio pensava que podia ajudar [nos estudos], mas com a Vera criava-se um problema de rejeição”*; E 1 – *“Aliás eu meti-o lá mesmo por ser uma escola muito pequena, tinha 14 alunos, e tinha lá uma pessoa conhecida e sempre era bom para a adaptação dele”*); outros pais conciliaram as ajudas externas com o seu envolvimento ativo no acompanhamento aos estudos (E 6 – *“Tem tido todo o apoio, tem a professora de apoio, tem a professora lá, tem uma explicadora, tem-nos a nós, tem tudo, graças a Deus”*; E 15 – *“Todos os dias estamos aqui, batalhamos a fazer os trabalhos de casa, para ver se ele consegue levar a matéria assim mais adiantada (...) Além das explicações que tinha cá em casa, tinha explicações fora”*); e outros ainda assumiram em exclusivo a monitorização e o acompanhamento no estudo (E 12 – *“Passamos um bocado mais de tempo em casa do que a generalidade das pessoas e portanto sacrificamo-nos um pouco e temos sido nós a fazer esse trabalho e felizmente com resultados”*).

Alguns pais expressaram a preocupação em proporcionar à criança experiências diversificadas, com o intuito de a estimular em várias áreas (ex.: música, artes, desporto, cultura geral, etc.); em integrar gradualmente a criança em atividades do seu agrado e/ou em que fosse competente, no sentido de promover a sua autoestima; e em recorrer a estratégias lúdicas e/ou criativas, para transmitir determinados conhecimentos ou trabalhar determinadas áreas (E 14 – *“Levamo-los a ver o teatro, uma história especial para eles, eles adoraram aquilo, também sentiram que o Pinóquio era adotado, um bonequinho de madeira”*; E 1 – *“Eu escrevi-o em Outubro do ano passado no basquete, porque era um desporto que lhe fazia falta, e eu não inscrevi logo, porque (...) quis que ele se adaptasse muito bem à escola, comesse a seguir muito bem o caminho, não sobrecarregá-lo logo com muita coisa”*; E 8 – *“Ela veio em Março e em Outubro meti-a numa equipa de ballet,*

porque ela estava....parecia aqueles pugilistas percebe”; E 15 – “demos computadores didáticos para estimular, joguinhos didáticos (...) uma coisa que se brinca é com legos, porque acho que estimula a aprendizagem”; E 13 – “Para a concentração, que ela é muito distraída (...) eu pego num livrinho de sudoku”; E 1 – “à noite, antes de ele deitar, lemos sempre os livrinhos que ele gosta (...) Comecei assim por ler uma palavra e ele outra e depois começámos por ler uma frase e ele outra e depois já um paragrafo (...) foi assim que começou a ganhar gosto (...) comprei livros daqueles de leitura fácil, com as letras grandes, que aquelas miudinhas custava mais a ler (...) umas histórias bonitas e a gente quer sempre chegar ao fim para ver como é que acaba e tal”).

Especificamente na resolução das dificuldades escolares e/ou na resistência ao estudo, os pais realçaram a sua paciência e persistência, em conseguir que as crianças realizassem as tarefas escolares de forma correta e cada vez mais autónoma (E 15 – *“Vais ler outra vez a lição filho, 5, 7 vezes, as vezes que forem necessárias (...) uma vez estive quatro horas com ele, só com a península e com a ilha, para ele diferenciar uma coisa da outra, não é? A professora perguntou o que era uma península e ele era o único que sabia e estava todo orgulhoso”; E 10 – “Eu obriguei-os um bocadinho, é verdade, obriguei-os mesmo, tens que fazer e tens que fazer mesmo”; E 12 – “É preciso estar sempre na marra com eles”; E 16 – “Tentar insistir com ela”).* Todavia, seja por não terem a competência necessária para trabalhar com os filhos de modo positivo e/ou pelo desgaste de um acumular de situação desafiantes (relacionadas e não relacionadas com a parentalidade) os pais também referiram a falta de paciência (E 13 – *“Como não lhe apetece [diz] «Eu não consigo!» e está à espera que nós façamos por ela. Tanto é, que ela tem que estudar comigo, porque se ela estuda com o pai, o pai perde a paciência e dá-lhe as respostas. E ela massacra, mas ela massacra mesmo”; E 7 - “Era capaz de [eu] às vezes ser um bocado rude e dizer coisas que não devia, (...) talvez às vezes lhe chamasse burro”).*

Os pais mencionaram o uso, geralmente combinado, de estratégias punitivas de afirmação de poder, tais como o castigo físico, a retirada de privilégios, a ameaça, etc. (E 6 – *“Pu-la de castigo, dei-lhe duas sapatadas, que não podia ser, que ela tinha de estar atenta”; E 14 – “Lá está também percebeu que não cumprindo com as tarefas escolares não tinha determinadas coisas, tudo o que ele gostava, tudo o que fosse paixão dele, nós retiramos”; E 1 – “Os castigos eram ler e escrever e aí já levava mais a sério que era uma coisa que ele não estava habituado, o tirar a televisão ele não se importava nada”; E 15 – “Põe-se de castigo, não tem playstation, não vê televisão, aqui é sempre o mesmo”), de estratégias indutivas*

racionais, em que os pais explicam à criança a necessidade de estudar e de respeitar a comunidade educativa e os colegas, quais as consequências do seu comportamento, etc. (E 15 – *“Eu digo «Se o papá conduzir em excesso de velocidade, o papá pode ir preso, ou tirarem-lhe o carro, é o castigo que ele tem, se a mamã não pagar os impostos que ela tem de pagar, ou se roubar alguém, ou qualquer coisa, vai para a cadeia (...) vocês têm as vossas regozinhas e têm de obedecer, obedecer à Sr.ª professora e não ser mal-educado com ninguém, vocês tem que aprender a respeitar as outras pessoas”*) e de estratégias indutivas emocionais, em que motivaram a criança, elogiaram-na, deram-lhe recompensas, deram-lhe tempo para se autorregular (E 15 – *“Tu não és burro, tens dificuldades, mas a mamã também as tinha. Há pessoas que são como o teu irmão, basta ouvir para entender, a tia Filipa era assim, mas a mãe não era assim”*; E 5 – *“Consegues, se os outros conseguem tu também consegues, não és menos do que os outros”*; E 14 – *“Nós dissemos que dávamos uma prenda, não prenda monetária ou material, mas que lhe dávamos qualquer coisa que ele gostasse de fazer e ele então pediu para aprender a tocar guitarra e para ir para a escolinha de futebol e nós dissemos «Sim senhor desde que a escola...»”*; E 13 – *“Se a professora manda um recado ou não sei quê, eu dou castigo. Se se portarem bem eu também dou uma prendinha, vamos almoçar fora, comer uma variação, vamos ao cinema ou outro, percebe? Também tento, tento... também não dar só castigo. Tenho que incentivar e pronto”*; E 15 – *“(...)deixava-o o trabalhar ao ritmo dele”*).

Focando no relacionamento com os pares, de uma forma global, os pais descreveram os seus filhos como sociáveis e com facilidade em iniciar e manter amizades (E 6 – *“Sabe que ela ao fim de um mês foi convidada para uma festa de anos e nós andámos à procura do miúdo e nem sequer da sala dela era. Ficaram grandes amigos agora.”*; E 4 – *“Tem, tem muitos amigos, ela é muito extrovertida (...) As amigas que ela fez nessa altura são as que continuam hoje, apesar de haver algumas novas”*; E 1 – *“Ele faz amigos com muita facilidade. Por exemplo nós estávamos na praia, passado um bocado olhávamos, já estava ele, os outros dois e um monte de crianças a brincar lá na areia (...) com pequeninos ele anda sempre a cuidar”*). Similarmente, no contexto Português, Barbosa-Ducharne et al. (2012) verificaram, mediante administração do SDQ de R. Goodman (1997) a 125 pais adotivos, que 97.3% e 78.2% das crianças integradas nas famílias há cerca de 5 anos ($M = 4.58$, $DP = 2.42$; $Min = 0.5$, $Max = 12.5$) se enquadravam nos intervalos definidos como normais em termos de comportamento pró-social e problemas de relacionamento com os pares, respetivamente.

Não obstante o relacionamento positivo com os pares, três Famílias adotivas relataram que os seus filhos estabelecem relações superficiais e/ou descontinuadas (E 11 – “*Relações superficiais é perita, quer com crianças, quer com adultos, num primeiro contacto é..., depois no aprofundamento, no contacto mais prolongado tem realmente ... pronto com os miúdos ela tenta dominar, controlar*; E 13 – “*Eu convido sempre os amigos para virem cá a casa, mas nunca vem o mesmo, porque elas não mantêm aquele laço, percebe? Essa dificuldade elas têm de manter aquele laço de amizade com aquela criança. Zangam-se. Normalmente as crianças zangam-se e daqui a pouco estão bem...e elas mudam de amizade*”).

Os pais atribuíram esta dificuldade às inseguranças da criança (E 11 – “*Está relacionado com as suas inseguranças e nos miúdos é como ela quer ou até ... pronto, começa a gerar conflitos e o medo de não ser aceite pelos outros é tão grande que ela estraga antes de...*”), a fatores contextuais, como as características da turma (E 13 - “*Na escola não têm [amigos mais próximos], mas penso também é muito pela turma que conseguiram, não sei (...) elas tiveram muito azar ou falta de sorte com a turma em que calharam*” Porquê? Como elas entraram já no segundo período, no início do segundo período, já foi para a turma das sobras, não é? E a turma das sobras, normalmente estão lá aqueles que não foram integrados nas outras turmas, não é? São os restinhos que foram entrando depois e a turma é uma turma muito complicada) e ao caracter disposicional (E 13 – “*É mais **impulsiva**, faz amigos com facilidade, mas também perde os amigos com facilidade*”).

De igual modo, ao nível das dificuldades relacionais, cinco Famílias adotivas (23.8% das crianças) aludiram à agressividade física e/ou verbal dos filhos dirigida aos pares (ex.: E 8 – “*Ela foi um pandemónio, porque batia a todos, cuspia, chamava nomes*”; E 17 – “*O Simão teve uma dificuldade muito grande, batia neles todos, tanto que começou a ser posto de lado*”). Similarmente, no estudo de Molina (2002) algumas crianças manifestaram, desde os primeiros meses de integração, agressividade física (36%) e verbal (20.5%) para com os pares e, no momento de recolha de dados, 43% e 37.5% destas crianças, continuavam a apresentar estas dificuldades.

Os pais atribuíram esta dificuldade ao passado (E 8 – “*Ela vinha de um meio piscatório, portanto aquilo era um nível de educação baixíssimo (...) se calhar até achavam alguma piada, alguma graça, (...) ela vinha nesta lei da selva e então quanto mais arruaceira melhor*”; E 1 – “*Depois ele estava habituado com aqueles todos na instituição, não sei como é que eles se portavam porque não conheci a fundo o viver deles*”), a fatores contextuais atuais, tais como a influência dos pares (E 1– “*Porque os outros [colegas de escola] faziam,*

ele achava piada e fazia igual”), à necessidade de se adaptar ao contexto (E 17 – “Era para se impor”) e ao caracter disposicional (E 17 – “Ele era um destemido”). Esta dificuldade foi totalmente ultrapassada em duas crianças (E 8 – “Neste momento é uma criança muito simpática, afável, com as suas birras de vez em quando, mas muito simpática”) e teve uma evolução muito positiva nas restantes três (E 17 – “Batia, porque lhe apetecia, ainda agora é de vez em quando (...) isso foi diminuindo”; E 15 – “A mudança foi como da água para o vinho”).

Como forma de ultrapassar esta dificuldade, destacou-se a intervenção da escola, seja pela implementação de castigos; pela consciencialização da criança das consequências do seu comportamento; pelo afastamento da criança em relação a colegas que apresentavam determinados comportamentos considerados problemáticos; e/ou pela definição de estratégias com a família. (ex.: E 17 – “Depois a professora começou a fazer entender que se ele batesse nos meninos começava a deixar de ter com quem brincar”; E 1 – “Como elas sabiam que se davam a brincadeiras dessas, elas tentaram sempre desviar para ele não ficar tão agarrado aqueles (...) ali [o meio escolar] é muito pequeno dava para elas verem todos e tomar conta de todos e tudo”). A literatura indica que as crianças institucionalizadas e/ou expostas a situações familiares abusivas podem não ter desenvolvido determinadas competências sociais básicas, sendo importante que os pais ensinem à criança padrões de interação e comunicação ajustados à sua idade cronológica, com recurso a explicações simples, a exemplos e a exercícios (Child Welfare Information Gateway, 2009).

Na relação com os pares, duas Famílias adotivas também expressaram a preocupação pelo facto dos seus filhos serem, na sua ótica, demasiado manipuláveis, adotando, ou receando que adotem, devido à influência de terceiros, determinados comportamentos, menos socialmente aceitáveis (E 14 – “Dificuldades com o Afonso... a personalidade fraca na escola. Ele se alguém lhe dissesse para fazer uma grande asneirada ele fazia, não era capaz de dizer «Não! Não faço porque isso é asneira, porque os meus pais não querem!»; E 13 – “E depois como é muito simpática e, às vezes, até de mais, anula-se por causa dos outros (...) É uma coisa que me preocupa, principalmente agora, indo para o ciclo (...) é muito manipulável, seja pela irmã, seja por outro qualquer (...) é muito, como se diz vulgarmente, Maria vai com as outras, percebe?”). Esta dificuldade é atribuída ao caracter disposicional (E 13 – “Ela ainda é muito imatura, mesmo para 9 anos, é muito imatura e não tem uma personalidade muito vincada”; E 14 – “Só por uma fraqueza de personalidade notória”). E. Schwartz e Davis (2006) consideram que as crianças com problemas de abandono e de

vinculação podem ser demasiado vulneráveis à influência dos colegas de turma e pares. No sentido de ultrapassar esta dificuldade ou, mais concretamente, para controlar o seu impacto negativo, os pais referiram a seleção dos amigos dos filhos (E 14 – «*Olha Afonso, a mãe e o pai gostavam muito que fosses tu a escolher os teus amigos, mas se o pai e a mãe se aperceberem que as tuas escolhas são mal feitas, meu menino, quem escolhe os amigos somos nós, porque santa paciência não estás na idade de andar colado a vândalos e a gringos, porque nós não vamos deixar!*» (...) e eu depois disse à professora «*Oh professora, vai-me desculpar, entristece-me profundamente dizer isso, mas eu não quero que o Afonso conviva com esse Nelson, com esse rapazinho*» e pronto, a professora também me ajudou nisso”).

Finalmente, três Famílias adotivas referiram que os seus filhos foram alvo de gozo, humilhação ou agressão (ex.: E 12 - “*Ele, nos primeiros dias chegava a casa e queixava-se que os outros meninos lhe batiam (...) os miúdos brincavam por ele ter uma pronúncia diferente*”; E 10 – “*É assim aqueles tiques de, porque se ri de uma maneira mais, sei lá, mais caricata, aquelas manias de andar com as mãos assim e não sei quê, tentando copiar a irmã, e alguém criticava*”). Porém, apesar do desagrado, os pais consideraram que estes comportamentos eram típicos das crianças em idade escolar e que não atingiram um grau de severidade preocupante (E 12 - “*Aquelas coisas dos miúdos de 7 anos*”). Como forma de resolução os pais ensinaram os seus filhos a defenderem-se (E 12 – “*Ele chegava a casa da escola e eu a brincar fazia de conta que andava à luta com ele para ensinar a defender-se que ele não sabia*”) e incentivaram a criança a modificar determinados comportamentos, culpabilizando-a implicitamente pelo sucedido e vitimando-a uma segunda vez (E 10 – “*Um dos nossos discursos recorrente «Tu és menino!» (...) e nós chegamos a dizer mais do que uma vez «Tu amanhã vais chegar a casa todo magoado, vais ouvir algum comentário que não vais gostar e eu não quero nem saber, nós já te avisamos milhões de vezes, tu olha para o comportamento do teu pai, do meu irmão, do avó, do outro tio, olha para estes comportamentos, sinceramente, tu também queres ... não é assim que andas a fazer*»).

c) Comunidade

As ideias acerca da “família” e das relações na família não são (simplesmente) definidas pela genética ou pelos termos, mãe, pai, irmão e irmã. A sociedade e a cultura (num determinado contexto espaço-temporal) definem o que é esperado que seja uma

família, a natureza da relação entre os seus membros, como se deve constituir e ainda que indivíduos se podem definir como uma “família” (Schweiger & O’Brien, 2005).

Enquanto elementos *stressores*, provenientes da comunidade, os pais referiram, com carácter excecional, questões e comentários desagradáveis e/ou depreciativos por parte de outros, relacionados com a valorização dos laços biológicos (E 10 – “*Na altura que se falou na questão de adotar alguém que disse «Mas é diferente!».* *Aqueles comentários menos próprios, dispensáveis*”; E 5 – “*Então! Está contente com a primeira netinha? [relativo ao nascimento de uma bebé]*”, e eu meti-me logo na conversa e disse “*Primeira não, porque ela já tem uma!*”); com a associação da parentalidade, pela via da adoção, a um ato de caridade (E 17 – “*Às vezes as pessoas dizem «Estás a fazer um bem por estas crianças e tal*”; E 5 – “*Disse-me que a Lúcia um dia ainda nos havia de agradecer e eu aí não me pude ficar calada, «Mas agradecer porquê?*”, “*Ah! Fiquem com ela e agora tem uma família*”); com a perceção das crianças adotadas enquanto coitadinhas (E 12 – “*Se notamos alguma atitude se calhar é no sentido de sobre proteção, aí coitadinho do menino, aí que ele foi adotado*”) ou problemáticas (E 5 – “*Ah, com a Lúcia há sempre problemas*” (...) *sentimos algum preconceito*”); com a rotulação da criança (E 7 - “*Uma criança adotada nunca perde o cognome de adotada (...) o princípio da conversa (...) começa sempre: «a criança adotada, todas as conversas que eu ouço (...) quer dizer, a criança já foi adotada, já anda na 3ª classe e eu até hoje nunca ouvi falar da criança, até podia falar da criança da empregada, mas é sempre [«a criança adotada»]*”); com o desconhecimento generalizado da adoção ou do processo (E 17 – “*Tu vê lá! Ai, eu não me metia nessas coisas! Sei lá. Depois os familiares querem vir buscá-los e eles depois querem ir para os familiares e a gente fica sem os miúdos. E andamos nós aqui a gastar dinheiro e a educá-los*”; E 7 – “*Olhe, o Salvador, quer dizer, vai ser batizado, mas ele é adotado, ele não tem o vosso nome, pois não?*”. Assim à frente do miúdo”); e com a não compreensão dos motivos subjacentes à adoção (E 16 – “*Nesse aspeto a nível da sociedade acho que há um preconceito muito grande em adotar crianças mais velhas e duas (...) «Mas porque é que eles adotaram?» É logo a primeira pergunta*”; E 11 - *Há muitas pessoas que não entendem. «Mas porquê?!». Aham que dá muito trabalho, que é um risco, uma pessoa com a vida organizada, até com filhos biológicos e tudo, não percebem, acham que é quase uma aventura desnecessária*”). De igual modo, Branquinho (2011), no contexto Português, constatou que 12.5% dos pais sinalizaram dificuldades a este nível, demonstrando que ainda existe um estigma associado à adoção, e que os pais têm de aprender a lidar com as expectativas e observações efetuadas pelos familiares, pelos amigos,

por conhecidos e pela sociedade, que a parentalidade biológica é “superior” à parentalidade adotiva (Fisher, 2003; Kline, Karel & Chatterjee, 2006; March, 1995; Miall, 1987), que as crianças, devido ao seu passado genético “suspeito”, são de “segunda classe” (Miall, 1987) e apresentam mais problemas clínicos e mentais (Fisher, 2003; Wegar, 2000). Se os pais adotivos partilham estas crenças sociais, podem ter baixas expectativas em relação à criança e formar-se uma profecia autorrealizável. Adicionalmente, crianças adotadas que tenham consciência do estigma associada à adoção podem sofrer um impacto negativo na sua autoestima (Schweiger & O’Brien, 2005).

Como forma de ultrapassar esta dificuldade, os pais optaram por desvalorizar ignorando (E 7 – *“Eu disfarço sempre, se me der um bom conselho eu aceito, mas agora da minha vida não tenho de dar satisfações a ninguém”*; E 17 – *“Nós ouvíamos e calávamos. Nós já estávamos preparados. Nós temos a nossa convicção”*) e/ou por confrontar as pessoas (E 5 – *“As pessoas muitas vezes podem dizer sem intenção, sem mal, porque não estão habituadas, não estão familiarizadas com a adoção, por isso eu acho que se deve confrontar logo”*; E 15 *“Mas dou desculpa, porque é uma pessoa de idade (...) reagi um bocadinho negativamente, foi complicado, com a senhora disse «Olhe é assim, quando nós temos uma criança, mesmo biológica, se geramos uma criança, você não sabe se vai ser um assassino, se vai ser um sobredotado, isso é totobola”*).

Todavia, de um modo geral, os pais verbalizaram uma aceitação positiva da adoção por parte da comunidade (E 4 – *“Tanto amigos, como toda a família, como..., não, nunca houve nada em termos digamos depreciativos, não! Muito pelo contrário”*; E 8 – *“Pessoas que não falavam a anos telefonaram a dar os parabéns”*; E 9 – *“Nunca tive nenhuma reação negativa, quer da comunidade onde agora o Leonardo está inserido, quer familiar, ou o que quer que seja. Tratam-no exatamente como um outro filho qualquer (...) pelas pessoas que eu contacto, não há estigma associado (...) também ultimamente há mais divulgação sobre as situações de adoção”*). Assim, parece que atualmente a adoção é um fenómeno cada vez mais evidente e com uma crescente aceitação social (ex.: Domingo, 2006; J. Monteiro, 2009).

8.4.4. Tarefas específicas da adoção: dificuldades, atribuições, recursos/facilitadores, estratégias de *coping* e adaptação

a) Comunicação sobre a adoção ao nível intrafamiliar

Ao nível da comunicação sobre a adoção foram analisadas as dificuldades apresentadas pelas crianças (tal como percecionadas pelos pais), a forma como os pais as significaram, as estratégias que utilizaram para a sua resolução e a sua evolução, bem como as próprias dificuldades e receios dos pais neste domínio.

De acordo com os pais, duas crianças demonstraram a idealização dos pais biológicos (E 11 - *“Ela dizia que a mãe era bailarina e o pai era músico. Tem uma ideia muito fantasiada”*; E 13 - *“Que andava no ballet, que andava no... que, pronto, que tinha uma casa muito bonita, uma casa grande. (...) Tenho uns pais adotivos e tenho uns pais algures que um dia vão aparecer aqui, se calhar num avião ou numa coisa qualquer, para me vir buscar. (...) Cria aquela fantasia de que há algures um pai muito bonito e uma mãe”*).

O romance familiar, isto é a fantasia sobre a existência de outros pais melhores do que aqueles que tem, apesar de também surgir nos filhos biológicos, complexifica-se nas Famílias adotivas, pois efetivamente, e não apenas na fantasia, a criança tem outros pais e outra família (Brodzinsky, Schechter, & Henig, 1992). Quando zangada ou desiludida com os pais adotivos a criança idealiza os pais biológicos, os quais são os pais perfeitos que qualquer criança desejaria ter. Por outro lado, pensa sobre os motivos pelos quais os pais biológicos a entregaram para a adoção. Como forma de se defender do sentimento de abandono, rejeição e da autoculpabilização (será que eu era má?) a criança tende a idealizar um romance que, no extremo, a leva a imaginar que foi raptada pelos pais adotivos aos pais biológicos, que eram pessoas ricas, importantes, famosas, jovens e bonitas (Alarcão, 2002; Brodzinsky, Schechter, & Henig, 1992; Mateus & Relvas, 2007). No estudo de Molina (2002) apenas duas crianças idealizavam os vínculos anteriores, relatando, inventando ou exagerando certas experiências positivas com algumas pessoas do passado, porém no momento do estudo (no mínimo 1 ano após a integração na Família adotiva) esta dificuldade persistia. De igual modo, no nosso estudo, também se verificou a persistência desta dificuldade, mesmo após 3 anos de integração na Família adotiva (um caso).

Para os pais adotivos é compreensível que o romance familiar seja mais dificilmente vivenciado, comparativamente com outras famílias, sentindo-se mais em causa com estes movimentos da criança e questionando o afeto da criança para com eles (Alarcão, 2002). De

facto os pais expressaram desconforto em comunicar sobre o passado (E 11 – “*Eu não gosto, não sinto como positivo, e é como lhe digo, ela cada vez tem falado menos sobre essa história dela, mas também é assim, é a história dela, faz parte, é isso mesmo*”) e questionaram o impacto que o passado ou que a informação sobre o passado pode ter na integração da criança na família (E 11 – “*Achava que era melhor sentir alguma mágoa em relação a eles para ela perceber que eles foram uma má família (...) zangar-se com aquelas pessoas que foram os pais biológicos dela, mas no fundo não cuidaram dela, **para poder integrar completamente esta nova família** e saber que uma família é isto*”; E 13 – “*Eu tenho certeza que ela mal tenha possibilidades vai procurar a família. Ainda hoje tenho essa certeza, percebe?*”).

Como estratégia de resolução os pais optaram por fornecer à criança uma leitura alternativa da realidade (E 11- “*Um dia destes nós vamos ter que desmontar um bocadinho essa ideia que ela tem, que os pais dela não a podiam sustentar e então foram pô-la lá, que é uma ideia totalmente fantasiada*”; E 13 – “*Apesar de saber, porque eu já expliquei, que já não há família, nem sequer compareceram às audiências, depois separaram-se, na altura, que a mãe pode ter constituído outra família ou o pai, não sei, não é?*”). Por outro lado, uma família também assumiu o compromisso de encontrar o passado no presente, considerando que isto facilitou a integração da criança (E 13 – “*Só agora, se calhar, e depois dessas conversas todas que tivemos, é que se calhar ela se sente em pleno na família e sabe, e ela sabe que quando eu assumo um compromisso, eu cumpro, cumpro mesmo, não falto com as minhas promessas e nisso eu sei que ela confia em mim. Eu disse: «Quando tiveres discernimento, eu levo-te lá e vamos ver, vamos as duas, vamos conhecer o teu passado»*”). Mateus e Relvas (2007) salientam que é normal a ambivalência de sentimentos e fantasias da criança adotada acerca dos seus pais biológicos e que é importante que os pais adotivos não deixem que o adotado se aperceba que essa comparação e fantasia é para eles um ponto vulnerável ou a criança poderá utilizá-lo para os manipular. O Child Welfare Information Gateway (2009) considera que os pais devem encorajar a criança a falar acerca das suas fantasias e a expressar os seus sentimentos acerca da adoção e reassegurar à criança que é normal que ela imagine como é que seria a sua vida se não fosse adotada e que todas as pessoas, adotadas ou não, fazem isto ocasionalmente. Brodzinsky (2005) também enfatiza a importância de os pais recorrerem a uma discurso “neutralizado” sem juízos de valor, simples e direto acerca do que sabem sobre o passado e a família biológica.

Uma Família adotiva mencionou a necessidade da criança em falar constantemente acerca do passado (E – 10 *“Ele fala, fala e fala com aquela mágoa, explica tudo”*), que apesar de se ter atenuado com o tempo continua a manifestar-se. Nesta situação, a família alargada constituiu um recurso usado para mediar a comunicação em que, face aos sentimentos de desconforto dos pais em falar aberta e repetidamente sobre o passado, a criança recorreu à avó (E 10 - *“Até é bom, eles não escondem, quando sentem que vão falar em coisa e que nos vão magoar com isso e aquilo, a gente fala, eles vão à avó, a avó fala com eles e a gente acaba por saber as coisas”*). Nesta linha, outros pais ($n = 2$) também referiram situações em que a criança verbaliza o seu passado com outros elementos (ex.: professora, amigas), que assumem o papel de interlocutor ou mediador (E 2 – *“Na escola ainda fala muito, tanto que a professora de apoio anda, andamos, a tratar para ele ter uma psicóloga na escola que é para ele libertar o coiso que aqui em casa até não fala muito”*). De realçar que estudos desenvolvidos em Portugal demonstraram que os avós falam pouco com os netos acerca da adoção (A. Monteiro, 2011) e que são mais favoráveis a uma postura passiva do adulto na comunicação sobre a adoção com a criança e à negação do passado da criança (Barbosa-Ducharne & Barroso, 2012). Não obstante, quando os avós percebem que a criança demonstra interesse acerca do seu passado, estes revelam-se sensíveis e disponíveis para apoiar o neto (A. Monteiro, 2011) e gostariam que este construísse uma imagem positiva ou muito positiva da família biológica, diferindo significativamente do desejo expresso pelos pais adotivos (Barbosa-Ducharne & Barroso, 2012).

No outro extremo, três Famílias adotivas mencionaram a rejeição do passado pela criança, em que esta nega contar ou falar sobre acontecimentos ou pessoas do seu passado (E 1 – *“Eu disse assim «Oh filho gostava tanto que contasses coisas do teu passado» e ele foi assim «Ah, pois é, mas eu só me lembro dos 8 anos para a frente»”*; E 10 – *“Se lhe perguntar qualquer coisa «Então vós fazias isto ou aquilo?»», «Sei lá!» ... “Ela numa altura fez uma conversa do género «Já viste como estou crescida, ainda não nasci há um ano!»”*).

Nos estudos de Molina (2002) e de González et al. (2001) a negação da história pessoal¹³⁶ pelas crianças foi observada em aproximadamente 15% da amostra (15.4% no primeiro estudo e 14% no segundo estudo citado). Os investigadores atribuíram estas dificuldades a uma falta de preparação das crianças para a adoção (Molina, 2002) e, como forma de resolução, os técnicos, durante o período pré-adotivo, clarificaram junto da criança

¹³⁶ De realçar que no estudo de González et al. (2001) foi analisado de forma conjunta a negação e a confusão ao nível da história pessoal.

a sua história pessoal, estimulando a reflexão sobre a sua própria identidade e a reelaboração de uma representação adequada sobre si próprio e a sua história (González et al., 2001).

No nosso estudo, esta rejeição é interpretada pelos pais de diferentes formas, enquanto uns consideram sinal de integração familiar (“E 10 – *“Integrou-se de uma maneira que o que passou acabou e não interessa nada a ninguém. O que interessa é o agora, por isso eu sou parecida com a minha mãe, parecida com meu pai, como é que eu posso ser adotada!? Não tem cabimento nenhum!”*), outros como falta de confiança nas novas figuras parentais (“E 3 – *“Não tem confiança ainda suficiente, possivelmente por causa da irmã (...) coisas que ela pode contar a mim, se ela crê que irmã as pode saber é quando se retrai”*) e outros como um processo natural (E 1 - *“Ele agora aos poucos esquece-se”*). De acordo com Kirk (1985), o reconhecimento das diferenças não deverá estar presente necessariamente desde o início, pois a necessidade de criar relações estáveis e coesas com a criança, poderá ser ameaçada pela recordação dolorosa das experiências anteriores, tornando sistematicamente presente o passado. Neste sentido, a rejeição (da criança ou dos pais) poderá eventualmente ser facilitadora numa fase inicial mas a persistir, terá implicações futuras, sendo documentado ao nível da literatura as consequências no ajustamento dos adotados de uma comunicação fechada (Barbosa-Ducharme & Colaboradores do IPA, 2011; Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

Para resolução destas dificuldades os pais referiram adotar uma aceitação passiva (E 1 – *“Sim, no início cheguei a, gostava que ele sentasse e dissesse eu passei por isto, isto, isto, mas ele nunca quis, embora que não convém nós estarmos a pressionar, gostava que ele um dia e quem sabe um dia vai ter essa conversa”*; E – 10 *“Ela lida melhor com essas coisas, não quer dizer que seja melhor, não quer dizer que futuramente se possa a vir sentir pior com isso, de momento resulta que é uma maravilha”*) ou tentar abrir a comunicação (E 3 – *“Senti nessa noite que me tinha de dedicar um pouco mais à Vera. Eu priorizei a irmã mais velha, porque com 12 anos era mais o centro, e a Vera fora muito miúda e não manifestava nenhum problema, mas há alguma coisa que ainda não está resolvida. Isso está”*). Neil (2012) enfatiza que se os pais esperarem que a comunicação sobre a adoção seja sempre da iniciativa da criança, isto pode conduzir, particularmente nas crianças que evitam falar sobre tópicos difíceis, a que os sentimentos *“remain buried and unresolved”* (p. 415).

A confusão da criança acerca da sua história pessoal também é assinalada pelos pais, constatando-se que a criança mistura pessoas, contextos e/ou tempos (E 3 – *“Nos 6 anos*

aconteceu tudo, por isso não pode ser, porque é algo que não encaixa”), sentindo inclusivamente lacunas na sua história (E 4 – *“Ela diz muitas vezes que não tem fotografias de quando era bebé”*). As crianças adotadas mais tardiamente podem ter memórias do seu passado, contudo estas podem ser suprimidas, distorcidas ou imprecisas, dada a natureza traumática das suas experiências e a possível retirada da família biológica quando eram mais novas (Courtney, 2000).

Apesar das tentativas de clarificação, os pais sentem particular dificuldade dada a ausência de informação que lhes permitam colmatar essas falhas (E 4 - *“Quando é vago, nós tentamos conversar, mas continua vago. Ela de facto não tem uma ideia precisa desse tipo de coisas e como são coisas que nós também não sabemos, são coisas que digamos continuam no mesmo plano”*). Quando a informação é escassa ou inexistente, Brodzinsky (2006) recomenda que os pais incentivem a criança a partilhar os seus pensamentos, crenças, dúvidas, fantasias e/ou sentimentos relacionados com os pais biológicos e com as razões da adoção. Esta abordagem, permite que os pais acedam ao mundo interior da criança relacionado com a adoção e, normaliza a curiosidade da criança acerca das suas origens possibilitando uma maior abertura na comunicação, mesmo quando a informação é limitada.

A rejeição do passado ou mais especificamente da adoção também está presente nos pais, uma vez que o tema nunca foi abordado de forma direta e explícita com a criança, observando-se uma comunicação fechada, que dificulta a construção de uma história e identidade pessoal coesa e com sentido. De acordo com Parrondo (2001), muitas vezes os pais partem do pressuposto que a criança já compreendeu as informações acerca das suas origens e evitam abordar o tema (E 7 – *“Uma coisa que nunca quis foi dar-lhe o cognome de adotado (...) ele sabe, sabe, porque ele é mais esperto do que se pensa, porque ele fala muito da tia, lembra-se de tudo quando esteve na casa da tia, mas por exemplo às vezes diz «Quando eu andava na tua barriga como era mãe?» e eu digo «Ui doía-me muito o coração quando tu andavas na minha barriga» e o assunto encerra-se”*). De salientar que entre saber que se é adotado e reconhecer que se é adotado há um caminho a percorrer que implica o acesso à informação (relacionada com o passado, com as circunstâncias da adoção, etc.), aceitar as particularidades próprias da adoção, e reconhecer as suas implicações, isto é, o abandono e a perda (Triseliotis, Shireman, & Hundleby, 1997).

Este desencontro também se pode verificar entre irmãos, em que formas diferentes de abordar o passado, complexificam as exigências de resposta às necessidades específicas

de cada filho (E 17 – “o Simão uma das vezes começou a falar e eles mandaram-no calar. «Oh Simão, isso é passado, não é preciso estares para aqui a falar no assunto». «Mas eu quero contar à mãe»”; E 10 – “Ele falava muito da tia, e ela não, nesse aspeto é muito diferente dele, guardava aquilo para ela”; E 13 – “A mais velha ficava zangada quando a mais nova falava nisto [recordações negativas da família biológica], dizia que não, porque a mais velha idealizou uma família que não existe”).

De uma forma global a comunicação sobre a adoção é iniciada pela criança (E 2 – “Só quando ele fala, quando ele fala eu tento fazer ver as coisas”; E 17 – “Não contou tudo porque íamos no carro e a meio do caminho eu tive que parar o carro e tive que sair do carro e ele ficou a meio da conversa, que tive muita pena não ter seguido a conversa. Entretanto nunca mais puxou o assunto. Estou **à espera que ele puxe o assunto** e conte o resto da história”), motivada essencialmente pelo desejo de partilhar a sua história com os pais e, mais pontualmente, de esclarecer dúvidas. A comunicação também é desencadeada por estímulos externos, quando, por exemplo, o tema da adoção, ou outros relacionados, são abordados no contexto escolar (E 5 – “A escola foi outra situação, porque ela tinha de escrever um texto sobre o nascimento, como é que tinha sido, quanto é que pesava, era parecida com quem, esse tipo de coisas, e ela veio muita aflita porque não sabia nada”) ou em filmes/telenovelas/reportagens (E 10 – “Ela quando viu aquele caso da menina da novela *A Outra*, que falava sobre a questão da adoção, fomos dar com ela a chorar a ver esse episódio da mãe a querer ir buscar a filha”). Segundo Waggenspack (1998) os meios de comunicação social contribuem para o aparecimento e a manutenção de mitos associados à adoção, por explorarem, de forma sensacionalista, temas específicos como por exemplo, os riscos de adotar uma criança com herança genética desconhecida, a posterior busca da família biológica e os problemas que os adotados apresentam. Este processo de seleção e enviesamento tem impacto no significado que é socialmente atribuído à adoção e aos seus protagonistas, podendo influenciar a própria perceção da criança em relação à adoção e ao seu estatuto adotivo (Brodzinsky, 1990, 1993).

Nalgumas famílias ($n = 5$) o processo de comunicação sobre a adoção é interativo e fluido, em que os pais e as crianças se reforçam mutuamente, não se diferenciando quem inicia a abordagem do tema. Efetivamente a literatura confirma esta influência recíproca em que a criança tende a questionar mais quando os pais falam mais frequentemente acerca da adoção ou vice-versa (J. L. Soares, 2009) e que quanto menos os pais estão inclinados para falar sobre a adoção, mais as crianças acreditam que este não é um tema importante,

reforçando a tendência para limitar a comunicação acerca do assunto (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005).

Quando a criança fala sobre o seu passado ou a adoção as reações dos pais podem ser diversificadas, designadamente:

O evitamento (E 6 – “«*Oh filha, são águas passadas, esquece isso!*»(...) *Vamos a ver, nós não vamos andar toda a vida a falar disso do passado (...) Portanto, tudo o que é passado, nós tentamos que seja passado*”). Por vezes os pais assumem que a criança adotada em idade escolar tem consciência da sua situação, pelo que não é necessário falar acerca do passado e abordar assuntos distantes e dolorosos (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005). No estudo de J. L. Soares (2009), 17% dos pais verbalizaram que é melhor que a criança esqueça por completo o seu passado, porém Brodzinsky e Pinderhughes (2002) defendem que quando os pais não são capazes de suportar a curiosidade das crianças criam uma barreira na informação, aumentando a probabilidade de problemas de ajustamento futuro. Efetivamente a investigação que explora a relação entre a qualidade da comunicação sobre a adoção na família e o ajustamento psicológico do adotado tem demonstrado que uma comunicação sobre a adoção aberta, espontânea, empática, facilitadora da expressão emocional e assente na proatividade dos pais, está associada com uma maior autoestima no adotado (Barbosa-Ducharne, Ferreira, & Soares, 2012; Brodzinsky, 2005; Hawkins et al., 2008), menor incidência de problemas comportamentais e de dificuldades emocionais (Barbosa-Ducharne, Ferreira, & Soares, 2012; Brodzinsky, 2006), bem como a um melhor ajustamento psicológico na adolescência (Rueter & Koerner, 2008).

O evitamento seletivo, ou seja, quando as crianças falam de conteúdos particularmente difíceis da sua vida (ex.: maus-tratos, abuso sexual, etc.), que lhes causam receio, ansiedade, e/ou mal-estar, os pais, por desconforto ou por considerarem que ajudam a criança, evitam explorar o assunto, desviando a conversa para outros temas (E 9 – “*Há uns aspetos que exploramos e outros que tentamos contornar. Mais os negativos, como é óbvio, não é? Se o martelo servia para maltratar a mãe, ouvia os gritos da mãe, essa não é a função do martelo, não é? Basta dizer uma vez e não é preciso estar a tocar sempre no mesmo, não é?*”). No estudo de González et al. (2001), 33% das crianças apresentaram ansiedade em recordar o seu passado e os pais tendiam, numa fase inicial, a evitar falar sobre determinados temas sendo, no entanto, orientados, a ajudar a criança a interpretar esses acontecimentos passados e expressassem afeto e compreensão quando a criança os verbalizava. Efetivamente, o reconhecimento da necessidade de ajudar a criança a elaborar

a sua história orienta a ação dos pais (E 3 – *“Toda uma história e há que respeitá-la e ensiná-la a digerir e a digeri-la mesmo”*), independentemente da carga emocional negativa que isto também representa para eles (E 3 – *“É desagradável quando me contaram alguns horrores que viveram na sua casa....são coisas que nenhum ser humano deveria viver, nem sequer em filme e muito menos...isso sim...para mim foi algo. Houve dias que, coisas que me contaram, tardei a contar a ele [marido], porque não era capaz de repetir. São monstruosidades. Senti uma vergonha e isso sim foi duro”*).

A escuta passiva em que a comunicação oral assume um carácter quase unidirecional, da criança enquanto emissora e dos pais enquanto recetores, em que estes, apesar de ouvirem a criança e de não exprimirem desconforto (pelo menos de forma consciente), efetuam apenas comentários pontuais e não estimulam o diálogo (E 8 - *“Ah eu deixei-a sempre falar. Não me faz diferença nenhuma. Eu acho que é bom para ela (...) «Ai que engraçado! Que paciência para os aturar a todos» [comentário da mãe perante o relato da filha de ‘partidas’ no CAT]*.

A escuta ativa em que os pais incentivam a continuidade e o aprofundamento do assunto (E 17 – *“Perfeitamente, ouvimos abertos. Perguntamos, mas é assim, é assado e ele lá vai contando”*).

De realçar que alguns pais ($n = 4$) percecionaram que, nalgumas situações, o passado foi utilizado pela criança de forma instrumental, para conseguir determinados privilégios, evitar castigos, manipular os pais, etc. Esta perceção pode conduzir a que os pais fechem ou restrinjam a comunicação sobre o passado, tal como exemplificado nos trechos subsequentes (E 10 – *“[Na sequência de um amuo] acabou por dizer: «Eu vi alguém que era parecido com o senhor que estava com a mãe». Ele foi pegar num medo que ele sabe que nós temos, digamos é um receio, temos sempre esse receio, e utilizou isso para que eu tivesse pena dele”*; E 12 - *“M: Eu acho que houve uma altura que ele nos quis testar (...) ver se nós amolecíamos, ou não éramos tanto nos castigos. A primeira vez que ele falou disso foi à mesa e foi depois de um castigo que nós lhe demos. «C - Eu podia fazer isto ou eu podia fazer aquilo». A primeira vez quando ele disse eu olhei para ele, estava à minha frente, e fiquei assim e depois, pronto, decidi «Ai sim! Está bem. É muito bom o centro»; P: Eu não interpreto assim, pode ser, mas eu não interpreto assim”*).

Relativamente aos pais biológicos cada família (pais e/ou crianças) seleciona formas alternativas de o designar, tais como, os pais biológicos, a senhora, os outros pais, nomes próprios – verdadeiros ou fictícios.

A literatura defende que os pais não devem desvalorizar e/ou conotar negativamente a família biológica da criança (Alexander, Dore, Hollingsworth, & Hoopes, 2004; Keefer & Schooler, 2000), mas sim reforçá-la positivamente (Brodzinsky, Lang, & Smith, 1995). Para além de provocar sofrimento, a criança poderá integrar esta conotação negativa como uma característica intrínseca a ela, na medida em que partilha o mesmo património genético que a sua família biológica. No estudo de J. L. Soares (2009) a grande maioria das figuras parentais inquiridas (82%) prefere que a criança tenha uma imagem positiva dos pais biológicos e apenas 17% prefere que a criança tenha uma imagem negativa dos pais biológicos. Contudo, neste estudo, apenas se verificou a transmissão de uma imagem positiva em duas famílias (ex.: E 12 – “*«Os meus outros pais não gostavam, não nos ligaram, deixaram-nos lá». Que tu até disseste «Não! Os pais, os vossos pais, gostaram muito de vocês, só que não tinham possibilidade de ficar com vocês»*”), observando-se que os pais, tendencialmente, tentam transmitir uma imagem neutra, em que a realidade não é negada e os factos são abordados sem efetuar críticas ou juízos de valor (E 2 – “*Nem que eles eram bons, o alcoolismo não é bom, mas também não é aquele mal que ele imagina*”; E 4 – “*Acho que punha isso nas redações que fazia na escola, notava-se que havia ali um cunho muito pessoal de pais que fazem mal a meninos. Eu tentava nem dar ênfase, nem minimizar, porque mais tarde ela pode querer conhece-los e eu não sei qual foi a história verdadeira deles. Muito bons não foram de certeza, mas também não quero ser eu a dizer não toques nisso, ou eles são muito bons. Não quero pôr nem vítimas, nem heróis, nem quero pôr como maus da fita, nem como heróis*”; E 14 – “*Nunca critiquei, aliás nunca falamos mal, nem de pai, nem de mãe. Fazemos questão de não elogiar*”; E 5 – “*Eu acho que não se deve esconder. Não é estar a falar mal da família biológica, dela ou das outras famílias, mas é não esconder a verdade. Eu acho que toda a gente tem direito a verdade. Acho que não faz sentido para proteger a criança estar a fazer as coisas cor-de-rosa, porque a verdade não é essa e mais tarde ou mais cedo a criança vai saber e se a gente não lhe contou a verdade ela vai perder a confiança*”). Neil (2012) salienta a necessidade de ajudar a criança a integrar diferentes pontos de vista, para esta não se circunscrever à dicotomia de pais biológicos bons e/ou maus. Para o efeito, os pais devem ajudar a criança a conhecer e compreender as circunstâncias em que os pais não foram capazes de providenciar um cuidado adequado.

Finalmente, algumas Famílias adotivas ($n = 7$) expressaram as suas inquietações ou receios quanto ao desejo de a criança procurar a família biológica e/ou de a criança ser encontrada por esta. Estes receios focalizaram-se no impacto que a experiência poderá ter

na criança (E 9 – *“É um dia ele poder ter alguma decepção se quiser ver a mãe e ela não o quiser ver a ele”*) e/ou na relação pais-filhos (E 6 – *“Se ela um dia mais tarde casar e vier a ter filhos e se relacionar com a mãe e deixar de se relacionar connosco seria talvez um grande choque. Mas se um dia mais tarde se relacionar com a mãe, se relacionar da forma que ela quiser, mas continuar a relacionar-se connosco como pai e mãe já não seria tão...”*). A procura das origens pelos adultos adotados foi outrora percecionada como um indicador do insucesso da adoção. De igual modo, recentemente, num estudo realizado com 1417 adultos adotados internacionalmente (Tiemann, van der Ende, & Verhulst, 2008) observou-se que os que procuravam a família biológica (*searchers*) tinham sido adotados mais tardiamente, estavam mais interessados na procura durante a adolescência, tinham mais problemas comportamentais e desordens psiquiátricas, apresentavam uma atitude menos positiva em relação à adoção, tinham mais dificuldades de aceitação das dissemelhanças (intelectuais e psicológicas) em relação aos pais adotivos e tinham uma relação mais difícil com estes. Porém, outros autores consideram que a procura das origens constitui uma tarefa desenvolvimental normativa para os adolescentes e os jovens adultos adotados (Brodzinsky et al., 1995; Müller & Perry, 2001a; Wrobel, Grotevant, & McRoy, 2004) e que é independente da qualidade do funcionamento familiar ou da relação estabelecida com os pais adotivos (S. Domingues, 2010; Grotevant, Perry, & McRoy, 2005). Os próprios adotados elencaram diversos motivos para a procura tais como questões de identidade e o desejo de informação médica e autobiográfica completa (Andersen, 1989; S. Domingues, 2010; Sachdev, 1992). Todavia, a compreensão racional destas premissas por parte dos pais adotivos, não invalida que estes continuem a expressar receios (E 10 – *“Compreendemos, tanto eu como ele, que eles queiram ir ver. Eu ponho-me no lugar deles e se me dissessem hoje que eu não tinha nascido do meu pai e da minha mãe eu acho que ia ter curiosidade só. Eu acho que por aí eu compreendo perfeitamente (...) “Nós somos os maus da fita, aqueles que põem regras, que põem coisas para que eles no futuro não se desviem muito do caminho e essas pessoas, são aquelas boas pessoas, os amigos não é? O bom filho à casa torna e isso ... aliciá-los se calhar com isso para, sei lá, não digo ficar contra nós ... não sei... tenho sempre aquele receio de eles gostarem mais deles do que nós”*). De igual modo, Fuentes et al. (2001) observaram, ao longo da intervenção realizada no período pré-adotivo, que os receios expressos pelos pais tinham subjacente conteúdos irracionais que os tornavam resistentes à argumentação lógica. A investigação demonstra que os adotados que não demonstrem desejo de procurar os seus pais biológicos não devem ser encorajados uma vez que estes

demonstraram estar bem adaptados (Tieman, van der Ende, & Verhulst, 2008). Por outro lado, os adotados que conseguiram efetivamente contactar com os pais biológicos consideraram que isto teve efeitos positivos no seu autoconceito, autoestima e na sua relação com os outros (Howe & Feast, 2001; Müller & Perry, 2001b), independentemente de manterem uma relação próxima com os pais biológicos ou de nunca mais contactarem com eles. Similarmente, numa análise comparativa entre adolescentes com uma adoção estruturalmente aberta versus fechada, constatou-se que os primeiros tinham resultados, ao nível do comportamento externalizado, significativamente inferiores que os segundos¹³⁷ (Von Korff, Grotevant, & McRoy, 2006). A investigação demonstra que os contactos, particularmente os face a face, com a família biológica criam oportunidades para a Família adotiva comunicar sobre a adoção (Neil, 2009; Wrobel et al., 2003) e que a frequência desta comunicação constitui uma variável mediadora na associação entre o contacto com a família biológica e a formação da identidade adotiva durante a adolescência. Esta comunicação ajuda os adotados a construir, organizar e interpretar o significado da adoção nas suas vidas (Von Korff & Grotevant, 2011).

De frisar que diversas variáveis podem influenciar a expressão destes receios por parte dos pais, sendo menos comuns nas famílias com mais tempo de adoção e com uma boa relação pais-filhos (E 4 - *“Olhe, não tenho receio nenhum que ela um dia possa procurar os pais. Acredito que queira, que tenha essa curiosidade, acho que é normal, é legítimo, e se for preciso eu vou com ela. Agora receio não tenho disso. Acho que os laços que já criamos já são, por muito que ela venha a sentir, porque acho natural que ela venha a sentir alguma coisa quando olhar para eles, porque há de pensar aquele é meu pai, aquele é a minha mãe, por muita coisa que ela possa sentir não se pode comparar aquilo que ela constrói. São coisas diferentes, são sentimentos diferentes”*). Aliás, ao nível internacional, algumas mães adotivas usam intencionalmente os contactos com família biológica no sentido criar oportunidades para discutir temas acerca da adoção com a criança e, deste modo, facilitar a formação de uma identidade adotiva (Von Korff, Grotevant, Koh & Samek, 2010).

b) Comunicação sobre a adoção ao nível extrafamiliar

Durante o período de pré-adoção, uma vez que ainda não ocorreu a mudança de nomes, o dilema de comunicar ou não a adoção não se coloca, porém continua a ser

¹³⁷ Nesta avaliação foram preenchidos o CBCL e o YSR de Achenbach (1991). Os resultados dos pais indicaram não existir associação entre a abertura da adoção e o ajustamento dos seus filhos adolescentes.

necessário decidir a informação que se deseja partilhar (Peláez, 2007). Após a adoção legal estar concretizada e ter ocorrido mudança de professores e/ou de escola, os pais podem decidir se comunicam ou não aos professores que a criança foi adotada, com base, entre outros aspetos, nas experiências prévias. No estudo de Palacios, Sánchez-Sandoval e Sánchez Espinosa (1997), 78% da amostra informou a escola que os seus filhos foram adotados, enquanto 22% não o fizeram, por considerarem que não era necessário ou que estes poderiam ser tratados de forma diferente.

Enquanto experiências positivas, associadas ao contar aos professores que a criança foi adotada, os pais mencionaram:

1) Uma aceitação compreensiva por parte da comunidade educativa com consequente adaptação das suas respostas às necessidades da criança (E 11 – *“Eu acho que as pessoas são mais tolerantes quando sabem, porque ela foi uma miúda muito dura este ano na escola, causou-lhes muitos problemas, quando não queria fazer um trabalho, riscava, gritava, levantava-se, teve comportamentos muito difíceis, pôs a professora à prova a todos os níveis (...) eu estou convencida que se fosse outra criança, que eles não soubessem a história, ou uma criança como as outras que tivesse atitudes destas, a professora era capaz de reagir um bocadinho pior e os funcionários tinham uma paciência enorme com ela”*; E 15 – *Eu tive muita dificuldade de início. Eu cheguei a levar o processo de adoção às professoras. Eu tive essa necessidade para entenderem os comportamentos do Tomás, para não acharem que era só pura birra. Acho que isso é importante. Foi uma das coisas que eu disse à professora Andreia: «Não quero que você faça do meu filho um coitadinho, ele tem que superar como as outras crianças, tem que ter estímulos como as outras crianças, mas que entenda que ele tem um bocado de dificuldade em lidar com a agressividade. Uma criança que constantemente lhe berravam e que era espancada de cinto, não é? A dada altura, quando «Fazes assim, porque fazes assim!» ele lida um bocado mal com isso» (...) Aquela professora tem que ter um lugarzinho no céu”*). Efetivamente é possível que no contexto escolar emergjam problemas relacionados com as experiências de privação e maltrato que as crianças experienciaram antes da adoção, nomeadamente, baixa autoestima, depressão, dificuldades no relacionamento com os pares, desafio da autoridade, mentira, roubo e comportamento disruptivo na sala de aula (Child Welfare Information Gateway, 2009; D. G. Smith, 1993; The Adoptive Family Network, 1993). Se os professores estão informados acerca da adoção, não ficarão surpreendidos que a criança esteja triste, zangada ou desorientada por aspetos relacionados com a sua perda e/ou o seu passado (Keefer &

Schooler, 2000) e poderão lidar com maior sensibilidade, compreensão e eficácia com estes comportamentos.

2) Uma postura neutra, em que sentiram que os comportamentos e as atitudes da comunidade educativa não foram condicionados pelo facto de a criança ser adotada (E 17 – *“Nem os discriminando, nem os favorecendo”*; E 10 – *“Era uma excelente professora e sabia de toda a situação, nunca notei, nunca boazinha para eles, não é, mas também nunca foi desagradável por esse facto”*).

3) Os professores estarem sensibilizados na realização de tarefas escolares relacionadas com o passado, com a genealogia, com a família, etc. e estarem preparados para lidar com temáticas relacionadas com o passado e com a adoção quando verbalizadas espontaneamente pela criança (E 2 – *“Ela fez uma pergunta do que é que ele queria ser quando fosse grande e ele respondeu que queria ser bombeiro e polícia e ela perguntou porquê, [e ele respondeu:] «bombeiro para ajudar a apagar os fogos e ajudar as pessoas, polícia para ter uma pistola e matar os pais»*).

4) Os professores abordarem o tema da adoção junto das outras crianças e, quando necessário, intervirem diretamente em situações em que isto foi usado como motivo de gozo ou de ataque pelos pares e/ou ajudarem a criança a lidar com questões e comentários insensíveis dos pares (E 8 – *“As próprias professoras que tenham prevenido «Vem uma menina que é adotada pelos pais» (...) Houve lá duas ou três situações que quando a queriam chatear «És adotada, és adotada» (...) Ela falava à professora e depois em casa «Queres que a mãe vá falar?», «Não porque a Tatiana já falou com o menino, ou a professora Emília». Pronto, o colégio conseguiu sempre gerir isso”*; E 4 – *“Aliás eu cheguei a falar à professora e a professora chegou mesmo a explicar às meninas que os pais biológicos não são tudo, esteve mesmo a falar com elas”*).

5) Ser transmitido aos filhos uma imagem positiva da adoção (E 14 – *“Nós fizemos questão. A professora sabia e toda a gente sabia (...) Porque eu tive medo que eles sentissem a adoção como um estigma e não quisemos. Nós fizemos questão que eles se sentissem especiais por serem adotados, especiais no bom sentido, que sentissem orgulho, foram escolhidos”*). Na mesma linha Keefer e Schooler (2000) ressaltam que o segredo reforça a vergonha e que a criança não deve sentir vergonha por ser adotada.

Enquanto experiências negativas, os pais identificaram:

1) Assumir abusivamente uma relação entre os comportamentos da criança e a adoção (E 5 – *“Apesar de ter comportamentos e ser uma miúda que não é nada*

problemática, apesar de ter aqueles comportamentos de criança, ou porque empurrou ou por isto e aquilo, a desculpa é sempre a mesma, é adotada. Os outros a desculpa é porque são crianças, acordou mal disposto e isto e aquilo, a Lídia é porque é adotada, não é porque é criança”; E 10 – “Só perguntou se achavam que eles precisavam de algum apoio psicológico (...) porque eles de início não conhecem os professores e vão apalpando o pulso, vai falando e vai atrapalhando e ela associou isso, essa necessidade de ele falar e essa coisa toda, ao facto de ser adotado coitadinho (...) Ela ao fim de uma semana já me vinha dizer que eles eram muito faladores. É assim, são crianças, têm 10 anos, numa escola nova, não conhecem ninguém, tem um professor cada hora, admito que eles sejam faladores”). Freidman-Kessler (1987 citado em Keefer & Schooler, 2000) observou que os professores têm preconceitos sobre a adoção e que estes influenciam negativamente as suas expectativas em relação às crianças adotadas, bem como a severidade dos castigos. Analogamente, Blumberg (1999) afirma que a falta de preparação de alguns docentes pode conduzir a que tenham atitudes preconceituosas, rotulem os seus estudantes e esperem determinadas condutas conflituosas ou problemáticas pelo facto de terem sido adotados. Porém, *“los niños adoptivos pueden, como cualquier otro, padecer dificultades de distinta índole, entre ellas problemas de conducta, pero estos conflictos no necesariamente están relacionados con la adopción”* (Blumberg, 1999, p. 130).

2) A exposição da criança, em que a situação de adoção foi divulgada pelos professores, sem autorização ou consentimento dos pais (E 10 – *“Ainda agora no ciclo foi uma professora que lhe perguntou [se foi adotada] (...) foi ela que viu o processo e chega à sala de aula e faz-lhe uma pergunta daquelas (...) ninguém tem de saber do processo, o processo é interno da escola, ninguém precisava de saber, se fosse da boca dele [do irmão], mas não, foi a professora que perguntou à Luciana se é verdade”*).

3) A falta de sensibilidade em relação à adoção ou a temas relacionados, em que a comunidade educativa assumiu determinados comportamentos ou atitudes que amplificaram os sentimentos de diferença, insegurança, mal-estar, etc. da criança (E 7 – *“Ele traz-me os trabalhos todos e traz um papel assim, com o nome antigo, e eu até disse assim: «Oh Salvador, tu ainda tinhas lá isto na escola?»». «Tive isso todo o ano. Desde que tu foste lá dizer aquilo, estive sempre à minha frente» (...) O Salvador estava a falar e a professora disse: «Oh menino! Tu cala-te senão a tua mãe manda-te para o sítio onde tu vieste!»*).

Os pais expressaram dificuldades na resolução destas situações, optando por explicar à comunidade educativa, com maior ou menor grau de assertividade, o impacto negativo

dos seus atos ou omissões no comportamento da criança, (E 7 – “*Telefonei para lá [ATL] e insultei-as de tudo, disse que se não tivessem competência suficiente para estar à frente dos cargos que fossem estudar, que fossem tirar um curso de psicologia, porque elas de psicologia não tinham nenhuma (...) disse-lhes: «fiquei furiosa, porque vocês estavam a ter certas atitudes que o miúdo chegava a casa e fazia coisas que eu não entendia e era derivado... imagine a senhora estar aqui e comecem a dizer: «Porque é que eu não tenho como as outras crianças o mesmo nome?» e ela depois deu-me razão*) ou por protelar a sua intervenção, dado recear que esta tivesse repercussões negativas na relação professor-aluno e/ou que desse magnitude a dificuldades que acabariam por se resolver por si (E 7 - *Eu fiquei tão furiosa, mas era Natal e eu disse «Não vou dizer nada no Natal». Conversei com várias pessoas e disseram «Olha tem cuidado! Ainda é muito cedo e ela vai tomar o miúdo de ponta» (...) comprei-lhe [para a professora] uma prenda, dizem que é com coisas que se apanham (...) chegou-se a Páscoa e também lhe dei outra prenda (...) eu disse [para mim própria] «No fim-do-ano tu vais ouvir daquelas que tu nunca esperaste; vou trazer-te um livrinho e vou-te mandar ler». Resultado, ela ficou de licença em casa e nunca mais veio”; E 10 - “*Só foram essas duas passagens, eu fiquei com o pé um bocadinho atrás, um dia chegou a casa «Oh mãe, falaram-me isso» e passado dois ou três dias vem outra vez com aquilo, eu disse: «Fugir de eu ir á escola, se eu souber que vocês estão a ser... são meus filhos, se eu sinto que acontece alguma coisa». Comecei a enervar-me e ela [esposa] até disse: «Não te preocupes. Vamos ver o que é que isto vai dar». Pronto até à data”*). Reconhecendo as dificuldades neste âmbito, S. L. Smith e Riley (2006) postulam que os pais deveriam ter formação acerca de modos de atuação para defender os direitos dos seus filhos na escola, bem como acesso a mediadores escolares.*

Os cenários supramencionados ilustram um desconhecimento das especificidades da adoção por parte dos professores, verificando-se que “*unless educators have a personal connection with adoption, they may not understand how these issues impact their students and affect student’s school performances*” (Iowa Foster and Adoptive Parents Association, n.d., p. 4). Perante isto, vislumbram-se cada vez mais iniciativas, a nível internacional, focadas na formação da comunidade docente, no sentido de a sensibilizar e aumentar o seu conhecimento sobre as necessidades específicas da criança adotada, a integração e a adaptação da criança adotada à escola, as estratégias psicoeducativas a utilizar, etc. (Creste, Orozco, Lucena, & Huelin, 2007; Hilborn, 2005; Rodilana & Basurto, 2008). De forma mais abrangente, a literatura reclama a atenção para três aspetos, designadamente: a formação

dos professores; o uso de uma linguagem apropriada¹³⁸; e a consideração da adoção no currículo (D. G. Smith, 1993; Iowa Foster and Adoptive Parents Association, n.d.; Mitchell, 2010). De facto, frequentemente os trabalhos escolares estão orientados para um determinado padrão (familiar e de trajetória de vida), pouco sensível à diversidade existente, tornando-se de difícil e dolorosa realização para determinadas crianças. Além do mais, observa-se alguma resistência, dificuldade ou desconhecimento dos professores em adaptar os trabalhos de forma a torná-las mais inclusivos¹³⁹ (Mitchell, 2010), tal como verbalizado por uma Família adotiva (E 5 – “A escola foi outra situação porque ela tinha de escrever um texto sobre o nascimento, como é que tinha sido, quanto é que pesava, era parecida com quem, esse tipo de coisas e ela veio **muito aflita porque não sabia nada** e a professora tinha-lhe dito, ela falou com a professora e a professora disse que sabia [e disse-lhe:] «**Não faz mal, inventas se quiseres, não tem problema**»).

A Família adotiva também pode ter um papel decisivo na educação dos professores e dos alunos em relação à adoção, sendo relatada uma situação em que os pais, a pedido da escola, ou mais precisamente dos alunos, esclareceram dúvidas acerca da adoção e partilharam a sua experiência (E 17 – “Houve uma professora que perguntou aos meninos do 3º ano, uma tarde diferente, uma coisa que eles quisessem fazer (...) a menina pediu que nós fôssemos falar sobre os filhos do coração e a professora ficou espantada e foi de encontro ao que ela já tinha interesse em fazer (...) fizeram perguntas muito engraçadas, até perguntas pertinentes, no sentido de, por exemplo: «Os pais adotavam o menino e se depois podiam devolver o menino caso não gostassem do menino? Onde é que se ia buscar os meninos? Como é que se fazia para adotar um menino? Porque é que não podia ter filhos da barriga?”, Porque é que tive o Simão com 6 anos e não tive um bebé?» (...) mas muitas perguntas, muitas, muitas, mas desde miúdos para aí com 5 anitos até aos 10 anitos, do 4º ano (...) e depois no fim contei-lhes aquela história dos ovos misteriosos, até fiz um diaporama, digitalizei o livro e pronto”). Similarmente, Mitchell (2010) recomenda que pais adotivos e/ou adultos adotados sejam convidados como oradores no âmbito das iniciativas

¹³⁸ A literatura designa por *Positive Adoption Language* (PAL), isto é, Linguagem Positiva sobre a Adoção, que visa eliminar a conotação negativa associada à mesma e vincar que esta é tão-somente outra forma de construir uma família. A título de exemplo, termos como pais verdadeiros ou pais naturais devem ser substituídos por pais biológicos (The Adoptive Family Network, 1993; NACAC, 2001).

¹³⁹ Está patente na literatura várias adaptações para os trabalhos “protótipos”, tais como; “trazer uma fotografia de quando era bebé”; “realizar a árvore da família”; “realizar a autobiografia ou história familiar”, “dia do pai e dia da mãe”, etc. (Adoptive Families Magazine, 2007; Mitchell, 2010; MN Adopt, n.d.; Peláez, 2007).

desenvolvidas com o propósito de criar um ambiente escolar mais recetivo e inclusivo em relação à adoção¹⁴⁰.

A comunicação sobre a adoção no meio extrafamiliar também é efetuada pela criança que pode apresentar um grau de abertura convergente ou divergente do dos pais. Segundo estes, 12 crianças falaram com os professores e com os pares acerca da adoção (ex.: E 4 - *Ela teve sempre necessidade de dizer aos professores todos e na primeira redação que ela normalmente fazia nas escolas, mesmo no ciclo, era sobre a adoção dela*”), seis crianças não falaram sobre isso (E 16 - *“Fizemos-lhe uma festa de um ano que estavam cá e a Andreia «Mas eu não quero que convidem pessoas de fora», que ela não queria que as pessoas percebessem porque é que era a festa, porque eram adotadas”*; E 6 - *“Ela chegou a minha beira e disse: «Sabes mãe, houve um menino que me veio perguntar a idade. Eu disse que tinha 10 anos e ele disse-me assim «Oh estás a mentir, então tens 10 anos e andas no 2º ano?!”*». E eu [mãe] disse assim: «Não lhe disseste porque é que estavas no 2º ano?»), [e ela respondeu] *«Não tenho nada que contar a minha vida a toda a gente, ninguém precisa de saber»*), e três famílias desconhecem se os seus filhos falaram acerca da adoção com outras pessoas (E 12 - *“Ele fala sobre isso connosco, agora com outras pessoas não sabemos”*; E 2 - *“Ele não conta o que passa na escola, conta que às vezes brinca, quando um menino ou menina lhe faz mal, isso conta, de resto não conta”*).

O facto de a criança falar com o meio exterior acerca da adoção foi percecionado como algo natural, positivo e inclusivamente estimulado por alguns pais (ex.: E 14 - *“Nós fazemos questão que eles se sintam felizes com isso [adoção], de tal maneira que ele [criança] andou a espalhar”*; E 15 - *“Contaram a toda a gente, toda a gente na escola sabe que são adotados, porque falamos nisso de uma forma muito natural, nunca escondemos nada, nada, nada”*; E 4 - *“Eu diria que a memória [positiva], pronto entre muitas, foi quando ela me deu no dia do pai um quadro que, por mais que eu pensasse que já era pai, aquilo foi (...) ela contou em banda desenhada a história da adoção. Fez aquilo na escola. Depois a professora veio perguntar-me: «O que é que achou?» Acho que ficou bem sensibilizada e depois foi mostrar lá à diretora e depois foi perguntar o que é que eu achei. Claro, o que é que eu havia de achar!? E aquilo está muito bonito e muito bem feito”*; E 5 - *“Depois cá em casa nós dissemos para ela contar como é que foi adoção dela, como é que nasceu nesta família, se quisesse, e ela contou isso. Portanto, depois leu em voz alta para a turma, a turma*

¹⁴⁰ Nos EUA, Novembro é considerado o mês nacional da adoção, pelo que diversas iniciativas/atividades são desenvolvidas neste mês.

toda ficou a saber”). Porém, outros pais, perante a comunicação da criança, aconselharam-na a não partilhar de forma generalizada (E 10 – *“Porque a gente foi dizendo: «Tu não precisas de dizer, nem toda a gente tem de saber, passas na rua, sou fulano de tal e acabou, ninguém precisa de saber do teu passado, o passado é passado apagou, fechou»*; E 13 – *“Temos falado muito, porque elas agora vão mudar de escola e até provavelmente nem sequer vão para a escola para que vão os outros colegas (...), é que elas não têm que estar a falar para as pessoas também que não são filhas biológicas, percebe?”*).

De igual modo, alguns pais consideraram como positivo o facto de a criança não falar acerca da adoção com o meio extrafamiliar (E 6 – *“Isso é extremamente interessante nela e gostei, e eu disse: «Respondeste bem. Tu é que sabes da tua vida»*”), enquanto outros incentivaram a criança a não esconder (E 16 – *“Eu disse várias vezes: «Vocês não têm de ter vergonha daquilo que são. No futuro vocês vão ser aquilo que quiserem ser, o que está para trás vocês não têm que ter vergonha daquilo que são» e ela piscou o olho e tal”*).

De realçar que alguns pais achavam que a criança falava da adoção ou do seu passado junto de outros, com um objetivo instrumental (E 7 – *“É uma criança que tem a mania de se apoiar, se lhe der um bocado de ombro, ele sabe muito bem com quem está a lidar, ele sabe muito bem o que há de dizer e o que há de fazer, então se lhe começar a dar ombro ele começa a inventar. Começa a inventar, que até pode ser que não seja a inventar, porque algumas dessas coisas ele já disse a mim”*; E 2 – *“Quando a professora está ali à beira dele e o obriga a fazer qualquer coisa é que ele fala. Para mim é para tirar a atenção dos trabalhos. Não sei se seja isso...”*), com o intuito de se querer destacar (E 13 – *“fora aquilo que ela fala da boca para fora, penso eu, com os amigos, a não ser um pouco a coisa de querer destacar-se, sou diferente, tenho uns pais adotivos e tenho uns pais algures que um dia vão aparecer aqui se calhar, num avião ou numa coisa qualquer para me vir buscar”*) ou de se distanciar dos pais adotivos (E 13 – *A Teresa tem muito, «Ai, eles não são meus pais!», principalmente quando está zangada, «Ela não é a minha mãe verdadeira». No início, ela tinha muita coisa de...somos velhotes..., percebe?”*).

De forma global, os pares reagiram positivamente quando souberam da adoção, seja por intermédio da própria criança ou por outros (E 10 – *“por ser adotado, sinceramente, nunca houve assim grandes chatices, até pensei que lá na escola fossem criticá-los um bocado, mas não”*; E 3 – *“Normal, com muita naturalidade, possivelmente quando se inteiraram já eram amigos há algum tempo, aquilo foi ao meio do ano académico, e eu não notei nada, absolutamente nada”*), todavia quatro famílias narraram situações em que as

outras crianças utilizaram a adoção como meio para ferir (ex.: E 4 – “*eram amigas dela, mas quando se chateavam a primeira coisa que lhe atiravam à cara é que: «Tu não andaste na barriga da tua mãe» (...) Ela chegou a chorar por causa disso, com as meninas, na primária*”; E 8 – “*Houve lá duas ou três situações que quando a queriam chatear «És adotada! És adotada!» (...) magoava-a muito*”). No estudo de Neil (2012) cerca de metade das crianças da amostra descreveram experiências difíceis relacionadas com o conhecimento por parte dos pares que elas tinham sido adotadas. Especificamente, as crianças verbalizaram a disseminação desta informação pelos pares (“*spread it around*”), a incredulidade manifestada por alguns, a quantidade de questões colocadas, algumas sobre aspetos pessoais da sua vida, bem como a dificuldade em saber como responder ou em falar acerca da sua família biológica.

No nosso estudo, como forma de ultrapassar esta dificuldade, ou com o intuito de preparar a criança para esta possível dificuldade, os pais explicaram à criança o que significava a adoção; reforçaram que a criança tinha sido muito desejada; anteciparam com a criança possíveis perguntas e/ou comentários dos pares e exercitaram possíveis respostas ou reações; e/ou solicitaram a intervenção da escola (E 4 – “*Eu explicava-lhe «Olha, quando os colegas disseram que não andaste na minha barriga, não andaste na minha barriga, mas andaste se calhar muito mais tempo no meu coração, porque eu andei muito mais tempo a tentar que tu nascesses. E tu, a partir do momento que vieste para cá, é como se tivesses nascido outra vez (...) Eu falei sempre assim abertamente daquilo que eu sentia (...) sobre ser adotada, sobre a adoção e sobre sentir que ela é a minha filha desde sempre*”; E 17 – “*Se viessem atrás dele e dissessem «Oh pai, estiveram a dizer que eu era filho adotivo e não sei quê, não sei que mais», «Olha pronto e diz-lhe que sim, e qual é o problema? Qual é o defeito? A tua mãe até gosta mais de ti do que se calhar os pais dele gostam dele? Qual é o problema, o que é que ele quer?» (...) tentamos incutir que a adoção era uma coisa que era normal e natural (...) «Quando eles vierem com essa conversa tu, como já sabes, fazes de conta que não é importante e não ligas»*). No estudo de González et al. (2001), 33% das crianças recearam que a adoção fosse conhecida pelos pares, pois achavam que poderiam ser rejeitadas por eles por este motivo. Para lidar com esta dificuldade os pais foram aconselhados a respeitar os tempos da criança e a esperar que esta se sentisse segura da/na sua nova realidade. A literatura também sugere diversas estratégias que podem facilitar a tarefa da criança, isto é, assumir perante os outros que foi adotada e lidar com as questões e comentários, designadamente: propor à criança que conte que foi adotada aos amigos mais

próximos e posteriormente a outros; analisar com a criança qual a informação pessoal que deseja partilhar e que até ponto pretende aprofundar as suas explicações; recorrer ao *role-playing*, para antecipar e treinar possíveis perguntas e respostas; ajudar a criança a compreender os possíveis resultados do que ela conta aos outros; ensinar a criança a usar frases tais como “isso é privado” ou “não quero falar sobre isso”; falar sobre o tema com algum amigo adulto na presença da criança, para que esta comprove que os outros não reagem de forma negativa, nem a rejeitam, etc. (Child Welfare Information Gateway, 2009; González et al., 2001).

8.5. Conclusão

Este ponto reserva-se a uma reflexão final sobre os principais resultados obtidos e as suas possíveis implicações para a prática, bem como as próprias limitações inerentes ao estudo.

Se a literatura é relativamente consensual em afirmar que a adoção de criança mais velhas comporta desafios adicionais e aumenta a probabilidade de disrupção e os problemas de ajustamento (Barth & Miller, 2000; Berástegui, 2003; Festinger, 1986; Groze, 1986; Gunnar, van Dulmen, & The International Adoption Project Team, 2007; McRoy, 1999; Triseliotis, 2002), os casos apresentados ilustram uma variabilidade considerável (em termos quantitativos e qualitativos) quanto às dificuldades percecionadas pelos pais que adotaram crianças em idade escolar. De facto, os discursos são múltiplos, realçando a facilidade do processo de adaptação e ajustamento individual e familiar ou a intensidade e continuidade dos desafios vivenciados. Todavia, estes desafios ou elementos *stressores* não advêm exclusivamente da criança e da sua integração, mas também dos pais adotivos, do sistema familiar, dos Serviços, da comunidade, e da interação entre todos estes sistemas. Embora os pais adotivos possam experienciar níveis de *stress* elevados (McGlone et al., 2002), existe igualmente um conjunto de facilitadores, recursos e estratégias que os auxiliam na resolução dessas dificuldades, influenciando positivamente a forma como as tarefas e as exigências parentais são resolvidas (Farber et al., 2003).

Relativamente aos *stressores* provenientes das crianças, os pais mencionam diversas atitudes e comportamentos que requerem a sua intervenção, destacando-se os problemas relacionados com a alimentação, a desobediência generalizada, as birras e/ou amuos, as mentiras e os medos, expressos em mais de metade das crianças da amostra. Algumas

destas dificuldades são particularmente resistentes à mudança, constando-se que, a título de exemplo, as mentiras persistiram em todas as crianças inicialmente identificadas e a desobediência generalizada continuou a manifestar-se em 57.1% das crianças. Paradoxalmente, outras dificuldades foram pontualmente identificadas (ex.: agitação motora, roubo, timidez) e desapareceram ao longo do tempo.

Considerando que vários dos comportamentos suprarreferidos são tradutores do processo de resolução do luto da criança pelas várias perdas vivenciadas (Brodzinsky, 1990; Brodzinsky, Schechter, & Henig, 1992; Pasztor & Leighton, 1993) revela-se crucial a preparação da criança para a adoção no sentido de a ajudar a compreender, a elaborar e a integrar a sua própria história, a fazer o luto da família biológica e de outras figuras significativas que estiveram presentes ao longo da sua vida, a compreender o que significa a adoção, etc. Aliás, a falta de preparação da criança para a adoção é percecionada pelos pais enquanto um *stressor* advindo do CAT/LIJ/FA/Serviço de Adoção, com implicações na construção da relação pais-filhos. Em antítese, uma adequada preparação da criança para a adoção é percecionada como um facilitador.

O estudo realça a importância da intervenção parental na superação ou recuperação das dificuldades (cognitivas/comportamentais/emocionais/sociais) das crianças. As Famílias adotivas não demonstram dificuldade em exercer autoridade e disciplina, contrariando afirmações (Melina, 1994) de que são mais condescendentes e permissivas que as famílias biológicas. De forma a educar e lidar com os comportamentos e atitudes dos seus filhos, os pais conciliam, de forma mais ou menos equilibrada em função de cada família, dimensões de afeto e comunicação, por um lado, e de disciplina e controlo, por outro. Adicionalmente definem um conjunto de rotinas e regras familiares que conferem estrutura, consistência, regularidade e previsibilidade ao contexto familiar, contribuindo para o sentimento de segurança da criança.

Não obstante, a qualidade da intervenção parental está intimamente relacionada com as expectativas e as atribuições dos pais acerca das dificuldades, e também com os seus recursos pessoais, familiares e sociais. Desta forma os pais podem vivenciar desafios adicionais quando têm expectativas irrealistas, não correspondidas e/ou inflexíveis; realizam interpretações de carácter inatista, assentes na irreversibilidade do comportamento infantil, e/ou adulto-orientadas, em que concebem os comportamentos desadequados da criança como uma tentativa consciente de os rejeitar, magoar, desafiar; desconsideram a sua influência no aparecimento e manutenção das dificuldades, imputando-as exclusiva ou

principalmente à criança; têm atitudes de inflexibilidade e rigidez nas suas exigências de disciplina para com os filhos; têm dificuldade em se (re)ajustar às mudanças (ex.: papéis, dinâmicas, prioridades, atividades, rotinas, horários, hábitos, etc.) associadas à transição para a parentalidade; (ainda) não realizaram o luto da parentalidade biológica; deixam-se dominar pelos seus medos e receios ameaçando a criança com o seu retorno à instituição; e não têm uma forte coesão conjugal no sentido da resolução das dificuldades.

Neste âmbito, a intervenção dos serviços de adoção pode funcionar como um facilitador ou um recurso a ser mobilizado pelos pais antes e após a integração da criança. São inúmeros os estudos realizados na área da adoção que remetem para o papel preponderante dos serviços de adoção na preparação e acompanhamento (individual e em grupo) dos pais adotivos, em diferentes etapas do processo, com o propósito de fomentar a compreensão, desenvolver capacidades e ajustar as expectativas em relação à adoção, à história de vida e às necessidades únicas da criança a adotar (Brodzinsky, 2008).

Todavia, os serviços também são percecionados enquanto *stressores* pelo facto de, por exemplo, não proporcionarem aos pais informação completa e precisa sobre a criança ou não transmitirem a informação de modo a que seja verdadeiramente compreendida e integrada pelos pais. Um relacionamento interpessoal conflituoso com os profissionais (da adoção e não só), bem como o ter que lidar com um sistema de serviços por vezes confuso podem gastar os recursos emocionais dos pais e diminuir a sua satisfação global com o processo de adoção, o que, em última instância, poderá ter implicações negativas na relação pais-filhos e/ou nas atitudes em relação à criança, sendo necessário que futuras investigações explorem estes efeitos indiretos, isto é, qual o impacto do serviços sociais, em que os pais participam, no processo de ajustamento e adaptação da criança (Schweiger & O'Brien, 2005). As experiências positivas ou negativas com os Serviços podem ter efeito a longo prazo nas crenças e atitudes acerca da adoção no geral e do/a seu filho/a adotado/a no particular (*ibidem*).

A constatação de que os serviços de adoção (ainda) constituem um recurso preterido pelos pais, comparativamente a outros recursos, na resolução das dificuldades, remete para a necessidade de alargar o leque de apoios disponibilizados para os pais, e para as próprias crianças. Dentro destes apoios podemos considerar grupos de pais adotivos (eventualmente moderado por um profissional especializado na adoção) para a partilha de experiências comuns; a implementação de um sistema de tutoria, em que pais adotivos “mais experientes” com práticas parentais adequadas são “mentores” de outros pais adotivos;

serviços terapêuticos e clínicos especializados na área da adoção; serviços de mediação (*advocacy*) que orientam os pais no acesso a vários tipos de apoios/serviços (educativos, terapêuticos, médicos) necessários para a criança e articulam com entidades no sentido de serem proporcionadas respostas mais eficazes às necessidades das crianças (ex.: reúnem com professores; elaboram relatórios, pareceres ou ofícios dirigidos, por exemplo, para a Direção Regional de Educação a solicitar uma vaga num escola específica, etc.) (S. L. Smith, 2010).

Se em Portugal já existem alguns estudos que concluem a necessidade de serviços de pós-adoção (ex.: J. Monteiro, 2009) carecem estudos que indiquem que serviços específicos a Família adotiva necessita e/ou gostaria de ter. Por outro lado, a literatura ao nível internacional indica que nem sempre os pais adotivos usam os serviços disponíveis (Brooks, Allen, & Barth, 2002) remetendo para a necessidade de analisar que tipos de serviços são mais frequentemente usados e/ou quais os fatores mediadores ou moderadores deste uso. Finalmente existe pouca investigação que examine a eficácia dos vários serviços na promoção do ajustamento familiar e na prevenção da disrupção/dissolução da adoção (Barth & Miller, 2000).

Neste processo de adaptação e ajustamento, a comunidade pode funcionar como elemento *stressor* devido ao estigma social e às atitudes negativas em relação à adoção em que se veicula que a parentalidade biológica é “superior” à parentalidade adotiva e que as crianças adotadas, devido ao seu passado genético, têm maior risco de apresentarem problemas psicológicos, ideias muitas vezes difundidas pelos meios de comunicação social. No reverso da medalha, a comunidade é igualmente percecionada como um facilitador ou um recurso quando normaliza a adoção, considerando-a tão-somente uma outra forma de constituir família; utiliza uma linguagem positiva sobre a adoção; e os amigos, conhecidos e grupos de famílias candidatas à adoção e adotivas, constituem a rede de suporte a que os pais podem recorrer para obter apoio instrumental, emocional e informacional.

O processo de adaptação mútua e de construção da relação pais-filhos nem sempre ocorre em simultâneo, verificando-se um tempo diferente para os seus intervenientes (Mateus & Relvas, 2007). A parentalidade psicológica desenvolver-se-á ao longo do tempo de forma mais ou menos célere, com mais ou menos dificuldade, em função de múltiplos fatores, entre os quais, as expectativas parentais, as experiências prévias (da criança e dos pais) e as reações da criança. Os pais adotivos vão construindo a relação no dia-a-dia, pela partilha dos bons e maus momentos, por orientar o crescimento e desenvolvimento da

criança, etc., tendo também como principal tarefa ajudar o seu filho a desenvolver um sentimento de pertença e vínculos afetivos com a nova família. Desta forma, para lidar com a rejeição, a inibição afetiva, a exigência excessiva de afeto e atenção, os medos e receios em perder a nova família, a comunicação pobre com as figuras parentais, e/ou os “testes” à relação, os pais adotam uma diversidade de estratégias no sentido de reassegurar à criança a continuidade dos laços e o sentimento de pertença.

Em simultâneo com a adaptação a uma nova família, a criança, integrada em idade escolar, tem que se adaptar a uma nova escola, a novos professores e a novos pares. Na escolaridade obrigatória há um nível de exigência mais elevado em relação ao comportamento e às aprendizagens, pelo que a integração escolar assume suma-importância, justapondo-se, ou por vezes sobrepondo-se, à integração familiar. Isto é mais notório nas crianças com dificuldades de aprendizagem ou com um desfasamento em relação aos pares, em que é travada uma batalha contra o tempo no sentido de a criança recuperar das repercussões das experiências adversas precoces. Se para algumas crianças isto é alcançado, noutras as dificuldades mantêm-se, apesar da evolução rápida e considerável. Assim, as marcas do passado não desaparecem depois da adoção, existindo antes uma continuidade significativa tão marcada, quanto notável é a recuperação que estas crianças experienciam (Palacios & Brodzinsky, 2010). Novamente as expectativas dos pais, neste caso, relativamente ao desempenho escolar e futuro (académico e profissional) dos filhos entram em jogo, sendo necessário o seu ajustamento de modo a que possam promover todas as potencialidades da criança e, simultaneamente, aceitar as suas limitações.

O sistema escolar e a comunidade educativa funcionam igualmente enquanto *stressores* ou facilitadores/recursos neste processo. Como *stressor* por não assegurar a continuidade dos professores (elementos tão crucial para crianças com vidas marcadas pela mudança de figuras e, por vezes, com dificuldades de vinculação), por não providenciar os apoios especializados que a criança necessita, por não ajustar os seus métodos de ensino e as suas respostas às necessidades específicas da criança (relacionadas e não relacionadas com a adoção), por rotular negativamente a criança e por demonstrar falta de sensibilidade em relação à adoção ou a temas relacionados amplificando, por ações ou omissões, os sentimentos de diferença, mal-estar da criança, etc. Efetivamente uma das lacunas identificadas pelos pais, e também patente na literatura, remete para um desconhecimento das especificidades da adoção por parte dos professores, que ignoram o impacto das

experiências prévias e da adoção nos comportamentos e no desempenho escolar da criança, que não sabem como educar os seus alunos em relação à adoção, etc. Neste âmbito seria pertinente em Portugal a implementação de programas de formação dirigidos à comunidade docente e/ou a nível exossistémico, processarem-se mudanças nos conteúdos curriculares, em que na formação de base dos educadores de infância e dos professores do ensino básico existisse uma unidade curricular que versasse especificamente a diversidade familiar, étnica, racial, etc., e que nos manuais escolares do 1ºciclo, as diversas tarefas escolares relacionadas com a família, a história de vida e a identidade (ex.: trazer uma fotografia de quando era bebé) fossem adaptadas. Os profissionais que trabalham com crianças no contexto escolar reconhecem a necessidade de ser prestado maior suporte a todas as crianças adotadas, especificamente às crianças adotadas com necessidades especiais (Zamostny, Wiley, O'Brien, Lee, & Baden, 2003; Zirkle, Peterson, & Collins-Marotte, 2001). Porém, os professores, devido ao seu desconhecimento e/ou ideias pré-concebidas acerca da criança adotada, também podem interpretar “crises normativas” das crianças adotadas (ex.: realizar o luto pela perda da sua família biológica) como problemas de comportamento e/ou estarem mais propensos a referenciar a criança para acompanhamento (Juffer & van Ijzendoorn, 2005). Além do mais, a investigação é incipiente acerca da forma como os professores lidam com as dificuldades de ajustamento das crianças adotadas, particularmente aquelas que vivenciaram falta de estimulação e privação severas (Rijk et al., 2008). Investigação adicional que incida sobre a interrelação e as influências mútuas entre o contexto escolar e o contexto familiar, particularmente nas crianças adotadas em idade escolar, pode contribuir para o desenvolvimento de serviços mais concertados que, na articulação família-escola, promovam um ajustamento positivo à adoção (Schweiger & O'Brien, 2005).

Antagonicamente a comunidade educativa pode funcionar como um facilitador ao adotar uma postura colaborativa com os pais, assegurando a continuidade escola-família, ao reforçar continuamente a criança pelos seus esforços, ao definir estratégias e objetivos individualizados e ao criar um ambiente escolar mais recetivo e inclusivo em relação à adoção.

É também (ou é principalmente) no contexto escolar que a criança opta por partilhar (com um grupo restrito ou alargado) ou por não partilhar que foi adotada, sendo diversas as posturas das crianças e dos pais em relação a este aspeto. A divergência de posturas relativamente à comunicação sobre a adoção com o exterior (abertura vs. fecho) entre pais e

filhos pode ser geradora de *stress*, tal como o lidar com as consequências do contar (ex.: reações negativas dos pares) ou do não contar (ex.: vergonha ou receio que os outros saibam que foi adotada), sendo mencionadas pelos pais diversas estratégias implementadas para ultrapassar estas dificuldades.

Finalmente, na comunicação sobre a adoção ao nível intrafamiliar, os pais identificam dificuldades nos dois interlocutores. Por parte da criança, os pais mencionam a idealização dos pais biológicos, a necessidade de recordar recorrentemente o passado, a recusa em falar sobre o passado, a negação do passado, bem como a confusão acerca de aspetos da sua história pessoal. Apesar de nem todos reconhecerem como uma dificuldade, alguns pais também refeririam, da sua parte, o evitamento (total ou seletivo) em falar acerca do passado e da adoção com a criança, por considerarem que a criança adotada em idade escolar tem consciência da sua situação e que já compreendeu as informações acerca das suas origens pelo que não é necessário abordar assuntos distantes e dolorosos (Parrondo, 2001), por considerarem que têm pouca informação a acrescentar à história relatada e vivida pela criança, por recearem que a criança ao falar sobre o seu passado recorde com mais intensidade a sua família biológica e reforce os vínculos afetivos que poderá ter com ela, dificultando o processo de vinculação à família atual, por recearem causar ansiedade, dor ou mal-estar na criança, dado a sensibilidade de algumas questões do ponto de vista emocional, por se sentirem desconfortáveis e nervosos por não saberem como responder ou abordar determinados temas, e por assumem que o passado é passado e que se devem centralizar no presente e futuro (J. Ferreira, 2010; Fuentes et al., 2001). Contudo há uma distância a percorrer entre a vivência e o conhecimento da história por parte da criança e a sua compreensão, significação e integração na construção da sua identidade pessoal. Assim, ao longo do percurso (do saber ao integrar) estará subjacente, entre outros aspetos, o desenvolvimento cognitivo da criança (Brodzinsky, 2011; Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005), a sua maturidade emocional e a qualidade da comunicação familiar acerca da adoção, dentro e fora da família.

Estes dados remetem para necessidade de promover e otimizar experiências de formação no âmbito do processo de comunicação, na linha das recomendações internacionais (ex.: Brodzinsky, 2005), nacionais (ex.: J. Ferreira, 2010; J. L. Soares, 2009) e dos esforços empreendidos, desde 2009, no âmbito do plano de formação para a adoção, no qual pelo menos duas sessões do módulo C (implementado antes da integração da criança), abordam a comunicação aberta, de forma geral e em específico sobre a adoção, (C2 – Abrir a

comunicação na família; C3 – Comunicação sobre a adoção), e está patente ao longo de todas as sessões do módulo D (implementado após a chegada da criança). Este estudo, ao incidir particularmente na adoção de crianças em idade escolar, remete para algumas especificidades que, apesar de também se puderem expressar (no presente ou futuro) na adoção de crianças mais novas, assumem outra evidência. Assim deverão ser analisadas estratégias para ajudar os pais a interpretar e a lidar com a idealização, negação, rejeição e confusão da criança acerca da sua história pessoal; orientar os pais, perante relatos da criança de experiências dolorosas de maus-tratos, abuso, negligência, exposição a modelos inadequados e a expressão de sentimentos de raiva, mágoa, culpabilização, etc., como podem ajudar o seu filho/a a significar e a elaborar este passado e simultaneamente transmitirem uma imagem não-negativa e de respeito pelas pessoas que integraram o seu passado; indicar formas de lidar com as inconsistências no discurso da criança e a falta de informação; esclarecer como gerir a comunicação quando na adoção de fratrias os irmãos abordam o passado de forma substancialmente diferente (ex.: idealiza o passado vs. não se recorda; recusa falar vs. fala constantemente).

Famílias felizes e com sucesso não acontecem por acaso. Durante o seu desenvolvimento existem momentos de maior e de menor crise, com mais e menos *stress*. Se a família, perante tais situações e acontecimentos, responder com rigidez, corre o risco de se tornar disfuncional. Pelo contrário, se for flexível e conseguir evoluir através da crise, reestruturar-se-á, prosseguindo a sua história (Relvas, 1996). Esta investigação destaca estratégias práticas utilizadas pelos pais e (algumas) recomendadas na literatura para promover o ajustamento positivo da criança, orientadas para a construção de vínculos seguros, para a melhoria da experiência escolar da criança, para o uso de uma disciplina apropriada, bem como para a promoção de uma comunicação aberta, flexível e empática.

Todavia, este estudo também comporta limitações, tais como, o seu carácter retrospectivo, que assenta essencialmente na memória dos entrevistados acerca de um tópico fortemente emocional (Grosett, 2005). Está documentado que o presente sentido e vivido influencia a avaliação e as recordações do passado de forma a apresentar coerência com o presente (Schacter, 1999)¹⁴¹. Assim, apesar de os dados, de uma forma genérica,

¹⁴¹ A título de exemplo, eis um excerto que retrata este processo de enviesamento (E 4 – “**P:** Portanto ouvimos assim coisas, absolutamente! **M:** Mas nada do outro mundo, foram coisas normais. Estás a falar de quê? Das asneiras? **P:** Não! **M:** Então? **P:** Estou a falar de coisas que ela disse, sobretudo a ti, «Quanto tu morreres», não te lembras, estavas aqui sentada? **M:** Quando eu morrer!? **P:** «Quando tu morreres, eu não sei quê, o pai casa-se com não sei quem e não sei quê». **M:** Não! Mas ela disse isso na brincadeira, porque isso ela sempre foi

convergiem (em tipo e frequência) com os obtidos noutros estudos de carácter longitudinal (ex.: Fuentes et al., 2001; González et al., 2001; Rushton et al., 1988), é possível que algumas dificuldades não tenham sido recordadas ou que tenham sido percecionadas de forma mais positiva, pelo facto de, no momento da entrevista, os laços afetivos entre pais e filhos já se encontrarem consolidados e a maioria das dificuldades já terem sido ultrapassadas ou já se terem atenuado, registando-se um menor nível de *stress*.

Além do mais, os estudos retrospectivos têm sido considerados como menos válidos, comparativamente aos estudos longitudinais, pela sua incapacidade em diferenciar entre os efeitos dos fatores pré-existentes à integração e os efeitos do processo de adoção em si (Berry, 1992).

Apesar de este estudo se centrar essencialmente no processo e não nos resultados, o certo é que a adaptação, expressa pelo nível de satisfação e principalmente pelo padrão de evolução das dificuldades identificadas (ex.: desapareceram, mantiveram-se, etc.), também foi analisada. Ora, na adoção, a adaptação é influenciada, por inúmeras variáveis, mas sobretudo pelo tempo de adoção¹⁴², e a amostra contempla tempos bastante díspares, desde 9 meses a 5 anos e 9 meses. Por outro lado, as próprias problemáticas variam ao longo do tempo e apesar de o discurso dos pais se focalizar na fase inicial da integração, alguns também salientaram a emergência posterior e atual de dificuldades. Contudo, a descrição efetuada neste estudo acerca das dificuldades é, de um modo geral, atemporal. De salientar que na planificação inicial desta investigação, definiu-se um período mínimo de 1 ano e máximo de 3 anos, de modo a garantir uma maior diversidade, mas simultaneamente limitar a dispersão, porém os constrangimentos na obtenção da amostra obrigaram a uma menor restrição.

Esta investigação, mais do que analisar o contributo independente das características¹⁴³ das crianças e dos pais para o ajustamento individual e familiar, visava realçar o carácter transacional das relações, demonstrando como pais e filhos (e os outros sistemas familiares e extrafamiliares) influenciam e são influenciados uns pelos outros. Contudo este intento foi apenas parcialmente alcançado. A análise e descrição das dificuldades apresentadas por um conjunto de participantes, apesar de possibilitar um

muito coisa, nada de divórcios, nada de separações. P: Não! Desculpa. Nessa altura ela disse duas ou três coisas, que de facto foi o culminar do esticar da corda, que eram provocatórias. M: Isso eu não me lembro. P: Ah, eu lembro-me perfeitamente")

¹⁴² Neste caso definido desde a integração até ao momento da entrevista.

¹⁴³ Entenda-se características num sentido lato, que abrange comportamentos, atribuições, expectativas, etc.

panorama geral, implicou igualmente, nalgumas situações, que fosse dado um menor ênfase a esta dimensão transacional. A título de exemplo, será que um padrão familiar em que existe uma hierarquia bem delimitada e reconhecida e em que a parentalidade é exercida sob a forma de autoridade poderá ser o mais “adequado” para crianças com determinado “tipo” de problemas emocionais e comportamentais, como advoga Ward (1997)? E se sim, em que circunstâncias? O estudo de casos, de forma aprofundada, poderia constituir uma alternativa para aprofundar estas questões, focando a resiliência familiar, isto é, quais os processos-chave que possibilitam que as famílias não só lidem mais eficientemente com situações de crise ou de *stress* permanente (internas ou externas à família) mas saiam delas fortalecidas (Walsh, 1996, 2006).

Neste estudo optou-se por analisar e apresentar as múltiplas realidades vivenciadas, independentemente da composição familiar ou do tipo de adoção, não permitindo, por conseguinte, aprofundar o conhecimento acerca do impacto de algumas variáveis demográficas (referenciadas na literatura com resultados divergentes) no processo de adaptação e ajustamento. Assim, poderiam ter sido criados e analisados de forma comparativa, subgrupos como por exemplo, a adoção de casal vs. adoção singular; a adoção singular ou múltipla; Famílias adotivas de filho único vs. Famílias com fratrias mistas vs. Famílias com fratrias adotivas.

A subjetividade do processo de codificação e análise de resultados tem também sido apontada por vários investigadores (ex.: Marshall & Rossman, 1999) como uma limitação a ter em conta na condução de estudos baseados numa metodologia qualitativa, principalmente quando o processo é efetuado apenas por um investigador, o que aumenta a probabilidade de possíveis enviesamentos. Sem dúvida, a tarefa revela-se particularmente desafiante quando o objetivo é descrever as dificuldades tais como percecionadas pelos pais e o investigador depreende, segundo o seu quadro de leitura baseado (em parte) na revisão da literatura, um conjunto de dificuldades (ex.: rigidez nas práticas parentais; estado de alerta e vigilância da criança) que não são percecionadas pelos pais enquanto tal. Neste âmbito, teria sido pertinente usar a reflexão em torno da técnica geradora de estrutura do discurso (T.G.E.) enquanto instrumento de validação comunicativa (Flick, 2005) das narrativas produzidas pelos pais adotivos, técnica baseada na discussão da interpretação que o investigador realiza sobre esses discursos, submetendo-a à apreciação dos entrevistados. Por este meio, seriam otimizadas as potencialidades das abordagens qualitativas em termos de compreensão e intervenção, exigindo do investigador mais do que

um exercício de objetividade, mas antes um trabalho de promoção de espaços de significação, geradores, eles mesmos, de novas formas de realidade.

Neste estudo, observa-se a reduzida capacidade dos pais em reconhecerem a sua própria influência no aparecimento e/ou manutenção das dificuldades, atribuindo-as à criança. Contudo, o enviesamento da própria entrevista poderá ter contribuído para este resultado, estando presentes, de modo desproporcional, questões relativas à integração e adaptação da criança. Salvo raras exceções, as perguntas que focam os pais remetem para o seu papel enquanto reagentes (ex.: Como lidaram com isso?) e não como agentes.

Finalmente consideramos que a seleção da amostra tem limitações, não em termos deste estudo propriamente dito, mas ao nível da consistência e coerência da tese como um todo. Desta forma, teria sido mais rico entrevistar pais adotivos do grupo de sucesso do capítulo VII, mantendo no entanto os mesmos critérios de elegibilidade (crianças em idade escolar na integração e no momento da entrevista). Esta opção possibilitaria analisar, de forma conjugada, o antes e o depois, isto é, como os fatores (de risco e proteção) dos filhos e dos pais, avaliados antes da integração, iriam operar no novo contexto relacional, e como as atribuições, as expectativas, os recursos, e as estratégias de *coping*, etc. iriam mediar o seu impacto. Todavia, este estudo qualitativo foi realizado em 2008, antes da análise dos processos, visando (na sua origem) contribuir para a identificação de indicadores a integrar na grelha de codificação de processos de adoção.

Nesta linha de raciocínio, investigações futuras poderiam recorrer a desenhos longitudinais no sentido de analisar variáveis dos pais (ex.: expectativas em relação à criança), dos filhos (ex.: problemas comportamentais e emocionais) e dos serviços (ex.: que (in)formação foi providenciada), pré-existentes à integração da criança, e as dificuldades à medida que são vivenciadas pelos pais.

De igual modo, seria pertinente analisar que novos desafios emergiram e que prévios desafios persistiram quando a Família adotiva transitou para a etapa seguinte do ciclo vital, isto é, família com filhos adolescentes.

Adotando uma perspetiva sistémica, a inclusão do ponto de vista dos filhos, em que estes descreveriam igualmente os desafios vivenciados, as atribuições efetuadas, os recursos mobilizados, as estratégias utilizadas e a sua apreciação da adaptação seria fundamental (S. Ryan & Nalavany, 2004).

Finalmente, apesar de este estudo visar compreender o processo de adaptação segundo uma perspetiva sistémica e ecológica, a análise do impacto de variáveis

extrafamiliares revelou-se incipiente, sendo relevante o desenvolvimento de estudos que explorem estas dimensões, como por exemplo, as políticas reguladoras, as crenças e práticas profissionais e as atitudes sociais sobre a adoção, os recursos da comunidade, o contexto escolar, o grupo de pares, etc. (Berástegui, 2005; Palacios, 2009; Schweiger & O'Brien, 2005).

Conclusão Integradora

A investigação na adoção, desde os seus primórdios, seguiu duas linhas, paralelas e/ou (preferencialmente) intersectáveis (Palacios & Brodzinsky, 2010). Numa destas linhas, relativa ao sistema de proteção e promoção dos direitos das crianças, enquadram-se os estudos empíricos dos capítulos XI e XII nos quais são abordados, entre outros aspetos, as práticas profissionais relacionadas com a avaliação, preparação e correspondência, bem como os fatores associados ao sucesso e à disrupção. Na outra linha, relativa à psicologia do desenvolvimento, enquadra-se o último estudo empírico, centrado nos processos familiares e relacionais subjacentes às diferenças individuais (entenda-se aqui individual como representante da criança, dos pais, e da unidade familiar) no ajustamento e adaptação à adoção.

A opção por diferentes dimensões de análise (práticas, fatores e processos), focalizadas em diferentes atores (profissionais, criança, pais, Família adotiva), com recurso a diversos métodos de recolha de dados (questionário com questões abertas e fechadas, grupo focal, análise documental e entrevista semiestruturada), almeja fornecer um conhecimento mais completo e diferenciado, relativo (de forma direta ou indireta) ao sucesso da adoção, aqui entendido de forma lata. Assim as comunalidades, singularidades e disparidades dos três estudos são aqui sumariadas, aportando implicações teóricas e práticas, tendo presente o contexto Português. Esta reflexão segue a estrutura e cronologia do próprio processo de adoção (lógica organizadora de toda a dissertação) iniciando pelos protagonistas em separado (crianças e Candidatos), prosseguindo com a correspondência e culminando com o processo de adaptação e ajustamento.

Relativamente às crianças duas temáticas emergem ao longo dos três estudos, nomeadamente a ausência de informação acerca da criança e a falta ou insuficiente preparação da criança para a adoção.

Os técnicos dos serviços de adoção classificam a informação disponibilizada sobre as crianças em situação de adotabilidade (apenas) como razoável e adotam diversos procedimentos para ultrapassar esta limitação; na análise dos processos (de sucesso e de disrupção) a informação acerca da criança é classificada como incompleta e 27.5% dos adotantes atribuem a disrupção à falta de informação, completa e precisa, acerca da criança; e os pais adotivos entrevistados consideram que esta dimensão lhes coloca um duplo desafio, na medida em que têm de lidar com comportamentos e necessidades da criança totalmente imprevisíveis (e por vezes contrários às suas expectativas) e têm maior dificuldade

em responder à necessidade (atual ou futura) e ao direito da criança de conhecer as suas origens e história prévia. Aliás, algumas orientações ao nível da literatura remetem não só para a necessidade dos profissionais tornarem a informação disponível para os pais adotivos, no momento da integração, mas também para a necessidade de desenvolverem mecanismos que assegurem que a informação acerca da família de origem possa ser atualizada futuramente (Neil, 2012).

Estas conclusões remetem para a urgência de reequacionamento das práticas de avaliação das crianças em acolhimento, incidindo na formação dos técnicos das entidades envolvidas (CAT/LIJ/AF), na definição de protocolos de avaliação, no estabelecimento de relações colaborativas (de formação/supervisão) entre os serviços de adoção e as estruturas de acolhimento e/ou na alocação de recursos (humanos e/ou instrumentais). Efetivamente se esta investigação demonstra que os relatórios acerca da criança são por vezes incompletos e pouco precisos, a ausência de estudos em Portugal que incidam nas práticas de avaliação, implementadas a nível nacional, regional e local, não permite identificar quais os constrangimentos e, por conseguinte, as estratégias de ação para melhoria deste processo de avaliação.

Além da avaliação, impera a necessidade de reflexão e de mudança na forma e nos *timings* em que esta informação acerca da criança é veiculada aos futuros pais, concebendo a proposta não como um momento único e de transmissão da informação (oral e/ou escrita), mas como momentos, em que, com recurso a diversas estratégias, os futuros pais se consciencializam das características e necessidades específicas da criança ou fratria, dos seus recursos pessoais, familiares e sociais para responder as essas necessidades, e de estratégias específicas para fazer face às mesmas.

Finalmente, a análise dos processos, demonstra que, em convergência com o referido na literatura, a mudança para um novo contexto (com as exigências emocionais e relacionais inerentes) poderá traduzir-se numa descontinuidade em termos de perfil comportamental, emocional, desenvolvimental, etc. em que, a título de exemplo, relações fraternas de cumplicidade e proteção são subvertidas por ciúmes e competitividade marcados. Desta forma, a preparação dos pais para uma criança ou fratria específica deverá igualmente contemplar a gestão deste grau de imprevisibilidade e a promoção de flexibilidade nas expectativas e respostas parentais.

Os discursos dos pais adotivos e dos técnicos (grupo focal) são unânimes ao considerar que a falta de preparação ou a preparação insuficiente e/ou inadequada da criança para a

adoção tem implicações negativas no processo de ajustamento e adaptação, sendo, inclusivamente, nalguns casos, correlato do insucesso. Efetivamente a prontidão emocional das crianças mais velhas¹⁴⁴ para a adoção surge como um dos preditores da disrupção, de acordo com a análise de regressão logística efetuada. Considerando o impacto da preparação para a adoção na determinação do seu sucesso, revela-se preocupante que, segundo 37.8% dos técnicos a informação sobre a motivação e expectativas da criança em relação à adoção seja (extremamente) incompleta. Podemos asseverar que estas duas dimensões interrelacionadas, preparação para a adoção e prontidão emocional para a adoção, tradutoras, respetivamente, do processo e do resultado, se revelam fundamentais para o sucesso da adoção.

O estudo comparativo entre os casos de sucesso e de disrupção também sublinha a necessidade de atender à mudança de estatuto (filho único vs. com irmãos) e de posição na fratria da criança adotada, após integração numa nova família. Estas dimensões devem ser exploradas na preparação da criança para a adoção, nomeadamente, o luto pela perda de uma relação fraterna¹⁴⁵; as expectativas, os ganhos e perdas, e os reajustamentos necessários por passar a ter irmãos; o papel atualmente assumido (ex.: protegido, protetor, protagonista, etc.), o sentimento relativamente a esse papel e a sua expectativa em mudar de papel/lugar na nova família, etc.

Em Portugal, a investigação que incide na construção e integração da história de vida da criança em acolhimento é incipiente, sendo apenas identificada a tese de M. Domingues (2011), relativa à implementação piloto do Programa de Preparação da Criança para a Adoção – PPCA, e o estudo, de forma direta ou indireta, da preparação da criança para a adoção (ex.: Monteiro, 2009), diluído numa série de outras variáveis. Ao nível internacional a literatura é mais fecunda na documentação de programas de intervenção, modelos de intervenção, estratégias, etc., associadas à preparação da criança para a adoção, porém, de igual modo, escasseiam estudos que indiquem se (ou quais) as abordagens/estratégias, recomendadas pela literatura, são usadas de forma sistemática e consistente (Backhaus, 1984; Rushton et al., 1998 citado em Rushton, 2004) e que analisem a sua relação com o (in)sucesso da integração adotiva (Festinger, 2005; McRoy, 1999; Rushton, 2004). Por outro lado, se já existem modelos de intervenção delineados segundo uma sequência de estádios de preparação (ex.: Henry, 2005; Jones, 1979; McInturf, 1986), a literatura relativa ao grau

¹⁴⁴ Esta variável só foi avaliada nos processos relativos a crianças com idade superior a 5 anos

¹⁴⁵ Mesmo que sejam assegurados os contactos entre irmãos há a perda da vivência e partilha diárias.

de prontidão emocional da criança para a adoção, quer em termos conceituais como operacionais, é omissa. Assim sendo, revela-se pertinente o desenvolvimento de estudos nesta área em Portugal que orientem e sustentem a continuidade, a mudança de práticas ou, nalguns casos, a própria introdução de práticas (ex.: qual o conhecimento/formação específica que os técnicos do acolhimento têm sobre a preparação das crianças para a adoção? Quais as abordagens e estratégias utilizadas? Quando é iniciado o trabalho de preparação? Com que periodicidade e duração é desenvolvido? Qual o impacto na prontidão emocional da criança para a adoção, etc.).

No que diz respeito aos Candidatos emergem diversas temáticas, sendo dado particular relevo à avaliação e preparação dos filhos prévios (e da família alargada) e à avaliação e preparação dos Candidatos.

A análise dos processos e das entrevistas indica que a receptividade dos filhos e da família alargada em relação à adoção surge como fator protetor ou facilitador. Aliás 23.8% dos adotantes mencionam a destabilização do outro irmão como causa da disrupção. Porém, no questionário administrado aos técnicos, constata-se que 31.6% não mencionam a preparação dos filhos prévios e os que a referem centram-se (ou restringem-se) no posicionamento/aceitação/vontade do filho biológico, por vezes apurado de forma indireta pelo discurso dos pais. As orientações, ao nível da literatura consultada, remetem para uma participação ativa dos filhos biológicos no processo de avaliação, atendendo ao seu papel fundamental para o sucesso da adoção. Adicionalmente, maior enfoque tem sido prestado em termos da preparação dos filhos prévios (biológicos ou adotivos), sendo desenvolvidos e aplicados modelos de intervenção ou linhas orientadoras (Beesley, 2010; Mullin & Johnson, 1999). Indo mais além, Schweiger e O'Brien (2005) defendem que se devem desenvolver formas criativas de envolver outros elementos que irão prestar suporte à família (ex.: família alargada, amigos) no processo prévio à adoção, no sentido de promover o seu sucesso.

Na análise dos processos de disrupção, 34.8% dos adotantes reconheceram a sua incapacidade em lidar com os comportamentos/características da criança, considerando que não conseguiram aceitar plenamente a criança; que as estratégias educativas aplicadas amplificaram o comportamento ou não contribuíram para a sua estabilização ou melhoria; que não possuíam a competências ou a resistência necessária; ou que foram incapazes de reajustar as suas expectativas/valores em relação à criança real. Similarmente, nas entrevistas, observou-se que a qualidade da intervenção parental está intimamente relacionada, entre outros aspetos, com as expectativas e as atribuições dos pais acerca das

dificuldades, e com os seus comportamentos educativos. Desta forma, os pais que têm expectativas irrealistas e/ou inflexíveis, que realizam interpretações de carácter inatista, assentes na irreversibilidade do comportamento infantil, e/ou adulto-orientadas, em que concebem os comportamentos desadequados da criança como uma tentativa consciente de os rejeitar, magoar, desafiar, que desconsideram a sua influência no aparecimento e manutenção das dificuldades, imputando-as exclusiva ou principalmente à criança, que têm atitudes de inflexibilidade e rigidez nas suas exigências de disciplina para com os filhos, e que ameaçam os seus filhos com o retorno ao acolhimento, podem constituir uma resposta de maior risco. Antagonicamente, a análise dos processos demonstra que a consciência e a aceitação das especificidades e dos desafios da adoção, o sentimento de autoeficácia parental e a flexibilidade estão associados com o sucesso da adoção.

Neste sentido, esforços têm de ser empreendidos na avaliação dos Candidatos, em que são identificadas estas vulnerabilidades e desenvolvidos planos de ação/intervenção contingentes. Será de equacionar se a preparação fornecida (em formato, duração e intensidade) para a população dos Candidatos é suficiente ou adequada para Candidatos avaliados com maior risco (probabilístico) ou se, face à incapacidade dos serviços em providenciar as respostas de preparação/formação adequadas, essas candidaturas devam ser rejeitadas e se sim, como decidir qual o “grau de risco” (in)aceitável. Por outro lado, a preparação deve incidir nessas forças, isto é, na consciência dos desafios da adoção, na formação de expectativas realistas e leituras adequadas, e no desenvolvimento de estratégias eficazes para lidar com esses mesmos desafios.

Dada a complexidade crescente da adoção (ex.: alteração do perfil das crianças e dos candidatos) tornou-se proporcionalmente importante assegurar que os pais adotivos sejam adequadamente preparados e apoiados na tarefa exigente de criar os seus filhos (Brodzinsky, 2008). Contudo, existem poucas diretrizes acerca da melhor forma de atingir este objetivo (Palacios & Brodzinsky, 2010). Salvo raras exceções (ex.: Rushton & Monck, 2009b), não existem estudos acerca da eficácia dos programas de preparação atualmente implementados. Além do mais, os programas de preparação em grupo orientados por técnicos constituem apenas uma modalidade, dentro do leque de atividades de preparação disponíveis a nível internacional (ex.: *buddy system*) e inexploradas em Portugal. Aliás, o Plano de Formação para a Adoção (PFA) só começou a ser implementado recentemente no contexto Português, suscitando a necessidade de estudos futuros que incidam no nível de

satisfação e nas mudanças potenciadas pelo referido programa, segundo o ponto de vista dos participantes, dos dinamizadores e dos gestores de caso.

De realçar que desde que se iniciou esta investigação até à atualidade várias mudanças ocorreram nas práticas da adoção em termos do processo de avaliação e de preparação dos Candidatos. Estas mudanças, implementadas a nível nacional, sob a alçada da Segurança Social, foram fruto da constituição de grupos de trabalho (composto por diversos técnicos de adoção) e de parcerias estabelecidas com diversos investigadores, filiados a diferentes universidades. Esta orientação é convergente com o discurso de Palacios e Brodzinsky (2010) *“we also hope and expect that there will be greater collaboration in the future among researchers, practitioners, and policy-makers, each learning from and contributing to the others”* (p. 280). Desta forma, à exceção de algumas (ex.: uso sistemático da BDA para a conjugação), as mudanças tiveram sustentação na prática e na investigação científica. No futuro, é fulcral que se proceda à avaliação sistemática dos efeitos das alterações procedimentais introduzidas, numa lógica de otimização e qualificação das práticas.

Relativamente à correspondência, os resultados do questionário e do grupo focal demonstram que os técnicos valoram dois critérios, nomeadamente, a escolha da candidatura cujas capacidades melhor respondem às necessidades e características da criança ou fratria e o respeito pelas pretensões dos Candidatos. Se a enunciação destes critérios é (relativamente) consensual, a importância relativa de cada um deles difere em função dos técnicos. No processo de correspondência, as situações são analisadas caso a caso e existem poucos critérios ou linhas orientadoras explícitas previamente definidas. Todavia, os que existem não reúnem consenso entre os técnicos, ao nível intra e interserviços de adoção.

De salientar que a definição de critérios e subsequente seleção dos candidatos é geralmente apoiada na prática e não na investigação relativa ao sucesso e interrupção/dissolução da adoção. Contudo, este resultado não é surpreendente dada a ausência de estudos Portugueses realizados nessa área e pelo facto de, a nível internacional, a maioria da investigação analisar os fatores associados à criança, aos candidatos, e às práticas profissionais de forma isolada. De facto entre o reconhecimento teórico do carácter cumulativo e interativo dos fatores de risco e de proteção associados a estes três atores e a sua efetiva operacionalização há um longo caminho a percorrer que implica, entre outros aspetos, o recurso a estatísticas mais complexas, que requerem um número elevado de sujeitos. Igualmente pertinente será avaliar a relação entre a qualidade da correspondência

e a estabilidade e qualidade da adoção (com todas as dificuldades conceituais e metodológicas subjacentes) dada a lacuna a nível nacional e internacional neste tópico.

A análise dos casos de interrupção versus sucesso fornece indicadores que poderão sustentar o processo de correspondência. Os dados indicam ser preferencial que: as crianças mais novas (< 6 anos) sejam integradas em famílias com menos filhos; as crianças mais velhas (≥ 6 anos) sejam correspondidas com uma família biparental em detrimento de monoparental; e que nas crianças com dificuldades de aprendizagem ou baixo desempenho académico, as habilitações académicas dos pais *per si* não são relevantes, mas deve ser considerado o grau de rigidez parental, uma vez que os resultados demonstram que à medida que o desempenho académico da criança piora, as famílias rígidas têm maior probabilidade de sofrer interrupção do que as famílias flexíveis.

Finalmente, o modelo final retém quatro variáveis, nomeadamente o comportamento externalizado da criança (consubstanciado na desobediência generalizada), a vivência de abandono, a flexibilidade parental e a consciência das especificidades e dos desafios da adoção. De realçar que, no questionário, numa listagem de 14 indicadores, apenas 26.3% dos técnicos selecionam o comportamento da criança enquanto uma das cinco principais características da criança que têm em consideração quando pensam numa possível candidatura. Contudo os dados dos processos indicam que os problemas comportamentais da criança, em conjugação com a flexibilidade dos pais (quer ao funcionamento em geral, quer à parentalidade em específico) e com a compreensão e aceitação dos pais acerca dos desafios da adoção, são determinantes. Neste sentido, seria relevante ao longo do processo de avaliação e no próprio processo de correspondência que os pais reflitam que comportamentos se sentem competentes ou estão dispostos a lidar, que tipo de comportamentos consideram aceitáveis para cada idade e género e que tipo de recursos (pessoais, familiares, extrafamiliares, etc.) têm de mobilizar para fazer face a esses comportamentos.

Finalmente, os dados das entrevistas demonstram o impacto (positivo ou negativo) que a família e os contextos extrafamiliares (ex.: escola, grupo de pares, comunidade e a própria sociedade) têm no processo de ajustamento e adaptação, remetendo para a necessidade da investigação e da prática adotarem abordagens mais sistémicas e ecológicas, tal como preconizado por Schweiger e O'Brien (2005) *“effective services for adoptive families need to be based on an examination of issues affecting the family at all levels, from the*

individual, parent-child and sibling interactions to the broad cultural context in which the family lives” (p. 519).

Porém, a existência de serviços após a adoção estar legalizada requer, antes de mais, o reconhecimento da sua necessidade e a sua priorização na agenda política. A intervenção do estado na procura de uma família para uma criança em acolhimento é baseada na crença (sustentada teórica e empiricamente) de que uma família é o contexto mais positivo, estimulante, afetuoso, etc. para uma criança crescer e pertencer. No entanto, tais políticas também têm subjacente um objetivo economicista, na medida em que visam reduzir os elevados custos associados ao acolhimento. Desta forma, há uma assunção implícita que a adoção é “menos dispendiosa” para o estado, resultando, por conseguinte, num subfinanciamento dos serviços de suporte após a adoção estar concretizada (Schweiger & O’Brien, 2005). Também convém realçar que o estado não é soberano nesta “responsabilidade”, devendo, à semelhança de outros países, a sociedade civil organizar-se na definição de respostas às necessidades que vão emergindo ao longo do ciclo de vida da Família adotiva.

Podemos afirmar que Portugal apresenta uma “baixa” taxa de disrupção (6.2%), supondo-se que, de acordo com o padrão reportado internacionalmente, a taxa de dissolução seja ainda inferior, apesar de não existir nenhum estudo desenvolvido neste âmbito. Porém, cada experiência de disrupção tem implicações incomensuráveis em todos os envolvidos e principalmente na criança, a quem o estado (representante de todos e cada um de nós) se comprometeu a proteger. Nesta ótica, as práticas têm de ser reequacionadas, nos vários pontos abordados, no sentido de promover o sucesso da adoção.

De enfatizar que várias crianças consideradas de difícil encaminhamento (pela sua idade e/ou características) foram casos de sucesso, como se pode constatar nas análises dos processos e das entrevistas, salientando a pertinência de focalizar os processos familiares e sistémicos que funcionam como protetores no ajustamento e adaptação dos membros familiares. Efetivamente o foco da investigação tem-se movido de uma perspetiva patologizante, para uma perspetiva centrada na resiliência individual e, ainda de forma residual, na resiliência familiar, que viabiliza a formação e manutenção de famílias “felizes” (independentemente das polissemias e ambiguidades que o conceito “felizes” possa comportar).

A leitura conjunta dos resultados, conclusões e implicações dos estudos conduzidos permitem-nos concluir, no que diz respeito ao estudo da passagem do risco à proteção, da disrupção ao sucesso da adoção, que há:

1. Necessidade de dispor, aceder e utilizar um corpo de conhecimentos resultante da investigação em temáticas específicas da adoção, dado que as tomadas de decisão que os técnicos aplicam no seu quotidiano profissional derivam mais de um “saber fazer” do que de um “fazer o saber”, sendo desejável a conciliação de ambos. Apesar da relevância e profusão da investigação internacional sente-se a necessidade de atender às especificidades contextuais portuguesas, com estudos ecologicamente validados.
2. Necessidade de equacionar as práticas profissionais “baseadas na evidência” ao longo de todo o processo de adoção e de avaliar sistematicamente as práticas correntes e inovadoras.
3. Necessidade de aproximar os investigadores e os técnicos do terreno na construção de conhecimento científico, desde a definição das questões e do desenho de investigação até à tradução dos resultados em recomendações e operacionalizações na prática profissional.
4. Necessidade da investigação aprofundar os processos subjacentes ao ajustamento e adaptação individual e familiar em complemento da mera constatação dos resultados, elucidando como integrações adotivas classificadas à partida como de maior risco se podem converter em adoções de sucesso e identificar os processos que podem conduzir casos “lineares” a situações de disrupção ou de dissolução ou de continuidade insatisfatória.
5. Premência da aproximação entre a investigação e a decisão política na área da proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo, em geral, e na adoção, em particular.

Referências Bibliográficas

A

- Abidin, R. R. (1983). *Parenting stress index - Manual*. Charlottesville, VA: Pediatric Psychology Press.
- Achenbach, T. M. (1991). *Integrative guide for the 1991 CBCL/4-18, YSR, and TRF profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Achenbach, T. M. (1992). *Manual for the child behavior checklist/2-3 and 1992 profile*. Burlington, VT: University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2000). *Manual for the ASEBA preschool forms & profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth & Families.
- Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2001). *Manual for the ASEBA school-age forms & profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth & Families.
- Adoption Agencies Regulations (2005). *Statutory Instrument Nº. 389, section 17, paragraph 1*. London, England: HMSO.
- Adoption Register for England and Wales (2007). *Adoption register annual report 2007*. Leeds, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Adoptive Families Magazine (2007). *Tackling tricky assignments*. Retrieved from <http://www.adoptivefamilies.com/pdf/Assignments.pdf>
- AdoptUSKids (n.d.). *Free recruitment and retention resources*. Retrieved from <http://www.adoptuskids.org/for-professionals/free-resources>
- Alarcão, M. (2002). *(Des)equilíbrios familiares: Uma visão sistémica* (2ª ed.). Coimbra, Portugal: Quarteto.
- Alexander, L. B., Dore, M. M., Hollingsworth, L. D., & Hoopes, J. W. (2004). A family of trust: African American parents' stories of adoption disclosure. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74(4), 448-455. doi: 10.1037/0002-9432.74.4.448
- Allphin, S., Simmons, B., & Barth, R. P. (2001). Adoption of foster children: How much does it cost public agencies? *Children & Youth Services Review*, 23(11), 865-891. doi: 10.1016/S0190-7409(01)00164-5
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologias da investigação em psicologia e educação*. Braga, Portugal: Psiquilíbrios.

- Andersen, R. S. (1989). The nature of adoptee search: Adventure, cure, or growth? *Child Welfare*, 68(6), 623-632.
- Argent, H. (1984). *Find me a family*. London, England: Souvenir Press.
- Argent, H., & Coleman, J. (2006). *Dealing with disruption*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Aubrey, A. (2008). *A família de Flora: Compreender... a adoção*. Sintra, Portugal: Girassol.
- Aust, P. H. (1981). Using the life story book in treatment of children in placement. *Child Welfare*, 60(8), 535-560.

B

- BAAF (2006). *Child's Permanence Report (CPR)*. London, England: Author.
- Backhaus, K. (1984). Life books: Tool for working with children in placement. *Social Work*, 29(6), 551-554. doi:10.1093/sw/29.6.55
- Bakermans-Kranenburg, M. J., Steele, H., Zeanah, C. H., Muhamedrahimov, R. J., Vorria, P., Dobrova-Krol, N. A., . . . Gunnar, M. R. (2011). III. Attachment and emotional development in institutional care: Characteristics and catch up. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76(4), 62-91. doi: 10.1111/j.1540-5834.2011.00628.x
- Baptista, A. (2000). Perturbações do medo e da ansiedade. Uma perspectiva evolutiva e desenvolvimental. In I. Soares (Ed.), *Psicopatologia do desenvolvimento. Trajectórias (in)adaptativas ao longo da vida*. Coimbra, Portugal: Quarteto.
- Baptista, J. I. (2011). *Do acolhimento institucional para a família adotiva: Implicações no desenvolvimento da criança* (Dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal.
- Barbosa-Ducharne, M. (2011). Adopção – Reparadora de adversidade precoce? In J. Lopes, M. Pinheiro, M. C. Brandão, P. Dias, & R. Sampaio (Eds.), *IV Encontro sobre maus tratos, negligência e risco na infância e na adolescência: Livro de atas* (pp. 79-84). Maia, Portugal: ASAS.
- Barbosa-Ducharne, M., & Barroso, R. (2012). Análise intergeracional do processo de adoção: Avós, pais e filhos. *Revista AMAzônica – Revista de psicopedagogia, psicologia escolar e educação*, 8(1), 185-209.
- Barbosa-Ducharne, M., & Colaboradores do IPA (2011). *Investigação sobre processo de adoção: Perspectiva de pais e filhos. Primeiros resultados. Relatório preliminar de*

- resultados em versão digital*. Portugal: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Barbosa-Ducharne, M., Ferreira, J., & Soares, J. (2012). Communication openness in the adoptive family and the psychological adjustment of adoptees. In *Proceedings of the XV European Conference on Developmental Psychology* (pp. 215-224). Rome, Italy: Medimond.
- Barbosa-Ducharne, M., & Guimarães, S. C. (2012). Impacto da qualidade da relação fraterna no ajustamento psicológico dos irmãos: Estudo em família adotiva, convencional e acolhimento institucional. In L. Mata, F. Peixoto, J. Morgado, J. Silva, & V. Monteiro (Eds.), *Atas do 12º Colóquio Internacional de Psicologia e Educação: Educação aprendizagem e desenvolvimento: Olhares contemporâneos através da investigação e da prática* (pp. 1007-1021). Lisboa, Portugal: ISPA - Instituto Universitário.
- Barbosa-Ducharne, M., Guimarães, S. C., & Soares, J. (2011). Relação fraterna em diferentes contextos: Família adotiva, família convencional e acolhimento institucional. In J. Lopes, M. Pinheiro, M. C. Brandão, P. Dias, & R. Sampaio (Eds.), *IV Encontro sobre maus tratos, negligência e risco na infância e na adolescência: Livro de atas* (pp. 57-63). Maia, Portugal: ASAS.
- Barbosa-Ducharne, M., Moreira, A., Ferreira da Silva, A., Monteiro, J., & Soares, J. (2009). *EPA-Portuguesa. Entrevista sobre o processo de adoção. Versão para investigação*. Documento policopiado. Portugal: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Barbosa-Ducharne, M., Soares, J. Barbosa, M., Ferreira da Silva, A., & Cardoso, C. (2011). QPP – Questionários sobre parentalidade para pais: Resultados obtidos junto de pais adotivos. In A. S. Ferreira, A. Verhaeghe, D. R. Silva, L. S. Almeida, R. Lima, & S. Fraga (Eds.), *Actas do VIII Congresso Ibero-Americano de Avaliação Psicológica e XV Conferencia Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (pp. 1655 – 1665). Lisboa, Portugal: Sociedade Portuguesa de Psicologia.
- Barbosa-Ducharne, M., Soares, J., Ferreira, J., Barroso, R., & Costa, J. (2012). Adopción como intervención de éxito: La calidad emocional del entorno familiar predictor del ajuste del niño adoptado. In *Resumenes XI Congreso Internacional de Infancia Maltratada* (pp. 575 – 580). Oviedo, España: Asociación Asturiana para la Atención y el Cuidado de la Infancia (ASACI) & Federación de Asociaciones para la Prevención del Maltrato Infantil (FAPMI).

- Barbosa-Ducharne, M., Soares, J., Ferreira, J., & Monteiro, J. (2011). Entrevista a crianças e adolescentes sobre adoção - ECAA: Desenvolvimento de um instrumento de acesso à vivência do processo de adoção. In A. S. Ferreira, A. Verhaeghe, D. R. Silva, L. S. Almeida, R. Lima, & S. Fraga (Eds.), *Actas do VIII Congresso Ibero-Americano de Avaliação Psicológica e XV Conferencia Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. (pp. 599 – 612). Lisboa, Portugal: Sociedade Portuguesa de Psicologia.
- Barker, C., & Pistrang, N. (2005). Quality criteria under methodological pluralism: Implications for conducting and evaluating research. *American Journal of Community Psychology*, 35(3/4), 201-212. doi: 10.1007/s10464-005-3398-y
- Barth, R. P. (1988). Disruption in older child adoptions. *Public Welfare*, 46(1), 23-29.
- Barth, R. P., & Berry, M. (1988). *Adoption & disruption: Rates, risks and responses*. New York, NY: Aldine de Gruyter.
- Barth, R. P., & Berry, M. (1990). Preventing adoption disruption. *Prevention in Human Services* 9(1), 205-222. doi:10.1300/J293v09n01_13
- Barth, R. P., Berry, M., Yoshikami, R., Goodfield, R. K., & Carson, M. L. (1988). Predicting adoption disruption. *Social Work*, 33(3), 227-233. doi:10.1093/sw/33.3.227
- Barth, R. P., & Miller, J. (2000). Building effective post-adoption services: What is the empirical foundation? *Family Relations*, 49(4), 447-455. doi: 10.1111/j.1741-3729.2000.00447.x
- Bartholet, E. (1993). *Family bonds: Adoption and the politics of parenting*. Boston, MA: Houghton Mifflin Company.
- Bass, C. (1975). Matchmaker-matchmaker. Older child adoption failures. *Child Welfare*, 54, 505-512.
- Baynes, P. (2008). Untold stories: A discussion of life story work. *Adoption & Fostering*, 32(2), 43-49. doi:10.1177/030857590803200206
- Bedford, T., & Burgess, J. (2001). The focus group experience. In M. Limb & C. Dwyer (Eds.), *Qualitative methodologies for geographers* (pp. 121 – 135). London, England: Arnold.
- Beesley, P. (2010). *Making good assessments: A practical resource guide*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Bellak, L., & Bellak, S. S. (1949). *Children's Apperception Test*. Oxford, England: CPS.
- Benton, B. B., Kaye, E., & Tipton, M. (1985). *Evaluation of state activities with regard to adoption disruption*. Washington, DC: Urban Systems Research and Engineering.
- Berástegui, A. (2003). *Adopciones truncadas y en riesgo en la comunidad de Madrid*. Madrid, España: Consejo Económico y Social.

- Berástegui, A. (2005). *La adaptación familiar en adopción internacional: Una muestra de adoptados mayores de tres años en la Comunidad de Madrid*. Madrid, España: Consejo Económico y Social. Comunidad de Madrid.
- Bermejo, F. A., Estévez, I., García, M. I., García-Rubio, E., Lapastora, M., Letamendía,...Velázquez de Castro, F. (2006). *CUIDA. Cuestionario para la evaluación de adoptantes, cuidadores, tutores y mediadores*. Madrid, España: TEA Ediciones.
- Berry, M. (1990). Preparing and supporting special needs adoptive families: A review of the literature. *Child and Adolescent Social Work*, 7(5), 403-418. doi: 10.1007/BF00756379
- Berry, M. (1992). Contributors to adjustment problems of adoptees: A review of the longitudinal research. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 9(6), 525-540. doi: 10.1007/BF00845412
- Berry, M. (1997). Adoption disruption. In R. J. Avery (Ed.), *Adoption policy and special needs children* (pp. 77-106). Westport, CT: Auburn House.
- Berry, M., & Barth, R. P. (1990). A study of disrupted adoptive placements of adolescents. *Child Welfare*, 69(3), 209-225.
- Berry, M., Barth, R. P., & Needell, B. (1996). Preparation, support, and satisfaction of adoptive families in agency and independent adoptions. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 13(2), 157-183. doi:10.1007/BF01876644
- Berry, M., Propp, J., & Martens, P. (2007). The use of intensive family preservation services with adoptive families. *Child and Family Social Work*, 12(1), 43-53. doi:10.1111/j.1365-2206.2006.00426.x
- Biehal, N., Ellison, S., Baker, C., & Sinclair, I. (2010). *Belonging and permanence: Outcomes in long-term foster care nad adoption*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Bifulco, A., Jacobs, C., Bunn, A., Thomas, G., & Irving, K. (2008). The attachment style interview (ASI): A support-based adult assessment tool for adoption and fostering practice. *Adoption & Fostering Journal*, 32(3), 33-45. doi:10.1177/030857590803200306
- Bifulco, A., Lillie, A., Ball, B., & Moran, P. (1998). *Attachment style interview (ASI): Training manual*. England: Royal Holloway, University of London.
- Block, N., & Libowitz, A. (1983) *Recidivism in foster care*. New York, NY: Child Welfare League of America.

- Blumberg, S. (1999). La familia y la escuela. In E. Giberti (Ed.), *Adoptar hoy. Para padres adoptantes y para quienes deseen adoptar* (pp. 129 – 132). Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Boer, F., Versluis-den Bierman, H. J., & Verhulst, F. C. (1994). International adoption of children with siblings: Behavioral outcomes. *American Journal of Orthopsychiatry*, 64(2), 252–262. doi: 10.1037/h0079528
- Boneh, C. (1979). *Disruptions in adoptive placements: A research study*. Boston, MA: Department of Public Welfare, Office of Research Evaluation.
- Borland, M., O'Hara, G., & Triseliotis, J. (1991) Placement outcomes for children with special needs. *Adoption & Fostering*, 15(2), 18–28. doi:10.1177/030857599101500205
- Boss, P. G. (2002). *Family stress management: A contextual approach*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Boyne, J., Denby, L., Kettenring, J. R., & Wheeler, W. (1984). *The shadow of success: A statistical analysis of outcomes of adoptions of hard-to-place children*. Westfield, NJ: Spaulding for Children.
- Branquinho, A. C. (2011). *Desafios, recursos e soluções em famílias adoptivas: Uma análise de narrativas* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia - Universidade de Lisboa, Portugal). Acedida em <http://hdl.handle.net/10451/5130>
- Brodzinsky, D. M. (1984). New perspectives on adoption revelation. *Adoption & Fostering*, 8(2), 27-32. doi: 10.1177/030857598400800208
- Brodzinsky, D. M. (1987). Adjustment to adoption: A psychosocial perspective. *Clinical Psychology Review*, 7(1), 25-47. doi:10.1016/0272-7358(87)90003-1
- Brodzinsky, D. M. (1990). A stress and coping model of adoption adjustment. In D. M. Brodzinsky & M. D. Schechter (Eds.), *The psychology of adoption* (pp. 3-24). New York, NY: Oxford University Press.
- Brodzinsky, D. M. (1993). Long-term outcomes in adoption. *The Future of Children*, 3(1), 153-166. doi:10.2307/1602410
- Brodzinsky, D. M. (2005). Reconceptualizing openness in adoption: Implications for theory, research, and practice. In D. M. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption: Research and practice* (pp. 145-166). Westport, CT: Praeger.
- Brodzinsky, D. M. (2006). Family structural openness and communication openness as predictors in the adjustment of adopted children. *Adoption Quarterly*, 9(4), 1-18. doi: 10.1300/J145v9n04-01

- Brodzinsky, D. M. (2008). *Adoptive parent preparation project phase I: Meeting the mental health and developmental needs of adopted children*. New York, NY: Evan B. Donaldson Adoption Institute. Retrieved from www.adoptioninstitute.org/publications/2008_02_Parent_Preparation.pdf
- Brodzinsky, D. M. (2011). Children's understanding of adoption: Developmental and clinical implications. *Professional Psychology: Research and Practice*, 42(2), 200-207. doi: 10.1037/a0022415
- Brodzinsky, D. M., & Huffman, L. (1988). Transition to adoptive parenthood. *Marriage and Family Review*, 12(3-4), 267-286. doi:10.1300/J002v12n03_13
- Brodzinsky, D. M., Lang, R., & Smith, D. W. (1995). Parenting adopted children. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (Vol. 3, pp. 209-232). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Brodzinsky, D. M., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Children and parenting* (Vol. 1, 2nd ed., pp. 279-311). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Brodzinsky, D. M., & Schechter, M. (1990). *The psychology of adoption*. New York, NY: Oxford University Press.
- Brodzinsky, D. M., Schechter, M. D., & Henig, R. M. (1992). *Being adopted: The lifelong search for self*. New York, NY: Doubleday.
- Brodzinsky, D. M., Singer, L. M., & Braff, A. M. (1984). Children's understanding of adoption. *Child Development*, 55(3), 869-878. doi: 10.1111/1467-8624.ep12424986
- Brodzinsky, D. M., Smith, D. W., & Brodzinsky, A. B. (1998). *Children's adjustment to adoption: Developmental and clinical issues*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Brooks, D., Allen, J., & Barth, R. P. (2002). Adoption services use, helpfulness, and need: A comparison of public and private agency and independent adoptive families. *Children and Youth Services Review*, 24(4), 213-238. doi: 10.1016/s0190-7409(02)00174-3
- Brunet, O., & Lézine, I. (1976). *Le développement psychologique de la première enfance* (4ème ed.). Paris, France: PUF
- Byrne, S. (2000). *Linking and introductions: Helping children join adoptive families*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).

C

- Canavarro, M. C., Dias, P., & Lima, V. (2006). A avaliação da vinculação do adulto: Uma revisão crítica a propósito da aplicação da adult attachment scale-R (AAS-R) na população Portuguesa. *Psicologia*, 20(1), 155-186.
- Canhão, A. M. (2007). Modelo ecológico de avaliação e intervenção nas situações de risco e de perigo para a infância. *Pretextos*, 28, 10-12.
- Child Welfare Information Gateway (2009). *Parenting your adopted school age children*. Retrieved from https://www.childwelfare.gov/pubs/factsheets/parent_school_age/
- Child Welfare Information Gateway (2010). *Impact of adoption on adoptive parents*. Retrieved from https://www.childwelfare.gov/pubs/factsheets/impact_parent/index.cfm
- Child Welfare Institute (1987). *MAPP: Model approach to partnerships in parenting*. Atlanta, GA: Child Welfare Institute, Center for Foster and Residential Care.
- Child Welfare League of America (1993). *PRIDE: Parent resources for information, development, and education. Trainer's guide*. Washington, DC: Author.
- Child Welfare League of America (2000). *Standards for excellence in adoption services*. Washington, DC: Author.
- Child Welfare League of America (2009). *Foster PRIDE/Adopt PRIDE – Preservice training for foster and adoptive parents. Trainer's guide*. Washington, DC: Author.
- ChildONEurope (2008). *Directrices sobre los servicios post-adopción*. Madrid, España: Ministerio de Educación, Política Social y Deporte, Subdirección General de Información y Publicaciones.
- Children's Bureau (2004). *The adoption home study process*. Washington, DC: National Adoption Information Clearinghouse (NAIC).
- Christenson, B., & McMurtry, J. (2007). A comparative evaluation of preservice training of kinship nonkinship foster/adoptive families. *Child Welfare*, 86(2), 125-140.
- Cicchetti, D. (2006). Development and psychopathology. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Theory and method* (Vol. 1, 2nd ed., pp. 1-23). New York, NY: John Wiley & Sons.
- Cicchetti, D., & Cohen, D. J. (1995). Perspectives on developmental psychopathology. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Theory method* (Vol.1, pp. 3-20). New York, NY: Wiley.

- Clawson, A. (1962). *The bender visual motor gestalt for children: A manual*. Beverly Hills, CA: Western Psychological Services.
- Coakley, J. F. (2005). *Finalized adoption disruption: A family perspective* (Doctoral dissertation). Available from ProQuest Dissertations and Theses database. (UMI No. 3210544).
- Coakley, J. F., & Berrick, J. D. (2008). Research review: In a rush to permanency. Preventing adoption disruption. *Child & Family Social Work*, 13(1), 101-112. doi: 10.1111/j.1365-2206.2006.00468.x
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioural sciences*. New York, NY: Academic Press.
- Cohen, J. S. (1981). *Adoption breakdown with older children*. Canada: University of Toronto.
- Cohen, N. J., Coyne, J. C., & Duvall, J. D. (1996). Parents' sense of "entitlement" in adoptive and nonadoptive families. *Family Process*, 35(4), 441-456. doi: 10.1111/j.1545-5300.1996.00441.x
- Collins, N., & Read, S. (1990). Adult attachment relationships, working models and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(4), 644-683. doi: 10.1037//0022-3514.58.4.644
- Colvert, E., Rutter, M., Kreppner, J., Beckett, C., Castle, J., Groothues, C., . . . Sonuga-Barke, E. J. S. (2008). Do theory of mind and executive function deficits underlie the adverse outcomes associated with profound early deprivation?: Findings from the English and Romanian adoptees study. *Journal Of Abnormal Child Psychology*, 36(7), 1057-1068. doi: 10.1007/s10802-008-9232-x
- Connors, K. C. (1990a). *Manual for Connors' parent rating scales*. North Tonowanda, NY: Multi-Health Systems.
- Connors, K. C. (1990b). *Manual for Connors' teaching rating scales*. North Tonowanda, NY: Multi-Health Systems.
- Consortium for Children (2005). *SAFE: Structured analysis family evaluation. Desk guide to the psychosocial inventory*. San Rafael, CA: Author.
- Consortium for Children (2008a). *Structured analysis family evaluation. SAFE questionnaire I*. San Rafael, CA: Author.
- Consortium for Children (2008b). *Structured analysis family evaluation. SAFE questionnaire II*. San Rafael, CA: Author.
- Consortium for Children (2008c). *Structured analysis family evaluation: SAFE psychosocial inventory*. San Rafael, CA: Author.

- Corman, L. (1981a). *Le test PN - Tome 1 - Manuel*. Paris, France: PUF.
- Corman, L. (1981b). *Le test PN - Tome 2- Le complexe de oedipe*. Paris, France: PUF.
- Corman, L. (1981c). *Le test PN - Tome 3 - La règle d'investissement*. Paris, France: PUF.
- Costa, M. (2011). *Parentalidade e sentido de família em famílias adotivas: Uma análise de narrativas* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia - Universidade de Lisboa, Portugal). Acedida em <http://hdl.handle.net/10451/6908>
- Costa, P. T., & McCae, R. R. (1992). *Revised NEO personality inventory (NEO PI-R) and NEO five-factor inventory (NEO-FFI): Professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Courtney, A. (2000). Loss and grief in adoption: The Impact of contact. *Adoption & Fostering*, 24(2), 33-44. doi:10.1177/030857590002400206
- Cousins, J. (2003). Are we missing the match? Rethinking adopter assessment and child profiling. *Adoption & Fostering*, 27(4), 7-18. doi:10.1177/030857590302700403
- Cousins, J. (2010). *Pushing the boundaries of assessment: New techniques for preparing applicants and evidencing "suitability"*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Cox, J. W., & Hassard, J. (2005). Triangulation in organizational research: A re-presentation. *Organization*, 12(1), 109-133. doi: 10.1177/1350508405048579
- Coyne, A., & Brown, M. E. (1985). Developmentally disabled children can be adopted. *Child Welfare*, 54(6), 607-615.
- Crea, T. M., Barth, R. P., & Chintapalli, L. K. (2007). Home study methods for evaluating prospective resource families: History, current challenges, and promising approaches. *Child Welfare: Journal of Policy, Practice, and Program*, 86(2), 141-159.
- Crea, T. M., Barth, R. P., Chintapalli, L. K., & Buchanan, R. L. (2009a). The implementation and expansion of SAFE: Frontline responses and the transfer of technology to practice. *Children and Youth Services Review*, 31(8), 903-910. doi: 10.1016/j.childyouth.2009.04.00
- Crea, T. M., Barth, R. P., Chintapalli, L., & Buchanan, R. L. (2009b). Structured home study evaluations: Perceived benefits of safe versus conventional home studies. *Adoption Quarterly*, 12(2), 78-99. doi: 10.1080/10926750902978824
- Crea, T. M., Griffin, A., & Barth, R. P. (2011). The intersection of home study assessments and child specific recruitment: The performance of home studies in practice. *Children and Youth Services Review*, 33(1), 28-33. doi: 10.1016/j.childyouth.2010.08.008

- Creste, L. P., Orozco, A. G., Lucena, M. O., & Huelin, M. J. (2007). *Adoptar, integrar y educar: Una guía de orientación para educadores y familias* (2ª ed.) Madrid, España: Instituto Madrileño del Menor y la Familia, Comunidad de Madrid. Acedido em <http://www.afadena.es/wp-content/uploads/2010/10/ADOPTAR-INTEGRAR-EDUCAR.pdf>
- CRSS Norte/SSR Porto (2000). *Outros filhos, os mesmos direitos: Estudo sobre a problemática da adopção no distrito do Porto de 1988 a 1997*. Porto, Portugal: Gráfica Maia Douro.
- Curral, R., Dourado, F., Roma Torres, A., Barros, H., Palha, A., & Almeida L. (1999). Coesão e adaptabilidade familiares numa amostra portuguesa: Estudo com o Faces III. *Psiquiatria Clínica*, 20(3), 213-217.

D

- Dance, C., Ouwejan, D., Beecham, J., & Farmer, E. (2010). *Adoption agency linking and matching: A survey of adoption agency practice in England and Wales*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Dance, C., & Rushton, A. (2005). Predictors of outcome for unrelated adoptive placements made during middle childhood. *Child & Family Social Work*, 10(4), 269-280. doi: 10.1111/j.1365-2206.2005.00357.x
- Daly, K. J. (1994). Adolescent perceptions of adoption: Implications for resolving an unplanned pregnancy. *Youth & Society*, 25(3), 330-350. doi: 10.1177/0044118x94025003002
- Dave Thomas Foundation for Adoption (2002). *2002 National Adoption Attitudes Survey – Research report*. New York, NY: The Evan B. Donaldson Adoption Institute. Retrieved from [www.adoptioninstitute.org/survey/Adoption Attitudes Survey.pdf](http://www.adoptioninstitute.org/survey/Adoption%20Attitudes%20Survey.pdf)
- Decreto-Lei n.º 44287, de 20 de Abril de 1962.
- Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966.
- Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro.
- Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Novembro.
- Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de Maio.
- Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio.
- Decreto-Lei n.º 120/98, de 8 de Maio.
- Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro.
- Degani, N., Lowenstein, A., & Buchbinder, E. (2007). *Grandparents relate to adopted grandchildren the same as biological*. Retrieved from <http://seniorjournal.com/NEWS/Grandparents/2007/7-04-16-GrandparentsRelate.htm>

- Department for Education and Skills (2006). *Preparing and assessing prospective adopters: Practice guidance*. Nottingham, England: Author.
- Department of Economic and Social Affairs of the United Nations (2009). *Child adoption: Trends and policies*. New York, NY: United Nations.
- Department of Health (2000). *The framework for the assessment of children in need and their families*. London, England: The Stationery Office.
- DePelchin Children's Center. (2004a). *TSAAS training child instrument: Item book*. Houston, TX: Author.
- DePelchin Children's Center. (2004b). *TSAAS training parent instrument: Item book*. Houston, TX: Author.
- Derdeyn, A. P., & Graves, C. L. (1998). Clinical vicissitudes of adoption. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 7(2), 373-388.
- Despacho nº 9016/2012 de 4 de julho.
- Diniz, J. (1997). *Este meu filho que eu não tive: A adoção e os seus problemas* (2ª ed.). Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- Direcção Geral da Segurança Social (2004). *Manual de procedimentos da adoção*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Dixon-Woods, M., Booth, A., & Sutton, A. (2007). Synthesizing qualitative research: A review of published reports. *Qualitative Research*, 7(3), 375-422. doi: 10.1177/1468794107078517
- Domingo, J. O. (2006). Familia adoptiva y cambios en la organización familiar tradicional. *Papers*, 81, 171-185.
- Domingos, S. B. (2010). *A construção da identidade adoptiva em adultos emergentes adoptados portugueses : Um estudo exploratório* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto, Portugal.
- Domingues, M. (2011). *O tribunal decidiu: "Vou ter uma nova família!"*. Programa de preparação da criança para a adoção – Estudo exploratório (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal.
- Domingues, S. (2010). *A construção da identidade adoptiva em adultos emergentes adoptados portugueses: Um estudo exploratório* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal.

- Dorsey, S., Farmer, E. M. Z., Barth, R. P., Greene, K. M., Reid, J., & Landsverk, J. (2008). Current status and evidence base of training for foster and treatment foster parents. *Children and Youth Services Review*, 30(12), 1403-1416. doi: 10.1016/j.childyouth.2008.04.008
- Duarte, T. (2009). *A possibilidade da investigação a 3: Reflexões sobre a triangulação (metodológica)*. CIES e-Workings Papers (ISSN 1647-0893). Acedido em http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP60_Duarte_003.pdf

E

- Elbow, M., & Knight, M. (1987). Adoption disruption: Losses, transitions, and tasks. *Social Casework*, 68, 546-552.
- Engle, P. Castle, S., & Menon, P. (1996). Child development: Vulnerability and resilience. *Social Science & Medicine*, 43(5), 621-635. doi: 10.1016/0277-9536(96)00110-4
- Epstein, L., & Heymann, I. (1967). Some decisive processes in adoption for older children. *Child Welfare*, 46(5), 5-9.
- Erich, S., & Leung, P. (1998). Factors contributing to family functioning of adoptive children with special needs: A long term outcome analysis. *Children and Youth Services Review*, 20(1-2), 135-150. doi:10.1016/S0190-7409(97)00070-4
- Erich, S., & Leung, P. (2002). The impact of previous type of abuse and sibling adoption upon adoptive families. *Child Abuse & Neglect*, 26(10), 1045-1058. doi: 10.1016/S0145-2134(02)00374-5
- Evan B. Donaldson Adoption Institute (2004). *What's working for children: A policy study of adoption stability and termination*. New York, NY: Author. Retrieved from http://www.adoptioninstitute.org/publications/Disruption_Report.pdf
- Exner, J. E. (1986). *The Rorschach: A comprehensive system: Basic foundations* (Vol. 1., 2nd ed.). New York, NY: Wiley.
- Eysenck, H., & Eysenck, S. (1964). *Manual of the personality inventory*. England: University of London.

F

- Fahlberg, V. I. (1994). *A child's journey through placement*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Farber, M. L. Z., Timberlake, E., Mudd, H. P., & Cullen, L. (2003). Preparing parents for adoption: An agency experience. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 20(3), 175-196. doi: 10.1023/a:1023605811888

- Farmer, E., Dance, C., Beecham, J., Bonin, E., & Ouwejan, D. (2010). *An investigation of family finding and matching in adoption – briefing paper*. London, England: Department for Education.
- Fein, E., Davies, L. J., & Knight, G. (1979). Placement stability in foster care. *Social Work*, 24(2), 156-157. doi:10.1093/sw/24.2.156
- Fernández, M. (2004). Los estudios españoles sobre adopción y acogimiento familiar 1974-2004. *Boletín de Psicología*, 81, 7-31.
- Fernández, M., González, A., Goicoechea, M., De la Morena, M., Quintana, I., Linero, M., Fuentes, M., & Barajas, C. (2001). Preparación y asesoramiento a los niños y niñas en los acogimientos preadoptivos. *Intervención Psicosocial*, 10(1), 105-115.
- Ferreira, J. (2010). *Comunicação e compreensão sobre a adoção: relação com o ajustamento psicológico - a voz da criança adotada* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal.
- Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração...Adopção e comportamento parental. *Análise Psicológica*, 2(22), 399-411.
- Festinger, T. (1986). *Necessary risk: A study of adoptions and disrupted adoptive placements*. Washington, DC: Child Welfare League of America.
- Festinger, T. (1990). Adoption Disruption. In D. M. Brodzinsky & M. D. Schechter (Eds.), *The psychology of adoption* (pp. 201-218). New York, NY: Oxford University Press.
- Festinger, T. (2005). Adoption disruption: Rates, correlates and service needs. In G. P. Mallon & P. Hess (Eds.), *Child welfare for the 21st century: A handbook of children, youth, and family services—Practices, policies, and programs* (pp. 452-466). New York, NY: Columbia University Press.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3rd ed.). London, England: Sage.
- Fielding, N., & Schreier, M. (2001). Introduction: On the compatibility between qualitative and quantitative research methods. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 2(1). Retrieved from <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/965/2107>
- Fife-Schaw, C. (2006). Levels of measurement. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw, & J. A. Smith (Eds.), *Research methods in psychology* (3rd ed., pp. 50-63). London, England: Sage.

- Finch, W. (2005). Comparison of the performance of nonparametric and parametric MANOVA test statistics when assumptions are violated. *Methodology: European Journal of Research Methods for the Behavioral and Social Sciences*, 1(1), 27-38. doi: 10.1027/1614-1881.1.1.27
- Fish, A., & Speirs, C. (1990). Biological parents choose adoptive parents: The use of profiles in adoption. *Child Welfare*, 69(2), 129-139.
- Fisher, A. P. (2003). Still “not quite as good as having your own”? *Annual Review of Sociology*, 29(1), 335-361. doi: 10.1146/annurev.soc.29.010202.100209
- Fitzgerald, J. (1985). When adoption fails: Understanding disruption. *Journal of the Royal Society of Health*, 105(4), 133-138. doi:10.1177/146642408510500410
- Fleitlich, B., Loureiro, M. J., Fonseca, A., & Gaspar, F. (2004). *Questionário do SDQ, versão traduzida e adaptada para a população portuguesa*. Acedido em <http://www.sdqinfo.com/d23ahtml>
- Flick, U. (1999). *An introduction to qualitative research*. London, England: SAGE.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa, Portugal: Monitor.
- Fonseca, A. C., Ferreira, J., Simões, A., Rebelo, J., & Cardoso, F. (1996). A escala revista de Conners para professores (Conners- 28): Dados normativos para a população escolar portuguesa. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 30(3), 83-107.
- Fonseca, A. C., & Monteiro, C. M. (1999). Um inventário de problemas do comportamento para crianças e adolescentes: O youth self-report de Achenbach. *Psychologica*, 21, 79-96.
- Fonseca, A. C., Simões, A., Rebelo, J. A., Ferreira, J. A., & Cardoso, F. (1994). Um inventário de competências sociais e de problemas do comportamento em crianças e adolescentes: O child behavior checklist de Achenbach (CBCL). *Psychologica*, 12, 55-78.
- Fonseca, A. C., Simões, A., Rebelo, J. A., Ferreira, J. A., & Cardoso, F. (1995). O inventário de comportamentos da criança para professores — Teachers report form (TRF). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 29(2), 81-102.
- Fonseca, A. C., Ferreira, J. A. A., Simões, A., Rebelo, J. A., & Cardoso, F. (1996). A escala revista de Conners para professores (Conners-28): Dados normativos para a população escolar portuguesa. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 30(3), 83-107.
- Forbes, H., & Dziegielewski, S. F. (2003). Issues facing adoptive mothers of children with special needs. *Journal of Social Work*, 3(3), 301-320. doi: 10.1177/1468017303333003
- Frankenburg, W. K., & Dobbs, J. B. (1967). The Denver developmental screening test. *The Journal of Pediatrics*, 71(2), 181–191. doi: 10.1016/S0022-3476(67)80070-2

- Freundlich, M., Heffernan, M., & Jacobs, J. (2004). Interjurisdictional placement of children in foster care. *Child Welfare*, 83(1), 5-26.
- Fuentes, M. J., & Fernández, M. (2004). Preparar a los niños y niñas para la adopción. *Bienestar y Protección Infantil*, 3(1), 37 – 64.
- Fuentes, M. J., González, A. M., Linero, M. J., Barajas, C., De La Morena, L., Quintana, I., Goicoechea, A., & Fernández, M. (2001). Variables familiares que dificultan el acogimiento preadoptivo. Seguimiento y orientación familiar. *Infancia y Aprendizaje*, 24(2), 147-163. doi:10.1174/021037001316920708

G

- Galego, C., & Gomes, A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: O “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 55, 173 – 184.
- Geen, R., Malm, K., & Katz, J. (2004). A study to inform the recruitment and retention of general applicant adoptive parents. *Adoption Quarterly*, 7(4), 1-28. doi: 10.1300/J145v07n04_01
- George, C., Kaplan, N., & Main, M. (1985). *The adult attachment interview*. Unpublished manuscript. CA: Department of Psychology, University of California at Berkeley.
- Gerstenzang, S., & Freundlich, M. (2006). *Finding a fit that will last a lifetime: A guide to connecting adoptive families with waiting children. Answering the Call*. Washington, DC: AdoptUsKids. Retrieved from [http:// www.adoptuskids.org/images/resourceCenter/FindingAFit.pdf](http://www.adoptuskids.org/images/resourceCenter/FindingAFit.pdf)
- Gibson, A., Howard, J., & Lea-Jones, G. (2005). *Effectiveness of adoption match program*. Retrieved from http://chfs.ky.gov/nr/rdonlyres/44a3118b-4456-4f1c-b7d1-5abc09bbd56b/0/2005fspermanencygibson_allison.pdf
- Gilgun, J. F., & Keskinen, S. (2005). *The Hennepin county adoption project: A five year collaboration between Hennepin county human services and public health department and the university of Minnesota, Twin Cities, School of Social Work; Final report*. St. Paul, MN: University of Minnesota, Twin Cities.
- Gill, M. M. (1978). Adoption of older children: The problems faced. *Social Casework*, 59(5), 272-278.
- Glidden, L. (1991). Adopted children with developmental disabilities: Post-placement family functioning. *Children and Youth Services Review*, 13(5-6), 363-377. doi: 10.1016/0190-7409(91)90026-E

- Goerge, R. M., Howard, E. C., Yu, D., & Radomsky, S. (1996). *Adoption, disruption, and displacement in the child welfare system, 1976-94*. IL: University of Chicago, Chapin Hall Center for Children.
- Gonçalves, O. F. (2000). *Viver narrativamente: A psicoterapia como adjectivação da experiência*. Coimbra, Portugal: Quarteto.
- Gonçalves, M. M., Morais, A. P., Pinto, H., & Machado, C. (1999). Teste aperceptivo de Roberts para crianças (R. A.T.C.). In M. R. Simões, M. M. Gonçalves, & L. S. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (Vol.2, pp. 185-198). Braga, Portugal: APPORT, SHO.
- González, A., Fuentes, M., Linero, M., Barajas, C., Morena, M., Quintana, I., Goicoechea, M., & Fernández, M. (2001). Análisis de los conflictos durante el periodo de acogimiento preadoptivo. Orientaciones psicoeducativas. *Infancia y Aprendizaje*, 24(1), 81-93. doi:10.1174/021037001316899938
- Goodman, R. (1997). The strengths and difficulties questionnaire: A research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(5), 581-586. doi: 10.1111/j.1469-7610.1997.tb01545.x
- Goodman, J. F., & Kim, S. S. (2000). "Outcomes" of adoptions of children from India: A subjective versus normative view of "success". *Adoption Quarterly*, 4(2), 3-27. doi: 10.1300/J145v04n02_02
- Gray, K. (2003). *O coelhinho tremeliques*. Vila Nova de Gaia, Portugal: Gailivro.
- Greene, J., Caracelli, V., & Graham, W. (1989). Toward a conceptual framework for mixed-method evaluation designs. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11(3), 255-274. doi: 10.3102/01623737011003255
- Grosett, M. -E. H. (2005). *Factors associated with special needs adoption disruption* (Doctoral dissertation). Available from ProQuest Dissertations and Theses database. (UMI No. 3189218).
- Grotevant, H. D., Perry, Y. V., & McRoy, R. G. (2005). Openess in adoption: Outcomes for adolescents within their adoptive kinship networks. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption: Research and practice* (pp. 167 – 186). New York, NY: Greenwood.
- Groze, V. (1986). Special-needs adoption. *Children and Youth Services Review*, 8, 363-375. doi: 10.1016/0190-7409(86)90005-8
- Groze, V. (1994). Clinical and nonclinical adoptive families of special-needs children. *Families in Society*, 75(2), 90-104.

- Groze, V. (1996). *Successful adoptive families - A longitudinal study of special needs adoption*. Westport, CT: Praeger.
- Gunnar, M. R., van Dulmen, M. H. M., & The International Adoption Project Team (2007). Behavior problems in postinstitutionalized internationally adopted children. *Development and Psychopathology*, 19(1), 129-148. doi:10.1017/s0954579407070071
- Gutman, L., Sameroff, A., & Cole, R. (2003). Academic growth curve trajectories from 1st grade to 12th grade: Effects of multiple social risk factors and preschool child factors. *Developmental Psychology*, 39(4), 777-790. doi: 10.1037/0012-1649.39.4.777

H

- Haggerty, R., Sherrod, L., Garmezy, N., & Rutter, M. (1996). *Stress, risk, and resilience in children and adolescents*. England: Cambridge University Press.
- Hampson, R. B. (1988). Special foster care for exceptional children: A review of programs and policies. *Children and Youth Services Review*, 10(1), 19-41. doi: 10.1016/0190-7409(88)90015-1
- Hanna, M. D. (2008). Preparing school age children for adoption. *Adoption Quarterly*, 10(2), 1-32. doi: 10.1300/J145v10n02_01
- Hanna, M. D., & McRoy, R. G. (2011). Innovative practice approaches to matching in adoption. *Journal of Public Child Welfare*, 5(1), 45-66. doi: 10.1080/15548732.2011.542722
- Harnott, C., & Humphreys, H. (2004). *Permanence planning: Notes for practitioners*. London, England: Social Care Institute for Excellence.
- Harper, J. (1994). Counselling issues in intercountry adoption disruption. *Adoption & Fostering*, 18(2), 20-26. doi:10.1177/030857599401800207
- Harrison, J. (1988). Making life books with foster and adoptive children. In C. E. Schaefer (Ed.), *Innovative interventions in child and adolescent therapy* (pp. 377-399). New York, NY: John Wiley & Sons.
- Hawkins, A., Beckett, C., Rutter, M., Castle, J., Colvert, E., Groothues, C., . . . Sonuga-Barke, E. (2008). Communicative openness about adoption and interest in contact in a sample of domestic and intercountry adolescent adoptees. *Adoption Quarterly*, 10(3/4), 131-156. doi:10.1080/10926750802163220
- Hegar, R. L. (2005). Sibling placement in foster care and adoption: An overview of international research. *Children and Youth Services Review*, 27(7), 717-739. doi: 10.1016/j.childyouth.2004.12.018

- Henry, D. L. (1999). Resilience in maltreated children: Implications for special needs adoption. *Child Welfare*, 78(5), 519-540.
- Henry, D. L. (2005). The 3-5-7- model: Preparing children for permanency. *Children and Youth Services Review*, 27(2), 197-212. doi: 10.1016/j.childyouth.2004.09.002
- Herrick, M. A., & Piccus, W. (2009). Sibling connections: The importance of nurturing sibling bonds in foster care system. In D. N. Silverstein & S. L. Livingston (Eds.), *Siblings in adoption and foster care: Traumatic separations and honored connections* (pp. 27-42). Westport, CT: Praeger.
- Hilborn, R. (2005). *Teacher's guide to adoption* (2nd ed.). Retrieved from <http://www.familyhelper.net/ad/adteach.html>
- Hindle, D. (2000). Assessing children's perspectives on sibling placements in foster or adoptive homes. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 5(4), 613-625. doi: 10.1177/1359104500005004014
- Hoksbergen, R. (1996). *Child adoption: A guidebook for adoptive parents*. London, England: Jessica Kingsley.
- Holloway, J. S. (1997). Outcome in placements for adoption or long term fostering. *Archives of Disease in Childhood*, 76(3), 227-230. doi:10.1136/ad.76.3.227
- Hopkins, P. E. (2007). Thinking critically and creatively about focus groups. *Area*, 39(4), 528-535. doi: 10.1111/j.1475-4762.2007.00766.x
- Horner, R. (2000). A practitioner looks at adoption research. *Family Relations*, 49(4), 473-477. doi: 10.1111/j.1741-3729.2000.00473.x
- Howe, D. (1997). Parent-reported problems in 211 adopted children: Some risk and protective factors. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines*, 38(4), 401-411. doi: 10.1111/j.1469-7610.1997.tb01525.x
- Howe, D., & Feast, J. (2000). *Adoption, search and reunion: The long term experience of adopted adults*. London, England: The Children's Society.
- Howe, D., & Feast, J. (2001). The long-term outcome of reunions between adult adopted people and their birth mothers. *British Journal of Social Work*, 31(3), 351-368. doi: 10.1093/bjsw/31.3.351
- Hughes, D. A. (1999). Adopting children with attachment problems. *Child Welfare: Journal of Policy, Practice, and Program*, 78(5), 541-560.

- Huitt, W., & Hummel, J. (2003). Piaget's theory of cognitive development. *Educational Psychology Interactive*. Valdosta, GA: Valdosta State University. Retrieved from <http://www.edpsycinteractive.org/topics/cognition/piaget.html>
- I
- Imig, D. R. (1993). Family stress: Paradigms and perceptions. *Family Science Review*, 6, 125–136.
- Imig, D. R., & Phillips, R. G. (1992). Family theory: The family regime assessment scale (FRAS). *Family Science Review*, 5, 217–234.
- INE, & Pordata (s.d. a). *Indicadores de fecundidade: Índice sintético de fecundidade e taxa bruta de reprodução – Portugal. Número médio de filhos por mulher*. Acedido em <http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+Indice+sintetico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reproducao-416>
- INE, & Pordata (s.d. b). *Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho em Portugal*. Acedido em <http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805>
- Instituto de Segurança Social, I. P. (2007a). *Manual de processos-chave: Centro de Acolhimento Temporário*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Instituto de Segurança Social, I. P. (2007b). *Manual de processos-chave: Lar de Infância e Juventude*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Instituto de Segurança Social, I. P. (2009). *Manual de processos-chave: Família de Acolhimento*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2010). *Plano de intervenção imediata: Relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2009*. Lisboa: Autor.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2012). *CASA 2011– Relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Instituto da Segurança Social, I. P., & FPCEUP (2009). *Plano de formação para a adoção*. Texto policopiado. Lisboa, Portugal: Instituto da Segurança Social, I. P.
- Instituto da Segurança Social, I. P., & FPCEUP (2010). *Plano de formação para a adoção*. Texto policopiado. Lisboa, Portugal: Instituto da Segurança Social, I. P.
- International Social Service (2006). *Fact sheet nº25. Matching: Conditions and criteria*. Retrieved from www.iss-ssi.org/2009/assets/files/thematic-facts-sheet/eng/25.matching.eng.pdf

Iowa Foster and Adoptive Parents Association (n.d.). *Adoption basics for educators: How adoption impacts children & how educators can help*. Retrieved from http://www.ifapa.org/pdf_docs/AdoptionBasicsforEducators.pdf

J

Jack, A. T. (2008). La integración escolar del menor adoptado. In E. R. Vieites (Coord.), *La intervención pedagógica en la adopción*. Lugo, España: Axac. Acedido em <http://www.apega.org/attachments/article/278/laintervencion.pdf>

Jackson, R. P., & Wasserman, K. (1997). *Parents as tender healers: A curriculum for foster, adoptive, and kinship care parents trainer's guide*. Southfield, MI: Spaulding for Children.

Jewett, C. (1978). *Adopting the older child*. Harvard, MA: The Harvard Common Press.

Johnson, T. C. (1990). Important tools for adoptive parents of children with touching problems. In J. McNamara & R. McNamara (Eds.), *Adoption and the sexually abused child* (pp. 63-75). Portland, ME: Human Services Development Institute, University of Southern Maine.

Jones, M. L. (1979). Preparing the school-aged child for adoption. *Child welfare*, 58(1), 27-34.

Juffer, F., Palacios, J., Le Mare, L., S, Tieman, W., Bakermans-Kranenburg, M. J., . . . Verhulst, F. C. (2011). II. Development of adopted children with histories of early adversity. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76(4), 31-61. doi: 10.1111/j.1540-5834.2011.00627.x

Juffer, F., & Tieman, W. (2009). Being adopted: Internationally adopted children's interest and feelings. *International Social Work*, 52(5), 635-647. doi: 10.1177/0020872809337682

Juffer, F., & van Ijzendoorn, M. H. (2005). Behavior problems and mental health referrals of international adoptees: A meta-analysis. *JAMA: Journal of the American Medical Association*, 293(20), 2501-2515. doi:10.1001/jama.293.20.2501.

Juffer, F., & van Ijzendoorn, M. H. (2007). Adoptees do not lack self-esteem: A meta-analysis of studies on self-esteem of transracial, international, and domestic adoptees. *Psychological Bulletin*, 133(6), 1067-1083. doi: 10.1037/0033-2909.133.6.1067

K

Kadushin, A., & Seidl, F. W. (1971). Adoption failure: A social work postmortem. *Social Work*, 16, 32-38. doi: 10.1093/sw/16.3.32

Kagan, R. M. (1980). Using redefinition and paradox with children in placement who provoke rejection. *Child Welfare*, 59 (9), 551-559.

- Kagan, R. M., & Reid, W. J. (1986). Critical factors in the adoption of emotionally disturbed youths. *Child Welfare*, 65(1), 63-73.
- Kang, H., & Poertner, J. (2006). Inter-rater reliability of the Illinois structured decision support protocol. *Child Abuse and Neglect*, 30(6), 679-689. doi: 10.1016/j.chiabu.2005.12.004
- Kaniuk, J., & Simmonds, J. (2004). Responses to 'Are we missing the match?' Rethinking adopter assessment and child profiling. *Adoption & Fostering*, 28(1), 70-72. doi:10.1177/030857590402800109
- Kaniuk, J., Steele, M., & Hodges, J. (2004). Report on a longitudinal research project, exploring the development of attachments between older, hard-to-place children and their adopters over the first two years of placement. *Adoption & Fostering*, 28(2), 61-67. doi:10.1177/030857590402800208
- Katz, L. (1977). Older child adoptive placement: A time of family crisis. *Child Welfare*, 56(3), 165-171
- Katz, L. (1980). Adoption counseling as a preventive mental health specialty. *Child Welfare*, 59(3), 161-167.
- Katz, L. (1986). Parental stress and factors for success in older-child adoption. *Child Welfare*, 65(6), 569-578.
- Kaufman, J., & Zigler, E. (1987). Do abused children become abusive parents? *American Journal of Orthopsychiatry*, 57(2), 186-92. doi: 10.1111/j.1939-0025.1987.tb03528.x
- Kaye, K. (1990). Acknowledge or rejection of differences? In D. M. Brodzinsky & M. D. Schechter (Eds.), *The psychology of adoption* (121-143). New York, NY: Oxford University Press.
- Keagy, E. J., & Rall, B. A. (2007). The special needs of special-needs adoptees and their families. In: R. A. Javier, A. L. Baden., F. A. Biafora, & A. Camacho-Gingerich (Eds.), *Handbook of adoption. Implications for researchers, practitioners and families* (pp. 217-227). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Keck, G., & Kupecky, R., (2009). *Adopting the hurt child: Hope for families with special-needs kids: A guide for parents and professionals*. Colorado Springs, CO: NavPress.
- Keefer, B., & Schooler, J. E. (2000). *Telling the truth to your adopted or foster child*. London, England: Gergin & Garvey.
- Kelle, U., & Erzberger, C. (2004). Qualitative and quantitative methods: Not in opposition. In U. Flick, E. V. Kardorff, & I. Steinke (Eds.), *A companion to qualitative research* (pp. 172 – 177). London, England: Sage.

- Keskinen, S., & Gilgun, J. (2005). *Hennepin county adoption project: Matching tools user guide and glossary*. MN: Hennepin County Human Services and Public Health Departments.
- Kirby, K. M., & Hardesty, P. H. (1998). Evaluating older pre-adoptive foster children. *Professional Psychology: Research and Practice*, 29(5), 428-436. doi: 10.1037/0735-7028.29.5.428
- Kirk, H.D. (1964). *Shared fate: A theory and method of adoptive relationships*. New York, NY: Free Press.
- Kirk, H. D. (1985). *Adoptive kinship. A modern institution in need of reform. Revised and enlarge*. Port Angeles, WA: Ben-Simon Publications.
- Keefer, B., & Schooler, J. E. (2000). *Telling the truth to your adopted or foster child. Making sense of the past*. Westport, CT: Bergin y Garvey.
- Kline, S. L., Karel, A. I., & Chatterjee, K. (2006). Covering adoption: General depictions in broadcast news. *Family Relations*, 55(4), 487-498. doi: 10.1111/j.1741-3729.2006.00417.x
- Kübler-Ross (2009). *On death and dying: What the dying have to teach doctors, nurses, clergy and their own families* (40th anniversary ed.). London, England: Routledge.

L

- Lathi, J. (1982). A follow-up study of foster children in permanent placements. *Social Service Review*, 56(4), 556-571. doi: 10.1086/644047
- Lazarus, R. S., DeLongis, A., Folkman, S., & Gruen, R. (1985). Stress and adaptational outcomes: The problem of confounded measures. *American Psychologist*, 40(7), 770-779. doi: 10.1037/0003-066x.40.7.770
- Leathers, S. (2005). Separation from siblings: Associations with placement adaptation and outcomes among adolescents in long-term foster care. *Children and Youth Services Review*, 27(7), 793–819. doi: 10.1016/j.childyouth.2004.12.015
- Lebner, A. (2000). Genetic "mysteries" and international adoption: The cultural impact of biomedical technologies on the adoptive family experience. *Family Relations*, 49(4), 371-377. doi: 10.1111/j.1741-3729.2000.00371.x
- Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.
- Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro.
- Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto.
- Lei n.º 103/2009, de 11 de Setembro.

- Leon, I. G. (2002). Adoption losses: Naturally occurring or socially constructed? *Child Development*, 73(2), 652-663. doi: 10.1111/1467-8624.00429
- Leung, P., & Erich, S. (2002). Family functioning of adoptive children with special needs: Implications of familial supports and children characteristics. *Children and Youth Services Review*, 24(11), 799-816. doi:10.1016/S0190-7409(02)00240-2
- Levy-Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Developmental Psychology*, 27(1), 131-140. doi: 10.1037/0012-1649.27.1.131
- Lima, M. P., & Simões, A. (2000). *NEO-PI-R, Inventário de personalidade neo revisto. Manual profissional*. Lisboa, Portugal: CEGOC.
- Lúcio, L. (2011, Novembro). *A adoção e a busca da identidade*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional de Adopção – Família e Adopção: Construção da identidade, Lisboa.
- Luthar, S. (2006). Resilience in development: A synthesis of research across five decades. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (pp.740-795). New York, NY: Wiley.
- M**
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2008). *Manual da escala de crenças sobre punição física (E.C.P.F.) e do inventário de práticas educativas parentais (I.P.E.)*(2ª ed.). Braga, Portugal: Psiquilíbrios Edições.
- Macomber, J., Zielewski, E., Chambers, K., & Green, R. (2005). *Foster care adoption in the United States: An analysis of interest in adoption and a review of state recruitment strategies*. Washington, DC: Urban Institute. Retrieved from <http://www.urban.org/publications/411254.html>
- Main, M., & Goldwyn, R. (1984). Predicting rejection of her infant from mother's representation of her own experience: Implications for the abused-abusing intergenerational cycle. *Child Abuse & Neglect*, 8(2), 203-217. doi: 10.1016/0145-2134(84)90009-7
- Marcenko, M. O., & Smith, L. K. (1991). Post-adoption needs of families adopting children with developmental disabilities. *Children and Youth Services Review*, 13(5-6), 413-424. doi: 10.1016/0190-7409(91)90029-H
- March, K. (1995). Perception of adoption as social stigma: Motivation for search and reunion. *Journal of Marriage and the family*, 57(3), 653-660. doi: 10.2307/353920

- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (5ª ed.). Pero Pinheiro, Portugal: ReportNumber.
- Marshall, C., & Rossman, G. B. (1999). *Designing qualitative research* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga, Portugal: Psiquilíbrios Edições.
- Martins, P. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: Representações sociais, modos e espaços* (Dissertação de doutoramento, Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho, Braga, Portugal). Acedida em <http://hdl.handle.net/1822/3238>
- Mascarenhas, M. C., & Alarcão, M. (2003). Famílias adoptivas e processo de adopção. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords). *Violência e vítimas de crimes: Crianças* (Vol. 2, 2ª ed., pp. 245-289). Coimbra, Portugal: Quarteto.
- Mason, J. (1996). *Qualitative researching*. London, England: Sage.
- Mateus, G., & Relvas, A. (2007). Adopção e parentalidade. In A. P. Relvas & M. Alarcão (Coords.), *Novas Formas de Família* (2ª ed., pp. 121-187). Coimbra, Portugal: Quarteto Editora.
- McArthur, D. S., & Roberts, G. E. (1982). *Manual for Roberts apperception test for children*. Los Angeles, CA: Western Psychological Services.
- McCubbin, H. I., & Patterson, J. M. (1983). The family stress process: The double ABCX model of adjustment and adaptation. *Marriage and Family Review*, 6(1-2), 7-37. doi: 10.1300/J002v06n01_02
- McDonald, T. P., Lieberman, A. A., Partridge, S., & Hornby, H. (1991). Assessing the role of agency services in reducing adoption disruptions. *Children and Youth Services Review*, 13(5-6), 425-438. doi: 10.1016/0190-7409(91)90030-L
- McDonald, T. P., Propp, J. R., & Murphy, K. C. (2001). The postadoption experience: Child, parent, and family predictors of family adjustment to adoption. *Child Welfare*, 80(1), 71-94.
- McGlone, K., Santos, L., Kazama, L., Fong, R., & Mueller, C. (2002). Psychological stress in adoptive parents of special-needs children. *Child Welfare: Journal of Policy, Practice, and Program*, 81(2), 151-171.
- McIntrurf, J. K. (1986). Preparing special-needs children for adoption through use a life book. *Child Welfare*, 65, 373-386.

- McMillen, J. C., & Groze, V. (1994). Using placement genograms in child welfare practice. *Child Welfare*, 73(4), 307-318.
- McMurtry, S. L. (1992). Evaluating efforts to free foster children for adoption. *Journal of Social Service Research*, 16(3-4), 89-117. doi: 10.1300/J079v16n03_05
- McRoy, R. G. (1999). *Special needs Adoption: Practice Issues*. New York, NY: Garland Publishing.
- McWey, L. (2000). I promise to act better if you let me see my family: Attachment theory and foster care visitation. *Journal of Family Social Work*, 5(1), 91-105. doi: 10.1300/J039v05n01_07
- Medina, M. I. G., Hernández, I. E., & Buceta, P. L. (2007). El CUIDA como instrumento para la valoración de la personalidad en la evaluación de adoptantes, cuidadores, tutores y mediadores. *Intervención Psicosocial*, 16(3), 393-407.
- Meezan, W., & Shireman, J. F. (1985). Antecedents to foster parent adoption decisions. *Children and Youth Services Review*, 7(2-3), 207-224. doi: 10.1016/0190-7409(85)90025-8
- Melina, L. (1998). *Raising adopted children*. New York, NY: Harper Collins.
- Miall, C. E. (1987). The stigma of adoptive parent status: Perceptions of community attitudes toward adoption and the experience of informal social sanctioning. *Family Relations*, 36(1), 34-39. doi: 10.2307/584644
- Miles, M., & Huberman, A. (1994). *Qualitative data analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Mitchell, C. (2010, novembro). Back to school: A guide to making schools and school assignments more adoption friendly. *National Council for Adoption, Adoption Advocate*, 27. Retrieved from http://www.adoptioncouncil.org/images/stories/NCFA_ADOPTION_ADVOCATE_NO27.pdf
- MN Adopt (n.d.). Fact sheet: Adoption-competent school assignments. Retrieved from <http://www.mnadopt.org/Factsheets/Adoption%20Competent%20School%20Assignments.pdf>
- Molina, M. F. (2002). Descripción del proceso de adaptación infantil en adopciones especiales. Dificultades y cambios observados por los padres adoptivos. *Anales de psicología*, 18(1), 151-168.
- Monteiro, A. (2011). *Relação avós-netos adotados: Impacto do envolvimento dos avós no processo de adoção na relação com o neto. Estudo exploratório* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal.

- Monteiro, J. (2009). *Adopção: Espera, integração e adaptação familiar. Perspectiva de pais e filhos. Um estudo exploratório* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal). Acedida em <http://hdl.handle.net/10216/53966>
- Morago, J. M., Cabeza, R. M., & Fernández, E. M. (2010). *Guía para trabajar la historia de vida con niños y niñas. Acogimiento familiar y residencial*. Sevilla, España: Consejería para la Igualdad y Bienestar Social. Junta de Andalucía.
- Morgan, D. L. (1997). *Focus groups as qualitative research* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Morgan, D. L. (1998). *Planning focus group – focus group kit* (Vol. 2). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Morse, J. (1994). Designing funded qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 220 – 235). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Müller, U., & Perry, B. (2001a). Adopted persons' search for and contact with their birth parents I: Who searches and why? *Adoption Quarterly*, 4(3), 5-37. doi: 10.1300/J145v04n03_02
- Müller, U., & Perry, B. (2001b). Adopted persons' search for and contact with their birth parents II: adoptee-birth parent contact. *Adoption Quarterly*, 4(3), 39-62. doi: 10.1300/J145v04n03_03
- Mullin, E. S., & Johnson, L. (1999). The role of birth/previously adopted children in families choosing to adopt children with special needs. *Child Welfare*, 78(5), 579-591.
- Mundaca, M. R., Rayo, I. G., & Angulo, P. D. (2000). Factores que influyen en el apego y la adaptación de los niños adoptados. *Revista de Psicología de la Universidad de Chile*, 1(9), 145-159.
- Munro, E. (2010). *The Munro review of child protection. Part one: A systems analysis*. London, England: Department for Education.
- Murray, H. A. (1943). *Thematic apperception test*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

N

- NACAC (2001). *National Adoption Month awareness guide*. Retrieved from <http://www.nacac.org/adoptalk/adoptionmonth.html>
- Nalavany, B. A., Ryan, S. D., Howard, J. A., & Smith, S. L. (2008). Preadoptive child sexual abuse as a predictor of moves in care, adoption disruptions, and inconsistent adoptive parent commitment. *Child Abuse & Neglect*, 32(12), 1084-1088. doi: 10.1016/j.chiabu.2008.07.001

- Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas: À procura do padrão que liga* (Dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Lisboa, Portugal.
- National Child Welfare Resource Center for Adoption (2007). *Adoption Competency Curriculum –ACC*. Southfield, MI: Author. Retrieved from <http://www.nrcadoption.org/resources/acc/trainers-guide/>
- Neil, E. (2009). Post-adoption contact and openness in adoptive parents' minds: Consequences for children's development. *British Journal of Social Work*, 39(1), 5-23. doi: 10.1093/bjsw/bcm087
- Neil, E. (2012). Making sense of adoption: Integration and differentiation from the perspective of adopted children in middle childhood. *Children & Youth Services Review*, 34(2), 409-416. doi: 10.1016/j.childyouth.2011.11.011
- Neilson, J. (1972). Placing older children in adoptive homes. *Children today*, 1(6), 7-13.
- Nelson, K. A. (1985). *On the frontier of adoption: A study of special-needs adoptive families*. New York, NY: Child Welfare League of America.
- Newton, R. R., & Rudestam, K. E. (1999). *Your statistical consultant: Answers to your data analysis questions*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Nickman, S. L. (1985). Losses in adoption: The need for dialogue. *Psychoanalytic Study of the Child*, 40, 365-398.
- Nickman, S. L., Rosenfeld, A. A., Fine, P., MacIntyre, J. C., Pilowsky, D. J., Howe, R.-A., . . . Sveda, S. A. (2005). Children in adoptive families: Overview and update. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 44(10), 987-995. doi: 10.1097/01.chi.0000174463.60987.69
- Nogueira, J. (2011, Outubro 17). Adopção: 108 crianças foram devolvidas. *Correio da manhã*. Acedido em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo-cm/108-criancas-foram-devolvidas>
- Noordegraaf, M., van Nijnatten, C., & Elbers, E. (2009). Assessing candidates for adoptive parenthood. Institutional re-formulations of biographical notes. *Children & Youth Services Review*, 31(1), 89-96. doi: 10.1016/j.childyouth.2008.06.001
- North American Council on Adoptable Children, National Foster Parent Association & AdoptUsKids (2008). *Taking a break: Creating foster, adoptive and kinship respite care in your community*. Retrieved from http://www.adoptuskids.org/_assets/files/NRCRRFAP/resources/taking-a-break-respite-guide.pdf

Nuñez, A. (2002). La preparación del niño para el acogimiento familiar: la teoría a la práctica. *Bienestar y Protección Infantil*, 1(3), 71 – 95.

O

Observatório Permanente da Adoção (2010). *Relatório de Actividades 2009/10 – Projectos 2010/11*. Documento não publicado. Coimbra, Portugal: Autor.

Olson, D. H., Portner, J., & Lavee, Y. (1985). *FACES III manual*. St. Paul, MN: Department of Family Social Sciences, University of Minnesota.

Olson, D. H., Sprenkle, D. H., & Russel, C. S. (1979). Circumplex model of marital and family systems: I. Cohesion and adaptability dimensions, family types and clinical applications. *Family Process*, 18(1), 3-28. doi: 10.1111/j.1545-5300.1979.00003.x

P

Pacifici, C., Delaney, R., White, L., Nelson, C., & Cummings, K. (2006). Web-based training for foster, adoptive, and kinship parents. *Children and Youth Services Review*, 28(11), 1329-1343. doi: 10.1016/j.childyouth.2006.02.003

Palacios, J. (1998). Familias adoptivas. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (353-371). Madrid, España: Alianza.

Palacios, J. (2008). *Manual para intervenciones profesionales en adopción internacional. Valoración de idoneidad, asignación de menores a familias y seguimiento postadoptivo*. Madrid, España: Ministerio de Educación, Política Social y Deportes.

Palacios, J. (2009). The ecology of adoption. In G. M. Wrobel & E. Neil (Eds.), *International advances in adoption research for practice* (pp. 71-94). New York, NY: Wiley.

Palacios, J. (2010). Familias adoptivas. In E. Arranz & A. Oliva (Coords), *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares* (pp. 51-67). Madrid, España: Ed. Pirâmide.

Palacios, J., & Amorós, P. (2006). Recent changes in adoption and fostering in Spain. *British Journal of Social Work*, 36(6), 921-935. doi: 10.1093/bjsw/bch363

Palacios, J., & Brodzinsky, D. (2005). Recent changes and future directions for adoption research. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption research and practice* (pp. 117-144). Westport, CT: Greenwood.

Palacios, J., & Brodzinsky, D. (2010). Adoption research: Trends, topics, outcomes. *International Journal of Behavioral Development*, 34(3), 270-284. doi: 10.1177/0165025410362837

- Palacios, J., León, E., Sánchez-Sandoval, Y., Amorós, P., Fuentes, N., & Fuertes, J. (2006). *Programa de formación para la adopción nacional*. Sevilla, España: Consejería para la Igualdad y Bienestar Social. Junta de Andalucía.
- Palacios, J., Sanchez-Espinoza, E., & Sanchez-Sandoval, Y. (1995). EPA – Entrevista sobre el Proceso de Adopción. *Psicología Evolutiva y de la Educación*. España: Universidade de Sevilla.
- Palacios, J., & Sánchez-Sandoval, Y. (2005). Beyond adopted/nonadopted comparisons. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption* (pp. 117-144). London, England: Praeger.
- Palacios, J., Sánchez-Sandoval, Y., & León, E. (2005). Intercountry adoption disruptions in Spain. *Adoption Quarterly*, 9(1), 35-55. doi:10.1300/J145v09n01_03
- Palacios, J., Sánchez-Sandoval, Y., & Sánchez-Espinosa, E. M. (1997). *La adopción en Andalucía*. Sevilla, España: Junta de Andalucía. Consejería de Asuntos Sociales. Dirección General de Atención al Niño.
- Parrondo, L. (2001). *Adoptar: Otra forma de ser padres*. Barcelona, España: Editorial Diagonal.
- Partridge, S., Hornby, H., & McDonald, T. (1986). *Learning from adoption disruption: Insights for practice*. Portland, ME: University of Southern Maine.
- Pasztor, E. M., Leighton, M. (1993). *Homeworks #1: At-home training resources for foster parents and adoptive parent. Helping children and youths manage separation and loss*. Washington, DC: Child Welfare League of America.
- Patterson, J. M. (1988). Families experiencing stress: I. The family adjustment and response model, II. Applying the FAAR model to health-related issues for intervention and research. *Family Systems Medicine*, 6(2), 202–237. doi: 10.1037/h0089739
- Pears, K. C., & Fisher, P. A. (2005). Emotion understanding and theory of mind among maltreated children in foster care: Evidence of deficits. *Development and Psychopathology*, 17(1), 47-65. doi: 10.1017/s0954579405050030
- Peláez, N. (2007). *Procesos de integración sócio-familiar en la adopción internacional* (Tesis doctoral no publicada). Departamento de Métodos de Investigación y Diagnóstico en Educación - Universidad de Barcelona, España.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para as ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (5ª ed.). Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.

- Peters, B. R., Atkins, M. S., & McKay, M. M. (1999). Adopted children's behavior problems: A review of five explanatory models. *Clinical Psychology Review*, 19(3), 297-328. doi: 10.1016/s0272-7358(98)00028-2
- Pinderhughes, E. E. (1996). Toward understanding family readjustment following older child adoptions: The interplay between theory generation and empirical research. *Children and Youth Services Review*, 18(1-2), 115-138. doi: 10.1016/0190-7409(95)00057-7
- Pinderhughes, E. E. (1998). Short-term placement outcomes for children adopted after age five. *Children and Youth Services Review*, 20(3), 223-249. doi: 10.1016/s0190-7409(98)00005-x
- Pinhal, M. P. (2011). *Pais adoptivos: das dificuldades à adaptação* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia - Universidade de Lisboa, Portugal). Acedida em <http://hdl.handle.net/10451/5137>
- Pitcher, D. (2009). Adopted children and their grandparents: Views from three generations. *Adoption & Fostering*, 33(1), 56-67. doi:10.1177/030857590903300106
- Pollak, S. D., Cicchetti, D., Hornung, K., & Reed, A. (2000). Recognizing emotion in faces: Developmental effects of child abuse and neglect. *Developmental Psychology*, 36(5), 679-688. doi: 10.1037/0012-1649.36.5.679

Q

- Quinton, D. (2012). *Rethinking matching in adoptions from care: A conceptual and research review*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Quinton, D., Rushton, A., Dance, C. & Mayes, D. (1998). *Joining new families: A study of adoption and fostering in middle childhood*. Chichester, England: John Wiley & Sons.
- Quinton, D., & Selwyn, J. (2009). Adoption as a solution to intractable parenting problems: Evidence from two English studies. *Children and Youth Services Review*, 31(10), 1119-1126. doi: 10.1016/j.childyouth.2009.07.008

R

- Ramalho, S. (2005). *A coerência narrativa em jovens adoptados* (Tese de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal.
- Reilly, T., & Platz, L. (2003). Characteristics and challenges of families who adopt children with special needs: An empirical study. *Children and Youth Services Review*, 25(10), 781-803. doi: 10.1016/S0190-7409(03)00079-3

- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família. Perspectiva sistémica*. Porto, Portugal: Afrontamento.
- Reynolds, C. R., & Kamphaus, R. W. (1992). *Behavior assessment system for children (BASC): Manual*. Circle Pines, MN: American Guidance Service.
- Reynolds, J., & Medina, S. (2008). Challenges and resiliency factors of families with internationally adopted children. In G. R. Walz, J. C. Bleuer, & R. K. Yep (Eds.), *Compelling counseling interventions: Celebrating VISTAS'fifth anniversary* (pp. 81-90). An Arbor, MI: Counseling Outfitters.
- Rijk, C. H. A. M., Hoksbergen, R. A. C., & ter Laak, J. (2008). Education after early-life deprivation: Teachers' experiences with a clinical group of deprived Romanian adopted children. *Adoption Quarterly*, 11(4), 255-277. doi: 10.1080/10926750802569806
- Rocha, B. (2009). *Ideias e crenças sobre a adoção: Estudo com candidatos e pais adotivos*. (Tese de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal). Acedida em <http://hdl.handle.net/10216/53991>
- Rodilana, G. L., & Basurto, N. B. (2008). *Guía didáctica en materia de adopción para educación infantil y primaria*. España: Junta de Castilla y León. Acedido em <http://www.educa.jcyl.es/es/guiasypublicaciones/guia-didactica-materia-adopcion>
- Rodrigues, A. (2007). Escalas revistas de Conners: Formas reduzidas para pais e professores. In M. Simões, C. Machado, M. Gonçalves, & L. Almeida (Coords.), *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (Vol. 3, pp. 203-227). Coimbra, Portugal: Quarteto Editora.
- Román, M., & Palacios, J. (2011). Separación, pérdida y nuevas vinculaciones: El apego en la adopción. *Acción Psicológica*, 8(2), 99-111. doi: 10.5944/ap.8.2.446
- Román, M., Palacios, J., Moreno, C., & Lopez, A. (in press). Attachment representations in internationally adopted children. *Attachment and Human Development*.
- Rosenberg, E. B. (1992). *The adoption life cycle*. New York, NY: The free press.
- Rosenthal, J. A. (1993). Outcomes of adoption of children with special needs. *The Future of Children*, 3(1), 77-88. doi: 10.2307/1602403
- Rosenthal, J. A., & Groze, V. K. (1990). Special-needs adoption: A study of intact families. *Social Service Review*, 64(3), 475-505. doi: 10.1086/603782
- Rosenthal, J. A., & Groze, V. K. (1992). *Special-needs adoption: A study of intact families*. New York, NY: Praeger.

- Rosenthal, J. A., & Groze, V. K. (1994). A longitudinal study of special-needs adoptive families. *Child Welfare*, 73(6), 689-706.
- Rosenthal, J. A., Schmidt, D. M., & Conner, J. (1988). Predictors of special needs adoption disruption: An exploratory study. *Child and Youth Services Review*, 10(2), 101-117. doi: 10.1016/0190-7409(88)90031-x
- Rueter, M. A., & Koerner, A. F. (2008). The effect of family communication patterns on adopted adolescent adjustment. *Journal of Marriage & Family*, 70(3), 715-727. doi: 10.1111/j.1741-3737.2008.00516.x
- Rushton, A. (2003). *The adoption of looked after children: A scoping review of research*. London, England: Social Care Institute for Excellence.
- Rushton, A. (2004). A scoping and scanning review of research on the adoption of children placed from public care. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 9(1), 89-106. doi: 10.1177/1359104504039768
- Rushton, A., & Dance, C. (2004). The outcomes of late permanent placements: The adolescent years. *Adoption & Fostering*, 28(1), 49-58. doi:10.1177/030857590402800107
- Rushton, A., Dance, C., & Quinton, D. (2000). Findings from a UK based study of late permanent placements. *Adoption Quarterly*, 3(3), 51-71. doi: 10.1300/J145v03n03_03
- Rushton, A., Dance, C., Quinton, D., & Mayes, D. (2001). *Siblings in late permanent placements*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Rushton, A., & Monck, E. (2009a). Adopters' experiences of preparation to parent children with serious difficulties. *Adoption & Fostering*, 33(2), 4-12. doi:10.1177/030857590903300202
- Rushton, A., & Monck, E. (2009b). *Enhancing adoptive parenting: A test of effectiveness*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Rushton, A., & Monck, E., Lesse, M., McGrone, P., & Sharac, J. (2010). Enhancing adoptive parenting: A randomized controlled trial. *Clinical Child Psychology & Psychiatry*, 15(4), 529-542. doi: 10.1177/1359104510365041
- Rushton, A., Treseder, J., & Quinton, D. (1988). *New parents for older children*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Rushton, A., & Upright, H. (2012). *Enhancing adopting parenting: A parenting programme for use with new adopters of challenging children*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Ryan, S., & Nalavany, B. (2004). Adopted Children. *Adoption Quarterly*, 7(2), 29-52. doi: 10.1300/J145v07n02_03

- Ryan, T., & Walker, R. (2007). *Life story work. A practical guide to helping children understand their past*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Rycus, J. S., Hughes, R. C., & Goodman, D. A. (1998). Adoption. In J. S. Rycus & R. C. Hughes (Eds.), *Field guide to child welfare* (Vol. 4, pp. 881-1038). Washington, DC: Child Welfare League of America Press.
- S**
- Sachdev, P. (1992). Adoption reunion and after: A study of the search process and experience of adoptees. *Child Welfare*, 71(1), 53-68.
- Sack, W. H., & Dale, D. D. (1982). Abuse and deprivation in failing adoptions. *Child Abuse & Neglect*, 6(4), 443-451. doi: 10.1016/0145-2134(82)90088-6
- Salvaterra, M. F. (2011). *Vinculação e adopção*. Lisboa, Portugal: Universitárias Lusófonas.
- Salvaterra, M. F., & Veríssimo, M. (2008). A adopção: O direito e os afectos - Caracterização das famílias adoptivas do distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 3(26), 501-517.
- Sameroff, A., & Fiese, B. H. (2000). Transactional regulation and early intervention. In J. P. Schonkoff & S. J. Meisels (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 135-159). England: Cambridge University Press.
- Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (2011). *Síntese da atividade 2011*. Acedido em https://docs.google.com/file/d/0B_9lnrV6WA26eUdIUHc3d2FvaVk/edit
- Santos, S. V. (2003). *Manual do PSI – Índice de stress parental*. [Redacção do manual e estudo de adaptação]. Lisboa, Portugal: CEGOC.
- Sar, B. K. (2000). Preparation for adoptive parenthood with a special-needs child. *Adoption Quarterly*, 3(4), 63-80. doi:10.1300/J145v03n04_05
- Schacter, D. L. (1999). The seven sins of memory: Insights from psychology and cognitive neuroscience. *American Psychologist*, 54(3), 182-203. doi: 10.1037/0003-066x.54.3.182
- Schaffer, H. (1990). *Making decisions about children: Psychological questions and answers*. Oxford, UK: Blackwell.
- Schettini, S., Amazonas, M., & Dias, B. (2006). Famílias adoptivas: Identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293. doi: 10.1590/S1413-73722006000200007
- Schmidt, D. M. (1986). Presentation of research findings on prevention of adoption disruption. In D. M. Schmidt (Ed.), *Special needs adoption: A positive perspective*. Denver, CO: Colorado State Department of Social Services.

- Schmidt, D. M., Rosenthal, J. A., & Bombeck, B. (1988). Parents' views of adoption disruption. *Children and Youth Services Review*, 10(2), 119-130. doi: 10.1016/0190-7409(88)90032-1
- Schofield, G., & Beek, M. (2006). *Attachment handbook for foster care and adoption*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).
- Schwartz, L. L. (2006). *When adoption go wrong: Psychological and legal issues of adoption disruption*. New York, NY: Haworth Press.
- Schwartz, E., & Davis, A. S. (2006). Reactive attachment disorder: Implications for school readiness and school functioning. *Psychology in the Schools*, 43(4), 471-479. doi: 10.1002/pits.20161
- Schweiger, W. K., & O'Brien, M. (2005). Special needs adoption: An ecological systems approach. *Family Relations*, 54(4), 512-522. doi: 10.1111/j.1741-3729.2005.00337.x
- Seabra-Santos, M. J., Simões, M. R., Albuquerque, C. P., Pereira, M. A., Almeida, L. S., Ferreira, C., Lança, C., & Lopes, A. F. (2003). Escala de inteligência de Wechsler para a idade pré-escolar e primária - Forma revista (WPPSI-R). In M. M. Gonçalves, M. R. Simões, L. S. Almeida, & C. Machado (Coords.), *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população Portuguesa* (Vol. 1, pp. 197-219). Coimbra, Portugal: Quarteto.
- Serra, V., Ponciano, E., & Freitas, F. (1980). Resultados da aplicação do Eysenck personality inventory a uma amostra da população Portuguesa. *Psiquiatria Clínica*, 1(2), 127-132.
- Silva, D. R. (1982). *O teste de apercepção para crianças. Figuras humanas - CAT - H : Um estudo de normas*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Silva, D. R., & Dias, A. M. (2007). Rorschach comprehensive system data for a sample of 357 Portuguese children at five ages. *Journal of Personality Assessment*, 89(sup1), S131-S141. doi: 10.1080/00223890701583390
- Silva, P. P. (2006). *Grávida no coração*. Porto, Portugal: Campo das Letras.
- Simões, M. R., Seabra-Santos, M. J., Albuquerque, C. P., Pereira, M. A., Almeida, L. S.,Oliveira, E. (2003). Escala de inteligência de Wechsler para crianças - Terceira Edição (WISC-III). In M. M. Gonçalves, M. R. Simões, L. S. Almeida, & C. Machado (Coords.), *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (Vol. 1, pp. 221-252). Coimbra, Portugal: Quarteto.
- Sinclair, I., & Wilson, K. (2003). Matches and mismatches: The contribution of carers and children to the success of foster placements. *British Journal of Social Work*, 33(7), 871-884. doi: 10.1093/bjsw/33.7.871

- Skinner, H. A., Steinhauer, P. D., & Santa-Barbara, J. (1983). The family assessment measure. *Canadian Journal of Community Mental Health*, 2(2), 91-105.
- Smith, D. G. (1993). Adoption and school Issues. Washington, DC: Child Welfare Information Gateway. Retrieved from <http://nysccc.org/wp-content/uploads/AdoptionandSchoolIssues.pdf>
- Smith, D. W., & Brodzinsky, D. M. (1994). Stress and coping in adopted children: A developmental study. *Journal of Clinical Child Psychology*, 23(1), 91-99. doi: 10.1207/s15374424jccp2301_11
- Smith, D. W., & Brodzinsky, D. M. (2002). Coping with birthparent loss in adopted children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43(2), 213-223. doi:10.1111/1469-7610.00014
- Smith, J. A. (1995). Semi-structured interviewing and qualitative analysis. In J. A. Smith, R. Harre, & L. van Langenhove (Eds.), *Rethinking methods in psychology*. London, England: Sage Publications.
- Smith, S. L. (2009). Siblings in foster care and adoption: What we know from research. In D. N. Silverstein & S. L. Smith (Eds.), *Sibling in adoption and foster care: traumatic separations and honored connections* (pp. 13-26). Westport, CT: Praeger.
- Smith, S. L. (2010). *Keeping the promise: The critical need for post-adoption services to enable children and families to succeed*. New York, NY: Evan B. Donaldson Adoption Institute. Retrieved from http://www.adoptioninstitute.org/publications/2010_10_20_KeepingThePromise.pdf
- Smith, S. L., & Howard, J. A. (1991). A comparative study of successful and disrupted adoptions. *Social Service Review*, 65(2), 248-265. doi: 10.1086/603836
- Smith, S. L., & Howard, J. A. (1994). The impact of previous sexual abuse on children's adjustment in adoptive placement. *Social Work*, 39(5), 491-501. doi:10.1093/sw/39.5.491
- Smith, S. L., & Howard, J. A. (1999). *Promoting successful adoptions – Practice with troubled families*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Smith, S. L., Howard, J. A., Garnier, P. C., & Ryan, S. D. (2006). Where are we now? A post-ASFA examination of adoption disruption. *Adoption Quarterly*, 9(4), 19-44. doi: 10.1300/J145v09n04_02
- Smith, S. L., Howard, J. A., & Monroe, A. D. (2000). Issues underlying behavior problems in at-risk adopted children. *Children and Youth Services Review*, 22(7), 539-562. doi: 10.1016/s0190-7409(00)00102-x

- Smith, S. L., & Riley, D. (2006). Adoption in the schools: A lot to learn. Promoting equality and fairness for all children and their families. New York, NY: Evan B. Donaldson Adoption Institute. Retrieved from http://www.adoptioninstitute.org/publications/2006_09_Adoption_in_the_Schools_FullReport.pdf
- Soares, J. L. (2009). *Processo de comunicação sobre a adoção: Estudo exploratório junto de famílias adoptivas portuguesas* (Tese de mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto, Portugal.
- Soares, L. D. (1994). *Os ovos misteriosos*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- Soler, O. P. (2007). La necesidad del apoyo post-adoptivo. Acedido em www.volmae.es/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14&Itemid=72
- Sonuga-Barke, E. J., Schlotz, W., & Kreppner, J. (2010). Differentiating developmental trajectories for conduct, emotion, and peer problems following early deprivation. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 75(1), 102-124. doi: 10.1111/j.1540-5834.2010.00552.x
- Sorensen, T., & Snow, B. (1991). How children tell: The process of disclosure in child sexual abuse. *Child Welfare*, 70, 3-15.
- Sottomayor, M. C. (2007). A família de facto e o interesse da criança. *Boletim da Ordem dos Advogados*, 45, 4-8.
- Sparrow, S. S., Balla, D. A., & Cicchetti, D. V. (1984). *Vineland adaptive behavior scales. Interview edition: Survey form manual*. Circle Pines, MN: American Guidance Services.
- Stein, L. M., & Hoopes, J. L. (1985). *Identity formation in the adopted adolescent*. New York, NY: Child Welfare League of America.
- Strauss A., & Corbin, J. (1990). *Basic of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. London, England: Sage Publications.

T

- Tebes, J. K., & Kraemer, D. T. (1991). Quantitative and qualitative knowing in mutual support research: Some lessons from the recent history of scientific psychology. *American Journal of Community Psychology*, 19(5), 739–756. doi: 10.1007/bf00938042

- Terling-Watt, T. (2001). Permanency in kinship care: An exploration of disruption rates and factors associated with placement disruption. *Children and Youth Services Review*, 23(2), 111-126. doi:10.1016/S0190-7409(01)00129-3
- The Adoptive Family Network (1993). *The adopted child in elementary school*. Ohio, OH: Celebrate Adoption. Retrieved from <http://www.celebrateadoptioncincinnati.com/ca/documents/TheAdoptedChildinElementarySchool.pdf>
- The Hadley Centre for Adoption and Foster Care Studies (2002). *Matching children and families in permanent family placement* (Research summary). England: School for policy studies, University of Bristol.
- Tieman, W., van der Ende, J., & Verhulst, F. C. (2008). Young adult international adoptees' search for birth parents. *Journal of Family Psychology*, 22(5), 678-687. doi: 10.1037/a0013172
- TP Systems, Ltd. (2007). *Improving adoption outcomes through intelligent matching technology* [white paper]. New Westminster, Canada: Author. Retrieved from <http://www.adoptionlynx.com/Improving%20Adoption%20Outcomes.pdf>
- Tremetiere, B. S. (1984). *Disruptions: A break in commitment*. York, PA: Tressler-Lutheran Services.
- Triana, B., & Simón, M. I. (2004). Familias adoptivas: Un programa de apoyo para los solicitantes de adopción. *Infancia y Aprendizaje*, 27(4), 457-464. doi: 10.1174/0210370042396959
- Triseliotis, J. (2002). Long-term foster care or adoption? The evidence examined. *Child & Family Social Work*, 7(1), 23. doi: 10.1046/j.1365-2206.2002.00224.x
- Triseliotis, J., & Russell, J. (1984). *Hard to place: the outcome of adoption and residential care*. London, England: Heinemann Educational.
- Triseliotis, J., Shireman, J., & Hundleby, M. (1997). *Adoption: Theory, policy and practice*. London, England: Cassell.

U

- United Nations (1956). *Comparative analysis of adoption laws*. United Nations publication, Sales Nº 1956.IV.5.
- U.S. Department of Health and Human Services, Administration for Children and Families, Children's bureau (2012). *AFCARS report, Preliminary FY2011 Estimates as of July 2012* (19). Retrieved from <http://www.acf.hhs.gov/sites/default/files/cb/afcarsreport19.pdf>

V

- Valdez, G. M., & McNamara, J. R. (1994). Matching to prevent adoption disruption. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 11(5), 391-403. doi: 10.1007/bf01876589
- Valentine, D., Conway, P., & Randolph, J. (1987). Placement disruptions: Perspectives of adoptive parents. *Journal of Social Work & Human Sexuality*, 6(1), 133-153. doi: 10.1300/J291v06n01_10
- Valle, J. F., & Zurita, J., (2005). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid, España: Ediciones Pirámide.
- Van Gulden, H., & Bartels-Rabb, L. M. (1995). *Real parents, real children: Parenting the adopted child*. New York, NY: Crossroad.
- Van Ijzendoorn, M. H., Juffer, F., & Poelhuis, C. W. K. (2005). Adoption and cognitive development: A meta-analytic comparison of adopted and nonadopted children's IQ and school performance. *Psychological Bulletin*, 131(2), 301-316. doi: 10.1037/0033-2909.131.2.301
- Vance, B., Fuller, G. B., & Lester, M. L. (1986). A comparison of the Minnesota perceptual diagnostic test revised and the Bender-gestalt. *Journal of Learning Disabilities*, 19(4), 211-214. doi: 10.1177/002221948601900406
- Varela, R. (2010). *Por que fui adoptado?* Lisboa, Portugal: Chiado Editora.
- Vaughn, S., Schumm, J. S., & Sinagub, J. (1996). *Focus group interviews in education and psychology*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Von Korff, L., & Grotevant, H. D. (2011). Contact in adoption and adoptive identity formation: The mediating role of family conversation. *Journal of Family Psychology*, 25(3), 393-401. doi: 10.1037/a0023388
- Von Korff, L., Grotevant, H. D., Koh, B. D., & Samek, D. R. (2010). Adoptive mothers: Identity agents on the pathway to adoptive identity formation. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 10(2), 122-137. doi:10.1080/15283481003711767
- Von Korff, L., Grotevant, H. D., & McRoy, R. (2006). Openness arrangements and psychological adjustment in adolescent adoptees. *Journal of Family Psychology*, 20(3), 531-534. doi: 10.1037/0893-3200.20.3.531
- Vorria, P., Papaligoura, Z., Sarafidou, J., Kopakaki, M., Dunn, J., Van Ijzendoorn, M. H., & Kontopoulou, A. (2006). The development of adopted children after institutional care: A

follow-up study. *Journal of Child Psychology & Psychiatry*, 47(12), 1246-1253. doi: 10.1111/j.1469-7610.2006.01666.x

W

Waggenspack, B. M. (1998). The symbolic crises of adoption: Popular media's agenda setting. *Adoption Quarterly*, 1(4), 57-82. doi: 10.1300/J145v01n04_04

Walker, J. (2008). The use of attachment theory in adoption and fostering. *Adoption & Fostering*, 32(1), 49-57. doi:10.1177/030857590803200107

Wall, K. (2004). Políticas familiares. *Contextos de Sociologia*, 3, 13-24.

Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process*, 35(3), 261-281. doi: 10.1111/j.1545-5300.1996.00261.x

Walsh, F. (2006). *Strengthening family resilience* (2nd ed.). New York, NY: Guilford Press.

Ward, M. (1997). Family paradigms and older-child adoption: A proposal for matching parents' strengths to children's needs. *Family Relations*, 46(3), 257-262. doi: 10.2307/585123

Wegar, K. (2000). Adoption, family ideology, and social stigma: Bias in community attitudes, adoption research, and practice. *Family Relations*, 49(4), 363-370. doi: 10.1111/j.1741-3729.2000.00363.x

Westhues, A., & Cohen, J. S. (1990). Preventing disruption of special-needs adoption. *Child Welfare*, 69(2), 141-155.

Whalen, T., & Pollack, D. (2007). Decision tools to benefit children needing adoption. *Human Systems Management*, 26(1), 35-45.

Whiteman, V. E. (2003). *A needs assessment toward developing a model training program for adoptive parents of an older child* (Doctoral dissertation). Available from ProQuest Dissertations and Theses database. (UMI No. 3081795).

Windle, M., & Lerner, R. M. (1989). Reassessing the dimensions of temperamental individuality across the life span: The revised dimensions of temperament survey (DOTS-R). *Journal of Adolescent Research*, 1(2), 213-230. doi: 10.1177/074355488612007

Wolfs, R. (2008). *Adoption conversations: What, when and how to tell*. London, England: British Association of Adoption and Fostering (BAAF).

Wrobel, G. M., Grotevant, H. D., & McRoy, R. G. (2004). Adolescent search for birthparents: Who moves forward? *Journal of Adolescent Research*, 19(1), 132-151. doi: 10.1177/0743558403258125

Wrobel, G. M., Kohler, J. K., Grotevant, H. D., & McRoy, R. G. (2003). The family adoption communication (FAC) model: Identifying pathways of adoption-related communication. *Adoption Quarterly*, 7(2), 53-84. doi: 10.1300/J145v07n02_04

Z

Zamostny, K. P., Wiley, M. O. L., O'Brien, K. M., Lee, R. M., & Baden, A. L. (2003). Breaking the silence: Advancing knowledge about adoption for counseling psychologists. *The Counseling Psychologist*, 31(6), 647-650. doi: 10.1177/0011000003258082

Zirkle, D. S., Peterson, T. L., & Collins-Marotte, J. (2001). The school counselor's role in academic and social adjustment of late-adopted children. *Professional School Counseling*, 4(5), 366-369.

Zwimpfer, D. M. (1983). Indicators of adoption breakdown. *Social Casework: Journal of Contemporary Social Work*, 64, 169-177.

Anexos

Anexo 1

Relação entre os fatores da criança e a disrupção

Estudos	Género	Etnia	Idade na adoção	Abuso sexual	Tempo em acolhimento	Nº de acolhimentos	Disrupção prévia
Barth et al. (1988)	Não	Não	Maior	Abuso	Não	Mais	Disrupção
Benton et al. (1985)	Não		Maior				
Berástegui (2003)	Não		Maior				
Berry e Barth (1990)	Não		Não		Menos		Disrupção
Boneh (1979)	Rapazes	Não	Maior		Mais	Mais	
Boyne et al. (1984)	Não	Não	Maior				
Coyne e Brown (1985)	Não	Não	Maior				
Festinger (1986)	Não	Não	Maior		Não	Mais	Disrupção
Goerge et al. (1997)			Maior		< 2 anos e > 4 anos		
Groze (1986)			Maior			Não	
Kagan & Reid (1986)			Maior		Mais		Disrupção
Kadushin e Seidl (1971)	Não		Maior				Não
McRoy (1999)		Não	Maior		Não	Não	
Partridge et al. (1986)	Não	Não	Maior		Mais	Mais	Disrupção
Rosenthal et al. (1988)	Rapazes com idade < a 9 anos e raparigas com idade ≥ 9 anos		Não				
Schmidt (1986)	Rapazes		Maior	Abuso		Mais	
Smith & Howard (1991)	Não	Não		Abuso	Não	Não	
Zwimpfer (1983)	Não	Minoria	Maior		Menos		

Nota: As células com *Não* indicam a ausência de associação do fator com a disrupção. Nas restantes células é indicada a direção da associação com a disrupção.

Estudos	Problemas emocionais e comportamentais	Deficiência física e/ou mental e problemas de saúde	Vinculação com a FB	Com/sem irmãos
Barth et al. (1988)	Mais	Atraso mental		Não
Benton et al. (1985)	Mais	Não		Com
Berástegui (2003)	Mais			Não
Berry e Barth (1990)	Mais			Não
Boneh (1979)				Com
Boyne et al. (1984)		Não		Não
Coyne e Brown (1985)		Não		
Festinger (1986)			Vinculação	Sem
Goerge et al. (1997)				
Groze (1986)				Não
Kagan & Reid (1986)	Mais			Sem
Kadushin e Seidl (1971)			Vinculação	Com
McRoy (1999)	Mais			Não
Partridge et al. (1986)	Mais	Mais problemas		
Rosenthal et al. (1988)	Mais			Sem
Schmidt (1986)			Vinculação	Sem
Smith & Howard (1991)	Apenas nos comportamentos posteriores à integração	Não	Vinculação	Não
Zwimpfer (1983)				

Nota: As células com *Não* indicam a ausência de associação do fator com a disrupção. Nas restantes é indicada a direção da associação com a disrupção.

Anexo 2

Relação entre os fatores dos adotantes e a disrupção

Estudos	Habilitações acadêmicas	Rendimentos	Etnia	Idade	Filhos biológicos	Filhos adotivos
Barth et al. (1988)	Mais	Não	Não	Não	Não	
Benton et al. (1985)	Não	Não	Branca	Não		
Berástegui (2003)	Menos			Mais velhos, apenas em casais sem filhos	Com	Não
Berry e Barth (1990)	Mais	Não	Não	Mais novos	Com	
Boneh (1979)	Mais nas crianças mais velhas e menos nas mais novas		Não	Mais velhos, apenas em casais sem filhos	Com	
Boyne et al. (1984)	Não	Não	Não	Não	Não	
Coyne e Brown (1985)						
Festinger (1986)	Não		Não	Não	Não	
Goerge et al. (1997)						
Groze (1986)	Mais	Mais		Mais novos	Sem	
Kagan & Reid (1986)						
Kadushin & Seidl (1971)		Não		Mais velhos	Com	Com
McRoy (1999)	Não	Não	Não			
Partridge et al. (1986)	Não	Não	Minoria	Não		Sem
Rosenthal et al. (1988)	Mais	Mais	Branca	Mais novos	Sem	
Schmidt (1986)	Não		Não			
Smith & Howard (1991)	Não	Não	Não	Não		
Westhues & Cohen (1990)						
Urban Systems (1985)			Branca			
Zwimpfer (1983)		Menos	Minoria	Mais novos	Não	

Nota: As células com *Não* indicam a ausência de associação do fator com a disrupção. Nas restantes células é indicada a direção da associação com a disrupção.

Estudos	Mono ou biparental	Tempo de casamento	Expectativas irrealistas	Relação prévia com a criança	Motivação	História pessoal de abuso	Apoio extrafamiliar
Barth et al. (1988)	Não		Com	Sem			Ausente
Benton et al. (1985)	Não						
Berástegui (2003)	Não	Mais			Via para ser mãe solteira		Ausente ou Excessivo
Berry e Barth (1990)	Não			Sem			
Boneh (1979)		Não					
Boyne et al. (1984)	Não						
Coyne e Brown (1985)			Com	Sem			
Festinger (1986)	Não	Não					
Goerge et al. (1997)							
Groze (1986)							
Kagan & Reid (1986)							
Kadushin & Seidl (1971)			Com				
McRoy (1999)	Monoparental		Com	Sem	Não	Com	Ausente
Partridge et al. (1986)	Monoparental		Com				
Rosenthal et al. (1988)				Sem			
Schmidt (1986)				Sem			
Smith & Howard (1991)				Sem			
Westhues & Cohen (1990)		Menos	Com		Infertilidade		
Urban Systems (1985)	Não						
Zwimpfer (1983)		Menos					

Nota: As células com *Não* indicam a ausência de associação do fator com a disrupção. Nas restantes células é indicada a direção da associação com a disrupção.

Anexo 3

Questionário de Percepções e Práticas dos Técnicos dos
Serviços de Adoção na Avaliação e Correspondência
(Marinho & Barbosa-Ducharne, 2009)

Questionário a Técnicos das Equipas de Adoção

Apresentação do questionário

Este questionário tem como objetivo conhecer as opiniões e as práticas dos técnicos do serviço de adoção no que diz respeito à: **1)** avaliação das crianças em situação de adoptabilidade; **2)** avaliação dos candidatos à adoção; **3)** matching/emparelhamento de crianças com candidatos.

Este estudo enquadra-se no âmbito de um projeto de doutoramento em Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Por favor, leia sempre as instruções com atenção. Salienta-se que não existem respostas certas ou erradas, pretende-se apenas recolher as suas ideias, resultados da sua experiência, opiniões e necessidades.

Trata-se de um questionário de **preenchimento individual**. Pedimos-lhe que responda a todas as questões.

Sublinhamos que **o questionário é anónimo** e que a informação assim recolhida será tratada de modo **confidencial**, não havendo qualquer divulgação de resultados individuais.

O questionário foi impresso frente e verso, pelo que por favor assegure-se que responde a todas as questões.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Parte I
Avaliação das crianças em situação de adoptabilidade

1. Em geral, como avalia a informação, em termos de quantidade e pormenor, acerca da criança em situação de adoptabilidade integrada num **Centro de Acolhimento Temporário/Lar de Infância e Juventude**. Assinale com uma cruz sobre uma das opções.

Extremamente incompleta	Incompleta	Razoável	Completa	Extremamente completa
1	2	3	4	5

2. Em geral, como avalia a informação, em termos de quantidade e pormenor, acerca da criança em situação de adoptabilidade integrada numa **Família de Acolhimento**. Assinale com uma cruz sobre uma das opções.

Extremamente incompleta	Incompleta	Razoável	Completa	Extremamente completa
1	2	3	4	5

3. Nas situações em que teve acesso a informação incompleta, acerca de uma criança em situação de adoptabilidade integrada num **Centro de Acolhimento Temporário/ Lar de Infância e Juventude**, como lidou com esse constrangimento?

4. Nas situações em que teve acesso a informação incompleta, acerca de uma criança em situação de adoptabilidade integrada numa **Família de Acolhimento**, como lidou com esse constrangimento?

5. Como procede para conhecer as características e necessidades da criança, **antes da sua proposta a um candidato**.

Para cada item assinale com uma cruz sobre uma das opções. Nas situações em que o procedimento não se adequa às suas funções, assinale na última coluna: *Não se adequa*.

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre	Não se adequa
1. Leitura na íntegra dos relatórios						
2. Visita da criança na Instituição/Família de acolhimento						
3. Reunião presencial com os técnicos da Instituição/Família de acolhimento						

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre	Não se adequa
4. Avaliação do desenvolvimento com recurso a uma escala formal (quando não há relatório)						
5. Avaliação da personalidade (quando não há relatório)						
6. Avaliação da representação familiar (quando não há relatório)						
7. Avaliação do comportamento (quando não há relatório)						
8. Interação com outras fontes de informação (ex.: professor, educador, médico, etc.)						
9. Contactos múltiplos com a criança (pelo menos 2)						
10. Observação em contexto natural						
11. Estar presente em consulta de especialidade frequentada pela criança (ex.: médico/terapeuta)						
12. Auscultação da vontade/expectativas da criança quando esta tem mais de 5 anos de idade						

6. Utiliza outros procedimentos, além dos referidos na questão anterior (5), para conhecer as características e necessidades da criança? Especifique quais. _____

7. De um modo geral, como classifica a informação disponibilizada sobre a criança em situação de adoptabilidade, relativamente aos seguintes aspetos:

Para cada item assinale com uma cruz sobre uma das opções

	Extremamente incompleta	Incompleta	Razoável	Completa	Extremamente completa
1. Antecedentes biológicos (alcoolismo, toxicodependência, problemas de saúde dos pais, etc.)					
2. História de vida (experiência de maltrato, negligência, abuso, institucionalização, etc.)					
3. Estado de saúde					
4. Desenvolvimento psicomotor, linguístico e cognitivo					

	Extremamente incompleta	Incompleta	Razoável	Completa	Extremamente completa
5. Problemas de conduta (birras acentuadas, agressividade, roubo, hiperatividade, desobediência acentuada, etc.)					
6. Problemas emocionais (dificuldade em expressar emoções, dar e receber afeto, emocionalmente imprevisível, etc.)					
7. Problemas de aprendizagem					
8. Problemas de sono, alimentação, encoprese/enurese					
9. Temperamento					
10. Motivação/Expectativas da criança face à adoção					
11. Relação com irmão(s)					
12. Relação com adultos					
13. Relação com pares					
14. Necessidades da criança					

Parte II

Avaliação dos candidatos à adoção

- 1.** Quais os critérios/dimensões para avaliação da idoneidade dos candidatos a que atribui maior importância?

- 2.** Na avaliação de candidaturas em que já existem filhos biológicos que aspetos específicos são avaliados? _____

- 2.1.** Em que circunstâncias e como são avaliados estes aspetos? _____

3. Na avaliação de candidaturas em que o candidato vive com outros familiares que aspetos específicos são avaliados? _____

3.1. Em que circunstâncias e como são avaliados estes aspetos? _____

4. Imagine que no manual de procedimentos para a adoção era incluída uma listagem de indicadores que presentes, de forma isolada ou conjugada, justificavam a emissão de um parecer negativo na avaliação dos candidatos? Que indicadores acha que deveriam ser incluídos?

5. Indique o nível de dificuldade que sente **na avaliação dos candidatos**, assinalando com uma cruz sobre uma das opções: *Nenhuma dificuldade/ Pouca dificuldade/Alguma dificuldade/Bastante Dificuldade ou Extrema Dificuldade*.

Quando na sua prática profissional não avalia a dimensão especificada assinale na coluna *Não avalio*.

	Nenhuma dificuldade	Pouca dificuldade	Alguma dificuldade	Bastante dificuldade	Extrema dificuldade	Não avalio
1. Motivação para adoção em casais						
2. Motivação para adoção em candidato singular						
3. Luto de um filho falecido						
4. Luto da filiação biológica						
5. Flexibilidade/rigidez no perfil da criança desejada						
6. Razões da redefinição do perfil da criança desejada						
7. Consenso entre o casal relativamente ao perfil da criança desejada						
8. Posicionamento dos filhos biológicos face à adoção						
9. Posicionamento de outros familiares que residam com o candidato						

	Nenhuma dificuldade	Pouca dificuldade	Alguma dificuldade	Bastante dificuldade	Extrema dificuldade	Não avalio
10. Posicionamento da família alargada						
11. Expectativas sobre a adoção						
12. Expectativas sobre a criança						
13. Mitos sobre a adoção						
14. Situação económica						
15. Saúde física						
16. Estabilidade emocional e psicológica						
17. Relação com a família de origem (conflitos, estabilidade, apoios, etc.)						
18. Qualidade da relação conjugal						
19. Qualidade da relação com os filhos biológicos						
20. Características/ personalidade dos filhos biológicos						
21. Qualidade da relação com outros familiares que residam com o candidato						
22. Características/ personalidade dos outros familiares que residem com o candidato						
23. Funcionamento familiar						
24. Práticas educativas, quando já há filhos						
25. Práticas educativas, quando não há filhos						
26. Capacidade de aceder a recursos comunitários e profissionais						
27. Fontes de apoio e ajuda						
28. Disponibilidade de tempo para se dedicar à vida familiar						
29. Rede social (amigos, colegas, grupos, associações)						

	Nenhuma dificuldade	Pouca dificuldade	Alguma dificuldade	Bastante dificuldade	Extrema dificuldade	Não avalio
30. Tolerância à frustração e estilo de coping (conjunto de estratégias usadas para lidar com situações stressantes)						
31. Capacidade de resolução de conflitos						
32. Aceitação da parentalidade adotiva						
33. Capacidade de previsão de dificuldades e de problemas específicos da adoção						
34. Capacidade para enfrentar dificuldades educativas						
35. Capacidade de reconhecer e compreender as necessidades das crianças relacionadas com o seu passado						
36. Capacidade de aceitação das limitações da criança						
37. Capacidade para lidar com as incertezas inerentes à adoção						
38. Capacidade para responder às necessidades educativas das crianças						
39. Capacidade para responder às necessidades afetivas das crianças						
40. Capacidade de prever e aceitar as mudanças derivadas da adoção						
41. Capacidade para assumir compromissos e responsabilidades						
42. Capacidade para estabelecer e manter vínculos emocionais estáveis.						
43. Capacidade para fazer face a perdas significativas						
44. Capacidade de comunicação com a criança sobre a adoção ao longo do seu desenvolvimento						

	Nenhuma dificuldade	Pouca dificuldade	Alguma dificuldade	Bastante dificuldade	Extrema dificuldade	Não avalio
45. Rigidez/Flexibilidade face ao desejo de procura das origens por parte do filho adotivo						
46. Compreensão da necessidade de intervenção profissional						
47. Postura face aos profissionais						
48. Atitude ao longo do processo de seleção (reflexiva, passiva, positiva, negativa, etc.)						
49. Receios						
50. Necessidades						

6. Na sua prática, que temas explora mais junto dos candidatos (selecione apenas 3 e ordene-nos, sendo o 1º o mais explorado).

- ☐ Motivação
- ☐ Vivência da infertilidade/ Luto de um filho
- ☐ Perfil da criança desejada (idade, sexo, antecedentes, etnia, estado de saúde)
- ☐ Características e necessidades das crianças em situação de adoptabilidade
- ☐ Relação com familiares (família de origem, filhos biológicos e/ou adotivos)
- ☐ Relação conjugal ou exploração de relações anteriores no caso de candidaturas singulares
- ☐ Práticas educativas
- ☐ Rede de apoios e recursos
- ☐ Expectativas e receios sobre a adoção
- ☐ Compreensão do seu papel de adoptante (revelação, aceitação/compreensão da história da criança)

7. Além da entrevista, que outras estratégias utiliza na avaliação dos candidatos? _____

7.1. Da sua experiência, quais as potencialidades e as limitações de cada uma dessas estratégias? _____

8. Tendo em consideração o espaço de tempo que medeia entre a seleção dos candidatos e a proposta da criança, como assegura a continuidade da avaliação e a atualidade da informação relativamente ao candidato? _____

8.1. Considera suficiente? _____

8.1.1. Se não, como acha que poderia colmatar esta insuficiência? _____

Parte III

Matching/Emparelhamento da criança com o candidato

1. Não obstante atender à especificidade de cada caso, que critérios previamente definidos tem em consideração aquando do emparelhamento dos candidatos à adoção com crianças em situação de adoptabilidade? Tente especificar. _____

2. Quais são as características principais das crianças que tem em consideração quando pensa num possível candidato. **Selecione as 5 mais importantes e ordene-as.**

- ☐ Sexo
- ☐ Idade
- ☐ Etnia
- ☐ Adotado conjuntamente com o irmão
- ☐ Antecedentes biológicos
- ☐ História de vida

- ☐ Proximidade geográfica entre a família biológica e a família adotiva
- ☐ Estado de saúde
- ☐ Desenvolvimento psicomotor, linguístico e cognitivo
- ☐ Comportamento
- ☐ Relação com adultos/pares/figuras de referência
- ☐ Temperamento/Personalidade
- ☐ Expectativas da criança face à adoção
- ☐ Tempo de situação de adoptabilidade decretada

3. Na sua prática, com que frequência discute com os técnicos da instituição de acolhimento da criança as características que o candidato deverá possuir para se adequar às características e necessidades da criança?

Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
1	2	3	4	5

4. Na sua prática, com que frequência discute com os técnicos da instituição de acolhimento da criança a adequação de um **candidato específico** às características e necessidades de uma criança?

Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
1	2	3	4	5

5. Pensando na sua prática, ordene os seguintes critérios de matching/emparelhamento de acordo com a sua importância (1º mais importante, ..., 6º menos importante)

- ☐ Aproximação da criança desejada pelo candidato à criança proposta (idade, sexo, etnia, etc.)
- ☐ Compatibilidade entre as características psicológicas da criança e do candidato
- ☐ Compatibilidade entre a história de vida da criança e a aceitação por parte do candidato e restante família
- ☐ Possibilidade do candidato em organizar o seu quotidiano a nível familiar, profissional e social para responder às necessidades específicas da criança.
- ☐ Capacidade pessoal do candidato para responder às necessidades específicas da criança.
- ☐ Antiguidade do candidato no serviço (nº do processo).

6. Que indicadores do candidato tem em atenção para lhe apresentar uma possível criança que não corresponda inteiramente à sua pretensão? Seja o mais específico possível.

7. De que forma usa a “lista nacional” como recurso para o emparelhamento_____

8. Nas situações em que optou por encaminhar irmãos separadamente quais foram os critérios subjacentes à sua decisão?

9. Imagine que na reunião de equipa é apresentada uma criança de 7 anos de idade, com um desenvolvimento normativo. Técnicos diferentes mencionam duas candidaturas possíveis. Ambas as candidaturas se caracterizam por: casais sem filhos, sensivelmente da mesma idade, com as mesmas habilitações académicas e a mesma situação socioeconómica.

Perante isto, como é selecionado o candidato a ser emparelhado com a criança? Seja o mais específico possível.

10. Na proposta como é apresentada a criança e transmitida a informação ao candidato? Seja o mais específico possível.

Dados profissionais:

1. Formação de Base:_____

2. Tempo de experiência na área da adoção:_____

3. Funções desempenhadas no serviço (assinale a(s) atividade(s) em que participa):

- ☐ Recolha de informação sobre as crianças
- ☐ Avaliação das crianças
- ☐ Avaliação dos candidatos
- ☐ Matching/ emparelhamento das crianças com os candidatos

Verifique s.f.f. se respondeu a todas as questões

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO

Anexo 4

Guião para dinamização do grupo focal sobre a
Correspondência
(Marinho & Barbosa-Ducharne, 2009)

Apresentação

Bom dia e sejam bem-vindos a esta reunião. Obrigada pela vossa disponibilidade em participar nesta conversa sobre o Matching, o emparelhamento de crianças em situação de adoptabilidade com candidatos à adoção.

O meu nome é Sylvie Marinho e estou a realizar o Doutoramento na área da adoção na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. A minha orientadora é a Prof. Adelina Barbosa, que também pertence à FPCEUP. Neste momento, também está a colaborar connosco a Susana Giriante.

Nesta reunião pretendemos ouvir a experiência e a opinião dos técnicos das equipas de adoção acerca dos procedimentos, critérios e dificuldades inerentes ao processo de Matching.

Pretendemos que a nossa conversa decorra com o máximo de espontaneidade, em que cada um se sinta inteiramente à-vontade para apresentar as suas ideias independentemente de coincidirem ou não com as dos outros participantes, aliás o objetivo é promover a discussão.

Não há respostas boas nem más, nem informação correta ou incorreta, mas simplesmente pontos de vista diferentes.

Antes de começarmos deixem-me só fazer uma ou duas sugestões, em termos de funcionamento do grupo, que tornarão a nossa reunião mais produtiva.

Será fundamental falar uma pessoa de cada vez, pois estamos a gravar a sessão e como não queremos perder nenhuma das vossas sugestões, nem nenhum dos vossos comentários, se falarem várias pessoas ao mesmo tempo, não se conseguirá ouvir nada e vamos com certeza perder partes importantes da conversa.

Proponho usar apenas os nossos primeiros nomes. Comprometemo-nos desde já, que em qualquer relatório elaborado, a informação será apresentada sempre de forma global,

nunca fazendo referência ao nome do técnico ou à sua instituição. Tudo o que aqui for dito será absolutamente confidencial.

Eu e a Professora Adelina iremos colocar algumas questões no sentido de promover a discussão entre vocês. Sintam-se livres para falar uns com os outros. Nós não vamos participar na discussão, mas o nosso papel é ir colocando questões e ouvir as respostas.

A reunião irá durar aproximadamente 2h30 e será feita a gestão do tempo de maneira a podermos abordar a totalidade das questões. Assim é possível que um ou outro tópico não sejam completamente esgotados antes de passarmos a outro.

A Susana estará presente a tirar notas da conversa que apoiem os registos áudio e mesmo que os substituam no caso de alguma coisa correr mal.

Bom, vamos então começar. Colocámos marcadores na mesa para nos ajudar a lembrar os nomes de todos.

Agora sugeria que cada um se apresentasse, referindo qual a sua instituição, a sua formação e, centrando-nos já no tema do matching, indicasse quais os técnicos que têm um papel ativo neste processo.

Objetivo: Determinar como se processa o Matching (etapas, intervenientes, critérios e dificuldades) nas diferentes equipas de adoção.

Querem-nos contar como é uma situação de matching típico no vosso serviço?

Se na descrição forem referidos processos muito lineares, sem alusão a critérios, a dificuldades ou a pontos de vista divergentes entre técnicos reformular a questão para:

Poderiam então falar de uma situação de matching não típico, em que foi mais difícil consensualizar o emparelhamento?

Se mesmo assim não for feita menção aos critérios reformular a questão para:

Poderiam então falar de uma situação em que inicialmente não havia acordo entre os técnicos relativamente aos critérios no emparelhamento.

Objetivo: Determinar a existência de procedimentos específicos perante situações específicas (candidatos que desejam adotar uma criança em particular/crianças mais velhas/crianças que passaram previamente por um processo adotivo).

Há alguns procedimentos específicos a determinadas situações, por exemplo, candidatos que desejam adotar uma criança em particular ou uma criança que já foi devolvida ou crianças mais velhas ou fratrias?

Objetivo: Identificar de fatores de risco e de proteção, com base na prática dos profissionais, e qual a sua consideração no matching.

Gostaria que partilhassem situações de adoção “mal sucedidas” e que identificassem, do vosso ponto de vista, quais os fatores ou conjugação de fatores que conduziram a este desfecho.

Gostaria que partilhassem situações de adoção em que à partida colocavam algumas reservas, já que era o matching possível e não o ideal, e depois se revelou de sucesso. Quais os fatores ou conjugação de fatores que conduziram a este desfecho?

Objetivo: Identificação de aspetos procedimentais a assegurar na construção da Escala de Perfil de Risco

Pensando no matching que tipo de instrumento consideram que poderia ser um auxiliar de decisão? Por quem e quando deveria ser aplicado e respondido?

Chegamos ao fim desta nossa conversa... Muito obrigada pela vossa colaboração empenhada, por todas as ideias que aqui foram debatidas... pelo contributo que deram para este projeto

Anexo 5

Correio eletrónico/carta enviada a cada serviço de adoção

Exma. Senhora Diretora

A licenciada Sylvie Marinho encontra-se a realizar um Doutoramento em Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), sob minha orientação e com financiamento de uma Bolsa FCT, sobre o tema "Preditores da continuidade/disrupção da adoção: fatores de risco, fatores protetores e intervenção junto da díade adotante/adotado".

O plano de atividades desenhado para este projeto de investigação prevê no final do primeiro ano, a construção de uma Escala de Avaliação do Risco do Matching. Esta escala a ser preenchida pelos técnicos que acompanham a família candidata, os técnicos que acompanham a criança e os próprios candidatos, envolve a observação da criança e permitirá, no momento do matching, avaliar o grau de risco (baixo, médio, elevado) que cada processo de emparelhamento família candidata - criança, envolve.

Para a construção desta escala, procedeu-se já à recolha de informação, não só a partir da literatura específica sobre o tema mas também ao estudo de processos de sucesso e insucesso na adoção e a entrevistas conduzidas junto de famílias adotivas.

Pretende-se, nesta fase, recolher informação junto dos técnicos dos serviços e equipas de adoção, acerca das suas opiniões e práticas no que diz respeito a:

- 1) Avaliação das crianças em situação de adoptabilidade;
- 2) Avaliação dos candidatos à adoção;
- 3) Matching/emparelhamento de crianças com candidatos.

Tendo este estudo recebido autorização superior por parte do ISS,IP vimos solicitar a colaboração do serviço de adoções do CDSS de, solicitando que nos seja enviada informação de quantos técnicos daquele serviço estão diretamente envolvidos numa ou mais das seguintes tarefas:

- 1) Recolha de informação sobre a criança;
- 2) Avaliação das crianças antes da proposta;
- 3) Avaliação dos candidatos
- 4) Matching/emparelhamento família-criança.

Tendo em conta que o procedimento de recolha de dados consiste no envio de um Questionário a ser preenchido por cada técnico envolvido numa ou mais daquelas tarefas, solicitávamos que nos fosse remetida esta informação, com a maior brevidade possível, por correio eletrónico para abarbosa@fpce.up.pt, para que possamos fazer seguir para o Serviço de Adoções, os Questionários em número correspondente.

Deste modo, cada técnico receberá um Questionário acompanhado de um envelope com porte pago já endereçado à FPCEUP, a fim de que possa ser garantida a sua confidencialidade e anonimato.

De facto, os dados assim recolhidos seriam tratados com toda a confidencialidade, não sendo nunca divulgados resultados individuais. Assumimos no entanto o compromisso de partilhar as conclusões do estudo com o ISS,IP

Parece-nos que um estudo deste tipo se reveste de toda a pertinência no momento atual, pelo que contamos com a vossa colaboração.

Ficando disponíveis para qualquer informação adicional que julgue necessária,
Enviamos os nossos melhores cumprimentos,

Sylvie Marinho (doutoranda)

Maria Adelina Acciaiuoli Barbosa Ducharne (investigadora responsável)

Anexo 6

Grelha de análise dos processos de adoção
(Marinho, Barbosa-Ducharne, & McRoy, 2010)

Código:	Sucesso: __ Disrupção: __	
1. Criança		
Indicador	Operacionalização	Codificação
Idade aquando da pré-adoção	Criança a cargo: Data de pré-adoção = data do certificado de seleção de candidato à adoção Criança sem situação jurídica de adoptabilidade definida integrada em família selecionada para adoção - Data de integração na família.	Data de nascimento - Data de pré-adoção - Data de recolhimento-
Sexo		Feminino Masculino
Etnia/raça		Caucasiana Mestiça Negra Cigana Outras _____
Área geográfica	Considerar última residência da criança antes da integração na Família adotiva	Ilhas Continente
Cuidados estáveis/ razoáveis nos dois primeiros anos de vida	Codificar como Não quando: Acompanhamento pela CPCJ ou EMAT. Referência a situações em que a criança tenha sido vítima de negligência, rejeição preferencial, abuso físico, abuso emocional, abuso sexual intra ou extrafamiliar. Criança integrada em estrutura/família de acolhimento. Se a criança for diretamente da maternidade para o CAT, assumir como Não . Mudança contínua de figuras de referência (duas ou mais mudanças, nem que sejam os mesmo sujeitos – ex.: mãe –avó –mãe. Tem que estar 1 mês com figura para ser considerado transição). Se a criança tiver uma figura de referência estável, prestadora de cuidados satisfatórios, nem que haja mudança frequente de domicílio pode-se contemplar como Sim . Despreocupação com a saúde/higiene – criança apresenta internamentos/ hospitalizações provocadas por falta de acompanhamento médico.	Sim ou Não
Cr. permaneceu algum tempo com a mãe biológica antes de ser retirada	Não (nunca esteve ou esteve menos de 1 mês) Sim (esteve de forma continuada 1 mês) Se passar do Hospital para a FA/CAT considerar Não	Sim ou Não Colocar data

Situação de adoptabilidade	Considerar a sentença do tribunal a declarar situação de adoptabilidade (não considerar o tempo de trânsito em julgado). Se os pais recorreram da decisão considerar a sentença final.	Data:
Motivos de retirada	Orfandade	Pai Mãe Ambos Não
	Abandono - Atos de abandono declarado e não situações de separação em que os pais ou familiares continuam a mostrar interesse e preocupação pelas crianças (os pais morrem e a família não quer saber; o pai/mãe não quer saber; o pai/mãe nunca mais apareceu, etc.) ex.: <i>a mãe ausentou-se para Alemanha sem deixar qualquer indicação do seu paradeiro. Deve manifestar-se Antes do acolhimento. Após acontecer tem que ser contínuo. Se o pai/mãe volta a interessar-se não considerar.</i>	Pai Mãe Ambos Não
	Abuso físico - Atos dos pais em que existe contacto físico violento sem a intenção de disciplinar, mas que podem pressupor uma certa intencionalidade (queimam a criança; beliscaduras; mordem; espancam; marcas de cinto; marcas de cigarro; sacodem violentamente a criança; socos; pontapés; etc.)	Sim ou Não
	Maus tratos psicológicos/emocionais – comportamentos dos cuidadores, tais como: rejeitar, isolar, ignorar, insultar, recusar ou aterrorizar a criança. Presença da criança em situações frequentes de violência doméstica; o impedimento à criança em relacionar-se com os seus pares, ou com outro progenitor ou outros familiares.	Sim ou Não
	Negligência - Omissões dos pais relativamente aos cuidados de saúde, alimentação, higiene, desenvolvimento, segurança e vida escolar. Só considerar após a criança nascer (ausência de cuidados pré-natais não deverão ser assumidos como negligência). Quando a criança vai diretamente da maternidade para o CAT/Lar/FA não assumir.	Sim ou Não
	Exploração de trabalho infantil - Quando se atribui à criança a obrigação de executar trabalhos (domésticos ou outros) que excedem os limites do habitual, que deviam ser realizados por adultos e que interferem, claramente, nas atividades e necessidades escolares da criança. Estes trabalhos, ou tarefas, podem ter por objetivo a obtenção de um benefício económico. Prática da mendicidade infantil.	Sim ou Não
	Exposição a modelos de comportamento desviante – consumo de drogas à sua frente, prostituição em que levam os clientes para casa, alcoolismo, agressão física ou verbal de outros. Se não detalhar pudemos assumir o consumo de heroína ou prática de prostituição.	Sim ou Não
	Corrupção de crianças e jovens – induzir a criança a cometer crimes ou a ter condutas antissociais (ex.: roubar, buscar a droga, incentivar a agressão e mentira, premiar condutas delituosas)	Sim ou Não

	<p>Abuso sexual - Diferentes formas de abuso sexual (coito, penetração com objetos; tocar nas partes íntimas das criança; masturbar-se à frente da criança; etc.) exercida por algum familiar sobre a criança ou por um conhecido (vizinho, amigo, etc.) com consentimento e anuência da família ou por um desconhecido sem conhecimento da família.</p> <p>Moderado: De forma intencional a criança é exposta a práticas sexuais (pais/figuras cuidadoras deixam ou incentivam a criança a ver filmes pornográficos; pais/figuras cuidadoras têm relações sexuais na presença da criança; etc.)</p> <p>Grave: Submeter a criança a manter contacto sexual, atividade ou comportamento. O abuso sexual inclui sexo oral, anal, nádegas, genitais e contacto com seios. Também inclui o uso de objetos para a penetração vaginal ou anal, carícias, ou a estimulação sexual. Esta atividade sexual pode ser com um menino ou uma menina, e é feito em benefício do infrator. Além disso, a exploração de uma criança para fins pornográficos, fazer uma criança disponível para os outros como uma criança de prostituta, e estimular uma criança com a solicitação inadequada, exibicionismo e materiais eróticos também são formas de abuso sexual.</p>	<p>Sim ou Não</p> <p>Moderado ____</p> <p>Grave ____</p> <p>Considerar os casos de suspeita, mesmo que não tenham sido comprovados.</p>
Incesto	Criança foi concebida através do incesto	Sim ou Não
Rejeição preferencial	<p>Nas famílias com irmãos ou na família de acolhimento, uma das crianças é preterida em relação às outras sendo agredida, humilhada, rejeitada, menos aceite, menos elogiada, menos acarinhada, etc.</p> <p>Forma específica de abuso emocional em que um pai/mãe tem um comportamento rejeitante apenas de uma criança num grupo de irmãos, e foi a única criança da família que entrou no sistema de proteção infantil.</p> <p>Pode ser apenas sentido pela criança como tal ou então os relatórios indicam tratamento diferencial.</p>	<p>Sim ou Não</p> <p>(especificar se é pela FB ou FA)</p>
Papel na família biológica	Inversão de papéis/parentificação – assumem funções parentais, cuidando dos irmãos mais novos de forma a assegurar os seus cuidados básicos ou podem cuidar dos próprios pais. A criança também pode assumir o papel de confidente em que a mãe/pai partilha com eles assuntos (ex.: relação conjugal) não apropriados para a sua faixa etária e relação mãe-filho ou pai-filho.	Sim ou Não
	Protetor – esforça-se por manter o segredo familiar de forma a obter paz. Inventar desculpas ou conta mentiras para que o adulto fique imune às consequências do seu comportamento.	Sim ou Não
Idade com que foram retiradas da família biológica	Se a criança for diretamente da maternidade para o CAT/Lar/FA assumir a data de integração nesta estrutura de acolhimento.	Data

Número, duração e tipos de integrações	Número de centros de acolhimentos e famílias de acolhimento e famílias adotivas e família biológica (nuclear ou alargada). Tem que estar 1 mês com figura para ser considerado contexto. Se o adulto cuidador se mantiver o aumento ou diminuição de pessoas não conta. Quando só é indicado o mês, assumir por defeito o dia 1.	Fazer o percurso da criança, isto é, indicar: Contexto; Data de entrada e data de saída.
Número de mudanças após entrar em acolhimento	Número de vezes em que a criança foi de um lugar para o outro após estar acolhida (institucional ou familiar). A criança deve permanecer pelo menos 1 mês num sítio para se assumido como integração. Ex. Instituição de Acolhimento A – Família biológica (mãe) – Família biológica (avó) – Instituição de Acolhimento A – Família de Acolhimento 4 movimentos	
Número de regressos a casa	A criança pode permanecer menos do que 1 mês, mas é assumido que é uma tentativa de reunificação. Passar algum tempo das férias com a família biológica não deve ser considerado.	Sim ou Não
Comportamentos antissociais nos pais biológicos	Violência doméstica, conduta violenta e crimes Pode ser assinalado mesmo que apenas um pai tenha. Todos os registos são igualmente válidos. Ex.: Criança diz “o pai batia à mãe”	Sim ou Não
Desordem psiquiátrica dos pais biológicos	Esquizofrenia, bipolar, depressão	Sim ou Não
Exposição a álcool no período pré-natal	Mãe consumiu álcool durante a gravidez. Se um relatório indica que a mãe é alcoólica, mas não especifica se consumiu na gravidez, assumir Não.	Sim ou Não
Exposição a droga no período pré-natal	Mãe consumiu drogas durante a gravidez	Sim ou Não
Síndrome de abstinência neonatal	Uso pré-natal ou materno de substâncias que resultam em sintomas de abstinência no recém-nascido	Sim ou Não
Número de irmãos	Total número de irmãos (partilha pelo menos um pai biológico). Não contabilizar os falecidos.	
	Número de irmãos que viveu com a criança antes de ela entrar no sistema de acolhimento	
	Número de irmãos que foram para a mesma instituição/FA em simultâneo	
	Número de irmãos que foram para a mesma instituição/FA em tempos diferentes (antes ou depois)	
Posição	Filho único	
	Primogénito	
	Filho do meio	
	Último	
	Gémeo	

Relação com o irmão que vive na mesma instituição ou FA	Sobre protege o irmão	
	Sobreprotegido pelo irmão	
	Domina o irmão	
	Dominado pelo irmão	
	Admira o irmão	
	Admirado pelo irmão	
	Agride o irmão (bate, insulta, faz queixa dele, tenta prejudicá-lo)	
	Agredido pelo irmão	
	Rejeita o irmão	
	Rejeitado pelo irmão	
	Sente ciúmes	
	É alvo de ciúmes	
	Rivalidade/ciúmes (ambos sentem ciúmes um do outro)	
	Disputas (ambos se agredem, insultam, implicam um com o outro)	
	Companheirismo	
	Dependência	
	Indiferente	
Relação com o irmão adotado ou que vive noutro CAT/FA	Mantêm relação com irmão que foi adotado por outra família ou que está noutro CAT ou Família de Acolhimento	Sim ou Não
	Se mantêm, essa relação é significativa. Há afeto, reconhecimento e valorização dele enquanto irmão.	Sim ou Não
Manifestação de vínculos fortes da criança com a mãe biológica ou outro cuidador substituto quando não existe a mãe (ex.: avó; tia)	<p>Assumir o momento inicial e intermédio. Manifesta saudades da família biológica; Resiste à ideia da adoção; Chora quando a mãe vai embora; Desculpabiliza a mãe; Fica alterado quando a mãe passa muito tempo sem o visitar; etc.</p> <p>Crianças que alguma vez experienciaram um forte vínculo deverão ser cotadas nesta categoria independentemente da sua capacidade em resolver as questões da vinculação ao longo do tempo. Um forte vínculo não significa seguro, mas indicador de uma relação.</p>	Sim ou Não

Data do último contacto com a FB	Número de meses desde a última visita de um familiar (padrinho/madrinha pode ser considerado familiar). Quando o familiar não visita no CAT/FA assume-se o dia da entrada.	Data da última visita familiar
<p>Relação com adultos cuidadores do CAT ou Família de Acolhimento ou outros significativos (considerar todas as reações ao longo do tempo)</p>	<p>a) Embotamento afetivo - Vazio emocional, inexpressividade facial, verbal e corporal</p> <p>b) Rejeição afetiva - Criança que se afasta e resiste fisicamente aos afetos, contactos; evita o contacto ocular; postura ou movimentos com intenção de manter o adulto à distância.</p> <p>c) Inibição afetiva – Dificuldade em expressar emoções; inibição nos afetos</p> <p>d) Excessiva dependência - Criança carente, que procura frequentemente abraçar, estabelecer contacto físico, verbal, apela para ser o centro das atenções, maior dependência física</p> <p>e) Desconfiança – Criança que tem dificuldade em confiar nos adultos. Não conta coisas, não acredita no que o adulto lhe diz.</p> <p>f) Ambivalência – Criança que procura e se afasta das figuras cuidadoras</p> <p>g) Ausência de referência – Criança que tem um bom relacionamento com os adultos no entanto não se vincula a ninguém, não tem uma relação preferencial com ninguém</p> <p>h) Indiscriminação – relação afetuosa com estranhos</p> <p>i) Confiança - Estabelece relações afetivas, de amizade e confiança com os adultos cuidadores. Capaz de solicitar ou utilizar a presença e o suporte da figura de apego.</p> <p>Quando há informação contraditória, referindo que a criança tem relações seguras e inseguras com as mesmas pessoas, no mesmo período temporal, assumir o inseguro.</p>	<p>Sim ou Não</p>
<p>Problemas emocionais e comportamentais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nervoso (ansioso; preocupado; muito excitado ou tenso) 2. Triste/deprimido (Sente ou queixa-se que ninguém gosta dela; infeliz; apático; sente-se sem valor ou inferior) 3. Timidez/ isolamento (Gosta mais de estar sozinho do que estar com os outros; é tímido ou envergonhado; é reservado; sente-se facilmente embaraçado) 4. Falta de energia (pouco ativo; move-se com lentidão; recusa-se a jogar jogos ativos) 5. Infantil/imaturo (age de maneira demasiado infantil para a sua idade; imaturidade; prefere estar com crianças mais novas) 6. Dificuldades no contacto ocular (evita o contato ocular; fica com olhar fixo/sem expressão) 7. Chora muito 8. Medos (escuro, pessoas, animais, situações ou locais; medo de experimentar coisas novas etc.) 9. Não se dá bem com as outras crianças 10. Instabilidade comportamental/emocional 11. Irrequieto/impulsivo (muito mexido, nunca pára quieto; não pensa nas coisas antes de as fazer) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nunca presente 2. Não presente no momento (comportamento que desapareceu) 3. Moderado (apenas se expressa num contexto ou numa situação; frequência entre poucas e algumas; com

	<p>12. Distrai-se com facilidade</p> <p>13. Autoritário</p> <p>14. Comportamento delinquente (anda com crianças que se metem em sarilhos; rouba coisas em casa ou fora de casa; falta à escola sem motivo, vadiagem; consome álcool ou drogas; comete atos de vandalismo)</p> <p>15. Não se sente culpado depois de se comportar mal; a punição não muda o seu comportamento</p> <p>16. Agride física e/ou verbalmente.</p> <p>17. Faz birras e/ou amuos; os seus pedidos devem ser satisfeitos imediatamente.</p> <p>18. Desobediente em casa ou na escola</p> <p>19. Destrói as suas próprias coisas intencionalmente ou destrói os objetos que pertencem à família ou a outros;</p> <p>20. Desafiador/ opositivo</p> <p>21. Irritável (teimoso; mal-humorado; crise de fúria; temperamento exaltado)</p> <p>22. Egoísta (não partilha objetos ou pessoas)</p> <p>23. Manifesta crueldade, ameaça ou é mau para outros</p> <p>24. Usa palavrões ou linguagem obscena</p> <p>25. Comportamentos estranhos (repete várias vezes as mesmas ações ou gestos; balanceamentos; maneirismos; batidas; tremuras)</p> <p>26. Problemas de sono (Não quer dormir sozinho; tem problemas em adormecer; pesadelos recorrentes; fala ou chora durante o sono; acorda muitas vezes durante a noite)</p> <p>27. Problemas alimentares (recusa comer; provoca o vómito; come em demasia; demora muito tempo)</p> <p>28. Problemas de eliminação (enurese; Encoprese; resiste em usar a sanita/penico; suja-se ou brinca com as fezes)</p> <p>29. Fantasioso (dificuldade em distinguir a realidade da imaginação; alucinações; confabulação)</p> <p>30. Foge</p> <p>31. Recusa ir para a escola</p> <p>32. Gabarola/arrogante</p> <p>33. Mente</p> <p>34. Manipulativo</p> <p>35. Problemas de identidade sexual</p> <p>36. Autoagressão (magoa-se deliberadamente ou já fez tentativas de suicídio)</p> <p>37. Conformidade excessiva (manifesta necessidade/gosta de agradar; perfeccionista; comporta-se como um pequeno adulto)</p> <p>38. Somatização</p>	<p>evolução positiva)</p> <p>4. Severo (regular e intenso; afecta/perturba de forma significativa a vida da criança e/ou dos cuidadores)</p> <p>Na dúvida assumir moderado.</p> <p>Quando diz a criança é muito/ bastante irrequieta... assumir Severo</p>
--	--	---

	<p>Assume-se o comportamento independentemente da sua ação se restringir a determinado contexto ou situação (ex.: <i>criança fica ansiosa/deprimida quando antevê separação dos irmãos; face à falta de visita dos pais, mostrou grande sofrimento com choros frequentes e prolongados; criança é tímida na escola</i>).</p> <p>Assume-se todos os comportamentos evidenciados pela criança ao longo do tempo, mesmo que já tenham desaparecido. Comportamento evidenciado ao longo do tempo e que já desapareceu é codificado em “Não presente no momento”. Se não houver uma referência explícita do seu desaparecimento ou um relatório mais recente que advogue o contrário assume-se como ainda presente.</p> <p>Quando há fontes com informação contraditória assume-se a existência do comportamento.</p>	
Comportamento sexualizado	<p>Moderado- preocupação com temas sexuais, conversa sexualmente explícita com os colegas, assédio sexual de outras crianças, tentativa de expor os genitais de outra criança, simular preliminares com brinquedos, masturbação e / ou interesse em materiais pornográficos.</p> <p>Severo – tocar outras crianças, usar a força para expor os genitais de outra criança, coagir atos sexuais, masturbação compulsiva, e simulação de relações sexuais com bonecas ou brinquedos e / ou a penetração de outras crianças, bonecas, ou animais de estimação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nunca presente 2. Não presente no momento 3. Moderado 4. Severo
Desenvolvimento da criança	<p>Avaliação formal (WISC; griffiths, etc.) - Quociente de desenvolvimento - Colocar sempre o valor global e indicar o teste.</p> <p>Avaliação informal global (ex.: a criança apresenta um desenvolvimento normativo)</p> <p>Avaliação:</p> <p>Linguagem (articulação; compreensão e expressão);</p> <p>Motricidade grossa (ex.: andar e não anda; correr equilibradamente e não corre).</p> <p>Motricidade fina (ex.: falta de precisão nos gestos; não fazer pinça, pegar no lápis);</p> <p>Cognição (ex.: dificuldade em resolver situações do dia-a-dia; dificuldade para inferir um significado lógico de outras informações, a dificuldade em resolver problemas básicos; conhecimento em relação ao mundo que o rodeia)</p> <p>Considerar informação da Griffiths, terapeuta da fala, etc. para completar a áreas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acima da média 2. Normativo 3. Atraso ligeiro (boderline; normal inferior) 4. Atraso moderado (com estimulação ou intervenção breve provavelmente irá recuperar e ficar ao nível dos pares) 5. Atraso severo

	Quando há informação contraditória assumir o relatório mais recente ou específico. Por exemplo, na linguagem se tivermos que optar pelo resultado da Griffiths ou pelo relatório da terapeuta da fala optamos por este último.	(requer uma intervenção a longo prazo – baixa possibilidade de recuperar totalmente e ficar ao mesmo nível dos pares)
Incapacidades	Incapacidades: Sensoriais (severa - cega; surda; muda; moderada – défice visual parcial corrigido com óculos, mas que de alguma forma condiciona o dia-a-dia).	1. Sem incapacidade 2. Ligeiro 3. Moderado 4. Severo
	Físicas (ex.: Limitações ortopédicas ou prejuízos causados por anomalias congénitas, paralisia cerebral, amputações e fracturas; pessoa que manca)	1. Sem incapacidade 2. Ligeiro 3. Moderado 4. Severo
	Saúde (Moderado - doenças crónicas, que não são curáveis (diabetes; epilepsia) e condicionam ou exigem ajustamentos no dia-a-dia, aparentemente ligeiras, mas indicado um mau prognóstico; Severo - HIV, leucemia ou cancro) Pode usar-se informação posterior (ex.: pré-adoção) para confirmar a gravidade da doença. Ex.: algumas infeções nas vias áreas superiores – Pré-adoção (<i>teve necessidade de se submeter a uma intervenção cirúrgica</i>)	1. Sem incapacidade 2. Ligeiro 3. Moderado 4. Severo
	Mentais (Deficiência mental diagnosticada; SAF; paralisia cerebral; autismo, síndrome de down)	Sim ou Não
Hospitalização ou tratamento psiquiátrico	Basta ter uma consulta de pedopsiquiatria para se assumir Sim. Se toma medicação psiquiátrica (ex.: tranquilizantes) prescrita pelo médico de clínica geral não se deverá assumir.	Sim ou Não
Psicoterapia/ Terapia/Atenção médica específica	1. Criança não precisa de atenção específica, além das consultas médicas de rotina; 2. Criança precisa de atenção específica moderada (envolvimento de um profissional – médico, fisioterapeuta, psicólogo, professor de ensino especial – bissemanal /semanal ou quinzenal) 3. Criança precisa de atenção específica severa (envolvimento de dois ou mais profissionais - médico, fisioterapeuta, psicólogo, professor de ensino especial – bissemanal /semanal /quinzenal ou um profissional diariamente)	1. Sem necessidade 2. Moderado 3. Severo

Adaptabilidade da criança	<p>Resposta da criança a mudança significativas, tais como mover para um novo centro de acolhimento /entrada e saída de crianças/ mudança de professor/ escola/ espaçamento nas visitas. Quando existem diferentes reações ao longo do tempo, registar todas elas.</p> <p>a) Externalização (acting out; comportamento instável; oposição; gritar)</p> <p>b) Internalização (retraimento; regressão; depressão; encoprese)</p> <p>c) Neutro (sem expressão de qualquer sintomatologia; sem alterações comportamentais)</p> <p>d) Positiva (mudança positiva no comportamento, humor, interação. Exige “recuperação”. Quando apenas indica adaptação positiva assumir no Neutro.</p> <p>Mesmo que a criança seja bebé, assumir igualmente. Considerar a recção inicial, independentemente da evolução posterior. Ex.: Nas visitas ficava ansioso e chorava. Quando deixarem de acontecer ficou mais calmo (não considerar este segundo momento).</p>	<p>a) Externalização</p> <p>b) Internalização</p> <p>c) Neutro</p> <p>d)Positivo</p>
Interesse	<p>Interesse em atividades ativas (participar em desportos, dança, passear, viajar, etc.) e/ou passivas (gostar de ficar em casa, ver televisão).</p> <p>Se as suas atividades são passivas e apenas pratica uma atividade desportiva assumir alínea B)</p>	<p>a) Passivas;</p> <p>b) Variedade de ambas;</p> <p>c) Ativas</p>
	<p>Criança tem um interesse especial ou talento (desporto, dança, etc.). Deve ser evidente a sua importância na vida da criança. Algo que ela gosta, se esforça e é competente.</p>	<p>Sim ou Não</p>
Características pessoais	<p>Sociabilidade: Comunicativa, popular, sociável, de fácil relacionamento</p>	<p>Sim ou Não</p>
	<p>Interação interpessoal: Simpática; agradável; sorridente; bem-disposta</p>	
	<p>Humor: Engraçada, divertida;</p>	
	<p>Afeto: Meiga, afável</p>	
	<p>Capacidade de empatizar com o outro: Sensível; empática</p>	
	<p>Comportamento: Educada; respeitadora; prestável; colaborante com os adultos</p>	
	<p>Iniciativa: Interessada, curiosa, motivada, capacidade de iniciativa, comportamento exploratório</p>	
	<p>Nível de atividade (energia): viva; ativa; dinâmica</p> <p>Autonomia</p>	

Autoestima	Global	Insatisfeitos com eles; gostam do tipo de pessoa que eles são; foca-se negativamente na sua diferença: o passado, deficiência, etc.	1. Positivo 2. Mistura de + e - 3. Negativo
	Desempenho académico	Autoavaliação da criança do seu desempenho académico (ex.: sente que é bom no seu trabalho escolar, inteligente, orgulhosa das suas conquistas, recorda as coisas facilmente).	1. Positivo 2. Mistura de + e - 3. Negativo
	Aceitação social	Autoavaliação da criança da sua popularidade (ex.: é fácil fazer amigos; tem muitos amigos; pensa que os outros gostam dele)	1. Positivo 2. Mistura de + e - 3. Negativo
	Competência atlética	Autoavaliação da sua competência atlética (bom em todo o tipo de desporto; confiante no seu desempenho em novos desportos; sentem que podem jogar tão bem ou melhor do que os outros)	1. Positivo 2. Mistura de + e - 3. Negativo
	Aparência física	Autoavaliação da criança da sua aparência física (ex.: gosta da sua aparência; gostam do seu corpo do jeito que está; desejam que o seu peso ou altura fossem diferentes)	1. Positivo 2. Mistura de + e - 3. Negativo
	Comportamento	Autoavaliação da criança do seu comportamento (ex.: faz as coisas correta; comportam-se da maneira que sabem que é suposto; consideram difícil portarem-se bem)	1. Positivo 2. Mistura de + e - 3. Negativo
Comportamento escolar	Comportamento da criança na escola, infentário, ATL ou outro contexto académico/estruturado: Positivo (conduta na media ou superior à media; respeita o professor e as regras das ala) Negativo (desrespeita os professores; disruptivo na turma; falta às aulas; enviado ao gabinete do diretor devido a problemas comportamentais; suspenso ou expulso da escola).		1. Positivo 2. Mistura de positivo e negativo 3. Negativo
Atitudes da criança perante escola	Adequada (Persistente, interessado, motivado, aplicado ou realiza os trabalhos de forma autónoma) Desadequada (Bloqueio, recusa em fazer deveres ou ir à escola, fobia escolar, preguiçoso, pouco motivado para a aprendizagem; necessita de constante supervisão e reforço do adulto para realizar a tarefa; constantemente procura ajuda – atitudes/comportamentos que impeçam ou dificultem a realização da tarefa) Se não tivermos informação poderá assumir-se a postura perante tarefas, no momento de avaliação)		1. Positivo 2. Mistura de positivo e negativo 3. Negativo
	Retenção ou inicia a escola um ano depois		Número de retenções
	Ano de escolaridade (pré-escolar e a partir daí, ano de escolaridade)		

Desempenho escolar	<p>Bom – criança que frequente o pré-escolar e tem um desempenho idêntico aos seus pares. Criança que frequenta o 1º ciclo deverá apresentar em todas as disciplinas pelo menos suficientes. Criança que frequenta o 2º, 3º e secundário não pode ter nenhuma negativa se for aluno de 3. Se for aluno de 4 e 5, poderá ter uma negativa a uma disciplina.)</p> <p>Mau - Criança que apesar de estar no ano escolar correspondente para a idade apresenta maus resultados.</p> <p>Dificuldades de aprendizagem ligeiras/moderadas - Atraso formal de 1 ano escolar, isto é, criança está no 1º quando deveria estar de acordo com a idade no 2º, ou informal, isto é, a criança está no 2º ano com currículo do 1º. Criança que ainda não frequenta o 1º ciclo, no entanto, é detetado atraso de desenvolvimento e, conseqüentemente, foi requerido o adiamento escolar.</p> <p>Dificuldades de aprendizagem severas – Atraso formal de 2 ou mais anos escolares, isto é, criança está no 1º quando deveria estar de acordo com a idade no 3º, ou informal, isto é, a criança está no 3º ano com currículo do 1º. É referido um desfasamento significativo em relação aos pares, sendo implementadas ou necessitando de medidas do ensino especial.</p> <p>Apoios: 1. Apoio socioeducativo; 2. Ensino especial;</p>	<p>1. Bom 2. Mau 3. Dificuldades de aprendizagem 4. Atraso</p> <p>Sim ou Não</p>
Prontidão para a adoção (> 5 anos)	<p>Sentimentos e pensamentos da criança acerca da sua adoção.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A adoção nunca foi abordada com a criança ou a criança recusa a adoção ou idealiza o regresso à família biológica 2. A criança demonstra-se ambivalente, ora aceitando ora rejeitando a adoção; ou aceita uma nova família, mas detêm uma imagem idealizada e fantasiada do que representa viver em família. Criança deseja ser adotada, mas é incapaz de compreender porque é que um cuidador significativo ou um familiar é incapaz ou não deseja adotá-la. 3. Criança realizou o luto da família biológica e a aceitação de uma nova família, com os seus ganhos e perdas inerentes 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não pronto 2. Em preparação 3. Pronto

2. Pais

[illegible]

Flexibilidade/tempo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pai disponível para promover cuidado e supervisão constante. Não trabalha ou trabalha e meio tempo. 2. Alguma flexibilidade no trabalho (pode levar a criança para o trabalho; horário de trabalho normativo – 7 ou 8 horas; adulto disponível para fornecer supervisão periódica) 3. A exigência do trabalho é elevada. Trabalha várias horas, até tarde, aos fins-de-semana de forma recorrente, além do trabalho estuda à noite 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alta flexibilidade/tempo 2. Moderada 3. Baixa flexibilidade/tempo Ela – <i>Ele -</i>
Suporte/ conhece de outros pais adotivos	Têm familiares ou amigos ou pessoas com as quais estabelecem contactos regulares que já adotaram. Família pertence a um grupo de suporte adotivo	Sim ou Não
Interesse	Interesse em atividades ativas (participar em desportos, dança, passear, viajar, jardinagem, bricolage, etc.) e/ou passivas (gostar de ficar em casa, ver televisão)	<ol style="list-style-type: none"> a) Passivas; b) Variedade de ambas; c) Ativas Ela – <i>Ele -</i>
Nível de atividade religiosa	Salienta a componente religiosa na sua vida ou não pratica nenhuma religião/ a espiritualidade não é uma força motriz nas suas atividades, decisões, forma de ver a vida	Sim ou Não
Recetividade da família alargada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boa (familiares aceitaram e apoiaram os candidatos com a adoção) 2. Moderada (alguns familiares demonstraram resistência, ciúmes, oposição, não apoiaram os candidatos) 3. Má (familiares opuseram-se ao projeto; apenas salientaram os aspetos negativos, riscos, etc.; consideram que a criança integrada não será um neto, sobrinho, idêntico aos outros) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Má 2. Moderada 3. Boa
Tempo de espera	(data de integração – data do relatório de avaliação psicossocial. Quando não há este relatório considerar o último relatório social)	
Interações familiares na infância	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relação saudável (fronteiras claras, no entanto permeáveis, que criam o sentimento de pertença familiar e ligação ao mundo exterior; pais foram capazes de incorporar afetividade – aceitação – e controlo – restrição no seu estilo parental; comunicação familiar foi respeitosa, clara e bem recebida; os papéis familiares, regras e expectativas eram apropriados à idade da criança, claros e ajustável). 2. Alguma instabilidade (pais com práticas educativas adequadas de forma global, mas com algumas dificuldades na promoção da autonomia, ex.: demasiado protetor; na imposição e cumprimento de regras, ex.: rigor com recurso por vezes, ao castigo corporal). A comunicação familiar era por vezes confusa e desrespeitosa (ex.: gritar) 3. Instável (algumas relações familiares eram excessivamente enredadas ou desligadas, ex. um pai estava 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relação saudável; 2. Alguma instabilidade; 3. Instável 4. Extremamente instável. Ela – <i>Ele -</i>

	<p>emocional ou fisicamente indisponível; pai foi incapaz de incorporar efetivamente um equilíbrio entre afetividade e controlo, ex.: pai era afetuoso e excessivamente permissivo ou frio e excessivamente controlador. Nota: se os dois pais são assim assumir <i>relação problemática</i>. A comunicação familiar era por vezes agressiva, ex.: insultar, humilhar.</p> <p>4. Extremamente instável (família extremamente fusionada ou desligada; pais não eram responsivos, eram indiferentes ou negligentes e não prestavam atenção às necessidades da criança; pais eram hostis ou agressivos e/ou totalmente falta ou excesso de controlo; a comunicação familiar era extremamente confusa, inconsistente e/ou desrespeitosa; os papéis familiares, regras e expectativas não existiam ou eram claras, mas totalmente inapropriadas, ex.: criança toma conta dos pais.</p>	
<p>História de privação/trauma na infância e adolescência (até aos 18 anos)</p>	<p>1. Estável (cresceu num ambiente familiar estável; as necessidades emocionais e desenvolvimentais foram correspondidas; nenhuma história de separação e/ou perda que envolvam uma pessoa significativa amada durante a infância).</p> <p>2. Alguma instabilidade (mudanças pontuais de residências; as necessidades emocionais e desenvolvimentais não foram correspondidas de forma adequada num período de tempo curto e específico devido a problemas familiares tais como crise financeira familiar, conflito familiar, perda de contacto com um pai, doença de um dos pais, cuidado de outros familiares, etc.; criança experienciou alguma separação ou perda: ex.: morte de um avô significativo, um pai deixou a casa devido ao divórcio, hospitalização a longo prazo, etc. <i>Nota: mais do que o grau de parentesco, pai, avô, irmão, para determinar se é alguma instabilidade ou instável é a importância, impacto e significado atribuído na sua vida no passado e atualmente. Considera-se vitimização em função do impacto que teve na vida das pessoas – ver informação no questionário ou entrevistas.</i></p> <p>3. Instável (mudanças frequentes de residência; frequentou várias escolas; as necessidades emocionais e desenvolvimentais não eram preenchidas/correspondidas de forma prolongada devido a problemas familiares tais como crise financeira familiar, conflito familiar, perda de contacto com um pai, doença de um dos pais, cuidado de outros familiares, etc.; criança experienciou alguma separação ou perda perturbadora; ex.: morte de um pai; morte de um irmão.</p>	<p>1. Estável; 2. Ligeira instabilidade; 3. Alguma instabilidade 4. Extremamente instável</p> <p>Ela – Ele -</p>

	4. Extrema instável (necessidades emocionais e desenvolvimentais não foram respondidas devido a alcoolismo dos pais, uso de drogas ilegais, violência doméstica; criança experienciou separação traumática e perda, ex.: institucionalização; acolhimento familiar; adoção, etc.)	
História de vitimização/trauma durante a vida adulta	<p>1. Não vitimização (sem história de vitimização sexual, emocional ou física; sem envolvimento em acidentes, incidentes ou experiências de vida stressantes em que trauma físico e/ou emocional intenso ocorreu, ex.: acidente de carro sério, desastre natural, guerra, sem-abrigo, pobreza, ajustamento traumático à vida adulta; sem história de perda ou separação de uma figura significativa ex. morte de um filho ou esposo, abortos espontâneos, abortos, etc.).</p> <p>2. Vitimização ligeira (incidente isolado de vitimização sexual, emocional ou física; história de acidentes traumáticos ou experiências de vida stressantes, ex.: divórcio, cirurgia grave, dificuldade de ajustamento à vida adulta; experienciou perda ou separação que envolvam um significativo: morte de um pai; abortos). (assumir 1). Considera-se vitimização em função do impacto que teve na vida das pessoas – ver informação no questionário ou entrevistas.</p> <p>3. Vitimização moderada (incidente isolado de vitimização sexual, emocional ou física; história de acidentes traumáticos ou experiências de vida stressantes, ex.: divórcio, cirurgia grave, dificuldade de ajustamento à vida adulta; experienciou perda ou separação que envolvam um significativo: morte de um pai; abortos). (assumir 2)</p> <p>4. Vitimização severa (incidentes altamente traumáticos e/ou múltiplos de vitimização sexual, emocional e física; acidente altamente traumáticos ou experiências de vida muito stressantes, ex.: doença degenerativa, crónica muito grave, experienciou um perda ou separação altamente traumática que envolva uma pessoa amada significante: ex.: morte de um filho ou esposo, etc.</p>	<p>1. Sem vitimização; 2. Vitimização ligeira; 3. Vitimização moderada 4. Vitimização severa;</p> <p>Ela – Ele -</p>
História de abuso de drogas/álcool	<p>1. Sem história</p> <p>2. Ligeiro abuso (história de excesso de álcool ocasional; história de uso de drogas leves ocasional; história de abuso ocasional de medicação com ou sem prescrição).</p> <p>3. Moderado abuso (história de uso moderado e excessivo de álcool/; história de uso frequente de drogas leves ou uso pontual de drogas pesadas/ história de uso frequente de medicação com ou sem prescrição médica)</p> <p>4. Severo abuso (alcoolismo, toxicodependência, dependência)</p>	<p>1. Sem história 2. Ligeiro 3. Moderada 4. Severo 5. <i>Sem informação</i></p> <p>Ela – Ele -</p>

História psiquiátrica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sem condição psiquiátrica (sem deficiência, comprometimento no funcionamento, ou stress devido a uma condição psiquiátrica; sem histórico de tratamento psiquiátrico para si mesmo; nenhuma história de tomar medicações psiquiátricas). 2. Condição psiquiátrica ligeira (experenciou stress devido a uma condição psiquiátrica menor, por exemplo, fobia, ansiedade, depressão reativa com ação curta no tempo que foi ultrapassada através de consulta psicológica ou uso de ansiolíticos prescritos ou antidepressivos durante curto prazo (um ano ou menos), por exemplo, Valium, Xanax, Prozac, etc. 3. Condição psiquiátrica moderada (episódios psiquiátricos recorrentes ou continuados; tratamento psiquiátrico ambulatorio; acompanhamento psiquiátrico ao longo do tempo). 4. Condição psiquiátrica grave (comprometimento no funcionamento devido a uma condição psiquiátrica grave - depressão maior ou transtorno de pensamento - ou distúrbio psiquiátrico grave e crónico, por exemplo, distúrbios alimentares, transtorno obsessivo-compulsivo; surto psicótico; stress pós-traumático; internamento psiquiátrico, uso a longo prazo (mais de um ano) de ansiolíticos ou antidepressivos ou uso de medicamentos anti-psicóticos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sem condição psiquiátrica 2. Condição psiquiátrica ligeira 3. Condição psiquiátrica moderada 4. Condição psiquiátrica grave <p>Ela – Ele -</p>
Saúde e resistência física	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boa resistência; saudável; ativo; com energia. 2. Alguns pequenos problemas de saúde, que não perturbam o dia-a-dia. 3. Significantes problemas de saúde, por exemplo, doença cardíaca, diabetes, que limita, de determinada forma, o dia-a-dia 	<ol style="list-style-type: none"> 1.Saudável; 2. Problemas de saúde menores; 3. Significantes problemas de saúde <p>Ela – Ele -</p>
Acontecimentos (pessoais e familiares) perturbadores ao longo da vida. <i>Cota-se independentemente de</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Morte ou perda de algum familiar significativo (pais; irmãos); 2. Morte ou perda de um filho. 3. Doença ou incapacidade com invalidez dos pais (teve impacto na sua infância ou adolescência ou atualmente exige mudança de rotinas de forma a assegurar o cuidado dos pais) 4. Irmão que exige/exigia cuidados específicos (deficiência; doença psiquiátrica) - (teve impacto na sua infância ou adolescência ou atualmente exige mudança de rotinas de forma a assegurar o cuidado do irmão) 	<p>Sim ou Não</p> <p>Ela – Ele -</p>

<p><i>ter tido impacto significativo na vida da pessoa</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 5. Separação ou divórcio dos pais 6. Situação de pobreza 7. Consumo de álcool ou drogas dos pais 8. Violência doméstica dos pais 9. Separação ou divórcio próprio 10. Abandono do cônjuge 11. Aborto 12. Desemprego prolongado 13. Filho que exige/exigia cuidados específicos (deficiência; doença psiquiátrica, etc.) 14. Doença ou incapacidade com invalidez 15. Reestruturações significativas na vida (ex.: mudança de país com consequente desemprego, perda do nível de vida prévio “começar do 0” etc.) 16. Falecimento do cônjuge <p>Outros: _____</p>	
<p>Relação com a família extensa (pais e irmãos)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relação próxima e confortável (visitam e/ou contactam a família com alguma frequência; têm atividades conjuntas – almoços, viagens, festas, etc.) As relações são apoiantes, respeitosas e agradáveis. 2. Relações próximas, mas existem alguns problemas, tais como dificuldades em estabelecer fronteiras adequadas; desacordos em torno do estilo de vida, valores, crenças. 3. Relação predominantemente stressante e problemática. Contactos com familiares são muito desagradáveis. 4. Contactos são evitados. Inexistentes ou pontuais e circunstanciais (ex.: funerais). Existência de conflitos prévios, sentimentos ambivalentes ou negativos. <p>Se tem relações diferentes com o Pai e a Mãe ou entre os vários irmãos assumir o pior.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Próxima e confortável. 2. Relação com alguns problemas 3. Relação stressante e problemática 4. Sem contactos <p>Ela – Pais Irmãos Ele – Pais Irmãos</p>
<p>Relação conjugal/ com o companheiro</p>	<p>Resolução de conflitos (a forma como o casal resolve os conflitos entre eles)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Boa capacidade (boa capacidade para falar e resolver conflitos; ambos os indivíduos são abertos ao compromisso; capazes de lidar com os conflitos diretamente e de forma apropriada; capazes de permitir a expressão da raiva de forma saudável; valores, expectativas, objetivos e crenças similares que aumenta a capacidade para resolver conflitos). 2. Capacidade moderada (conseguem chegar a uma resolução após discussão e falarem algumas vezes sobre o problema; a resolução passa por uma cedência de um em relação ao outro, mas vão alternando 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boa capacidade 2. Capacidade moderada 3. Capacidade ligeira 4. Sem capacidade

	<p>ao longo do tempo; capacidade de perceber a perspectiva diferente do outro).</p> <p>3. Capacidade ligeira (dificuldade em chegar a um compromisso quando há desacordo, ex.: um indivíduo tem que ter a última palavra acerca da forma como o problema é resolvido; tendência a evitar enfrentar os conflitos, ex.: quando desconfortáveis com a discussão, o tópico é mudado; desconfortáveis com a expressão de raiva; falta de partilha e de valores, expectativas, objetivos e crenças similares o que torna difícil compreender e aceitar a perspectiva do outro).</p> <p>4. Pobre capacidade (para falar sobre e resolver conflitos, ex.: discussão constante com pouca ou nenhuma resolução dos problemas; o mesmo problema ocorre repetidamente, conflitos resultam em separações frequentes e rompimentos; dificuldade séria em chegar a um acordo, ex.: ambos os indivíduos são muito teimosos e não estão dispostos a comprometer-se; excessiva culpa do outro; tendência a adotar comportamentos de birra/amuio; valores, expectativas, objetivos e crenças totalmente opostos e inflexíveis, tornando-se uma fonte constante de discussão).</p>	
	<p>Distribuição do poder (nível de domínio e submissão na relação)</p> <p>1. Equilíbrio de poder (os indivíduos trabalham em colaboração uns com os outros; o poder é partilhado de forma consensual, em vez de aplicação da força; o casal tem a capacidade de reconhecer, aceitar e utilizar as qualidades pessoais e competências um do outro de forma a estabelecer equilíbrio de poder no relacionamento).</p> <p>2. Equilíbrio moderado (trabalham em colaboração e de forma cooperativa apesar de existirem algumas dificuldades pontuais e algumas situações de desequilíbrio).</p> <p>3. Equilíbrio ligeiro (dificuldades em trabalharem cooperativamente uns com os outros; frequentes lutas de poder; algum desequilíbrio de poder. Ex.: o sentimento de competência e adequação depende de outro se comportar de forma submissa/impotente)</p> <p>Desequilíbrio no poder (um domina totalmente o outro de forma humilhante/opressiva; o outro obedece sem contestar; desequilíbrio de poder muito abusivo e exploratório).</p>	<p>1. Equilíbrio de poder 2. Equilíbrio moderado 3. Equilíbrio ligeiro 4. Desequilíbrio de poder</p>
	<p>Atitudes face ao esposo/parceiro (sentimentos globais que um tem em relação ao outro)</p> <p>1. Amor (interações afetuosas e respeitadoras, ex. afeto, toque é apreciado por ambos; capaz de identificar e reconhecer as realizações e competências de cada um; admiração pelas qualidades pessoais do outro; elevado nível de confiança no outro; interação com boa disposição e humor).</p> <p>2. Moderado (apesar de haver uma relação de confiança, respeito e cumplicidade não há manifestações explícitas; reconhece no outro qualidade e competências, mas tem dificuldade em referi-las).</p>	<p>1. Afetuosa 2. Moderado 3. Ligeiro 4. Hostil</p>

	<p>3. Ligeiro (interações são frequentemente não carinhosas e respeitadoras, ex.: frequentemente irritado com/pelo outro; um ou ambos tem dificuldade em identificar e reconhecer as realizações e competências do outro; paternalista ou sarcástico ou referir-se à forças pessoais do outro, ex.: um indivíduo é alternativamente idealizado e desvalorizado; um indivíduo tem alguns problemas de confiança no outro.</p> <p>4. Hostil (não há interações significativas; um tenta ignorar e evitar o outro; um ou ambos estão demasiado autoabsorvido para reconhecer as realizações do outro, ex.: um minimiza o esposo; um não confia no outro, ex.: altamente ciumento, possessivo e controlador.</p>	
Satisfação no casamento	<p>1. Satisfação total (satisfeito com o casamento, o esposo e a relação);</p> <p>2. Satisfação parcial (alguns domínios assinalados como negativos, problemas conjugais prévios, que foram ultrapassados);</p> <p>3. Insatisfação (história de muitos conflitos; em determinado ponto do casamento o casal discutiu a separação ou divórcio; dificuldade em confiar um no outro)</p>	<p>1. Satisfação total</p> <p>2. Satisfação parcial</p> <p>3. Insatisfação</p>
Rede de suporte social (amigos e familiares)	<p>1. Suporte total (alguém pode ficar com a criança a tempo inteiro. Se um avó/avô está reformado, aceita positivamente a adoção e afirmam que têm apoio total/todo o apoio/apoio incondicional da família pode cotar-se aqui). Se afirmam que vão colocar a criança no infantário após licença de maternidade considerar suporte moderado.</p> <p>2. Suporte moderado (os candidatos à adoção irão ter suporte da família no dia-a-dia, ex.: vão buscar e/ou levar a criança à escola, cuidam da criança quando os pais não podem devido ao trabalho ou por outras razões, etc.) Quando os outros familiares vivem com os candidatos pode assumir-se como fontes de suporte, somente se estes não necessitam de cuidado.</p> <p>3. Pouco suporte (alguém que pode se chamado para uma ajuda pontual, de forma esporádica, ou numa emergência)</p> <p>4. Sem suporte (nenhum suporte familiar devido à distância geográfica, indisponibilidade, incapacidade, doença)</p>	<p>1. Suporte total</p> <p>2. Suporte moderado</p> <p>3. Pouco suporte</p> <p>4. Sem suporte</p>
	Prestam cuidados a familiares ou outros (podem ser diretos ou indiretos – ex.: pagar o colégio da criança)	Sim ou Não

Razões para adotar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Altruísmo (pode ter um filho biológico, casal fértil, mas decide adotar) 2. Ter uma família maior (já adotou ou tem filho biológico; dar um irmão; após ter perdido uma criança continua a querer ser mãe/pai) 3. Deseja uma criança de um sexo específico (pela adoção pode escolher o sexo da criança) 4. Ausência de relação ou relação sem compromisso (pode ter um filho biológico, mas não tem uma relação significativa ou um parceiro para ter uma criança) 5. Autocentração (deseja companhia; herança familiar; procura continuidade no negócio familiar; substituir um filho falecido; síndrome do ninho vazio; precisa de um filho para se sentir completa/feliz) 6. Gravidez de risco (pode ter filho biológico, mas a gravidez acarreta risco para a mãe e/ou criança (pode ter problemas de saúde)) 7. Infertilidade (dificuldade/ incapacidade para levar a termo a gravidez (abortos); incapacidade/dificuldade em engravidar devido as razões biológicas ou psicológicas) 8. Idade incompatível com a concepção biológica. 9. Relação com a criança (o projeto de adoção surgiu após conhecer uma criança específica, com quem estabeleceu uma relação de proximidade) 10. Indisponibilidade pessoal (pode ter filhos biológicos, mas não o deseja) 	<p>Assumir todas as razões</p> <p>Sim ou Não</p>
Infertilidade	<p>Infertilidade da mãe; Infertilidade do pai; Infertilidade de ambos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> a) Infertilidade da mãe; b) Infertilidade do pai; c) Infertilidade de ambos. d) Razão desconhecida
Não-aceitação parental da infertilidade	<p>Incapacidade do pai ou da mãe para discutir/falar sobre a infertilidade e a realidade de ter não terem filhos biológicos. Candidatos à adoção continuam a fazer tratamentos de infertilidade durante o período de espera; expressão desconforto em falar sobre esta temática; assumem a adoção com uma opção menos válida; se entretanto engravidarem colocam a hipótese de desistir do processo de adoção (no final do processo de avaliação)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecem sentimentos e atingiram resolução; 2. Reconhecem sentimentos e atingiram alguma resolução (ainda estão a trabalhar para isso) 3. Negam sentimentos/ importância da sua perda e/ou não resolvido (ainda muito doloroso) 4. <i>Sem informação</i>

Prontidão emocional para a adoção	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mudar da necessidade de estar grávida para a necessidade de ser mãe/pai; 2. Vontade em ser instruído sobre adoção/ colaboradores no processo de avaliação/formação; 3. A capacidade em ver a adoção como algo positivo e não um fracasso; 4. O casal fala em “nós” quando fala sobre as decisões acerca da adoção/ estão ambos comprometidos na adoção. 5. Partilhado com outros (familiares) - na 1ª entrevista 6. Aceitar que a criança tem o direito a saber da sua condição de adotado. 7. Aceitar que deverá contar à criança a sua história de vida. 8. Reconhecer diferenças e semelhanças na adoção 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pronto (todos os critérios têm de estar preenchidos. Alguns podem ser inferidos). 1. Quase preparado (6 a 7 critérios) 2. Em preparação (3 a 5 critérios) 3. Não preparado (apenas cumpre 1 ou 2 critérios)
Luto de um filho biológico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecem sentimentos e atingiram resolução; Conseguem falar da história de doença/morte do filho sem sentimentos marcados. 2. Reconhecem sentimentos e atingiram alguma resolução (ainda estão a trabalhar para isso) 3. Negam sentimentos/ importância da sua perda e/ou não resolvido (ainda muito doloroso) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecem 2. Trabalhar na resolução 3. Não resolvido
Criança falecida	<p>Data de Nascimento</p> <p>Sexo</p> <p>Data de falecimento</p>	
Flexibilidade nos padrões de decisão familiar, no que concerne a adoção	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura (confia nas decisões dos profissionais; mudança significativa no perfil – esta mudança não deve ser atribuída à vontade de acelerar o processo. Se esta é a única motivação deve ser assumida em Negociação) 2. Negociação (aberto para certas mudanças, mas a sua vontade deve ser tomada em consideração); 3. Rigidez na preferência da criança; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura 2. Negociação 3. Rigidez
Pré-candidato	<p>Colocar todos os intervalos etários definidos.</p> <p>Quando diz bebé, assumir 1 ano. Quando diz o mais pequena possível assumir 1 ano.</p>	
Criança específica	Candidata-se especificamente para a criança que vai adotar	Sim ou Não

<p>Número de preferências</p>	<p>Antecedentes Sociais dos pais biológicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Problemas de foro mental; (preferem não) 2. Toxicodependência (preferem não); 3. Alcoolismo; (preferem não) 4. Comportamentos desadequados socialmente (crimes, prostituição, violência) – (preferem não) 5. Incesto (preferem não) <p>Criança:</p> <p>Idade (estipulam um intervalo etário no questionário ou primeira entrevista)</p> <p>Sexo (preferem uma criança de determinado sexo)</p> <p>Etnicidade/raça (preferem uma determinada raça/etnia)</p> <p>Desenvolvimento (especificam desenvolvimento normativo e/ou recuperável)</p> <p>Deficiência (especificam sem deficiência ou algo ligeiro)</p> <p>Irmãos (especificam que só querem uma criança)</p> <p>Saúde (sem problemas de saúde ou menores)</p> <p>Abuso (criança não foi abusada)</p> <p>Maus-tratos físicos (criança que não foi maltratada)</p> <p>Comportamento (especificam comportamento desejável)</p> <p>Vinculação (especificam comportamento desejável)</p> <p>Características físicas (especificam características desejáveis)</p> <p>Temperamento (especificam características desejáveis)</p> <p>Escola (não tenha iniciado)</p> <p>Desempenho escolar (sem dificuldades)</p> <p>Outros: _____especificar</p> <p>Receios deverão ser assumidos como preferências.</p> <p>Basta que seja expresso uma vez ou por 1 elemento para se assumir como preferência, nem que haja mudança ao longo do tempo.</p>	<p>Quando dizer algo “não haja uma adaptação e não mostre vontade ficar; não me aceite como mãe/pai; como se vai adaptar aos irmãos; como se vai adaptar aos pais” remete para Vinculação.</p> <p>Quando apenas diz “não haja uma adaptação” não cotar em nenhum lado.</p>
<p>Mudança no perfil</p>	<p>Considerar mudanças no perfil da criança, assumindo a diferença entre a última reavaliação e a 1ª entrevista ou 2ª entrevista, apenas se determinados aspetos não foram explorados na 1ªentrevista. Assumir as preferências como opções.</p>	

	Sexo	Restrito	Alargado	Não	
	Etnia	Restrito	Alargado	Não	
	Nº	Restrito	Alargado	Não	
	Saúde	Restrito	Alargado	Não	
	Desenvolvimento	Restrito	Alargado	Não	
	Antecedentes	Restrito	Alargado	Não	
	Comportamento	Restrito	Alargado	Não	
	Vinculação	Restrito	Alargado	Não	
	Idade	Restrito	Alargado	Não	
	Diferença de idade (assumir a idade máxima como referência)		-	+	
Não-aceitação de criança proposta	a) Não se aplica b) Expectativas irrealistas (apesar da criança se adequar ao perfil estipulado, perante o caso concreto consideram que não são competentes, que não corresponde ao desejado) c) Não adequação ao perfil desejado d) Timing				a) Não se aplica b) Expectativas irrealistas c) Não adequação ao perfil desejado d) Timing
Expectativas acerca do desempenho académico da criança	1. Sem expectativas 2. Integração profissional (apenas deseja que a criança seja autónoma e capaz de ter uma profissão) 3. Espera que a criança conclua o secundário (curso geral ou tecnológico) 4. Espera que a criança frequente a universidade				1. Sem expectativas; 2. Integração profissional; 3. Secundário 4. Universidade
Acordo no processo de decisão	Acordo em todos os aspetos desde o início				
	Desacordo (mesmo que seja preferência deverá ser considerado desacordo)	Motivação			
		Idade			
		Sexo			
		Saúde			
		Etnia			
		Número de filhos			
Número de filhos					
Valor dado à relação	Capacidade de reconhecer, apoiar e fomentar a relação com os irmãos biológicos.				1. Aberto ao contacto com irmãos

entre irmãos biológicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Responsivo e aberto ao contacto entre irmãos; considera os irmãos biológicos separados como membro da família extensa; visa facilidade uma relação positiva e contínua entre a criança e o(s) seu(s) irmão(s); ex.: visitas, telefonemas, emails, programação de atividades, respeita a relação com os irmãos biológicos, capacidade de empatizar os medos da criança e ajudá-la no ajustamento à separação dos irmãos. 2. Oscila entre ser apoiante e ignorar a relação com os irmãos biológicos; reconhece a importância, o significado da relação entre irmãos, mas simultaneamente levanta muitas razões pelas quais a criança não deve contactar com irmão(s), ex.: pode perturbá-la. 3. Ciente do irmão biológico, mas não apoia contactos; Desconsidera desejos da criança para manter contacto com os irmãos; incentivará a criança a esquecer os seus irmãos; pensa que a relação com os irmãos biológicos não é significativa. 	<ol style="list-style-type: none"> 2. Moderadamente aberto ao contacto entre irmãos 3. Não está aberto ao contacto entre irmãos
Participação ativa e envolvimento do pai (homem)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação ativa (ex.: Pai antecipa ter um papel ativo na vida da criança, espera ir buscar/levar a criança à escola; acompanhar em consultas do médico; ajudar no trabalho de casa, etc. <i>Verificar se no questionário equaciona alterações na sua vida em função da criança</i>). Pode inferir-se em função do horário de trabalho de ambos. 2. Participação moderada (ex.: irá ajudar na educação, mas espera-se que a maioria das tarefas sejam assumidas pela mãe) 3. Baixa participação (trabalha fora durante a semana; horário de trabalho muito preenchido; escolhe adoção após ter sido convencido pela esposa e não pretende envolver-se ativamente na educação da criança) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação ativa; 2. Moderada participação; 3. Baixa participação. 4. Não se aplica
Relação prévia com criança (diferenciar entre as crianças e indicar se é biológico ou adotivo)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boa relação (respeito pela autoridade; equilíbrio entre regras e afeto/comunicação); 2. Boa relação, mas com atritos (afeto presente, mas conflitos relacionados com a aplicação das regras) 3. Dificuldades na relação (relação conflituosa, dificuldades dos pais em lidar com os comportamentos da criança, dificuldades na comunicação e expressão de afeto, etc.) 4. Sem ligação (pais não participam ativamente na vida da criança/jovem, pais não são uma referência para a criança/jovem) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Boa relação 2. Boa relação, mas com atritos 3. Dificuldades na relação 4. Sem ligação 5. Não se aplica <p>Filho biológico _</p> <p>Filho adotivo _</p>
Satisfação com o papel parental (quando há uma criança prévia)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Satisfação total (satisfeita com: o comportamento da criança; consigo próprio enquanto pai; e com a relação com a criança); 2. Satisfação parcial (apesar de satisfeito há algum domínio (comportamento da criança; parentalidade; relação) que são apontados como negativos; 3. Insatisfeito (foca nos aspetos/ questões negativos) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Satisfação total 2. Satisfação parcial 3. Insatisfeito 4. Não se aplica

Competências parentais	Expectativas irrealistas dos pais	<p>Candidatos à adoção acreditam que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com amor tudo vai ser ultrapassado; • A criança vai ser emocionalmente carente, agradecida; • Podem moldar totalmente o comportamento da criança; • Com uma disciplina rígida a criança será bem comportada; • Os atrasos de desenvolvimento/ dificuldades de aprendizagem são totalmente recuperáveis; • A criança vai esquecer totalmente o passado; • A criança vai odiar os pais biológicos; • A criança nunca vai perguntar pelos pais biológicos. • Pais biológicos quererem de volta a criança; • Uma criança só poderá trazer aspetos positivos. • Não vai alterar a minha vida, podendo continuar na mesma. • As crianças adotadas vão dar muito mais valor ao que vão ter agora <p>Quando especificamente na pergunta de receios e expectativas acerca da adoção diz</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Criança enverede pela droga” • “Criança me abandone” <p>Outras: _____</p>	<p>Contar o número de expectativas irrealistas</p> <p>Ela – <i>Ele -</i></p>
	Estrutura das regras/ Posicionamento face à educação recebida	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apropriada (equilíbrio entre afeto e controlo; uso de controlo indutivo, ex.: dar explicações; promover negociações) e controlo restritivo (ex. Impor limites; regras, uso de proibições) 2. Algumas dificuldades (mistura de práticas adequadas e inadequadas) 3. Inapropriada (inconsistente, rígido; permissivo; hiperprotector; autoritário) – usa apenas práticas negligentes-permissivas e/ou coercivas (ex.: falta de supervisão; baixa exigência e baixo controlo; punição corporal e ameaças verbais). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apropriada 2. Algumas dificuldades 3. Inapropriada 4. <i>Sem informação</i> <p>Ela – <i>Ele -</i></p>
	Autoagência	<ol style="list-style-type: none"> 1. Autoconfiante (reconhecem as dificuldades, os desafios, exigências, mas consideram-se competentes para ultrapassar e responder adequadamente à criança); 2. Moderado (receios relativamente a determinados aspetos, mas confiante noutros) 3. Ansioso (manifesta muitos receios, questiona a sua capacidade para aceitar e para lidar com determinados problemas, desafios colocados pela situação) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Autoconfiante 2. Moderado 3. Ansioso 4. <i>Sem informação</i> <p>Ela – <i>Ele -</i></p>

	Percepção de diferenças (comportamento; adaptação; vinculação; revelação e comunicação; identidade adotiva, etc.)	<p>Reflexão e consciência de possíveis desafios, dificuldades com que terão de lidar e qual o seu impacto na dinâmica familiar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de reflexão (assumem que é idêntico a uma criança biológica; desvalorizaram ou minimizam as dificuldades; idealizam uma criança/adoção) 2. Reflexão ligeira (percebem o impacto de determinada área, ex.: revelação/comunicação, mas desvalorizaram, desconhecem ou minimizam as dificuldades nas restantes áreas) 3. Reflexão moderada (percebem as várias especificidades da adoção e as alterações provocadas na dinâmica familiar). Se no relatório psicológico referir adoção idealizada remeter para 1 ou 2. Não se pode atribuir 3. 4. Reflexão exaustiva (percebem as várias especificidades da adoção e equacionaram formas de atuação em cenários possíveis ou o impacto que os seus próprios pensamentos e sentimentos poderão ter na forma como lidam com as situações) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de reflexão 2. Reflexão ligeira 3. Reflexão moderada 4. Reflexão exaustiva <p>Ela – Ele -</p>
	Comportamentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Candidato aceita, demonstra-se confiante e os técnicos consideram-no competente e preparado para lidar com comportamentos desafiadores por parte da criança. 2. Candidato ou os técnicos consideram que só conseguirá aceitar e lidar com determinado tipo de comportamento 3. Candidato ou os técnicos consideram que só conseguirá aceitar e lidar com crianças “sem grandes problemas” 4. Não há reflexão/menção ao tipo de comportamento aceite ou com que conseguem lidar. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Muitas dificuldades 2. Dificuldades moderadas a ligeiras 3. Sem dificuldades 4. Sem reflexão <p>Nota: Privilegiar a opinião do técnico.</p>
	Desenvolvimento/rendimento escolar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Candidato aceita, demonstra-se confiante e os técnicos consideram-no competente e preparado para lidar atrasos de desenvolvimento significativos ou dificuldades de aprendizagem. 2. Candidato ou os técnicos consideram que só conseguirá aceitar e lidar com atrasos ou dificuldades que exigem algum esforço mas poderão ser ultrapassadas a médio/longo prazo. 3. Candidato ou os técnicos consideram que só conseguirá aceitar e lidar com crianças sem atraso/dificuldades escolares. 4. Não há reflexão/menção ao tipo de desenvolvimento aceite/com que conseguem lidar. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Muitas dificuldades 2. Dificuldades moderadas a ligeiras 3. Sem dificuldades 4. Sem reflexão

	Vinculação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Candidato aceita, demonstra-se confiante e os técnicos consideram-no competente e preparado para lidar dificuldade de vinculação acentuadas da criança ou cenários imprevisíveis. 2. Candidato ou os técnicos consideram que só conseguirá aceitar e lidar com determinado tipo de dificuldades de vinculação 3. Candidato ou os técnicos consideram que só conseguirá aceitar lidar com uma criança de fácil interação/vinculação 4. Não há reflexão/menção ao tipo de vinculação aceite/com que conseguem lidar. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Muitas dificuldades 2. Dificuldades moderadas a ligeiras 3. Sem dificuldades 4. Sem reflexão
	Saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Candidato aceita, demonstra-se confiante e os técnicos consideram-no competente e preparado para lidar com problemas de saúde significativos ou cenários imprevisíveis. 2. Candidato ou os técnicos consideram que só conseguirão aceitar e lidar problemas de saúde ligeiros ou que possam ser ultrapassados 3. Candidato ou os técnicos consideram que só conseguirá lidar com crianças sem qualquer problema de saúde. 4. Não há reflexão/menção ao nível de saúde aceite ou com que conseguem lidar. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Muitas dificuldades 2. Dificuldades moderadas a ligeiras 3. Sem dificuldades 4. Sem reflexão
	Comunicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Candidato revela alguma resistência em revelar à criança a sua condição de adotado; nas crianças mais velhas consideram que esta já sabe a sua história logo não vêm a necessidade de falar acerca disto; detêm atitudes rígidas, preconceituosas e estereotipadas relativamente aos pais biológicos. 2. Compreende e aceita a importância da comunicação, mas sente-se inseguro, ambivalente, ameaçado no seu papel de pais; nas crianças mais velhas demonstram abertura, mas consideram que ela é que deverá ter sempre a iniciativa. Concebem que a adoção deve ser falada em momentos pontuais e não um contínuo. 3. Candidato revela capacidades para falar da adoção ao longo da vida; fornecer uma atmosfera aberta que promova a partilha e discussão; sensibilidade às necessidades emocionais da criança relativamente a este aspeto; percebe a curiosidade da criança acerca do seu passado; capaz de explicar à criança informação de forma honesta e sem juízos de valor; sentem-se seguros/tranquilos no seu papel de pais quando a criança pergunta sobre o seu passado/deseja contactar família biológica. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fechados; 2. Moderados 3. Abertos <p>Quando há pai/mãe com posturas diferentes considerar o pior.</p>

Relação prévia com a criança a adotar	Duração	< 6 meses	
		6 meses a 1 ano	
		> 1 ano	
	Sem relação		
Prévia exp. adotiva			Sim ou Não
Prévia exp de acolhimento familiar			Sim ou Não
Prévia experiência com crianças difíceis/ de necessidades especiais.	Acolhimento pontual de crianças provenientes de um contexto familiar de risco ou de contexto institucional. Contacto diário com criança com necessidades especiais devido à sua profissão (ex.: professor de ensino especial; professor de CEF; monitor em centros de acolhimento; psicólogo clínico infantil).		Sim ou Não Ela – Ele -
Prévia experiência de parentalidade	Cuidado de filhos biológicos. Considerar situações em que é pai/mãe, mas neste momento não tem uma participação ativa na vida da criança/jovem. Assumpção da função parental com sobrinhos ou outras crianças. Nestas situações a criança deverá residir com o candidato e este ser responsável pela criança.		Sim ou Não Ela – Ele -
Características da personalidade	Extrovertido e introvertido 1. Conversador, fácil estabelecer uma conversa, por vezes tende a liderar a conversa; 2. Mistura de comportamentos (gosta de falar e ouvir, por vezes muito conversador/aberto e outras vezes fechado) 3. Retraído, fala o mínimo possível, envergonhado, gosta de passar despercebido, de ficar com seus pensamentos.		1. Conversador 2. Mistura de comportamentos; 3. Retraído Ela – Ele -
	Autoconfiante (não relacionado com a parentalidade) 1. Confiante das suas capacidades; seguro de si próprio; determinado em conseguir os seus objetivos; otimista; assertivo 2. Mistura de confiante e ansioso 3. Pessoa ansiosa, pensa que as coisas vão correr mal; medo do futuro; não gosta de experimentar coisas novas; pessimista		1.Confiante 2. Mistura de confiante e ansioso 3. Ansioso Ela – Ele –
	Senso de Humor 1. Grande senso de humor (capacidade de rir em situação difíceis; uso do humor para se adaptar, ultrapassar situações; para divertir outros) 2. Algum senso de humor 3. Sem senso de humor (pessoa muito séria; não gosta do humor; considera que é uma forma de escapar ao conflito)		1. Grande senso de humor. 2.Algum senso de humor 3. Sem senso de humor Ela – Ele -

	Outras características: 1. Calmo; Ponderado; Reflexivo; Racional 2. Impulsivo; reativo; Emotivo 3. Afetivo; sensível 4. Bem-disposto; simpático; alegre 5. Pouco diferenciado; nível sociocultural baixo				Sim ou Não Ela – <i>Ele -</i>
Características da personalidade do filho/a	Académico	1. Negativo	2. +/-	3. Positivo	Não se aplica
	Social	1. Negativo	2. +/-	3. Positivo	
	Comportamento	1. Negativo	2. +/-	3. Positivo	
	Desportivo/atividade	1. Negativo	2. +/-	3. Positivo	
	Afetivo	1. Negativo	2. +/-	3. Positivo	
Recetividade dos filhos dos candidatos	1. Boa (todos aceitam e estão ansiosos pelo novo irmão/irmã) 2. Moderada (alguns irmãos aceitam, mas outros demonstraram resistência, ciúmes, oposição, dúvidas) 3. Má (todos demonstram receios, ciúmes, dúvidas)				1. Boa 2. Moderada 3. Má
Preparação dos filhos biológicos	Expectativas relativamente ao irmão/irmã; impacto na relação com os pais; partilha de espaços/objetos; comportamentos possíveis da nova criança; papel enquanto irmão/irmã). Para se considerar total preparação tem que se abordar todos estes pontos. 3 a 4 pontos considerar alguma preparação; 1 a 2 pontos considerar ligeira preparação.				1. Sem preparação 2. Ligeira preparação 3. Alguma preparação 4. Total preparação
Estatuto de vinculação	Avaliado formalmente				Ela – <i>Ele -</i>
Inflexibilidade parental	Manifestam dificuldades em lidar com os imprevistos; demonstram alguma rigidez nas práticas ou crenças educativas; centram-se mais no ajustamento da criança e possibilidade de moldar a criança (não aceitação da criança tal como é); antecipa-se dificuldade em modificar as regras familiares de forma a acomodar uma criança; com rotinas muito enraizadas e definidas e dificuldades de reajustamento. Cotar relativamente ao pai/mãe com menor flexibilidade.				1.Flexível; 2.Alguma rigidez; 3.Rigidez
Número e tipo de tarefas de preparação	Durante a seleção e tempo de espera: Leitura de livros/ visionamento de filmes/ pesquisa na internet relacionada com adoção; Contacto com Centros de Acolhimento de Crianças ou famílias de acolhimento; Contacto com pais adotivos (blogues); Frequência de sessões organizadas por pais adotivos (associações)				

	Frequência de sessões dinamizadas pelo Serviço de Adoções Outras: _____	
Vontade em procurar ajuda	<p>Abertura ou oposição para procurar e receber ajuda profissional, se necessário</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aberto para procurar e receber ajuda profissional. Já usaram recursos externos para eles próprios. 2. Moderadamente aberto – focam na resolução do problema por eles próprios e depois, se falharem, irão procura ajuda profissional. 3. Depende única e exclusivamente dele próprio. Rejeita recursos exteriores da comunidade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aberto 2. Moderado 3. Rejeita

3. Práticas Profissionais

Indicador	Critério	Codificação
Preparação específica na adoção	<p>a) Abuso e negligência (1. tipos de abusos e negligências que as crianças estiveram expostas; 2. impacto no desenvolvimento; 3. impacto no comportamento, isto é, comportamentos desadequados que possa adotar; 4. leitura do comportamento - testar a relação, reprodução do aprendido; 5. formas de atuação). Para cotar 4 os 5 critérios têm que estar contemplados ou então somente 4 critérios, mas explorado em diferentes momentos. Para cotar 3, tem que estar 3 a 4 critérios.</p> <p>b) Sexual acting-out (1. Impacto do abuso sexual no comportamento e vinculação atual; 2. impacto do abuso sexual nas relações futuras; 3. Diferenças entre interesse/exploração sexual normativa e conduta sexualizada; 4. formas de atuação)</p> <p>c) Separação e perdas (1 - impacto na vinculação e crenças nos outros; 2 -sentimentos para com a família biológica e a sua história; 3 - sentimentos relativos à adoção).</p> <p>d) Relação entre irmãos biológicos separados - que ficam em instituição ou adotados por outros (compreender a relação de irmãos, as necessidade de contactos, a representação familiar)</p> <p>e) Relação entre irmãos biológicos integrados conjuntamente (compreender padrões comportamentais de grupos de irmãos – alianças, proteção, etc., impacto na família adotiva; etc.)</p> <p>f) Impacto de integração de uma criança adotada numa família com filhos (ex.: relações de ciúmes, disputas, agressão; diferenças de comportamentos; confronto entre biológico e adotado, etc.)</p> <p>g) Integrações transraciais (impacto na sua família, planos para o futuro no referente à herança étnica da criança; contexto familiar e comunitário em que a criança vai ser socializada)</p> <p>h) Revelação/Comunicação sobre a adoção (1 - timing apropriado; 2 - compreensão da criança acerca da adoção nas diferentes idades; 3- informação a transmitir em função da idade da criança; 4 - procura das origens - busca interna e externa; 5- necessidade de serem sensíveis e aceitarem os sentimentos da criança acerca da sua família biológica). Para cotar 4 os 5 critérios têm que estar contemplados ou então somente 4 critérios, mas explorado em diferentes momentos. Para cotar 3, tem que estar 3 a 4 critérios.</p> <p>b); d); e); f) e g) podem só se aplicar a determinadas famílias. Ter em consideração a criança que foi integrada.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não explorado 2. Explorado superficialmente 3. Explorado razoavelmente 4. Explorado suficientemente (focado em mais do que um momento, permitindo o amadurecimento e reflexão paulatina acerca das temática) 5. <i>Não se aplica</i> (não integraram uma criança que contemple estes aspetos)
Número de contactos	<p>Número de contactos entre os técnicos da adoção e os candidatos à adoção após formalização da candidatura e antes de conhecerem presencialmente a criança.</p> <p>Quando, pelos registos, não é permitido diferenciar, assumir contacto telefónico.</p> <p>Se no contacto telefónico apenas indica: “contactou-se para marcar reunião “não considerar. Se houver outro tipo de informação: ex.: foi de férias; mudou de emprego – já assumir.</p>	<p>Telefónicos ____</p> <p>Presenciais ____</p>

<p>Informação acerca do candidato à adoção no processo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Motivação para a adoção (quais os motivos; quem tomou a iniciativa; quando surgiu a ideia; partilharam projetos com outros familiares; grau de acordo no casal) • Problemática da infertilidade (causa da infertilidade; número de tratamentos efetuados; impacto na pessoa e no casal e na família; grau de resolução) • História pessoal (infância, situações problemáticas ao longo da vida; relações afetivas; situação profissional) • Características pessoais (comunicação; resolução de problemas – estratégias de coping; controlo dos impulsos; humor; adaptabilidade; compromisso, etc.) • Relação conjugal (resolução de conflitos; suporte emocional; comunicação entre o casal; equilíbrio de poder; estabilidade do casamento ou conflitos anteriores; relação de confiança; atitude perante o cônjuge) - Para obter 3 terá que responder no mínimo a 3 critérios. • Relação com filho/filha (comunicação - aberta/fechada/dificuldade em abordar determinados assuntos/uso do humor/ironia/ajustada ao nível de compreensão da criança/capacidade de interpretar a comunicação não verbal da criança; métodos disciplinares - flexível, permissivo, adequado, promove a autonomia/ a dependência, dificuldade em estabelecer regras; ambiente familiar - mostrar afeto, elogiar, passar tempo de qualidade com atividades conjuntas, dar atenção, sensível às necessidades emocionais do filho; expectativas e exigência em relação ao desempenho/comportamento da criança; estimulação - garante oportunidades de aprendizagem, materiais e espaços, visitas e passeios, etc.). Para obter 3 terá que responder no mínimo a 3 critérios. • Características pessoais dos outros que vivem em casa (se for criança terá que responder nos diferentes domínios cotados: comportamento, afetivo, social, académico) • Relação com a família extensa (momentos marcantes na vida adulta; fronteiras/limites; conflitos; tipo de relação. Para obter 4 deverá discriminar por todos os elementos - pais e irmãos e não pode ficar algo por explorar por os candidatos não desejarem). • Saúde física (física e mental; impacto no dia-a-dia; prognóstico. Se apenas existe a declaração médica a dizer saúde física e psíquica e hábitos saudáveis cotar 2; se há referência a doenças passadas resolvidas ou doenças atuais sem grande exploração cotar 3; se detalha as implicações dos tratamentos e condicionantes no dia-a-dia e prognóstico cotar 4) • Parentalidade no geral – independentemente de ter filhos ou não (valores, sentimentos e práticas no referente à educação - 1. Conhecimento acerca do desenvolvimento da criança - ex.: esperam que uma criança de 2 anos/3 anos faça birras; que um adolescente conteste as regras; 2. Nível de experiência pessoal com crianças; 3. Forma como foram disciplinados em criança e postura face a isso; 4. Estilo educativo global; 5. Estratégias educativas específicas adotadas perante determinados comportamentos/necessidades, ex.: contratar explicador, ajudá-la nos trabalhos de casa; 6. Capacidade de reconhecer e respeitar diferenças nas crianças). Para cotar 3 terá que no mínimo contemplar 3 critérios. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informação ausente 2. Incompleta 3. Razoável 4. Completa 5. <i>Não se aplica</i> <p>Nota: se indica que os candidatos não demonstraram abertura para explorar determinado aspetos (ex.: infertilidade, relação com ex-mulher, etc.) não assumir 4.</p>
---	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Expectativas das capacidades intelectuais da criança (1. expectativas atuais a nível desenvolvimental e académico; 2. Projeção no futuro (integração profissional, licenciatura, etc.); 3. Capacidade para ultrapassar dificuldades a este nível; 4. Flexibilidade destas expectativas (imprevistos; cenários indefinidos; capacidade para aceitar a criança tal como é - cenário definitivo) - Para cotar 3, presentes 2 a 3 critérios. • Expectativas do comportamento da criança (vontade e capacidade para aceitar determinados comportamentos - 1 - comportamentos de forma genérica (ex.: criança agressiva, teimosa); 2- especifica os comportamentos com algum detalhe (ex.: que rouba, não respeita as regras, mente); 3 - capacidade para lidar com os comportamentos. 4- Flexibilidade (imprevistos; cenários indefinidos; capacidade para aceitar a criança tal como é - cenário definitivo) Para cotar 3, presentes 2 a 3 critérios. • Expectativas da vinculação da criança (vontade e capacidade para aceitar determinados comportamentos vinculativos - 1 - comportamentos de forma genérica (ex.: tímida); 2- especifica os comportamentos com algum detalhe (ex.: dificuldade em se ligar aos adultos, podendo adotar atitudes manipulativas e instrumentais); 3 - capacidade para lidar com os comportamentos (ex.: não és o meu pai verdadeiro); 4- Flexibilidade (imprevistos; cenários indefinidos; capacidade para aceitar a criança tal como é). Para cotar 3, presentes 2 a 3 critérios. • Comunicação sobre a adoção (1. Posicionamento face a revelar à criança; 2. Sentimentos suscitados pela situação (medo, receios, desconforto, dúvidas); 3. Postura face à família biológica (preconceito, ambivalência, compreensão); 4. Estratégias que pensam adotar; 5. Posicionamento face ao contacto com figuras passadas (ex.: irmãos, família de acolhimento, etc.). 6. Compreensão da importância da abertura na comunicação. Para cotar 3, presentes 3 a 4 critérios. • Rede de apoio (1 – grau de convivência com amigos ou integração comunitária, isto é, grupos a que pertença, além do trabalho; 2- suporte da família; 3- conhecem famílias adotivas – se no questionário diz sim e isto não é explorado não contabilizar; 4 - flexibilidade no emprego – referência se é fácil ou difícil conciliar com os horários da criança ou tirar 4 meses de licença ou se o patrão facilita idas à seleção) - 2 a 3 critérios respondidos cotar 3. • Ambiente físico/social (para receber 4; 1- rendimentos têm que ser atuais e refletir o valor real, isto é, se há mudança de emprego devem existir declarações atuais; dizer se casa é própria ou arrendada ou crédito; descrição da casa final – número de quartos, acolhedora, rural, etc.; menção do nível sociocultural da família ou caracterização social do contexto envolvente). 2 a 3 critérios respondidos cotar 3. • Ajuda profissional (1 - atitudes perante a possibilidade de procurar ajuda terapêutica ou escolar; 2 - disponibilidade dos recursos – escolas, ATL, etc.; 3 - postura ao longo do processo de avaliação – colaborante, crítico, reflexivo, defensivo, etc.; 4 - grau de adesão às recomendações, pedidos, sugestões dos técnicos – aceitam/resistem). 2 a 3 critérios respondidos cotar 	
Preparação para adoção	Treino formal – número de sessões	Sim ou Não Número de sessões

Stretch	<p>Strecht ao longo do processo independentemente de ser acerca da criança final. Ex.: fazem uma proposta que os candidatos não aceitam por não se ajustar ou até aceitam, mas não correspondia.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Strecht mínimo - Profissionais focam o tempo de espera/ indicam que em termos legais não podem adotar criança com aquela idade (critério legal)/ indicam que há muitos candidatos para a faixa etária/características pretendidas. 2. Algum Strecht - profissionais clarificam as opções da família dando a entender para quais crianças serão realisticamente elegíveis, por exemplo, pais com 40 anos e tal anos não adotam bebês (critério do serviço); com aqueles rendimentos não podem adotar duas crianças, etc. ou propõem uma criança com características diferentes da sua pretensão final. 3. Strecht significativo - profissionais clarificam as opções da família dando a entender para quais crianças serão realisticamente elegíveis, por exemplo, pais com 40 anos e tal anos não adotam bebês (critério do serviço); com aqueles rendimentos não podem adotar duas crianças, etc. e propõem uma criança com uma característica diferentes da sua pretensão final. Ou - Propõem uma criança com duas ou mais características diferentes da sua pretensão final. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sem stretch 2. Stretch mínimo 3. Algum Strech 4. Strech significativo
Consistência do profissional	As famílias têm o mesmo profissional ou conjunto de profissionais ao longo de todo o processo. Quando à uma mudança de profissional devido a organização do serviço, licença de maternidade, baixa médica, reforma, etc., considerar negativo. Se temos dois profissionais e 1 muda assumir Não .	Sim ou Não
Informação acerca da criança no processo	<ul style="list-style-type: none"> • Dados pré-natais (com/sem supervisão; número de consultas; abuso de substâncias durante a gravidez, etc.) • Dados do nascimento (peso, comprimento, índice de apgar, tipo de parto, etc.) • História de saúde dos pais (doenças psiquiátricas, hereditárias, alcoolismo, toxicodependência, etc.) • História social dos pais (crimes, toxicodependência, percurso de vida, integração social, laboral, etc.) • História de abuso sexual, físico ou negligência (descrição do percurso da criança; especificam razões de retirada; duração, etc.) • Rotinas (horários, dia-a-dia, atividades de lazer, etc.) • História desenvolvimental (primeiras aquisições) • Problemas emocionais e comportamentais • Relação com pares • Relação com cuidadores • Relação com família alargada (antes e após acolhimento) • Relação com pais (antes e após acolhimento) • Relação com irmãos (antes e após acolhimento) • Integração escolar (comportamento; adaptação) • Desempenho escolar (notas, dificuldades, atitudes perante a tarefa, preferências, apoios) • Estado de saúde (história de saúde atual e passada; medicação; terapia; deficiências; prognóstico) • Desenvolvimento (nível de desenvolvimento, pontos fortes, fracos, áreas a serem estimuladas, terapia, etc.) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informação ausente 2. Incompleta 3. Razoável 4. Completa 5. <i>Não se aplica</i> <p>Quando existe um relatório específico para determinada área (ex. relatório médico; relatório escolar) podemos assumir como razoável. O conteúdo do relatório é que poderá remeter para Razoável ou Completa.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> Personalidade Preparação para adoção (> 5 anos) 			
Número e tipo de atividades de preparação para a adoção	<ul style="list-style-type: none"> Livro de história de vida Visitas de despedida (despedir-se dos amigo e irmãos na instituição ou na escola, despedir-se da família de acolhimento, dizer adeus através da escrita de uma letra ou telefonema) A família de acolhimento ou os profissionais do lar ou os irmãos dão permissão à criança para que ela seja adotada Escrever uma carta, desenhos, fotografias para se apresentar aos pais adotivos; Receber uma carta/ fotografias/livro dos pais adotivos. Conversa (criança é informada de que vai conhecer umas pessoas, que vão ser seus pais) Criança é informada que vai conhecer os “amiguinhos” Terapia que aborda o abuso, negligência, perda e luto (mais estruturada e contínua) 			Sim ou Não
Mismatch entre as características da criança e expectativa dos pais	<p>Iguais em todos os aspetos (considerar a última preferência efetuada espontaneamente pelos pais). Situações após Strecht não devem ser consideradas.</p> <p>Assumir sempre a preferência do pai/mãe mais restrito.</p> <p>Se alarga para ambos os sexos, mas continua a dizer que prefere meninas assumir meninas. Se diz que aceita criança de 8/9 anos, mas assume que estaria mais confortável/prefere 6 anos, assumir 6 anos.</p>			<p>Assumir os 6 meses como ponte de corte.</p> <p>Casal deseja criança de 2 anos.</p> <p>Se ela tem 2 anos e 6 meses consideramos que correspondeu ao perfil desejado.</p> <p>Se tiver 2 anos e 7 meses não correspondeu.</p> <p>Se os pais dizem “desde que não tenha problemas graves de saúde” e nós os classificamos como Moderado ou Severo cotar Mismatch.</p>
	Desacordo		Formal	Preferencial
		Idade		
		Sexo		
		Antecedentes		
		Etnia		
		Irmãos		
			Antes (informação que se sabia da criança)	Depois (na pré-adoção)
		Desenvolvimento		
		Comportamento		
		Sexualidade		
		Vinculação		
		Saúde		
		Desempenho escolar		

Matching racial		Igual vs. Diferente
Adoção		Singular Fratrã N° _____
Irmãos (os irmãos também têm que ter medida de adaptabilidade)	Única para adoção Adotado com todos os seus irmãos Adotado com pelo menos um irmão Adotado sem irmãos	
	Criança separada dos irmãos biológicos com quem tinha um forte laço emocional.	Sim ou Não
	Criança separada dos irmãos biológicos com quem não tinha uma forte ligação emocional	Sim ou Não
	Mudança na posição da fratria da criança adotada; Quando tem irmãos e passa para filho único assumir como mudança. Quando é filho do meio (2º, 3º) e continua filho do meio (3º, 4º em 5 crianças) não há mudança. Mudança na posição da criança prévia. Quando é filho único assume-se mudança de posição quando passa a filho mais novo ou da mesma idade; Só se assume mudança quando contraria a ordem natural das coisas.	Sim ou Não Não se aplica
Irmãos (considerar todos os irmãos)	Filho único Adotado com todos os seus irmãos Adotado com pelo menos um irmão Adotado sem irmãos	
	Criança separada dos irmãos biológicos com quem tinha um forte laço emocional.	Sim ou Não
	Criança separada dos irmãos biológicos com quem não tinha uma forte ligação emocional	Sim ou Não
Divisão de responsabilidade entre serviços	Criança e candidato à adoção pertencem ao mesmo serviço	Sim ou Não

Pré-adoção			
Indicador	Critério	Codificação	
Causas da disrupção		Pais	Serviço
	1. Lacunas na informação e história da criança		
	2. Expectativas dos pais acerca de uma criança mais fácil;		
	3. Pais incapazes de lidar com o comportamento da criança;		
	4. Comportamento hostil e externalizador da criança;		
	5. Conduta sexualizada da criança;		
	6. Criança não conseguiu fazer luto da família biológica;		
	7. Dificuldades de vinculação: mãe à criança;		
	8. Dificuldades de vinculação: criança à mãe;		
	9. Dificuldades de vinculação: pai à criança;		
	10. Dificuldades de vinculação: criança ao pai;		
	11. Dificuldades de vinculação: criança a irmãos;		
	12. Dificuldades de vinculação: irmãos a criança;		
	13. Conflito de irmãos;		
	14. Destabilização do irmão		
	15. Conflito conjugal (genérico);		
	16. Conflito conjugal (específico da criança);		
	17. Divórcio dos pais;		
	18. Impacto de infertilidade mal resolvida no processo adotivo;		
	19. Abuso físico por pais;		
	20. Abuso verbal pelos pais;		
	21. Negligência.		
	22. Luto de um filho biológico não resolvido;		

	23. Pressão social.		
	24. Dificuldades desenvolvimentais/escolares		
	25. Outros_____		
Retirada	<ul style="list-style-type: none"> • Quem abordou primeiro a retirada • Período de tempo que a criança esteve na família adotiva • Tempo entre a primeira abordagem acerca da retirada e a disrupção 	<ul style="list-style-type: none"> • Pais / Técnicos/ Criança • Data da 1ª abordagem acerca da retirada • Data da retirada 	

Anexo 7

Critérios de categorização
da qualidade das interações pais-filhos, da história de
privação/vitimização/perdas na infância e na vida adulta

Item interações familiares na infância

Código 4

- Criança assiste a violência interparental.
- Criança é alvo de violência física/ maus-tratos por um progenitor.
- **Ambos os progenitores** negligenciam as necessidades físicas, emocionais ou afetivas da criança.
- Criança fica órfã de um progenitor (tem de ser a figura cuidadora e de referência da criança) em pequena e não há, mesmo que de forma temporária, uma figura substituta, contínua e afetuosa.
- Criança fica órfã de ambos os progenitores (independentemente de ter figuras substitutas).
- Criança é abandonada pela figura cuidadora e de referência (ex.: *“mãe desapareceu e nunca mais quis saber da criança”*).

Código 3

- Clima de conflitos e discussões familiares sem no entanto haver recurso à violência física.
- Criança é alvo de agressividade psicológica (ex.: chantagem, diminuição, etc.).
- Um dos progenitores é ausente (física e/ou emocionalmente). **Nota:** No caso de um pai/mãe estar ausente fisicamente no estrangeiro por motivos de trabalho considerar 3 apenas se: não constituir figura de afeto/autoridade para a criança; durante 2 anos não esteve com a criança, mesmo em período de férias. Se não cumprir estes requisitos poderá ser cotado apenas como 2.
- Criança é separada dos progenitores e integrada em internatos/seminários. **Nota:** É importante o motivo, a duração e a idade da criança aquando da integração. Se for na adolescência, por um curto período de tempo (até 1 ano), por motivo de estudos e a relação com os pais é caracterizada como positiva poderá cotar-se enquanto 2. Por outro lado, se for “institucionalizada” devido a uma situação de perigo (tal como é classificada atualmente) poderá remeter para 4.
- Criança é separada dos progenitores e fica a viver com outros familiares **Se** devido a crises familiares (ex.: divórcio dos pais; problema de saúde dos pais).

- Criança fica órfã de um progenitor que não constitui a figura cuidadora e de referência.
Nota: A assunção do papel por outra figura (ex.: madrasta/padrasto; tio/tia; avô/avó; etc.) poderá remeter para 2.
- Criança assume os cuidados “exclusivos” dos irmãos mais novos/ criança parentificada em que os pais demitem-se ou delegam as suas funções na criança/adolescente. Situações em que a criança/adolescente ajuda os pais a cuidar dos irmãos não devem ser consideradas ou eventualmente assumir o código 2, dependendo da idade e do grau de exigência.

Código 2

- Criança é separada dos progenitores e fica a viver com outros familiares devido a estudos, emprego dos pais, etc. (**Nota:** Atender à duração e idade da criança – se for por um longo período de tempo e se a criança for pequena ou se os pais não estabelecem contactos regulares com a criança, isto é, fins-de-semana ou férias, dependendo da distância, poderá remeter para 3). Supõe que a vivência com outros familiares tenha uma periodicidade mais ou menos fixa, como por exemplo, completar um grau de estudos ou tempo necessário para os pais se (re)organizarem noutro país.
- Jovem (a partir dos 15 anos) fica órfã de pai ou de mãe.
- Um dos progenitores apresenta-se como rígido, autoritário.
- Pais permissivos ou sobreprotetores.
- Pais com dificuldade em promover ou aceitar a autonomia dos filhos.
- Recurso a punição física como castigo. **Nota:** Supõem-se que a punição física (ex.: “*levar uma palmada no rabo*”) seja usada em situações pontuais e articulada com outras estratégias educativas mais ajustadas. Situações como “*batia muito*” remeterão para um 3 ou eventualmente para um 4 se implicar maus-tratos físicos (“*levava porrada*”).

Item história de privação/trauma/vitimização na infância e adolescência

Código 4

- Criança assiste a violência interparental.
- Criança é alvo de violência física/maus-tratos por um progenitor.

- Ambos os progenitores negligenciam as necessidades físicas, emocionais ou afetivas da criança.
- Criança fica órfã de um progenitor (tem de ser a figura cuidadora e de referência da criança) em pequena e não há, mesmo que de forma temporária, uma figura substituta, contínua e afetuosa.
- Criança fica órfã de ambos os progenitores (independentemente de ter figuras substitutas).
- Criança é abandonada pela figura cuidadora e de referência (ex.: *“mãe desapareceu e nunca mais quis saber da criança”*).
- Combinações de códigos 3.

Código 3

- Clima de conflitos e discussões familiares sem no entanto haver recurso à violência física.
- Criança é alvo de agressividade psicológica por familiares (ex.: chantagem, diminuição, etc.)
- Criança é separada dos progenitores e integrada em internatos/seminários. **Nota:** É importante o motivo, a duração e a idade da criança aquando da integração. Se for na adolescência, por um curto período de tempo (1 ano), por motivo de estudos e a relação com os pais é caracterizada como positiva poderá cotar-se enquanto 2. Por outro lado, se for “institucionalizada” devido a uma situação de perigo (tal como é classificada atualmente) poderá remeter para 4.
- Criança é separada dos progenitores e fica com outros familiares **Se** devido a crises familiares (ex.: divórcio dos pais; problema de saúde dos pais).
- Criança fica órfã de um progenitor que não constitui a figura cuidadora e de referência. **Nota:** A assunção do papel por outra figura (ex.: madrasta/padrasto; tio/tia; avô/avó; etc.) poderá remeter para 2.
- Criança assume os cuidados “exclusivos” dos irmãos mais novos/ criança parentificada em que os pais demitem-se ou delegam as suas funções na criança/adolescente. Situações em que a criança/adolescente ajuda os pais a cuidar dos irmãos não devem ser consideradas ou eventualmente assumir o código 2, dependendo da idade e do grau de exigência.
- Criança com problemas físicos ou de saúde que tiveram implicações significativas e contínuas na sua vida.

- Rejeição preferencial por familiares (implica tratamento diferencial). **Nota:** Se for apenas o sentimento de que um irmão era preferido remete para 2.
- Combinações de códigos 2.

Código 2

- Criança é separada dos progenitores e fica com outros familiares devido aos seus estudos, emprego dos pais, etc.
- Jovem (a partir dos 15 anos) fica órfã de pai ou de mãe.
- Divórcio “amigável” dos pais.
- Mudanças frequentes de residência.
- Criança assiste a violência (ex.: Angola, Venezuela).
- Perda de uma figura significativa (ex.: irmã, avó, etc.).
- Privações económicas; pobreza; desemprego prolongado dos pais.
- Necessidades sociais não são respondidas (ex.: criança vive num sítio isolado e não convive com outras crianças; criança, devido a limitações de saúde, convive pouco com outras crianças).
- Criança com problemas de saúde que implicaram internamentos/ alguns ajustes na sua vida.
- Criança sofre acidente de carro.
- Adolescente começa a trabalhar cedo (antes dos 16 anos) e/ou a assumir responsabilidades de adulto desde cedo. **Nota:** Ajudar os pais na lida doméstica ou na agricultura, desde que não invalide a frequência dos estudos ou de “ter tempo para ser criança”, não deve ser contemplado.
- Promoção de sentimento de inferioridade por outros, que não os pais (gozada; desvalorizada constantemente; humilhada, etc.). Vítima de *bullying*.
- Criança rejeitada pelos amigos (excluída).

Nota: Pai emigrante ou que se ausenta por longos períodos devido a razões de trabalho não deverá ser contabilizado

Item história de privação/trauma/vitimização na vida adulta

Código 4

- Falecimento/Perda de um filho.
- Vítima de violência doméstica.
- Combinações de códigos 3.

Código 3

- Divórcios problemáticos (ex.: consumo de álcool; jogo; perseguições).
- Filhos com problemas de saúde graves ou deficiências.
- Cuidado de familiares dependentes (ex.: pais) por um período prolongado no tempo (mínimo de 1 ano).
- Situações traumáticas, como por exemplo, vivenciar um acidente de carro com morte de familiares ou com sequelas no próprio.
- Doenças crônicas pessoais severas.
- Falecimento de um filho recém-nascido.
- Falecimento do marido/esposa

Código 2

- Perda de figuras significativas (ex.: avó, irmãos, etc.)
- Percurso de infertilidade/ tratamentos/ abortos

Anexo 8

Resumo das variáveis analisadas e sinalização das
diferenças ou associações verificadas

Variáveis	Global	< 6 anos	≥ 6 anos
Criança			
<i>Características sociodemográficas</i>			
• Sexo			
• Sexo x Idade	Os rapazes com 10 ou mais anos predominam no grupo de sucesso por comparação às raparigas com a mesma idade		
• Etnia			
<i>História de Vida</i>			
• Qualidade dos cuidados precoces			
• Motivos subjacentes à adoção	A vivência de abandono está associada à disrupção	A vivência de abandono está associada à disrupção	
• Compósito de vitimização			
• Vitimização severa			
• Idade da criança no momento da 1ª retirada			
• Tempo de permanência nos diferentes contextos		As crianças do grupo de sucesso viveram mais tempo em Outros Contextos	
• % de vida da criança nos diferentes contextos		As crianças do grupo de sucesso viveram mais percentagem da sua vida em Outros Contextos	
• Tempos extremos em acolhimento			
• Tipo de contexto			
• Número de contextos ao longo da vida			
• Número de contextos após acolhimento			
• Tentativa de reunificação familiar			
• Idade aquando do último contacto com FB			
• Tempo que medeia o último contato e a integração			

Variáveis	Global	< 6 anos	≥ 6 anos
• Tempo de espera da criança			
Família biológica			
• Comportamento antissocial			
• Problemas do foro psiquiátrico			
• Debilidade mental			
Relacionamento com figuras significativas			
• Existência de vínculos fortes com a FB			A manifestação de vínculos fortes com a mãe e/ou pai biológico está associada com a disrupção
• Relação com não familiares		A existência de uma relação de confiança com figuras de referência está associada com a disrupção	
Problemas emocionais e comportamentais	As crianças do grupo de disrupção, por comparação às do grupo de sucesso, choram menos e não usavam palavrões ou linguagem obscena, porém são mais infantis e desobedientes.	As crianças do grupo de disrupção choram menos e têm menos problemas de sono.	As crianças do grupo de disrupção desobedecem, destroem objetos e mentem com mais regularidade/severidade do que as do grupo de sucesso.
• Externalização			
• Internalização	A internalização surge associada ao sucesso		
• Ausência de sintomatologia			
Desenvolvimento mental			
• Desenvolvimento formalmente avaliado			
• Desenvolvimento			
Escola			
• Desempenho			
• Apoio socioeducativo/ensino especial			
• Atitudes			
• Comportamentos			

Variáveis	Global	< 6 anos	≥ 6 anos
Estado de saúde			
<ul style="list-style-type: none">• Incapacidade sensorial• Incapacidade física• Problemas de saúde• Acompanhamento pedopsiquiátrico• Necessidade de intervenção profissional			
Características pessoais	A autonomia da criança surge associada ao sucesso		
Prontidão emocional para a adoção	O nível de prontidão emocional para adoção é significativamente superior no grupo de sucesso.	(variável não avaliada para este grupo etário)	O nível de prontidão emocional para adoção é significativamente superior no grupo de sucesso.
Candidatos			
Características sociodemográficas			
<ul style="list-style-type: none">• Família mono vs. biparental			A monoparentalidade surge associada à disrupção
<ul style="list-style-type: none">• Família com filhos vs. sem filhos• Família a residir ou não com família alargada• Idade			
<ul style="list-style-type: none">• Anos de escolaridade concluídos		As candidatas do grupo de sucesso possuem mais anos de escolaridade	
<ul style="list-style-type: none">• Nº de irmãos• Nº de casamentos dos Candidatos• Tempo de casamento• Disponibilidade de tempo			
<ul style="list-style-type: none">• Religião	A valorização da componente religião está associada com a disrupção		
História de Vida			
<ul style="list-style-type: none">• Interações estabelecidas com os pais na infância			

Variáveis	Global	< 6 anos	≥ 6 anos
• História de privação, vitimização e/ou perdas na infância			Os candidatos do grupo de disrupção tiveram uma infância mais difícil em termos de privação/vitimização
• História de privação, vitimização e/ou perdas na vida adulta			
• Maus-tratos (sim ou não)	A experiência de maus-tratos do candidato está associada com a disrupção		A experiência de maus-tratos do candidato está associada com a disrupção
• Situações stressantes ao longo da vida	No candidato o ter presenciado situações de violência doméstica entre os seus pais surge associado com a disrupção		
• Acumular de situações stressantes			
Saúde			
• História de saúde mental			
• Estado de saúde física			
Relação conjugal			
• Nível de domínio/submissão		Existe maior equilíbrio de poder na relação conjugal no grupo de sucesso.	
• Resolução de conflitos			
• Afetividade			
• Satisfação			
Família alargada e amigos			
• Relação com pais	As relações estabelecidas entre os Candidatos e os seus pais são mais positivas no grupo de sucesso do que no de disrupção. O equivalente aplica-se para as relações estabelecidas entre o candidato e os seus irmãos.	As candidatas têm uma relação mais positiva com os seus pais e os candidatos com os seus irmãos no grupo de sucesso por comparação ao grupo de disrupção.	

Variáveis	Global	< 6 anos	≥ 6 anos
• Rede social	No grupo de sucesso o suporte recebido e/ou antecipado é significativamente mais regular do que no grupo de interrupção.		No grupo de sucesso o suporte recebido e/ou antecipado é significativamente mais regular do que no grupo de interrupção
Processo de adoção			
• Tempo de espera			
• Motivação		O desejo de aumentar a família surge associado com a interrupção.	
• Causas da infertilidade			
• Grau de aceitação parental da infertilidade			
• Prontidão emocional para a adoção			
• Luto do filho biológico			
• Características da criança desejada			A especificação das características temperamentais desejadas na criança surgiu associada à interrupção
• Número de preferências			
• Redefinição do perfil da criança			
• Grau de flexibilidade na definição do perfil			
• (Des)acordo entre o casal no perfil da criança			
• Participação e envolvimento do pai			
• Recetividade da família alargada	No grupo de sucesso a família alargada é significativamente mais recetiva ao projeto de adoção do que no grupo de interrupção.	No grupo de sucesso a família alargada é significativamente mais recetiva ao projeto de adoção do que no grupo de interrupção.	
• Recetividade dos filhos prévios	A boa recetividade dos filhos prévios surge associada ao sucesso da adoção.		A boa recetividade dos filhos prévios surge associada ao sucesso da adoção.
• Grau de preparação dos filhos prévios			
• Tarefas de preparação dos candidatos			
• Grau de abertura para receber ajuda prof.			

Variáveis	Global	< 6 anos	≥ 6 anos
Competências parentais			
• Expectativas irrealistas			
• Práticas educativas			
• Grau de confiança no desempenho parental	As candidatas do grupo de sucesso são mais confiantes no exercício do papel parental do que as do grupo de disrupção.		As candidatas do grupo de sucesso são mais confiantes no exercício do papel parental do que as do grupo de disrupção.
• Consciência das especificidades da adoção	Os Candidatos do grupo de sucesso têm maior consciência das especificidades da adoção por comparação ao grupo de disrupção.	Os candidatos (homens) do grupo de sucesso têm maior consciência das especificidades da adoção por comparação ao grupo de disrupção.	As candidatas e os candidatos do grupo de sucesso têm maior consciência das especificidades da adoção por comparação ao grupo de disrupção.
• Abertura na comunicação sobre adoção			
Experiências prévias			
• Relação prévia com a criança a adotar			
• Exp. com crianças com necessidades especiais			
• Experiência prévia de parentalidade	A experiência de parentalidade surge associada à disrupção. No grupo de disrupção a relação com os filhos prévios é mais conflituosa.	A experiência de parentalidade surge associada à disrupção.	
• Qualidade da relação com filhos prévios			
Características pessoais			
• Características dos candidatos	No grupo de sucesso as candidatas são mais comunicativas e os Candidatos são mais flexíveis por comparação ao grupo de disrupção.	No grupo de sucesso os candidatos (homens) são menos comunicativos por comparação ao grupo de disrupção.	No grupo de sucesso as candidatas são mais comunicativas e os Candidatos são mais flexíveis por comparação ao grupo de disrupção.

Variáveis	Global	< 6 anos	≥ 6 anos
• Características dos filhos dos candidatos	No grupo de sucesso os filhos prévios têm baixo/moderado desempenho académico por comparação a um bom desempenho no grupo de disrupção.		O bom desempenho a académico dos filhos prévios surge associada à disrupção.
Práticas profissionais			
Avaliação e preparação dos candidatos			
• Grau de completude da informação	A informação sobre a disponibilidade/capacidade para aceder a ajuda profissional é mais detalhada no grupo de sucesso. Porém neste grupo a informação acerca das expectativas dos pais em relação aos comportamentos relacionais da criança é menos completa.	A informação sobre a disponibilidade/capacidade para aceder a ajuda profissional é mais detalhada no grupo de sucesso. Porém neste grupo a informação acerca das expectativas dos pais em relação aos comportamentos relacionais da criança é menos completa.	
• Grau de exploração de determinadas temáticas	A preparação dos Candidatos quanto à adoção de fratrias é significativamente superior no grupo de sucesso.		
• Nº de contactos telefónicos			
• Nº de contactos presenciais			
• Nível de stretching			
Avaliação e preparação das crianças			
• Grau de completude da informação	A informação sobre a relação da criança com os cuidadores e o desenvolvimento é menos completa no grupo de sucesso. Porém a informação sobre a relação da criança com a família alargada é mais completa neste grupo.	A informação sobre o desenvolvimento da criança é mais completa no grupo de sucesso.	

Variáveis	Global	< 6 anos	≥ 6 anos
• Atividades de preparação			
Correspondência			
• Correspondência total			
• Correspondência em função de características específicas			
• Total de crianças no lar adotivo		O número total final de crianças/jovens na Família adotiva é inferior no grupo de sucesso.	
• Integração de fratria vs. singular			
• Nº de crianças integradas			
• Criança separada dos irmãos			
• Sexo da criança prévia			Filhos de ambos os sexos surge associada à interrupção. A existência exclusiva de filhas surge associado ao sucesso.
• Sexo da criança prévia em relação à integrada			
• Diferenças de idades de 3 anos			
• Mudança de posição na fratria		A mudança de posição na fratria da criança adotada está associada com a interrupção (não se assumiu filhos únicos passarem a ter irmãos e vice-versa)	A mudança de posição na fratria da criança adotada está associada com a interrupção.
• Nº de técnicos			
• Descontinuidade de pelo menos um técnico			
• Descontinuidade do serviço de adoção			A descontinuidade do serviço de adoção surge associada à interrupção.

Anexo 9

Questionário de caracterização das Famílias adotivas
(Marinho & Barbosa-Ducharne, 2008)

Questionário de caracterização das Famílias adotivas

(Marinho & Barbosa-Ducharne, 2008)

Código: ____

Data da entrevista: _____

Dados da criança:

1. Sexo: Masculino _____ Feminino _____

2. Idade atual: _____

3. Idade no início do período pré-adotivo: _____

4. Onde esteve a criança antes da integração na família adotiva?

Local _____ Intervalo etário _____

Local _____ Intervalo etário _____

Local _____ Intervalo etário _____

Local _____ Intervalo etário _____

Quando a criança foi proposta (informação dada aquando da apresentação da criança):

5. Apresentava problemas de saúde?

Não _____

Sim _____, Quais? _____

6. Apresentava problemas de comportamento?

Não _____

Sim _____, Quais?

_____ Agressividade

_____ Desobediência acentuada

_____ Agitação motora

_____ Birras/Teimosia

_____ Mentira

_____ Problemas de alimentação

_____ Isolamento

_____ Enurese/encoprese

_____ Depressão

_____ Outro. Qual? _____

Não_____

Dados da família e da adoção:

2. Adoção de irmãos? Não___

3. Conhecia previamente a(s) criança(s)?

Não_____

Sim __, De onde? _____ Contactos Regulares? Especifique _____

4. Data de início do período pré-adoitivo ____/____/____

5. Constituição do agregado familiar:

[illegible]

Anexo 10

Guião da entrevista semiestruturada
(Marinho & Barbosa-Ducharne, 2008)

Guião da Entrevista

Protocolo da entrevista:

- Agradecimento pela colaboração;
- Apresentação do estudo e seus objetivos;
- Pedir autorização para gravação áudio da entrevista;
- Salientar o anonimato.

Expectativas

1. Conseguem lembrar-se de como é que imaginavam a vossa futura criança? Ambos concordavam nessa imagem ou havia diferenças?
2. Em que é que foi parecida? Em que é que não foi?
3. Como descreveriam o vosso filho quando estiveram com ele pela primeira vez? E como é que o descrevem agora? Se tivessem que o definir assim em duas ou três palavras-chave quais é que utilizariam? Acham que se parece com alguém da família?

Transição

4. Decerto que se recordam bem do momento em que viram o vosso filho pela primeira vez até ao momento em que foi viver convosco. Querem-nos falar um pouco desses momentos? Como é que vocês pais e a criança reagiram aos primeiros contacto? Como foi o visitar a nova casa? As separações? Como é que se sentiram? O que pensaram?
5. E a vossa família e amigos como é que reagiu à chegada do/a _____? Porque acha que reagiram assim?
6. Quais foram as reações da criança na primeira semana?

Reajustamento Individual e Familiar

7. Com a chegada do vosso filho/a tiveram que fazer muitas mudanças e adaptações na família e em casa? (Ao nível de rotinas, horários, maneira de fazer as coisas?)
8. Que impacto isso teve na vossa vida pessoal, social, no trabalho, na relação de casal?
9. **(Adoção de irmãos)** Sentiram desafios adicionais por adotar irmãos?

Adaptação, evolução e situação atual

10. Como foi a adaptação da criança às novas rotinas (dormir, alimentação, higiene, hábitos).
Estranhou alguma coisa? Houve coisas sobre as quais fizesse perguntas ou comparações?
Como lidaram com isso?
11. E como é que a criança reagiu quando não podia fazer o que queria? Como lidaram com isso?
12. Houve assim algum comportamento do vosso filho que sentissem mais dificuldade em lidar (agressividade, medos, isolamento, etc.)?
13. Houve algum comportamento ou característica do vosso filho que apesar de não constituir uma dificuldade exigisse mais atenção (ex.: problema de saúde, muito carente)?
14. Como interpretavam esses comportamentos? Porque acham que aconteciam?
15. Como lidaram com esses comportamentos?
16. Que tipo de ajuda procuraram e receberam?
17. Persistiu ou surgiu algum novo tipo de problemas ou necessidade durante estes anos?

Construção da Relação

18. No início como era a relação do/a____com a mãe? com o pai? com os irmãos (adotivos)?
E como é agora? O que contribuiu para essa mudança?
19. **(Adoção de casal)** Nalgum momento a criança esteve mais próxima do pai ou da mãe?
Por algum motivo em particular?
20. No início como era a relação do/a____com a família alargada (os avós, os tios, os primos)? Como tem sido agora?
21. **(Adoção de irmãos)** Como era a relação entre os irmãos? Ao nível da adaptação das crianças quais acha que foram as vantagens e desvantagens em serem adotadas juntas?
22. Em que medida acha que o seu filho está plenamente integrado na família? O que contribuiu para essa integração? Quanto tempo demorou?

Integração Escolar

23. No momento da integração o seu filho estava no nível de escolaridade correspondente para a sua idade? Se não, que dificuldades apresentava e como resolveram?
24. A escola tem conhecimento de que a criança é adotada?

- (Se não) Porquê? Acha que o facto de não ter contado dificultou ou facilitou a integração da criança?
 - (Se sim) Face a este conhecimento existiu alguma reação diferente por parte da escola ou do professor?
25. E os colegas sabem? Quem contou? Como reagiram? Como é que o seu filho reagiu perante isto?
26. Ele/a gosta da escola/turma? Sente-se bem na escola? (sentimentos/attitudes).
27. Diria que é uma criança com facilidade ou dificuldade em fazer amigos? Já tem algum ou alguns amigos preferidos? Mantem alguns amigos desde o início?

Comunicação sobre o Passado e a Adoção

28. A criança fala do seu passado? Costuma colocar questões?
29. Como reagem perante isso? O que pensam? O que sentem?
30. Quem inicia com mais frequência a conversa sobre este tema?
31. Na família fala-se abertamente de adoção ou é um tema sobre o qual se evita falar?
32. Durante estes anos a criança manteve algum contacto com a instituição/família de acolhimento?
- (Se sim) De quem foi a iniciativa? Como foram as reações de todos?
 - (Se não) A criança manifestou esse desejo? Porque não contactaram?
33. O/a seu filho/a sente falta da sua família biológica/família de acolhimento/pessoal da instituição ou recorda-se frequentemente deles?
34. O/a seu filho/a efetua comparações com os seus contextos anteriores?
35. Alguma vez o seu filho se chateou e disse que queria voltar para a instituição/família de acolhimento? O que pensou? Como reagiu?
36. Já alguma vez encontrou na rua alguém que o reconheceu ou que ele reconheceu?

Perceção de Semelhanças e Diferenças

37. Imaginem que um casal candidato vos perguntava o que é ser pai adotivo, o que é que lhe respondia? E que sugestões é que lhe davam? Vocês que já têm esta experiência.
38. Ser pai/mãe, e neste caso específico pai/mãe adotivo, é igual ou diferente do que imaginava? Porquê?
39. Acham que se colocam desafios adicionais por serem pais adotivos?

40. No que diz respeito ao vosso filho, acham que os filhos adotivos têm necessidades/preocupações diferentes dos filhos biológicos? Que tipo de necessidades?
41. E já sentiram alguma dificuldade de aceitação da adoção ou do/a_____ por parte das outras pessoas? Querem-nos contar alguma situação menos agradável que se tenha passado ou convosco ou com ele?

Expectativas e Receios

42. Pedia que recordassem um acontecimento especialmente agradável/positivo e outro menos agradável/positivo.
43. Quais os receios em relação ao futuro?
44. Quando pensa no futuro da sua família há algo que o preocupe relativamente ao seu filho pelo facto de ser adotado?
45. Quais as expectativas em relação ao futuro?